

CADERNO DE ARTIGOS

UM PRODUTO À LUZ DA CONTRIBUIÇÃO
INTERDISCIPLINAR

VOLUME 3

EVERTON NERY CARNEIRO
CÉSAR COSTA VITORINO
(ORGANIZADORES)



EVERTON NERY CARNEIRO
CÉSAR COSTA VITORINO
(ORGANIZADORES)

CADERNO DE ARTIGOS

UM PRODUTO À LUZ DA CONTRIBUIÇÃO
INTERDISCIPLINAR

Editora Metrics
Santo Ângelo – Brasil
2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0>

Capa: Editora Metrics

Revisão: Os autores

CATALOGAÇÃO NA FONTE

C122 Caderno de artigos [recurso eletrônico] : um produto à luz da
contribuição interdisciplinar / organizadores: Everton Nery
Carneiro, César Costa Vitorino. - Santo Ângelo : Metrics,
2024.
456 p. : il.

ISBN 978-65-5397-274-2

DOI 10.46550/978-65-5397-274-2

1. Educação. 2. Mulheres. 3. Escrita científica. 4. Produção
científica. I. Carneiro, Everton Nery (org.). II. Vitorino, César
Costa (org.)

CDU: 37

Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz - CRB 10/ 1720



Crossref



Rua Antunes Ribas, 2045, Centro, Santo Ângelo, CEP 98801-630

E-mail: editora.metrics@gmail.com

<https://editorametrics.com.br>

Conselho Editorial

Dra. Berenice Beatriz Rossner Wbatuba	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dra. Cláudia Taís Siqueira Cagliari	ATITUS Educação, Passo Fundo, RS, Brasil
Dra. Cristina Rezende Eliezer	PUC Minas, Belo Horizonte, MG, Brasil
Dr. Douglas Verbicaro Soares	UFRR, Boa Vista, RR, Brasil
Dr. Eder John Scheid	UZH, Zurique, Suíça
Dr. Fernando de Oliveira Leão	IFBA, Santo Antônio de Jesus, BA, Brasil
Dr. Glaucio Bezerra Brandão	UFRN, Natal, RN, Brasil
Dr. Gonzalo Salerno	UNCA, Catamarca, Argentina
Dra. Helena Maria Ferreira	UFLA, Lavras, MG, Brasil
Dr. Henrique A. Rodrigues de Paula Lana	UNA, Belo Horizonte, MG, Brasil
Dr. Jenerton Arlan Schütz	UNIJUÍ, Ijuí, RS, Brasil
Dr. Jorge Luis Ordelin Font	CIESS, Cidade do México, México
Dr. Luiz Augusto Passos	UFMT, Cuiabá, MT, Brasil
Dr. Manuel Becerra Ramirez	UNAM, Cidade do México, México
Dr. Marcio Doro	USJT, São Paulo, SP, Brasil
Dr. Marcio Flávio Ruaro	IFPR, Palmas, PR, Brasil
Dr. Marco Antônio Franco do Amaral	IFTM, Ituiutaba, MG, Brasil
Dra. Marta Carolina Gimenez Pereira	UFBA, Salvador, BA, Brasil
Dra. Mércia Cardoso de Souza	ESEMEC, Fortaleza, CE, Brasil
Dr. Milton César Gerhardt	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Muriel Figueredo Franco	UZH, Zurique, Suíça
Dr. Ramon de Freitas Santos	IFTO, Araguaína, TO, Brasil
Dr. Rafael J. Pérez Miranda	UAM, Cidade do México, México
Dr. Regilson Maciel Borges	UFLA, Lavras, MG, Brasil
Dr. Ricardo Luis dos Santos	IFRS, Vacaria, RS, Brasil
Dr. Rivetla Edipo Araujo Cruz	UFPA, Belém, PA, Brasil
Dra. Rosângela Angelin	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dra. Salete Oro Boff	ATITUS Educação, Passo Fundo, RS, Brasil
Dra. Vanessa Rocha Ferreira	CESUPA, Belém, PA, Brasil
Dr. Vantoir Roberto Brancher	IFFAR, Santa Maria, RS, Brasil
Dra. Waldimeiry Corrêa da Silva	ULOYOLA, Sevilha, Espanha

Este livro foi avaliado e aprovado por pareceristas *ad hoc*.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	13
<i>Romilson da Silva Sousa</i>	
APRESENTAÇÃO	21
<i>Everton Nery Carneiro</i>	
<i>César Costa Vitorino</i>	
Capítulo 1 - MULHERES NA MATEMÁTICA: REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES	37
<i>Aline Confessor Marques de Araújo</i>	
<i>João Batista Vicente do Nascimento</i>	
Capítulo 2 - PERSPECTIVAS CONCEITUAIS ACERCA DAS MULHERES NA CIÊNCIA: ANÁLISES ORIUNDAS DE LEITURAS E INSERÇÃO EM UM COLÓQUIO	49
<i>Autor: Cristiano Matheus Nogueira Silva de Oliveira</i>	
<i>Adriana Santos Costa</i>	
<i>Selma Barros Daltro de Castro</i>	
Capítulo 3 - MULHERES NA CIÊNCIA E A BUSCA PELA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	59
<i>Daiane dos Santos Ramos</i>	
<i>Priscila Vogel Nunes Pinheiro</i>	
Capítulo 4 - ENTRELACE DA SAÚDE MENTAL E A VIVÊNCIA UNIVERSITÁRIA: TENSIONAMENTOS SOBRE OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM GRADUANDOS DE PSICOLOGIA	71
<i>Aderilson Anunciação de Oliveira</i>	
<i>Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres</i>	

Capítulo 5 - CONTRIBUIÇÕES FEMININAS: REFLEXÕES HISTÓRICAS
E CONTEMPORÂNEAS EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E GAMES 85

Emerson Almeida dos Santos Sousa

Mônica Moreira de Oliveira Torres

Capítulo 6 - CONTRIBUIÇÕES DA ESCRITA CIENTÍFICA PARA A
FORMAÇÃO DO PESQUISADOR..... 97

Nadjanara Lopes de Abreu Araújo

Érica Santos Araújo

Ivonete Barreto de Amorim

Capítulo 7 - “E EU, EU NÃO SOU UMA CIENTISTA?”:
INTELECTUALIDADE NEGRA E A MONOCULTURA DO RIGOR AO
EPISTEMICÍDIO 109

Fabricia Santos de Jesus

Capítulo 8 - LETRAMENTO CIENTÍFICO: ENFRENTAMENTOS E
POSSIBILIDADES..... 121

Indaiara Sant Anna Silva de Carvalho

César Costa Vitorino

Capítulo 9 - A ESCRITA CIENTÍFICA: APRENDIZAGEM E
CONSTRUÇÃO PARA/NA INCLUSÃO DE PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA 135

Joyce Santana Araújo Silva

Thaís Meireles de oliveira

Marcia Torres Neri Soares

Capítulo 10 - DIS(SABORES) DA ESCRITA CIENTÍFICA NA
PERSPECTIVA DE GÊNERO: BREVES REFLEXÕES..... 145

Karla Cruz Bacelar dos Santos

Leane de Magalhães Silva

Sandra Heloísa Teixeira Reis

Capítulo 11 - ESCRITA CIENTÍFICA E DESAFIOS NO CONTEXTO DAS TENCOLOCAIS - UMA ANÁLISE A LUZ DO I SEMINÁRIO ESCRITA CIENTÍFICA DO MPIES	157

Kellen Gama Pêpe

Mônica Moreira de Oliveira Torres

Capítulo 12 - MULHER E CIÊNCIA: ENTRELACES SOB PERSPECTIVAS TEÓRICAS	169

Leilany Marry Brizolara Silva

Marcia Torres Neri Soares

Capítulo 13 - ESCRITA ACRÍTICA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA INTELECTUAL.....	179

Luciano Araújo Lima

Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres

Capítulo 14 - O IMPEDIMENTO DO FLORESCER FEMININO: A TRAJETÓRIA DA MULHER NA CIÊNCIA.....	189

Pedro Jorge Silva Melo

César Costa Vitorino

Capítulo 15 - MULHERES DO/NO CAMPO: ENFRENTAMENTOS E RUPTURAS - UM LEGADO DE RESISTÊNCIAS.....	201

Maria Cremilda Lima Santos

Sirlei Aparecida de Almeida Ribeiro

Janeide Bispo Santos

Capítulo 16 - PROTAGONISMO DAS MULHERES NA CIÊNCIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	213

Marizete Barbosa de Lima Souza

Everton Nery Carneiro

Capítulo 17 - MULHERES NA CIÊNCIA: UM CONTEXTO DE LUTAS DAS MULHERES PELO ACESSO E PERMANÊNCIA À EDUCAÇÃO .	225

Suzete Patrocinio de Souza

Angélica Gimenes Naranjos

Patrícia Júlia Souza Coelho

Capítulo 18 - CARTOGRAFIA DE SABERES DECOLONIAIS: O PPGIES COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CT&I) PARA FOMENTO A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO TERRITÓRIO DO SISAL.....	237
<i>Aderilson Anunciação de Oliveira</i>	
<i>Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres</i>	
Capítulo 19 - PAPEL ESTRATÉGICO DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS NA ELABORAÇÃO DE PRODUTOS INOVADORES E FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	251
<i>Kellen Gama Pêpe</i>	
<i>Mônica Moreira de Oliveira Torres</i>	
Capítulo 20 - A POLÍTICA DE CT&I (CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO) NA BAHIA E O PAPEL DAS UNIVERSIDADES: DESAFIOS NA EQUALIZAÇÃO DE DESIGUALDADES REGIONAIS.....	263
<i>Manuela Barros Santos</i>	
<i>Marize Damiana Moura Batista e Batista</i>	
Capítulo 21 - TECNOLOGIA ASSISTIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL: A ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM PAUTA	271
<i>Thaís Meireles de Oliveira</i>	
<i>Joyce Santana Araújo Silva</i>	
Capítulo 22 - TRIPÉ ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO E DESAFIOS PARA A INTEGRAÇÃO DAS IES COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	283
<i>Luciano Araújo Lima</i>	
Capítulo 23 - IMPLICAÇÕES DAS PESQUISAS UNIVERSITÁRIAS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: EXEMPLOS PRÁTICOS DO CONTEXTO BAIANO	293
<i>Nadjanara Lopes de Abreu Araújo</i>	

Capítulo 24 - DIÁLOGOS INTERVENTIVOS NUMA SOCIEDADE DE CLASSES: COMO AS PESQUISAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO SE POSICIONAM?	303

Maria Cremilda Lima Santos
Sirlei Aparecida de Almeida Ribeiro
Janeide Bispo Santos

Capítulo 25 - REFLEXÕES INTERDISCIPLINARES SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NA ESCOLA PÚBLICA	317

Emerson Almeida dos Santos Sousa
Mônica Moreira de Oliveira Torres

Capítulo 26 - LITERATURA NEGRA PERIFÉRICA DE SALVADOR: TECNOLOGIA INTERDISCIPLINAR, PARA DISCUSSÃO DE RAÇA E GÊNERO	331

Fabricia Santos de Jesus

Capítulo 27 - RACISMO E SEU IMPACTO NA SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES E ESTUDANTES	345

Daiane dos Santos Ramos

Capítulo 28 - A FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS NA INTERSECÇÃO DA LINGUAGEM, RACISMO E GÊNERO: UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR.....	357

Suzete Patrocinio de Souza
Angélica Gimenes Naranjos
Patrícia Júlia Souza Coelho

Capítulo 29 - A INVISIBILIDADE DO FALAR NEGRO FEMININO: RACISMO LINGUÍSTICO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR	369

Pedro Jorge Silva Melo
César Costa Vitorino

Capítulo 30 - A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O RACISMO ESTRUTURAL: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	379

Adriana Santos Costa

Cristiano Matheus Nogueira Silva de Oliveira

Selma Barros Daltro de Castro

Capítulo 31 - A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O RECONHECIMENTO À DIVERSIDADE HUMANA: UMA DISCUSSÃO NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR	391

Leilany Marry Brizolara Silva

Marcia Torres Neri Soares

Capítulo 32 - A LEITURA COMO JANELA PARA A COMPREENSÃO DO MUNDO: O PAPEL DO PROFESSOR MEDIADOR.....	401

Indaiara Sant Anna Silva de Carvalho

César Costa Vitorino

Capítulo 33 - PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES: FORMAÇÃO DOCENTE, LINGUAGEM, RACISMO E GÊNERO	415

Érica Santos Araújo

Ivonete Barreto de Amorim

Capítulo 34 - ENTRE CORDIALIDADE E IMOBILIDADE SOCIAL: A REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO E SEUS EFEITOS EM 'MARIANA' DE MACHADO DE ASSIS	425

Leane de Magalhães Silva

Sandra Heloísa Teixeira Reis

Karla Cruz Bacelar dos Santos

SOBRE OS ORGANIZADORES E AUTORES	439

PREFÁCIO

A presente coletânea é o resultado de eventos acadêmicos realizado pela Universidade do Estado da Bahia e pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), ofertado pelo Departamento de Educação *Campus XI* desta universidade. Com textos de professores, estudantes e funcionários, as contribuições são ricas em problematizar, teorizar e apresentar resultados de pesquisas científicas, além de introduzir temáticas contemporâneas, importantes para as intervenções socioeducativas e psicossociais. Desta forma, o convite para a leitura é apresentado neste prefácio, que tem por objetivo, destacar algumas das ideias explícitas e implícitas nos textos, sintetizados a seguir.

Diante do exposto, as iniquidades e em especial as desigualdades, culturais, sociais e econômicas, de gênero, raça e orientação sexual, são históricas e perpassam também as estruturas que se originaram no processo e modelo de racionalidade ética e étnico-civilizatória dos diferentes grupos étnicos. O modelo civilizacional da modernidade/colonialidade, entretanto, estabeleceu relações de poder/saber que deram privilégios e hierarquizaram a sociedade brasileira a partir de categorias sociais que se interseccionam. Deste modo, o poder/saber é: masculino, caucasiano, cristão, heterossexual e colonial.

Uma das principais características do modelo civilizatório dominante e seu ponto de vista étnico-racial foi construído a partir de um Estado patriarcal. Patriarcalismo que representa uma racionalidade ética e étnica civilizacional que foi/é uma tecnologia de conquista, dominação e opressão, presentes nos diferentes aparelhos ideológicos do Estado. Assim, o Sistema Patriarcal que se reproduziu/reproduz, entre outras coisas, nas relações de silenciamento, eliminação, inferiorização, negação, por fim, subalternização na forma de existir, de todos, todas e todes é um tipo de “Mão Invisível” que reproduz as relações nas suas instituições educacionais e consequentemente no Sistema de Ensino.

Assim, a definição de lugares e posições na sociedade, são determinadas por uma colonialidade de poder/saber, que colocam os indesejáveis do sistema em desvantagens. A condição de mulher, a intersecção de raça/gênero, as mulheres negras (pretas e pardas) e em especial as mulheres pretas historicamente têm sido motivo de desigualdades de gênero em

diversos espaços de poder/saber. Assim, podemos começar a compreender, qual os “modos operandi” do patriarcado na reprodução de parte das desigualdades e iniquidades que tem levado a uma trajetória de resistência, luta e resiliência de mulheres, que apesar das grandes dificuldades, sempre estiveram presentes na Ciência, Tecnologia e Inovação – CT&I no mundo científico.

A identificação em especial com “a posição do feminino”, envolvendo especialmente toda a comunidade LGBTQIAPN+ e as posições heterossexuais, fizeram com que homens e mulheres sofressem com as iniquidade e desigualdades, associada a condição feminina e os lugares estabelecidos pelo patriarcalismo. Deste modo, todos recebem as consequências do não aproveitamento das contribuições das mulheres e do feminino para a racionalidade civilizacional. Racionalidade maniqueísta que dicotomizou e dialetizou o saber/poder entre opostos e diferentes, ao invés de uma racionalidade dual, da complementariedade. Deste modo, a colonialidade científica e civilizacional estão diretamente relacionadas ao ponto de vista étnico-racial, suas tecnologias e seus “modos operandi”, onde mulheres e o feminino são desprezados.

Com um patriarcalismo oriundo principalmente de uma cultura da violência, da guerra e do domínio sobre o outro, a cultura do poder/saber que foi/é hegemonizada no processo e modelo de sociedade e Estado. Com o deslocamento e ocupação do planeta a partir de invasões, saques e estupros, o masculino consolidou-se no mundo como padrão de civilização. Assim, o desenvolvimento civilizacional é compreendido e explicado a partir de suas marcas genéticas e culturais que terminam por caracterizar a reprodução da racionalidade ética e étnico-civilizatória também dos sistemas econômicos.

Quando pensamos em desenvolvimento econômico e social, sustentabilidade e cultura, progresso e modernidade, produção de conhecimento e inventividade, não podemos deixar de pensar em Ciência, Tecnologia e Inovação. Entretanto, a representação social, os estereótipos de gênero e os perfis de cientista, de intelectuais, de inventores, de pesquisadores, engenheiros, físicos, ou ainda, gestores, economistas, matemáticos, cientistas da computação etc., raramente tem imagens associadas ao feminino ou a mulheres. Parece que ainda continuamos pensando que lugar de mulher e do feminino é na cozinha e cuidando da família, ou em situação de passividade. Lugares que condicionaram historicamente as mulheres ao distanciamento de uma formação científica, já na educação básica.

A alfabetização e letramento científico, assim como a produção textual e acadêmica, na formação de estudantes da educação básica e superior, envolvem diversas nuances no desenvolvimento de várias competências essenciais, que vão além da formalidade curricular. Com efeito, as habilidades e competências científicas, tem uma forte responsabilidade no meio acadêmico e científico, necessitando que seja considerado determinados critérios e variáveis. Formação que deve além de obedecer a um método e rigor metodológico, também deve criar a possibilidade de desobediência epistêmica, fundamental, para a democratização e resistência ao epistemicídio da colonialidade de saber.

Nesse sentido, torna-se necessário uma cultura e educação científica articulada a construção de uma rotina acadêmica para o desenvolvimento de habilidades e competências. A cultura científica, entretanto, não pode deixar de considerar a lei 10.639/03 e 11.645/08 como elementos de inovação na tradição acadêmica e científica da universidade. Para um pensamento crítico e reflexivo na produção científica, a exemplo de atividades acadêmicas como o Seminário e Colóquio sobre essa temática promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social – PPGIES, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

Diversos são os aspectos relacionados à ciência e a produção de conhecimento, isto é, a produção científica uma no Brasil está submetida a um Sistema de Pós-graduação complexo, oriundo de um Sistema de Ensino, que reproduz todo um sistema econômico, social, cultural, filosófico e geopolítico. A educação científica na cultura educacional brasileira é assim, de um sistema de relações de poder/saber. Entretanto, a alfabetização e o letramento científico são pilares essenciais para um modelo de emancipação e conseqüentemente, o progresso da ciência, tecnologia e inovação. A formação de uma cidadania consciente e crítica, uma sociedade informada e com acesso aos avanços de pensamento científico são as bases para uma ciência para todos.

Os estudantes e a comunidade escolar e acadêmica ao compreenderem sua importância na construção de uma CT&I democrática e plural, estarão mais bem preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo e contribuir para o avanço do conhecimento e desenvolvimento humano. A formação para uma produção científica emancipatória, eficiente, eficaz, efetiva e resolutiva, implica em uma análise crítica e transdisciplinar dos problemas de nossa contemporaneidade mundial e das contemporaneidade locais, desenvolvendo nos estudantes uma habilidade de comunicar efetivamente descobertas científicas, através de artigos, podcast e outras

Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDIC's, produzindo, avaliando, divulgando e interpretando informações científicas de forma referendada na consciência dos processos sociopolíticos, político filosóficos, geopolíticos do campo científico. Aspectos esses que vão evidenciar tradições discursos e relações, evitando-se inclusive o uso subalternizante do saber.

Uma educação científica e uma cultura educacional decolonial, pautadas em evidências faz parte de um processo de diálogo com outras tradições de saberes onde linguagem científica e prática social se encontram. Esse diálogo desempenha um papel fundamental na aprendizagem, permitindo que o raciocínio científico plural e com as contribuições de diferentes formas de problematizar a realidade, seja enriquecido com correlações, associações e identificações. Logo, ao contribuir para uma teoria da aprendizagem, a educação científica como cultura forma *habitus* para o desenvolvimento soluções aplicáveis a realidade dos estudantes, possibilite a avaliação de alternativas, construa conexões, planejem e executem intervenções de maneira eficaz. Esse processo socioeducativo ajuda a transformar o pensamento, a ciência, a tecnologias e a inovação em instrumentos de avanço do campo social e científico para uma Ciência Cidadã.

A escrita científica é uma prática imprescindível no contexto educacional e em especial acadêmico, sendo o principal veículo de comunicação, divulgação e popularização das descobertas, teorias e avanços da ciência. Sua especificidade exige além do conhecimento do que se pretende comunicar, a objetividade, a clareza, a precisão e o respeito a determinadas normas. Entretanto, ela viabilizar o acesso ao público em geral, sendo importante também seus aspectos didáticos. Sem esquecer que o sujeito é um sujeito de linguagem, a escrita científica é sempre um pouco de uma escrita implicada.

Como um processo que envolve as relações sujeito-objeto-conhecimento, a produção científica implica também em desafios subjetivos. Esses desafios refletem aspectos inconscientes que influenciam na produção, que envolve desejos, sintomas e relações entre o Real, Simbólico e Imaginário, presente nas relações do pesquisador com seus objetos, inclusive, seguindo Lacan, o objeto pequeno (a). Desta forma, implica em resistências, identificações e identidades, bloqueios, sofrimento, dor, gozo, satisfação, etc., e também alienação e desejos, inclusive ao desejo do Outro. Um Outro que se representa no modelo civilizatório, no sistema econômico, no Sistema de Pós-graduação (na CAPES, CNPq,

FINEP, nas Universidade e nos Programas de Pós-graduação e PIBID). Assim, a produção científica na pós-graduação revela-se muito mais que um instrumento de comunicação ou uma exigência do mundo acadêmico, mas um potente recurso de atualização de desejos, vivências e alienações, onde a escrita em parte de si e do outro evidencia a presença de discursos e um processo psicanalítico.

Advinda de uma formação básica e superior deficiente de alfabetização e letramento científico e na autoria e autonomia intelectual, a escrita científica desempenhar um papel fundamental na divulgação, disseminação e popularização das ciências. Ainda é significativa a pouca familiaridade com a cultura acadêmica e científica e uma reduzida erudição teórica, quando observamos a formação universitária em geral. Os estudantes apresentam dificuldades na compreensão simples das normas de formatação e estilo, na organização e estruturação de ideias, e na comunicação clara e concisa de resultados de pesquisas. Entretanto, ainda que o uso de IA (inteligência artificial) na produção de textos científicos seja uma realidade desafiadora que trará potencial impacto no mundo acadêmico, observamos uma dificuldade em dialogar com os conteúdos coletados e produzidos pela IA.

A dificuldade de desenvolvimento de uma autonomia intelectual na prática de pesquisa, está relacionada ao modelo de aprendizagem, com especial atenção para o modelo reprodutivista e produtivistas de uma cultura economicista e da submissão intelectual ao outro, com pouca valorização do protagonismo estudantil no Sistema de Ensino. Deste modo, uma educação emancipatória em uma sociedade pós-colonial, requer uma reflexão crítica sobre os Planos de Educação, dos Planos de Desenvolvimento das Instituições de Ensino formal e não formal, do Projetos Políticos e Pedagógicos das escolas e das instituições de educação superior.

A emancipação intelectual dos subalternizados vai na direção de uma liberdade para o subalterno falar, apresentar seu sistema de pensamento, seus saberes, tecnologias e referências civilizacionais. Essa é a grande inovação no processo científico, deixar as mulheres, as mulheres camponesas e da zona rural, os (as) indígenas, os (as) afrodescendentes, a comunidade LGBTQIAPN+ falar. Com seus métodos, categorias, cosmovisões, princípios e tradições, bibliografias, variáveis, formas de problematizar, seus objetos, suas trajetórias etc. Para que o subalterno possa falar, ele no mínimo deve ter seus direitos, inclusive direitos iguais no mundo do trabalho, e respeito a diferença.

A presença da mulher no campo científico tem sido, ao longo do tempo, permeada por conquistas e desafios, dos quais muitos estão pautados na luta contra a discriminação de gênero, a inferiorização das mulheres e do feminino, assim como contra o sistema patriarcal, inclusive na ciência. Então, discutir equidade de gênero é mais do que lutar por salários iguais e oportunidades, é também, por um outro modelo de relações e de produção, um outro modelo de masculinidade e racionalidade científica que põe em oposição: objetividade e subjetividade; razão e emoção; método e intuição.

Sem deixar de considerar a necessidade de diferencia as racionalidades do senso comum, saberes tradicionais e da ciência, a escrita acadêmica da mulher e do feminino assim, tem demonstrado garantir o rigor científico sem a rigidez paralisante e repetitiva de estereótipos, de lugares, posições e identidades fixas. Uma ciência e uma escrita científica flexível e adaptável às contemporaneidades e realidades, em suas dimensões metodológicas, teóricas e éticas. Destarte, inspirado em tradições dos Movimentos Negros, em um intelectualidade feminina e em um “mulherismo africana”, entre outros, a pesquisa feminina fortemente presente no sistema de pensamento e no ponto de vista étnico-racial afro-diaspórico, tem configurado a tradição de pesquisadores e pesquisadoras negros e negras no campo científico, que reivindicam o direito de falar, de produzir conhecimento científico, inovar considerando suas ancestralidades e seus saberes tradicionais e tecnologias milenares de mulheres negras .

A resistência ao epistemicídio, o enfrentamento ao racismo estrutural, sistêmico e institucional e a ruptura/desobediência/insurgência teórico-metodológica, são etapas de uma descolonização do pensamento e do conhecimento. Uma desobediência intelectual da bibliografia e autores chamados de clássicos, de uma insurgência epistêmica no deslocamento para o diálogo com os saberes ancestrais, logo, caminho para uma CT&I decolonial, não patriarcal e afirmativa, perpassa, seguindo o mulherismo africana, por negras mulheres pobres, suas intelectualidades, suas formas de pensar e fazer ciência, tecnologia e inovação, em diálogo e negociação com as outras interseccionalidades.

Deste modo, a inclusão da pessoa com deficiência e as mulheres da zona rural, com um percurso de vida impregnado na roça, de modo que as suas vivências são elaboradas a partir das labutas diárias, bem como as agruras que estas são submetidas, não podem ficar fora desse espaço, por isso, a problemática está posta a partir da conjuntura de formação de um modelo de sociedade cidadania e de uma racionalidade patriarcal em que as mulheres que vivem e sobrevivem no/do campo foram subjugadas

no processo de urbanização e civilização. Em vista disso, considera-se, a necessidade de romper com a hegemonia da cidade em um contexto das zonas rurais dos municípios, e sua participação na pesquisa.

A centralidade do diálogo sobre as trajetórias, obstáculos, lutas, conquistas e desafios das mulheres pela emancipação e pelo acesso à educação em especial a pesquisa, pós-graduação, assim como a CT&I, evidenciou que por muito tempo foi negado o acesso e ocupação dos espaços de poder no campo científico. A visibilização da discriminação, pela questão sexista, em que pesquisadoras, atualmente renomadas, vivenciaram no decorrer de suas vidas e a abordagem interdisciplinar e transdisciplinar desta coletânea, fortalecem a relevância do Programa de Pós-graduação em Intervenções Educativas e Sociais. Trazendo questões feministas e considerando a inserção das mulheres aos processos socioeducativos, na pesquisa e ensino de pós-graduação, o PPGIES contribui para a redução das iniquidades e desigualdades de gênero, possibilitando com que a mulher e o feminino possam alcançar a sua emancipação social e política. Nesta direção, a presente coletânea visa contribuir para a promoção de transformações necessárias na sociedade, em sua contemporaneidade e territorialidade, considerando o global e local do contexto em que estão inseridas, por meio da produção do conhecimento científico.

30 de outubro de 2024.

Dr. Romilson da Silva Sousa

APRESENTAÇÃO

Esta obra não é apenas um conjunto de textos acadêmicos; é uma travessia. Como um mosaico cuidadosamente construído, a coletânea reflete o pulsar da vida em suas múltiplas dimensões — o intelectual, o social, o político e o humano. Cada página convida o leitor a uma jornada existencial, a um enfrentamento com as questões mais profundas e enraizadas de nossa existência coletiva: o que significa viver em um mundo marcado por desigualdades, silêncios e marginalizações? Como podemos nos reconstruir diante da opressão e reivindicar nossa humanidade?

Sob a luz de uma perspectiva fenomenológica, cada texto emerge como um fenômeno único, revelando-se ao leitor e desafiando-o a compreender as estruturas invisíveis que sustentam o real. As vozes aqui reunidas não apenas relatam, mas clamam, inquietam, perturbam. São ecos de subjetividades que se levantam contra as forças desumanizadoras do patriarcado, do colonialismo e das hierarquias que negam o feminino, o diverso, o plural.

Esta coletânea é um mito moderno. Em suas linhas, encontramos o arquétipo da luta pela emancipação, o renascimento de uma ciência que se recusa a ser fria e distante, mas que abraça a subjetividade, a emoção e o engajamento ético. A mulher científica, retratada em suas páginas, surge como uma figura mítica, a heroína que desafia as estruturas de poder, que atravessa os labirintos do preconceito e ilumina com sua presença os corredores muitas vezes sombrios do saber acadêmico. Aqui, ela é tanto Hipátia de Alexandria, que enfrentou a violência da intolerância, quanto as pesquisadoras contemporâneas que desconstroem estereótipos e criam novos horizontes.

Em sua essência existencialista, esta obra nos provoca a refletir: que escolhas faremos diante do absurdo? Como construímos sentido em um mundo onde a colonialidade ainda aprisiona mentes e corpos? E, acima de tudo, como o saber pode nos libertar? Cada texto é um apelo à responsabilidade, à autenticidade, ao ato de criar — não apenas conhecimento, mas uma nova forma de ser e estar no mundo.

Desse modo, é importante apresentar brevemente a origem das palavras seminário e colóquio, assim como a intencionalidade das propostas

acadêmicas do Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) para a realização de tais eventos acadêmicos.

Seminário, palavra oriunda do latim *seminarium*, derivado de *semen*, *seminis*, isto é, “semente”, diz respeito a uma prática acadêmica que se caracteriza pela socialização de textos – sua análise e discussão, apropriação e produção – e por se centrar mais na realização dos trabalhos escritos intermédios de cada um dos seus participantes do que, propriamente, em um produto final individualizado. É um espaço pedagógico estruturalmente associado ao processo da pesquisa a partir de uma perspectiva analítica e metodológica particular.

O PPGIES/UNEB organizou o I Seminário Escrita Científica, que ocorreu no dia 07 de março de 2024, no auditório campus XI – Serrinha–Bahia, e contou com a presença dos discentes atuais e egressos do PPGIES, docentes, funcionários da instituição e membros de outras instituições.

A escrita científica é um processo que, como o psicanalítico, nos faz primeiro circular por entre as fendas de nossas vivências e tirar do que nos movimenta a energia necessária que será matéria-prima do trabalho a ser realizado. Os psíquicos e as configurações internas que se põem em cena são tão diferentes como intensos, porque a escrita psicanalítica não se limita a descrever, transcrever, copiar ou relatar. Assim, podemos descobrir a escrita psicanalítica, acima de tudo, como criação, invenção, descoberta e realização; e descobrirmo-nos como autores capazes de pensar, escrever o que pensar e assumir essa escrita. E aí deixar ganhar o mundo.

A escrita tira o seu produtor de qualquer posição mais cômoda que se pretenda manter. Por ela, somos constantemente desafiados por um estado de não saber, de indefinição e de incerteza que nos coloca em uma posição difícil, acostumados que estamos a ter domínio das situações. A tolerância e a paciência na escrita são, acima de tudo, um exercício de renúncias que se efetua em vários níveis: não sabemos tudo, não abarcamos toda a teoria, não esgotamos o assunto, não lemos todos os autores, não examinamos todos os pontos, não escrevemos tão bem como gostaríamos, não sabemos o que escrever, nem por onde começar nem como organizar – esta sequência de não marca nossas falhas, a falta. É assim que a escrita tanto desafiará como ferirá nosso narcisismo. (Meira, 2023)

O termo de origem latina *collōqui* (“conversar”, “conferenciar”) derivou em *colloquium*, que chegou ao nosso idioma como *colóquio*. Neste sentido, podemos associar *colóquio* a mesa redonda, conferência,

painel ou debate. Aqueles que participam de um colóquio trocam opiniões e experiências, na presença de outras pessoas que têm interesse pela temática em discussão.

Organizamos o I Colóquio: “Mulheres na ciência: avanços e desafios, promovido pelo PPGIES/UNEB, e teve a participação de mestrandos do referido Programa, assim como de um público externo. O evento ocorreu em 08 de março de 2024. Na oportunidade, refletiu -se sobre a participação das mulheres nas atividades científicas com destaque das mulheres na matemática, garantindo igualdade de oportunidades, combatendo preconceitos de gênero. Houve concordância por parte dos participantes sobre a proposta da promoção de uma cultura inclusiva e equitativa. O evento contribuiu para o avanço do debate sobre a igualdade de gênero na ciência e a implementação de políticas públicas que promovam uma cultura científica mais diversificada, justa e inclusiva.

Vale ressaltar que numa retomada histórica evidencia-se que as mulheres enfrentaram e ainda enfrentam, no século XXI, inúmeras barreiras sociais, culturais e institucionais que limitaram sua participação na ciência e na tecnologia. Essas barreiras incluíram discriminação de gênero, falta de acesso à educação e oportunidades profissionais, além de estereótipos persistentes que subestimam suas capacidades.

Na verdade, o feminismo contemporâneo contribuiu para transformar a posição das mulheres na ciência, pois, nas últimas décadas, aconteceram avanços significativos no que diz respeito à inserção e à participação das mulheres no campo científico. Atualmente, é possível perceber o número expressivo de mulheres em muitas universidades e instituições de pesquisa. Contudo, verifica-se que essa participação vem ocorrendo de modo dicotomizado, uma vez que as mulheres tendem a se concentrar em áreas, a saber: Psicologia, Linguística, Nutrição, Serviço Social, Fonoaudiologia, Economia Doméstica e Enfermagem, os chamados “guetos femininos” (FELÍCIO, 2010).

Faz-se necessário incorporar uma consciência crítica de gênero principalmente na formação básica de jovens cientistas; é necessário problematizar o pressuposto de que a ciência é neutra com relação às questões de gênero, revelando que os valores e as características socialmente atribuídos às mulheres são desvalorizados na produção do conhecimento, e que desigualdades de gênero perpassam o campo científico. (Silva; Ribeiro, 2014).

O primeiro capítulo, intitulado: “Mulheres na matemática: reflexões e contribuições”, dos autores Aline Confessor Marques de Araújo e João Batista Vicente do Nascimento, tem como objetivo promover reflexões a respeito da trajetória das mulheres nesta área, bem como suas contribuições para os grupos sociais. A metodologia utilizada é de abordagem qualitativa, em que procurou interpretar, observar e refletir à medida que as análises ocorrem. Com base em pesquisa bibliográfica, o referencial teórico compõe-se dos seguintes autores: Nhampoca e Aviz (2021), Nhampoca (2021), Oliveira (2012), Freire (2000), Garbi (2009) e outros, que refletem a participação das mulheres nas atividades científicas.

Os autores Cristiano Matheus Nogueira Silva de Oliveira, Adriana Santos Costa e Selma Barros Daltro de Castro, no segundo capítulo, “Perspectivas conceituais acerca das mulheres na ciência: análises oriundas de leituras e inserção em um colóquio”, objetivou analisar a participação e os avanços acerca da atuação feminina na ciência. Teve como inspiração metodológica, a pesquisa bibliográfica, apresentando as discussões teóricas e marcos conceituais baseados nos autores, Coelho (2024), Casimiro (2014), Lima e Mito (2007), Nhampoca (2021) e Nogueira (2011). Percebe-se um crescimento da produção científica feminina, no entanto, a visibilidade e a ocupação de espaços de destaque no universo científico ainda se apresentam como desafios a serem superados.

O terceiro capítulo, intitulado “Mulheres na ciência e a busca pela igualdade de oportunidades” das autoras Daiane dos Santos Ramos e Priscila Vogel Nunes Pinheiro, aborda o desafio contínuo que as mulheres enfrentam no campo da ciência devido a desigualdades estruturais e culturais. Discute as barreiras enfrentadas pelas mulheres na obtenção de oportunidades iguais, como preconceito de gênero e falta de representação em cargos de liderança. Buscando uma melhor compreensão sobre esse tema, realizou-se uma pesquisa bibliográfica em bancos de dados, incluindo o Scientific Electronic Library Online (SciELO), a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e o Google Acadêmico, dos últimos cinco anos. Os resultados apontam a importância de um compromisso contínuo para eliminar essas disparidades e promover uma cultura científica mais diversificada e inclusiva.

Os autores Aderilson Anunciação de Oliveira e Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres, no quarto capítulo, “Entrelace da saúde mental e a vivência universitária: tensionamentos sobre os impactos psicológicos do trabalho de conclusão de curso em graduandos de psicologia”, tem por objetivo produzir tensionamentos a respeito da saúde mental de

universitários, em especial aqueles que estão vivenciando a obrigatoriedade da produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tendo em vista que este produto carece de um rigor técnico, teórico e ético por conta de ser uma escrita científica. Este trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. As considerações parciais apontam que o processo de desenvolvimento e aprimoramento profissional se dá mediante um conglomerado de desafios.

O quinto capítulo, intitulado “Contribuições femininas: reflexões históricas e contemporâneas em ciência, tecnologia e games” dos autores Emerson Almeida dos Santos Sousa e Mônica Moreira de Oliveira Torres, objetiva apresentar o histórico da participação das mulheres na ciência e na tecnologia, com destaque para participação feminina no universo dos games. Inicialmente, é apresentado um breve histórico das contribuições femininas na ciência, desde cientistas da antiguidade como Hipátia de Alexandria até cientistas modernas como Mayana Zatz. Em seguida, são discutidos os avanços das mulheres na tecnologia, com exemplos como Ada Lovelace e Grace Hopper, e na indústria de jogos digitais, destacando a predominância feminina entre os jogadores e o crescimento gradual da participação feminina como desenvolvedoras. Adotamos a abordagem qualitativa com revisão de literatura na metodologia. Conclui-se que a presença das mulheres nestes campos não apenas desafia estereótipos de gênero, mas também promove a diversidade, inovação e inclusão, sendo essencial para o avanço e a inovação nesses setores.

As autoras Nadjanara Lopes de Abreu Araújo, Érica Santos Araújo e Ivonete Barreto de Amorim, no sexto capítulo, “Contribuições da escrita científica para a formação do pesquisador”, tem como objetivo refletir acerca da construção das habilidades técnicas, do pensamento crítico e reflexivo, da contextualização e capacidade de argumentação necessárias para a produção científica a fim de discutir com base no Seminário sobre Escrita Científica promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social. Partindo das discussões do evento, utilizamos para contextualização e embasamento a pesquisa qualitativa e, como procedimento a pesquisa bibliográfica que foram essenciais para as discussões que reverberaram o trabalho. Através das reflexões é pertinente reafirmar que a escrita científica, comunica novas descobertas, direciona inovações e ponderações, exigindo habilidades técnicas, pensamento crítico e reflexivo, além do compromisso com o rigor científico e ético, representa uma ferramenta de comunicação do conhecimento enriquecendo o campo da pesquisa e o desenvolvimento pessoal e profissional do pesquisador.

O sétimo capítulo, intitulado “E Eu, Eu Não Sou uma Cientista?”: Intelectualidade Negra e a Monocultura do Rigor ao Epistemicídio” da autora Fabricia Santos de Jesus, tem como objetivo analisar julgamentos realizados nas construções de conhecimento oriundos de mulheres negras, refletindo neste sentido, acerca do modelo monocultural adotado para definir a constituição do conhecimento. De cunho bibliográfico, inspira-se na metodologia da escritivências, utilizando como ponto de partida as inquietações da autora, mulher negra, pesquisadora, produzidas durante o I Colóquio: “Mulheres na ciência: avanços e desafios”, realizado nas dependências da Universidade do Estado da Bahia, campus XI, Serrinha, em oito de março de dois mil e vinte e quatro. Os resultados desta reflexão apontam para mulheres negras como geradora de conhecimentos, sendo esses conhecimentos, frutos de uma intelectualidade politicamente organizada, conscientes das implicações sócio-históricas que lhes atravessam.

Os autores Indaiara Sant Anna Silva de Carvalho e César Costa Vitorino, no oitavo capítulo, intitulado “Letramento científico: enfrentamentos e possibilidades”, tem como objetivo discutir conceitos relacionados ao letramento científico e à importância da escrita acadêmica, a fim de compreender como o letramento científico está inserido nas pesquisas. Trata-se de um estudo de revisão de literatura em periódicos nacionais e internacionais, com foco na área de Educação. Os resultados e discussões incluem uma análise crítica da escrita científica e do letramento científico, enfatizando a habilidade de comunicar efetivamente descobertas científicas e a importância de interpretar e avaliar informações científicas de forma crítica.

O nono capítulo, intitulado “A escrita científica: aprendizagem e construção para/na inclusão de pessoas com deficiência”, das autoras Joyce Santana Araújo Silva, Thaís Meireles de oliveira e Marcia Torres Neri Soares, tem como objetivo realizar reflexões sobre a contribuição da escrita científica no processo de aprendizagem e construção da ciência, bem como a revisão da literatura no desenvolvimento de textos científicos. Os caminhos metodológicos adotados pautaram-se numa pesquisa de cunho bibliográfico permitindo-nos a realização de diversas leituras referentes ao tema abordado. Assim, as considerações finais reafirmam a importância da escrita científica para o processo de aprendizagem, construção da ciência e contribuição para a formação cidadã.

As autoras Karla Cruz Bacelar dos Santos, Leane de Magalhães Silva e Sandra Heloísa Teixeira Reis, no décimo capítulo, intitulado “Dis(sabores) da escrita científica na perspectiva de gênero: breves reflexões”, tem como

objetivo refletir os (Dis)sabores da escrita científica a partir dos textos de Meira (2023) e Rodrigues (2022) apresentados no I seminário: “Escrita científica” promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) do Departamento de Educação do Campus XI – Serrinha da Universidade do Estado da Bahia. As breves reflexões sobre a escrita científica trazidas neste estudo estão ancoradas além dos textos das autoras supracitadas, nas discussões ocorridas no evento durante a apresentação do palestrante, o Professor Doutor César Costa Vitorino (2024). A metodologia utilizada é referenciada na pesquisa bibliográfica, Fonseca (2002) e na abordagem qualitativa, Minayo (2007). As considerações finais indicam a escrita científica para além de um ato de criação, uma ação de percepção de si e do mundo.

O capítulo 11, intitulado “Escrita científica e desafios no contexto das tencolocais - uma análise a luz do I Seminário Escrita Científica do MPIES”, das autoras Kellen Gama Pêpe e Mônica Moreira de Oliveira Torres, tem como objetivo geral analisar a importância da escrita científica, os desafios desbravados pelos estudantes acadêmicos no que diz a essa modalidade de escrita, e os avanços da inteligência artificial. O trabalho adota a pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e as categorias abordadas se referenciam em Oliveira (2019), Oliveira (2015), Rodrigues (2022), Vitorino (2024), dentre outros. As considerações parciais apontam que a escrita científica desempenha um papel fundamental no progresso da ciência e na promoção da alfabetização científica, que os estudantes acadêmicos apresentam dificuldades na compreensão das normas de formatação e estilo, na organização e estruturação de ideias, e na comunicação clara e concisa de resultados de pesquisas e ainda que, o uso de IA (inteligência artificial) na produção de textos científicos é uma realidade desafiadora que trará potencial impacto no mundo acadêmico.

As autoras Leilany Marry Brizolara Silva e Marcia Torres Neri Soares, no capítulo 12, intitulado “Mulher e ciência: entrelaces sob perspectivas teóricas”, tem como objetivo manifestar reflexões a partir das referências bibliográficas ofertadas no Programa de Pós Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), concomitantemente à exposição oral realizada durante o I Colóquio: Mulheres na ciência: Avanços e desafios, ocorrido no *Campus XI* em Serrinha-BA, em março de 2024. Foi utilizada a abordagem qualitativa, com o propósito de aclarar os aspectos latentes ao tema, agregando um caráter mais subjetivo à análise. Em vista disso, ancoramos em uma pesquisa bibliográfica, tendo como referencial teórico autores como Nhampoca

(2021), Nhampoca e Aviz (2021), Casimiro (2004), contribuindo de forma significativa sobre as mulheres na ciência, seus desafios e conquistas.

O capítulo 13, intitulado de “Escrita acrítica na produção científica: desafios e possibilidades do desenvolvimento da autonomia intelectual” dos autores Luciano Araújo Lima e Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres, aborda a problemática da escrita acrítica na produção científica e discute as possibilidades de desenvolvimento da autonomia intelectual. Com base em uma metodologia qualitativa e revisão bibliográfica, este estudo propõe uma reflexão sobre a importância da crítica e da inovação no processo científico, ressaltando a necessidade de uma educação que fomente o pensamento crítico e a originalidade na pesquisa acadêmica. Baseamos a revisão bibliográfica em Macedo (2009), Mignolo (2008), Fairchild (2021) e Rodrigues (2002).

Os autores Pedro Jorge Silva Melo e César Costa Vitorino, no capítulo 14, intitulado “O impedimento do florescer feminino: a trajetória da mulher na ciência”, objetivou-se refletir a respeito das variadas barreiras encontradas pelas mulheres em seu processo histórico de vida na busca de seu espaço na sociedade. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, visto que se utiliza da produção teórica disponível na literatura, unido ao conteúdo ministrado no I Colóquio do PPGIES que aconteceu no auditório da UNEB, Campus XI, Serrinha/BA, e que trouxe como tema os desafios da mulher na ciência. Com isso, ficou evidente que a trajetória da mulher nas ciências encontra diversos impedimentos para que a presença, permanência e reconhecimento delas sejam efetivados.

O capítulo 15, intitulado “Mulheres do/no campo: enfrentamentos e rupturas - um legado de resistências”, das autoras Maria Cremilda Lima Santos, Sirlei Aparecida de Almeida Ribeiro e Janeide Bispo Santos, visa contribuir com as discussões acerca das mulheres camponesas que possuem seu percurso de vida impregnado no campo, de modo que as suas vivências são testificadas através das labutas diárias, bem como as agruras que estas são submetidas, por isso, discute-se as superações que as mulheres do/no campo obtiveram a partir dos despertamentos e reivindicações na história do nosso país. A metodologia está pautada na análise bibliográfica e o seu desenho sustenta-se no Colóquio Científico - Mulheres na Ciência: Avanços e Desafios, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social da Universidade do Estado da Bahia/Campus XI, ocorrido em oito de março de 2024. A problemática está posta a partir da conjuntura de formação patriarcal em que as mulheres que vivem e sobrevivem no/do campo foram subjugadas no território brasileiro.

Os autores Marizete Barbosa de Lima Souza e Everton Nery Carneiro, no capítulo 16, intitulado “Protagonismo das mulheres na ciência: desafios e perspectivas”, tem como objetivo compreender a trajetória das mulheres na ciência, destacando suas conquistas históricas e os desafios enfrentados voltados à promoção da igualdade de gênero. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica que visa ampliar o debate a respeito do protagonismo feminino na ciência. Os resultados mostram que apesar de inúmeras conquistas, as mulheres continuam a enfrentar desafios significativos apontando desigualdade de gênero, discriminação e preconceito.

O capítulo 17, intitulado “Mulheres na ciência: um contexto de lutas das mulheres pelo acesso e permanência à educação”, das autoras Suzete Patrocínio de Souza, Angélica Gimenes Naranjos e Patrícia Júlia Souza Coelho, que teve com centralidade dialogar sobre as lutas das mulheres pela emancipação e pelo acesso à educação, por muito tempo negado, para que, assim, possam transformar seu contexto social. Neste colóquio houve a visibilidade da discriminação, pela questão sexista, em que pesquisadoras, atualmente renomadas, vivenciaram no decorrer de suas vidas. Este capítulo de cunho bibliográfico se fundamentou em Casimiro (2014), Nhampoca (2021); Nhampoca; Aviz (2021) as quais dialogaram acerca das questões feministas, considerando a inserção das mulheres aos processos educativos, a fim de alcançarem a sua emancipação social e política, como também promoverem transformações necessárias na sociedade em que estão inseridas, por meio da produção do conhecimento científico.

Os autores Aderilson Anunciação de Oliveira e Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres, no capítulo 18, intitulado “Cartografia de saberes decoloniais: o PPGIES como instrumento da política de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) para fomento a produção científica no território do sisal”, tem por objetivo geral refletir a respeito de como o Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social - PPGIES se consolida como instrumento da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) para a efetivação da produção de saberes científicos decoloniais no território do sisal. A partir das reflexões expostas neste trabalho é possível afirmar que a perspectiva cartográfica de Deleuze e Guattari (1985), oportuniza o reconhecimento do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social como instrumento acadêmico para a elaboração de saberes decoloniais por meio de uma práxis colaborativa e interdisciplinar.

O capítulo 19, intitulado “Papel estratégico dos mestrados profissionais na elaboração de produtos inovadores e fomento ao desenvolvimento regional”, das autoras Kellen Gama Pêpe e Mônica Moreira de Oliveira Torres, tem como objetivo explorar como os mestrados profissionais contribuem para a elaboração de produtos inovadores e o fomento ao desenvolvimento regional. As considerações parciais apontam que os mestrados profissionais representam uma ferramenta estratégica para fortalecer a inovação, alinhando a produção acadêmica às demandas da sociedade e do mundo do trabalho e contribuindo para elaboração de produtos inovadores que, conseqüentemente, ressoam no desenvolvimento regional.

As autoras Manuela Barros Santos e Marize Damiana Moura Batista e Batista, no capítulo 20, intitulado: “A política de CT&I (ciência, tecnologia e inovação) na Bahia e o papel das universidades: desafios na equalização de desigualdades regionais”, tem como objetivo refletir acerca da política de ciência, tecnologia e inovação na Bahia, tomando como ponto de partida o papel das universidades na promoção do desenvolvimento para a superação de assimetrias regionais. Na metodologia de orientação qualitativa, procurou-se articular a bibliografia sobre o tema com uma escuta acompanhada de registros no Colóquio do PPGIES no sentido de sistematizar dados colaborando com as reflexões no campo da temática em questão. Os resultados apontam para a necessidade de que possam ser garantidas políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação, contextualizadas com as particularidades dos territórios baianos e comprometidas com a superação das desigualdades regionais.

O capítulo 21, intitulado: “Tecnologia assistiva e políticas públicas de inclusão social: a acessibilidade de pessoas com deficiência em pauta”, das autoras Thaís Meireles de Oliveira e Joyce Santana Araújo Silva, traz reflexões inerentes aos recursos da Tecnologia Assistiva (TA) frente à inclusão social de pessoas com deficiência e/ou mobilidades reduzidas. Constitui-se em uma abordagem qualitativa (Minayo, 2007) e apresenta características de pesquisa exploratória (Gil, 2019). Os procedimentos metodológicos fazem uso da técnica de cunho bibliográfico (Marconi & Lakatos, 2003). Como resultado, conclui-se que os recursos da TA são fundamentais para o acesso e participação social das pessoas com deficiência, além de proporcionar uma melhoria no bem-estar e qualidade de vida dessas pessoas.

O autor Luciano Araújo Lima, no capítulo 22, intitulado: “Tripé ensino-pesquisa-extensão e desafios para a integração das IES com o desenvolvimento regional”, tem como objetivo analisar as contribuições

das IES para o desenvolvimento regional, enfatizando a importância das interações entre a academia, o mercado e o governo. O estudo propõe soluções para fortalecer essa integração, destacando o papel das universidades como agentes de transformação regional e a necessidade de políticas públicas que incentivem a cooperação entre todos os setores envolvidos.

O capítulo 23, intitulado: “Implicações das pesquisas universitárias no desenvolvimento regional: exemplos práticos do contexto baiano”, da autora Nadjanara Lopes de Abreu Araújo, reflete sobre o Colóquio sobre Política de CT&I na Bahia e o Papel das Universidades, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da UNEB, em 2024, e discute como as pesquisas universitárias podem contribuir para o desenvolvimento regional. A fim de complementar a discussão, foi realizada uma pesquisa com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, visando identificar produções acadêmicas baianas que tenham gerado resultados concretos para o desenvolvimento regional. A pesquisa revelou uma lacuna em termos de pesquisas regionais na Bahia, sugerindo a necessidade de fortalecimento das parcerias locais.

As autoras Maria Cremilda Lima Santos, Sirlei Aparecida de Almeida Ribeiro e Janeide Bispo Santos, no capítulo 24, intitulado: “Diálogos interventivos numa sociedade de classes: como as pesquisas da educação do campo se posicionam?”, toma como ponto de partida os diálogos interventivos provenientes da conferência “Formação de professores/as, linguagem, racismo e enfoque de gênero em perspectiva interdisciplinar” integrante da programação de um seminário interdisciplinar com intuito de transpassar e atingir diferentes esferas de abordagens teórico-metodológicas. A metodologia partiu da análise de diferentes perspectivas teóricas, mas o texto apresenta as ideias da conferencista Profa. Dra. Francisca Eugênia dos Santos, analisa a concepção teórico-metodológica e suas limitações no contexto da sociedade de classes; analisa a perspectiva anticolonial e contraposição à decolonial, como também apresenta a concepção de Educação do Campo que orienta as pesquisa alocadas no PPGIES.

O capítulo 25, intitulado: “Reflexões interdisciplinares sobre gestão democrática e educação de qualidade na escola pública”, dos autores Emerson Almeida dos Santos Sousa e Mônica Moreira de Oliveira Torres, discute a relevância da gestão democrática na promoção de uma educação pública de qualidade, enfatizando a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, incluindo gestores, professores, estudantes e famílias. O trabalho adota a pesquisa qualitativa, de caráter

bibliográfico e as categorias abordadas se referenciam em Santos (2010), Dourado (2000), Cury (2000), dentre outros. Conclui-se que a construção de uma educação de qualidade depende da articulação entre práticas pedagógicas coletivas e o exercício da cidadania, tornando a escola um espaço de participação e transformação social.

A autora Fabricia Santos de Jesus, no capítulo 26, intitulado: “Literatura negra, periférica de Salvador: tecnologia interdisciplinar, para discussão de raça e gênero”, tem como objetivo defender a criticidade presente na literatura negra periférica de Salvador, trazendo para reflexão exemplos de dois poemas, enquanto potencialidade interdisciplinar, recurso possível, para subsidiar a discussão das temáticas: raça e gênero. A metodologia utilizada, é de cunho bibliográfico, trazendo para o cenário, o arcabouço epistêmico de intelectualidade negra. No esforço desta construção, nos amparamos no pensamento exclusivo de Intelectuais negros/as, sendo esses: Mbembe (2018), Sussuarana (2019), Jesus(2019), Gomes (2010,2017), Anoumou (2021), Lorde (2019), Paz (2022) e Evaristo(1996).

O capítulo 27, intitulado: “Racismo e seu impacto na saúde mental dos professores e estudantes”, das autoras Daiane dos Santos Ramos e Claudia Regina de Oliveira Vaz Torres, tem como objetivo compreender a relação entre racismo e saúde mental no ambiente escolar, refletindo sobre as dificuldades vivenciadas por esses grupos. A pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica com levantamento de dados empíricos realizados em bases como Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), abrangendo publicações dos últimos cinco anos. Os resultados mostram que o racismo, enraizado nas estruturas sociais, afeta a saúde mental e as oportunidades da população negra. Enfrentá-lo exige ações educativas, políticas inclusivas e o fortalecimento da autoestima, além da desconstrução de estereótipos e promoção da diversidade em todos os espaços sociais.

As autoras Suzete Patrocínio de Souza, Angélica Gimenes Naranjos e Patrícia Júlia Souza Coelho, no capítulo 28, intitulado: “a formação de professores/as na intersecção da linguagem, racismo e gênero: uma perspectiva interdisciplinar”, tem como objetivo refletir acerca da formação de professores/as na intersecção da linguagem, racismo e gênero: uma perspectiva interdisciplinar. Partindo das discussões apresentadas no evento, utilizamos para contextualização e embasamento a pesquisa qualitativa e, como procedimento a pesquisa bibliográfica para tecer as discussões que reverberaram o trabalho. Com isso, ficou evidente que as

questões de interseções entre linguagem, raça e gênero desde o período colonial podem ser utilizados como forma de opressão e negação de direitos e, que a transformação social requer esforços contínuos e colaboração entre diferentes setores da sociedade, incluindo políticas públicas que garantam a todos/as direitos e oportunidades.

O capítulo 29, intitulado: “A invisibilidade do falar negro feminino: racismo linguístico na educação escolar”, dos autores Pedro Jorge Silva Melo e César Costa Vitorino, objetivou-se refletir a respeito das variadas barreiras enfrentadas por mulheres em seu processo histórico de vida na busca pelo seu espaço na sociedade. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, visto que se utiliza da produção teórica disponível na literatura, unido ao conteúdo ministrado no II Seminário do PPGIES que aconteceu no auditório da UNEB, Campus XI, Serrinha/BA, e que trouxe como tema “formação de professores, linguagem, racismo e enfoque de gênero em perspectiva interdisciplinar”. Com isso, ficou evidente que a trajetória da mulher negra no espaço da educação escolar encontra diversos impedimentos para que a presença, permanência e reconhecimento delas sejam efetivados.

Os autores Adriana Santos Costa, Cristiano Matheus Nogueira Silva de Oliveira e Selma Barros Daltro de Castro, no capítulo 30, intitulado: “A formação de professores e o racismo estrutural: desafios, possibilidades e a necessidade de uma educação antirracista”, aborda a importância de discutir a temática do racismo estrutural nos cursos de formação de professores, destacando as implicações dessa inclusão para a implementação de prática pedagógica voltada para consecução de uma educação antirracista. O estudo evidencia a necessidade de uma formação docente que vá além dos aspectos técnico-pedagógicos tradicionais, incorporando uma profundidade teórica sobre as questões raciais. A valorização das matrizes socioculturais afro-brasileiras e ameríndias é destacada como fundamental para a resistência e afirmação identitária, reforçando a educação como uma ferramenta poderosa para a transformação social.

O capítulo 31, intitulado: “A formação de professores e o reconhecimento à diversidade humana: uma discussão na perspectiva interdisciplinar”, das autoras Leilany Marry Brizolara Silva e Marcia Torres Neri Soares, objetiva discutir, no âmbito de uma abordagem interdisciplinar, a importância da formação de professores para/no reconhecimento à diversidade humana e as múltiplas formas de organização da prática pedagógica na perspectiva de uma sociedade igualitária. A abordagem qualitativa foi utilizada com o propósito de atingir os objetivos e elucidar os

pontos implícitos ao tema para/no fomento a um caráter mais subjetivo da análise. Por consequência, utilizamos uma pesquisa bibliográfica, e como referencial teórico autores como Fraga e Ferreira (2021), Marcon (2015), Gomes (1996), Carvalho (2022), Junior e Lira (2022), promovendo contribuições importantes e significativas sobre a temática. Em vista disso, fica explícito a relevância acadêmica desse tema para a perspectiva de uma sociedade equitativa.

Os autores Indaiara Sant Anna Silva de Carvalho e César Costa Vitorino, no capítulo 32, intitulado: “A leitura como janela para a compreensão do mundo: o papel do professor mediador”, tem como objetivo analisar documentários disponíveis no YouTube que abordem a leitura como promotora de transformação social e investigar o papel do professor como mediador nesse processo. Além disso, elementos de pesquisa bibliográfica estão presentes, uma vez que se utilizam fontes como documentários e artigos acadêmicos para embasar nossa metodologia. Assim, continuar os estudos e aplicar posteriormente a pesquisa com professores e estudantes é fundamental para explorar pessoalmente a relevância desse tema.

O capítulo 33, intitulado: “Perspectivas interdisciplinares: formação docente, linguagem, racismo e gênero”, das autoras Érica Santos Araújo e Ivonete Barreto de Amorim, tem como objetivo refletir sobre a relevância de uma formação interdisciplinar, destacando a construção de competências técnicas, pensamento crítico e práticas pedagógicas inclusivas, fundamentadas em debates promovidos no II Seminário do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES). A pesquisa é de caráter qualitativa e bibliográfica, a qual sustenta as discussões, baseando-se em autores como Freire (1996), Gil (2008), Crenshaw (1989) e outros. Os resultados apontam a urgência de repensar currículos escolares e a formação docente, promovendo abordagens que desconstruam estereótipos, combatam o racismo estrutural e a exclusão e valorizem a diversidade.

As autoras Leane de Magalhães Silva, Sandra Heloísa Teixeira Reis e Karla Cruz Bacelar dos Santos, no capítulo 34, intitulado: “Entre cordialidade e imobilidade social: a representação de gênero e seus efeitos em ‘Mariana’ de Machado de Assis”, tem como objetivo analisar as representações da escravidão e suas consequências na obra “Mariana”, com foco nas relações de poder, submissão e os impactos emocionais e sociais vivenciada pela personagem Mariana, destacando a imobilidade social e as dinâmicas afetivas que permeavam o contexto escravista, no Brasil. A

metodologia empregada abrange aspectos referentes à revisão de literatura Gil (2002), além de obras apresentadas no decorrer do Seminário, o contexto histórico, as leis e as características sócio-históricas-culturais que regiam o período de 1871, incluindo o conto “Mariana” (1871). Nesta obra, Machado de Assis não só dissecou a sociedade do seu tempo, mas também nos incita, levando-nos a profundas reflexões sobre a importância da literatura como espaço de representação da sociedade.

A coletânea não é apenas uma contribuição científica, mas um chamado à transformação. Aqui, o/a leitor/a encontrará não apenas ideias, mas vidas que vibram, que reivindicam o direito de falar e de ser ouvidas. São narrativas que transitam entre o mítico e o concreto, entre o existencial e o histórico, resgatando a potência das vozes que foram silenciadas por séculos.

Por fim, este livro é um ritual de resistência, um convite ao renascimento. Que sua leitura nos inspire a desafiar os mitos opressivos do nosso tempo e a construir novos caminhos, onde a ciência, a educação e a sociedade possam finalmente refletir a sutileza e a beleza de toda a humanidade.

Salvador, 09 de dezembro de 2024.

Dr. Everton Nery Carneiro

Dr. César Costa Vitorino

Capítulo 1

MULHERES NA MATEMÁTICA: REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES

Aline Confessor Marques de Araújo

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

alyneconfessor@gmail.com

João Batista Vicente do Nascimento

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

joabatistahistoriauneb@gmail.com

Introdução

Este capítulo foi proposto diante das reflexões apresentadas pelas palestrantes Professora Dr^a Ezra Chambal Nhampoca (UEM-Moçambique), Professora Dr^a. Patrícia Margarida Farias Coelho (Universidade Santo Amaro - UNISA) e com a mediação da Professora Dr^a. Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres (PPGIES/UNEB) durante o I Colóquio: “Mulheres na ciência: avanços e desafios”, ocorrido no dia 08 de março de 2024, às 8:30h, no auditório da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação – CAMPUS XI, em Serrinha-BA. O evento foi promovido pelo Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES).

O trabalho apresentado teve como objetivo promover reflexões a respeito da trajetória das mulheres na matemática, bem como suas contribuições para a sociedade. Para almejar este objetivo foi necessário um embasamento teórico, tendo como referências os autores: Oliveira (2012), Freire (2000), Garbi (2009), Nhampoca (2021), Nhampoca e Aviz (2021). Quanto ao suporte metodológico, foi utilizada a pesquisa qualitativa, por entender a realidade com base na subjetividade, sem preocupação com aspectos quantitativos, tendo a pesquisa bibliográfica como subsídio para o aprofundamento da temática em estudo.

As mulheres desempenham papéis relevantes na sociedade, enfrentam desafios, discriminação de gênero, falta de acesso à educação formal, porém muitas mulheres desafiaram essas normas e promoveram avanços significativos em suas respectivas áreas de conhecimento, a

exemplo de: Hipátia de Alexandria, Katherine Coleman Goble Johnson, Maria Laura Mouzinho Leite Lopes e Elza Furtado Gomide, citadas ao longo do texto.

A história de vida destas mulheres é apresentada de forma resumida (Quadro 1), com o intuito de mostrar os obstáculos e preconceitos que foram vencidos, bem como o quanto se destacaram e marcaram a história da Matemática com seus contributos.

Nesta exposição, o capítulo está estruturado em seção introdutória com breve abordagem do tema, metodologia utilizada, em seguida, o desenvolvimento com seções intituladas “A trajetória das mulheres na Matemática” e “A vida de algumas mulheres matemáticas”, a fim de fundamentar as contribuições das mulheres na sociedade. Apresenta também uma seção referente à descrição e apresentação do Colóquio, na qual explanamos, de forma sucinta, o relato do evento e encerra-se com as considerações finais do texto.

Assim, o propósito deste trabalho é mostrar que mesmo com todas as barreiras e dificuldades ao longo da história, as mulheres têm feito contribuições essenciais para o desenvolvimento da matemática. O reconhecimento e promoção da participação feminina nessa área continuam a ser um desafio, mas também uma oportunidade para a criação de um ambiente mais inclusivo e igualitário nas ciências exatas.

Metodologia

Com base nas discussões apresentadas neste Colóquio, optamos pela construção deste artigo, que tem como objetivo promover reflexões a respeito da trajetória da mulher na Matemática bem como seu legado para a sociedade. Para alcançar este objetivo recorreremos aos seguintes autores especificamente: Oliveira (2012), Freire (2000), Garbi (2009), Nhampoca (2021), Nhampoca e Aviz (2021) e outros.

Para o desenvolvimento deste capítulo utilizamos como suporte metodológico a abordagem qualitativa, pois concordamos com Minayo (2001, p. 21), “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Com isso, acreditamos que a temática “Mulheres na matemática” estuda a trajetória das mulheres e busca entender a sua realidade especialmente no universo da subjetividade, em que reconhecemos a impossibilidade da quantificação.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, esta modalidade de pesquisa é aplicada em qualquer tipo de trabalho acadêmico, visto que possibilita ao pesquisador um vasto conhecimento a respeito de determinado assunto já produzido.

Para Pizzani *et al.* (2012, p. 54), a pesquisa bibliográfica pode ser entendida como “[...] a revisão de literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico” e a revisão bibliográfica pode ser realizada “[...] em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet, entre outras fontes”.

De acordo com Boccato (2006, p. 266), a pesquisa bibliográfica “trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica”. Para Gil (2002, p. 45), a grande vantagem da pesquisa bibliográfica consiste “no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Minayo (2001, p. 53) salienta que a “pesquisa bibliográfica coloca frente a frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesse”.

Marconi e Lakatos (2003, p. 158), por sua vez, afirmam que:

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações.

Assim, a importância da pesquisa bibliográfica está associada à busca de novas conquistas baseadas nos estudos já produzidos e estruturados. Isso situa a pesquisa bibliográfica como impulsionadora do aprendizado das novas descobertas nas diversas áreas do conhecimento. Ou seja, ela se torna o primeiro passo para iniciar a pesquisa e é através da pesquisa bibliográfica que as principais descobertas e conceitos são discutidos.

Desenvolvimento

A trajetória das mulheres na Matemática

Ao longo da História, a Matemática era vista com uma ciência exata em que a presença masculina dominava, mas esta realidade tem sido desconstruída, pois as mulheres, aos poucos, vêm conquistando seu espaço, por meio de estudos, descobertas e contribuições no campo da Matemática, embora ainda não seja possível equiparar ao quantitativo masculino. Conforme Oliveira (2012, p. 14), “A história das mulheres no mundo acadêmico foi excluída, esquecida por muitos séculos, tanto que a maioria dos nomes importantes citados no ensino é de homens. As mulheres eram discriminadas”.

As mulheres foram desencorajadas, proibidas de estudar, sofreram discriminação, porém, ao longo da vida, houve muitas mulheres matemáticas que lutaram contra o preconceito e marcaram seus nomes na história. Neste aspecto, Nhampoca (2021, p. 18) assim ressalta:

Há que reforçar as políticas educativas para que as mulheres jovens tenham a possibilidade de adentrar as universidades, sem serem discriminadas pelo simples facto de serem mulheres. E que ao ingressar nas universitárias tenham espaço para se posicionar e não apenas para engrossar falsas estatísticas de igualdade de gênero, no país. Que a participação das mulheres seja de facto e que se visibilize em espaços de poder e de liderança dentro da universidade, tal como ocorre com os homens.

Freire (2000, p. 67) destaca que nenhuma discriminação deve ser vista como virtude, pois todo e qualquer tipo de discriminação pode ser visto como ruptura de decência. Nas palavras de Freire (2000, p. 67),

O que quero dizer é o seguinte: que alguém se torne machista, racista, classista, sei lá o quê, mas se assuma como transgressor da natureza humana. Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. A boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e nesse dever de brigar.

Precisamos romper com essas questões, além de reconhecer e fortalecer a dignidade feminina. Apesar do progresso, ainda há desafios enfrentados pelas mulheres na matemática, incluindo disparidades salariais, falta de representação em cargos de liderança e discriminação de gênero. Abordar essas questões requer um compromisso contínuo com a igualdade

de gênero e ações concretas para promover a diversidade e a inclusão em todos os níveis.

O lugar da mulher foi definido, no decorrer do tempo, por papéis sociais diferentes, seja na política, na Matemática, na liderança de empresas, na Ciência, dentre outras, ainda com pouca participação. Na opinião de Garbi (2009, p. 416),

[...] os conhecimentos matemáticos hoje disponíveis foram majoritariamente acumulados ao longo dos séculos por pessoas do sexo masculino. Seria possível tirar disso alguma conclusão, além de que as mulheres apenas tiveram historicamente muito menos oportunidades e estímulos do que os homens?

A busca pela igualdade de direitos de natureza social, política e econômica entre os sexos faz refletir o quanto a figura feminina vem lutando por espaço de respeito em torno de sua identidade. Na atualidade, as mulheres já alcançaram vários níveis de estudo, podendo observar mulheres na licenciatura, bacharelado, mestrado e doutorado, sejam na matemática pura ou aplicada, porém ainda em menor número.

Assim como as mulheres da matemática sofreram para conquistar o seu espaço, as mulheres de Moçambique, apresentadas no I Colóquio pela palestrante Professora Dr^a Ezra, também lutaram para alcançar ambientes de descobertas e busca de afirmações referentes a sua identidade.

A vida de algumas mulheres matemáticas

Nesta subseção serão apresentadas quatro mulheres e suas contribuições para a Matemática; Hipátia de Alexandria e Katherine Coleman Goble Johnson apresentam importantes contribuições na dimensão mundial, enquanto que Maria Laura Mouzinho Leite Lopes e Elza Furtado Gomide são brasileiras e deixaram legados na história da matemática. Estas mulheres, mesmo enfrentando os obstáculos que a vida impôs durante a sua formação, nunca desistiram de lutar pelos seus objetivos e acreditavam em seu potencial, na condição de construtora de conhecimento.

A história de vida destas mulheres será apresentada de forma sucinta, no Quadro 1, a seguir, com o intuito de mostrar os obstáculos e preconceitos que foram vencidos, bem como o quanto se destacaram e marcaram a história da Matemática com suas contribuições.

Quadro 1- Síntese dos feitos realizados por algumas mulheres na Matemática

I - Hipátia de Alexandria  Fonte: http://mulheres-namatematica.sites.uff.br/?s=Hip%C3%A1tia+de+Alexandria	Nasceu em Alexandria, Egito, por volta do ano de 370. Era filha de Theon, um matemático, filósofo e astrônomo conhecido no seu tempo. Ela dedicou sua vida ao trabalho científico, estudou em Atenas, Grécia, e de regresso à sua cidade natal tornou-se professora de Matemática e de Filosofia. Além de ter trabalhos importantes nas áreas de Ciências Exatas, ela dedicou-se também à Filosofia e Medicina. Em Matemática, sua pesquisa foi apresentada em numerosos manuscritos, como “Comentários sobre a aritmética de Diofanto”. Ela se tornou professora de Matemática, dando aulas em sua casa a um grupo de aristocratas pagãos e cristãos. Sendo paga, defensora do racionalismo científico grego e uma figura política influente, sofreu uma intensa hostilidade. As acusações contra ela de blasfêmia e sentimentos anticristãos, simplesmente porque ela se recusou a trair seus ideais e abandonar o paganismo, levou a uma emboscada, onde foi brutalmente assassinada. Hipátia foi atacada na rua quando regressava para casa na sua carruagem. A multidão arrancou-lhe os cabelos e a roupa, depois os braços e as pernas e queimou o que restava do seu corpo. No entanto, nunca proclamou sua aversão ao cristianismo. Hipátia foi a primeira mulher matemática que a história registra. Por isso, a sua morte violenta foi considerada o fim do período antigo da matemática grega.
II - Katherine Coleman Goble Johnson  Fonte: https://www.parquecientec.usp.br/saiba-mais/katherine-johnson	Nasceu em 26 de agosto de 1918, nos Estados Unidos. Foi uma matemática, física e cientista espacial norte-americana. Seu pai era lenhador, fazendeiro e trabalhava em um hotel. Sua mãe era professora. Muito cedo, mostrou talento para matemática. Apesar das dificuldades existentes por ser de ascendência afro-americana, conseguiu estudar e se formar em licenciatura em Matemática e Francês. Logo depois, ela assumiu um emprego de professora em uma escola pública para negros em Virginia. Em 1939, Katherine tornar-se-ia a primeira negra a se dissociar da graduação na West Virginia University e a única mulher entre três estudantes negros selecionados a integrar a graduação depois da decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos. Ela fez contribuições fundamentais para a aeronáutica e exploração espacial dos Estados Unidos, em especial em aplicações da computação na NASA. Conhecida pela precisão na navegação astronômica informatizada, seu trabalho de liderança técnica na NASA se estendeu por décadas, onde ela calculava as trajetórias, janelas de lançamento e caminhos de retorno de emergência para muitos voos. Sua tarefa principal era ler os dados das caixas-pretas dos aviões e realizar outras tarefas matemáticas precisas. Em 2018, recebeu um doutorado Honorário em Ciências pelo Colégio de William e Mary, Williamsburg, Virgínia.

III - Maria Laura Mouzinho Leite Lopes  Fonte: http://mulheres-namatematica.sites.uff.br/?s=Maria+Laura+Mouzinho+Leite+Lopes	Nasceu em janeiro de 1917 em Timbaúba, Pernambuco. Sua mãe, era professora primária e seu pai, era um respeitado comerciante local e autodidata de grande cultura. Obteve seu Bacharelado em Matemática em 1941 e em 1942 concluiu a Licenciatura, ambos na Faculdade Nacional de Filosofia. Em 1949, obteve o título de Doutor em Ciência– Matemática, sendo a primeira mulher a se doutorar em Matemática no Brasil. Em 1943, iniciou sua carreira como professora universitária, sendo efetivada como Professora Assistente do Departamento de Matemática da FNF. Atinge o apogeu da sua carreira e ocupa todos os cargos existentes no Departamento de Matemática dessa respeitável Instituição. Atuou nas entidades científicas criadas na época: Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), no ano de 1949, e nesse mesmo ano foi a primeira mulher a ministrar aulas de Geometria para o Curso de Engenharia, no recém-criado Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA); participa da criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). No ano de 1952, participa da criação do mais importante instituto de matemática do Brasil e um dos mais importantes do mundo, o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa). Na época da ditadura militar, foi para a França, onde trabalhou no Instituto de Pesquisa e Educação Matemática (IREM) - Universidade Louis Pasteur. Sendo vedado o direito de atuar no Brasil, mais uma vez Maria Laura segue rumo aos EUA, só que em condição bem diferente: a de exilada. Em seguida, vai para França, a partir daí, Maria Laura vai tornando-se uma das mais importantes pesquisadoras em Educação Matemática no Brasil e no mundo.
IV - Elza Furtado Gomide  Fonte: https://rpm.org.br/cdrpm/80/2.html	Nasceu em São Paulo, em 20 de agosto de 1925. Ingressou na USP, formando-se Bacharel em Física, em 1944. Já na metade do curso percebeu que gostava mais de matemática. Fez um ano de Matemática e começou sua carreira de professora, foi a primeira brasileira a doutorar-se em matemática numa instituição brasileira e a primeira mulher brasileira a obter um título de Doutora em Ciência em uma instituição brasileira, na USP. Fez Pós-Doutorado no Instituto Henry Poincaré, em Paris, participando da criação da Sociedade de Matemática de São Paulo que, em seguida, se transformou em Sociedade Brasileira de Matemática. Ela morreu em 26 de outubro de 2013, aos 88 anos.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Fernandez, Amaral, Viana (2019) e Rodrigues e Melo (2006).

Descrição e apresentação do Colóquio

O I Colóquio: “Mulheres na ciência: avanços e desafios”, iniciou com a mediação da Professora Dr^a. Cláudia Vaz, dando as boas vindas e homenageando as mulheres presentes no auditório, pois era o Dia

Internacional da Mulher. Em sua fala mencionou os momentos de luta e de conquista que as mulheres vêm alcançando em diversos setores e a busca por uma sociedade mais justa, com direitos igualitários. Em seguida, a Professora Dr^a. Claudia fez a apresentação do currículo da primeira palestrante, a Professora Dr^a. Ezra Chambal Nhampoca (UEM-Moçambique), a exposição foi realizada através de ferramentas *on-line*.

Durante a palestra, a Professora Dr^a. Ezra expôs as condições da mulher na sociedade moçambicana, discutindo como as mulheres que se uniram à luta ainda eram vistas como fonte de prazer sexual, reprodutoras, submissas aos seus companheiros e aos trabalhos domésticos. Enfatizou que para os homens de Moçambique as mulheres são consideradas fracas, que nasceram para fazer as atividades domiciliares para a família, atribuiu estas ideias às questões culturais existentes no local.

A expositora apresentou as ideias da escritora Lília Momplé, percorrida pela literatura sobre mulheres da região de Moçambique, de modo que refletiu e denunciou as várias formas de vulnerabilidade e opressão que a mulher vivenciou. Explicou que mediante os escritos da literatura de Lília Momplé deparamo-nos com mulheres moçambicanas vivas, donas de si, autênticas, que lutam pelos seus direitos.

Especialmente no livro *O sonho de Alima*, a expositora Professora Dr^a. Ezra, acrescenta que a autora Lília Momplé transmitiu uma forte mensagem feminista, ao mostrar que a personagem, Alima, além de só nascer no tempo dela, também leva uma vida contrariando todo um sistema patriarcal; enfatizou que Alima tem opinião própria e é ela quem toma suas decisões para a sua vida. A palestrante acrescentou que a personagem Alima, ao crescer, escolheu seu próprio marido, decidiu estudar para realizar um sonho, pois seu pai sempre preferiu que os irmãos-homens fossem à escola (Nhampoca; Aviz, 2021, p. 125).

Para Nhampoca e Aviz (2021, p. 126), as mulheres que Momplé traz nesta obra “são senhoras de si, diversas e, acima de tudo, vivas”. Notamos a importância dos escritos de Momplé ao colocar a mulher numa posição vitoriosa, mostrando à sociedade moçambicana o quanto a presença feminina tem ganhado força ao longo dos tempos.

No segundo momento, a Professora Dr^a. Patrícia Margarida Farias Coelho (Universidade Santo Amaro-UNISA) palestrou sobre “Mulheres notáveis na Ciência” e destacou o resumo do Filme: “Estrelas além do tempo”, qual retrata a vida de três mulheres matemáticas negras, que foram fundamentais em uma das maiores operações da história: o lançamento do

astronauta John Glenn em órbita. As três mulheres, Katherine Johnson (Taraji P. Henson), Dorothy Vaughn (Octavia Spencer) e Mary Jackson (Janelle Monáe), atuavam como “computadores”, e faziam cálculos considerados, até então, impossíveis, e que foram decisivos para que a missão se tornasse uma realidade.

A Professora Dr^a. Patrícia Coelho destacou a biografia, de forma resumida, destas grandes mulheres cientistas e suas contribuições para a ciência. Além destas, apresentou a vida de outras mulheres que se destacaram na ciência, a exemplo de: Marie Curie, que recebeu um Nobel de Física e outro de Química; Ada Lovelace, que criou o primeiro programa de computador para máquina analítica; Grace Hopper, que criou o primeiro compilador (tradutor de sequências binárias em linguagem mais acessível para humanos); Hedy Lamarr, que co-inventou um sistema de comunicação que serviu de base para a atual telefonia celular; Sônia Guimarães, pesquisadora em propriedades eletrônicas de ligas semicondutoras e de detectores de radiação infravermelha; e Márcia Barbosa, defensora das mulheres na Ciência, apontada, em 2020, pela Organização das Nações Unidas (ONU), como uma das sete cientistas que contribuem com o mundo.

Dentre estas mulheres que fizeram história ao longo dos anos na Ciência, apontadas pela palestrante, ainda enfatizou a sua participação em um grupo G100, liderado pela Dr^a. Harbeen Arora Rai, para fomentar uma liderança autêntica, intelectual e multifacetada, com força, desde o humanismo e a espiritualidade. Trata-se de um grupo constituído de 100 mulheres de todo o mundo, pertencentes a vários setores, incluindo líderes comunitárias, empresárias, ministras e outras. A Professora Dr^a. Patrícia faz parte deste grupo e destacou algumas contribuições desenvolvidas no grupo.

Para a finalização da apresentação das mulheres referências nas ciências, a palestrante provocou reflexões ao mostrar um vídeo em que a atual primeira dama do Brasil, Rosângela Lula da Silva, popularmente conhecida como Janja, durante a posse do presidente Lula, se recusou a cumprimentar o vice-presidente do Irã. A conferencista explicou que a primeira dama é socióloga, defende causas feministas e critica a repressão dos direitos das mulheres no Irã, ainda acrescentou que o Irã tem longa história de limitações e desigualdades aos direitos das mulheres.

Ao encerrar sua apresentação, a palestrante lembrou que o público feminino no Brasil enfrenta barreiras por conta da diferença de sexo e

chamou a atenção para a necessidade de mudança no pensamento das pessoas, que, em pleno século XXI, acreditam que existem trabalhos para mulheres e para homens. Alertou que a informação é uma das melhores maneiras de se combater preconceitos e injustiças na nossa sociedade, destacando que o sucesso das mulheres nas Ciências ajudou muito a contribuir para a consciência de sucesso das mulheres, colaborando para a desconstrução do preconceito racial e de gênero.

Em continuidade, a Professora Dr^a. Claudia Vaz analisou, de forma sintética, as contribuições de cada palestrante a respeito da temática, fez também as suas reflexões quanto ao papel das mulheres na sociedade e reforçou a importância do dia 08 de março, dedicado à relevância da luta das mulheres pela igualdade de gênero e luta contra a violência e a opressão. No momento seguinte, abriu-se espaço para perguntas aos participantes do I Colóquio: “Mulheres na ciência: avanços e desafios” e finalizou-se com uma vivência envolvendo práticas meditativas realizadas por um grupo de estudantes da UNEB - CAMPUS XI - Serrinha.

Considerações finais

Diante do que foi exposto no I Colóquio: “Mulheres na ciência: avanços e desafios”, é necessário compreender que há uma necessidade de se criar condições para que as mulheres tenham a possibilidade de adentrar ainda mais no campo das Ciências e também da Matemática. Para isso, é fundamental que sejam criadas e implantadas políticas públicas para o fortalecimento da participação feminina nas atividades científicas, sem serem discriminadas simplesmente por serem mulheres.

É importante salientar o quanto as mulheres na Matemática têm desempenhado papéis significativos, contribuindo para o avanço do conhecimento humano. No entanto, muitas vezes tiveram que superar barreiras sociais, culturais e institucionais para serem reconhecidas por seus feitos, a exemplo de: Hipátia de Alexandria, Katherine Coleman Goble Johnson, Maria Laura Mouzinho Leite Lopes e Elza Furtado Gomide, citadas ao longo das discussões.

No entanto, apesar das realizações notáveis das mulheres na Matemática, elas ainda enfrentam barreiras, sendo discriminadas no local de trabalho e com a falta de políticas públicas. Isso dificulta o aproveitamento do potencial das mulheres nessas áreas. É importante que continuemos a apoiar e promover a participação das mulheres, garantindo igualdade de

oportunidades, reconhecendo suas realizações e combatendo preconceitos de gênero. Portanto, somente por meio da inclusão e diversidade poderemos alcançar avanços verdadeiramente significativos e construir um futuro mais igualitário e próspero para todos. Parte superior do formulário Parte inferior do formulário

Referências

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em: https://arquivos.cruzeirosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf Acesso: 12 maio 2024.

FERNANDEZ, C. de S.; AMARAL, A. M. L. F. do; VIANA, I. V. **A história de Hipátia e de muitas outras matemáticas**. Sociedade Brasileira de Matemática-SBM. Rio de Janeiro, RJ, 2019. Disponível em: <https://sbm.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Livro-A-historia-de-Hipatia-e-de-muitas-outras-matematicas.pdf>. Acesso em: 09 set. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GARBI, G. **A Rainha das Ciências: um passeio histórico pelo maravilhoso mundo da Matemática**. 3. ed. São Paulo, SP: Editora Livraria da Física, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf Acesso: 12 maio 2024.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas 2003.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: RJ. Vozes, 2001.

NHAMPOCA, E. A. C.; AVIZ, R. F. de. A voz narrativa de Lília Momplé: um marco de referência no feminismo moçambicano. **Revista Ártemis**, [S. l.], v. 32, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/60464>. Acesso em: 11 jun.

2024.

NHAMPOCA, E. A. C. Educação e direitos das mulheres em tempos de pandemia em Moçambique. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 30, n. jan/dez, p. 1-21, 2021. DOI: 10.29286/rep.v30ijan/dez.11848. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/11848>. Acesso em: 12 jun. 2024.

OLIVEIRA, C. M. **A presença das mulheres nas ciências exatas**. 2012. 71f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Matemática) – Universidade Estadual Paulista, Guaratinguetá: 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/b130ff73-597e-4cae-8761-a1fb1aee4e1b/content>. Acesso: 26 maio 2024.

PIZZANI, L. *et al.* A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 53-66, jul./dez, 2012. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896/pdf_28. Acesso: 12 maio 2024.

RODRIGUES, L. M.C.S.; MELO, H. P. de. Elza Furtado Gomide. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico** (CNPq), 2006. Disponível em: https://memoria.cnpq.br/web/guest/pioneiras-view/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/903133. Acesso em: 09 set. 2024.

Capítulo 2

PERSPECTIVAS CONCEITUAIS ACERCA DAS MULHERES NA CIÊNCIA: ANÁLISES ORIUNDAS DE LEITURAS E INSERÇÃO EM UM COLÓQUIO

Autor: Cristiano Matheus Nogueira Silva de Oliveira

Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus XI
cristiamythology@gmail.com

Adriana Santos Costa

Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus XI
drikacosta.pedagogia@gmail.com

Selma Barros Daltro de Castro

Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus XI
scastro@uneb.br

Introdução

O referido capítulo é oriundo de discussões provocadas no I Colóquio denominado “Mulheres na ciência: avanços e desafios” realizado pelo PPGIES, na UNEB, Campus XI, Serrinha, que teve como data de realização, o dia oito do mês de março do ano de 2024. Para esse momento rico de discussões e explicações foram convidadas mulheres com atuação relevante na/para a Ciência, entre elas, duas Professoras Doutoras como expositoras, Patrícia Margarida Farias e Coelho da Universidade Santo Amaro - UNISA e Ezra Chambal Nhampoca da Universidade Eduardo Mondlane - UEM/ Moçambique e como mediadora desse colóquio, a Prof^{fa} Dr^a Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres, UNEB.

O tema abordado no colóquio se insere como importante no cenário acadêmico, tendo em vista, a necessidade de reafirmar o contributo das mulheres para a produção científica, assim como a desmistificação da ciência enquanto campo restrito ao masculino.

Ao realizar uma breve análise histórica sobre a relevância de descobertas e trabalhos realizados por mulheres cientistas no decorrer do

tempo, Coelho (2024) evidencia que, desde sempre, mas apresentando um maior destaque a partir do século XX, essas pesquisadoras tiveram papéis fundamentais e até mesmo pioneiros no desenvolvimento das ciências e das tecnologias, trazendo grandes contribuições para a sociedade. Porém, na mesma análise, é notável a existência de uma disparidade na trajetória de desafios e reconhecimento pelos trabalhos realizados em relação aos cientistas homens.

Com a perspectiva de problematizar a atuação e o papel da mulher na produção científica, esse artigo objetivou analisar a participação e os avanços acerca da atuação feminina na ciência, tomando como referência alguns referenciais bibliográficos e as falas oriundas do Colóquio, intitulado Mulheres na ciência: avanços e desafios.

O artigo está organizado a seguir em mais quatro seções, evidenciando a metodologia, descrição e análise das discussões oriundas no Colóquio, aspectos conceituais sobre a atuação e produção feminina na ciência, e considerações finais.

Metodologia

Este capítulo busca trazer, inspirado na pesquisa bibliográfica, discussões sobre os avanços e desafios de Mulheres na Ciência, no que se refere às questões de gênero, igualdade, oportunidades e preconceitos, ou seja, situações que interferem nos avanços e nos desafios de pesquisadoras.

A pesquisa bibliográfica fundamenta a inspiração metodológica para a construção desse artigo, na medida em que se apresenta como uma possibilidade de imersão em produções existentes e validadas academicamente. Confirmando a importância da pesquisa bibliográfica,

[...] reafirma-se a pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses 2ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas. (Lima e Míoto, 2007, p. 44).

Compreende-se que a opção metodológica pela pesquisa bibliográfica abre-se como possibilidade para geração de novos temas e objetos de pesquisa, além de que a aproximação com o contexto teórico investigado permite uma apropriação conceitual sobre o fenômeno investigado.

Buscando a apropriação conceitual sobre o tema mulheres na ciência, as etapas para a investigação bibliográfica foram:

- leitura dos textos disponíveis pelo PPGIES para realização do Colóquio intitulado Mulheres na Ciência;
- fichamento dos referidos textos;
- participação ativa no Colóquio;
- registro e sistematização das falas das palestrantes e demais contribuições oriundas do Colóquio.

Acerca do processo de realização do Colóquio e sua contribuição para construção desse artigo, registra-se que a apresentação das expositoras aconteceu de modo similar a uma aula de cunho expositiva dialógica, oportunizando aos presentes na plateia, saírem da condição de ouvintes apenas e participarem do momento através da interação e do diálogo sobre o conteúdo, fazendo um movimento de parceria entre professores e alunos.

No colóquio, uma das convidadas para explanação, a Prof^a Dr^a. Patrícia Margarida Farias e Coelho da Universidade Santo Amaro - UNISA, apresentou seu trabalho, intitulado “Mulheres notáveis na Ciência” (2024), no qual ela traz um panorama histórico de mulheres que tiveram impactos importantíssimos no meio científico de suas épocas e que se reverberam até hoje. Mulheres que desafiaram as diversas barreiras impostas à época, lugares e etnias, atravessaram e fizeram diferença na história da humanidade, nos levando a questionar, o que poderia ser alcançado sem essas tais barreiras.

Dando continuidade às exposições feitas pelas convidadas, é relevante citar que a Prof^a Dr^a Ezra Chambal Nhampoca da Universidade Eduardo Mondlane EM - Moçambique, dialogou em alguns momentos a partir do seu artigo “A voz narrativa de Lília Momplé: um marco de referência no feminismo moçambicano”, trazendo considerações e relevância da escrita feminina, assim como o próprio nome do artigo já diz, e quando ela relata a persistência feminina em participar massivamente do Período da Luta Armada de Libertação em Moçambique para defender a sua comunidade.

Articulando as discussões emergentes no Colóquio com a leitura dos suportes textuais disponíveis, foi possível registrar os saberes produzidos, assim como construir a sistematização teórica acerca da temática, aspectos que se apresentam a seguir.

Descrição e apresentação do Colóquio: Mulheres na ciência: avanços e desafios.

No Colóquio, a Professora Doutora Patrícia Margarida Farias e Coelho, uma das expositoras que abrilhantaram esse momento de aprendizado, ao apresentar seu trabalho, intitulado “Mulheres notáveis na Ciência” (2024), mostra que, mulheres notáveis têm desafiado estereótipos e quebrado barreiras no campo da ciência desde o século passado, fazendo contribuições inestimáveis para o avanço do conhecimento e da inovação, abrindo caminhos para a presença da mulher na ciência.

A partir das análises da pesquisadora, apresenta-se no quadro 1, um breve resumo da trajetória de mulheres pioneiras que marcaram a área com sua inteligência, perseverança e dedicação.

Quadro 1: Resumo da trajetória de mulheres pioneiras na ciência.

Katherine Johnson: Matemática, física e cientista espacial americana, Katherine Johnson foi fundamental para os cálculos que impulsionaram as missões espaciais pioneiras da NASA, incluindo o voo de Alan Shepard em 1961. Sua expertise em mecânica celeste e matemática computacional garantiu a precisão das trajetórias e manobras dos foguetes, tornando-a uma figura crucial na conquista espacial dos Estados Unidos.
Dorothy Vaughan: Matemática negra que trabalhou na NASA desde os anos 40, Dorothy Vaughan desempenhou um papel fundamental na era da computação humana, liderando uma equipe de mulheres negras que realizavam cálculos complexos para projetos espaciais e aeronáuticos. Sua expertise em matemática e sua capacidade de liderança a tornaram uma figura essencial para o sucesso das missões da NASA.
Mary Jackson: Matemática e engenheira aeroespacial americana, Mary Jackson foi a primeira mulher negra a se tornar engenheira da NASA em 1958. Ao longo de sua carreira, ela desafiou a segregação racial e o sexismo, trabalhando em projetos de pesquisa aerodinâmica que contribuíram para o desenvolvimento de aeronaves mais eficientes e seguras.
Marie Curie: Física e química polonesa naturalizada francesa, Marie Curie foi a primeira mulher a receber um Prêmio Nobel (Física em 1903) e a única pessoa a receber dois Prêmios Nobel em áreas científicas distintas (Química em 1911). Sua pesquisa pioneira sobre radioatividade revolucionou o campo da física e abriu caminho para avanços médicos e tecnológicos.
Grace Hopper: Cientista da computação americana, Grace Hopper é considerada a criadora do primeiro compilador de linguagem de programação, uma ferramenta revolucionária que facilitou a codificação e popularizou o uso de computadores. Seu trabalho fundamental na linguagem COBOL teve um impacto significativo no desenvolvimento da indústria de software e na democratização da tecnologia.

Sônia Guimarães: Doutora em Física e professora do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Sônia Guimarães dedica-se à formação de engenheiros e à pesquisa em propriedades eletrônicas de ligas semicondutoras e caracterização de detectores de radiação infravermelha. Seu trabalho contribui para o avanço da tecnologia e para a formação de novos talentos na área da ciência e engenharia.
Márcia Barbosa: Doutora em Física e defensora das mulheres na ciência, Márcia Barbosa recebeu o prêmio Women and Science (Paris, 2013) e foi apontada pela ONU como uma das sete cientistas que contribuem com o mundo em 2020. Sua pesquisa em física de materiais e sua atuação em prol da igualdade de gênero na ciência a colocam como referência para as novas gerações de cientistas.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do artigo “Mulheres notáveis na Ciência” de Coelho (2024).

Ao analisar o artigo “A ciência das mulheres” de Nogueira (2011), que discute a sub-representação das mulheres na área científica, observa-se dados estatísticos que comprovam a disparidade entre os gêneros na ciência, tanto no Brasil quanto no mundo: as mulheres são quase metade dos pesquisadores cadastrados no CNPq [49% mulheres, 51% homens], mas estão distribuídas desigualmente; nas áreas de linguagens, artes e saúde são cerca de 65%, porém, nas áreas de engenharia, matemática e física são apenas cerca de 30% (Nogueira, 2011). Ainda de acordo com Nogueira (2011), mesmo com essas disparidades, no Brasil, a situação é um pouco mais favorável às mulheres em comparação com a média mundial.

Ao realizar uma análise especificamente na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), na grande área de Ciências Humanas, especificamente na Educação, é possível perceber os grandes avanços de pesquisadoras do sexo feminino, com um aumento de até 38,38% em 7 anos, enquanto os homens apresentaram um aumento de 32,74% conforme a quantidade de pesquisadores por sexo detalhados no quadro 2:

Quadro 2: Comparativo de quantidade de pesquisadores do sexo feminino e masculino na área de Ciências Humanas (Educação) na Uneb

Ano do Censo	Sexo Feminino	Sexo Masculino
2016	534	226
2023	739	300

Fonte: Censo do Diretório dos Grupos de Pesquisas no Brasil Lattes

Diante dos dados trazidos no quadro acima e da análise realizada, pode-se afirmar em porcentagem que há um crescimento da presença feminina, no campo das Ciências Humanas, o que faz refletir na afirmação de Coelho (2024)

Há certa necessidade de mudança no pensamento das pessoas que em pleno século XXI, que pensam que ainda existem tipos de trabalhos para homens e mulheres, mas também ações governamentais. A informação é uma das melhores maneiras de se combater preconceitos, estereótipos e injustiças e, nesse contexto, espera-se que o sucesso das mulheres nas Ciências ajude a contribuir para a promoção da consciência [...] (Coelho, 2024, p. 28 e 29).

O sucesso feminino na ciência fica evidente conforme o passar do tempo bem como o aumento de espaço que essas cientistas vêm conquistando, e a Uneb é um exemplo disso, conforme vemos no quadro 3.

Quadro 3: Porcentagem de homens e mulheres pesquisadores na área de Ciências Humanas (Educação) na Uneb

Ano do Censo	Percentual do Sexo Feminino	Percentual do Sexo Masculino
2016	70,26%	29,73%
2023	71,12%	22,60%

Fonte: Censo do Diretório dos Grupos de Pesquisas no Brasil Lattes

É possível visualizar esse crescimento também em outras instituições, conforme explicita Nogueira (2011):

Se hoje sua presença na academia, na pesquisa e nas instituições científicas não espanta ninguém (na Unesp, por exemplo, mulheres ocupam quatro das cinco pró-reitorias), isso não significa que os obstáculos e dificuldades relacionados às diferenças de gênero tenham sido completamente aplainados (Nogueira, 2011, p. 19).

Frente aos dados exibidos e análises realizadas, percebe-se que ao longo do tempo, através de lutas históricas, existem ganhos e melhorias na participação quantitativa das mulheres na ciência, mesmo assim, ainda há um caminho pela frente na busca da equidade de valorização e reconhecimento feminino.

Dimensão conceitual sobre as mulheres na ciência e a luta feminista

Falar de mulheres na ciência é também falar das lutas feministas. O livro “Paz na Terra, Guerra em Casa” da autora Isabel Casimiro, publicado em 2014 indicado como uma das bases para o I Colóquio “Mulheres na Ciência” é um estudo sociológico que analisa as experiências e lutas das mulheres moçambicanas no contexto pós-guerra civil, entre os anos de 1992 e 2012. A obra baseia-se em pesquisas realizadas pela autora em Moçambique, incluindo entrevistas com mulheres de diferentes origens sociais, participação em atividades de organizações femininas e análise de documentos.

Apesar do fim da guerra civil, as mulheres moçambicanas continuaram a enfrentar diversas formas de violência e discriminação no âmbito doméstico e na esfera pública (Casimiro, 2014). A autora destaca o papel das organizações de mulheres na luta por seus direitos e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O livro examina as complexas relações de gênero em Moçambique, marcadas por relações patriarcais e pela divisão sexual do trabalho.

Casimiro (2014) apresenta as diversas estratégias utilizadas pelas mulheres moçambicanas para resistir à opressão e reivindicar seus direitos. A exemplo do Fórum Mulher que realizou diversas manifestações e mobilizações pedindo a paz através de Cartas Abertas para os dirigentes políticos e Marchas pela Paz, tendo como destaque a de outubro de 2013, que ocorreu em meio a um cenário de crise político-militar.

A autora adota uma perspectiva interseccional, que reconhece a interconexão entre diferentes formas de opressão, como gênero, raça, classe social e orientação sexual. Essa interseccionalidade é de extrema importância ao tratar de feminismo na ciência, pois percebemos que diferentes mulheres, podem ter desafios diferentes e mais barreiras, dependendo de quantas formas de opressão enfrentam.

Tal como ocorre em vários países africanos, em Moçambique, há vozes críticas ao feminismo, argumentando sobre suas origens externas. Se considerarmos que ele é um pensamento-prática que defende a liberdade, o respeito, os direitos e as oportunidades iguais entre as pessoas, pode ser sim possível que o termo linguístico tenha uma origem externa, mas a prática feminista, essa é antiga, tanto no continente como em Moçambique. Isso porque, em vários momentos, homens e mulheres levantaram-se contra injustiças, discriminação e outras formas de opressão nocivas à dignidade humana (Nhampoca, &

Aviz, 2021, p,112).

Em uma sociedade patriarcal, todos os espaços de poder tendem a ser dominados por homens, apesar dos avanços, por muito tempo, o meio científico se mostrou um espaço quase que exclusivamente masculino, o que não quer dizer que mulheres não faziam ciência, na verdade, não era lhes dado espaço e reconhecimento merecido. Isso tem mudado ao longo do tempo, mas, há muito no que se avançar. Para isso, homens e mulheres devem, novamente e novamente, levantar-se contra as injustiças (Nhampoca, & Aviz, 2021).

As autoras deixam evidente que, a luta contra as injustiças deve ser coletiva, de homens e mulheres, mesmo que, nas lutas feministas, o protagonismo seja delas, a participação dos homens, no que lhes cabe, deve ser fundamental.

Assim como as rainhas Nzinga Mbandi e Acivaanjila I, várias mulheres, em Moçambique, levantaram-se contra o colonialismo, a opressão, a exploração, bem como lutaram pelo direito à liberdade de mulheres e de homens das suas localidades (Nhampoca, & Aviz, 2021, p,113).

Ao apresentar a obra literária de Momplé no mundo, Nhampoca, & Aviz (2021) destacam como as escritoras moçambicanas, assim como muitas outras autoras do continente africano, durante muito tempo foram negligenciadas. Sua posição foi relegada à categoria de “outras”, especialmente pelo feminismo ocidental, o que as colocou em uma posição ainda mais subalterna. No entanto, é dessa posição que essas escritoras emergem; nesse contexto, torna-se evidente a importância dos estudos feministas pós-coloniais em contraste com os estudos subalternos das literaturas africanas (Nhampoca, & Aviz, 2021).

Essas mulheres, com certeza, poderão fazer ouvir suas vozes, escapando do silêncio e da invisibilidade a que foram relegadas, se as feministas assumirem um importante papel preocupando-se em incluir na academia pesquisas que revelem vozes anteriormente silenciadas (Nhampoca, & Aviz, 2021). Neste interim, precisa-se também lembrar que a luta por justiça de gênero na ciência é papel também dos homens, pois, a busca por igualdade de reconhecimento traz e trará ainda mais força para o desenvolvimento científico.

Considerações finais

As discussões tecidas aqui neste capítulo foram oriundas das exposições dialogadas realizadas no I Colóquio “Mulheres na Ciência: avanços e desafios” pelas Professoras Doutoras Patrícia Margarida Farias e Coelho e Ezra Chambal Nhampoca, assim como, do levantamento, inspirado na pesquisa bibliográfica realizado pelos autores para fundamentar as escritas e discussões aqui empregadas.

Frente ao exposto até aqui, foi possível perceber os grandes avanços da representatividade da mulher na ciência, mostrando a sua competência e responsabilidade com as pesquisas desenvolvidas por várias cientistas citadas e a contribuição por elas deixadas. Mas, não podemos negar os desafios por elas encontrados, que mesmo estando no século XXI ainda são muitos, diante da sociedade machista que se apresenta ainda nos dias atuais.

Reitera-se que a participação das mulheres na ciência se apresenta grande tema de relevância, pois há ainda a necessidade de uma maior visibilidade e valorização das mulheres na construção do pensamento científico. A publicização em periódicos dos trabalhos produzidos por mulheres se constitui com uma estratégia para a socialização de pesquisas realizadas por mulheres, tendo em vista a possibilidade de que possam ser acessados por um número maior de pessoas.

Importa deixar registrado que as discussões sobre a presença feminina na ciência retratam não apenas a participação das mulheres como cientistas, mas também uma luta por direitos mais igualitários na sociedade, isso porque a ocupação das mulheres, de espaços tradicionalmente masculinos, só é conquistado por meio de engajamento e ações coletivas empreendidas, prioritariamente, pelas mulheres que enfrentam nesse percurso discriminação e preconceito social.

Os resultados encontrados com a imersão teórica evidenciam a importância de deixar registrado que as discussões e reflexões sobre o tema estão longe de serem encerradas, embora já se perceba um crescimento da produção científica feminina, os desafios pela visibilidade e pela ocupação de espaços de destaque no universo científico ainda se apresentam como desafios a serem superados.

Referências

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Diretório dos Grupos de Pesquisas no Brasil - CNPq Lattes. Disponível em: <https://encurtador.com.br/lGyWQ>, acesso em 14 de junho de 2024 às 02:00h.

CASIMIRO, Isabel Maria. Paz na Terra, Guerra em Casa: feminismos e organizações de mulheres em Moçambique. Série Brasil & África-Coleção Pesquisas 1, Pernambuco: Editora da UFPE: 2014.

COELHO, Patrícia Margarida Farias e. Mulheres Notáveis Na Ciências. Apresentação em slides no I Colóquio: “Mulheres na ciência: avanços e desafios”, realizado na Universidade Estadual da Bahia - Campus XI. Serrinha, BA, 15 mar. 2024.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Revista Katál, Florianópolis, v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

NHAMPOCA, Ezra Alberto Chambal & AVIZ, Roselete Fagundes de. A voz narrativa de Lília Momplé: um marco de referência no feminismo moçambicano. Revista Ártemis, Florianópolis, v. XXXII, n. 1, p. 108-129, jul.-dez. 2021. ISSN: 1807-8214.

NOGUEIRA, P. A ciência das mulheres. Unesp Ciência, São Paulo, n. 17, p. 18-25, mar. 2011.

Capítulo 3

MULHERES NA CIÊNCIA E A BUSCA PELA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Daiane dos Santos Ramos

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI, Serrinha-Ba.
psidaianeramos@gmail.com

Priscila Vogel Nunes Pinheiro

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI, Serrinha-Ba.
priscila.vogel@hotmail.com

Introdução

Este trabalho teve origem a partir do colóquio organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) do Campus XI da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), localizado na cidade de Serrinha, interior do estado da Bahia, na região conhecida como Território do Sisal. O evento, intitulado “I Colóquio: Mulheres na Ciência: Avanços e Desafios”, ocorreu no dia 8 de março de 2024, sob a mediação da Professora Dra. Cláudia Vaz (PPGIES/UNEB). Durante esse evento, foram explorados os textos, livro e filme sugeridos e disponibilizados para leitura pelas expositoras: Professora Dra. Elzra Chambal Nhampoca (UEM – Moçambique) e Professora Dra. Patrícia Margarida Farias e Coelho (Universidade Santo Amaro – UNISA). O colóquio ofereceu uma oportunidade para discutir e refletir sobre a situação das mulheres na ciência e as questões relacionadas à busca pela igualdade de oportunidades nesse campo.

A partir das discussões eliciadas no referido evento este artigo foi construído objetivando realizar uma revisão de literatura sobre o papel das mulheres nas ciências. O objetivo do artigo é analisar os desafios históricos, as conquistas atuais e as estratégias de promoção da igualdade de oportunidades para mulheres na ciência. Ao revisar a literatura existente, este artigo busca não apenas destacar as barreiras enfrentadas pelas mulheres ao longo da história, mas também evidenciar os avanços significativos e propor estratégias eficazes para promover uma maior equidade de gênero no campo científico.

Podendo contar com a contribuições das Expositoras: A Professora Dra. Elzra Chambal Nhampoca abordou o desequilíbrio de gênero em ciências e a visibilidade do trabalho feminino nesse campo. Destacou a importância de valorizar as línguas, ressaltando que isso implica dar atenção às pessoas e assumir paradigmas de cuidado, empatia e respeito.

Lília Momplé escreveu vários contos e, neles, suas personagens-mulheres são feministas, enfrentam e contrariam o machismo, o patriarcado e a discriminação de gênero. Momplé apresenta-nos mulheres-meninas-protagonistas corajosas, que contestam todo o sistema patriarcal e machista para tentar viver sua vida a partir de suas próprias decisões. Essas mulheres mostram que podem falar. No entanto, não querem somente falar, mas também serem ouvidas (Nhampoca e Aviz, 2021, p. 117).

As mulheres de Moçambique não apenas desejam expressar suas opiniões, mas também exigem ser ouvidas, reivindicando seu espaço e sua voz na sociedade. Elas buscam viver suas vidas de acordo com suas próprias decisões, desafiando as normas e expectativas sociais que limitam sua liberdade e autonomia. Na obra de Lília Momplé (ano) retrata personagens femininas fortes e determinadas que lutam pela igualdade de gênero e pela liberdade de serem elas mesmas.

Além disso, a Professora Dra. Elzra Chambal Nhampoca discutiu a questão linguística em Moçambique, destacando como as línguas africanas foram usadas como instrumento de divisão dos povos durante o período de colonização. Ela ressaltou que, embora Moçambique seja um dos 54 países do continente africano, ainda enfrenta desafios como a priorização da educação masculina em detrimento da educação feminina, resultando em poucas meninas avançando nos estudos, além de enfrentarem violência sexual.

A subalternidade feminina, marcada pela invisibilidade e privação de história, é agravada em mulheres de grupos marginalizados e colonizados. Estudos culturais e pós-coloniais buscam criar espaços de expressão para os subalternos, rompendo sua invisibilidade. A literatura escrita por mulheres em países em desenvolvimento serve como meio de dar voz e construir identidades femininas. Essa relação entre literatura e feminismo fortalece-se, permitindo reflexões críticas sobre o silenciamento e a exploração do humano (Nhampoca e Aviz, 2021).

A Professora Dra. Patrícia Margarida Farias e Coelho por sua vez trouxe à tona a discussão sobre mulheres notáveis na ciência, utilizando como referência o livro “Ih, esqueceram de Madame Freud”, que destaca

mulheres esquecidas pela história da ciência devido ao machismo. Além disso, apresentou o filme “Estrelas Além do Tempo”, que retrata a trajetória de mulheres cientistas negras na NASA e as dificuldades e barreiras enfrentadas por elas na construção de suas carreiras. Discutiu os conflitos da maternidade, da atenção e obrigação com a família versus as exigências da vida acadêmica.

Ao longo deste trabalho será explorado o panorama da participação das mulheres na ciência, desde os obstáculos estruturais e sociais que limitam seu avanço até as políticas e iniciativas destinadas a promover uma maior inclusão e equidade de gênero no ambiente científico. Também será analisada a percepção das mulheres sobre si mesmas, moldada por fatores sociais, culturais e biológicos, contribuindo para a construção de identidades femininas complexas e multifacetadas.

Por meio dessa análise, busca-se contribuir para uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados pelas mulheres na ciência e para o desenvolvimento de estratégias eficazes para promover uma maior igualdade de oportunidades nesse campo vital para o avanço da sociedade. A presença das mulheres na ciência tem sido historicamente marcada por desafios e obstáculos que limitam sua participação plena e igualitária nesse campo tão importante para o progresso humano. Apesar dos avanços nas últimas décadas, a sub-representação feminina em diversas áreas e níveis de carreira na ciência ainda é uma realidade preocupante, refletindo desigualdades de gênero enraizadas em nossas sociedades.

Metodologia

Diante das discussões ocorridas no I Colóquio: Mulheres na Ciência: Avanços e desafios, a construção deste trabalho aproximou-se mais do tema Mulheres na Ciência e a busca pela igualdade de oportunidades. Para isso, foi adotado como percurso metodológico a pesquisa bibliográfica, que segundo Fonseca (2002), consiste na coleta de referências teóricas já publicadas, seja em meios impressos ou eletrônicos, como livros e artigos científicos, dimensão fundamental para qualquer trabalho científico, pois permite ao pesquisador conhecer o que já foi estudado sobre o tema.

O capítulo, então, consiste em uma revisão bibliográfica que investiga a história das mulheres na ciência ao longo do tempo. O levantamento dos dados foi realizado por meio de uma busca empírica em bancos de dados, incluindo o Scientific Electronic Library Online (SciELO),

a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e o Google Acadêmico, abrangendo um período de cinco anos. Para garantir a relevância e acessibilidade dos materiais selecionados foram estabelecidos critérios de inclusão, priorizando textos disponíveis em português. Por outro lado, foram definidos critérios de exclusão como os artigos pagos e que não se alinhassem aos objetivos da pesquisa. Os descritores utilizados na pesquisa incluíram “Mulheres cientistas”, “história das mulheres”, “mulheres na ciência”, “educação das mulheres” e outras palavras-chave relacionadas ao tema. Essa escolha foi feita com o intuito de obter uma visão abrangente sobre o papel das mulheres nas ciências ao longo da história, assim como sua educação e contribuições para o campo científico. Os dados foram coletados e submetidos a uma análise descritiva, onde foram revisados um total de 08 (oito) artigos, 02 (duas) dissertações e 1 (um) livro. Esta análise teve como objetivo examinar e descrever as informações contidas nos documentos, destacando pontos relevantes relacionados à história das mulheres nas ciências. Por meio dessa abordagem, foi possível obter uma compreensão mais aprofundada sobre o papel das mulheres cientistas, suas contribuições e os desafios enfrentados ao longo do tempo.

Desenvolvimento

A presença das mulheres na ciência tem sido historicamente marcada por desafios e obstáculos que limitam sua participação plena e igualitária nesse campo tão importante para o progresso humano. Apesar dos avanços nas últimas décadas, a sub-representação feminina em diversas áreas e níveis de carreira na ciência ainda é uma realidade preocupante, refletindo desigualdades de gênero enraizadas em nossas sociedades. Neste contexto, é crucial investigar a situação atual das mulheres na ciência, destacando os desafios enfrentados em relação à igualdade de oportunidades e explorando estratégias para promover uma maior inclusão e equidade de gênero no ambiente científico.

O debate sobre as mulheres na ciência tem se destacado como uma linha de pesquisa multifacetada, envolvendo estudiosos de diversas áreas, como historiadores, sociólogos, biólogos, entre outros. Além disso, organizações internacionais, como a UNESCO, têm desempenhado um papel importante ao realizar estudos e conferências com o objetivo de promover a inclusão das mulheres nas atividades científicas e tecnológicas (Leta, 2003).

Pina (2019) aborda a participação das mulheres na ciência, destacando a crescente presença feminina na obtenção de títulos de mestres e doutores no Brasil. Observa-se que, embora as mulheres representem mais da metade dos doutores até os 34 anos, essa proporção diminui com o aumento da idade. A autora ressalta que o aumento na presença feminina na academia a partir de 1970 é atribuído à Reforma Universitária de 1968, que alterou a estrutura das universidades brasileiras, contribuindo para a entrada e permanência das mulheres na academia (Pina, 2019).

A construção da identidade feminina é influenciada por questões estruturais, educacionais e relações sociais que moldam a percepção das mulheres sobre si mesmas, contrastando com as identidades masculinas. A dominação masculina reiteradamente lembra às mulheres sua suposta fragilidade e incompetência, refletindo a imposição de diferentes valores para cada gênero e a hierarquia dominante do masculino sobre o feminino (Ibarra, Ramos e Oliveira, 2021).

Diante dos desafios históricos que têm marcado a presença das mulheres na ciência, é essencial reconhecer a persistência da sub-representação feminina em várias áreas e níveis de carreira, refletindo desigualdades profundamente enraizadas em nossas sociedades. Apesar dos avanços registrados nas últimas décadas, essas disparidades continuam sendo motivo de preocupação e demandam uma análise aprofundada da situação atual das mulheres nesse campo crucial para o progresso humano.

Desafios e barreiras na participação das mulheres na ciência

Os primeiros estudos sobre a participação das mulheres na ciência, como o de Alice Rossi, publicado na revista *Science* em 1965, revelaram uma representação muito reduzida de mulheres em áreas de ciência e tecnologia nos “Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960” (Leta, 2003). Aspectos sociais e psicológicos, como a prioridade dada ao casamento e à maternidade, influências parentais na escolha de carreiras e diferenças biológicas e sociais, foram discutidos como possíveis explicações para essa baixa representação (Leta, 2003).

A análise da situação das mulheres na ciência requer uma compreensão das barreiras e obstáculos que elas enfrentam ao longo de suas carreiras. Estudos recentes têm destacado a persistência da discriminação de gênero no ambiente acadêmico e científico. Segundo Souza, Fernandes e Gomes (2022), as mulheres continuam enfrentando preconceitos e

estereótipos que as impedem de avançar em suas carreiras científicas, além de enfrentarem disparidades salariais em comparação com seus colegas masculinos.

A pesquisa de Gomes e Souza (2018) sobre as desigualdades salariais de gênero tem se destacado entre os especialistas das ciências sociais, devido às discussões ocorridas internacional e nacionalmente nas últimas décadas. No contexto brasileiro, surgem preocupações adicionais devido às dimensões continentais do país e sua heterogeneidade econômica e demográfica regional, refletindo-se na diferenciação e discriminação salarial entre homens e mulheres.

Além da discriminação de gênero, a falta de representação das mulheres em posições de liderança também é uma preocupação importante. Pesquisas de Souza, Fernandes e Gomes (2022) revelam que as mulheres são sub-representação em cargos de alta liderança em instituições acadêmicas e de pesquisa, o que limita sua influência e impacto no desenvolvimento da ciência.

O cenário das desigualdades de gênero na ciência brasileira revela um dado ainda mais preocupante quando consideramos o perfil étnico-racial das bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQ) do CNPq. Mulheres negras e indígenas enfrentam barreiras adicionais devido às sobreposições entre gênero, raça e classe, resultantes das estruturas coloniais e das desigualdades sociais históricas (Cunha, Dimenstein e Dantas, 2021).

De acordo com Marques (2022), as mulheres negras enfrentam a escassez de respeito devido às “consequências do racismo e do preconceito em uma sociedade racista, capitalista e patriarcal”, no qual são invisibilizadas pelas pessoas brancas.

[...] historicamente, na base da construção das narrativas modernas da ciência e da tecnologia, sempre houve um sistema de crenças pronto para esvaziar de sentido de pensamento as alteridades negras, hierarquizando as raças e fomentando as desigualdades étnico-raciais e sociais, não apenas nos processos de produção de ciência, mas, sobretudo, em suas relações de educação e comunicação. (ROSA, ALVES-BRITO, PINHEIRO, 2020, p. 1463)

Historicamente, as mulheres foram sistematicamente excluídas das instituições de ensino superior e sociedades científicas. Discriminação de ordem raciais e de gênero ainda prevalecem, levando uma menor presença e destaque feminino na ciência.

Esforços individuais e institucionais, como o Núcleo de Estudos sobre a Mulher da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, têm

contribuído para fortalecer os estudos sobre gênero e ciência no Brasil. Esses esforços incluem a realização de pesquisas e estudos, bem como a publicação de obras acadêmicas que abordam essa temática (Leta, 2003).

Segundo uma revisão de artigos de Oliveira et al. (2023), expectativas de gênero arraigadas desde a infância, falta de modelos femininos na ciência e desigualdades no acesso a recursos e oportunidades educacionais são alguns dos fatores que contribuem para a sub-representação das mulheres em determinadas áreas científicas.

Desafios de ser mulher e cientista

a inserção das mulheres no campo científico enfrenta desafios significativos devido à predominância do mundo androcêntrico. Muitas mulheres cientistas se deparam com a frustração de não poder realizar plenamente suas ambições profissionais, especialmente devido à expectativa social da maternidade. Superar a ideia de inferioridade e subordinação ao poder masculino é crucial para demonstrar que mulheres e homens são igualmente capazes no campo intelectual (Souza, 2016).

A perspectiva pós-moderna das identidades sugere que estas são múltiplas e fluidas, em constante transformação em relação aos sistemas culturais circundantes (Hall, 2006). O feminismo desempenha um papel importante ao questionar a distinção entre o público e o privado, politizando a subjetividade e contestando a noção de pertencimento de mulheres e homens à mesma identidade, a Humanidade (Hall, 2006).

As identidades femininas e de cientista muitas vezes se mostram contraditórias, refletindo os estereótipos definidos pela sociedade. Mulheres cientistas podem sentir-se sobrecarregadas com responsabilidades familiares e profissionais, enquanto enfrentam a expectativa de resolver apenas “problemas menores” (Souza, 2016).

A visão biologizante da identidade feminina reduz as mulheres à condição cromossômica e associa sua identidade à maternidade. Isso serve para manter as mulheres comprometidas apenas com as funções familiares, enquanto isenta os homens da corresponsabilidade na educação dos filhos (Souza, 2016).

Resultados e discussões

A participação das mulheres na ciência tem sido historicamente marcada por desafios significativos, incluindo discriminação de gênero, estereótipos persistentes e uma cultura acadêmica que muitas vezes subvaloriza suas contribuições. Estudos iniciais, como o de Alice Rossi (1965), destacaram a representação reduzida de mulheres em áreas científicas, apontando fatores sociais e psicológicos, como o casamento e a maternidade, como barreiras significativas. Pesquisas mais recentes, como as de Gomes e Souza (2018), corroboram essas descobertas, destacando a persistência da discriminação de gênero e das desigualdades salariais. Ademais, estudos de Souza, Fernandes e Gomes (2022) mostram que a sub-representação das mulheres em cargos de liderança científica é um problema recorrente, especialmente para mulheres negras e indígenas.

As causas subjacentes da sub-representação feminina na ciência são diversas e complexas, envolvendo pressões sociais, culturais e estruturais. Normas culturais que desencorajam as meninas a seguirem carreiras científicas, juntamente com a falta de modelos femininos na ciência, contribuem para a perpetuação da desigualdade de gênero desde a infância. Uma revisão de Oliveira et al. (2023) destaca ainda expectativas de gênero arraigadas, desigualdades no acesso à educação e oportunidades limitadas como fatores que prejudicam a representação das mulheres nas áreas científicas.

Atualmente, a disparidade de gênero em oportunidades de pesquisa, financiamento e reconhecimento continua a ser um desafio significativo. As mulheres recebem menos financiamento para suas pesquisas, o que limita sua capacidade de realizar estudos significativos e reduz suas chances de promoção. Além disso, a falta de reconhecimento das contribuições femininas na ciência desmotiva novas gerações de mulheres cientistas. A construção da identidade feminina na ciência é influenciada por questões estruturais, educacionais e sociais. A dominação masculina reforça estereótipos que desvalorizam as mulheres, enquanto a visão biologizante da identidade feminina confinada às funções familiares perpetua as desigualdades de gênero.

Para promover a igualdade de gênero na ciência, é crucial implementar políticas de apoio à família, programas de mentoria e desenvolvimento profissional, e aumentar a conscientização sobre as questões de gênero. Iniciativas como cotas para mulheres em posições de liderança e políticas de igualdade salarial são passos importantes para criar um ambiente inclusivo. Organizações internacionais desempenham um papel crucial na promoção da inclusão feminina nas ciências.

Considerações finais

A luta das mulheres na ciência é uma jornada marcada por desafios, vitórias e uma determinação incansável. Durante o I colóquio do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social, as professoras Elzra Chambal Nhampoca e Patrícia Margarida Farias e Coelho destacaram histórias individuais que refletem um movimento coletivo em busca de justiça e igualdade no Dia Internacional da Mulher. Os desafios enfrentados pelas mulheres na ciência são profundamente enraizados em questões socioculturais que moldam expectativas e oportunidades. As obras de Lília Momplé e a discussão de Elzra Chambal Nhampoca sobre questões linguísticas em Moçambique revelam as divisões e opressões históricas enfrentadas, refletindo uma realidade global de desigualdade. O filme “Estrelas Além do Tempo” e o livro “Ih, esqueceram de Madame Freud”, trazidos por Patrícia Margarida Farias e Coelho, destacam histórias de mulheres esquecidas pela história oficial da ciência, devido ao machismo estrutural. Essas narrativas ecoam a luta contínua das mulheres cientistas por reconhecimento, igualdade salarial e oportunidades equitativas.

Apesar dos desafios, há um reconhecimento crescente da importância da inclusão e da diversidade de gênero no ambiente científico. Estratégias e iniciativas estão sendo desenvolvidas para promover uma maior igualdade de oportunidades, refletindo um movimento promissor de mudança liderado por organizações internacionais, pesquisadores e instituições acadêmicas. É crucial entender que promover a igualdade de oportunidades para mulheres na ciência é essencial para o pleno desenvolvimento do potencial científico de uma sociedade. Ao adotar políticas e práticas que valorizem a diversidade de gênero, podemos avançar em direção a uma ciência mais justa, inovadora e inclusiva, onde todas as vozes têm espaço para contribuir para o bem-estar humano.

Ao refletir sobre as contribuições das mulheres na ciência e promover uma cultura inclusiva e equitativa, é possível avançar para um ambiente científico mais diversificado e justo. Para maximizar o potencial científico de uma sociedade, é essencial continuar a implementar e aprimorar medidas que promovam a inclusão e a equidade de gênero, garantindo que as mulheres possam alcançar seu pleno potencial na ciência. Este estudo contribui para o avanço do debate sobre a igualdade de gênero na ciência e a implementação de políticas que promovam uma cultura científica mais diversificada, justa e inclusiva.

Referências

CUNHA, R.; DIMENSTEIN, M.; DANTAS C. Desigualdades de Gênero por Área de Conhecimento na Ciência Brasileira: Panorama das Bolsistas PQ/CNPq. **Revista Saúde Debate**, V. 45, N. Especial 1, p. 83-97, OUT 2021.

GOMES, M. R.; SOUZA, S. De C. I. De. Assimetrias Salariais De Gênero E A Abordagem Regional No Brasil: Uma Análise Segundo A Admissão No Emprego E Setores De Atividade. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 3, p. e182234, 2018. Disponível em <https://doi.org/10.1590/198055272234> acesso em: 11 de maio de 2024.

Hall, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva,. Guaracira Lopes Louro-11. ed. Rio de Janeiro 2006 p.102.

IBARRA, A. C. R.; RAMOS, N. B.; OLIVEIRA, M. Z. De. Desafios das mulheres na carreira científica no Brasil: uma revisão sistemática. **Rev. bras. orientac. prof, Campinas**, v. 22, n. 1, p. 17-28, jun. 2021. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902021000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em: 09 de maio de 2024. <http://dx.doi.org/10.26707/1984-7270/2021v22n102>.

LETA, J. **As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso**. Estudos Avançados, v. 17, n. 49, p. 271–284, set. 2003.

MARQUES, E. C. B. De B. **Interseccionalidade Nas Narrativas Femininas: O Legado Existencial Das Idosas Negras Da Comunidade Quilombola Maria De Juvêncio**. Dissertação (Mestrado Profissional em Intervenção educativa e Social) – Universidade Do Estado Da Bahia - Programa de Pós Graduação em Intervenção Educativa e Social da Universidade do Estado da Bahia, no âmbito da Linha de Pesquisa Novas formas de subjetivação e organização comunitária. Serrinha, p. 32. 2022.

NHAMPOCA, E. A; AVIZ, R. F. A Voz Narrativa de Lília Momplé: Um Marco de Referência no Feminismo Moçambicano. **Revista Ártemis**, vol. XXXII nº 1; jul-dez, 2021. pp. 108-129

OLIVEIRA, E., SANTOS, F., & SOUZA, G. (2023). Causas subjacentes da sub-representação de mulheres em áreas específicas da ciência. **Journal of Gender Studies**, 15(3), 102-118.

PINA, J. B. Da S. **As Cientistas Mulheres Na Sociedade Brasileira Para O Progresso Da Ciência: Uma Perspectiva Da Inserção Feminina Em Comunidade Científica (1948-1958)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal De Minas Gerais Faculdade De Filosofia E Ciência Humanas – Fafich Programa de Pós-Graduação Em História. Belo Horizonte, p.120. 2019.

ROSA, K. D. da; ALVES-BRITO, A.; PINHEIRO, B. C. S. Pós-verdade para quem?: fatos produzidos por uma ciência racista. **Caderno brasileiro de ensino de física**. Florianópolis. Vol. 37, n. 3 (dez. 2020), p. 1440-1468, 2020.

SOUZA, A. M. F. de L. e. **Subjetividades na ciência narrativas de mulheres no exercício da produção do conhecimento em Biologia Subjetividades – de como ser mulher e cientista**. In Gênero e Ciências: mulheres em novos campos. Cecilia Maria Bacellar Sardenberg Luzinete Simões Minella (Org.) Gênero e Ciências mulheres em novos campos. Salvador, coleção 18 Bahianas, p. 113 – 146, 2016.

SOUZA, S. de C. I. de; FERNANDES, L. da S., & GOMES, M. R. (2022). Evidências da discriminação salarial de gênero em diferentes contextos macroeconômicos no Brasil. **Revista de Economia Mackenzie**, 19(1), 241–268. doi:10.5935/1808-2785/rem.v19n1p.241-268.

Capítulo 4

ENTRELACE DA SAÚDE MENTAL E A VIVÊNCIA UNIVERSITÁRIA: TENSIONAMENTOS SOBRE OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM GRADUANDOS DE PSICOLOGIA

Aderilson Anunciação de Oliveira

Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus XI

aderilsonpsi@gmail.com

Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres

Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus XI

vaztorres@gmail.com

Introdução

O processo de escrita emerge das inquietações e vivências de cada sujeito, são as suas escrevivências. Outrossim, os buracos faltantes clamam por tentativas de preenchimento e a escrita pode ser percebida como instrumento de acalanto para suas demandas narcísicas que em dores de parto imploram por escuta. Para Meira (2016) “reconhecemo-nos e somos reconhecidos pela produção e pela apresentação de textos científicos” (p. 06). Essa realidade se materializa no cotidiano dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social, da Universidade do Estado da Bahia (PPGIES), e do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS). Entre as diversas atividades emergentes do PPGIES e do EPODS estão os Seminários e Colóquios que acontecem anualmente duas versões de cada um, trazendo sempre discussões e reflexões pertinentes e atualizando a respeito de demandas que atravessam a vivência acadêmica, social e educacional.

O encorajamento para a realização desse trabalho advém das reflexões e tensionamentos abordados na palestra do professor Dr. César Costa Vitorino no I Seminário Escrita Científica do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) do Campus XI

da UNEB–Serrinha, que ocorreu no dia 07 de março de 2024 no auditório da instituição e contou com a presença dos discentes atuais e egressos do PPGIES, docentes, funcionários da instituição e membros de outras instituições. Tomando como referenciação as provocações do palestrante e as vivências dos autores desta obra na condição de professores orientadores de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) em cursos de Psicologia, esta obra tem por objetivo geral produzir tensionamentos a respeito da saúde mental de universitários, em especial aqueles que estão vivenciando a obrigatoriedade da produção do TCC, tendo em vista que este produto carece de um rigor técnico, teórico e ético por conta de ser uma escrita científica.

Deste modo, este capítulo problematiza os impactos que as pressões do contexto acadêmico podem ter sobre a saúde mental dos universitários que estão diante do desafio de uma escrita científica que, geralmente, nunca realizaram e sem o suporte adequado na maioria dos casos. O percurso metodológico adotado tem como bússola os estudos bibliográficos de cunho qualitativo. Os referenciais teóricos foram aqueles citados no Seminário, literaturas que versam sobre a temática abordada e documentos técnicos que norteiam a prática do psicólogo, além de elementos oriundos das vivências dos autores enquanto docentes universitários.

O presente estudo explicita a vulnerabilidade psicológica e social dos discentes universitários. No âmbito psicológico tem-se a redução da motivação advinda das frustrações que ocorreram ao longo da formação e do processo de aproximação da conclusão do curso, as pressões sociais e acadêmicas emergentes da perspectiva de que este sujeito chegou até aquele ponto do curso deveria ter condições de realizar um trabalho daquela natureza, a elevação dos níveis de estresse originários da dificuldade de sustentar o volume de demandas que se apresentam na reta final do curso, entre outras questões. Já no âmbito social podemos destacar o *modus operandi* de reprodução de violências manifestas nas relações de poder no contexto acadêmico, temos também a falta de suporte e preparação das instituições de nível superior para que esses indivíduos possam vivenciar esse momento da vida sem tantos fatores de risco para o processo de adoecimento. Além disso, a falta de uma rede de suporte psicossocial amplia tais vulnerabilidades, favorecendo para o adoecimento psicológico.

Metodologia

A metodologia deste capítulo tem o viés da pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. Para Marconi e Lakatos (2017) a “pesquisa bibliográfica é um tipo específico de produção científica: é feita com base em textos, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos” (p. 54). A perspectiva qualitativa não carece de fundamentar-se em informações estatísticas, mas isso não lhe torna especulativa. “Elas têm um tipo de objetividade e de validade conceitual que contribuem decisivamente para o desenvolvimento do pensamento científico” (Triviños, 2015, p. 118).

Os apontamentos teóricos referenciais deste trabalho foram Bernini e Leite (2007), Lisboa e Barbosa (2009), Meira (2016), Ariño e Bardagi (2018), Costa e Silva (2020), Barros e Peixoto (2022), Oliveira e Carmo e Vêras (2022), Sousa (2022), Andrade *et al.* (2023), Baptista *et al.* (2023), Faria e Silveira e Viegas (2023), Mariuzzo (2023), Campos *et al.* (2024), entre outros autores, além de livros e artigos localizados em repositórios tais como PePsic, Scielo, Capes e a Biblioteca Brasileira de Saúde (BVS) e as vivências dos autores desse artigo.

O trajeto para a elaboração deste trabalho deu-se por meio da produção de apontamentos durante a realização do evento acadêmico citado anteriormente, anotações das falas do professor Dr. César Costa Vitorino, levantamento de artigos nos repositórios supracitados usando descritores como “saúde mental”, “vivência universitária”, “saúde mental universitário”, “formação em Psicologia”, “trabalho de conclusão de curso”. Didaticamente o texto foi organizado em seções intituladas: vivência universitária e saúde mental; as limitações na escrita científica de graduandos em psicologia e emoções e sentimentos de graduandos em psicologia na produção do trabalho de conclusão de curso.

Desenvolvimento

Vivência universitária e saúde mental

A adultez emergente compreende a faixa de transição que vai dos 18 aos 29 anos. Neste momento da vida existem ao menos três características psicológicas que lhe são intrínsecas: “aceitar a responsabilidade de seus próprios atos; tomar decisões independentes; e ser financeiramente

independente” (Arnet, 2004 *apud* Ponciano; Seidl-de-Moura, 2017, p. 133). Destaca-se ainda que a

Adulterez emergente é produto de um momento social em que o adiamento da conjugalidade e da parentalidade e o aumento do tempo dedicado à escolarização e à formação profissional criam as condições para a extensão do período de exploração e aumentam a instabilidade até a chegada à vida adulta, não sendo desconsiderados os aspectos sociodemográficos (Ponciano; Seidl-de-Moura, 2017, p. 133).

Para tanto, a vivência acadêmica ganha novos contornos interconectando as três características psicológicas supracitadas. O ingresso em uma universidade pelo adulto emergente carrega consigo expectativas relacionadas à “formação profissional, ascensão social e desenvolvimento pessoal” (Barros, 2021 *apud* Oliveira; Carmo; Vêras, 2022, p. 68). A priori o nível superior também é entendido, especialmente nos períodos iniciais, como um esperar para a emancipação e realização pessoal no qual a motivação se manifesta na dedicação ao curso e ao processo de aprendizagem.

Neste prisma, temos a vivência universitária como um aspecto fundamental de análise quando tratamos da realidade acadêmica de nível superior. Oliveira, Carmo e Vêras (2022) definem a vivência universitária como o

Conjunto geral de aspectos de experiências universitárias, os quais refletem-se no desempenho e sucesso dos discentes. Ao utilizar este termo, autores procuram extrapolar a tradicional perspectiva intrapsíquica e contemplar também características dos contextos universitários e do âmbito social, ou seja, fatores externos ao indivíduo (Andrade *et al.*, 2016; Almeida; Ferreira; Soares, 2000 *apud* Oliveira; Carmo; Vêras, 2022, p. 69).

A subjetividade terá um papel crucial na relação que o discente estabelece com o ambiente universitário e suas vivências dentro dele. Todavia, direcionar o entendimento dos elementos motivadores e desmotivadores desse processo por meio apenas da análise da subjetividade discente só serve para fortalecer uma lente que historicamente, dentro do contexto educacional, serviu para consolidação de uma visão reducionista do processo de ensino-aprendizagem, além de culpabilizar estudantes e suas famílias, estigmatizar, marginalizar e silenciar subjetividades tidas como dissidentes (Dejours, 2004).

Portanto, tensionamentos que deem conta das questões que envolvem as vivências universitárias precisam levar em consideração uma análise profunda das conjunturas sociais, econômicas, políticas, territoriais,

psicológicas e biológicas que estão no entorno de cada discente. Fugir disto coloca-nos num risco de psicopatologizar o que não é psicopatologizável.

Um estudo de Baptista *et al.* (2023) com 178 estudantes do curso de Psicologia demonstrou que à medida que o discente avança no curso a sua motivação tende a ir se rebaixando. Tal fenômeno pode ser explicado por diversos fatores, entre eles as múltiplas frustrações que o sujeito vai enfrentando ao longo do seu processo formativo e a sobrecarga física e emocional oriunda da jornada dupla ou tripla de atividades laborais e acadêmicas. As violências experienciadas neste contexto, tais como o racismo, a misoginia, homofobia, lesbofobia, transfobia, etarismo, capacitismo e classismo também podem interferir de modo significativo produzindo a desmotivação que pode ter como desdobramento o baixo rendimento educacional, o menor interesse pelo curso, a evasão, o sofrimento psicológico, a dependência química, etc. Outrossim, as perturbações emocionais decorrentes da vivência acadêmica podem ter diversos impactos na vida do sujeito. As pressões aflorantes do contexto universitário tornam os indivíduos que estão nele mais vulneráveis ao processo de adoecimento psicológico, em especial o discente, por ser a figura mais desprotegida desse ambiente.

Autores como Ariño e Bardagi (2018), Oliveira, Carmo e Vêras (2022), Barros e Peixoto (2022), Baptista *et al.* (2023), Faria, Silveira e Viegas (2023), Campos *et al.* (2024), trazem diversas discussões a respeito da relevância e urgência de ações que visem a promoção de saúde mental dentro das universidades. Algumas universidades apresentam serviço de acolhimento psicológico, objetivando intervir junto à comunidade acadêmica para a redução do adoecimento psicológico. Embora este serviço possa amenizar o sofrimento psicológico, ele possui limitações severas na intervenção nos determinantes e condicionantes sociais que produzem e reproduzem o adoecimento psicológico. Ações que visem a promoção de saúde mental no ensino superior precisam fomentar tensionamentos sobre o *modus operandi* da universidade, desde os mecanismos de acesso e os instrumentos que visam a permanência, indo até as dinâmicas de funcionamento e desligamento do discente ao final do curso. Foucault (1999) traz que o poder está atrelado ao saber. Este, por sua vez, serve como instrumento legitimação para práticas que visam, de modo autoritário, segregar, monitorar, gerir e controlar corpos e desejos.

O adoecimento psicológico, decorrente das violências originárias do ambiente acadêmico podem fazer emergir o isolamento social, a solidão, a desesperança, o desamparo, a baixa autoestima, a ansiedade, a depressão,

transtornos mentais, uso abusivo de drogas. A conjunção de fatores pode levar a escarificação do corpo e a tentativa de suicídio por tais sujeitos.

Uma revisão de literatura sobre o risco de suicídio no ambiente universitário identificou que os principais fatores de risco eram depressão autorrelatada, eventos de vida traumáticos, distúrbios do sono, desesperança, sobrecarga percebida, solidão e pertença frustrada enquanto os fatores de proteção mais relevantes foram ter razões para viver (propósito, projetos de vida) e esperança (Andrade *et al.*, 2023, p. 07).

Portanto, a mudança da dinâmica de funcionamento da universidade por meio de intervenções que tenham como foco o suporte social e emocional daqueles que sofrem combinada com as alterações nas relações de poder que existem dentro desse contexto podem ser fatores de proteção para a promoção de saúde mental no ensino superior. Ambientes educacionais mais democráticos, interativos e colaborativos tendem a ser mais saudáveis para toda a comunidade que está presente em seu cotidiano (Sousa, 2022).

As limitações na escrita científica de graduandos em Psicologia

Dentre as diversas atribuições que o discente em psicologia tem durante o seu processo formativo os dois que mais se destacam são a leitura de materiais teóricos e técnicos e a escrita técnico-científica. Durante o exercício profissional será necessária a produção de documentos e estes precisam ser elaborados com rigor técnico, teórico e ético. O Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005) estabelece no seu artigo 2º, alínea g, que é vedado ao psicólogo “Emitir documentos sem fundamentação e qualidade tecnocientífica” (CFP, 2005, p. 10). A graduação em Psicologia é instância formadora primeira para a prática profissional, o seu papel de orientadora deve estar em consonância com o que determinado pelo Sistema Conselhos de Psicologia. Entretanto, as discussões sobre a formação em Psicologia explicitam a precarização da formação numa perspectiva técnico-científica e o seu distanciamento com a prática profissional cotidiana.

Um ponto em comum, contudo, parece nortear toda essa discussão: uma grande insatisfação no que tange à formação do psicólogo brasileiro. Esta é vista como extremamente deficitária tanto no que se refere à formação técnica quanto, e principalmente, à formação epistemológico-científica. Observa-se um enorme e crescente fosso entre o que é ensinado e aprendido em nossas instituições formativas

e o que Pfromm Netto (2007, p. 10) chama de estado atual da arte no contexto internacional, bem como uma significativa distância entre a formação acadêmica, a realidade profissional e as demandas da sociedade (Lisboa; Barbosa, 2009, p. 724).

Silveira, Romeiro e Noll (2022) trazem que a escrita acadêmica “exige domínio de linguagem e conhecimento técnico científico, além do conhecimento de diversas técnicas e recomendações sobre o que pode e o que deve ser evitado” (p. 342). A capacitação para a escrita de um texto científico carece de uma mobilização do sujeito, que está no processo de ensino-aprendizagem, ao pesquisar e exercitar tal ato como forma emancipação no seu processo formativo. O professor, por sua vez, deve ocupar o lugar de mediador da aprendizagem colaborando/facilitando para que o discente tenha um ambiente educacional propício para o seu desenvolvimento.

Todavia, o que é percebido no cotidiano universitário são alunos que ingressam nas universidades com diversas limitações referentes à sua capacidade leitura, interpretação de texto e escrita técnica, essas dificuldades de aprendizagem geralmente estão atreladas a uma educação básica insuficiente. De modo geral, o ensino médio no Brasil não consegue preparar adequadamente o estudante para a vivência universitária, muitos alunos chegam ao ensino superior sem uma capacidade de leitura e escrita satisfatória. Este evento traz prejuízos significativos no desempenho acadêmico universitário (Goldemberg, 1993).

Destaca-se ainda que o perfil geral dos discentes em Psicologia são mulheres e estão na rede privada de ensino, em sua grande maioria precisam lidar com uma jornada tripla de atividades e isto lhes traz comprometimentos significativos no seu processo de ensino-aprendizagem. Bessa (2008) ao tratar do processo de aprendizagem explicita que o processo de aprender é influenciado por fatores como memória, atenção, interesse e inteligência. A capacidade de retenção e evocação de uma informação depende de condições apropriadas para que esse fenômeno ocorra. Bessa (2008, p. 10) coloca que “apenas aquilo que foi armazenado pode ser recuperado, e [...] a maneira em que pode ser recuperado depende de como foi armazenado”. Deste modo, essas mulheres precisam de melhores condições de ensino para que consigam superar as limitações advindas das formações anteriores, quanto progredir de modo satisfatório neste novo ambiente repleto de desafios.

Emoções e sentimentos de graduandos em Psicologia na produção do trabalho de conclusão de curso

De antemão se faz necessário descortinar as emoções e os sentimentos, comumente, ambos são confundidos e usados como sinônimos, mas não o são. Enquanto as emoções podem ser definidas como “condições complexas e momentâneas que surgem em experiências de caráter afetivo, provocando alterações em várias áreas do funcionamento psicológico e fisiológico, preparando o indivíduo para a ação” (Miguel, 2015, p. 153). Já os sentimentos são descritos como “experiências subjetivas que vão além do alcance das sensações: possuem uma avaliação pessoal e uma tentativa de encaixe de um acontecimento específico em um esquema mais amplo” (Cezar; Vasconcelos, 2016, p. 07). Logo, as emoções são formadas por um conjunto de sensações e reações sensório-perceptuais que se refletem no corpo visando o restabelecimento da homeostase. Os sentimentos, por sua vez, são duradouros e dependem de experiências anteriores do sujeito, são capazes de gerar novos afetos e produzir reflexos na personalidade do sujeito. Um equívoco recorrente é compreender as emoções como inferiores, em relação os sentimentos, por conta do seu caráter transitório. Ambos possuem funcionalidade e relevância no processo de existência humana e sofrem interferências da conjuntura social em que ocorrem (Mesquita; Batista; Silva, 2019).

Como já fora descrito, a formação em Psicologia pode eliciar um conglomerado de emoções e sentimentos. E estas emoções e sentimentos podem estar relacionadas a processos psicopatológicos. Para tanto, é fundamental ter atenção aos fatores que possam estar correlacionados com a manifestação psicopatológica de emoções e sentimentos. Faria, Silveira e Viegas (2023) apontam que

O adoecimento de estudantes pode ter origem multicausal tais como: cobranças e expectativas dos pais; problemas familiares; questões socioeconômicas e políticas; exclusão social; condições de trabalho e/ou trabalhar em um emprego não desejado; dificuldade de acesso a moradia e serviços de saúde; percurso de deslocamento para a universidade(1); sexo feminino; falta de interesse pela área estudada(2) dentre outros fatores (p. 03).

Outro fator que precisa ser pensado no que diz respeito ao processo de adoecimento psicológico é o processo de conclusão do curso. Muitas são as inquietações, desde as disciplinas mais exigentes comuns nos últimos anos da graduação, as experiências em campo por meio dos estágios

supervisionados que provocam os estudantes na busca de resoluções para as questões que vão encontrar no campo de atuação, a preocupação com o acesso ao mercado de trabalho, o luto decorrente da saída da universidade e o famigerado TCC (Bernini; Leite, 2007).

Nos cursos de Psicologia o TCC pode ser produzido de forma conjunta, geralmente em dupla, ou de forma individual. Moraes e Bueno (2022) relatam que “frequentemente o TCC é considerado pelo acadêmico como uma fonte de angústia e insegurança transformada em ansiedade, devido à preocupação por ser um trabalho complexo, mas que é importante para concluir o curso” (p. 06). A pesquisa de Bernini e Leite (2007) aponta que as emoções e os sentimentos vivenciados pelo discente durante a elaboração do TCC são: medo, tristeza, ansiedade, insegurança e desmotivação decorrentes da falta de conhecimento e informação em relação aos procedimentos e etapas que envolvem os Trabalhos de Conclusão. Entre esses medos está o medo de fracassar, medo das cobranças, de terem as suas vulnerabilidades expostas, de serem assediados ou violentados no processo de construção ou na banca avaliadora.

A pesquisa de Costa e Silva (2020) também relatam tais emoções e sentimentos. Também corrobora com Bernini e Leite (2007) em relação a falta de professores orientadores, os conflitos oriundos da relação professor-aluno, que em alguns casos se desdobram em assédio moral, psicológico e/ou sexual. Colocam ainda as dificuldades dos discentes em relação ao uso das normas técnicas da ABNT para a escrita científica e a estruturação de um texto técnico-científico, além de desorganização e falta de planejamento na gestão do tempo. A precariedade do domínio das tecnologias digitais, em especial programas de computador que servem para digitação de texto. Outro elemento promotor de angústia é a precariedade que a graduação tem em formar pesquisadores. Muitos discentes chegam aos anos finais da graduação sem conhecer as principais plataformas de publicação de textos científicos. Isto acaba comprometendo a capacidade do aluno em ter acesso a material de qualidade durante a sua pesquisa.

Diante do exposto fica explícito o quão complexo é o processo de elaboração de um documento como o TCC. Embora muitos professores acabem menosprezando as dificuldades, medos e angustias dos seus alunos em relação ao processo de produção de um texto acadêmico, vale lembrar que o protagonista na formação deve ser o discente. Consequentemente, não são as limitações dos professores que carecem de destaque e suporte (afinal, subentende-se que realizar esse tipo de tarefa é algo comum para este agente) e sim as limitações dos discentes. E o papel do professor e

da instituição é prover os recursos humanos e materiais que auxiliem o discente a mitigar tais limitações. Psicobreve (2018) pontua que

O primeiro passo para mudar este estado emocional quanto ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é ler. É preciso informação a partir de fontes fidedignas que façam os alunos pensarem, que acrescentem e os ensinem a questionar quais argumentos serão válidos na elaboração do texto. O passo seguinte é escrever. Colocar no papel as ideias (*apud* Moraes; Bueno, 2022, p. 09).

Destaca-se a necessidade de elaboração de programas dentro das universidades que deem suporte aos alunos tanto na parte formativa, quanto emocional para eles tenham melhores condições de mitigação das dificuldades de aprendizagem remanescentes dos níveis anteriores de formação. Além de intervenções continuadas que fomentem a produção e escrita científica nos cursos de Psicologia desde os primeiros semestres. De forma que a escrita do TCC seja vista como mais uma produção que tem por finalidade colaborar no aperfeiçoamento profissional, momento de acesso e familiarização com um campo teórico e prático que o discente vislumbre como possível norteador para a sua prática profissional após a conclusão do curso (Costa; Silva, 2020).

Considerações finais

Este trabalho não tem por finalidade reduzir ou encerrar as discussões referentes a saúde mental de estudantes do curso de Psicologia. Existem diversos outros fatores que precisam ser considerados e debatidos tanto sobre a saúde mental no contexto universitário, quanto sobre a relação do discente com a escrita acadêmica e Eventos como o I Seminário Escrita Científica são urgentes para a ampliação de momentos formativos que subsidiem discentes universitários para a realização de uma escrita científica de qualidade. Tal suporte pode ser lido como uma estratégia de promoção de saúde mental tendo em vista que auxilia no processo de redução dos níveis de estresse. Destaca-se que o processo de desenvolvimento e aprimoramento profissional se dá mediante um conglomerado de desafios que podem ter maiores dificuldades em decorrência de questões como gênero, raça, nível socioeconômico, orientação sexual, relações familiares fragilizadas, falta de suporte institucional, conflitos com colegas e docentes, etc.

Para tanto, entende-se como prioritária a ampliação de ações que consigam mitigar as frustrações dos discentes sem deixar de atender as

exigências da formação em Psicologia; ampliar a rede de proteção para o fortalecimento de relações saudáveis dentro e fora da instituição para que tanto as relações discente-discente, professor-discente e discente-família sejam promotoras de cuidado; reduzir o nível de competitividade entre os discentes para que se percebam não como rivais, mas sim como colegas de profissão que podem colaborar mutuamente de modo cooperado, além incentivar programas de valorização profissional para os docentes orientadores percebam que o seu fazer tem grande relevância na relevância e crescimento profissional dos seus discentes, afinal muitos trabalhos de conclusão de curso podem servir de trampolim para o acesso ao mercado de trabalho e/ou para ingresso em programas de formação continuada como o Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus XI.

A construção de um olhar sensível a respeito da saúde mental dos discentes universitários fortalece a perspectiva de formação integral possibilitando que as universidades entreguem para a sociedade profissional capacitados não só técnica e teoricamente, mas também pessoalmente. Outrossim, o combate ao adoecimento mental dentro das universidades precisa ser encarado como uma prioridade, tendo em vista a sua relevância social para o desenvolvimento de uma nação.

Referências

ANDRADE, Maria Betânia Tinti de *et al.* Risco de suicídio entre universitários da área da saúde e os fatores associados. **Revista de Atenção à Saúde**, v. 21, 2023, p. 01-13. DOI: <https://doi.org/10.13037/ras.vol21.e20238749>.

ARIÑO, Daniela Ornellas; BARDAGI, Marucia Patta. **Relação entre vulnerabilidade psicológica, vivências acadêmicas e autoeficácia em estudantes universitários**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018, p. 142.

BAPTISTA, Alice Zanrosso *et al.* Saúde Mental e Motivação na Vivência Acadêmica da Graduação em Psicologia. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 15, n. 1, janeiro-junho, 2023, p. 13-31. DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2023.v15i1.4516>.

BARROS, Rebeca Neri de; PEIXOTO, Adriano de Lemos Alves. Integração ao ensino superior e saúde mental: um estudo em uma

universidade pública federal brasileira. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** - Campinas, v. 27, n. 03, 2022, p. 609–631. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772022000300012>.

BERNINI, Marianne Carneiro; LEITE, Graciene Lannes. Sentimentos vivenciados pelo acadêmico de enfermagem frente à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). **Saúde Coletiva, Editorial Bolina** – São Paulo: SP, vol. 03, n. 09, 2006, p. 20-25.

Bessa, Valéria da Hora. **Teorias da Aprendizagem**/Valéria da Hora Bessa. — Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008. p. 204.

CAMPOS, Roberta Liz Neto de Menezes Camargo *et al.* Vivência acadêmica e saúde mental de estudantes de Terapia Ocupacional. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.** v. 08, n. 02, 2024, p. 2447-2464. ISSN: 10.47222/2526-3544.rbt061898.

CEZAR, Adieliton Tavares; VASCONCELOS, Helena Pinheiro Jucá. Diferenciando sensações, sentimentos e emoções: uma articulação com a abordagem gestáltica. **Revista IGT na Rede**, v. 13, nº 24, 2016. p. 4 – 14. ISSN 1807-2526.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do psicólogo**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2005, p. 21.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Sistema Conselhos**. 2024. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/cfp/sistema-conselhos/>>. Acesso em 23 de maio de 2024.

COSTA, Luana Rafaela da Silva; SILVA, Wanessa Mayara da. Principais dificuldades relatadas por discentes sobre a elaboração do trabalho de conclusão de curso. **Conedu VI– Editora Realize**, 2020, p. 01-16.

DEJOURS, Christophe. Subjetividade, trabalho e ação. **Production**, v. 14, n. 03, 2004, p. 27–34. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300004>.

FARIA, Elisângela Lopes de; SILVEIRA, Edilene Aparecida Araújo da; VIEGAS, Selma Maria da Fonseca. Vivências cotidianas na graduação e o impacto na saúde mental de estudantes: Scoping Review. **SciELO** 25, 2023, p. 01-23.

Foucault, Michel. **Em defesa da sociedade: Curso dado no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 315.

GOLDEMBERG, José. O repensar da educação no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 07, n. 18, 1993, p. 65–137. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141993000200004>.

LISBOA, Felipe Stephan; BARBOSA, Altemir José Gonçalves. Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 29, n. 04, 2009, p. 718–737. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400006>.

MARIUZZO, Patrícia. Novas cores e contornos na Universidade - o perfil do estudante universitário brasileiro: país avança na inclusão de estudantes no ensino superior, mas políticas públicas precisam de aperfeiçoamentos, especialmente as de permanência. **Ciência e Cultura**, vol. 75 n. 01 São Paulo Jan./Mar. 2023, p. 01-06.

MEIRA, Ana Cláudia dos Santos. **A escrita científica no divã: Entre as possibilidades e as dificuldades para com o escrever**. 3ª. ed. São Paulo: Sulina, 2016.

MESQUITA, Afonso Mancuso de; BATISTA, Jéssica Bispo; SILVA, Márcio Magalhães da. O desenvolvimento de emoções e sentimentos e a formação de valores. **Obutchénie: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica**, Uberlândia – MG. v. 03, n. 03, 2019, p. 01–25. DOI: <https://doi.org/10.14393/OBv3n3.a2019-51695>.

MIGUEL, Fabiano Koich. Psicologia das emoções: uma proposta integrativa para compreender a expressão emocional. **Psico-usf**, v. 20, n. 01, 2015, 153–162. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-82712015200114>.

MORAES, Lizandra Furtado Ramos de; BUENO, Helen Paola Vieira. Ansiedade em estudantes universitários em fase de conclusão de curso: um estudo de caso. **Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPFIP/UFMS/CPAQ**, v. 01 n. 10, 2022, p. 05-18. DOI: <https://doi.org/10.55028/gepfip.v1i10.17555>.

OLIVEIRA, Rafael Anunciação; CARMO, Maria Beatriz Barreto do; VERAS, Renata Meira. Saúde mental e vivência acadêmica de estudantes universitários durante o ensino remoto emergencial na pandemia de Covid-19. In: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. (Org.). **Saúde Pública: Impactos e desafios da Pandemia de Covid-19**. 1ªed. Ponta Grossa: Atena Editora, 2022, v. 1, p. 67-75.

PONCIANO, Edna Lúcia Tinoco; SEIDL-DE-MOURA, Maria Lucia. Narrativas sobre si mesmo e o futuro na adultez emergente: critérios

subjetivos e marcadores sociais. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 29, p. 128-146, dez. 2017.

SILVEIRA, Erika Aparecida; ROMEIRO, Amanda Maria de Sousa; NOLL, Matias. Um guia de escrita científica: como evitar erros comuns em um artigo científico. **J Hum Growth**, v. 32, n. 03, Dez. 2022, p. 341-352. DOI: <http://doi.org/10.36311/jhgd.v32.13791>.

SOUSA, Girliani Silva de. Fatores associados à ideação suicida de universitários da área da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, e20200982, 2022, p. 01-08.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2015, p. 175.

CONTRIBUIÇÕES FEMININAS: REFLEXÕES HISTÓRICAS E CONTEMPORÂNEAS EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E GAMES

Emerson Almeida dos Santos Sousa

Mônica Moreira de Oliveira Torres

Introdução

A participação das mulheres na ciência e na tecnologia tem sido fundamental para o avanço de diversas áreas do conhecimento, embora muitas vezes, essa participação seja subestimada ou esquecida/invisibilizada nas narrativas tradicionais. Desde as primeiras cientistas que desafiaram as normas sociais para contribuir com descobertas essenciais, até as mais inovadoras modernas que lideram avanços tecnológicos, as mulheres têm desempenhado um papel vital na evolução do conhecimento científico e na inovação tecnológica.

Historicamente, as mulheres enfrentaram inúmeras barreiras sociais, culturais e institucionais que limitaram sua participação plena na ciência e na tecnologia. Essas barreiras incluíram discriminação de gênero, falta de acesso à educação e oportunidades profissionais, além de estereótipos persistentes que subestimam suas capacidades. No entanto, apesar desses desafios, muitas mulheres conseguiram realizar contribuições significativas que transformaram e continuam a transformar a sociedade.

Recentemente no âmbito do Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus XI – Serrinha, foi realizado um colóquio intitulado “Mulheres na ciência: avanços e desafios”, que foi mediado pela Profa. Dra. Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres (PPGIES/UNEB) e teve como palestrantes a Profa. Dra. Ezra Chambal Nhampoca (UEM-Monçambique) e Profa. Dra. Patrícia Margarida Farias e Coelho (Universidade Santo Amaro-UNISA).

Durante o colóquio, a Profa. Dra. Ezra Chambal destacou a importância de iniciativas institucionais que promovessem a igualdade

de gênero nas universidades africanas, enquanto a Profa. Dra. Patrícia Margarida Farias e Coelho enfatizou a necessidade de políticas públicas eficazes que incentivem a participação feminina nas ciências exatas e tecnológicas no Brasil.

Essas reflexões foram fundamentais para entender o cenário atual e direcionar futuras ações e políticas para promover a equidade de gênero na ciência. Este capítulo, inspirado pelas discussões do colóquio, tem como objetivo apresentar o histórico de participação das mulheres na ciência e na tecnologia, com um direcionamento quanto à participação feminina no universo dos games.

A importância de reconhecer e analisar as contribuições das mulheres na ciência e tecnologia é dupla. Primeiramente, proporciona uma visão mais completa e inclusiva da história da ciência e da tecnologia, garantindo que as realizações femininas sejam devidamente reconhecidas e valorizadas. Em segundo lugar, a compreensão das barreiras históricas e contemporâneas enfrentadas pelas mulheres pode informar políticas e iniciativas que promovam maior igualdade de gênero, incentivando mais mulheres a ingressarem e se destacarem nesses campos.

Trata-se de uma revisão de literatura que adotou abordagem qualitativa. O referencial teórico inclui contribuições de autores/as como Barros (2023), Pivetta; Moura (2005), Bastos (2023), Cortes (2018), Fortim (2022), entre outros. Ao analisar a literatura existente, identificamos as áreas em que as mulheres têm feito avanços significativos e tendências emergentes que moldam o futuro da tecnologia. Com essa abordagem, buscamos não apenas reconhecer as contribuições das mulheres para a ciência e tecnologia, mas também disponibilizar/fornecer uma base de conhecimentos para futuras pesquisas e iniciativas que possam apoiar a participação feminina nesses campos vitais.

Breve histórico da participação de mulheres nas Ciências

A história das mulheres na ciência remonta a tempos antigos, com figuras notáveis que desafiaram as normas de suas épocas. Hipátia de Alexandria (c. 360-415 d.C.) é frequentemente citada como uma das primeiras mulheres cientistas, destacando-se em matemática, astronomia e filosofia. Como chefe da escola neoplatônica de Alexandria, ela fez contribuições significativas à geometria e à álgebra, embora sua vida tenha

sido tragicamente curta devido a conflitos religiosos e políticos (Livio, 2002).

Durante o Renascimento, mulheres como Maria Sibylla Merian (1647-1717) fizeram avanços notáveis na biologia e na entomologia. Merian é reconhecida por seu trabalho detalhado sobre a metamorfose dos insetos, desafiando as concepções errôneas da época e lançando as bases para a entomologia moderna (Sobral, 2015).

No Brasil, a trajetória das mulheres na ciência e tecnologia também apresenta marcos significativos. Bertha Lutz (1894-1976), bióloga e uma das líderes do movimento feminista no Brasil, contribuiu significativamente para a zoologia e foi uma defensora incansável da educação científica para mulheres (Karawejczyk, 2018). Lutz não só ajudou a fundar a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, mas também lutou pela inclusão das mulheres no mercado de trabalho científico, defendendo políticas de igualdade de gênero na ciência.

Além de Bertha Lutz, outras cientistas começaram a ganhar destaque no início do século XX. A médica e sanitarista Nise da Silveira (1905-1999) revolucionou o tratamento psiquiátrico no Brasil, defendendo terapias humanizadas e o uso de expressões artísticas como parte do processo de cura dos pacientes. Sua abordagem inovadora influenciou profundamente a psiquiatria e a psicologia no país (Magaldi, 2019).

Nos anos 1960 e 1970, movimentos feministas globais começaram a reivindicar mais direitos e igualdade de oportunidades para as mulheres, incluindo a participação no campo científico. Nos Estados Unidos, figuras como Margaret Hamilton se destacaram. Hamilton, engenheira de software, liderou a equipe que desenvolveu o software de voo a bordo da Apollo 11, missão que levou o homem à Lua em 1969. Sua contribuição foi fundamental para o sucesso da missão espacial (Barros, 2023).

Outra figura notável é Enedina Alves Marques (1913 – 1981), primeira mulher negra a se tornar Engenheira Civil no Brasil. Formou-se na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e nos anos de 1970 e 1971 teve como um de seus principais feitos a construção da Usina Capivari-Cachoeira, maior hidrelétrica subterrânea do sul do país (Santos, 2022).

Ainda na década de 1970, a brasileira Johanna Döbereiner (1924-2000) fez descobertas revolucionárias no campo da biologia, contribuindo significativamente para a agricultura. Döbereiner estudou a fixação biológica de nitrogênio, processo que permite à soja crescer sem a necessidade de fertilizantes nitrogenados. Seu trabalho teve um impacto

econômico significativo, ajudando o Brasil a se tornar um dos maiores produtores de soja do mundo (Pimentel, 2020).

A década de 1990 viu um crescimento significativo na participação das mulheres em ciências exatas e tecnológicas. Pesquisadoras como Mayana Zatz, geneticista, contribuíram enormemente para a biotecnologia e a genética médica. Zatz é conhecida por seu trabalho em distrofias musculares e por suas contribuições ao estudo do genoma humano, sendo uma defensora da inclusão das mulheres na pesquisa científica e da importância da diversidade no campo científico para promover avanços (Pivetta; Moura, 2005).

No século XX, as contribuições das mulheres para a ciência e tecnologia se expandiram para áreas como a física nuclear. A física austríaca Lise Meitner (1878-1968) foi uma das principais cientistas a descobrir a fissão nuclear, um avanço que não só transformou a física, mas também teve implicações profundas na política mundial, especialmente no desenvolvimento de armas nucleares. Embora seu colega Otto Hahn tenha recebido o Prêmio Nobel pela descoberta, o trabalho de Meitner foi crucial para a compreensão do processo de fissão (Morcelle; Ferreira; Santos, 2022).

Na atualidade, uma pesquisadora que merece destaque no campo da ciência é a brasileira Jaqueline Goes de Jesus, por ter integrado a equipe que mapeou os primeiros genomas do novo coronavírus (SARS-CoV-2) no Brasil em apenas 48 horas após a confirmação do primeiro caso de Covid-19 no país enquanto o resto do mundo levou 15 dias para realizar esse mapeamento. Jaqueline Goes de Jesus é uma pesquisadora negra com grande representatividade na defesa da ciência, é doutora em Patologia Humana e Experimental, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e, atualmente, desenvolve pesquisas em nível de pós-doutorado no Instituto de Medicina Tropical de São Paulo da Universidade de São Paulo (IMT/USP). Ela também integra o Centro Conjunto Brasil-Reino Unido para Descoberta, Diagnóstico, Genômica e Epidemiologia de Arbovírus (Brazil-UK Centre for Arbovirus Discovery, Diagnosis, Genomics and Epidemiology). A pesquisadora foi homenageada pelo Conselho Nacional de Saúde (2024) e recebeu a comenda Zilda Arns que tem por objetivo reconhecer o mérito do trabalho de pessoas que tenham se dedicado ao processo de desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e da garantia do direito humano à saúde.

Com o avanço do século XX e o início do XXI, a presença feminina nas ciências e tecnologias continuou a crescer. Programas educacionais específicos e políticas de inclusão contribuíram para um aumento significativo na participação de mulheres em áreas anteriormente dominadas por homens. Estudos demonstram que, apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito para alcançar a plena igualdade de gênero na ciência (Cortes, 2018).

Esses exemplos ilustram como as mulheres, apesar de enfrentarem desafios persistentes, têm continuado a inovar e liderar avanços científicos. A evolução da participação feminina na ciência e tecnologia é marcada não apenas pelas realizações individuais, mas também pelas mudanças institucionais e culturais que possibilitaram maior inclusão e reconhecimento. O reconhecimento das contribuições femininas não apenas valoriza suas realizações, mas também desafia os estereótipos de gênero que limitam as oportunidades para as futuras gerações.

Programas de mentoria e redes de apoio também desempenham um papel crucial na promoção da igualdade de gênero na ciência e tecnologia. Iniciativas como a “Semana Nacional de Ciência e Tecnologia” no Brasil buscam promover a inclusão e destacar o trabalho de cientistas mulheres, incentivando meninas a seguirem carreiras nas áreas de STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática) (Damouche *et al*, 2022).

Percebe-se que essa evolução histórica, da participação feminina na ciência é, portanto, uma narrativa de progresso gradual e conquistas significativas, em que pese a discriminação de gênero evidenciada. Apesar de existirem registros de muitas outras mulheres e suas contribuições para a ciência, desde as primeiras cientistas que trabalharam em condições adversas até as inovadoras contemporâneas, as mulheres têm contribuído de forma extraordinária para o conhecimento humano e a inovação.

A participação das mulheres no campo da Tecnologia e dos Games

É fato que a participação feminina na tecnologia ganhou maior visibilidade no século XIX, especialmente com a emergência da era industrial. Ada Lovelace (1815-1852), por exemplo, é amplamente reconhecida como a primeira programadora de computadores. Trabalhando com Charles Babbage no projeto da Máquina Analítica, Lovelace escreveu algoritmos que anteciparam o potencial dos computadores modernos, destacando-se

por sua visão inovadora de que as máquinas poderiam ir além de cálculos matemáticos (Isaacson, 2014).

Enquanto a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) acontecia, mulheres como Grace Hopper (1906-1992) desempenharam papéis cruciais no desenvolvimento da computação. Hopper, uma das primeiras programadoras do Mark I da Harvard, foi pioneira na criação de linguagens de programação, sendo instrumental no desenvolvimento do COBOL, uma linguagem que democratizou o uso dos computadores (Bayer; Wang, 1989).

Na década de 1980, a internet começou a emergir como uma nova fronteira tecnológica, e as mulheres estavam lá para contribuir com seu desenvolvimento. Radia Perlman, uma engenheira de redes, foi instrumental na criação do *Spanning Tree Protocol* (STP), um protocolo fundamental para a operação das redes de computadores. Suas contribuições ajudaram a moldar a internet como a conhecemos hoje, facilitando a comunicação eficiente e segura entre dispositivos conectados (Souza, 2009).

Um fato importante é a participação das mulheres no campo tecnológico dos games, que tem crescido significativamente nas últimas décadas, apesar dos desafios contínuos. Historicamente, a indústria de jogos eletrônicos foi dominada por homens, tanto na criação quanto no consumo. Mas as mulheres já representam um número expressivo do público gamer.

Para reforçar este argumento, tomamos por base os dados da Pesquisa Game Brasil - PGB (2022) cujo objetivo de traçar o perfil do gamer brasileiro apontou o público feminino como maioria dos gamers no Brasil, aumento este representado na Figura 1:



Ao longo do tempo, a Pesquisa Game Brasil (PGB) mostrou que as mulheres constituem a maioria dos jogadores de jogos digitais. A predominância feminina é ligeiramente superior à masculina. Essa maioria pode ser atribuída ao grande mercado de smartphones, onde há um número significativo de mulheres, bem como às características demográficas do Brasil, onde há o fator de gêneros na população. Em outras palavras, o hábito de jogar não está ligado ao sexo do jogador, pois existem mercados e produtos de jogos que atendem a todos os perfis.

No que se refere ao campo dos desenvolvedores/as brasileiros, atualmente os homens são a maioria entre sócios e colaboradores, representando cerca de 68,7% do total. No entanto, o número de mulheres na indústria está crescendo de forma gradual. Em 2014, as mulheres representavam 15% do total, aumentando para 20% em 2018 e chegando a 29,8% em 2022 (Fortim, 2022).

Além de campo de desenvolvimento, alguns eventos e competições específicas para mulheres têm desempenhado um papel importante na promoção da igualdade de gênero nos games. Eventos como o “*Women Game Jam*” oferecem um espaço seguro e encorajador para mulheres compartilharem suas ideias e colaborarem em projetos de desenvolvimento de jogos (Bastos, 2023).

A *Women Game Jam* (WGJ) é um evento de desenvolvimento de jogos voltado para mulheres cisgênero e transgênero, além de pessoas trans não-binárias. Ele cria um ambiente acolhedor e motivador onde os participantes podem aprender, construir, compartilhar experiências e fortalecer a comunidade. A WGJ teve início na Alemanha e propôs colaborações com o Brasil, mediadas pelo Instituto Goethe, com o intuito de incentivar a participação de mulheres na indústria de desenvolvimento de jogos (Rodrigues, 2017).

Uma maior presença de mulheres na criação de jogos pode ajudar a construir personagens e narrativas mais complexas e realistas, que refletem a diversidade das experiências femininas. Essa representatividade feminina nos jogos é uma questão importante, posto que personagens femininas muitas vezes são estereotipadas ou sexualizadas, o que pode reforçar preconceitos e desincentivar a participação feminina no desenvolvimento e consumo de jogos (Bristot *et al*, 2017).

Não há como negar que percebemos de que forma a crescente participação das mulheres no campo dos games está transformando a indústria. A inclusão feminina não só desafia estereótipos de gênero,

mas também promove a inovação e a diversidade nos jogos. Através de educação, eventos inclusivos e representatividade, o futuro dos games se torna mais equitativo e enriquecedor para todos os envolvidos.

Ressaltamos assim que a participação das mulheres na área de tecnologias é essencial para o avanço do setor. Embora tenham enfrentado e ainda enfrentem desafios significativos, suas contribuições têm sido fundamentais para o desenvolvimento tecnológico. A promoção da igualdade de gênero, através de políticas, educação e visibilidade, é crucial para garantir que mais mulheres possam contribuir plenamente para este campo vital.

Considerações finais

Historicamente, as mulheres enfrentaram desafios sociais, culturais e institucionais que limitaram sua participação plena na ciência e tecnologia, porém, ao longo do tempo, elas têm superado tais barreiras e deixado um impacto significativo na área. Diante da análise realizada sobre a participação das mulheres na ciência, tecnologia e, também no campo dos games, é evidente que sua presença e contribuições são fundamentais para o avanço desses setores.

O capítulo nos revelou exemplos inspiradores de mulheres cientistas que fizeram descobertas notáveis. Desde figuras como Hipátia de Alexandria até cientistas modernas como Mayana Zatz, as mulheres têm desempenhado um papel crucial na evolução do conhecimento humano. No campo tecnológico, destacam-se nomes como Ada Lovelace e Grace Hopper, cujas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento da computação.

No entanto, é no campo dos jogos digitais que observamos uma transformação significativa. Apesar de historicamente dominado por homens, o setor de games está vendo um aumento gradual na participação feminina, tanto como jogadoras quanto como desenvolvedoras. Eventos e iniciativas específicas, como a *Women Game Jam*, estão desempenhando um papel crucial na promoção da igualdade de gênero nesta indústria.

A predominância das mulheres no público gamer brasileiro, conforme evidenciado pela Pesquisa Game Brasil (2022), é um reflexo da crescente inclusão e diversidade neste meio. Além disso, a presença de mais mulheres no desenvolvimento de jogos promove a criação de narrativas e

personagens mais inclusivos e realistas, enriquecendo a experiência para todos os jogadores.

A crescente presença das mulheres na indústria de tecnologia e jogos digitais não apenas desafia estereótipos de gênero, mas também promove uma cultura mais inclusiva e diversificada. A diversidade de perspectivas e experiências trazida pelas mulheres enriquece a criatividade e a inovação dentro desses setores, resultando em produtos e serviços que atendem a uma gama mais ampla de necessidades e interesses. Além disso, a participação das mulheres na criação de jogos e tecnologias também tem um impacto econômico significativo.

Por fim, a participação das mulheres na ciência e tecnologia é essencial para o avanço e a inovação nestes campos. A promoção da igualdade de gênero através de mais investimento em políticas públicas que incentivem a participação feminina nas ciências, de educação e visibilidade é crucial para garantir que mais mulheres possam contribuir plenamente e que suas realizações sejam devidamente reconhecidas e valorizadas. Esta é uma necessidade para enfrentar os desafios globais do século XXI.

Referências

BARROS, M. **Margaret Hamilton**: A Engenheira de Software que Levou o Homem à Lua. Diretoria de Combate a Crimes Cibernéticos - DCIBER - Polícia Federal. 2023. Disponível em: <<https://dciber.org/margaret-hamilton-a-engenheira-de-software-que-levou-o-homem-a-lua/>>. Acesso em: 9 jun. 2024.

BASTOS, Alex Cael Borges. **Design de Serviços como aliado na organização de game jams inclusivas**: Estudo de multicaso da Women e We Game Jam. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Design) - Universidade Federal do Maranhão – Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas. 2023.

BAYER, A.; WANG, X. **Grace Hopper and the Invention of the Information Age**. Cambridge: The MIT Press, 1989.

BRISTOT, Paula Casagrande; POZZEBON, Eliane; FRIGO, Luciana Bolan. A representatividade das mulheres nos games. **Anais do Simpósio Brasileiro de Jogos e Entretenimento Digital**. Curitiba, SBGAMES 16, 2017. Disponível em: <https://www.sbgames.org/sbgames2017/papers/CulturaFull/175394.pdf>. Acesso em 09 jun. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Ministério da Saúde. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2251-jaqueline-goes-de-jesus-cientista-que-mapeou-o-genoma-do-coronavirus-e-homenageada-pelo-cns>. Acesso em: 13 ago. 2024.

CORTES, Mariana Rodrigues. **MULHER NA CIÊNCIA: “Ciência também é coisa de mulher!”**. Orientadora: Claudette Elísea Cordeiro. 2018. 111 f. TCC (Graduação) - curso de Licenciatura em Física, Departamento de Física, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/5991/Mariane%20Rodrigues%20Cortes.pdf;jsessionid=6D8E862AB2AB711984FE64529FA44085?sequence=1>. Acesso em: 09 jun. 2024

DAMOUCHE, Mônica Santos; LACERDA, Mônica de Mesquita; SUGUIHIRO, Natasha Midori; PINTO, Simone Pinheiro; LOPES, Thelma. Meninas na Baixada Fluminense: dos Laboratórios da UFRJ ao Museu Ciência e Vida in **Exatas é com elas: tecendo redes**. Rio de Janeiro : Fundação Cecierj, 239 p. 2022.

FORTIM, Ivelise (Org). Pesquisa da indústria brasileira de games 2022. **Abragames**: São Paulo, 2022.

ISAACSON, Walter. **Os inovadores**: Uma biografia da revolução digital / Tradução de Berilo Vargas, Luciano Viera Machado e Pedro Maria Soares — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KARAWJCZYK, Mônica. O Feminismo em Boa Marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2018, vol.26, n.2, e49845. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n249845>. Acesso em 09 jun. 2024.

LIVIO, Mario. The Golden Ratio: The Story of Phi, the World's Most Astonishing Number. **Broadway Books**, 2002.

MAGALDI, Felipe. Das memórias de Nise da Silveira no hospital psiquiátrico do Engenho de Dentro. *Mana*, v. 25, p. 635-665, 2019. DOI : 10.1590/1678-49442019v25n3p635. Acesso em 09 jun. 2024.

MORCELLE, V.; FERREIRA, R.M.S.; SANTOS, A.C.F. Ciência e reparação: 100 anos das contribuições de Lise Meitner para o Efeito Auger. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, vol. 44, e20220103 (2022).

Pesquisa Game Brasil 2022. Disponível <<https://www>.

pesquisagamebrasil.com.br/pt/e-books/> em: 09 jun. 2024.

PIMENTEL, Marcia. **Johanna Döbereiner, uma pioneira da agricultura sustentável**. 2020. Disponível em: <<https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/16874-johanna-d%C3%B6bereiner-pioneira-da-agricultura-sustent%C3%A1vel>>. Acesso em: 9 jun. 2024.

PIVETTA, Marcos; MOURA, Mariluce. **Mayana Zatz: Um olho na razão, outro no coração**. Pesquisa Fapesp. Edição 110. abr. 2005. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/um-olho-na-razao-outro-no-coracao/>>. Acesso em 09 jun. 2024.

RODRIGUES, Letícia. **Questões de Gênero em Jogos Digitais**: uma coleção de recursos educacionais abertos de apoio à mobilização. 2017. 235 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

SANTOS, Maya. **5 mulheres que mudaram o mundo da Engenharia**. Centro Universitário Joaquim Nabuco. 2022. Disponível em: <<https://www.uninabuco.edu.br/noticias/5-mulheres-que-mudaram-o-mundo-da-engenharia>>. Acesso em 09 jun. 2024.

SOBRAL, J. H. Mulheres que Fizeram História na Ciência: De Hipátia a Nise da Silveira. São Paulo: **Contexto**, 2015.

SOUZA, Alessandro G. de. **Spanning Tree Protocol**. Monografia (Bacharelado em Sistemas de Informação) - União Educacional de Minas Gerais - Faculdade de Ciências Aplicadas de Minas. 2009.

Capítulo 6

CONTRIBUIÇÕES DA ESCRITA CIENTÍFICA PARA A FORMAÇÃO DO PESQUISADOR

Nadjanara Lopes de Abreu Araújo

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
nadjanarapgies@gmail.com

Érica Santos Araújo

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
ericasaraujo@hotmail.com

Ivonete Barreto de Amorim

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
ebamorim@uneb.com

Introdução

A presente escrita nasce das leituras, contextualizadas e reflexões tecidas no I Seminário promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) em 2024, no Departamento de Educação da UNEB, Campus XI em Serrinha/BA, intitulado “Escrita Científica” ministrado pelo Prof. Dr. César Costa Vitorino (PPGIES/UNEB) e Aderilson Anunciação de Oliveira (Mestrando do MPIES/UNEB), aliada com a escuta e os diálogos efetivados no seminário. O PPGIES, em sua trajetória busca o fortalecimento da promoção de eventos que viabilizam o diálogo e as discussões com tema inerente a pesquisa e construção do conhecimento oportunizando o desenvolvimento da escrita acadêmica.

A escrita científica é uma habilidade fundamental para pesquisadores em todas as áreas do conhecimento, pois é através dela que novas descobertas e avanços são comunicados à comunidade acadêmica e ao público em geral, ao qual exige sistematização de ideias, organização de processos, clareza e coesão, utilizando-se de métodos adequados para cada tipo de pesquisa. A relação entre a escrita científica e a formação do pesquisador é profunda e multifacetada, que segundo Meira (2023, p. 63) “é um processo que, como o psicanalítico, nos faz primeiro circular por

entre as fendas de nossas vivências e tirar do que nos movimenta a energia necessária que será matéria-prima do trabalho a ser realizado”.

Assim, o processo de escrita envolve diversas nuances e o desenvolvimento de várias competências essenciais, que vão além da produção de textos acadêmicos, como habilidades técnicas de redação, pensamento crítico e reflexivo, contextualização, capacidade de argumentação lógica e a análise de dados, consiste em um aprofundamento no campo do conhecimento do pesquisador, em que perpassa pelas suas experiências, vivências e concepções alinhadas ao rigor científico e ético da pesquisa. Acerca disso, Gil (2016) descreve a estrutura dos gêneros acadêmicos, oferecendo diversos métodos e técnicas para organizar a informação de maneira eficiente, visando uma compreensão clara.

Nesse sentido, o presente capítulo está dividido em cinco seções, que contextualizam a temática aqui abordada, sendo a primeira, Introdução; a segunda, Metodologia; a terceira, Comunicação Clara e Precisa: estratégias e técnicas da escrita científica; a quarta, O desenvolvimento de habilidades de pesquisa: rigorosidade científica; a quinta, Abordagens e Práticas na Escrita Científica com César Vitorino, e por último, as Considerações finais.

Metodologia

A metodologia utilizada neste estudo consiste em uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfica, tendo em vista a consulta realizada de textos disponibilizados pelo I Seminário promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), como citado acima, realizado no dia 07/03/2024 às 15h30 no Departamento de Educação da UNEB, Campus XI em Serrinha/BA, intitulado “Escrita Científica”. Fonseca (2002) escreve que,

A pesquisa bibliográfica, é realizada [...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites [...] existem pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

Em suma, a pesquisa bibliográfica é uma das etapas fundamentais de qualquer trabalho científico ou acadêmico, exigindo uma atualização contínua para incluir as mais recentes contribuições no campo, assegurando

que a investigação esteja em consonância as mais atuais pesquisas. Segundo Gil (2002, p. 3) “[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente [...]”, nesse sentido, busca utilizar as reflexões de autores pioneiros sobre um determinado tema.

Contudo, a metodologia escolhida tem intrínseca relação com o tema abordado, visto que, emerge de experiências/vivências e necessita ser referendada, seguindo o rigor científico e a ética acadêmica, a revisão de literatura se configura como um fio condutor para estabelecer uma linha de raciocínio pautando as leituras dos pesquisadores.

Comunicação clara e precisa: estratégias e técnicas da escrita científica

A escrita científica configura-se em um texto expositivo argumentativo, que surge no âmbito e se caracteriza em ideias, promovendo a ampliação do conhecimento. Vergara (2019, p. 11) salienta que “é o instrumento que permite ao pesquisador redigir com mais precisão e clareza, dando sentido lógico e racional ao texto”. Nesse sentido, Severino (2018), nos revela que “[...] ela possui uma estrutura particular e características específicas, indissociáveis do próprio conhecimento científico, estruturando e dando mobilidade ao próprio pensamento científico” (Severino, 2018, p. 188).

Com base nos referencias de Gil (2016), Marconi e Lakatos (2017) e Vergara (2019) ao qual destacam que diversas ferramentas e técnicas se entrelaçam que constituem em um conjunto de habilidades essenciais no processo de construção da escrita científica. Essas habilidades incluem a capacidade de realizar uma pesquisa bibliográfica eficiente, a organização lógica das ideias, o domínio das normas e estilos acadêmicos, e a habilidade de argumentar de forma coerente.

Gil (2002, p. 125), ressalta que o processo de análise dos dados “envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos. [...], que consiste, fundamentalmente, em estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos”. Nessa direção, a interpretação crítica dos dados, verificando se os mesmos comprovam, ou refutam a(s) hipótese(s), por meio dos testes de hipóteses (Marconi; Lakatos, 2003, p. 248).

A escrita científica desempenha um papel crucial na construção e validação do conhecimento. De acordo com Lakatos e Marconi (2017), a comunicação científica é essencial para a descoberta e para o avanço da ciência, uma vez que possibilita a verificação e ampliação dos estudos realizados. A escrita precisa ser clara, é fundamental para garantir que os resultados de uma pesquisa sejam compreendidos e avaliados corretamente pela comunidade científica, promovendo um diálogo contínuo com os pesquisadores, estimulando a colaboração e o desenvolvimento de novas ideias.

O desenvolvimento de habilidades de pesquisa: rigorosidade científica

Como parte do Programa de Pós Graduação em Intervenção Educativa e Social, sendo este um Mestrado Profissional, enfrentamos dois desafios que merecem destaque nesta breve reflexão sobre a escrita científica na formação do pesquisador: o primeiro encontra-se relacionado ao caráter profissionalizante do curso, visto que por ser um curso de Mestrado Profissional, é, no geral, desvalorizado em comparação com os mestrados acadêmicos, pois este último é encarado como maior prestígio, com maior tendência a focar na pesquisa teórica e na produção do conhecimento científico, por conta do caráter prático de sua pesquisa. Além disso, por ter natureza interdisciplinar, há uma tendência de ser subestimado quanto à rigorosidade da pesquisa em comparação a outras áreas de estudo encaradas como tradicionais.

Outro ponto que merece destaque quanto aos julgamentos sobre a rigorosidade da pesquisa, diz respeito à realização de pesquisa qualitativa, pois está também precisa provar o seu valor por conta da natureza subjetiva e da desvalorização presente no campo acadêmico e social, tanto por conta da natureza histórica da formação do pesquisador, quanto à confiabilidade depositada nos dados quantitativos e a exatidão da informação.

Refletindo sobre estas questões, buscamos discutir estratégias importantes que visem assegurar a confiabilidade e validade da pesquisa científica, com a utilização de métodos transparentes, claros e objetivos. Assim, constatamos que se faz imprescindível sermos minuciosos e criteriosos ao realizarmos nossas pesquisas utilizando de fidedignidade, técnicas e ferramentas adequadas e comunicarmos nossos resultados de forma clara e consistente. Neste sentido, cabe uma discussão pertinente

sobre o rigor científico, habitualmente relacionado apenas à quantificação. Uma excelente fonte de informações que auxilia ao pesquisador desenvolver habilidades de escrita científica de forma confiável e rigorosa encontra-se na obra *Análise do Conteúdo* de Bardin (1977), na qual a autora aponta práticas, métodos e técnicas que nos permite desenvolver uma pesquisa qualitativa de forma sistemática e rigorosa para a análise de diversos tipos de textos e documentos. Em toda sua obra a autora discorre sobre como atentar-se a rigorosidade científica, como por exemplo, quando trata da Organização da análise, na fase de pré análise, onde pontua regras para selecionar o material a ser utilizado, que inclui: Regra da exaustividade; Regra da representatividade; Regra da homogeneidade; e a Regra de pertinência. A autora ainda aborda a utilização de estatísticas no tratamento dos resultados obtidos e na codificação do material de pesquisa, auxiliando o leitor a perceber como ser preciso em sua pesquisa qualitativa. Em se tratando da utilização de estratégias de mensuração dos resultados da pesquisa, a autora pondera sobre os dois tipos de análise, quantitativa e qualitativa e conclui:

Enfim, precisemos que a análise qualitativa não rejeita toda e qualquer forma de quantificação. Somente os índices é que são retidos de maneira não frequencial, podendo o analista recorrer a testes quantitativos: por exemplo, a aparição de índices similares em discursos semelhantes (Bardin, 1977, p. 115).

Auferimos desta obra que a rigorosidade científica vai além da quantificação, estratificação ou estatística, mas valoriza os critérios, o cuidado e a fim de possibilitar condições para o pesquisador posicionar-se frente a questão da pesquisa. Ainda tratando de do rigor científico discutido de forma importante no livro *Um rigor outro: Sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa*, o autor afirma que “o rigor foi inventado na ciência quantitativa através de procedimentos metódicos, regras e princípios gerais” (Macedo, 2009, p. 18), porém, ressaltamos que o conceito de rigor que sempre foi associado a rigidez, rigorosidade, inflexibilidade, exatidão e dureza, está se tornando banalizado e está sendo simplificado, em especial na atualidade marcada por rápidas mudanças e constantes transformações em nossa sociedade. Nesse sentido, o autor defende que “o rigor da pesquisa qualitativa diz respeito à qualidade de rigor do pesquisador e nada tem a ver com uma exteriorização metodológica de passos e regras de como conduzir uma investigação científica consistente” (Macedo, 2009, p. 44), ou seja, podemos discorrer com base nesta premissa que quando tratamos de rigor científico, estamos nos referindo ao nível de confiabilidade da

pesquisa, no sentido de ética e profundidade. Entre os aspectos pontuados para assegurar a qualidade de uma pesquisa, concordamos com a ideia de Macedo (2009), quando argui:

A qualificação de uma pesquisa qualitativa, então, depende de muitos fatores para poder alcançar o reconhecimento do seu rigor metodológico. E rigor é uma expressão sempre problemática, porque indica imediatamente a rigidez necessária para que algo possa se sustentar e consistir, durar e permanecer idêntico a si mesmo em sua forma. Ora, é também preciso lembrar que qualquer organismo rígido em demasia corre sério risco de colapso estático. Na produção científica do conhecimento o excesso de rigidez é um sinal claro da falência vital do sistema postulado, que muitas vezes é seguido apenas por uso abusivo da autoridade constituída, ou por incompetência de seus usuários para perceber o engodo e tomar providências no sentido de sua superação. (Macedo, 2009, p. 37)

Assim, conforme abordado na citação de Macedo, a necessidade de flexibilidade e adaptabilidade são essenciais para uma pesquisa científica seja válida, que há complicação na rigidez excessiva, sendo que muitas vezes um postulado precisa ter a maleabilidade para adequar-se a determinadas situações. Além disso, se faz imprescindível garantir a qualidade dos pesquisadores, inclusive da formação do pesquisador, promovendo o espírito crítico e reflexivo, estimulando a inovações para o desenvolvimento do pensamento e não apenas das repetições, tão presentes e marcadas em nossa formação acadêmica. Diante desta discussão, em se tratando da finalidade das Universidades e a necessidade de sua reforma, Morin (2003), no seu livro *Cabeça bem-feita*, discorre sobre a reforma do pensamento e a necessidade de pensar de forma global e abrangente, quando diz:

A reforma da Universidade não poderia contentar-se com uma democratização do ensino universitário e com a generalização do status de estudante. Falo de uma reforma que leve em conta nossa aptidão para organizar o conhecimento – ou seja, pensar (Morin, 2003, p. 83)

Baseado nesta perspectiva, entendemos que precisamos constantemente mudar nossas percepções enquanto pesquisadores, de forma a desenvolvermos a habilidade de criticidade, ideia também defendida por Mignolo (2008). Em seu texto *Desobediência Epistêmica: A Opção Descolonial e o Significado de Identidade em Política*, discute a ideia de não aceitar cegamente o conhecimento estabelecido e questionar as estruturas de poder que perpetuam o colonialismo. Nesse sentido, Mignolo (2008) defende o enfrentamento das linhas tradicionais, buscando a

inovação por meio da desobediência epistêmica, desafiando as hierarquias de conhecimento impostas pelo colonialismo.

Ainda no sentido de discutir a necessidade de reforma do pensamento levantado por Morin (2003), podemos relacionar as reflexões de Fairchild (2021), quando aborda em seu texto *Leitura de textos acadêmicos: um exercício de busca do óbvio*, que “essa cultura da escrita, que se embasa na apresentação da repetição como forma de produção, criou raízes profundas no ensino superior e hoje pode ser encontrada independentemente do nível em que se realize o corte para coleta de dados” (Fairchild, 2021, p. 14). Entendemos que para superar a repetição sem reflexão e a produção sem conteúdos novos de produções acadêmicas, é preciso desenvolver habilidades que envolva reflexões, inquietude, questionamentos e provocações. O conceito de criticidade defendido por Macedo (2009), se encaixa bem nesta concepção de pensamento, pois o autor argui:

Ser crítico não precisa significar ser sarcástico ou intolerante, mas precisa significar ser justo, ser moderado, ser criterioso, ser cuidadoso, ser dedicado, ser rigoroso ao lidar com o desvelamento dos fenômenos. [...] O ser crítico é sempre aquele que aprendeu a duvidar e a suspeitar, a perguntar e a inferir, a conjecturar e a reconhecer, a questionar o que está posto como dado, a buscar soluções e alternativas para problemas efetivos e que aprende a distinguir problemas necessários de falsos problemas. Ser crítico antes de tudo significa aprender o justo e a justeza das coisas por conta própria, e não por simples imitação ou por mera bricolagem primária de fontes externas. Mas ser crítico também significar ser rigoroso no lidar com a interpretação de fatos e acontecimentos que dizem respeito ao comportamento de indivíduos e sociedades, assim como criterioso com o uso das fontes e dos documentos disponíveis e utilizados em uma pesquisa. Também significa pertença a uma tradição determinada, sem a qual nada de novo pode aparecer na produção de sentido (Macedo, 2009, p. 41)

Auferimos assim destes argumentos que a pesquisa de qualidade deve ter utilidade, ser inovadora, adaptada à realidade, ou seja, deve apresentar rigorosidade no sentido de produção do saber de forma contextualizada e embasada. Essa ideia coincide muito com ao contexto da pesquisa de intervenção pois quando estamos próximos ao objeto de pesquisa conseguimos entender mais eficazmente as variantes e nos aproximaremos dos pares de forma mais sólida, e, por conseguinte “a resultante de uma pesquisa qualitativa constituída consistentemente é sempre uma combinação nova” (Macedo, 2009, p. 37) permitindo provocar modificações importantes na realidade observada. Conforme

o mesmo autor deixa claro, a inovação parte de uma intervenção que surgiu de um incômodo com alguma desconformidade, e, ao realizar uma pesquisa consistente, teremos gerado como resultado um efeito de mudança, porém, este efeito não é estanque, tampouco completo em si, pois nenhuma pesquisa põe fim em um determinado problema nem mesmo determina uma verdade absoluta, imutável. As mudanças são constantes e inesperadas, assim, todo resultado da pesquisa será inconclusivo e isto, não necessariamente é um problema, pois as lacunas poderão existir e outras poderão surgir de forma natural, por isso a necessidade de continuarmos buscantes, duvidando e criticando o que hoje é tido como uma verdade.

Em suma, podemos afirmar que há possibilidade de garantir a qualidade de uma pesquisa qualitativa no mestrado profissional, desde que utilizemos da ética, da intencionalidade, fidedignidade, para assegurar nossa credibilidade, confiabilidade, valoração, compromisso e responsabilidade, que, repetimos, não insinua a completude, tampouco o acabamento, mas a busca por inovações. Além disso é importante ter clareza na comunicação dos resultados. Precisamos criticar os modelos tradicionais limitados e estaques, no sentido de buscar o novo e as novas abordagens, ir além da fragmentação do saber buscando uma visão ampla e integrada defendida por Morin, contextualizar, relacionar com nossas experiências, aproximar-se da realidade que deseja estudar, enfim, dedica-se à pesquisa.

Abordagens e práticas na escrita científica com César Vitorino

As discussões do I Seminário intitulado “Escrita Científica”, ministrado pelo professor César Vitorino, abordou o conceito multifacetado e essencial da escrita científica, destacando não apenas suas nuances e desafios, mas também as vastas oportunidades de crescimento pessoal e profissional que ela oferece. Ao explorar as dificuldades e resistências que frequentemente encontramos ao escrever cientificamente, ele nos convida a refletir sobre como o processo de escrita não é apenas uma tarefa técnica, mas sim uma jornada de autodescoberta e aprendizado constante.

Vitorino (2024), salientou sobre as exigências individuais que cada autor traz consigo ao se envolver na escrita científica. Essas exigências, podem variar desde expectativas pessoais até pressões externas, moldam não apenas o produto final, mas, o próprio processo de escrita. Contudo, tendo como ponto de debate a obra “A escrita científica no Divã”, elencou o percurso para a estruturação de um artigo científico, detalhando as normas e diretrizes estabelecidas pela ABNT, NBR 6022 e 003, ressaltando

a necessidade e importância da conformidade com essas diretrizes para garantir a qualidade e a credibilidade do trabalho acadêmico. Adentrando as discussões, ressaltou-se a necessidade de rigor científico em todas as etapas do processo de pesquisa e escrita, entre conhecimento científico e senso comum, e a importância de uma abordagem disciplinada e fundamentada em evidências na produção de conhecimento acadêmico.

A escrita científica se configura como uma ferramenta poderosa para a consolidação e a comunicação do conhecimento, no entendendo todo o processo exige coerência e coesão, leituras e utilização do estado do conhecimento, para a efetivação de uma base sólida enriquecendo o próprio processo de escrita, ao qual podemos utilizar as técnicas de Skimming e Scanning.

Por fim, o professor concluiu sua apresentação nos incentivando a enfrentar o desafio da escrita científica com confiança e determinação. Ressaltando a importância de seguir as técnicas e regras estabelecidas, levando em consideração os objetivos do estudo e a natureza dos dados analisados, ao mesmo tempo em que nos encorajava a explorar nossa criatividade e originalidade na construção de nossos próprios argumentos e análises. Com suas palavras inspiradoras, ele nos deixou com a certeza de que, com prática e dedicação, podemos nos tornar escritores científicos habilidosos e confiantes.

Considerações finais

O presente capítulo levantou reflexões e diálogos importantes sobre a escrita científica, partindo das discussões abordadas no I Seminário promovido pelo PPGIES. A escrita científica apresenta-se como ferramenta essencial na promoção e disseminação do conhecimento. As discussões levantadas neste texto abordam a importância do rigor científico nas escritas acadêmicas a fim de superar os desafios e preconceitos relacionados ao pesquisador em mestrado profissional e da utilização da abordagem da pesquisa qualitativa. A escrita científica, como destacamos, não apenas comunica novas descobertas, mas também direciona inovações e ponderações, exigindo habilidades técnicas, pensamento crítico e reflexivo, além do compromisso com o rigor científico e ético.

É essencial ressaltar que a pesquisa científica requer rigor, no sentido de evidenciar um método de pesquisa claro e conciso, assegurando ética, intencionalidade e fidedignidade. Isso implica não apenas na comunicação

clara dos resultados, mas também na busca por inovações, evitando as repetições sem as devidas reflexões e contextualização com a realidade. Além disso se faz necessário a postura crítica aos modelos tradicionais e na integração de uma visão ampla, integrada, interdisciplinar e contextualizada do saber.

Em suma, a escrita científica representa não apenas uma ferramenta de disseminação do conhecimento, mas também uma jornada de aprendizado e descoberta contínuas, enriquecendo não apenas o campo da pesquisa, mas também o desenvolvimento pessoal e profissional do pesquisador.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa edições, ed. 70, 1977, 225p.

FAIRCHILD, Thomas Massao. Leitura de textos acadêmicos: um exercício de busca do óbvio. Cadernos CIMEAC, Uberaba, v. 11, n. 3, 2021. ISSN 2178-9770.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MACEDO, Roberto Sidnei; GALEFFI, Dante; PIMENTEL, Álamo. **Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa**: educação e ciências humanas. - Salvador: EDUFBA, 2009.

MEIRA, Ana Cláudia dos Santos. **A escrita científica no divã**: entre as possibilidades e as dificuldades para com o escrever. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2023.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica**: a opção descolonial

e o significado de identidade em política, 2008.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento / Edgar Morin; tradução Eloá Jacobina. - 8a ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SEVERINO, Antônio. **Metodologia do Trabalho Científico**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2018.

VERGARA, Sylvia. **Método de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Capítulo 7

“E EU, EU NÃO SOU UMA CIENTISTA?”: INTELECTUALIDADE NEGRA E A MONOCULTURA DO RIGOR AO EPISTEMICÍDIO

Fabricia Santos de Jesus

Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social-PPGIES/
UNEB

Bolsista FAPESB

Fabricia.lali@gmail.com

Introdução

Esse trabalho nasce de inquietações produzidas a partir do I Colóquio: “Mulheres na ciência: avanços e desafios”, que teve como palestrantes convidadas a Prof.^a Dr.^a, Ezra Chambal Nhampoca (UEM-Monçambique), e Prof.^a Dr.^a Patrícia Margarida Farias e Coelho (Universidade Santo Amaro-UNISA), realizado nas dependências da Universidade do Estado da Bahia, campus XI, Serrinha, em oito de março de dois mil e vinte e quatro. Friso em especial, as inquietações oriundas da Dra. Ezra Nhampoca, em sua condução em discutir a temática a partir da sua localização enquanto, mulher negra de Moçambique, nascida em aldeia, mãe e ativista de Direitos Humanos, pesquisadora de línguas Moçambicanas / africanas, correlacionando seu discurso com experiências acadêmicas do eu, corpo, mulher negra, pesquisadora. Para o cenário analítico buscamos dialogar sobre a constituição do conhecimento, fruto de uma ordem estabelecida hegemonicamente pelas amarras da modernidade instituída pela raça enquanto poder, organização social e ferramenta de subordinação

Metodologia

Essa pesquisa de cunho bibliográfico é subsidiada pelo teóricas/os: Quinjano (2005), Santos (2010), Pinho (2024), Kilomba (2019), Ribeiro (2017), em suas críticas/os acerca do conhecimento a partir da

modernidade. Refletindo essas análises busco apresentar tais considerações tecendo uma trama de conhecimento baseada pela experiência, inspirando-se para propósito na metodologia da escritivências.

Cunhado pela intelectual, Conceição Evaristo (2020), a escritivência é a escrita da vivência, em uma conjuntura ética, política, social estruturada pelas condições subjetivas particular de ser mulher, negra, brasileira. Uma escrita “ação que pretende borrar desfazer uma imagem do passado em que o corpo – voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão sob controle dos escravocratas” (Evaristo, 2020, p. 30). Portanto um deslocamento na ordem imposta no que tange constituição de conhecimentos. Para Soares e Machado (2017, p.206), enquanto recurso metodologia, a escritivência se apresenta como uma “virada epistêmica”, pois “se presta a uma subversão da produção de conhecimento, pois, além de introduzir uma fissura de caráter eminentemente artístico na escrita científica”, enaltece as vozes de mulheres negras em suas percepções epistêmicas. Amparada por essa concepção, esse trabalho apresenta-se a partir, e pelo modo como a autora percebe e reflete conhecimentos produzidos no I Colóquio: “Mulheres na ciência”, realizado nas dependências da Universidade do Estado da Bahia, campus XI, Serrinha, em oito de março de dois mil e vinte e quatro.

“E eu, eu não sou uma cientista?”

Eu fiz graduação, mestrado e doutorado. E eu, eu não sou uma cientista? [...] O ocidente produziu uma falsa ConsCiência, ao negar que na África nasceu a Ciência. E agora, eu, mulher negra não poderia deixar de dizer. Sou cientista sim! Mas, realmente, não sou como você. Trago comigo saberes escurecidos, os insubmissos diálogos e as escritivências, Que hoje, fazem possível a minha presença.

(Caliane da Conceição e Mariana Oxente Gente, 2021, p.16)

Compondo enquanto produto da pesquisa de mestrado profissional da autora Caliane da Conceição (2021), o poema supracitado, em sua indagação versada, atravessa as psiques, dos que a ler, estruturando a ferramenta da pesquisadora em questionamentos e problematizações acerca da geografia do poder que nomeia corpos e os lugares que devem ser ocupados por eles. Essa forma de construir episteme realizada por Caliane da Conceição, já tem em si, orgânicas provocações. Caminhos outros que são possíveis para refletirmos, corpos, vidas, negras, mulheres e ciência. Contudo, corpos, vidas, negras, mulheres, que como nos

apresenta Anzaldúa (2000), falam em línguas, visto que, quando falamos, construímos, discutimos, e ou teorizamos ciência apontada no enunciado, remetem nossas vozes, nossos discursos a vaguejarem em salas onde o desejo de escuta, não existe. Essa ausência tradutória, adverte a filósofa, Anzaldúa (2000, p.229), nasce, porque “os olhos brancos não querem nos conhecer, eles não se preocupam em aprender nossa língua, a língua que nos reflete, a nossa cultura, o nosso espírito”.

Inspirada em Conceição (2022), que ao abordar a intelectualidade da mulher negra, destaca a auto definição como parte na construção destas mulheres que são sujeitas de conhecimento, é importante frisar neste estudo, o lugar de onde se fala, ou seja, uma breve e necessária apresentação desta autora. Esse escrito, oriunda- se, de uma mulher, negra, mãe, pesquisadora, suburbana e poeta, um discurso de uma “nativa”, um discurso portanto “localizado”, como apresenta Pinho (2019). Esse autor ao tecer críticas acerca da tradicional forma de investigação sobre a população negra brasileira, que segundo suas reflexões se fez durante muito tempo, sustentada na herança racista das defesas de Lombroso¹ e logo, aqui no Brasil, por Nina Rodrigues, e que resumidamente posicionava o negro/a como “problema”, sendo pesquisado, seja no campo da antropologia ou da sociologia, basicamente por duas únicas vertentes, a “cultura negra e o lugar desigual na estrutura social” (Pinho,2019,p.102). Frente a isso, esse intelectual aponta a relevância e as mudanças geradas pela nova geração de pesquisadores/as, observando que esses, trazem para o cenário de estudo, acerca da população negra, inúmeras outras possibilidades de pesquisas, dando novos sentidos e destinos, a essas investigações a partir de seus olhares sensíveis e políticos. Neste caminho, a pesquisa de Pinho (2019, p.102), revela também que para esses feitos, existem o papel fundamental de pesquisadores e estudantes de pós graduação “egressos ou ativamente envolvidos com o ativismo antirracista e com as diversas manifestações de movimento negro”, destacando os seus múltiplos interesses temáticos, de “investigações de caráter etnográfico, reflexões teóricas e estudos que combinam abordagens diversas com explícitas tomadas de posição política”, sendo esses, frutos analíticos de suas atuações em espaços de discussões como congressos nacionais de pesquisadores negros, reuniões acadêmicas e encontros multidisciplinares.

1 Cesare Lombroso (1835-1909), médico psiquiatra que defendia a teoria do criminoso nato, onde características biológicas de negro/a eram consideradas predispostos para criminalidade. (Santos. A face Criminosa, Recife.2008)

Para Pinho (2019), é justamente a consideração crítica da autoria etnográfica negra, que estabelece essas novas formas de olhares investigativos. Essa perspectiva explica Pinho (2019, p.109), é que “nativos” e/ou subalternos têm-se colocado em cena como novos sujeitos de discurso, criticando a antropologia e a dominação branca e ocidental”. Para esse pesquisador

A vocação humanista das ciências sociais só pode manifestar-se como crítica social e como insubordinação política, porque para os subalternizados, reconhecer a legitimidade de princípios universalistas significa desafiá-los a se realizarem para todos. (Pinho, 2019, p.109)

De acordo com essa perspectiva, as experiências sociais de “subalternização” (processo sócio histórico operado pela classificação por raça que classifica e inferioriza o corpo /a negro/a), bem como o campo da militância reverberam lentes, para outros alcances observatórios, tomando uma dimensão em leitura social, racializada, de interpretação por abordagem interseccional.

Corroborando com essa pensamento, Ribeiro (2017, p.43), ao elucidar “lugar de fala”, aborda sobre o lugar social que a população negra ocupa e a condição posta para esses, em termo a acesso a cidadania. A autora apresenta, que essa localização, mobiliza e estrutura a percepção deste grupo diante a dinâmica sociopolítica cotidiana. Para essa filósofa, “os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem discursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias”. Tais autores destacam que embora seja ambiente de tensões, pois envolve poder, a ruptura hegemônica realizada pelo movimento crítico que emergem da população negra, é de fundamental importância para a desconstrução dos parâmetros científicos estabelecidos por meio de violentos silenciamentos, haja vista sua capacidade de provar legitimidade e outras formas de saberes. Percebendo a relevância destas reflexões, ancoramos nossas considerações na conceituação de Xavier (2022, p.353), sobre intelectualidade da mulher negra. Que define como aquela que “pensa sobre suas experiências, organiza suas ideias e define sua realidade como sujeita da própria história. Uma condição ligada à subjetividade do corpo físico e da mente, que independe de diplomas ou de onde realiza seu trabalho”

Agora apresentada considerações, esse estudo tem como pretensão apresentar reflexões acerca do silenciamento, falta de interesse de escuta, que nega a intelectualidades negra, dialogando para isso sobre a

monocultura² enquanto mecanismo colonial que subsidia a geografia hegemônica do poder, e opera regras científicas, e suas participações na dificuldade ou impossibilidade, de ecos, nos discursos e produções outras, de ciência, engendradas por mulheres negras em suas amplitudes políticas, intelectuais.

Para entendermos esse vácuo se fez necessário discutirmos a monocultura, tendo em vista sua constituição a partir das lentes e normas estabelecidas pela modernidade. Deste modo, esse trabalho é alinhado pelos pensamentos de Kilomba (2019), Xavier(2021,2022), Martins (2022), Santos (2010), Assis (2022), e Quijano (2005), nos interessa articular os pensamentos destas autoras/es para tecermos em caminho crítico, análise acerca dos desdobramentos da monocultura e seus impactos sobre as produções oriundas de mulheres negras construtoras de ciências, bem como, as repercussões destas produções. Para tanto, a pesquisa busca romper com pensamento hegemônico que paira sobre as escritas, trazendo para a estrutura textual, a linguagem poética como campo de saberes em estética.

Do rigor ao epistemicídio

A manutenção do poder é um objetivo reivindicado em todos os espaços. Quando mais o povo preto caminha, mais subjetivos ficam os instrumentos paralisantes, utilizados. A porta da rua é anunciada em linguagens distintas, disponíveis aos que já entenderam o racismo estruturado. Afinal, há sempre uma dúvida, um questionamento, um procedimento que precisa ser adotado. Há sempre um tom de voz, um modelo, um sentido, no qual somos direcionados. Sabemos na carne a distinção entre ler, escrever e ser racialmente letrados. Corpos dóceis, imagens de controle, conceitos materializados[...] Sinto as palavras que ainda estão na boca, do incômodo vigiado. Corpo fala, branquitude grita. “Quem ela pensa que é?” Tá na tez, a escrita! Teoria, texto morto para uns. Para cá, são classificações de vidas! Feridas infamadas, ainda! Leio tudo, reconheço as regras impostas, mas pedagogia alguma, tenho direito! A colonialidade do saber não é fim, são os meios! Resistindo, forçando a barra ou em desobediência epistêmica, todos os dias a nos retirar, somos convidados. Seja na descredibilidade de onde se produz o conhecimento, seja na desqualificação da sua multimodalidade [...]. (Fabricia de Jesus,2023)

2 Segundo o professor Muniz Sodré (2012, p.23), monocultura é a ideia do saber único, que válida apenas o que é posto como saber científico, recalcando os demais saberes baseados por exemplo nos conhecimentos populares.

Quando essa poeta exclama sobre as ferramentas usadas para manutenção do poder, ela problematiza o modelo disposto e normatizado. A poética do texto revela conceitos e epistemes, descortinados por dissabores cotidianos enfrentados pelo grupo socialmente subalternizado. Ao reivindicar outras formas de produzir e exercer conhecimento, percebemos que se estabelece o diálogo entre teoria e prática na sofisticação poética.

Deste modo, antecedendo qualquer possível julgamento moldado pela forma única de leitura para ciência, viciados em um rigor acadêmico, que limita ao ponto, da não percepção de alcance das intelectualidades oriundas de experiências, movimentos, espiritualidade, psiques e corpos de mulheres historicamente reprimidos, ou como nos afirma Xavier (2021, p.54-55), de mulheres negras que politicamente “culminam novas formas de escritas”, construindo “caminhos para subversão do cânone científico”, friso ainda, para aos ajustados pelo rigor acadêmico, que tendem a apontar nestas formas outras um egocentrismo, os pensamentos das intelectuais Grada Kilomba (2019), e Martins (2022) para expor e embasar essa prática discursiva.

Neste tocante, advertindo que seu processo de escrita é auto afirmação de sua existência, ato político que se realiza pelo deslocamento da condição imposta como objeto, para o lugar de sujeito, Kilomba (2019), afirma a relevância característica da sua escrita, que é atravessada pela experiência de uma sociedade racializada, para a autora a sua escrita enquanto mulher negra é “como um ato de torna-se e, enquanto escrevo,” desta forma, reflete a autora, “eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade na minha própria história”. (KILOMBA, 2019, p.28)

Já Martins (2022), nos explica que embora haja um processo violento de destruição da diversidade do conhecimento efetivado pelo colonialismo, sobrevivem em sociedades ocidentalizadas formas outras de saberes e linguagens. Nesta perspectiva, Martins discorre sobre o texto poético enquanto ambiente de produção de saberes, logo, oralitura³ A poesia segundo essa autora, é tempo, é estética de transgressão⁴ em palavras, que fere a lógica imposta. Neste sentido, podemos pensar em poesia como recurso de conhecimento, distinto do que é informado pela regra eurocêntrica que é sustentada pela imposição de unicidade

3 Oralitura, termo envolvido por Leda Maria Martins que “designa a complexa textura das performances orais e corporais [...], grafia desses saberes, como inscrições performáticas e rasuras da dicotomia entre oralidade e a escrita” (Martins 2021, p.41)

4 Estratégias intelectuais de mulheres negras para ocupar lugares de poder.

linguística, cultural e intelectual. Para melhor compreender essa imposição trazemos para o debate as considerações de Quijano (2005), que conceitua a organização social nas Américas, como resultado do processo de colonização formado pelo novo padrão de poder estabelecido pela classificação por raça. Uma dominação segundo esse sociólogo, codificada que produz novas identidades, hierarquizando seus personagens e assim definindo as relações sociais a partir do modelo de ordem eurocêntrica de valores. Quijano (2005, p.121) aponta que essa condição de modelo geopolítico estabelecida pela Europa:

Significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento.

É dentro deste arcabouço epistemológico, que são estabelecidos os critérios, bem como, uma hegemônica forma de percepção e produção e limitação do que é conhecimento. A exclusão da diversidade cultural, filosófica e de apresentação de saberes oriundas de povos não europeu é dizimada, inferiorizada colocada às margens. Reflete Quijano (2005, p.126), afinal,

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo.

Essa perspectiva questiona cotidianamente a sustentação teórica da intelectualidade de mulheres negras, funcionam como mecanismos que reforçam a ideia de que pessoas negras não sabem pensar, como nos explica Assis, (2022). Sobre suas repercussões, esses mecanismos fragilizam perversamente as subjetividades colocando as mulheres negras em autoquestionamento diários sobre seus modos de expressar saberes e potencialidades. Santos (2010, p.328), analisa que esse processo ocorre justamente por que, o “paradigma hegemônico e eurocêntrico coloca a ciência moderna como “prática social muito específica e privilegiada” que produz segundo esse crítico, a “única forma de conhecimento válido”. Deste modo surge a “classificação de todas as formas de conhecimento estranhas

ao paradigma da ciência moderna sob o pretexto de serem conhecimento tão-só de aparências”, Conforme Santos (2010, p.331).

A diversidade existente nas diferenças culturais e políticas de sociedades não europeias são para Santos (2010), colocadas como, “subalternizadas, subordinadas, marginalizadas” resultado do epistemicídio que age de modo a liquidar todas as possibilidades epistemológicas distintas as impostas pelo eurocentrismo. Seu pensamento evidencia a necessidade de questionar o que socialmente entendemos sobre conhecimento. Tecendo essa compreensão para a intelectualidade e logo conhecimentos produzidos e geridos por mulheres negras, Assis (2022, p.118), afirma que é preciso entender, a “construção do pensar e também da própria ação” pois essas “partem de outro lugar”, sendo desta forma afetados por “outros modos de narrar, de observar de descrever, de sentir e de pensar” portanto distintos aos das normas impostas, na verdade são, outras perspectivas de saberes. Sobre essas outras possibilidades de conhecimento, Assis (2022, p.119), apresenta que a mulher negra intelectualiza por outra razão “que é plural e diversa, heterogênea nas reflexões e nos atos, mas não por isso desconectada”. Em seu movimento poético de teorizar, Assis (2022, p.119) pontua “a nossa razão é pendular, assim como são as ondas de Yemanjá, que nos ensinam a avançar e a recuar, sempre observando a vastidão que é o mar, entendendo que fomos paridas durante esse atravessar”. Corroborando com esse pensar Xavier elucida a intelectual, cientista negra como,

Aquela quem define conceitos, problemas e métodos que partem da sua avaliação como pesquisadora e de suas apostas sobre como visibilizar e contribuir com os interesses de seu grupo. Trata-se assim de uma ciência de mulheres negras, resultante de pesquisas fundamentadas em articulações e adequações de ferramentas da história social e do pensamento feminista negro dos quais derivam conhecimentos alternativos ao racismo e ao patriarcado, dentro e fora do meio acadêmico (XAVIER,2021, p.52).

Contudo, o entendimento que a monocultura realizada nas sociedades colonizadas, assume uma austeridade violenta mesmo diante estudos e críticas realizadas em detrimento da mesma, buscando o silenciamento da pluralidade política das mulheres negras. A pesquisadora e autora deste texto, costuma na teimosia e andanças, utilizar a metáfora do dono da bola para explicar de forma próxima o que ocorre no cotidiano dos espaços de conhecimento ditos “formais”. Acontece que nas comunidades periféricas, o dono da bola, que na maioria das vezes é aquele que faz o futebol sem arte, sem baile, utiliza do poder de ser proprietário, para instituir as regras do jogo, mudando o formato de acordo a sua necessidade

de manter-se no poder. Vale lembrar que esse “dono da bola” normalmente é o filho de um forasteiro que chega no bairro e monta um comércio, instalando dentro do mesmo território, localização social distintas, uma dinâmica cotidiana de chefia e subordinados, proprietário e usuários. Mas voltando ao “dono da bola” esse também possui o poder de “decidir” quem pode participar do jogo, e quais ficarão a observar a diversão, sentados as margens do campo. E assim inúmeros passes, dribles, gingados e gols são paralisados nas quatro linhas da vida. Assim é a proposta da monocultura do saber, sustentar o poder a partir da anulação das demais possibilidades de jogadas.

Santos (2010) ao conceituar o resultado desta imposição com epistemicídio, revela seu impacto entendendo como “um dos grandes crimes contra a humanidade” Santos, (2010, p.329), salienta dizendo ainda “para além do sofrimento e da devastação indivisível que produziu nos povos, nos grupos e nas práticas sociais que foram por ele alvejados”, o epistemicídio “significou um empobrecimento irreversível do horizonte e das possibilidades de conhecimento”. (Santos, 2010, p.329)

O que queremos ancorar nesta teia de escritos é a reflexão acerca dos questionamentos ofertados às mulheres negras perante suas formas de conhecimento. Percorremos essas linhas críticas para apontarmos as bases que pairam sobre a intelectualidade das mulheres negras. Neste sentido Kilomba (2019, p.51-52) atenta ao impacto psíquico, ilustra que o processo de negação destes saberes, inúmeras vezes fez seu trabalho ser definido como “não científico”. Segundo essa pesquisadora, esse é um esforço para colocar o discurso intelectual da mulher negra as margens, por meio do silenciamento, na tentativa de manter a hierarquização do poder. Correlacionando com a experiência cotidiana, para Kilomba (2019, p.53) “o que encontramos na academia não é uma verdade objetiva científica, mas sim o resultado de relações desiguais de poder de raça”, portanto é “urgente a tarefa de “descolonizar a ordem eurocêntrica do conhecimento” (Kilomba,2019, p.53). Corroborando com essas considerações, Santos (2010), ao apontar sobre a importância de se aprender a partir de outras possibilidades epistêmicas, enfatiza, a necessidade para isso, de uma “relação horizontal” como “ponto de partida”. Frente a isso, Santos considera,

O conhecimento, estando vinculado a uma prática e a uma cultura, tem um conteúdo ético próprio. Esse conteúdo assume diferentes formas em diferentes tipos de conhecimento, mas entre elas é possível a comunicabilidade e a permeabilidade, na medida que todas as culturas aceitam um princípio de dignidade humana. (SANTOS,2010, p.330)

É compreendendo esses princípios que o questionamento: eu, eu não sou uma cientista? ganha forma política, reivindicando, como diz Santos (2010, p.329), “um novo paradigma” que para o autor, reconhece que “não há uma única forma de conhecimento”, esse novo paradigma está comprometido em validar o que se emerge da entranhas políticas, culturais em “conhecimentos e práticas das oprimidas, marginalizadas, subordinadas” (Santos,2010,p.328,329),camadas da população, logo podemos pertencente a esse grupo, pensar na mulher negra

Considerações finais

Atentas as relações sociais brasileira enquanto resultado da constituição da categoria raça, como régua definidora da geopolítica do poder, essa discussão evidencia as repercussões desta organização para a invalidação ou subalternização de produções de conhecimento fora do modelo eurocêntrico. Nesta perspectiva alinhamos como tecido crítico, considerações sócio- históricas que buscam suturar as formas diversas de constituição epistêmica que estão fora da ordem violentamente estabelecida.

A textura deste texto, se confecciona trazendo as estampas da poesia como pano de frente em um movimento de praticar outras formas epistêmicas. A indagação que inicia essa bainha, “Eu, eu não sou uma cientista?”, revisitou campos de saberes que coloca avesso a universalização do conhecimento e sobretudo, evidenciou a existência plural de epistemes que em narrativas em “primeira pessoa”, como explica Xavier(2022), encontra nas experiências do corpo localizado e crítico, ambientes e possibilidade constituinte de saberes. A intelectualidade da mulher negra, neste trabalho é examinada como baile analítico que pesquisa, que envolve lógicas sentidas e racionalidade subversivas. Uma costura que não finda nem retalha, mas que desafia e requer para a prática, novas leituras sem pinças, da dimensão epistemológica da intelectualidade da mulher negra enquanto realidade e essência de sua existência.

Referência

ANZALDÚA, G. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo**. Estudos feministas, Florianópolis. v. 08, n. 01, 2000,p. 229-236.

ASSIS, Y. S. Tempos de Atravessar: eu, mulher negra, movo-me sem

cessar. In: Oliveira, Dayse Sacramento de; Barbosa, Manoela dos Santos; Moreira, Núbia Regina. (Org.). Insubmissão intelectual de mulheres negras nordestinas. 1ed.Salvador: Devires; Rosa Luxemburgo, 2021, p. 115-118.

CONCEIÇÃO, C. C. S da. Histórias de vida de professoras negras da educação profissional no IFBA: e eu, eu não sou uma cientista? E-book (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Salvador,2021, p,79.

Evaristo, C. (2020). A escrevivência e seus subtextos. In. Duarte, C. L. & Nunes, I. R. (Org.). Escrevivência a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. (pp.2647). Mina Comunicação e Arte.

Fabricia de Jesus. A manutenção do poder. Salvador. 30 abril.2023. Instagram. <https://www.instagram.com/ameninadosolhosdeexu/>.

KILOMBA. G. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019

MARTINS, L. M. Performance do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

PINHO, O. “A Antropologia no espelho da raça”. Novos Olhares Sociais, 2 (1): 99- 118. 2019. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/ojs/index.php/novosolharessociais/article/view/466> Acesso em 25.mar.2024

QUIJANO, A. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RIBEIRO, D. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento: Justificando, 2017.

SANTOS, B de S. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2010.

SOARES, L. Vieira; MACHADO, P.S. “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 17, n. 39, p. 203-219, ago. 2017 Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 02 jun. 2024.

XAVIER, G. História Intelectual de Mulheres Negras: um novo “território existencial” historiográfico. *Revista História Hoje*, v. 11, nº 22, p. 349-365, 2022.

XAVIER, G. “Ciência de Mulheres Negras: um experimento de insubmissão”, *Saúde debate*, vol. 45, nº especial 1 out, p. 51–59, out. 2021.

Capítulo 8

LETRAMENTO CIENTÍFICO: ENFRENTAMENTOS E POSSIBILIDADES

Indaiara Sant Anna Silva de Carvalho

Universidade do Estado da Bahia
indaiarampies@gmail.com

César Costa Vitorino

Universidade do Estado da Bahia
cvitorino@uneb.br

Introdução

O trabalho de educação para a ciência aponta caminhos possíveis para que possamos juntos identificar paradigmas e ressignificá-los, para minimizar dicotomias ao reconhecer a coexistência de conhecimentos e valores que promovam uma formação humana integral e integrada. Esse é o papel da educação científica: fazer avançar o conhecimento pelas mãos e pelas mentes humanas (Rodrigues, 2022, p. 239).

Este capítulo é resultado das reflexões feitas pelo professor César Costa Vitorino durante o Seminário de “Escrita Científica”, realizado em 7 de março de 2024, no auditório DEDC do Campus XI-Serrinha. O evento foi promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB - Campus XI), com o apoio do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS).

Durante a palestra, o professor abordou vários aspectos relevantes acerca da escrita científica, incluindo a importância do procedimento metodológico, a escrita científica como meio de comunicar resultados de pesquisa de maneira clara e precisa, a motivação para escrever e a relação entre oralidade e socialização de saberes. Além disso, trouxe contribuições sobre a escrita como um exercício de narcisismo, os desafios enfrentados ao escrever em diferentes níveis acadêmicos e *insights* sobre a estrutura e o estilo de artigos científicos.

Dessa maneira, o letramento científico se torna um conceito fundamental no contexto acadêmico e científico. Ele se refere à capacidade de compreender, interpretar e produzir textos e informações relacionados à

ciência. É importante dizer que o letramento científico vai além da simples alfabetização, envolvendo habilidades específicas para lidar com a linguagem técnica e os métodos de investigação científica. De todos os pontos acima elencados, o objeto de estudo deste trabalho será o Letramento científico, ficando na importância da escrita científica.

A escrita científica desempenha um papel crucial no desenvolvimento e na disseminação do conhecimento. Ela permite que pesquisadores comuniquem suas descobertas, hipóteses e análises de forma clara e objetiva. Mediante artigos, teses, relatórios e outros documentos, essa escrita contribui para o avanço das áreas de estudo e para a construção do acervo científico global. Além disso, o letramento científico promove a transparência e a replicabilidade das pesquisas. Quando os cientistas documentam seus métodos, resultados e conclusões de maneira rigorosa, outros pesquisadores podem avaliar, validar e expandir essas descobertas. Assim, a escrita científica é essencial para a construção de uma base sólida e ininterrupta de aprimoramento e difusão do conhecimento científico.

Este capítulo explora o letramento científico e sua relevância, destacando como a prática de escrita usando esse nível de linguagem contribui para a construção do saber e para a evolução das áreas de pesquisa; explora também os desafios enfrentados pelos cientistas ao redigir seus trabalhos e as estratégias escolhidas para aprimorar a comunicação científica. Por esses motivos, o objetivo geral se concentra em investigar trabalhos que abordem os conceitos de letramento científico e escrita científica

Vitorino (2024) organizou sua exposição fazendo uma sistematização dos conceitos de evento acadêmico com foco na oralidade, trazendo o contexto da escrita científica a partir do mestrado e suas etapas relacionadas à produção do pré-projeto, estado do conhecimento, elaboração do projeto, indagando a oralidade se suas vertentes escritas com foco no referencial. Aprofundando as etapas da construção da dissertação, oportunizou a lembrança dos níveis da vida acadêmica desde o ensino fundamental, ensino médio, graduação até a chegada na pós-graduação. Fomentando a psicologia através do livro *A escrita científica* no Divã de Ana Cláudia Meira, com sua escrita psicanalista. Nos indagou sobre a escrita científica a partir da conceituação e o procedimento tendo sempre o rigor científico.

Em resumo, o letramento científico e a escrita científica são pilares essenciais para o progresso da ciência e para a formação de uma sociedade

informada e crítica. Ao compreendermos sua importância, estaremos mais bem preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo e contribuir para o avanço do conhecimento humano.

Metodologia

Inicialmente, delimitou-se o escopo do estudo para o período específico de março de 2024, com o objetivo de investigar trabalhos que abordem os conceitos de letramento científico e escrita científica. A busca concentrou-se em periódicos nacionais e internacionais na área de Educação de modo geral. A pesquisa, de caráter bibliográfico, tem a intenção de realizar uma revisão de literatura, a fim de explorar esses conceitos. Segundo Padua e colaboradores (2011, p. 3), “a revisão de literatura consiste na identificação do que já se conhece sobre o tema/problema que se quer investigar”. Portanto, apesar de já haver conhecimento sobre o tema, é necessário aprofundar-se e levantar as contribuições no âmbito escolar.

Segundo Bento (2012), a revisão de literatura propõe diversos objetivos. Em primeiro lugar, visa delimitar o problema de investigação, que, no caso em questão, consiste em compreender como o letramento científico está inserido nas pesquisas. Além disso, busca explorar novas linhas de investigação, especialmente em áreas e temas já conhecidos, mas com escasso estudo na literatura. No contexto desta pesquisa, observa-se que há poucos artigos que abordam especificamente esse tema, especialmente voltado para a formação em ciências humanas. Tradicionalmente, quando se fala em pesquisa científica, pensa-se sempre – ou ao menos se põe em destaque – as ciências exatas e ciências da natureza (Souza; Strohschoen, 2011; Santos, 2007).

A revisão de literatura também tem o propósito de evitar abordagens infrutíferas. Isso significa questionar se o estudo sobre o letramento científico, algo tão presente entre professores e estudantes, é de fato relevante. À medida que a pesquisa foi desenvolvida, tornou-se evidente que sim, o tema é relevante e merece atenção, especialmente se forem consideradas as recorrentes dificuldades que os estudantes de graduação e pós-graduação, pesquisadores iniciantes, encontram durante o processo de elaboração dos textos que serão o produto de suas pesquisas.

Por fim, a revisão de literatura oferece recomendações para investigações futuras. Além de aprofundar o estudo sobre o letramento científico, seria importante considerar o que mais poderia ser relevante para

enriquecer o conhecimento já levantado. No caso específico desta revisão sobre os enfrentamentos e possibilidades do letramento científico, seria interessante observar uma turma de estudantes do ensino fundamental e analisar como esse conceito tem sido inserido ou construído entre os alunos dessa turma.

Sendo assim, para coletar informações relevantes, utilizou-se bases de dados acadêmicas amplamente reconhecidas, incluindo: SciELO, uma importante fonte de periódicos científicos brasileiros; Google Acadêmico, plataforma abrangente que indexa artigos acadêmicos de todo o mundo; E o banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que oferece acesso a publicações científicas de diferentes áreas de conhecimento.

Em termos de busca, foram utilizados os seguintes descritores: Letramento científico e Escrita científica. O primeiro descritor refere-se à capacidade de compreender, interpretar e produzir textos científicos; o segundo diz respeito às habilidades de comunicação por meio da escrita no contexto científico. Também foram feitas buscas nas bases de dados usando combinações de palavras-chave relacionadas aos termos de interesse, analisando os resultados para identificar artigos que abordassem ambos os descritores escolhidos.

Avaliaram-se os artigos encontrados quanto à profundidade de suas discussões sobre letramento científico e escrita científica; se os estudos estabeleciam relações específicas entre esses conceitos e a utilização no âmbito social e educacional. Também foram examinadas possíveis diferenças na habilidade de ler e escrever quando o conteúdo é científico em comparação com conteúdo de outra natureza..

Em resumo, a metodologia visou compreender as relações entre leitura, escrita e alfabetização científica, contribuindo para o avanço do campo social e acadêmico.

Letramento científico

O letramento científico é um conceito crucial nos debates sobre o progresso da sociedade. Ele se refere à capacidade de compreender, interpretar e formular ideias científicas em uma variedade de contextos, incluindo os cotidianos. Em outras palavras, trata-se da habilidade de utilizar conhecimentos científicos de forma crítica e reflexiva.

Segundo Roth (2011), o letramento científico deve ser considerado como um conceito abrangente, representando um processo complexo que envolve quatro dimensões cruciais: conhecimento, atitude, compreensão e produção além da capacidade. Essas fases permitem que o indivíduo entre em contato com um objeto de estudo, avalie a possibilidade de explorar essa experiência, compreenda o objeto e forme sua própria opinião, culminando na habilidade de tomar decisões, sejam elas de natureza política, social ou outras. Para ilustrar, uma pessoa talvez queira compreender por que o beijo pode transmitir a gripe, mas não o HIV. O letramento científico capacita a análise desses fenômenos, buscar evidências, formular hipóteses e tirar conclusões embasadas em conhecimento científico.

Santos (2007) chama atenção para o fato de que no início do século XX, a alfabetização ou letramento científico começou a ser debatido mais profundamente e essa diferenciação entre os dois conceitos se deu com base na diferenciação estabelecida a partir dos estudos de Soares (1998). O autor destaca a importância de pesquisadores como John Dewey (1859-1952), que defendia a importância da educação científica nos Estados Unidos. Esse foi um período em que ganhou força o movimento científicista e com ele veio a supervalorização do conhecimento científico, começava aí um movimento mundial em defesa da educação científica. No Brasil esse movimento se iniciou a partir da década de 1970, portanto, de maneira mais tardia em relação a um tipo de conhecimento que já era priorizado nos currículos escolares na Europa e Estados Unidos desde o século XIX.

É importante destacar que o letramento científico difere da alfabetização científica porque, enquanto o primeiro pode estar fora da sala de aula, bem como em debates e falas, o segundo foca no domínio da linguagem científica, bem como ressalta Santos (2007, p. 479):

[...] na tradição escolar a alfabetização científica tem sido considerada na acepção do domínio da linguagem científica, enquanto o letramento científico, no sentido do uso da prática social, parece ser um mito distante da prática de sala de aula. Ao empregar o termo letramento, busca-se enfatizar a função social da educação científica contrapondo-se ao restrito significado de alfabetização escolar.

O letramento científico possui um caráter de abrangência semelhante a outros tipos de letramentos, não sendo pontual e nem com fim em si mesmo; ao contrário, é parte de um complexo processo de construção e elaboração de um saber específico e com fins sociais, visto que a ciência se propõe a modificar – no sentido de tornar melhor – a vida em sociedade. Outro aspecto é que o letramento não se limita apenas

aos especialistas; é uma competência essencial para todos os cidadãos. Ao se empregar o termo letramento, enfatiza-se a função social da educação científica, contrapondo-a ao significado restrito da alfabetização escolar. Em outras palavras, o letramento científico tem em vista conectar a ciência ao contexto da vida cotidiana, tornando-a relevante e aplicável para os cidadãos. Assim, enquanto a alfabetização científica se concentra na linguagem técnica, o letramento científico abrange a prática social e a compreensão crítica da ciência

Esses dois conceitos têm sido repensados, porque muitas pessoas os utilizavam como sinônimos, mas percebe-se que se diferenciam, pois a alfabetização científica surgiu no século XX como uma resposta à necessidade de educar a população sobre ciência. O letramento científico emergiu posteriormente, enfatizando a compreensão crítica e a aplicação prática.

A alfabetização científica foi criticada por ser muito centrada no conhecimento factual e por não preparar adequadamente as pessoas para lidar com questões complexas. O letramento científico, alternativa mais abrangente, hoje é amplamente aceito como uma abordagem mais completa e mais complexa, visto que envolve diferentes etapas interconectadas num processo contínuo e progressivo. O letramento científico busca capacitar as pessoas a se envolverem com a ciência de maneira crítica e informada, pois reconhece que a ciência não é apenas um conjunto de fatos, mas um processo dinâmico e social.

A escola desempenha, por sua vez, um papel fundamental na promoção do letramento científico. Em vez de focar apenas na transmissão de informações, ela deve priorizar o desenvolvimento do pensamento científico. Segundo Krasilchik e Marandino (2004), isso significa não apenas decorar fórmulas, mas também entender conceitos, investigar, analisar dados e testar explicações. A ênfase deve estar nas habilidades que tornam os estudantes cidadãos críticos e informados.

No contexto educacional, o letramento científico desempenha um papel crucial. Essa capacidade é fundamental para compreender, interpretar e formular ideias científicas em uma variedade de situações, tanto no cotidiano quanto em âmbito nacional e global. Assim:

O letramento científico, compreendido como um compromisso diário com o conhecimento científico, é tão essencial quanto a leitura e a escrita no sentido geralmente entendido. No mundo moderno, sustento que o letramento científico é necessário para garantir uma força de trabalho competente, promover o bem-estar econômico e saudável do

tecido social e de cada indivíduo, e possibilitar o exercício pleno da democracia participativa (Ayala, 1996, p. 1).

Observa-se que há uma ênfase proposital na importância do letramento científico em diversos aspectos da vida contemporânea, desde a capacitação profissional até a participação ativa na sociedade. Ayala (1996), em sua obra, ressalta a relevância desse tipo de alfabetização para enfrentar os desafios do mundo atual.

No cenário nacional, questões sociais frequentemente se entrelaçam com o universo científico. Projetos de leis são propostos anualmente, e suas implicações afetam diretamente cada cidadão do país. O entendimento dessas leis e sua relação com a ciência é essencial para uma participação ativa na sociedade. O letramento científico capacita os indivíduos a compreenderem e avaliarem criticamente essas questões legais, permitindo que expressem suas opiniões embasadas em conhecimento sólido, especialmente se considerarmos, assim como enfatiza Rodrigues (2022), que o que move a ciência são as perguntas e não as respostas, afinal a educação científica é responsável por fazer avançar o conhecimento ao mesmo tempo em que promove a formação do ser humano, portanto o percurso formativo do sujeito na ciência é parte, ou deveria ser parte integrante e necessária no currículo escolar desde a educação básica. Um percurso que envolve dimensões técnicas, éticas e políticas. Para Rodrigues (2022, p. 223),

As pessoas que têm competência em informação são aquelas que aprenderam a aprender, uma vez que sabem como a informação está organizada, como encontrar informação e como usar informação, de tal forma que outros possam aprender com elas (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1989).

Em escala global, por exemplo, eventos como a pandemia de Covid-19 evidenciaram a necessidade de letramento científico. Indivíduos foram desafiados a compreender conceitos complexos, como virologia, epidemiologia e vacinas. A capacidade de explicar esses tópicos de maneira clara e fundamentada tornou-se crucial para a tomada de decisões informadas e para a disseminação de informações corretas.

Vale ressaltar que o letramento científico não se restringe aos adultos. As crianças também são sujeitos pensantes e devem ser estimuladas a desenvolver seu lado crítico desde cedo. Ao promover o entendimento científico, estamos preparando as gerações futuras para enfrentar desafios complexos e contribuir para um mundo mais informado e consciente.

Isso transcende faixas etárias e é fundamental para uma sociedade bem-informada e participativa.

Portanto, o letramento científico não é apenas sobre saber fatos; é sobre como aplicamos esse conhecimento para compreender o mundo, tomar decisões informadas e contribuir para uma sociedade mais consciente e progressista. Logo, “pensar a escola a partir dos desafios do mundo contemporâneo é dar significado aos conteúdos planejados e estudados pelos alunos” (Souza, 2015, p. 30).

Escrita científica

A escrita é um processo multifacetado, que consegue levar a explorar as profundezas das experiências de cada indivíduo e a extrair a energia necessária para criar. Quando se trata da escrita científica, essa jornada se assemelha ao trabalho psicanalítico. A escrita, em sua essência, é um ato de expressão e autoria. No contexto psicanalítico, ela transcende a mera descrição ou relato. A escrita psicanalítica é uma vivência em si mesma, uma criação e uma descoberta. Ela leva a explorar mecanismos psíquicos internos, enfrentando as fendas das vivências. Assim como o narcisismo, a escrita permite olhar para dentro, encontrar a sua voz e assumir a autoria. É como relata Meira (2023) um processo intenso e transformador, capaz de revelar aspectos profundos da estrutura psíquica.

Além disso, a escrita científica representa um desafio significativo para estudantes, pois eles se veem compelidos a adotar um padrão que, à primeira vista, pode parecer complexo. É como se artigos ou textos acadêmicos publicados fossem as únicas referências para uma boa escrita. No entanto, as regras muitas vezes se tornam tão rígidas que acabam por restringir a criatividade dos alunos. Embora seja crucial escrever dentro desses padrões, os alunos frequentemente se sentem sobrecarregados e incapazes de dominá-los plenamente.

Para Rodrigues (2022, p. 224):

O ensino da escrita científica e o ensino da competência em informação são tradicionalmente vistos como ensino de habilidades linguísticas com base na composição e no estilo convencionais dos textos acadêmicos, durante a leitura e a escrita. Contudo as regras gramaticais e os guias de formatação são suficientes para criar ideias e transformá-las em palavras, bem como para viabilizar uma busca de informação em fontes fidedignas a partir de estratégias eficazes? É possível aprender a escrever absorvendo um estilo e familiarizando-se com a composição de textos acadêmicos, mas buscar informações e escrever, especialmente no fazer

científico, são atividades cognitivas complexas, não apenas pacotes de competências e habilidades.

Dessa forma, na literatura científica, a escrita desempenha um papel crucial na comunicação de conhecimento. Entretanto, ela vai além das regras gramaticais e da formatação convencional. A competência em informação e a escrita científica são intrinsecamente interligadas, formando um processo complexo e dinâmico.

Essa escrita específica também desempenha múltiplos papéis no processo de aprendizagem. num primeiro momento, ela é ensinada como um veículo para acessar e expressar o pensamento. Através da escrita, os indivíduos podem articular suas ideias, comunicar informações e compartilhar conhecimento de forma clara e organizada. Ao escrever, os alunos demonstram sua compreensão de conceitos, aplicam raciocínio crítico e analisam informações. Os professores, por sua vez, avaliam a qualidade da escrita como um indicador do entendimento do conteúdo. É como bem coloca Rodrigues (2022), a escrita é uma maneira de expressar ideias, avaliar e interpretar informações, criar conexões e planejar o que será escrito.

Outro aspecto importante é que a escrita é um meio de construir conexões em um texto. Quando se escreve, se organiza ideias em parágrafos, criando uma estrutura lógica que conecta diferentes partes do texto. Essas conexões permitem que o leitor siga o raciocínio e compreenda a mensagem coerentemente.

Em resumo, a escrita desempenha um papel fundamental na aprendizagem, permitindo que os indivíduos expressem suas ideias, avaliem conceitos, construam conexões e planejem seus textos de maneira eficaz. Por fim, a escrita também atua como um mecanismo de planejamento. Antes de começar a escrever, é necessário pensar no que será abordado, como as informações serão organizadas e qual será o objetivo do texto. Esse processo de planejamento ajuda a transformar o pensamento em um produto textual bem estruturado e significativo.

Resultados e discussões: escrita científica e letramento científico: uma análise crítica

A escrita científica e o letramento científico desempenham papéis cruciais no contexto acadêmico e científico. Nesta seção, exploraremos esses conceitos, discutindo como são percebidos, as dificuldades enfrentadas

e os benefícios que proporcionam. Com base na revisão de literatura, estabelecemos informações relevantes que serão detalhadas nos parágrafos a seguir.

É fundamental ressaltar que a escrita científica é considerada uma habilidade essencial para comunicar descobertas, teorias e resultados de pesquisas. Por outro lado, o letramento científico vai além da escrita, englobando também a capacidade de interpretar e avaliar criticamente informações científicas. Nesse contexto, elaboramos uma tabela para destacar alguns princípios defendidos por autores como Souza (2015), Rodrigues (2022) e Meira (2023), com base nos resultados obtidos em nosso próprio trabalho de pesquisa.

Quadro 1 - Benefícios da Escrita Científica e Letramento Científico segundo alguns autores

ESCRITA CIENTÍFICA	LETRAMENTO CIENTÍFICO
Comunicação Efetiva: A escrita científica permite que os cientistas compartilhem seus conhecimentos com outros membros da comunidade científica e com o público em geral. É por meio da escrita que novas ideias são disseminadas, debates são conduzidos e avanços científicos são alcançados.	Compreensão de Artigos Científicos: O letramento científico permite que as pessoas leiam e compreendam artigos científicos, mesmo que não sejam especialistas na área. Isso é crucial para tomar decisões informadas e participar de debates científicos.
Estrutura e Organização: Um artigo científico segue uma estrutura específica, incluindo introdução, metodologia, resultados, discussão e conclusão. Essa organização facilita a compreensão e a avaliação dos dados apresentados.	Análise Crítica: O letramento científico envolve a habilidade de avaliar a qualidade de estudos, identificar vieses e compreender os métodos utilizados. Isso é essencial para distinguir entre informações confiáveis e pseudociência.
Precisão e Clareza: A escrita científica exige precisão nas palavras escolhidas e na apresentação dos dados. Os cientistas devem evitar ambiguidades e garantir que suas afirmações sejam fundamentadas em evidências sólidas.	Aplicação Prática: O letramento científico não se limita ao ambiente acadêmico. Ele também se aplica à vida cotidiana, como entender os riscos e benefícios de vacinas, alimentos geneticamente modificados ou mudanças climáticas.
Revisão por Pares: Os artigos científicos passam por revisão por pares, onde outros especialistas avaliam a qualidade do trabalho. Uma escrita clara e bem estruturada aumenta a probabilidade de aceitação em revistas científicas respeitadas.	Alfabetização Estatística: O letramento científico inclui a capacidade de interpretar dados estatísticos, gráficos e tabelas. Isso é fundamental para compreender estudos científicos e tomar decisões baseadas em evidências.

Fonte: Quadro construído pelos autores, 2024.

Com base nas informações fornecidas, podemos inferir que o letramento científico capacita os estudantes a analisar informações científicas com discernimento. Durante esse processo, eles aprendem a avaliar fontes, identificar vieses e distinguir entre fatos e opiniões. Essa habilidade é de extrema importância em um mundo saturado de informações, onde a capacidade de discernir a verdade científica é essencial. Além disso, as habilidades de escrita científica desempenham um papel crucial nas carreiras acadêmicas e de pesquisa. Os alunos que dominam essa habilidade possuem uma vantagem competitiva. A prática da escrita científica também promove a clareza de pensamento e a organização de ideias. Em resumo, o letramento científico e a escrita científica estão intrinsecamente relacionados. Os estudantes que desenvolvem essas habilidades não apenas se tornam comunicadores eficazes, mas também contribuem para o avanço da ciência e da sociedade como um todo.

Um dos desafios centrais do letramento científico reside na tarefa de tornar a ciência acessível e significativa para um público amplo, independentemente de sua formação educacional ou contexto cultural. Essa empreitada envolve a superação de diversas barreiras que podem dificultar a compreensão plena dos conteúdos científicos.

Em primeiro lugar, as barreiras linguísticas representam um obstáculo significativo. A linguagem técnica e os termos específicos utilizados na ciência podem ser intimidantes para aqueles que não têm familiaridade. Portanto, é essencial traduzir conceitos complexos em uma linguagem mais acessível, evitando jargões desnecessários e utilizando exemplos concretos.

Além disso, existem barreiras conceituais que precisam ser superadas. Muitas vezes, os conceitos científicos são abstratos e exigem um entendimento sólido de fundamentos prévios. O desafio está em encontrar maneiras de simplificar esses conceitos sem comprometer sua precisão. Analogias, metáforas e representações visuais podem ser ferramentas valiosas nesse processo.

Outra questão relevante é a contextualização. A ciência não existe em um vácuo; ela está intrinsecamente ligada ao contexto social, histórico e cultural. Portanto, é fundamental apresentar a ciência dentro de um quadro mais amplo, relacionando-a a questões do cotidiano, problemas globais e avanços tecnológicos. Isso ajuda a tornar a ciência mais relevante e interessante para o público em geral.

Em contraste, algumas pessoas argumentam que a simplificação excessiva pode levar à perda de nuances e detalhes importantes. A ciência é, por natureza, complexa, e a busca por acessibilidade não deve comprometer sua integridade. Portanto, encontrar o equilíbrio certo entre simplicidade e precisão é um desafio constante.

Por fim, o letramento científico requer esforços contínuos para superar barreiras linguísticas, conceituais e contextuais, garantindo que a ciência seja compreendida e valorizada por todos, independentemente de sua formação ou origem cultural.

Considerações finais

O capítulo investigou o letramento científico em conjunto com a escrita científica, e os resultados discutidos destacam a importância da comunicação efetiva e da compreensão crítica na ciência. Essa abordagem está alinhada com o objetivo de explorar como esses conceitos contribuem para o avanço da ciência e da sociedade.

As discussões revelaram que o letramento científico não se limita apenas à aquisição de conhecimento, mas também envolve a aplicação prática desse conhecimento no cotidiano. Isso reforça a relevância da escrita científica como ferramenta para disseminar informações e promover a educação científica entre o público em geral.

A análise crítica dos conceitos de letramento e escrita científica sugere que ambos são fundamentais para uma sociedade bem informada e participativa. As considerações finais enfatizam a necessidade de superar barreiras linguísticas e conceituais para tornar a ciência acessível a todos, reiterando o papel vital da educação científica na promoção do bem-estar social e da democracia participativa. Em resumo, o letramento e a escrita científica são pilares essenciais para uma sociedade bem informada, engajada e capaz de tomar decisões embasadas em evidências. Ao promover essas habilidades, estamos contribuindo para o avanço da ciência, a melhoria da qualidade de vida e a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Referências

AYALA, F. J. Introductory essay: the case for scientific literacy. World Science Report, Paris: UNESCO, 1996. Disponível em: <http://unesdoc.org>.

unesco.org/images/0010/001028/102819eo.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

BENTO, A. Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas. **Revista JA (Associação Acadêmica da Universidade da Madeira)**, v. 7, n. 65, p. 42-44, 2012.

KRASILCHIK, M.; MARANDINO, M. **Ensino de ciências e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2004.

MEIRA, A.C. **A escrita científica no divã**: entre as possibilidades e as dificuldades para com o escrever. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2023. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=4wKqEAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT7&dq=Meira,+A.C.+A+escrita+cient%C3%ADfica+no+div%C3%A3++entre+as+possibilidades+e+as+dificuldades+de+EJxQFGx&sig=XWYeT4RUrpp6HbAo9as21UJ48Kc&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 10 mar. 2024.

PÁDUA, E. MM *et al.* A revisão de Literatura como uma estratégia multidimensional de investigação: elementos para o ensino e a pesquisa. **Série Acadêmica**, v. 27, n. jan./dez, 2011. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/serieacademica/article/view/5653>. Acesso em: 20 mar. 2024.

RODRIGUES, R. F. L. Competência em informação, escrita científica e educação do cientista. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 27, p. 221-241, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/zVrZfXYqM68mpyc6hwrp3t/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

ROTH, D. M. Letramento científico: sentidos e valores. **Notas de Pesquisa**, p. 12-25, 2011. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar_url?url=https://periodicos.ufsm.br/nope/article/download/3983/2352&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-ggp&ct=res&cd=0&d=7032005600127489003&ei=EBDPwNS90Aw&scisig=AFWwaeZWtkhIwJQydc4h92E_1GR. Acesso em: 15 mar. 2024.

SOUZA, T. T. O letramento científico e práticas dos professores de biologia do ensino médio. 2015. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UVAT_5e670376e17813285ddb3223f0bbe7c. Acesso em: 10 mar. 2024.

Capítulo 9

A ESCRITA CIENTÍFICA: APRENDIZAGEM E CONSTRUÇÃO PARA/NA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Joyce Santana Araújo Silva

E-mail: joylibras@gmail.com

Thaís Meireles de oliveira

E-mail: thais.joao4@gmail.com

Marcia Torres Neri Soares

E-mail: mtsoares@uneb.br

Introdução

Este trabalho surge a partir das discussões realizadas no Seminário I: “Escrita Científica” desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), ofertado pelo Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus XI*. Tem como título “A escrita científica: aprendizagem e construção para/na inclusão de pessoas com deficiência”. As autoras são mestrandas do PPGIES e fazem parte do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS), é uma produção que faz parte dos trabalhos obrigatórios do Programa no componente curricular Seminários e Colóquios.

O seminário foi realizado no dia 07 de março do ano de 2024, na sala do auditório do Departamento de Educação, *Campus XI*, da UNEB e apresentado pelo PPGIES regularmente ofertado pela instituição supracitada. Houve a mediação do estudante Aderilson Anunciação de Oliveira (PPPGIES/UNEB), enquanto o expositor Prof. Dr. César Costa Vitorino (PPGIES/UNEB) conduzia discussões referentes à Escrita Científica, desde a sua definição, importância e como fazê-la, respeitando o rigor científico característico da escrita científica.

Sua essência adota como objetivo tecer reflexões em relação à contribuição da escrita científica no processo de aprendizagem e construção

para/na inclusão de pessoas com deficiência. Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico permitindo-nos visitar trabalhos de outros autores para fundamentação e concretização dos objetivos da pesquisa. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 158) “A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema.” Ainda segundo as autoras “O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações.” (Marconi e Lakatos, 2003, p. 158).

Relacionado a esta contribuição, no percurso metodológico, além da consulta de textos fornecidos pelo Prof. Dr. César Costa Vitorino, expositor do Seminário I sobre “Escrita Científica”, realiza-se reflexões a partir das ideias de outros autores estudiosos do tema abordado, a destacar: Moreira (2004), Noronha e Ferreira (2000), Pereira (2019) e Rodrigues (2022), os quais foram fundamentais para reflexão e construção da escrita.

O processo metodológico traz em sua apresentação uma abordagem qualitativa na qual se aprofundam reflexões em torno de concepções teóricas empíricas de significados inerentes às relações sociais, as quais não podem ser expressas através de dados estatísticos ou representações de variáveis.

Seu objetivo é desenvolver reflexões em relação ao papel da escrita científica no processo de aprendizagem e as contribuições da pesquisa para a construção do conhecimento, bem como a importância da revisão da literatura frente à realidade de uma sociedade globalizada em constante transformação, fruto disso são o surgimento de novas informações e conhecimentos. Também se ocupa em articular os registros realizados com a temática objeto de nossa atenção no campo educacional, a saber: a inclusão de pessoas com deficiência.

Como sistematização das concepções abordadas o trabalho está apresentado por meio de seções, as quais se faz conhecer: a primeira traz um **texto introdutório**, pelo qual apresentamos a temática abordada no artigo, seguida do enfoque no método de pesquisa utilizado. Na segunda seção intitulada **Contribuições da pesquisa para a construção do conhecimento: a revisão de literatura para/no surgimento de novas ideias** discorremos sobre uma abordagem alusiva à pesquisa e a ciência como capazes de inferir estudos e contribuições acerca dos fenômenos sociais em busca de possíveis soluções para os problemas elencados, assim como uma revisão da literatura, na forma de um diálogo crítico com autores estudiosos

do tema abordado. Em seguida, na seção **Conhecimento: mecanismo facilitador para a consolidação da inclusão social das pessoas com deficiência** discutimos o conhecimento como mecanismo facilitador para a consolidação da inclusão social das pessoas com deficiência, para então chegarmos às **considerações finais** em relação aos estudos e leituras realizados no decorrer da construção deste artigo.

Contribuições da pesquisa para a construção do conhecimento: a revisão de literatura para/no surgimento de novas ideias

Estamos constantemente buscando explicações para os fenômenos ocorridos em nossa sociedade com o intuito de solucionar os problemas encontrados, aspecto necessário para o desenvolvimento humano e da sociedade como um todo.

Compreender tais fenômenos e suas causas é algo de grande relevância para pensarmos criticamente e agir de forma coerente na tomada de decisões, no entanto, para que isso seja possível é necessário um estudo da realidade através de pesquisas e investigações científicas. Sobre esse pensamento, Pereira (2019, p. 25) infere:

A ciência não é a única forma de conhecer a realidade, no entanto, tem-se tornado hegemônica, como bem sinaliza Minayo (1991), porque responde ao desenvolvimento científico-tecnológico e por ter construído todo um artefato analítico e metodológico para estudar a realidade.

Dessa forma, por meio da pesquisa é possível a construção de conhecimentos acerca da/o realidade/contexto na/o qual estamos inseridos. No entanto, mesmo tratando-se de questões presentes em nosso cotidiano não podemos tratá-las de maneira “banal”, é fundamental desenvolver estudos como fontes da criação/promoção ou ampliação de conhecimentos e incentivos para sua utilização como suporte em outras pesquisas.

Corroborando com esse pensamento, Rodrigues (2022, p. 224) aponta a escrita como principal forma de comunicação científica, pois

Cientistas devem adquirir essa habilidade como parte das competências que compõem o processo de pesquisa científica. Eles aprendem escrita científica e desenvolvem competência em informação enquanto realizam suas pesquisas, lendo artigos, escrevendo relatórios de pesquisa e interagindo com seu orientador de pesquisa.

Esse processo de investigação científica requer de nós competências e habilidades inerentes à sistematização das informações produzidas, ou

seja, o registro através da escrita dos dados construídos ao longo do processo e consequentemente uma análise e conclusão dos estudos realizados.

E trazendo aqui a finalidade precípua da escrita científica, a de transmitir eficazmente tudo aquilo produzido em relação à pesquisa, chamamos a atenção para a importância do rigor da escrita acadêmico-científica, pois não podemos desprezá-lo diante do fazer investigativo. O rigor, aqui posto, conduz o pesquisador a uma ação cuidadosa e ética em relação às informações tratadas e é uma das formas de conferir credibilidade ao trabalho desenvolvido, fazendo apenas as inferências cabíveis de análises e conclusões. Corroborando com esse pensamento Pereira (2019, p. 136), enfatiza:

O rigor é a explicitação sistemática de todo o processo de investigação que se inicia desde o momento de construção do objeto de pesquisa, passando pelo problema, objetivos, métodos, análise e interpretação, evidenciando o momento dialético da intervenção e da investigação etc.

Sendo a escrita científica uma maneira de apresentar fatos relativos não somente às pesquisas científicas, mas também a estudos diversos, permite sua aceitação como difusora de conhecimentos variados e de grande importância na formação do sujeito. À esse pensamento de validação e confiabilidade dos resultados de uma pesquisa científica atrelamos a necessidade de utilização de métodos científicos capazes de dar credibilidade e rigor em todo processo de análise e escrita. Ou seja,

Na ciência, o método organiza a construção do conhecimento para promover a compreensão do funcionamento do mundo natural e social, para identificar fenômenos e resolver problemas, para transformar a realidade, ainda que provisoriamente, apresentando resultados padronizados, relativamente estáveis, mas bem definidos. (Rodrigues, 2022, p.223).

Assim sendo, o método científico é uma forma organizada de investigação se utilizando de regras e técnicas como uma maneira de legitimar a ação do pesquisador cientificamente e consequentemente o registro das conclusões promovendo assim, a não interferência subjetiva do pesquisador.

Mediante conexões realizadas por meio de estudos de textos, elaboração de sínteses em relação a análises e a realização analógica ou não do pensamento, percebemos/concebemos a escrita como um veículo de consolidação de aprendizagens e disseminação de conhecimento e

construção para/na inclusão de pessoas com deficiência, o qual se dá através do processo.

O estágio de globalização no qual a sociedade se encontra requer de nós um posicionamento de constante atualização das informações e conhecimentos, o primeiro está relacionado à veracidade e velocidade que os fatos/informações chegam, o segundo pela necessidade de sobrevivência e aplicabilidade cotidiana, seja no aspecto de uso tecnológico ou no produzir ciência. Para Moreira (2004, p. 21), “neste cenário informacional, as revisões de literatura por seu aspecto sumarizador assumem importante função orgânica, juntamente com os índices e as bibliografias especializadas”.

Essa tomada de crescimento exponencialmente visível não se restringe apenas às informações produzidas a partir da realização de pesquisas científicas e validações de ideias, mas aos veículos de conhecimento, colocando o pesquisador na dinâmica necessária de atualização referente à sua área de atuação. Para Noronha e Ferreira (2000, p. 191), os trabalhos de revisão de literatura são apresentados

como estudos que analisam a produção bibliográfica em determinada área temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral ou um relatório do estado-da-arte sobre um tópico específico, evidenciando novas idéias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada.

A revisão da literatura é uma pesquisa, busca sobre algo dantes publicado referente a determinado tema de estudo, colocando o fazer científico como um trabalho crítico e dialógico em relação ao escrito. Do ponto de vista do pesquisador, dá a possibilidade de construir novos conhecimentos tomando como base os estudos anteriormente realizados.

Assim, ao realizar uma revisão de literatura ocorre o encontro de pesquisas análogas ou com pensamentos correlatos, fator a auxiliar um estudo referente à metodologia aplicada, abordagens históricas ao produzir os textos, exigindo-se assim, conhecimentos e habilidades para elevar o potencial significativo de pesquisas relacionadas à área de estudo.

No contexto educacional cientistas/pesquisadores são capazes de pensar criticamente, fugir de regras e padrões por vezes estereotipados e desenvolverem as competências e habilidades necessárias para terem um olhar diferente em relação aos fatos e acontecimentos sociais, isso tudo em consonância com os conhecimentos inerentes à sua área de atuação, como intentamos fazer na próxima seção.

Conhecimento: mecanismo facilitador para a consolidação da inclusão social das pessoas com deficiência

São diversas as abordagens ao longo da história sobre a inclusão social de pessoas com deficiência representadas não somente como uma busca dos direitos inerentes a esse público, mas também como uma forma de pensamento de grupos para o fortalecimento de movimentos sociais e questões relacionadas a ideais políticos. Sobre esse pensamento, é notório o quanto as sociedades vêm percebendo e defendendo a importância da inclusão como um direito legal, constitucional e carente de ser respeitado.

Aqui, concebemos a inclusão como uma forma de participação efetiva das pessoas com deficiência nas diversas atividades dos âmbitos de relações sociais, cuja participação deve conferir, a essas pessoas, serem respeitadas e notadas independentemente de possuir alguma limitação física ou neurológica. Já a deficiência mesmo sendo entendida como uma “limitação” física ou neurológica, não é vista como uma barreira de convivência e relação social, no entanto isso ocorre a partir das atitudes e pensamentos de existência de diferenças apresentados pelos sujeitos e as condições de como e para quem é pensado o ambiente social pelas demais pessoas.

Mesmo sendo garantias legais concedidas às pessoas com deficiência, aspectos inerentes à inclusão precisam ser conhecidos por todos, e esses direitos são abordados em diversos espaços de convivência para de forma coerente efetivar as condições de acesso e inclusão de maneiras válidas e passíveis de concretização. Nesse sentido, o conhecimento se torna um caminho a conduzir para a construção de uma sociedade mais igualitária através da promoção de valores e atitudes de equidade.

Corroborando com esse pensamento, Cury (2005, p. 45), defende como “a aplicação da norma igualitária para as situações concretas implica o conceito de equidade [...] que toma a norma igualitária e, ao ser aplicada em um caso concreto, elimina uma discriminação e introduz uma relação mais justa entre os sujeitos”. Garantir, pois, condições de inclusão pode ter relação com o acesso a conhecimentos e/ou informações como a apresentada pelo autor e a busca pela compreensão das inúmeras possibilidades de participação de sujeitos com deficiência.

Muitos instrumentos legais, tais como: a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), entre outros, os Decretos 3.298/99 e 5.296/04 normatizam e apresentam textos para além da promoção de acessibilidade

das pessoas com deficiência, a assegurar a importância da inclusão nos diversos espaços sociais. No entanto, é válido ressaltar a persistência de barreiras para garantia e respeito a esses direitos, pois depende de posturas das pessoas em geral.

Todo esse movimento requer modificações processuais, as quais demandam tempo e superação de preconceitos e estereótipos, afinal, “atitudes não se modificam num estalar de dedos. Decorrem de um longo processo, geralmente sofrido e com obstáculos afetivos e cognitivos a serem superados”. (Carvalho, 2003, p. 47).

Embora reconheçamos serem emblemáticas as condições de inclusão educacionais atuais brasileiras, entendemos ser a escrita científica, em especial as representativas das pesquisas desenvolvidas em diferentes instituições, a exemplo das desenvolvidas por nós em um programa *stricto sensu* como oportunas para/na concretização ou na busca pela demarcação de direitos das pessoas com deficiência e, portanto, destacamos a prevalência de estudos no campo da inclusão escolar como relevantes e, sob diferentes frentes, como totalmente imbricadas com o tema do Seminário em questão. Tal entendimento endossa a importância da continuidade de nossas pesquisas, bem como o aprofundamento necessário a partir de levantamentos teóricos como intentamos fazer neste estudo.

Considerações finais

Este capítulo é fruto de estudos e reflexões realizados a partir da palestra realizada no Seminário I com o tema a “Escrita Científica”. Ao tecer reflexões por meio da realização de pesquisa de cunho bibliográfico, abordamos questões referentes às contribuições da pesquisa e escrita científica para construção não apenas do conhecimento, mas para a promoção/consolidação da inclusão de pessoas com deficiência no processo educacional na medida em que se percebe a importância das pesquisas para o entendimento dos fenômenos sociais e no auxílio da tomada de decisões em prol das possíveis resoluções para os problemas encontrados no contexto social.

Nesse processo de análise e diálogo entre os diversos autores estudados e o pesquisador percebe-se o significado da escrita científica não apenas para a construção de novos conhecimentos e ampliação dos já consolidados, mas para a formação crítica do sujeito/pesquisador, auxiliando na reflexão da necessidade de uma sociedade mais inclusiva

com respeito às diferenças e peculiaridades dos sujeitos, não as tendo como um fator de segregação social, mas como uma ponte de interação entre os diversos membros/indivíduos participantes de nossa sociedade .

O capítulo destacou também a importância do rigor científico no fazer investigativo e desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, os quais necessitam de registros escritos para servirem de base para novas pesquisas e estudos. O estudo também permitiu refletir sobre a ampliação de novos conceitos referentes a estudos posteriores no surgimento de novas ideias.

Dentro desse viés de abordagem de rigor e credibilidade de pensamentos e estudos emerge o método dentro da pesquisa científica, o qual é apresentado no artigo como uma forma de organização para o desenvolvimento e eficácia da pesquisa, por ser um método de investigação para a construção do conhecimento oportunizando compreender os fenômenos sociais.

Não menos importante, o processo de revisão da literatura é outro fator abordado neste trabalho, ele nos faz tomar consciência de sua relevância para a construção de uma escrita científica dando-lhe veracidade e atualização de conceitos, tendo em vista a maneira acelerada do mundo permeado pela globalização, o qual faz surgir novos conhecimentos, informações e ideias.

Essas ideias precisam ser checadas constantemente para poderem ser tidas como verdadeiras ou não. Vale ressaltar não serem apenas as informações a se proliferar e serem renovadas rapidamente, chegando numa velocidade incontrolável, mas os veículos de tais informações chegando à população cada vez mais rápido. Nesse cenário a pesquisa bibliográfica se apresenta como uma análise, um estudo de determinado fato na perspectiva da temporalidade e surgimento de novas ideias.

Diante do exposto, é notório o entendimento da escrita científica como fundamental para a construção e ampliação de conhecimentos provenientes de pesquisas, reflexões e estudos. Estas precisam seguir métodos, técnicas e o rigor subjacente a todo e qualquer fazer científico, como exemplificam nossas pesquisas no campo da inclusão escolar de pessoas com deficiência.

Referências

BRASIL. Decreto nº. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.148, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de

atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 31 de mai. 2024.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 21 dez. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 31 de mai. 2024.

CARVALHO, R. E. Experiências de assessoramento a sistemas educativos governamentais na transição para a proposta inclusiva. **Movimento: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense**, Niterói, n. 7, p. 39-59, maio, 2003.

CURY, C. R. J. **Os fora de série na escola**. Campinas: Armazém do Ipê, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. São Paulo: Atlas 2003, p. 311.

MOREIRA, W. **Revisão de literatura e desenvolvimento científico: conceitos e estratégias para confecção**. Janus, Lorena, ano 1, n. 1, 2º sem. 2004.

NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara S. P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CONDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (orgs.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

PEREIRA, Antonio. **Pesquisa de Intervenção em Educação**. Salvador: EDUNEB, 2019.

RODRIGUES, Rosana Ferrareto Lourenço. Competência, Escrita Científica e Educação do Cientista. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, p.221-241, abr/jun 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/zVrZfXYqM68mpyc6hwrp3t/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 11 de mai. 2024.

DIS(SABORES) DA ESCRITA CIENTÍFICA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO: BREVES REFLEXÕES

Karla Cruz Bacelar dos Santos

Universidade do Estado da Bahia
kbacelar@hotmail.com

Leane de Magalhães Silva

Universidade do Estado da Bahia
leane@edu.guanambi.ba.gov.br

Sandra Heloísa Teixeira Reis

Universidade do Estado da Bahia
sandra@edu.guanambi.ba.gov.br

Introdução

Este estudo intitulado “Dis(sabores) da escrita científica na perspectiva de gênero: breves reflexões” originou-se das discussões ocorridas no I Seminário: “Escrita Científica”, realizado em 07 de março de 2024, pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) do Departamento de Educação, Campus XI – Serrinha, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), localizado no Território do Sisal. O evento supracitado foi ministrado pelo Professor Doutor César Costa Vitorino (2024), o qual apresentou caras contribuições para a compreensão do conceito, processo, importância e implicações da escrita científica.

Em sua exposição, Vitorino (2024) trouxe, dentre as referências de leituras, a obra “A escrita científica no Divã: Entre as possibilidades e as dificuldades para com o escrever” de Ana Cláudia dos Santos Meira (2023) e o artigo “Competência em informação, escrita científica e educação do cientista” de Rosana Ferreira Lourenço Rodrigues (2022), publicado na Revista Perspectivas em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que motivaram o aprofundamento destas leituras e instigou a questão

da pesquisa: quais (Dis)sabores da escrita científica são evidenciados na obra de Meira (2023) e no artigo de Rodrigues (2022) apresentados durante o I Seminário ‘Escrita Científica’, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social do Departamento de Educação do campus XI da Universidade do Estado da Bahia.

As breves reflexões aqui apresentadas possuem uma perspectiva de pontuar a questão investigativa dentro de uma concepção de gênero. Dessa forma, este trabalho teve como objetivo refletir sobre os (Dis)sabores da escrita científica a partir dos textos aludidos. Vinculado à Linha 1 – Novos Contextos de Aprendizagem pertencente ao projeto integrador: “Intervenções Educativas e Sociais e os Novos Contextos de Aprendizagem: (inter) relações com a educação, família, gênero, religião, cultura e saúde”, associado ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS).

Para iniciarmos nossas reflexões, apresentamos um pouco da trajetória de vida e pesquisa das supracitadas escritoras, informadas via currículos lattes. A saber: Meira (2023), Psicanalista com Mestrado e Doutorado em Psicologia, trabalha em atendimento clínico e orientação de escrita científica individualmente, além de coordenar e supervisionar grupos de estudos. Rodrigues (2022) é Mestre e Doutora em Linguística, Docente do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológico do campus Sertãozinho, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo e também é líder do Grupo de Pesquisas em Comunicação Científica aCOMTECe.

As breves reflexões, que aqui serão apresentadas, enfatizando as perspectivas dessas pesquisadoras que são mulheres, revelam que a escrita científica para além de um campo racional e lógico é um processo repleto de (dis)sabores, configurados em seus desafios e possibilidades. As autoras nos lembram de que a mente humana é complexa e multifacetada e que a escrita científica é profundamente influenciada por nossas emoções e experiências inconscientes.

O desenvolvimento deste capítulo apresenta-se em três seções, isto é, “Metodologia”, “Escrita Científica: breves reflexões” e “(Dis) Sabores da Escrita Científica: rupturas e permanências”. Na primeira seção tratamos acerca do percurso metodológico realizado para elaboração deste estudo; na segunda seção, trazemos breve descrição sobre a evolução da linguagem humana, ressaltando a relevância da escrita para a produção do conhecimento científico, a marginalização das vozes femininas nos

espaços públicos e alguns dis(sabores) que essa escrita proporciona para o(a) escritor(a) que, com ela, tem uma relação de des(afeto). Já na terceira seção, abordamos que a escrita científica e psicanalítica são fundamentais para a integração das mulheres na sociedade, permitindo reflexões sobre suas identidades e expressões, propondo que a escrita científica deva ir além da aplicação de fórmulas, retratando sentimentos e reflexões pessoais. As considerações finais trazem as percepções gerais sobre a temática estudada.

Metodologia

Este estudo consiste em uma atividade interdisciplinar realizada a partir do I Seminário: “Escrita científica”, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social, do Departamento de Educação do Campus XI da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O referido evento trouxe uma temática de grande relevância não só para a comunidade acadêmica, mas para todos (as) aqueles (as) que desejaram compreender, aplicar e pensar a escrita científica. A condução da palestra foi feita pelo Professor Permanente do PPGIES Dr. César Costa Vitorino (2024), que fez uma exposição enriquecedora sobre a temática já mencionada, trazendo inspirações de textos e instigando algumas reflexões.

A partir das discussões suscitadas por ele, fomos motivadas a investigar quais (Dis)sabores da escrita científica são evidenciados na obra de Meira (2023) e no artigo de Rodrigues (2022), destacando as barreiras históricas e contemporâneas que as mulheres enfrentam nesse campo, trazendo, dessa forma, na perspectiva de gênero, reflexões sobre o tema. Para responder à questão de estudo e alcançar o objetivo, além da consideração da abordagem do palestrante, este estudo teve como base as leituras já mencionadas.

Visto que este trabalho teve como intuito coletar conhecimentos, proporcionar análises e discussões de referenciais teóricos para responder à questão levantada, a pesquisa caracteriza-se bibliográfica, que Fonseca (2002) conceitua como aquela que é aplicada quando se pretende obter conhecimentos a partir de estudos teóricos já publicados. Enquanto a abordagem, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, pois Minayo (2007) a descreve como aquela que busca a compreensão de coisas que não podem e não devem ser quantificadas.

Assim sendo, a pesquisa bibliográfica propicia ao pesquisador construção de conhecimento a partir de leituras já produzidas a respeito de

determinada temática, enquanto a abordagem qualitativa se dá ao fato da perspectiva interpretativa e da subjetividade estarem presentes no campo a ser investigado. Essa abordagem metodológica favoreceu a reflexão proposta neste artigo e ampliou a compreensão do processo da escrita científica.

Escrita científica: breves reflexões

A linguagem¹ se torna desde os primórdios a mais eficiente forma de comunicação e interação social. Nesse sentido, Rousseau afirma que “A palavra distingue os homens e os animais; a linguagem distingue as nações entre si. Não se sabe de onde é um homem antes que ele tenha falado” (ROUSSEAU, 2004, p. 71).

Rousseau (2004), em sua obra, destaca a importância fundamental da linguagem na definição da identidade e da origem dos indivíduos. Bem como, da língua materna de um indivíduo ao revelar sua origem geográfica e cultural, mas também sua inserção em uma comunidade específica, refletindo tradições, valores e modos de vida distintos.

Nesta perspectiva, Chauí (1997), salienta que a linguagem evoluiu significativamente passando de formas rudimentares como gritos, gestos e desenhos nas cavernas para modos mais sofisticados, culminando na representação socio-histórico-cultural e na invenção da escrita, por volta de 4.000 a.C., a escrita, sendo uma forma de comunicação mais complexa que a fala, exige precisão e clareza, especialmente na produção de textos científicos.

Entretanto, a maioria desses registros também foi marcada por questões de gênero, apresentando apenas uma perspectiva da história, geralmente narrada a partir de um viés patriarcal, colonizador e machista, conforme Santos (2016). Pois, as mulheres eram privadas da esfera pública cabendo a elas segundo Perrot (2008), um papel secundário na documentação histórica.

De maneira geral, a presença das mulheres nesses arquivos se dá em função do uso que fazem da escrita: é uma escrita privada, e mesmo íntima, ligada à família, praticada à noite, no silêncio do quarto, para responder às cartas recebidas, manter um diário e, mas excepcionalmente, contar sua vida (PERROT, 2008, p.28).

1 Segundo Cunha (2008), “[...], a linguagem é todo tipo ou forma de comunicação que usamos para transmitir uma mensagem, unilateralmente ou bilateralmente, isto é, ao interagirmos em sociedade ou apenas para transmitir algo, incluindo os gestos, a mímica, a música, a dança, o teatro e outras” (CUNHA et. al., 2008, p. 16).

Nesta perspectiva, a escrita das mulheres era restrita a espaços privados e íntimos, afastada da esfera pública e das narrativas históricas oficiais. Perrot (2008) evidencia que a escrita feminina estava majoritariamente restrita a contextos familiares e pessoais, refletindo sua exclusão dos espaços de poder e decisão. Ou seja, a escrita científica, era algo dominado majoritariamente por homens que perpetuam estruturas de poder e marginalizam as vozes femininas. Segundo Louro (2003, p.21),

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito — inclusive como sujeito da Ciência (LOURO, 2003, p.21).

Nesse sentido, um dos objetivos das primeiras estudiosas feministas era tornar visíveis aquelas que tinham sido sistematicamente ocultadas. Segundo Colling (2018), desde o início da humanidade até os dias atuais, o significado, a valorização e o conceito de gênero foram moldados por uma complexa interseção de fatores sociais, econômicos, culturais e históricos. Estas transformações não refletem apenas mudanças nas relações de gênero e nas relações de produção, mas também influenciam e são influenciadas por ideologias sociais, percepções e narrativas coletivas sobre as mulheres e as suas relações de trabalho.

Em se tratando das relações de trabalho e da escrita científica, elucidaremos o conceito desse termo, elaborado por Meira (2023), a partir de uma percepção psicanalítica, como todo o conteúdo de seu livro “A escrita científica no divã: entre as possibilidades e as dificuldades para com o escrever”. Nele, a autora supracitada diz que:

A escrita científica é um processo que, como o psicanalítico, nos faz primeiro circular por entre as fendas de nossas vivências e tirar do que nos movimenta a energia necessária que será matéria-prima do trabalho a ser realizado (MEIRA, 2023, p.97).

Nos dizeres de Meira (2023), a escrita científica, seja para quem já tem o hábito de escrever ou para o(a) iniciante, exige que o(a) escritor(a) busque em si competências e habilidades necessárias para realizar o trabalho de escrita científica.

Segundo Meira (2023), escrever é uma ação constante em diversas profissões, especialmente, em cursos de formação ou cursos universitários, em que há a necessidade de entregar trabalhos escritos para supervisão ou apresentação, e, às vezes, obrigatório, para cumprir com um objetivo curricular. Sabemos que independente da finalidade do texto, a escrita

pode ser uma atividade extremamente desafiadora para alguns(mas) escritores(as), sobretudo pelo rigor a ser seguido, conforme as determinações das instituições de ensino e dos veículos de publicação, no que diz respeito tanto à qualidade do texto quanto à sua estrutura, sendo esta última condizente com o gênero textual solicitado como, por exemplo, resumo, resenha, artigo, dissertação, tese e outros. Além disso, deve-se considerar os regulamentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para os trabalhos científicos, entre outros.

Além do exposto, o(a) escritor(a), para conseguir um texto com ideias bem encadeadas, claras e concisas, precisa mobilizar conhecimentos sobre as características do gênero textual que se pretende escrever, das regras gramaticais e lexicais, leituras acerca do tema e outras habilidades e competências que vão sendo adquiridas e acumuladas ao longo de seu percurso formativo. Entretanto, devido à diversas contradições o(a) estudante chega à universidade com inúmeras lacunas no seu aprendizado.

Nesse sentido, Meira (2023), traz a ideia de desacomodação para se referir ao estado emocional a que somos submetidas quando nos deparamos com a escrita científica. Segundo ela “[...] somos constantemente desafiados por um estado de não saber, de indefinição e de incerteza que nos coloca em uma posição difícil, acostumados que estamos a ter domínio das situações” (MEIRA, 2023, p.43). Isso posto, fica o entendimento que não podemos nos deixar enganar por nós mesmas, ao julgarmo-nos possuidoras de habilidades e competências suficientes para realizar a escrita de um texto pertencente ao campo científico, ainda que seja na nossa área de conhecimento, pois não sabemos tudo.

O desafio da escrita, de acordo com Meira (2023) encontra-se também nas limitações que somos obrigados(as) a respeitar e nas escolhas que temos que fazer, ou seja, “[...] o número de páginas, o enfoque do trabalho, o número de autores referidos” (MEIRA, 2023, p. 50). Tudo isso parece pouco, mas diante de tantas outras obrigatoriedades elencadas pela autora como, por exemplo, o prazo de entrega do trabalho a ser cumprido, faz com que um contingente significativo de pessoas não tenham paixão pela prática da escrita científica. Por isso, é que muitos(as) escritores(as), segundo (MEIRA, 2023) sentem-se desmotivados(as) a continuar com a escrita científica.

De qualquer modo a produção de textos científicos é valorosa e necessária para a evolução profissional do(a) acadêmico(a), para a

universidade e a sociedade como um todo, visto que a ciência tem a escrita como principal meio de comunicação, conforme Rodrigues (2022).

Em concordância com Rodrigues (2022), entendemos que o texto científico, na condição de materializador de concepções, inspirações e conclusões, deve ser elaborado a partir de um conjunto de características responsáveis para se obter uma unidade textual como, por exemplo a coerência e a coesão, elementos essenciais para a promoção do sentido do texto. Na visão de Rodrigues (2022)

A competência requerida para produzir conhecimento científico é de ordem conceitual e empírica. Demanda conhecimentos, habilidades, atitudes, ações e sentimentos para além da dimensão estética. Envolve dimensões técnicas, éticas e políticas. Dentre as competências e as habilidades para o fazer científico, estão a competência em informação e a habilidade de comunicação escrita (RODRIGUES, 2022, p. 223).

De acordo com a autora, a produção de conhecimento científico requer tanto uma compreensão teórica quanto habilidades práticas para conduzir o trabalho científico. Entretanto, ela destaca que somente o arcabouço teórico e o conhecimento técnico não são suficientes para dar conta dessa produção, pois essa competência abarca muitas outras que perpassam pelo saber conhecer, saber fazer e saber ser, inclusive a competência em informação e habilidade de comunicação escrita.

Rodrigues (2022), diz, ainda, que há possibilidade do(a) estudante aprender a escrever textos acadêmicos, observando determinado estilo e se familiarizando com ele. Contudo, esse processo não pode ser reduzido a um simples registro, pois ele mobiliza duas atividades cognitivas mais avançadas, a de coletar informações e escrever, exigindo integração de conhecimentos, pensamento crítico, criatividade e reflexão contínua.

Quanto ao aprendizado da escrita científica por meio da observação, Meira (2023), diz que essa prática desenvolvida nas escolas, universidades e locais de trabalho desencadeia no(a) escritor(a) complexo de frustração por não permitirem que ele(a) adquira um estilo próprio, menos engessado/quadrado.

Essa observação feita por Meira (2023), revela que ansiamos elaborar um texto de modo autoral quando nos propomos ou somos forçados(a) a escrever. Entretanto, paira sobre nós sensações de impotência, angústia, incerteza, desconforto, receio, frustração, insegurança, entre outras, por sabermos que a escrita do texto se complementarará nas mãos do leitor. Contudo, é precisamente nesta tensão que se manifestam os (dis)sabores da escrita científica: rupturas e permanências. Pois, ao se deparar com essas

diferenças, o(a) escritor(a) não apenas promove o desenvolvimento do conhecimento científico, mas também vivencia um processo de descobertas pessoais.

(Dis)sabores da escrita científica: rupturas e permanências

E foi pensando nisso, me conscientizando disso, que eu dei pra reclamar um pouco de gente que escreve livro: Tá, tudo bem, você escreveu um bocado de texto, mas...e as entrelinhas? E as pausas? Os espaços em branco? As ambiguidades? Sou eu que fico enchendo aquilo tudo, não é? Eu: leitora (BOJUNGA, 2001, p. 21).

No trecho em epígrafe, Bojunga (2001) destaca que são os(as) leitores(as) que conseguem dar sentido ao texto. Ao se envolverem com suas leituras, eles(as) se veem provocados(as) a dialogar com o escrito, buscando respostas que preencham suas próprias lacunas e anseios. Nesse processo, o(a) leitor(a) tira suas próprias conclusões, interpreta e viaja por suas leituras com a liberdade que lhe é propícia. Esse relacionamento dinâmico entre escritor-texto-leitor é fundamental para o desenvolvimento da prática da escrita científica e psicanalítica de si.

Assim, a obra de Meira (2023), nos possibilita adentrar nos caminhos, trilhas, encruzilhadas, becos, ruas sem saídas e algumas técnicas que podem ser seguidas ao nos depararmos com alguns dos gêneros textuais solicitados no ambiente acadêmico e na escrita de si. No entanto, como aponta Meira (2023),

[...] não se trata de aprender fórmulas de como escrever de maneira científica ou psicanalítica, mas de aproximar-se das possibilidades e dificuldades da escrita à luz de conceitos psicanalíticos que ajudam a pensar a complexidade psíquica envolvida nessa atividade. (MEIRA, 2023, p. 8)

Essa abordagem destaca a importância de entender a escrita não apenas como uma técnica, mas como um processo complexo que envolve o psiquismo do autor. A escrita científica, assim, é vista como uma prática que vai além da simples aplicação de fórmulas, convidando os escritores a explorarem as profundezas de suas próprias dificuldades e possibilidades. Como bem expressa a autora:

Não concebo uma escrita rica sem uma vivência intensa de sentimentos que ponha em vigoroso movimento nossa dinâmica interna, porquanto seja ela mesma uma produção mental, conjugadora de processos emocionais. Uma dose de angústia, então, é carregada em cada letra posta no papel, mas falo aqui de um tanto de angústia, e não de sermos

tomados e paralisados por ela. Se recobrirmos a escrita com sentimentos tão penosos, não haverá de ser nunca uma atividade que desperta nosso desejo. Se o embate firmado é movido pela rejeição – e não pelo desafio –, isso impede uma relação mais possível, de colaboração entre a folha e nós, como autores (MEIRA, 2023, p.38).

Através dessa perspectiva, a obra de Meira (2023) nos incentiva a resgatar o poder de sedução da escrita no ambiente acadêmico, destacando a importância de repensar essas produções como processos intrinsecamente ligados aos nossos anseios e desafios pessoais. Nesse ponto, ancoramos em Barthes (2008, p.12) que afirma que “o prazer do texto é semelhante a esse instante insustentável, impossível, puramente romanesco, que o libertino degusta ao termo de uma maquinação ousada, mandando cortar a corda que o suspende, no momento em que goza”. Assim, quando nos é apresentada essa duplicidade de características do envolvimento da escrita científica com a relação dos nossos (dis)sabores ao buscar o prazer no exercício dessa prática, percebemos o quão importante se torna um trabalho científico a partir do momento que conseguimos elaborá-lo até contemplar o seu ápice, a sua essência provocando assim essas sensações de usufruto.

Desse modo, Meira (2023) indica que o homem está com as rédeas do exercício da escrita nas mãos, e cabe a ele imortalizar esses registros no papel. Ao exprimir sentimentos e pensamentos, a escrita passa a assumir vários significados, já que cada indivíduo, por ser único, tem sua própria forma de pensar e sentir. Daí então, conclui-se que os significados são relativos e que dependem, como mostra a autora, do sujeito que os empregam, que ouvem e lê, além das circunstâncias e do contexto que se encontram inseridos.

Mais adiante, ela reflete sobre o processo narcisista da escrita e como nosso ego pode nos desestabilizar. Pois, a escrita é um exercício de renúncia em vários níveis,

[...] não sabemos tudo, não abarcamos toda a teoria, não esgotamos o assunto, não lemos todos os autores, não examinamos todos os pontos, não escrevemos tão bem como gostaríamos, não sabemos o que escrever, nem por onde começar nem como organizar –esta sequência de não marca nossas falhas, a falta. (MEIRA, 2023, p.43).

Dessa maneira, como apontado pela escritora, a escrita é um exercício de humildade e perseverança. Como escritores(as), não sabemos tudo. Essa aceitação é crucial para o desenvolvimento intelectual, pois nos mantém abertos à aprendizagem contínua e à busca de novos conhecimentos. Já que a escrita acadêmica envolve a tentativa de integrar diversas teorias, mas é impossível abarcar todas. Esta limitação exige que façamos escolhas

conscientes sobre quais teorias e perspectivas incluir, e quais ficarão de fora. Dessa maneira, precisamos entender que os mecanismos da escrita científica e da psicanalítica são completamente divergentes. Pois, enquanto ousamos a perfeição nos nossos escritos científicos na verdade estamos propondo também a ruptura com o indesejável, com o opressor, com aquilo, que, sendo contrário ao equilíbrio da alma e da práxis humana, deva ser superado.

A supracitada autora reflete que talvez um dos principais sentimentos narcisistas da escrita acadêmica seja que ela “nos põe *nus*, porque nela estão nossos pensamentos, reflexões e opiniões; reside aí um dos motivos da apreensão e da resistência, pois por ela nos desvelamos frente a um sem-número de leitores, prontos a lançar, sobre o texto e sobre nós, um criterioso olhar” (MEIRA, 2023, p.61). Sendo assim, a escrita, além de ser uma forma de expressão e de comunicação, contribui para demonstrar as variedades linguísticas e as diferenças sociais e culturais. Ela também influencia a cultura, permitindo a compreensão desta e acompanhando-a em suas evoluções. E o significado é tudo aquilo que se comunica, inclusive através da emoção e da apelação, e que pode ser expresso de diferentes maneiras.

Através da escrita do texto, abrimo-nos para a realidade, ampliamos nossas relações pessoais e sociais, conseguimos dialogar, argumentar, persuadir, relatar, discutir, ensinar e aprender. Isso nos faz refletir sobre como há no indivíduo uma força que domina a linguagem e a escrita e através desta consegue influenciar e ser influenciado, expressando suas ideias e opiniões, de forma que convença o outro que faz parte do meio social em que vive.

Assim, ao final da seção chegamos em uma rua sem saída, a autoria do texto. “Se produzimos textos nos quais os autores são os protagonistas e nós meros figurantes, acabamos por *encher* o trabalho de autores e esquecemos de apresentar nossa própria elaboração a respeito do tema em questão” (MEIRA, 2023, p.109). Nesse ponto, refletimos que nenhum autor(a), nenhum pesquisador(a) se constitui por si só. As vivências, as leituras, as teorias estudadas estarão sempre presentes em seus escritos. Porém, não podemos nos prender apenas às teorias que nos são apresentadas, elas são importantes e indissociáveis à prática – mas, precisamos nos fazer sujeitos daquilo que pretendemos pesquisar, utilizando tanto a nossa experiência, ou seja, a empiria quanto a teoria pesquisada por outros. Fazendo com que os(as) pesquisadores(as) se sintam participantes de suas pesquisas e não apenas parte dos objetos pesquisados.

Portanto, a escrita ocupa papel fundamental tanto para os(as) linguistas, quanto para os(as) psicanalistas, escritores(as), pesquisadores(as) e leitores(as) em geral. Verifica-se uma relação direta entre o escritor-leitor: a linguagem é o elo entre ambas, que se propõem valorizá-la.

Considerações finais

Como se pode depreender, através da perspectiva das autoras Meira (2023) e Rodrigues (2022) e dos textos analisados neste estudo, em diálogo com o que foi apresentado no seminário, a escrita científica é uma prática imprescindível no contexto acadêmico, sendo o principal veículo de comunicação das descobertas, teorias e avanços da ciência. Sua especificidade exige além do conhecimento do que se pretende investigar, a objetividade, a clareza, a precisão e o respeito a determinadas normas. No entanto, a expertise da técnica não isenta o escritor de encontrar desafios no processo dessa atividade.

Esses desafios refletem aspectos internos e inconscientes que influenciam essa prática, como a resistência, os bloqueios, as expectativas, dentre outros, que perpassam a interação entre escrita-texto-leitor. Dessa forma a escrita científica revela-se muito mais que um instrumento de comunicação ou uma exigência do mundo acadêmico, mas um potente recurso de consolidação de conhecimentos e conteúdos psíquicos, que vê a escrita científica como um processo psicanalítico, destacando seus desafios e nuances, especialmente para as mulheres que atuam no campo científico. Afinal, tanto para o autor(a) quanto para o leitor(a) a escrita científica é um ato de entendimento e percepção de si e do mundo.

Esperamos que os textos e reflexões apresentadas promovam conhecimento e fomentem um melhor desenvolvimento do exercício da escrita científica, reconhecendo que essa busca é incessante e nunca completamente respondida. Mesmo optando por este enfoque, estamos certas da inesgotabilidade das relações entre o texto científico, a escrita e o leitor(a). Outras conclusões podem ser suscitadas, atraindo sempre outros olhares e reflexões acerca do tema.

Referências

- BARTHES, R. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- BOJUNGA, L. **Feito à mão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 9.ed. Editora Ática. 1997.

COLLING, L. **Gênero e sexualidade na atualidade** / Leandro Colling. - Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

CUNHA, A. F.; COSTA, M. A.; MARTELOTTA, M. E. *Linguística*. In MARTELOTTA, Mário Eduardo. (org). *Manual de linguística*. São Paulo, contexto, 2008.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36

MINAYO, M. C. de L. (org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MEIRA, A.C. **A escrita científica no divã: entre as possibilidades e as dificuldades para com o escrever**. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2023. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=4wKqEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT7&dq=Meira,+A.C.+A+escrita+cien+t%C3%ADfica+no+div%C3%A3++entre+as+possibilidades+e+as+dificuldades+vHiEJxQFGx&sig=XWYeT4RUrpp6HbAo9as21UJ48Kc&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acessado em: 22 mar. 2024.

RODRIGUES, R. F. L. Competência em informação, Escrita Científica e Educação do Cientista. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.27, n. 2, p. 221-241, abr/jun 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/40005>. Acessado em: 25 de maio, 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 18 no 43, set/dez 2016, p. 24-56.

ESCRITA CIENTÍFICA E DESAFIOS NO CONTEXTO DAS TENCOLOCAIS - UMA ANÁLISE A LUZ DO I SEMINÁRIO ESCRITA CIENTÍFICA DO MPIES

Kellen Gama Pêpe

Universidade do Estado da Bahia

kgpepe@gmail.com

Mônica Moreira de Oliveira Torres

Universidade do Estado da Bahia

mtorres@uneb.br

Introdução

Este breve estudo surgiu da necessidade de refletir sobre as categorias abordadas durante a palestra proferida no I Seminário Escrita Científica do PPGIES - Campus XI da UNEB/Serrinha realizada pelo Prof. Dr. em Letras César Costa Vitorino em 07/03/2024. A produção é necessária aos componentes do PPGIES – Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social, da Universidade do Estado da Bahia, e do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS). Diante do aprendizado enriquecedor oportunizado pelo palestrante e do contexto desta autora como mestranda em fase de escrita da sua dissertação, surgiu o desejo de refletir sobre a escrita científica, sua importância, sua função e critérios, bem como os desafios que o mundo atual lhe impõe. Assim, o artigo problematiza os desafios da escrita científica e tem como objetivo geral analisar a sua importância, os desafios desbravados pelos estudantes acadêmicos no que diz produção dessa escrita e os desafios que a inteligência artificial impõe nesse espaço, reveladas no contexto do I Seminário Escrita Científica do MPIES.

A metodologia, inspirada no estudo bibliográfico, adota a pesquisa qualitativa, que se fundamentou nos apontamentos realizados no referido Seminário, nos referenciais teóricos trazidos pelo palestrante, nos artigos

científicos sobre os conceitos estudados e se inspirou, principalmente, na experiência vivenciada na palestra.

Pela pesquisa realizada, resta nítido que a escrita científica é essencial para o progresso da ciência e para a promoção da alfabetização científica, uma vez que desempenha um papel fundamental no avanço do conhecimento científico. Facilitando a comunicação de descobertas, promovendo novas pesquisas, contribuindo para o registro histórico da ciência, apoiando o processo de revisão por pares e ajudando na divulgação de conhecimentos científicos para o público em geral.

Em seu turno, observou-se que as principais dificuldades dos estudantes consistem em pequena ou nenhuma compreensão e aplicação das normas de formatação e estilo exigidas pela academia; limitações na organização e estruturação de ideias de forma lógica e coesa; e dificuldade em estabelecer comunicação clara e coesa ao descrever seus métodos de pesquisa, apresentar dados e análises e interpretar corretamente os resultados de seus estudos.

Quanto ao uso das IAs (inteligências artificiais) na escrita científica pode-se dizer que consiste num potencial transformador da forma como os textos acadêmicos são produzidos e compartilhados. Todavia, existem desafios significativos na aplicação dessa tecnologia na escrita científica, pois é imprescindível que seja desenvolvida e aplicada de maneira ética, responsável, com produção de textos com originalidade, qualidade e, principalmente, validados pela comunidade científica.

O trabalho culmina em considerações parciais, haja vistas que a temática é contemporânea, recorrente e demanda a construção de novos conhecimentos, e maior aprofundamento. As considerações indicam que a escrita científica desempenha um papel fundamental no progresso da ciência e na promoção da alfabetização científica, que os estudantes acadêmicos apresentam dificuldades na compreensão das normas na organização e estruturação de ideias, e na comunicação clara e concisa de resultados, e ainda que o uso de IA na produção de textos científicos é uma realidade desafiadora e inevitável que trará potencial impacto no mundo científico e pressupões a ética, a responsabilidade e originalidade na produção da escrita.

Metodologia

Como metodologia, o trabalho utilizou o viés da pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico que ratifica a dinâmica do conhecimento, mutável e contínuo, permite a identificação, registro, categorização e reflexão de trabalhos encontrados sobre a temática e ainda, possibilita o conhecimento do que já foi pesquisado, para se buscar o que ainda não foi feito, Ferreira (2002).

A pesquisa foi desenvolvida a partir da inspiração nas categorias abordadas durante a palestra proferida no I Seminário Escrita Científica do PPGIES - Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social, Campus XI da UNEB realizado pelo. Dr. César Costa Vitorino em 07/03/2024, em Serrinha-BA

Para tanto, este estudo utilizou os apontamentos realizados na palestra de Vitorino (2024), os textos científicos indicados pelo palestrante e os referenciais teóricos de Oliveira (2019), Oliveira (2015), Rodrigues (2022), Vitorino (2024), Yamaguchi (2018), dentre outros; nas referências trazidas pelo palestrante, noutras pesquisas levantadas no sítio Scielo, e sobretudo, na experiência vivenciada na palestra.

Das leituras realizadas do referencial teórico sobre as categorias estudadas, que surgiram após a vivência na palestra e a da necessidade de elaboração do presente trabalho resultaram as discussões que seguem em três seções, a seguir: Escrita científica: breve considerações; A dificuldade da escrita científica para os estudantes acadêmicos e A presença da IA na escrita acadêmica: um desafio inevitável.

Desenvolvimento

Escrita científica: breve considerações

Não há como negar que a escrita científica é essencial à prática científica, pois desempenha um papel imprescindível na comunicação do conhecimento tanto dentro da própria comunidade científica quanto para o público em geral, consequentemente contribuindo para o avanço do conhecimento, pois como aponta Oliveira (2015, n.p), ao se registrar o conhecimento de forma escrita é possível perpetuá-lo no tempo.

Sendo assim, é possível afirmar que através dos artigos científicos, teses, dissertações e outras formas de escrita científica, os pesquisadores

podem compartilhar suas descobertas, teorias e experimentos com seus pares em todo o mundo. E que esses registros não só constituem a história do conhecimento, mas são essenciais para seu avanço, uma vez que permite que outros e novos pesquisadores se debrucem sobre os trabalhos existentes, desenvolvendo-os, refutando-os, ratificando-os e assim, aprimorem novas ideias e teorias.

Portanto, a escrita científica é o registro histórico da ciência; cada trabalho científico publicado representa uma contribuição para o corpo de conhecimento científico em um determinado campo e permite que pesquisadores futuros compreendam e até transformem o desenvolvimento do conhecimento em uma determinada área.

Isto posto, é mister ressaltar que a escrita científica constitui instrumento fundamental da prática científica, afinal possibilita que outros pesquisadores se engajem sobre os resultados de estudos anteriores. Assim, os pesquisadores devem fornecer detalhes suficientes sobre seus métodos experimentais e análises de dados para seus pares, evidenciando mais uma vez a importância dessa escrita na comunicação do conhecimento.

Neste sentido, afirma Oliveira (2019):

A necessidade de comunicação é uma realidade. Pesquisadores precisam comunicar seus achados com a sociedade, em geral através de artigos científicos, comments, papers, dentre outras modalidades. Um artigo pode ser difícil de produzir, pois o pesquisador precisa descrever com precisão toda informação da sua pesquisa, ao mesmo tempo em que deve tornar o texto suficientemente acessível a um público não especializado. (Oliveira, 2019, pg. 1105)

De tamanha relevância, não se pode olvidar que a escrita científica não se trata de qualquer escrita, não consiste numa forma de escrever livremente. Para Oliveira (2019) a escrita de um artigo científico exige critérios baseados em método científico apropriado e sua publicação apenas se justifica se for, de fato, relevante. Ou seja, a escrita científica resulta de um trabalho de pesquisa criteriosa, planejada, com intuito de solucionar questões científicas e trazer avanços significativos na área pesquisada.

Acerca desses critérios na escrita científica, o palestrante Vitorino (2024) abordou na ocasião do I Seminário Escrita Científica do MPIES que a distinção entre o conhecimento científico e os demais reside na maneira como as conclusões são construídas e que não é a intuição, a emoção ou qualquer fundamentação subjetiva que alicerça seus argumentos, mas o método científico.

Nessa linha aponta Oliveira (2015):

A escrita de um artigo científico, em particular, deve obedecer a critérios semelhantes àqueles do método científico, uma vez que a publicação só é justificável se houver contribuições relevantes. Ou seja, o artigo deve ser resultado de um trabalho de pesquisa sistemático, criteriosamente planejado para resolver problemas científico-tecnológicos que tragam avanços significativos ao campo de pesquisa. O conhecimento da literatura e o domínio da metodologia apropriada são essenciais para atingir tal objetivo. (Oliveira, 2015, n.p).

Sendo assim, antes da publicação da escrita científica é necessária a revisão por pares, quando outros especialistas da área avaliam a validade, originalidade e qualidade da produção escrita, garantindo a credibilidade da pesquisa e na identificação de problemas metodológicos ou interpretativos. Assim, a escrita científica não apenas comunica descobertas, mas também ajuda a validar e refinar o conhecimento científico, como afirmou o professor palestrante, [...] “conclusões de natureza científica dão ao conhecimento legitimidade e confiabilidade para que possa ser transmitido e utilizado no interior da comunidade científica” (Vitorino, 2024, n.p).

Nesse cenário, e reconhecido incontestavelmente o papel da escrita científica para a ciência, é importante pontuar que o domínio de uma boa redação não assegura a sua qualidade, muito embora é cediço que o contrário é capaz de arruinar um conteúdo científico extremamente relevante. E nesse contexto a própria comunidade científica tem se manifestado reiteradas vezes quando reconhece que nos dias atuais a publicação científica criteriosa é uma questão de sobrevivência.

E então, diante dessa necessidade de escrita científica criteriosa, apta a publicação, comunicação, divulgação e registro do conhecimento; os tempos atuais trazem o desafio dessa escrita pelos acadêmicos, haja vistas que a medida que os avanços tecnológicos emergem na velocidade da luz, trazendo as inteligências artificiais capazes de escrever textos de diversos tipos, dentre outros avanços da área, os estudantes acadêmicos enfrentam as dificuldades da escrita sobre os rigores científicos e é sobre esse desafio que a próxima sessão abordará.

A dificuldade da escrita científica para os estudantes acadêmicos

Pelas breves considerações feitas a respeito da escrita científica e do reconhecimento de sua importância para a ciência, se pode ponderar que essa modalidade de escrita é uma habilidade fundamental para estudantes acadêmicos, no que diz ao sucesso em suas carreiras, mas, sobretudo no que diz ao avanço do conhecimento.

Para Rodrigues (2022):

A escrita é o principal veículo de comunicação científica. Cientistas devem adquirir essa habilidade como parte das competências que compõem o processo de pesquisa científica. Eles aprendem escrita científica e desenvolvem competência em informação enquanto realizam suas pesquisas, lendo artigos, escrevendo relatórios de pesquisa e interagindo com seu orientador de pesquisa. (Rodrigues, 2022, pg.04)

Sobre os trabalhos científicos apontam Yamaguchi e Furtado (2018):

[...] Os de natureza científica, embora tenham caráter universal nas suas estruturas lógicas e metodológicas, diferenciam-se de outros, por exemplo, literários e jornalísticos, em função de seus objetivos de cientificidade da natureza do objeto abordado e em função de exigências específicas de cada área do saber humano, em que as várias normas de natureza técnica devem adaptar-se adequadamente. (Yamaguchi; Furtado, 2018, p. 111)

A escrita, para Torrance e Galbraith, 1999, (apud Koch, 2011, p. 35), é uma produção textual fundamentada em elementos linguísticos e na “forma de organização de vasto conjunto de conhecimentos do escritor, o que inclui também o que esse pressupõe ser do conhecimento do leitor ou do que é compartilhado por ambos”.

Nesse cenário, muitos estudantes enfrentam dificuldades ao escrever artigos científicos, relatórios, teses, dissertações e outras formas de escrita acadêmica. É o que também apontam Yamaguchi e Furtado (2018), pois quando ingressam o ensino superior a grande maioria dos estudantes desconhece as normas de elaboração de trabalhos científicos, estão despreparados e apresentam desconforto na leitura e escrita desse tipo de texto; o que caminha na contramão do ensino superior, afinal sabe-se que ao ingressar no ensino, pesquisa e extensão esses estudantes precisam lidar diretamente com textos científicos, pois estes são objeto de estudo.

No que diz as dificuldades, estudos aduzem que a compreensão e aplicação das normas de formatação e estilo exigidas pela academia são as mais evidenciadas. Neste caso, se inclui o uso correto de referências bibliográficas e citações, a formatação de títulos, subtítulos, e elementos textuais de acordo com as diretrizes específicas, sejam da ABNT, das disciplinas ou revistas.

Outra dificuldade consiste na organização e estruturação de ideias de forma lógica e coesa. Muitas vezes desenvolver uma introdução clara e relevante, estabelecer uma argumentação consistente ao longo do texto, e apresentar conclusões e recomendações de forma convincente parece uma

odisseia. Isso está diretamente ligado a baixa capacidade de compreensão textual dos trabalhos científicos analisados pelos estudantes.

Nessa linha abordam Yamaguchi e Furtado (2018, p.112) que o processamento do texto por parte do leitor, em termos de compreensão ou interpretação, pressupõe uma reflexão sobre o papel do leitor que precisa atuar sobre o material linguístico de que dispõe, construindo um sentido e criando uma leitura, pois a simples decodificação dos sinais emitidos pelo autor do texto não é suficiente para que o estudante compreenda, interprete e adeque os textos analisados ao seu objeto de estudo.

Dito isto, também é necessário ponderar que uma comunicação clara e concisa nos textos científicos é outro desafio comum, pois os estudantes têm dificuldade em descrever seus métodos de pesquisa de maneira precisa, de apresentar dados e análises de forma compreensível e de interpretar corretamente os resultados de seus estudos, e essa constatação é nítida numa simples conversas com pós-graduandos cursando componentes como metodologia científica.

Sumariamente, a escrita científica pode ser desafiadora para estudantes acadêmicos, mas com dedicação e prática, é possível superar esses desafios e desenvolver habilidades de escrita eficazes. Ao se familiarizarem com as normas de formatação e estilo, praticarem regularmente a escrita e solicitarem feedback de colegas, professores e orientadores, os estudantes podem aprimorar suas habilidades de escrita científica e alcançar sucesso em suas carreiras acadêmicas. Isso pressupõe também leituras constantes que ampliem o repertório dos estudantes e o desenvolvimento da autoria na escrita científica.

No entanto, é inevitável admitir que os tempos são de extremo avanço tecnológico e diante dos desafios naturalmente impostos pela escrita científica, somados ao pouco ou nenhum conhecimento de normas técnicas de escrita, deficiências na interpretação, coesão e coerência pela pequena prática de leitura e escrita acadêmica, muitos estudantes procuram acesso as inteligências artificiais para produção dos seus textos.

Assim o mundo científico, sobretudo a escrita científica, se depara com mais um desafio que é a ética, a originalidade, a qualidade e a validade e credibilidade dos resultados desses textos criados por inteligência artificial, mas não pode deixar de encarar essa realidade irrefutável e buscar medidas para alinhar-se a ela, como será abordado na próxima sessão.

A presença da IA na escrita acadêmica: um desafio inevitável

É latente que nos últimos anos avanços significativos no desenvolvimento de algoritmos de IAs capazes de elaborar tarefas diversas em alta qualidade é uma realidade irreversível. Nesse sentido, é necessário, de antemão, entender o que são as IAs e sobre o conceito de inteligência artificial Fernandes (2003) traz que:

é a parte da ciência da computação voltada para o desenvolvimento de sistemas de computadores inteligentes, isto é, sistemas que exibem características, as quais associam-se com a inteligência no comportamento humano - por exemplo: compreensão da linguagem, aprendizado, raciocínio, resolução de problemas, etc. (Fernandes, 2003, p. 03).

Dentre as IAs existem as que possuem técnicas com modelos de linguagem pré-treinados, redes neurais recorrentes e redes neurais generativas que vem sendo amplamente exploradas para que seus sistemas compreendam e produzam textos em linguagem natural, imitando precisamente o estilo e o tom de escrita dos textos científicos.

No âmbito dessas inteligências, o ChatGPT, dentre tantos outros chatbots com tecnologia capaz de processar linguagem natural e elaborar textos de forma fluente, tornou-se o mais conhecido pela sociedade e acendeu o alerta sobre o uso das IAs na comunidade científica. Assim, a presença das IAs na ciência é uma realidade que está posta, acessível, irreversível e em efetiva utilização pelos cientistas, pesquisadores, docentes e estudantes no mundo inteiro. Conforme Wen (2023):

A inteligência artificial é irreversível, embora seja um conceito antigo, já de mais ou menos da década de 50, século 20, quando se criou a ideia da IA, ela é anterior, inclusive ao surgimento da internet. E hoje com a sua evolução está se discutindo muito os parâmetros, os limites éticos em relação a IA; então, só para dizer que ela é irreversível e vai provocar uma transformação [...] (Palestra do Prof. Chao Lung Wen sobre “Chat GPT: Impactos na Educação Superior”. Em 13/04/2023, Disponível em: <https://chaowen.med.br/chat-gpt-impactos-na-educacao-superior/>. Acesso: 10/07/2023).

É cediço que o ChatGPT e as demais IAs trazem implicações significativas no mundo das ciências, porém apesar dos avanços, o uso de IA na escrita científica também enfrenta uma série de desafios. Um dos principais desafios é garantir a qualidade e a precisão dos textos gerados pela IA, tendo em vista a capacidade desses sistemas de compreender conceitos complexos e fazer inferências precisas ainda é questionável. Além

disso, há desafios éticos relacionados à autoria e à atribuição de crédito em textos gerados por inteligência artificial, bem como preocupações sobre o impacto do uso generalizado de IA na escrita científica sobre a criatividade, a originalidade, validade e credibilidade dos trabalhos científicos.

Nesse cenário de preocupações, Silva (2024) infere uma demanda que é de fato importante, ao afirmar que a edição e aplicação de normas é fator crucial na utilização das inteligências artificiais pela comunidade científica:

Em síntese, a convergência entre inteligência artificial, normas acadêmicas e a tecnologia de linguagem natural, como exemplificado pelo ChatGPT, destaca a importância de considerar não apenas as implicações técnicas, mas também as normativas. Ao estabelecer diretrizes claras e atualizadas, podemos garantir que a evolução tecnológica seja acompanhada por práticas acadêmicas robustas, promovendo a confiabilidade e integridade da produção de conhecimento no cenário atual e futuro. (Silva, 2024, p. 4079)

Portanto, em que pese existam desafios, inclusive os normativos, o uso da IA na escrita científica tem o potencial de revolucionar a forma como os textos científicos são produzidos e disseminados. Com o desenvolvimento contínuo de técnicas de IA é provável uma maior automação de tarefas relacionadas à escrita científica, tornando o processo mais eficiente e acessível para pesquisadores em todo o mundo. No entanto, é importante abordar cuidadosamente os desafios éticos, de qualidade, originalidade, credibilidade e validade associados ao uso de IA na escrita científica, garantindo que essa tecnologia seja utilizada de maneira responsável e ética.

Em conclusão, o uso da IA na escrita de textos científicos representa uma realidade irreversível que não pode ser olvidada pela comunidade científica, uma vez que apresenta o potencial de transformar fundamentalmente a forma como os textos científicos são produzidos e compartilhados. Embora existam desafios significativos a serem superados, os avanços recentes em técnicas de IA e o crescente interesse na aplicação dessa tecnologia na escrita científica sugerem um futuro promissor para essa área. Todavia, é fundamental continuar explorando a temática e os desafios associados ao uso de IA na escrita científica, garantindo que essa tecnologia seja desenvolvida e aplicada de maneira ética responsável e normatizada.

Considerações finais

Tendo em vista o objetivo geral desse texto, as referências analisadas e as inferências reveladas no contexto da palestra realizada durante o I Seminário Escrita Científica pelo Dr. César Costa Vitorino, se tem algumas considerações conclusivas.

Observa-se que a escrita científica desempenha um papel fundamental no progresso da ciência e na promoção da alfabetização científica, pois possibilita a comunicação de conhecimento, a revisão e validação por pares e a produção de novos conhecimentos na comunidade científica e ainda a publicização do conhecimento para a sociedade em geral. Assim, a escrita científica é um aprendizado necessário e imprescindível na formação acadêmica dos graduandos para sua inserção nas atividades científicas.

Todavia, dessa pesquisa inferimos que os estudantes acadêmicos apresentam dificuldades na compreensão das normas de formatação e estilo, a organização e estruturação de ideias, e a comunicação clara e concisa de resultados de pesquisa, principalmente porque não conhecem as normas técnicas e possuem baixa prática de leitura e escrita de textos científicos, apresentando limitações de interpretação, entre outras. Isso requer da universidade desenvolver com estes estudantes novas estratégias e oportunidades de superação dessas dificuldades.

E ainda que o uso de IA na produção de textos científicos é uma realidade desafiadora, que trará potencial impacto positivo no mundo científico. Todavia é imprescindível que seja desenvolvida e aplicada de maneira ética, responsável, com produção de textos com originalidade, qualidade e, principalmente, validados pela comunidade científica e sob diretrizes normativas.

Assim, a temática da IA ainda precisa ser amplamente debatida no contexto acadêmico da universidade. Por todo exposto, das reflexões proporcionadas neste estudo, se faz necessário a promoção de debates sobre a temática que é atualíssima e inovadora, a provocação de reflexões e a construção de novos conhecimentos voltados para o tema, haja vista que as publicações científicas são instrumentos essenciais às ciências, ao avanço e registro do conhecimento na história e demandam maior aprofundamento do tema.

Referências

FERREIRA, N. S. de A. **As pesquisas denominadas “ESTADO DA ARTE”**. Educação e Sociedade, n° 79, agosto, 2002.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEIRA JR, Osvaldo N. de - **A técnica de escrita científica**. Revista Brasileira de Ensino de Física, v. 37, n. 2, 2201 (2015) DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1806-11173720001>

OLIVEIRA, Gislene Farias de; FERNANDES, Rivalina Maria Macêdo. **A favor da boa Escrita Científica**. Id on Line Rev.Mult. Psic., 2019, vol.13, n.43, p. 1105-1107. ISSN: 1981-1179

RODRIGUES, R.F. L. **Competência em informação, Escrita Científica e Educação do Cientista**. Perspectivas em Ciência da Informação, v.27, n. 2, p. 221-241, abr/jun 2022. DOI: 10.1590/1981-5344/40005. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pci/a/zVrZfXYqM68mpyc6hwrp3t/?lang=pt>. Acesso: 10 maio 2024.

VITORINO, C.C. **I Seminário Escrita Científica do MPIES**. 07/03/2024.

YAMAGUCHI, K. K. de L; FURTADO, M^a. A. S. **Dificuldades na leitura e na escrita de textos científicos de estudantes universitários do interior do Amazonas**. Revista Educação Online, Rio de Janeiro, n. 28, maio-ago 2018, p.108-125.

FERNANDES, Anita Maria da Rocha. **Inteligência artificial: noções gerais**. Florianópolis: Visual Books, 2003, p. 148.

SILVA, K.T.B.; SOUZA, V.J.S. de; SPINELLI, M.F.G.de. M; NASCIMENTO, L.B. do; SILVA, J. S. da; COSTA, L.F.; MARQUES, J. A.; SANTIAGO, A.P. de A. da C. e S. S. **O uso da inteligência artificial como contribuição informativa dos padrões de artigos científicos e suas normas na educação superior através do CHATGPT**. Revista Contemporânea, v. 4, n. 1, 2024. ISSN 2447-0961. DOI: 10.56083/RCV4N1-221

WEN, Chao Lung. Palestra do Prof. Chao Lung Wen sobre **“Chat GPT: Impactos na Educação Superior”**. Em 13/04/2023, Disponível em: <https://chaowen.med.br/chat-gpt-impactos-na-educacao-superior/>. Acesso: 10/07/2023.

MULHER E CIÊNCIA: ENTRELACES SOB PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Leilany Marry Brizolara Silva

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) *Campus XI*
Grupo de pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS)

Professora da Educação pública municipal de Serrinha-BA
leilanybrizolara@gmail.com

Marcia Torres Neri Soares

Professora Permanente do PPGIES. Uneb/*Campus XI*
Membro do EPODS

Professora de Educação pública municipal de Feira de Santana-BA
profa.marciatorres@gmail.com

Introdução

A ciência sempre foi um espaço majoritariamente masculino, sempre reservado ao homem, com o olhar de único detentor do poder e da inteligência. O que não significa inexistência de mulheres fazendo ciência, mas que apenas suas vozes não eram ouvidas e, por isso, alguns se apropriaram de seus conhecimentos.

Contudo, não é possível desvincular a inserção da mulher na ciência de todo contexto histórico da sociedade, mesmos que estas nunca tenham sido vistas como capazes de produzir conhecimento científico. Isto porque, a sua inserção escolar se iniciou muito tempo após aos homens e, quando tiveram esse acesso, era para cursos voltados para as prendas do lar, o que fez perdurar a falta de protagonismo científico. Todavia, isso não significa ausência de descobertas científicas feitas por mulheres.

Como a estrutura da sociedade sempre foi patriarcal e machista, toda e qualquer ação distante dessa realidade era de imediato camuflada e escondida e, em alguns casos, exterminada. Desde a era da inquisição, já se verifica uma imensa demonstração de como silenciar as mulheres, justamente por associar todo conhecimento produzido por mulheres

a questões de bruxaria e feitiçaria. Segundo Mary Del Priore (2004) a mulher era associada à feitiçaria, por terem conhecimento em fitoterápicos e realizavam curas em suas comunidades, dada a escassez de médicos. Assim, eram vistas como bruxas e queimadas em grandes fogueiras em praça pública.

Esse estereótipo da mulher como desprovida de conhecimento foi construído ao longo dos tempos, sempre colocando o “homem” como um ser, potencialmente, preparado e capaz de construir conhecimento. Logo, aceitar a mulher como um ser capaz de produzir conhecimento científico é um trabalho árduo que vem se perdurando ao longo de todos esses anos. Abordar a temática da mulher na ciência ainda é algo muito importante e necessário, para desconstruir essa imagem criada, apesar dos diversos avanços.

Assim, o Programa de pós-graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - *Campus XI*, juntamente com o grupo de pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS) promoveu, no dia 08/03/24, às 8h30 no auditório da UNEB *Campus XI*, o I Colóquio: “Mulheres na ciência: Avanços e desafios” com a participação das professoras Dra. Cláudia Vaz (PPGIES/UNEB) como mediadora, Profa. dra. Patrícia Margarida Farias e Coelho da Universidade Santo Amaro (UNISA) e a profa. Dra. Ezra Chambal Nhampoca (UEM- Moçambique) como expositoras. O colóquio objetivou explorar o papel da mulher na ciência, a fim de demonstrar os avanços e desafios dessa trajetória.

O tema é relevante e pertinente para ser abordado nas pós-graduações, já que a sua natureza está diretamente ligada à produção científica de forma educativa, interventiva e social. Este texto tem como objetivo central refletir sobre os desafios enfrentados para a mulher como produtora de conhecimento científico, com base na análise bibliográfica realizada e na exposição oral das envolvidas.

O presente capítulo está organizado da seguinte forma: inaugura com uma seção introdutória composta de uma breve abordagem do tema, logo após apresenta uma seção metodológica intitulada “**Caminho metodológico: sincronizando atividades acadêmicas e estudos decorrentes.**”. Na sequência, traz uma seção denominada de “**Mulheres e suas tessituras com a ciência.**”, onde apresenta a fundamentação teórica norteadora do estudo até culminar nas “Considerações finais” do texto que tem por objetivo fomentar um rico e importante debate sobre a participação

da mulher na ciência. Não obstante, visa promover novas possibilidades de aprofundamento de um tema extremamente relevante como a mulher e a ciência, um importante pano de fundo para as discussões pretendidas.

Caminho metodológico: sincronizar atividades acadêmicas e estudos decorrentes

Esta seção tem como objetivo discorrer sobre o caminho metodológico, buscando identificar a abordagem utilizada, e descrever as etapas do processo, destacar as fontes de informação utilizadas, dentre outros aspectos. Sendo assim, o “I Colóquio: “Mulheres na ciência: avanços e desafios” desembocaram nesta produção, nos moldes aqui compartilhados.

Em vista disso, foi utilizada a abordagem qualitativa, com o propósito de aclarar os aspectos latentes ao tema. Segundo Pereira (2019 p.28) “Em relação à abordagem [...] corresponde a um conjunto de técnicas de aproximação do conhecimento, podendo ser pela forma quantitativa (mensuração/caráter mais objetivo à análise), quantitativo (compreensão/caráter mais subjetivo à análise) ou ambas ao mesmo tempo.”

Nesse sentido, a abordagem qualitativa se deu pela preocupação com o nível de realidade não passível de quantificação. O tema em questão carrega um nível muito grande de subjetividade na sua conjectura, em sua constituição social, impedindo uma quantificação. Olhar esse assunto sob o prisma qualitativo irá trazer uma contribuição, valorizando a realidade e suas subjetividades e todos os entrelaces subjetivos.

Com isso, a utilização da metodologia carrega uma inspiração na pesquisa bibliográfica, desde a escolha do tema até o levantamento bibliográfico preliminar, dentre outras etapas. Vale ressaltar a inspiração nesse tipo de pesquisa em razão do curto espaço de tempo e por termos nela uma possibilidade de conseguir alcançar o objetivo do texto.

Inicialmente foi realizada a leitura de referenciais, como por exemplo Nhampoca (2021), Aviz (2021) e Casimiro (2004), juntamente com outras leituras sobre o assunto, que enriquecem e contribuem com a construção do conhecimento e da escrita.

De acordo com a organização da atividade acadêmica do colóquio, as palestras realizadas no dia 08.03.2024 reforçaram as leituras já existentes sobre o tema, favorecendo diversas discussões desde as ações afirmativas como outros assuntos correlacionados. O I Colóquio: “Mulheres na ciência: avanços e desafios” seguiu alguns procedimentos baseados no

planejamento previamente executado, o qual previa a abertura presencial com a professora Dra. Cláudia Vaz como mediadora e, de forma remota, as professoras Dra. Ezra Chambal Nhampoca (UEM - Moçambique) como a primeira expositora e a segunda a professora Dra. Patrícia Margarida Farias e Coelho (Universidade Santo Amaro - UNISAL).

Após as devidas apresentações, a professora Dra. Cláudia Vaz passou a palavra à professora Dra. Ezra Nhampoca para sua explanação sobre línguas, linguagem, gênero, poder e educação em Moçambique. Na palestra houve referências do livro “Mulheres de Cinza” e “O universo num grão de areia” de Mia Couto. Sua fala oportunizou um vasto levantamento teórico sobre o tema, contribuindo de forma exemplar com a compreensão do conteúdo abordado.

Ainda sobre as contribuições acerca do assunto, a professora Dra. Patrícia Margarida Frias e Coelho, acrescentou de forma convidativa sobre “Mulheres notáveis na ciência” por meio da utilização de slides acerca do tema. Com base em uma historização dessa participação feminina nas ciências, trouxe o filme Estrelas além do tempo e o vídeo da posse do então presidente da república o senhor Luiz Inácio Lula da Silva, abordando a postura da primeira-dama, com o fim de repudiar a postura de um Chefe de Estado ao discriminar a mulher em seu país. Tudo isso em uma interlocução dinâmica com seus ouvintes, abrindo para perguntas e respostas propiciando um rico debate.

A produção desse estudo foi pautada a partir da escolha metodológica imbricada na participação como ouvinte e nos textos discutidos em todo âmbito do PPGIES. Sendo assim, apresentamos a seguir os pensamentos decorrentes de todo contexto metodológico.

Mulheres e suas tessituras com a ciência

Para falar da mulher na ciência precisamos embarcar numa viagem bem remota, quicá a criação do universo. As mulheres sempre foram colocadas em segundo plano, muitas vezes invisibilizadas na sociedade. Se observarmos desde os primórdios, na maioria das culturas, a mulher nunca foi colocada como protagonista. Nos poucos momentos de aparição, se apresenta como submissa, em situação de inferioridade e/ou como simbologia de pecado. Além de ter sua inserção na escola bem posterior aos homens, quando tiveram acesso era para aprender as prendas do lar e não como pessoas possuidoras de conhecimento, sendo vistas apenas

como uma figura útil e necessária para as tarefas domésticas. Essa cultura perdurou por longos anos e ainda respinga nos dias atuais.

Não é nada fácil sair da tríade: mulher, mãe e dona de casa como única via de caminho para a vida da mulher. Trata-se de uma via construída, exclusivamente, pelo patriarcado que enxergam os homens como se não fossem capazes de cuidar da casa e as mulheres incapazes de desenvolver conhecimento científico. Todavia, conseguir sair dessas amarras deixadas pelo sistema colonial e patriarcal é uma luta diária e exaustiva, em busca de direitos iguais, tanto em voz quanto em vez, entre homens e mulheres.

Todo esse histórico envolvendo o gênero feminino reverbera em diversos impactos na construção da subjetividade sobre o papel da mulher na sociedade. Assim, até os dias atuais vivemos situações de preconceito e falta de acesso a muitos espaços de forma igualitária e justa. Logo, conseguir adentrar nos espaços masculinos, socialmente construídos ao longo do tempo, não é nada fácil. É justamente por isso que é relevante tratar deste assunto em diversos espaços e de diversas formas.

Por seu turno, a professora Dra. Ezra Nhampoca abordou o tema a partir da realidade de Moçambique para as mulheres e o seu acesso a escolarização, um caminho permeado de dificuldades de permanência, seja pela falta de condições financeiras, trabalho doméstico, casamentos prematuros e, muitas vezes, pela violência doméstica. Estas dificuldades adentram a escolarização das mulheres, que não conseguem se manter nos estudos, o que causa o absenteísmo no ensino primário, sem chegar ao ensino secundário e universitário.

Pela sua formação em linguística, o foco de sua palestra foi a relação entre língua, linguagens, gêneros, poder e educação, em Moçambique, um lugar onde circula mais de vinte línguas Bantu moçambicanas. Nesse universo, 80% delas são consideradas língua materna e apenas 16% fala português, mesmo o português sendo a língua oficial.

A intersecção desses assuntos nos faz entender o quanto a língua é poder, o que fica claro quando se verifica que mesmo com diversas línguas preexistentes em Moçambique, ainda assim o português é considerado a língua oficial. Isso decorre do colonialismo europeu e sua imposição de poder sobre a cultura existente antes de sua colonização, podendo ser chamada de colonização linguística.

Essa imposição da língua portuguesa como a língua oficial chega como um instrumento de exclusão social, pois muitas mulheres são discriminadas porque não falam este idioma. Assim como foi a imposição

da língua pelos colonizadores, o continente Africano também sofre com a desconsideração de sua diversidade cultural e linguística, hoje amordaçadas e resumidas a uma só. Por seu turno, Nhampoca e Aviz (2021, p.120) afirmam que “o continente africano não pode ser visto segundo os mesmos critérios, uma vez que a sua riqueza histórica e cultural não o permite.” Então, respeitar essa diversidade é de suma importância para a preservação e continuidade de sua cultura social e linguística.

A professora Enza reforçou a experiência social como produtora de conhecimento e explorou a importância das pessoas na produção do conhecimento linguístico, pois segundo ela não há conhecimento linguístico sem as práticas socioculturais de seus falantes, entendendo não haver conhecimento, nem línguas, designados como superiores ou inferiores, pois todas são importantes. Dessa forma, devemos valorizar os falantes das línguas.

Em seu discurso, ela reforçou o direito à educação como um direito de todos, inclusive das mulheres. Ressaltou que em Moçambique a mulher é discriminada desde muito cedo e convive com essa realidade ao longo de sua vida. Vale lembrar o fato desta mulher ter papel fundamental na educação familiar, escolar e social, para além dos cuidados com os outros.

Sendo assim, desconstruir essa realidade arraigada é uma tarefa difícil e muitas vezes árdua, pois persiste desde o processo de colonização desses países. Então, precisamos analisar todo processo histórico, imbricado no controle das formas de cultura, subjetividade e, essencialmente, do controle do conhecimento, determinando a centralidade e domínio.

Desconstruir essa realidade requer luta e quebra de paradigmas, ensejando a construção de novos conceitos com a mulher como protagonista de sua história e escolhas. Quebrar essas amarras construídas ao longo do tempo requer ações afirmativas para impulsionar a mulher a buscar, cada vez mais, ocupar o seu espaço acadêmico, contribuindo com diversos conhecimentos.

Já a professora Dra. Patrícia Coelho destacou que diversas mulheres conseguiram vencer barreiras e se tornaram “mulheres notáveis na ciência”, tema de sua palestra, enumerando diversos nomes de mulheres de destaque em áreas diversas do conhecimento.

Vale ressaltar a necessidade de romper com esses estigmas construídos, onde a mulher é vista como ser inferior aos homens e como desprovidas de capacidade cognitiva para a construção de conhecimento científico. Devemos promover a desmistificação e a desconstrução

ideológica do que nossa sociedade pensa sobre as mulheres, desenvolvendo uma nova concepção.

É necessário fomentar ações de incentivo a inserção das mulheres na ciência com o intuito de mudar a realidade atual. De acordo com a UNESCO, apenas 33,3% de mulheres representam todos os pesquisadores do mundo e dessas 12% são membros das academias científicas nacionais, mas existem áreas onde a presença feminina é mínima. Independente do nível de desenvolvimento do país, ainda há desigualdade de gênero no tocante ao acesso e permanência de mulheres na ciência, mesmo em áreas consideradas fundamentais para a economia, como as áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática.

Assim, se faz necessário levantar esses debates sobre as desigualdades de gêneros e seus impactos na construção social em diversos espaços e, principalmente, nos espaços educacionais. Com base nisso, o I Colóquio promovido pelo PPGIES buscou fazer essa reflexão a partir de um debate rico em aprendizado e trocas de experiências sobre a urgente necessidade de se construir pontes de acessos das mulheres na ciência.

Diante de todo processo de interlocução promovido pelo Colóquio, ficou evidente o quanto é importante para as mulheres essa participação nas ciências e o quanto elas podem contribuir para a riqueza gerada pela construção do conhecimento vindo de diversas fontes e talentos. Esta participação é fundamental para desvencilhar ideias e culturas de sobreposição de um sexo sobre o outro, pensamento que promove um sexismo desnecessário para o crescimento social.

Logo, desenvolver nas pessoas uma percepção crítica com relação a essa desigualdade é de fundamental importância e é por isso que é preciso intelectualizar as pessoas, independente do sexo, pois é só assim que seremos capazes de mudar essa realidade no mais breve espaço de tempo.

As mulheres precisam ocupar os espaços acadêmicos de forma igualitária com homens. Advoga Nogueira (2011) afirma que a presença de mulheres, no Brasil, em diversos níveis de pesquisa é comum, no entanto ainda persistem barreiras enfrentadas por elas, havendo uma necessidade de mudança de pensamento das pessoas principalmente para aquelas a considerar a existência de tipos de trabalhos específicos para homens e mulheres. Logo, fica evidente a importância de ações governamentais para sanar essa demanda social.

As reflexões tecidas em todo processo do colóquio nos remete ser a informação o viés para combater todo preconceito, estereótipos e injustiças

ligadas a presença feminina nas ciências, entendendo a sua presença nas ciências como contribuição ao desenvolvimento social, humano e tecnológico, o que promove a desconstrução de todo preconceito existente sobre questões de gêneros e étnico-racial.

Em continuidade, após explanação de ambas as expositoras, a professora Dra. Claudia Vaz agradeceu a participação e facultou a realização de perguntas e respostas, para os ouvintes que puderam tirar suas dúvidas, aprimorar e contribuir com o assunto, tornando o evento ainda mais completo.

Considerações finais

Falar da mulher na ciência é um tema muito relevante e necessário para permitir a formação de uma nova subjetividade sobre o papel da mulher na sociedade, o que irá promover a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, através do desenvolvimento de um pensamento crítico sobre o assunto, o que pode despertar mudanças estruturais, contribuindo com a inclusão de todos em qualquer espaço.

Sendo assim, despertar o pensamento para a importância da mulher na ciência promoverá a desconstrução de diversos estereótipos, como também irá favorecer um olhar mais aguçado para a importância dessa representatividade já existente, para impulsionar as vindouras. No tocante ao Colóquio, fica evidente a relevância do tema para a comunidade acadêmica e em especial a toda sociedade.

Em vista disso, a participação das professoras Enza e Patrícia sobre o tema nos faz compreender a necessidade e constância para falar do assunto, proporcionando o entendimento da construção de uma nova subjetividade trazendo uma consciência social e cultural sobre a capacidade e ocupação da mulher na ciência, bem como em outros espaços considerados masculinos.

Nesse sentido, precisamos desmistificar as ideias criadas sobre a capacidade da mulher, o que só será possível através da informação. É necessário criar uma consciência crítica sobre a conjuntura atual e assim, conseguir vencer os estigmas e o preconceito.

Todavia, para que esse processo de mudança seja efetivo, necessita de total participação da sociedade na luta por espaços na ciência de forma igualitária, tanto em voz quanto em vez, e assim proporcionar uma maior visibilidade feminina na construção científica. Por fim, fica evidente que

a promoção da informação continua sendo a melhor via do processo de transformação social.

Referências

CASIMIRO, Isabel. **Paz na Terra, Guerra em Casa** - Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Série Brasil & África-Coleção Pesquisas 1, Pernambuco, Editora da UFPE: 1999.

NHAMPOCA, Ezra Alberto Chambal; AVIZ, Roselete Fagundes de. A voz narrativa de Lília Momplé: um marco de referência no feminismo moçambicano. **Revista Ártemis**, vol. XXXII nº 1; jul-dez, 2021. pp. 108-129

NHAMPOCA, Ezra Chambal. Educação e direitos das mulheres em tempos de pandemia em Moçambique. **Revista de Educação Pública**, v. 30, p. 1-21, jan./dez. 2021

NOGUEIRA, Pablo. **A ciência das mulheres**. Unesp Ciência. p.18, 2011.

PEREIRA, Antônio. **Pesquisa de Intervenção em Educação**. Eduneb: Salvador. 2019

PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de Textos). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto 7. ed., 2004. 571p

UNESCO. **Dia Internacional de Mulheres e Meninas na Ciência**. Fev. 2024 disponível em Dia Internacional de Mulheres e Meninas na Ciência | UNESCO . acesso dia 25 de abril de 2024.

ESCRITA ACRÍTICA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA INTELLECTUAL

Luciano Araújo Lima

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

lucianopgies@gmail.com

Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

ctorres@uneb.com

Introdução

O presente capítulo discorre sobre a escrita científica numa perspectiva de incentivo a criticidade e inovação. Entendemos os desafios envolvidos no desenvolvimento da autonomia intelectual, bem como na escrita acadêmica, que envolve desde a nossa formação até as pressões, necessidade de resultados rápidos e o receio de julgamentos, em especial para o pesquisador iniciante.

Para levantar as discussões do presente artigo e contextualizar o tema, utilizamos as reflexões partidas das leituras indicadas pelo professor Dr. Cesar Vitorino no I Seminário promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) que ocorreu no mês de março do corrente ano, com o tema “Escrita Científica” bem como das discussões levantadas no evento. Com base nas reflexões acerca de questões envolvidas na escrita científica, as principais inquietações surgiram embasadas na problemática da falta de posicionamento crítico na produção da escrita de textos acadêmicos. Assim, utilizamos a metodologia de pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico. Os principais autores utilizados foram: em Macedo (2009), Mignolo (2008), Fairchild (2021) e Rodrigues (2002).

Neste texto discutimos algumas possibilidades que nos permitem discorrer sobre as barreiras enfrentadas pelos escritores quanto a inovação

e ineditismo, levando a uma escrita acrítica, copiada, sem questionamento e relação com a realidade vivida e observada. Uma repetição automática de produtos já apresentados na comunidade acadêmica, sem significativas contribuições.

Para isso, o presente capítulo está dividido em cinco seções: Introdução, Metodologia, Escrita Acrítica na Produção Científica, Sobre o I Seminário promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) intitulado “Escrita Científica” e Considerações Finais.

Metodologia

A metodologia utilizada neste estudo consiste em uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico. A pesquisa qualitativa é essencial para uma compreensão aprofundada dos aspectos subjetivos e contextuais dos fenômenos estudados. A pesquisa bibliográfica possui uma importância significativa, pois nos permite fundamentar a hipótese levantada, bem como identificar e examinar os documentos existentes que abordam a temática em questão. A pesquisa bibliográfica constitui uma etapa essencial em qualquer trabalho desta natureza, considerando que, com base nas bibliografias atualizadas disponíveis sobre o tema, buscamos sustentação teórica para as afirmativas e proposições ao longo de todo o estudo, culminando em nossas próprias considerações e incentivando reflexões profundas sobre o assunto. Este tipo de abordagem não apenas enriquece o trabalho acadêmico, mas também facilita a compreensão, propiciando uma evolução contínua do conhecimento e uma postura mais crítica e informada diante das questões abordadas.

Para a realização da pesquisa bibliográfica utilizamos textos disponibilizados pelo professor DR. Cesar Vitorino no I Seminário promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), realizado no dia 07 de março de 2024, no Departamento de Educação da UNEB, Campus XI em Serrinha/BA, intitulado “Escrita Científica”, além de leituras outras indicadas nas aulas de Mestrado. Baseamos a revisão bibliográfica em Macedo (2009), Mignolo (2008), Fairchild (2021) e Rodrigues (2002). Realizou-se uma análise crítica dialogando com o material bibliográfico e as discussões do seminário. Buscamos compreender os desafios e possibilidades do desenvolvimento da autonomia intelectual no âmbito acadêmico, ligados a nossa formação.

Escrita acrítica na produção científica

A produção científica não é algo fácil, apresenta diversos desafios. Exige dedicação, comprometimento e seriedade, pois é um trabalho com impacto significativo na sociedade. Não se trata apenas da mera escrita de um artigo ou tese, obedecendo a uma quantidade significativa de páginas ou sustentado em determinado referencial teórico; é necessário seguir um rigoroso processo de pesquisa para alcançar resultados expressivos.

O rigor científico requer observar criteriosamente os passos de uma pesquisa, isso inclui a formulação de hipóteses, a coleta de dados, a análise criteriosa desses dados e a apresentação dos resultados de maneira clara e concisa. Este processo é guiado por determinadas regras, métodos e técnicas de pesquisa, que são essenciais para garantir a validade e a confiabilidade do conhecimento produzido. Sem esse rigor metodológico, a produção científica perde sua credibilidade e seu potencial de contribuir para o avanço da ciência e da sociedade, por meio da produção de conhecimento.

Rodrigues (2022, p. 221) escreve que “para obter informação, é crucial significar dados. O papel da ciência é transformar informação em conhecimento”. Assim, entendemos que além de termos os devidos cuidados para a coleta de dados, precisamos compreendê-los e perceber por meio de análise crítica como os dados interferem na realidade, como se correlacionam, como afetam outras áreas do saber e como podem ser utilizados de forma positiva para o alcance de objetivos. Essa análise de dados torna-se informações úteis e relevantes que tem o potencial de contribuir para uma intervenção da realidade observada. Quando colocadas em prática e exercitada, estas informações podem gerar conhecimento. Mas, para que esse conhecimento seja validado, ele precisa atender aos critérios da produção acadêmica pautada na ética científica. Ou seja, apenas a coleta e transcrição de dados não tem o potencial de transformar uma realidade, apenas quando inserimos significado podemos verdadeiramente alcançar uma compreensão profunda e transformadora com potencial de mudança social. Dessa forma, a ciência cumpre seu papel essencial de não apenas explicar o mundo, mas também de intervir, contribuir e desenvolver.

Assim, é necessário o desenvolvimento de autonomia intelectual na produção do conhecimento científico. Porém, para que isso aconteça, é imprescindível análise reflexiva e aprofundamento na pesquisa, pois se assim não for, apenas repetimos informações sem somar em nada, sem verdadeira significância. O que tem se visto e criticado no decorrer dos anos são as produções acríticas, sem posicionamento, sem inovação nas

falas, uma pura e mera repetição dos dados ou conteúdos já existentes. Este fenômeno é preocupante, pois a ciência deve ser um campo de constante questionamento e evolução. A mera repetição de conteúdos não acrescenta valor ao conhecimento já existente e não desafia as fronteiras do saber. Produções sem posicionamento e sem inovação refletem uma falta de engajamento crítico com o objeto de estudo, o que compromete a relevância e o impacto dessas pesquisas. Para que a ciência cumpra seu papel transformador, é essencial que os pesquisadores se posicionem de forma crítica e inovadora, trazendo novas perspectivas e contribuindo para o avanço do conhecimento.

Porém, ressalta-se que ser crítico não precisa significar ser sarcástico ou intolerante, mas precisa significar ser justo, ser moderado, ser criterioso, ser cuidadoso, ser dedicado, ser rigoroso ao lidar com o desvelamento dos fenômenos. Ser questionador e não aceitar conhecimento como inquestionáveis. Tratando do exercício na criticidade, Macedo (2009) explica:

Ser crítico é sempre aquele que aprendeu a duvidar e a suspeitar, a perguntar e a inferir, a conjecturar e a reconhecer, a questionar o que está posto como dado, a buscar soluções e alternativas para problemas efetivos e que aprende a distinguir problemas necessários de falsos problemas. Ser crítico antes de tudo significa aprender o justo e a justeza das coisas por conta própria, e não por simples imitação ou por mera bricolagem primária de fontes externas (Macedo, 2009, p. 41).

Assim, entendemos que a criticidade é peça fundamental para o desenvolvimento de boas pesquisas científicas, enriquecendo a produção acadêmica. Mesmo assim, ainda percebemos timidez no processo de escrita científica e ao refletirmos sobre os motivos que levam muitos a não se posicionarem de forma autônoma nas produções acadêmicas e científicas, podemos pensar em diversos fatores. Primeiramente, a pressão por publicações e resultados rápidos pode levar os pesquisadores a optarem por caminhos mais seguros e convencionais, aqueles mais óbvios, evitando arriscar com novas ideias que poderiam ser muito revolucionárias ou inovadoras, pois estas causam estranheza e incertezas. Além disso, a nossa formação escolar é marcada por falta de incentivo à crítica, levando-nos a não desenvolver essa habilidade e tornando nossas produções superficiais e não originais. Outro fator é a influência de uma cultura acadêmica que valoriza mais a quantidade de publicações do que a qualidade e a originalidade delas. Para produzir com inovação é imprescindível aprofundamento e pesquisa detalhada, o que leva tempo e requer esforço.

Assim, muitos preferem lidar com o mais rápido a fim de atingir maior quantidade de publicações.

Finalmente, podemos tratar do medo de críticas negativas, que podem desencorajar muitos pesquisadores a se aventurarem em territórios ou temáticas menos explorados. Sair da zona de conforto, enfrentar o inusitado, tratar de algo singular com pouca matéria escrita é desafiador. Pode gerar inseguranças e ser julgado por muito, especialmente se os resultados de determinada pesquisa inusitada chamar a atenção ou não atender as expectativas da maioria. Muito preferem não se indispor e manter o na zona do evidente, do incontestável.

Para superar esses desafios, é fundamental promover uma cultura acadêmica que valorize a crítica, a inovação e a originalidade, além de proporcionar aos pesquisadores a formação e o suporte necessários para desenvolverem produções científicas de alta qualidade e relevância. É necessário ousadia e comprometimento com o que pretende ser estudado e com a demanda que deseja contemplar. É necessário desconstruir a ideia de que as verdades são absolutas, problematiza-las, dando espaço para a inovação e valorizando o diferente, respeitando as ideias contrárias. Ou seja um bom pesquisador, além de conhecer os métodos e técnicas de pesquisa, precisa despir-se do medo dos julgamentos e ir além do óbvio.

Nesse sentido, Walter Mignolo (2008) discute a necessidade de reconhecer e valorizar diferentes formas de conhecimento e identidade. Essa valorização é importante pois nossa tendência de repetir o que está escrito e acreditar sem questionar está profundamente enraizada em diversos fatores psicológicos, sociais e históricos. Primeiramente, desde cedo, somos ensinados a confiar nas informações transmitidas por autoridades como pais, professores, autoridades religiosas, médicos e especialistas. Esta cultura de não questionar os mais velhos, não de fazer-lhes perguntas, de não confrontar suas ideias cria uma base de confiança nas figuras de autoridade, como e fossem os detentores do saber. Muitas autoridades usam essa cultura como uma proteção. Para não passarem por situações vexatórias se confrontados com questionamentos contrários às suas ideias. Com o passar dos anos depositamos essa confiança nos elementos tangíveis, como textos e documentos que estas autoridades produzem. Assim, os textos acadêmicos, científicos e até mesmo os veículos de mídia ganham um status de autoridade que muitas vezes não questionamos, pois “a escrita é o principal veículo de comunicação científica” (Rodrigues, 2022, p. 224) e seria desrespeitoso questioná-la. Com que base, com que autoridade, com qual competência poderíamos questionar?

Em se tratando da escrita, aprendemos desde cedo que o que está escrito tem maior validade, seja em livros, em informativos, sejam nas leis, em contratos, em promissórias, ou matérias desse tipo, pois o que se fala o vento leva, mas o que está escrito tem permanência e, conseqüentemente, credibilidade. Desta forma, somos condicionados a pensar que o fato de uma informação estar registrada, impressa ou publicada, confere a ela legitimidade. A escrita, ao contrário da fala, é vista como ponderada, pensada e revisada, o que nos leva a acreditar que as informações nela contidas passaram por um processo de verificação e validação cuidadoso. Assim, para o indivíduo que almeja por validação, é mais confortável e seguro manter-se no evidente, no óbvio, levando-nos a novamente repetir o que as autoridades já falaram.

Nesse sentido, Fairchild (2021) discute a “repetição como reprodução”, ou seja, repetições de informações, métodos e conclusões já existentes, reproduzindo o que já foi estabelecido anteriormente. Às vezes, algumas produções envolvem o simples copiar e colar de ideias, sem nem mesmo correlacionar com a realidade atual ou mesmo com as experiências vividas pelo pesquisador, sem contextualizar ou problematizar. O pesquisador, não interfere, evitando os riscos e incertezas, sem levantar polêmicas. Esse tipo de atitude estagna a produção do conhecimento, estanca o progresso e limita o avanço. Concordamos que

Essa cultura da escrita, que se embasa na apresentação da repetição como forma de produção, criou raízes profundas no ensino superior e hoje pode ser encontrada independentemente do nível em que se realize o corte para coleta de dados. Essa forma de escrita se encontra associada a um esvaziamento dos tempos e espaços dedicados ao *estudo* e à ressignificação progressiva da noção de “pesquisa”, que vem deixando de estar associada à busca do novo em prol de maneiras rápidas de publicar e submeter à comunidade um determinado “produto” (Fairchild, 2021, p. 14).

Socialmente, existe uma pressão para conformidade e aceitação dentro das comunidades acadêmicas e profissionais. Questionar pode ser considerado como desrespeitoso ou até arriscado, especialmente para aqueles que estão iniciando suas carreiras acadêmicas, perpetuando um ciclo de repetição e aceitação acrítica.

Outro fator importante é a nossa educação. Em muitas situações ainda na atualidade, o sistema educacional enfatiza a memorização e a reprodução de informações ao invés do pensamento crítico e da análise independente. Desde cedo, somos treinados para fornecer respostas corretas baseadas em textos e materiais fornecidos pelos professores, e

essa abordagem frequentemente continua na educação superior. Assim, a capacidade de questionar e criticar o que está escrito pode não ser suficientemente desenvolvida. Uma resposta com as palavras e percepções do estudante, muitas vezes não é aceita pelo professor, reforçando a cultura da repetição.

Esta questão é tão preocupante que muitos utilizam do artifício de utilizar sinônimos de palavras para transformar textos que já possuem respaldo na comunidade científica. E hoje com o crescente advento das tecnologias da informação e comunicação, a facilidade de reescrever algo e utilizar sinônimos para isso é muito maior, não requerendo grandes esforços. A produção científica fica então a mercê da utilização de recursos extras para avaliar de forma cuidadosa questões de plágio, por exemplo.

Já não é nova a discussão sobre a grande revolução na área do conhecimento e da produção do saber e é incansável, pois mudanças e transformações são constantes e ininterruptas. A cada ano que se popularizava a internet e as publicações científicas nos meios digitais, mais difícil ficava o controle de plágio e de cópias de trabalhos acadêmicos. Com a grande disseminação de informações, facilmente encontradas nas redes, a banalização da pesquisa tornou-se crescente e avassaladora, assim como a tendência de repetir o que já se encontra produzido e publicado.

Hoje entendemos que não há como desvincular ensino, pesquisa e estudo da Inteligência Artificial (IA), especialmente após a transformação avassaladora que enfrentamos pós pandemia. A universidade não tem outra opção a não ser acompanhar os avanços tecnológicos e buscar estratégias de utilizá-los a seu favor. Encontra-se mais fortemente na atualidade a necessidade de produzir trabalhos inéditos, evitando as repetições facilitadas pela IA. Apesar de a IA não substituir a produção humana, haja visto que esta somente consegue transcrever o que já foi produzido, sem nenhuma novidade ou inovação, ela é uma grande facilitadora do processo de escrita. Assim, quando incentivamos a autonomia intelectual, a ousadia ao pesquisar e a inovações e crítica, evitaremos o processo de cópia.

Reconhecer essa tendência de não possuímos autonomia intelectual é o primeiro passo para cultivarmos uma postura mais autônoma diante do conhecimento escrito. É limitante apenas ler sem se posicionar, sem intervir, sem demonstrar nosso envolvimento com o contexto explorado, sem trazer para a nossa realidade, sem demonstrar nosso envolvimento com o tema explorado. Para superar essa inclinação, é essencial promover uma educação que valorize o pensamento inovador e investigativo, incentivando

os alunos a questionarem e analisarem as informações apresentadas. Além disso, é necessário criar um ambiente acadêmico e profissional que acolha a inovação e o questionamento, onde os indivíduos se sintam seguros para expressar ideias divergentes e explorar novas perspectivas.

Por fim, desenvolver habilidades de pesquisa rigorosas e uma mentalidade crítica são fundamentais. Precisamos aprender a avaliar a validade das fontes, a qualidade dos métodos de pesquisa e a lógica dos argumentos apresentados. Ao fazermos isso, podemos resistir à tentação de aceitar passivamente o que está escrito e, em vez disso, nos engajarmos ativamente no processo de construção do conhecimento.

Em suma, a tendência de repetir e acreditar no que está escrito sem questionar é um reflexo de nossa educação, da formação cultural, educacional e psicológica que fomos expostos e que foi reforçada ao longo da vida. Para avançar como sociedade e como indivíduos, inclusive como pesquisadores é vital que cultivemos uma abordagem independente e autônoma em relação ao conhecimento, desafiando-nos constantemente a ir além da superfície e buscar uma compreensão mais profunda e inovadora da realidade.

Sobre o I Seminário promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) intitulado “Escrita Científica”

O programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social da UNEB, Campus XI, promoveu um seminário instigante com o “Escrita Científica”, apresentado pelo professor Dr. César Vitorino. Este abordou questões interessantes e levantou questionamentos que nos fizeram refletir enquanto produtores de conhecimento. Além de tratar sobre as questões metodológicas da escrita científica, normas, técnicas e métodos, o professor nos apresentou um material interessante sobre como elaborar um artigo científico, sobre a revisão de literatura na escrita dos artigos, competência da informação e Inteligência Artificial. Abordou as possibilidades e dificuldades de escrever, e utilizou uma referência interessante, a obra de Meira (2023), intitulada *A escrita científica no Divã*.

O professor Vitorino foi muito incisivo sobre a responsabilidade envolvida em escrever e como esta habilidade pode ser desenvolvida com exercício. Ressaltou-se também a necessidade de leitura, para embasar, abrir horizontes e possibilitar a ampliação das dimensões para que o

pesquisador compreenda e reconheça as diversas vertentes da sua área de pesquisa.

Uma discussão pertinente no seminário envolveu a ideia de que “escrever ajuda a consolidar o nosso próprio conhecimento” (Vitorino, 2024). Essa expressão se mostrou interessante pois nos levou a refletir sobre a potencialidade da escrita enquanto aprendentes. Pois escrever é uma prática que vai além da simples transferência de informações do pensamento para o papel ou para um meio digital. Desempenha uma função crucial na compreensão profunda de um tema, pois quanto mais escrevemos, mais entendemos e mais refletimos. Organizamos o nosso pensamento e o que necessita ser investigado, refinando nossas ideias, eliminando ambiguidades e inconsistências.

Assim, ao incorporar a escrita como uma prática regular em nossas rotinas de estudo e trabalho, não apenas aprimoramos nossas habilidades comunicativas, mas também reforçamos e expandimos nosso próprio conhecimento e deixamos registros tangíveis de nossos pensamentos e progressos ao longo do tempo.

Considerações finais

Este estudo abordou a problemática da escrita acrítica na produção científica, destacando os desafios enfrentados pelos pesquisadores e as possibilidades de desenvolvimento da autonomia intelectual. Conclui-se que a produção científica de qualidade exige não apenas rigor metodológico, mas também uma postura crítica e inovadora por parte dos pesquisadores. A repetição acrítica de conteúdos existentes compromete a relevância e o impacto das pesquisas, sendo essencial promover uma cultura acadêmica que valorize a reflexão crítica, a inovação e a originalidade.

É necessário desconstruir a ideia de verdades absolutas, dando espaço para a valorização do diferente e respeitando as ideias contrárias. Acreditamos que a formação de uma mentalidade crítica e independente deve ser incentivada desde a educação básica até o ensino superior, criando um ambiente que acolha a inovação e o questionamento. É inquestionável as dificuldades enfrentadas na escrita científica. Também é inegável que a universidade necessita incrementar estratégias de desenvolvimento da autonomia intelectual, mais fortemente na atualidade marcada pela inquestionável presença da Inteligência Artificial. Entendemos que uso da Inteligência Artificial na escrita acadêmica deve ser visto como uma

ferramenta complementar, que não substitui a criatividade e a originalidade humanas, inclusive porque esta ferramenta só transcreve produções já pré-existentes, fomentando ainda mais fortemente a necessidade do incentivo a inovação, originalidade e ineditismo.

Por fim, é essencial que os pesquisadores desenvolvam habilidades de pesquisa rigorosas e uma mentalidade crítica, aprendendo a avaliar a validade das fontes, a qualidade dos métodos de pesquisa e a lógica dos argumentos apresentados. Somente assim será possível superar a tendência de aceitar passivamente o que está escrito como autoridade inquestionável e, em vez disso, engajar-se ativamente no processo de construção do conhecimento, contribuindo para o avanço da ciência e da sociedade.

Referências

MACEDO, Roberto Sidnei; GALEFFI, Dante; PIMENTEL, Álamo.

Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa: educação e ciências humanas. - Salvador: EDUFBA, 2009.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica:** a opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008.

FAIRCHILD, Thomas Massao. **Leitura de textos acadêmicos:** um exercício de busca do óbvio. Cadernos CIMEAC, Uberaba, v. 11, n. 3, 2021. ISSN 2178-9770.

RODRIGUES, Rosana Ferrareto Lourenço. **Competência em Informação, Escrita Científica e Educação do Cientista.** Perspectivas em Ciência da Informação, v.27, n. 2, p. 221-241, abr/jun 2022.

O IMPEDIMENTO DO FLORESCER FEMININO: A TRAJETÓRIA DA MULHER NA CIÊNCIA

Pedro Jorge Silva Melo

Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus XI
pedrojorge.biomed@gmail.com

César Costa Vitorino

Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus XI
vitorinocomacademicosuneb@gmail.com

Introdução

Este trabalho é resultado de uma atividade extraclasse, de participação obrigatória, que aconteceu no I Colóquio da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Campus XI, no dia 08 de março de 2024, com o tema “Mulheres na Ciência: avanços e desafios”, com as palestrantes Dra. Ezra Chambal Nhampoca – UEM - Moçambique e a Dra. Patrícia Margarida Farias e Coelho - UNISA - Universidade Santo Amaro, no dia 08 de março de 2024 e foi ofertado pelo PPGIES – Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social que tem sede nessa instituição, momento que oportunizou aos presentes o contato com as vivências compartilhadas.

Nesse sentido, pretendemos apresentar alguns aspectos que estão diretamente ligados à trajetória da mulher no contexto brasileiro, fazendo relação, contudo, às vivências das mulheres negras moçambicanas, visto que uma das expositoras do evento, que estava presente por videoconferência e é moçambicana, tem propriedade para falar sobre a temática.

Objetivou-se refletir a respeito das variadas barreiras encontradas pelas mulheres em seu processo histórico de vida na busca de seu espaço na sociedade, além de trazer à tona exemplos de mulheres que comprovam o impedimento de seu desenvolvimento pleno enquanto mulher na ciência. Diante de uma trajetória histórica marcada pelo sexismo e pelo preconceito enraizado em detrimento do modelo patriarcal, as mulheres, quase sempre,

são vítimas em diversos aspectos e espaços sociais. Esse grupo compreende mais da metade da população brasileira, dos quais 44% são pretas e pardas, ou seja, negras (IBGE, 2024).

É, portanto, urgente a discussão a respeito da trajetória da mulher e sua ascensão social, visto que ela carrega consigo o fardo do preconceito imposto por um modelo social baseado na supremacia de gênero. Faz-se necessário, portanto, estudar as nuances em torno dessa realidade vivida por essas mulheres, pois é vital que se analise, discuta e combata qualquer tipo de preconceito existente na sociedade que coloque em risco a saúde e vida da mulher.

Durante o texto, discutimos a respeito da rotina diária de mulheres por meio de relatos de experiências próprias das palestrantes, fazendo breves comparações entre seu modo de vida e o de pessoas do sexo masculino. Esse formato permite oportunizar reflexões sobre as diferenças na trajetória de vida entre mulheres e homens.

Metodologia

O presente trabalho pode ser classificado como uma revisão bibliográfica. De acordo com Brasileiro (2021, p.82) “toda pesquisa científica é também bibliográfica. Assim, mesmo que se trate de um estudo original[...] ele terá de se fundamentar, antecipadamente, em uma pesquisa bibliográfica”. Acrescentamos, ainda, que a nossa produção acadêmica está embasada na análise crítica de textos acadêmicos relevantes que versam sobre uma temática definida, que tem como propósito compreender o panorama em que se encontra o desenvolvimento teórico, comparando os pontos de vista dos diferentes autores (ECO, 2007). Os estudos alcançados para a sua construção tiveram como parâmetro de escolha a tratativa da temática mulheres, principalmente no que diz respeito a presença desse público na produção científica, além de conteúdos que versam sobre a trajetória da mulher no contexto científico e social. Logo, os estudos de autores como Nhampoca (2021, 2024), que tratam da mulher moçambicana e suas implicações sociais; Casimiro (1999), sobre os movimentos feministas; Coelho (2024), a respeito das produções científicas por mulheres no mundo; Momplé (1999), referente à produção literária das mulheres; Amadiume (1997), trazendo a força da mulher nigeriana frente à colonização europeia; e De Deus (2011), que enfatiza as raízes feministas em Moçambique tiveram fundamental participação na montagem deste trabalho, visto que são estudiosos comprometidos com

a presente temática. Esse arcabouço teórico pronunciado foram estudos indicados pelas palestrantes Dra. Ezra Nhampoca e Dra. Patrícia Coelho.

Sendo assim, uniu-se o que está disponível nas literaturas supracitadas ao exposto no I Colóquio ofertado pelo PPGIES no auditório da UNEB, Campus XI, em Serrinha/BA, que tratou do tema “Mulheres na Ciência: avanços e desafios” explanando as experiências das palestrantes Professora Dra. Ezra Chambal Nhampoca e Professora Dra. Patrícia Margarida Farias e Coelho. Confrontou-se os registros bibliográficos já feitos anteriormente ao evento com as experiências dessas duas mulheres a fim de entender as problemáticas, compreensões e dinâmicas a respeito da trajetória da mulher no contexto científico.

Desenvolvimento

Para que seja possível abordar a temática que versa sobre o espaço da mulher nas ciências, é fundamental, antes, lembrar alguns entraves que permeiam as noções de liberdade, solidariedade e igualdade em todo o mundo. Isso se faz importante visto que, no mundo, há uma ideia dominante da cultura ocidental que é baseada na imposição de uma verdade absoluta, pautada na hierarquização, no poder e no controle do outro (Maturana, 1995). Sendo assim, a mulher foi subjugada e colocada num espaço de marginalização durante séculos, tornando seu percurso muito mais lento e perigoso dentro de uma sociedade preconceituosa.

A trajetória das mulheres na ciência

Nesta seção será apresentada uma breve síntese a respeito da trajetória da mulher na ciência, de modo que proporcione a compreensão dos tipos de barreiras enfrentadas por esse grupo da sociedade. É importante tal compreensão devido às raízes sexistas e machistas que se encontram presentes nos diversos cenários sociais, inclusive na ciência.

As relações sociais entre homens e mulheres são objetos de estudo de muitos teóricos em todo o mundo. Com isso, algumas delas fizeram emergir movimentos que passaram a questionar a relação de dominação do homem sobre a mulher, buscando explicações para essa situação de subordinação. Logo, nos anos 60, ressurgiu o movimento feminista, conhecido como o novo movimento feminista (Casimiro, 1999).

Com isso, algumas hipóteses foram levantadas diante do que apontam os estudos, como “a subordinação que afeta as mulheres de diferentes maneiras está relacionada com o tipo de poder múltiplo existente, localizado em muitos espaços sociais diferentes e que pode inclusivamente não se vestir com a ‘roupa’ da autoridade” (Saffioti, 1992, p. 183). O autor explicita alguns pontos importantes nessa relação de poder entre homens e mulheres, pois afirma que essa presença do poder masculino sobre as mulheres se veste, inclusive, de modo implícito, discreto. Logo, fica clara a presença da subordinação de um gênero sobre o outro, fato que repercute diretamente sobre o avanço social da mulher.

Nesse contexto, surgiu a necessidade de abrir espaço para estudos que tivessem como objetivo estudar as condições de vida das mulheres, a fim de buscar informações que pudessem barrar essa corrente de pensamento que coloca a mulher como inferior ao homem. Esse foi mais um problema encontrado pelo movimento feminista, pois, na realidade, realizar tais estudos já consistia numa afronta ao costume habitual, onde só os homens detinham esse direito. Surgiram, portanto, movimentos não-governamentais que se preocuparam com essa realidade e buscaram respostas para tais eventos, preocupados com a ideia de universalização da trans-histórica da opressão de gênero (Krieger, 1993).

O movimento feminista passou a surgir em alguns países do globo, a exemplo de Moçambique, como aponta De Deus (2011) em seu estudo que traz à tona a necessidade da luta da mulher moçambicana frente a uma sociedade embasada no modelo patriarcal, de modo que suscitou um debate pertinente nesse contexto: países signatários da Declaração das Nações Unidas estavam também contaminados com a nefasta ideia de supremacia de gênero. Ou seja, teoricamente, tais países consideravam as mulheres sujeitos detentores de direitos inalienáveis. Assim, percebe-se que o próprio movimento feminista é a continuidade do que preceitua a Declaração dos Direitos Humanos, denunciando o fato de que essa categoria social, apesar de alguns avanços, não fruía dos mesmos direitos em diversos aspectos sociais.

A legitimação do movimento feminista se dá, portanto, diante de sua natureza em buscar o reconhecimento e efetivação dos Direitos Humanos, especificamente sobre as mulheres, sujeitos que também devem gozar desses direitos, e que na verdade encontram-se distantes dessa premissa. Logo, esse movimento traz consigo conquistas de grande relevância mundial, já que busca atingir a população em geral, de modo

que se faça valer o que está positivado em diversos documentos legais no mundo inteiro.

A legitimação dessa ideia pode ser percebida nas palavras de Casimiro (1999, p. 54) quando cita que “O movimento feminista não se tem preocupado apenas com ‘os problemas da mulher’, desta ou daquela agência internacional de desenvolvimento, ou com os diversos inimigos”. Nota-se, desse modo, que a preocupação se dá com as relações humanas socialmente construídas, de modo global, sem limitar ou marginalizar algum grupo, já que o próprio movimento se faz vítima dessa lógica segregacionista.

Em África, fazendo referência ao continente, os debates em torno do espaço da mulher na sociedade, com o advento dos movimentos feministas, se dão por quatro frentes, dentre as quais há a resistência anticolonial (Jirira, 1995; McFadden, AWLI, 1997; Amadiume, 1997). Essa constatação é pertinente ressaltar devido ao fato de que a luta das mulheres conflui com os movimentos históricos, que apesar de haver algumas características distintas dos movimentos a depender do lugar que se encontra, possuem um eixo comum que é o avanço desse grupo na sociedade.

A socióloga nigeriana Amadiume desenvolveu alguns argumentos que tratam de sua própria trajetória enquanto mulher negra, que apontam os pilares que mantém viva a força e a vitalidade da mulher africana. A autora traz o matriarcado como a grande contribuição das mulheres africanas para a história mundial, que embasa as relações sociais daquele lugar por meios de sistemas sociais e valores morais vastos, ambos consolidados (Amadiume, 1997).

A ideia trazida por Amadiume é legítima e, de certa forma, comprova a atitude reacionária da mulher frente a processos de construções sociais preconceituosos. O matriarcado tem sua legitimidade, que foi suprimida – ou pelo menos tenta-se a todo custo – pela premissa patriarcal que se coloca frente a qualquer outro modo de vida, impedindo não só a ascensão de outros modelos sociais, mas até mesmo de sua existência e permanência, visto que o modelo patriarcal tem como objetivo dominar os demais modelos sociais.

A sociedade africana, via de regra, vai de encontro aos preceitos e perspectivas dos colonizadores. Estes estão pautados na perspectiva dominante, grupos sociais com interesse em controlar o Estado ou uma cidadania efetiva, além dos movimentos ideológicos, garantindo não apenas

um domínio territorial, mas também a emancipação do pensamento. A perspectiva africana difere desta, visto que o movimento das mulheres africanas nunca objetivou fazer parte desse sistema estatal, pelo contrário, havia o intuito de ser livre e autônomo (Amadiume, 1997).

O modo de vida dos grupos de mulheres africanas estava pautado na conquista de um sistema autônomo, sem adesão a algum sistema do Estado. Sendo assim,

Esta parece ter sido a característica central, de acordo com Amadiume, dos movimentos de mulheres endógenos em África. O que implica que tradicionalmente as mulheres tivessem tido organizações autônomas, estruturas ou sistemas de auto-governo que precisavam de defender. As suas histórias estão, portanto, repletas de experiências de lutas contra processos que tendiam para uma gradual perda desta tradição (Casimiro, 1999, p. 77 apud Amadiume, 1997, p. 109).

Observamos, então, que a denúncia feita por Amadiume comprova a perseguição e negação às mulheres, que até no momento em que tentam seguir seu modo de vida próprio, sem que interfira noutras culturas, são impedidas. É fato que esse tipo de entrave acontece dia após dia, desde tempos remotos até os dias atuais, pois são vários os relatos de vida de mulheres que socializam esse mesmo tipo de ataques à sua própria forma de viver. Isso foi constatado, inclusive, pela palestrante Ezra Chambal Nhampoca em sua fala no I Colóquio do PPGIES na UNEB, Campus XI.

O sistema matriarcal era a base social ao sul do Sahara, que coexistia com o sistema patriarcal antes da colonização europeia. Esse sistema abrangia todo o complexo de um povo, indo das esferas sociais, econômicas até a política. Dominado por mulheres, tal sistema se encarregava de organizar o mercado, a religião, o comércio, e que nada o impedia de existir lado a lado ao sistema patriarcal. Há, contudo, uma grande diferença entre eles, onde o sistema matriarcal tinha por fundamento o agregado familiar, já o patriarcado tinha a família, fato que fez com que, diante da invasão europeia, as mulheres africanas foram colocadas à volta do mercado (Amadiume, 1997).

Casimiro (1999) aponta que essa relação desencadeou uma forte necessidade dessas mulheres africanas de se auto-organizarem de modo que fosse possível resistir a esses impedimentos da conjuntura europeia patriarcal. Isso fez aumentar os movimentos de mulheres em África, com um grupo bem organizado que mantinham total controle sobre seus recursos. Esse comportamento comprova o potencial desses grupos de mulheres, que apesar dos diversos impedimentos sofridos pela maioria

patriarcal, consegue se organizar e se desenvolver de modo autônomo e independente.

Com isso, as sociedades contemporâneas de mulheres negras herdaram, infelizmente, esses problemas que as impedem de conquistar seu lugar na sociedade de modo geral. A exemplo disso, tem-se a voz da escritora Lília Momplé, que trata do papel da mulher na cultura moçambicana e traz fortes denúncias de opressão e vulnerabilidade social, e ao mesmo tempo apresenta a fortaleza dessas mulheres, comprovando sua resistência perante à luta injusta da sobreposição de gênero que insiste em ser imposta às mulheres.

Para que se compreenda qualquer problema no presente, é necessário que se estude o passado, e no caso das manifestações preconceituosas em relação à condição inferioridade imposta pelo homem às mulheres moçambicanas, é preciso que se trace uma trajetória histórica desse país, como aponta Nzira Sofia de Deus et al (20011) “o feminismo africano encontra-se intrinsecamente ligado ao passado do continente considerando os contextos pré-coloniais, de escravatura, colonização, lutas de libertação, neocolonialismo, globalização, entre outros e do papel das mulheres nos mesmos” (De Deus *et al*, 2011, p. 10).

Entende-se, com o exposto, que a luta das mulheres tem suas raízes, pois surgiu a necessidade de se agrupar em movimentos para que suas vidas não fossem ceifadas pelo preconceito de gênero. A colonização europeia colocou a vida dessas mulheres em risco, negando-as em qualquer aspecto, de modo que as impedisse, inclusive, de viverem de seu modo.

Comparando-se à realidade brasileira, Martins (2019, p. 1) coloca que

Construíram uma tradição para colocar lá a mulher. Construíram uma ideia de consciência negra em África que é sexuada, coloca o homem no lugar de herói e a mulher naquele lugar da terra, do rito, da sensualidade, da Mãe África, da mulher objetificada ou sacrificada que se explora etc. Com isso, estão a dizer: ‘ó, mulher, estás fora do tempo, estás fora dos direitos, não és sujeito transformador’. Então, como teóricas, não podemos reforçar uma ideia de tradição que é excludente e eu acho que a literatura reflete muito esses conflitos. É neste espaço também que entrará a questão dos feminismos. Já está posto que precisamos pensar no continente africano a partir da sua geografia, isto é, sua diversidade.

Semelhante a esse cenário, a geografia brasileira permite concluir, também, que a pluralidade do país faz emergir uma grande diversidade cultural em todos as suas regiões.

E essa cultura de objetificar a mulher e colocá-la como um ser que foi feito para estar nos lugares pré-determinados pelos homens foi sendo copiada e enraizada tanto em África quanto no Brasil, considerando-a sempre como um sujeito economicamente dependente do homem e subalterna, fruto da herança colonialista. Esse foi, e ainda é, mais um grande desafio que coloca a mulher como subserviente ao homem.

Momplé (1999, p. 32) denuncia que “[...] nenhuma escritora moçambicana se encontra representada no cânone educativo. Nos livros de leitura adaptados para o ensino, os textos simplesmente não existem”. Ou seja, a invisibilidade da mulher nas ciências também é mais uma consequência da dominação colonialista patriarcal sobre o povo africano, evidenciando a triste trajetória das mulheres que tanto lutaram e ainda lutam por seu lugar na sociedade, inclusive nas ciências. A autora acrescenta ainda que “o gosto pela literatura herdei da minha avó. Ela era Macua e habitualmente contava-nos histórias da tradição a volta da fogueira. Nesses momentos eu dizia para mim, um dia vou escrever essas histórias” (Momplé, 1999, p. 1), agora, percebe-se que, mesmo Momplé, na contemporaneidade, enfrenta sérios desafios de mostrar sua história por meio da ciência. Esse discurso de Momplé demonstra a injustiça presente no meio científico, em que ela, como mulher negra, demonstra o quão será complexo escrever a própria história, renunciando uma dificuldade de toda mulher negra em conquistar seu espaço na sociedade.

Colóquio: Mulheres na ciência: avanços e desafios

O I Colóquio do PPGIES aconteceu no auditório da UNEB, Campus XI, no dia 08 de março de 2024 trouxe o tema “Mulheres na Ciência: avanços e desafios” com a participação das palestrantes Professora Dra. Ezra Chambal Nhampoca e Professora Dra. Patrícia Margarida Farias e Coelho, e como mediadora do evento a Professora Dra. Cláudia Vaz.

A sexta turma do mestrado em educação e intervenção social do PPGIES se fez presente no evento e teve a oportunidade de ouvir as experiências de duas grandes escritoras que possuem lugar de fala para tal tema, pois ambas relataram as dificuldades que encontraram na trajetória de suas vidas pessoal e científica para conquistarem seu espaço enquanto pesquisadoras. Esse momento se fez necessário para que ouvíssemos das próprias autoras a realidade vivida por mulheres, inclusive por uma mulher negra, no caso de Nhampoca, dentro do espaço científico, marcado, mais uma vez, como um lugar do homem.

Inicialmente, a professora Dra. Nhampoca (informação verbal)¹ relatou a respeito das dificuldades enfrentadas por ela diante de como se davam as relações dentro de sua própria família, que era mais um grupo contaminado com as raízes do colonizador, pois a mulher precisa seguir trajetórias pré-estabelecidas, como cozinhar, lavar roupas e cuidar dos afazeres domésticos de modo geral. Muitas vezes a autora, quando ainda na primeira juventude, foi impedida de estudar para “cuidar nas coisas” como relatou ela. Isso não acontecia com os homens da casa, segundo ela, que tinham mais tempo livre tanto para descanso quanto para o estudo.

Os desafios enfrentados por Ezra Nhampoca foram diversos, iniciados dentro da própria casa com sua família, fato que a fez ficar para trás em muitas situações em que poderia estar desenvolvendo aspectos importantes para sua vida futura. Nas palavras da professora, sua vida foi marcada por constantes momentos de resistência, que começaram muito cedo, quando não conseguia, ainda, seguir seus passos de modo independente. Ela cita, inclusive, que algumas vezes se imaginou fora de casa, onde as situações certamente seriam ainda mais perigosas, considerando sua condição de mulher negra independente.

Já a professora Dra. Patrícia Coelho (informação verbal)² apresentou uma diversidade de mulheres que contribuíram muito com história mundial, e que são invisibilizadas, sem dar evidência e notoriedade ao que elas conquistaram. Foram exemplos trazidos por Coelho (2024) a pesquisadora Mary Winston Jackson, matemática e engenheira aeroespacial, se tornou a primeira mulher negra engenheira na NASA. Além dela, Dorothy Vaughan também ocupou seu espaço na NASA, como supervisora da instituição, tornando-se a primeira pessoa negra a ter esse cargo. A professora evidenciou, em sua fala, que a histórica e trajetória dessas mulheres pouco são mostradas nas instituições de ensino, demonstrando que, mesmo diante de uma sociedade extremamente preconceituosa, elas chegaram a lugares predominantemente ocupados por homens.

Considerações finais

O presente estudo elencou os principais entraves vividos por mulheres na luta para a conquista de seus espaços nas ciências, trazendo

1 Informação fornecida por Ezra Chambal Nhampoca no I Colóquio do PPGIES, na UNEB, Campus XI, em Serrinha, BA, em 08 de março de 2024.

2 Informação fornecida por Patrícia Margarida Farias e Coelho no I Colóquio do PPGIES, na UNEB, Campus XI, em Serrinha, BA, em 08 de março de 2024.

à tona experiências relatadas pelas próprias mulheres que experienciaram tais eventos. Essa metodologia, que coloca em evidência a fala das próprias mulheres que viveram esse dilema, nos aproxima da realidade dramática apontada pelo tema deste trabalho, que trata do espaço da mulher nas ciências.

Logo, as trajetórias das mulheres aqui elencadas são marcadas por diversos embates, dentre os quais se destaca a grande marca do modelo patriarcal dominante trazido pelos colonizadores europeus. Esse, sem dúvidas, foi o principal motivo que fez concretizar no mundo um ideal supremacista do homem sobre a mulher, colocando-as numa situação de marginalização e subalternidade. Esse fato levou às mulheres a enfrentarem diversos problemas sociais que repercutem até os dias contemporâneos.

O espaço da mulher na ciência foi – e continua sendo – conquistado pouco a pouco, diante de muita resistência, em contrapartida a um sistema injusto, machista e sexista, visto que o gênero das pessoas é usado como uma forma de hierarquizá-las. Essa lógica faz submeter as mulheres a um processo árduo de ascensão social.

Referências

AMADIUME, Ii **Reinventing Africa**. Matriarchy, Religion, Culture. Zed Books Ltd, London & New York 1997.

BRASIL. **IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em:< <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>>. Acesso em 06 de mai. 2024.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Como produzir textos acadêmicos e científicos**. São Paulo: Contexto, 2021.

COELHO, Patrícia Margarida Farias e. **I Colóquio – Mulheres na ciência: avanços e desafios**. PPGIES, UNEB, Campus XI. Serrinha/BA, 08 de março de 2024.

DE BARBIERI, Teresita. “Sobre la Categoría Género: Una Introducción Teórica-Metodológica”. In: Fundação Carlos Chagas, Direitos Reprodutivos. Concurso de Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos, PRODIR, S. Paulo, 1991, pp. 25- 43.

DE DEUS, Nzira Sofia Razão de *et al.* Movimento Feminista em

Moçambique. Nawey, out. 2011. Disponível em: http://www.nawey.net/wpcontent/uploads/downloads/2014/07/Movimento_Feminista_em_Mo%C3%A7ambique.pdf. Acesso: 13 de mai. 2024.

CASIMIRO, Isabel. **Paz na Terra, Guerra em Casa** - Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Série Brasil & África-Coleção Pesquisas 1, Pernambuco, Editora da UFPE: 1999.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Queluz de Baixo: Editorial Presença, 2007, p. 23-68 [Introdução e Capítulos 1 e 2].

JIRIRA, Kwanele. “**Our Struggle Ourselves**: Shaping Feminist Theory in our Context: The Zimbabwe Scenario”. In: SAFERE (Southern African Feminist Review), (The Gendered Politics of Land), Vol. 1, Nº 1, SAPES BOOKS, Harare, 1995. pp. 77-86.

KRIEGER, Joel (ed) **The Oxford Companion to Politics of the World**. Oxford University Press, Oxford and New York. 1993.

MARTINS, Catarina. **Entrevista concedida à Roselete Fagundes de Aviz**. Coimbra: Portugal, maio de 2018. [Anexo ao relatório de pós-doutorado em Educação da entrevistadora, PPGE-UFSC, em 2019].

MCFADDEN, Patricia .“**Challenges and Prospects for the African Women’s Movement into the 21st Century**”; “Workshop on Feminist Theory & Practice in Africa”. In: Report of the First African Women’s leadership Institute (AWLI). Kampala, Uganda, 1997.pp. 26-34 e 43-49.

MOMPLÉ, Lília. A mulher escritora e o cânone. In: MARTINHO, Ana Maria Mão-de Ferro (org.) **Mão de Ferro**, A. A mulher escritora em África e na América Latina. Editorial NUM: Évora, 1999.

NHAMPOCA, Ezra Chambal. Educação e direitos das mulheres em tempos de pandemia em Moçambique. **Revista de Educação Pública**, v. 30, p. 1-21, jan./dez. 2021.

NHAMPOCA, Ezra Alberto Chambal; AVIZ, Roselete Fagundes de. A voz narrativa de Lília Momplé: um marco de referência no feminismo moçambicano. **Revista Ártemis**, vol. XXXII nº 1; jul-dez, 2021 1992.. pp.108-129.

NHAMPOCA, Ezra Alberto Chambal. **I Colóquio - Mulheres na ciência**: avanços e desafios. PPGIES, UNEB, Campus XI. Serrinha/BA, 08 de março de 2024.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. “**Rearticulando Gênero e Classe Social**”. In:

Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini (org.) Uma Questão de Gênero. Fundação Carlos Chagas, S. Paulo, 1992.pp.183-215.

MULHERES DO/NO CAMPO: ENFRENTAMENTOS E RUPTURAS - UM LEGADO DE RESISTÊNCIAS

Maria Cremilda Lima Santos

Sirlei Aparecida de Almeida Ribeiro

Janeide Bispo Santos

Introdução

O Colóquio realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social - Universidade do Estado da Bahia / Campus XI em dois mil e vinte e quatro intitulado: “Mulheres na Ciência: Avanços e Desafios”, cuja exposição foi realizada pela Prof^a. Dr^a. Ezra Chambal Nhampoca (Universidade Eduardo Mondlane - UEM / Moçambique) e pela Prof^a. Dr^a. Patrícia Margarida Farias e Coelho (Universidade Santo Amaro / UNISA), sendo a mediação feita pela Prof^a. Dr^a. Cláudia Regina de O. Vaz Torres (PPGIES - UNEB/Campus XI) em que estudantes, tanto dos cursos de Graduação, quanto estudantes do curso de Pós-Graduação estiveram presentes e puderam participar na condição de ouvintes e também de forma dialógica a partir da exposição realizada pelas professoras convidadas, constituindo-se, assim, uma atividade de caráter científico.

O fomento ao diálogo em conformidade com a conjuntura que envolve a temática foi proposto a partir das explanações realizadas com intuito de instigar a comunidade acadêmica sobre como as mulheres, que em diferentes contextos, foram submetidas à uma situação de necessidade de resistência perante a um regime construído histórico e socialmente, de forma patriarcal, conforme Gerda Lerner (2019,p.158): “A sociedade patriarcal tinha como características a linhagem patrilinear, leis de propriedade que garantiam aos filhos meninos direito à herança, dominância masculina nas relações de propriedade e entre os sexos, burocracias militares, políticas e

religiosas.”, tais características foram atribuídas na sociedade considerada o berço da civilização ocidental (Mesopotâmia).

Neste sentido, esta temática relaciona-se com as pautas contra hegemônicas, cujas discussões devem ser disseminadas nas universidades públicas e demais espaços em que se propaga diálogos transgressores e de resistências. Em vista disso, as referências que subsidiaram o Colóquio foram compartilhadas previamente para que, de modo consone, pudessem aportar o diálogo.

O número baixo de mulheres na ciência, devido aos problemas enfrentados cotidianamente que marcam sua trajetória, impedindo-as de seguir a carreira almejada, coadunando com as questões de gênero e poder - pontos contundentes levantados pela Prof^a.Dr^a.Ezra Chambal Nhampoca e que mobilizaram o debate e as reflexões; utilizando a literatura transgressora, apresentando os escritos de Lília Momplé (2021), a Dr^a. Ezra Chambal disseminou contribuições ímpares no que tange à necessidade de rompimento de paradigmas impostos para as mulheres, não somente as moçambicanas, mas em um contexto abrangente. Para além do teor literário, o artigo científico “*Educação e direitos das mulheres em tempos de pandemia em Moçambique*” (Nhampoca,2021) subsidiou a explanação, tendo em vista as prerrogativas que abarcam o marco pandêmico e as relações estabelecidas entre ser mulher e as vivências acadêmicas durante este período.

De modo incisivo, mulheres ocuparam lugares e realizaram pesquisas que constituem um legado para a ciência; as resistências e ocupações possuem relevância histórica e demarcam lugares que evidenciam essas marcas. A Profa. Dra. Patrícia Margarida Farias e Coelho inspirou provocações acerca de como o lugar da mulher na sociedade burguesa e machista vem sendo repellido, todavia, existem as superações em meio ao caos hegemônico, por isso, a importância em rememorar os feitos históricos por parte das mulheres no campo científico.

Coadunando com as discussões expostas - *Mulheres do/no campo: Enfrentamentos e Rupturas - Um Legado de Resistências* constitui-se uma escrita que parte das inquietudes vivenciadas nos contextos pessoais e profissionais, fomentado pelas discussões acadêmicas, deste modo, sua preponderância ampara-se na contribuição sobre a temática em discussão, de modo que possa mobilizar debates e proposições que ultrapasse os muros da academia e gere transformações sociais.

Para tanto, este capítulo está organizado conforme a seguinte estrutura: introdução; metodologia; desenvolvimento: mulheres camponesas: um histórico de luta e resistência; repercussões reflexivas oriundas do colóquio: formas de existir/resistir nos contextos sociais, econômicos e políticos vivenciados pelas mulheres camponesas; considerações finais.

Metodologia

O colóquio na condição de um gênero discursivo (Bakhtin, 2003, p.263) abrange uma pertinência na disseminação do conhecimento científico através de explanação com abertura para o diálogo, assim como contestações, apresentação de argumentos e debates sobre um assunto em pauta, de acordo com o Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa - Michaelis online, 2024: “Encontro de especialistas de determinado assunto com o objetivo de debater ideias ou discutir pontos de vista sobre um determinado tema”.

Acerca dos referenciais teóricos compartilhados pela Secretaria do Programa (PPGIES), entre eles, a obra *Paz na Terra e Guerra em Casa* (2014), sendo de autoria da Prof^a. Dr^a. Isabel Maria Alçada Padez Cortesão Casimiro - Universidade Eduardo Mondlane, Maputo - Moçambique, enfatiza o movimento de luta em que mulheres no Moçambique defrontaram no período posterior a independência do colonialismo português; a condição de colônia foi propícia para a disseminação do legado das desigualdades e da violência contra as mulheres em todos os sentidos, com isso, as resistências foram e continuam sendo necessárias, reiterando, Casimiro (2014, p.53):

[...] era necessário criar espaços a nível da comunidade científica e da sociedade civil que permitissem a produção de conhecimentos sobre as condições de vida das mulheres, a fim de resgatar e dar a conhecer as contribuições das mulheres para a sociedade e para a cultura, retirando-as da invisibilidade a que a história as foi lançando.

Destarte, o aporte bibliográfico articulado à uma atividade dialógica admite uma construção que deve reverberar para resultados propositivos quanto ao tema pautado e que permitam novas reflexões, dessa forma, a condução do tema constituiu-se a partir da relevância epistêmica e metodológica, de tal modo, ancorou-se na abordagem qualitativa; conforme Minayo (2016, p. 20): “ A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares [...]”. Em vista disso, as particularidades que são explicitadas no fazer científico correspondem não somente às subjetividades das relações,

mas, possuem um caráter que demarca o lugar de cada uma delas, neste sentido, a amplitude subjacente à referida abordagem possibilita mobilizar debates e argumentações, para ainda, com aporte em Minayo (2016, p. 23):

O pesquisador que trabalha com estratégias qualitativas atua com a matéria-prima das vivências, das experiências, da cotidianidade e também analisa as estruturas e as instituições, mas, entendem-nas como ação humana objetivada. Ou seja, para esses pensadores e pesquisadores, a linguagem, os símbolos, as práticas, as relações e as coisas são inseparáveis. Se partirmos de um desses elementos, temos que chegar aos outros, mas todos passam pela subjetividade humana.

Em conformidade com a abordagem qualitativa, a pesquisa bibliográfica foi utilizada para aprofundar o conhecimento e abrir possibilidades de suporte teórico e de apropriação do tema em estudo. De acordo com Severino (2013, p.106): “Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.”.

“*Mulheres na Ciência: Avanços e Desafios*” - a mediadora (Prof^a.Dr^a. Cláudia Vaz) expôs observações plausíveis concernentes à temática: 1. A questão da desigualdade de gênero que, de forma histórica, repercute e dificulta às mulheres no avançar de suas carreiras e no alcance de posições acadêmicas; 2. A construção política e social que subalterniza as mulheres, cuja relação de poder é instituída de forma majoritária e patriarcal e que tem impregnado estereótipos e posicionamentos de cunho machista e segregador. Posto isso, as premissas aqui descritas possuem elementos que se articulam e colaboram para que uma discussão de ordem propositiva e superadora seja estabelecida, deste modo, as contribuições subsequentes foram preponderantes para o fortalecimento e subsídio ao diálogo.

A violência contra as mulheres em Moçambique de forma estrutural, de modo a atingir fortemente as moçambicanas, principalmente na esfera acadêmica foi um ponto discursivo durante o Colóquio, conforme Nhampoca (2021,p.03): “A educação em Moçambique ainda possui uma base sexista, desde o ensino primário até ao universitário”, coadunando com a explanação da Prof^a. Dr^a. Patrícia Coelho “*Mulheres Notáveis na Ciência*”, as relações estão postas a partir de uma construção de sociedade baseada no modo patriarcal, sendo assim, repercute em uma categoria (as mulheres). Em visto disso, é importante que se organize espaços de debate e ponderações acerca da realidade posta e que sejam disseminadas

as atuações femininas de forma superadora, resistindo a uma hegemonia majoritária - a categoria masculina.

Para Severino (2013, p.75): “O discurso científico é fundamentalmente raciocínio, ou seja, um encadeamento de juízos feito de acordo com certas leis lógicas que presidem a toda atividade do pensamento humano”. A partir deste propósito, a atividade acadêmica - Colóquio, constituiu-se um processo relevante, cujo delineamento metodológico permitiu o entrelaçamento de ideias, assim como a abertura ao diálogo, a disseminação e apropriação de conhecimentos que, certamente, poderão mobilizar outras percepções, pesquisas e materializações de caráter contra hegemônico.

Mulheres camponesas: um histórico de luta e resistência

No contexto de dependência e exploração pelo qual foi formado o povo brasileiro, desencadeou numa configuração social, cultural e econômica, onde os/as dominados/as sofrem até hoje os reflexos dessa conjuntura de imposição de um modo de vida hierárquico e opressor, como aponta Quijano (2005, p. 118): [...] “a dominação entre europeus e não-europeus significou uma nova forma de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados”.

Nessa relação de dominação, como afirma Cisne e Ianael (2022), fruto da nossa formação sócio-histórica baseada no modelo escravista patriarcal, encontramos o reflexo das desigualdades relacionadas também às vidas das mulheres. Infelizmente, elas são as primeiras a sofrerem com a escravização, principalmente as negras e indígenas. Sob esta ótica, racismo e patriarcado são funcionais ao capitalismo, que continuam até hoje a serviço das formas opressoras de exploração e dominação, sobretudo, dos sujeitos marcados por raça e sexo.

O panorama histórico da imposição patriarcal e colonialista da condição da mulher na sociedade, tem submetido às mulheres a travarem ferrenhas lutas na busca dos direitos de igualdade de gênero, acesso à terra, à saúde, justiça, educação, paridade salarial, política e condições de trabalho nas mesmas funções exercidas por homens, entre outros desafios.

O legado de resistência das mulheres no contexto mundial e em especial as mulheres camponesas é uma história de luta e resiliência, marcada por inúmeros enfrentamentos e conquistas ao longo do tempo.

Essas mulheres têm desafiado as normas sociais e os papéis de gênero tradicionais impostos pelo colonialismo e pelo sistema capitalista vigente, abrindo caminho para uma maior igualdade e justiça no campo e na sociedade como um todo.

As mulheres brasileiras, assim como as mulheres moçambicanas sempre resistiram ao colonialismo português, participando de vários movimentos relevantes contra a exploração colonial portuguesa, conforme Nhampoca (2021, p. 114). No Brasil, é importante destacar a luta de mulheres camponesas que estiveram à frente, resistindo, e, muitas delas se doaram e resistiram a ponto de perderem a vida na luta do/no campo.

De acordo com o site institucional (marchadasmargaridas.org.br), é pertinente um destaque para Margarida Alves - mulher camponesa que participou da fundação do Movimento Mulheres do Brejo, um movimento que teve sua fundação em 1980, cuja pauta de luta são os direitos das mulheres no estado da Paraíba, mais precisamente as mulheres camponesas; Margarida Alves foi pioneira na condição de sindicalista rural.

Na labuta a favor dos direitos das mulheres camponesas, Margarida Alves atuou na linha de frente, denunciando a falta de respeito e todos os abusos que os donos das usinas açucareiras cometiam contra trabalhadoras e trabalhadores na região da Paraíba naquela época, com isso, latifundiários sentiram-se incomodados. Margarida Alves vivia sob ameaças constantes, lamentavelmente, foi assassinada em 12 de agosto de 1983.

A partir do ano 2000, no mês de agosto é realizada a Marcha das Margaridas em memória ao assassinato de Margarida Alves. Esta marcha “coloca milhares de mulheres do campo, da floresta e das águas vindas de todo o Brasil em marcha nas avenidas de Brasília, no Distrito Federal”, sendo assim: “Seu caráter formativo, de denúncia e pressão, e também de proposição, diálogo e negociação política como Estado, tornou-se amplamente reconhecida como a maior e mais efetiva ação das mulheres no Brasil.”, (marchadasmargaridas.org.br/como acontece).

Assim como Margarida Alves, também foram brutalmente silenciadas e seguem esquecidas na nossa história tão recente, lideranças quilombolas, como Francisca das Chagas (Maranhão) e Maria Trindade (Pará), foram assassinadas em 2016 e 2017, respectivamente, conforme Santos (2017, p.05). Elas lutavam por seus territórios, pelos direitos dos povos do campo e da floresta e contra o racismo que os/as exclui do acesso à terra desde a colonização. Essas mulheres enfrentavam os poderosos do ponto de vista político e econômico, detentores do agronegócio,

responsáveis pela expansão e manutenção dos latifúndios e dos grandes empreendimentos que destroem os bens naturais e modos de vida dos povos do campo e da floresta (Terra de direitos, 2018).

Outra liderança quilombola que foi covardemente assassinada recentemente, Bernadete Pacífico, de 72 anos, baiana e coordenadora da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq), tendo sido morta a tiros dentro da Associação do Quilombo Pitanga dos Palmares, em Simões Filho no ano de 2023, conforme dados apresentados em site institucional (conaq.org.br). Essas mulheres são exemplos de resistência e luta por transformação social e comunitária.

As mulheres aqui citadas, cuja intenção não é a de rememorar mais um ou alguns casos de violências, que em um dado momento repercutiu na história brasileira, de modo contundente, intenta-se para evidenciar a mulher em sua condição minorizada perante uma sociedade machista e separatista, contudo, enfrentaram e outras mais que continuam à frente, continuam enfrentando o regime que são submetidas.

Deste modo, o ceifar de vidas por uma causa coletiva, não representou a perda das forças de uma classe, contrariamente, fomentou mais despertamentos e fez com que a classe se fortalecesse, deste modo, um legado de resistência tem sido disseminado a partir do levante de lutas direcionadas por mulheres.

Prosseguindo, ao evidenciar a historicização de tragédias ocorridas em nível de Brasil, sendo, apenas, uma pequena parte delas, pois, tantas outras mais veladas ocorrem cotidianamente, traduz-se o quanto a herança de uma formação sob o viés da dominação e exploração é possível causar; as marcas são indelévels, outrossim, as fazem (nos fazemos) mulheres que subsistem no combate ao caos majoritário.

Neste sentido, as rupturas fazem parte de um processo em que resistir é muito mais que necessário diante da condição de subalternização e posicionamentos machistas, tem a ver com a construção de caminhos para que a posteridade encontre meios, incentivos, exemplos de rompimento das estruturas, com isso, estejam dispostas às mobilizações.

Repercussões reflexivas oriundas do Colóquio: formas de existir/resistir nos contextos sociais, econômicos e políticos vivenciados pelas mulheres camponesas

A Profa. Dra. Cláudia Regina de O. Vaz Torres, na condição de mediadora do Colóquio, enfatizou sobre o pensar a mulher, seus valores, sua determinação e seus propósitos. Nesse intento, vale refletir também sobre as formas de existir/resistir das mulheres, em especial as mulheres camponesas nos contextos sociais, econômicos e políticos em que estão inseridas.

Historicamente as mulheres têm um legado de luta e determinação, assim como em Moçambique que, como aponta Nhampoca (2021), as mulheres lutaram pela independência do país, no Brasil não foi diferente, de acordo com Starling e Pelegrino apud Mansur (2022), merece destaque: Bárbara de Alencar, que teve participação na Revolução Pernambucana de 1817, movimento precursor da Independência, Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, a única mulher que participou da Inconfidência Mineira, revolta de caráter republicano contra o domínio colonial português. Ela ajudava na comunicação entre os inconfidentes e, depois, com os principais líderes presos, além de fazer articulações para que o movimento seguisse adiante (Mansur,2022, p.02).

Maria Felipa de Oliveira, escravizada liberta que lutou pela independência da Bahia, havendo um destaque em defesa de Itaparica em janeiro de 1823, período em que a ilha foi atacada pelos invasores portugueses. Ela e as companheiras usavam uma planta urticante para golpear soldados e chegaram a lançar tochas contra navios de Portugal. Maria Quitéria de Jesus, baiana que se disfarçou de homem para participar da luta armada contra os portugueses. Ela cortou o cabelo, vestiu as roupas do cunhado e se apresentou como soldado Medeiros a um batalhão (Mansur,2022, p.02).

Outra situação que Nhampoca (2021) aborda em seu texto - *A voz narrativa de Lília Momplé: um marco de referência no feminismo moçambicano* (2021) compartilhado como referência para orientar as discussões do Colóquio é a exploração da mulher moçambicana, sua inferiorização e a discriminação de gênero que não tiveram fim, com a independência. Segundo a autora, libertou-se o país do regime colonial, mas a discriminação contra mulher, sustentada por crenças e hábitos culturais,

infelizmente não foi extinta. No Brasil a mulher também continuou a ser explorada, submissa aos ideais conservadores e machistas aqui existentes.

Nesse contexto, vale ressaltar que, como aponta Toledo (2001), a desigualdade das mulheres começa com a divisão sexual do trabalho e se consolida com a constituição dos gêneros sociais, onde determinadas funções são direcionadas para mulheres, sendo consideradas atividades femininas e outras para os homens, vistas como atividades masculinas, diferenciando o tratamento recebido pelos diferentes gêneros como respeito, reconhecimento, modo e estilo de vida. Observa-se com isto que, as pessoas, independentemente de qual seja seu sexo, são tratadas segundo um padrão específico, o de gênero. Frente ao exposto, é válido destacar que:

Em função de vários fatores históricos, é consolidada uma forma de opressão específica caracterizada pela relação entre o patriarcado e o capitalismo. Tal relação é sustentada fortemente por uma superestrutura ideológica baseada em valores, costumes e crenças. Dessa forma, tal forma de opressão somente será superada quando houver uma profunda mudança na infraestrutura que possa romper com a sociedade privada e com a divisão de classes. (Taborda, 2013, p. 92).

Diante dessa realidade histórica, as mulheres do campo – àquelas que não possuem latifúndios e sofrem com as condições precarizadas de ser e estar no campo em território brasileiro, começaram a se articular na perspectiva de se libertarem de qualquer tipo de opressão e discriminação, de se constituírem como sujeitos de sua própria história, na busca sobretudo por justiça e igualdade de direitos tentando romper com os preconceitos e estigmas construídos ao longo do tempo. De acordo com Taborda (2013), o movimento das mulheres do campo brasileiro é proveniente da luta política que deu início na década de 80. Desde então, o país vive uma nova etapa, uma vez que a população intensificou o processo de abertura democrática dando vazão ao surgimento de organizações populares e sindicais e luta pelos direitos da classe trabalhadora.

Dentre as organizações, cabe destacar o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), articulado em todas as regiões do país que juntamente com outros movimentos a saber: Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Pastoral da Juventude Rural - PJR, Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.

Segundo o MMC essas articulações entre os movimentos foram marcadas por diversas mobilizações por todo país. Tudo isso reafirmando a luta impregnada nas diferentes formas de existir/resistir de mulheres camponesas nos contextos sociais, econômicos, políticos, mais precisamente na questão de gênero e classe, pois são mulheres que lutam pela igualdade nas relações pertencentes à classe das trabalhadoras e trabalhadores, movidas pelo sentimento de fortalecer a luta em defesa da vida e do direito de permanecer no campo com dignidade.

Considerações finais

As mulheres, em Moçambique, sempre resistiram ao colonialismo português, participando de vários movimentos relevantes contra a exploração colonial portuguesa. (Nhampoca, 2021, p. 07)

Resistir perante um regime com raízes históricas, culturais e que move as estruturas sociais requer tomada de posição, organização política e condução de um processo contra hegemônico; a luta de classes instaurada pela categoria de mulheres, independente do contexto geográfico, possui em sua essência um movimento constituído a partir dos resultados da opressão patriarcal, não diferente das demais categorias, todavia, existe uma separação sexista, cujas raízes sempre evidenciaram as fragilidades femininas como meios de impedimento para estarem à frente dos movimentos, das reivindicações de classes.

Nesse contexto, observa-se nitidamente a resistência das mulheres diante das adversidades impostas ao longo do tempo, bem como o enfrentamento através da luta de forma coletiva e organizada, em prol da emancipação, igualdade de direitos, cidadania e transformação social.

Para tanto, os enfrentamentos e as rupturas constituem-se marcos históricos e embora assumindo estratégias ímpares e diversas, sendo as atividades desenvolvidas dentro das universidades públicas uma delas, referenciando aqui o Colóquio - *Mulheres na Ciência: Avanços e Desafios* (UNEB/Campus XI). O legado de resistências é crucial no combate à exploração, negação e marginalização das mulheres em todos os sentidos em nossa sociedade, mais precisamente, a mulher camponesa que em sua conjuntura de território sofre os percalços advindos da classe burguesa e patriarcal.

A partir do exposto, conclui-se que, considerar a base de formação do território brasileiro implica na necessidade de mobilizar as estruturas,

ser mulher e estar no campo condiz com essa realidade, resistir e romper abrange contextos de formação diversa, de ocupar, organizar, mobilizar a favor de uma causa, pois, assim como supracitado, vidas já foram “custadas”, isso implica no fator resistência em todas as suas instâncias, haja a vista, o mover de vidas, das relações sociais e de posicionamentos contra hegemônicos.

Referências

AVIZ Roselete Fagundes de; NHAMPOCA, Ezra Alberto Chambal.

A voz narrativa de Lília Momplé: um marco de referência no feminismo moçambicano. Revista protagonismo de mulheres negras. Florianópolis: v.25, n. 2, p. 191-201, maio-ago. 2022.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**; introdução e tradução do russo Paulo Bezerra; prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov. - 4ª ed.- São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Biblioteca Universal).

CASIMIRO, Isabel Maria. **Paz na terra, guerra em casa.** - Recife: Editora UFPE, 2014.

375 p. – (Série Brasil & África. Coleção Pesquisas). Disponível em: <<https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/493/483/1454>> Acesso em: 21 de maio de 2024.

DESLANDES, Suely Ferreira; Neto, Otavio Cruz; Gomes, Romeu; Minayo, Maria Cecília de Souza - (organizadora). - Pesquisa social: teoria, método e criatividade. - 7ª reimpressão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens** / Gerda Lerner; tradução Luiza Sellera. – São Paulo: Cultrix, 2019.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **Marcha das Margaridas.** Disponível em: <<https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=oquee>> Acesso em 19 de maio de 2024.

MANSUR, Rafaela. **Bicentenário da Independência: livro conta a trajetória de mulheres protagonistas da história do Brasil.** Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg>. Acesso em 24 de maio de 2024.

MICHAELIS ON-LINE. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. **Colóquio.** Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno->

portugues/busca/portugues-brasileiro/col%C3%B3quio> . Acesso em 22 de maio de 2024.

MMC. MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **A afirmação de muitas histórias**. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/home/historia/>. Acesso em 24 de maio de 2024.

MULHERES NA CIÊNCIA: AVANÇOS E DESAFIOS, Colóquio; nº 01, 2024. Serrinha/BA: Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Layza Queiroz. **A violência de gênero na luta das mulheres**. Curitiba, PR, 2017. Disponível em: < <https://www.terradedireitos.org.br/acervo/artigos/a-violencia-de-genero-nas-lutas-das-mulheres/22440> >. Acesso em 22 de maio de 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim; **Metodologia do Trabalho Científico**. 1 ed. – São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5562413/mod_resource/content/1/Metodologia-Do-Trabalho-Cientifico-23%C2%AA-Edicao-Severino-EBOOK-Escolhido.pdf > Acesso em 24 de maio de 2024.

TABORDA, Noele Walter. **Mulheres Camponesas e o dia 08 de março na luta de classes**. Revista Grifos. Nº 34, 2013.

Capítulo 16

PROTAGONISMO DAS MULHERES NA CIÊNCIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Marizete Barbosa de Lima Souza

Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus XI
marize809@yahoo.com.br

Everton Nery Carneiro

Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus XI
ecarneiro@uneb.br

Introdução

O presente capítulo é fruto das reflexões do I Colóquio intitulado: “Mulheres na ciência: avanços e desafios promovido pelo programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI- Serrinha, realizado no dia 08/03/2024, mediado pela Profa. Dr^a Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres (PPGIES – UNEB), com a exposição da Profa. Dr^a Ezra Chambal Nhampoca (UEM-Monçambique) e Profa. Dr^a Patrícia Margarida Farias e Coelho (Universidade Santo Amaro-UNISA), que estabeleceram interlocuções sobre os avanços e desafios das mulheres na ciência. O colóquio contou com a participação de professores/as e discentes do Programa, além de alguns membros da comunidade acadêmica.

A participação das mulheres na ciência tem sido amplamente estudada, dada sua relevância para o avanço do conhecimento. As desigualdades de gênero, frequentemente associadas a fatores estruturais e culturais, continuam a impactar de maneira significativa a trajetória das mulheres no campo científico. Nesse contexto, torna-se essencial compreender tanto as conquistas históricas das mulheres na ciência quanto os desafios persistentes que ainda enfrentam.

Este capítulo tem por objetivo examinar a trajetória das mulheres na ciência, com ênfase nas barreiras que dificultam sua ascensão profissional e nas oportunidades criadas por políticas de inclusão e reconhecimento. Ao

abordar essas questões, pretende-se contribuir para o debate em torno da construção de um ambiente científico mais equitativo, no qual o potencial das mulheres seja devidamente reconhecido e valorizado.

Após as leituras indicadas para o colóquio e revisão de artigos científicos sobre a temática organizamos este estudo trazendo uma discussão sobre o protagonismo das mulheres na ciência, descrição dos principais conceitos apresentados no colóquio e consideração finais.

A metodologia deste estudo, de natureza qualitativa e fundamentada na pesquisa bibliográfica, apoiou-se nas anotações realizadas durante o colóquio, bem como nos referenciais teóricos e artigos científicos relacionados ao protagonismo das mulheres na ciência, visando expandir o debate acerca dos desafios e perspectivas da luta por igualdade de gênero no mundo científico.

Ao final, apresentamos as principais considerações deste texto, mostrando que apesar de inúmeras conquistas, as mulheres continuam a enfrentar desafios significativos apontando desigualdade de gênero, discriminação e preconceito. O protagonismo das mulheres na ciência não apenas corrige uma longa trajetória de exclusão, mas também assegura que a ciência se beneficie da diversidade de talentos e perspectivas, essenciais para enfrentar os desafios complexos do século XXI.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica que visa ampliar o debate a respeito da trajetória das mulheres no campo científico, destacando a superação de barreiras históricas e estruturais, além do crescente protagonismo feminino em diversas áreas do conhecimento. As discussões apresentadas neste artigo foram desenvolvidas, tendo como base estudos já realizados sobre a temática e das reflexões promovidas no I Colóquio: “Mulheres na ciência: avanços e desafios”. Entendemos que a pesquisa bibliográfica se caracteriza pela sistematização de estudos registrados em materiais como livros, revistas, entre outros e ainda: “Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas”. (Marconi e Lakatos, 2003, p. 183).

A pesquisa qualitativa foi escolhida por permitir uma compreensão aprofundada e alargada dos fenômenos em estudo, estabelecendo uma

relação dinâmica entre a realidade observada e os sujeitos envolvidos. Minayo (2015) define metodologia como o caminho traçado entre o pensamento e a prática utilizada para compreender uma determinada realidade. Nesse sentido, seguimos um percurso baseado nas leituras sugeridas pelos organizadores do colóquio, nas reflexões das expositoras e na análise de artigos científicos. Foram consultados artigos acadêmicos que tratam da trajetória das mulheres na ciência, selecionados pela sua relevância e aderência aos objetivos da pesquisa.

Desenvolvimento

Protagonismos das mulheres na ciência

O protagonismo feminino na ciência denota a crescente participação e liderança das mulheres em diversas atividades científicas, refletindo a luta contínua das mesmas para obter igualdade de oportunidades e reconhecimento em um campo que foi historicamente dominado por homens. Conciliar a carreira científica com as responsabilidades pessoais é um desafio significativo para muitas mulheres, já que a carga desproporcional de trabalho doméstico e cuidados familiares muitas vezes limita o tempo que elas podem dedicar à pesquisa e ao desenvolvimento profissional. (Alves, 2013).

Historicamente, o conceito de gênero tem sido um fator determinante na delimitação de espaços, bem como na produção e reprodução de desigualdades sociais, políticas e econômicas entre mulheres e homens. Nesse sentido, o gênero deve ser compreendido como uma categoria socialmente construída, que influencia profundamente as dinâmicas de poder e as relações estabelecidas entre os diferentes grupos sociais. “Como a condição social através da qual nos identificamos como sujeitos masculinos e femininos. É diferente de sexo, termo usado para identificar as características anatômicas que diferenciam os homens das mulheres e vice-versa” (Goellner, Guimarães e Macedo, 2011, p. 20).

A cultura predominante ainda perpetua desigualdades de gênero, mantendo a crença de que a capacidade feminina é inferior à masculina. Segundo Marques (2009), essas dificuldades são especialmente evidentes em áreas como as ciências, onde a participação das mulheres é relativamente recente, com um crescimento expressivo a partir de meados do século XX. Esse acesso ampliado resultou de um esforço contínuo pela igualdade de direitos, bem como da crescente demanda por mão de obra qualificada para

o desenvolvimento de atividades estratégicas. “O acesso desigual à educação foi, e é ainda, em muitos países, um dos fundamentos da desigualdade entre as mulheres e os homens” (Kovaleski; Tortatto; Carvalho, 2013, p.10).

Segundo Rambaldi e Probst (2017, p.125) “As mulheres nunca estiveram ausentes da história, ainda que a historiografia tradicional, durante décadas, as tenha excluído.” Ao longo da história, tem-se observado uma resistência persistente em proporcionar oportunidades e reconhecimento às mulheres nas atividades científicas. Pinto e Soares (2021, apud Bandeira, 2008) salientam que as lutas pela inserção e protagonismo feminino em carreiras científicas refletem uma construção histórica das relações sociais humanas.

Oliveira (2019) observa que o silenciamento das mulheres na sociedade é uma consequência da subordinação histórica imposta pelo homem branco e heterossexual, onde a opressão e exploração femininas se manifestam nas construções culturais de gênero e sexo. A análise de relatos históricos tem se mostrado uma estratégia eficaz para promover uma nova perspectiva sobre as ciências e repensar o papel desempenhado por homens e mulheres na história do conhecimento científico.

Nessa perspectiva, é importante considerar que a entrada das mulheres na ciência, esfera pública, necessariamente, não as tem desobrigado das responsabilidades com o cuidado da casa e filhos, já que persiste a tradicional divisão sexual do trabalho. Desse modo, a mulher-mãe-pesquisadora, se depara com uma jornada excessiva, na qual precisa dar conta das exigências da vida acadêmica e das responsabilidades familiares (Silva; Ribeiro, 2014, p. 460).

Entende-se que o desenvolvimento da carreira científica das pesquisadoras brasileiras está intrinsecamente ligado aos processos históricos de combate à desigualdade de gênero, bem como à luta pelo reconhecimento de seus direitos. Esse processo abrange tanto o papel que essas mulheres ocupam na sociedade quanto sua capacidade de refletir sobre o significado de suas escolhas e de assumir o protagonismo em suas trajetórias profissionais (Ribeiro, 2019).

Ainda de acordo com (Costa; Fernandes, 2015), mulheres cientistas trazem novas ideias e abordagens que podem levar a descobertas significativas e avanços tecnológicos, a representação igualitária de mulheres na ciência serve como inspiração para futuras gerações, incentivando meninas e jovens mulheres a perseguirem carreiras científicas. Além disso, a igualdade de gênero na ciência pode contribuir para a construção de sociedades mais justas e equitativas. No entanto, Casimiro (2014) destaca que as mulheres

continuam a enfrentar desvantagens significativas em diversas áreas, como emprego, educação, saúde, acesso à justiça e representação política. Além disso, a violência contra as mulheres tem se tornado mais prevalente e é amplamente aceita como uma parte integrante da realidade africana, refletindo profundas desigualdades de gênero enraizadas no contexto sociocultural. Sendo assim:

A entrada das mulheres na universidade deu-se de forma gradual; mesmo tendo acesso ao mundo acadêmico, o fizeram principalmente nas áreas de humanas sendo “culturalmente” excluídas da área tecnológica e da saúde. Mesmo hoje percebe-se que há preponderância feminina nas áreas humanas, caracterizando-se quase nichos femininos. [...] Tal cenário nos leva a pensar nas dificuldades das mulheres na academia, nos embates que travam, nos entraves à progressão na carreira, entre outros aspectos. (Gomes; Siqueira. 2010, p. 1-3).

Segundo Silveira (2019, p. 38), “embora as mulheres sejam cerca de metade da população mundial, quando se trata de representação em ciência, tecnologia, engenharia e matemática, elas estão em número bem menor”. A desigualdade de gênero não apenas limita a participação das mulheres na produção científica, mas também as exclui de determinados setores do mercado de trabalho e de cargos de liderança, frequentemente considerados predominantemente masculinos. Essa exclusão é sustentada por discursos que perpetuam a crença de que o gênero feminino é menos capacitado em termos de racionalidade e objetividade.

A participação das mulheres na ciência tem crescido nas últimas décadas, porém elas continuam enfrentando barreiras significativas para ingressar e avançar em suas carreiras. Muitas outras mulheres seguiram e continuam a ser fontes de inspiração, como é o caso de Jaqueline Goes de Jesus (1989), biomédica recentemente nomeada Embaixadora da Ciência no Brasil, constituindo mais um exemplo significativo dessas conquistas. Mulher, negra e nordestina, Goes de Jesus coordenou a equipe responsável pelo sequenciamento do genoma do vírus SARS-CoV-2 apenas 48 horas após a confirmação do primeiro caso de COVID-19 no Brasil. “Mulheres como ela abriram caminhos, demonstrando que é possível ocupar espaços de diferentes graus de relevância, produzindo trabalhos de impacto e alcançando reconhecimento. Por isso, têm um papel fundamental na representatividade”, ressalta (Máximo, 2018).

Além disso, Máximo (2018), argumenta que: “As novas gerações precisam mais do que exemplos para se espelharem e se inspirarem; necessitam de condições reais e concretas para acessar, permanecer e transitar no meio acadêmico, em todas as suas áreas e espaços, inclusive

nos de poder e decisão.” Apesar da desvalorização, as mulheres continuam desempenhando um papel ativo na produção científica, realizando pesquisas e fazendo contribuições significativas. Mesmo enfrentando desigualdades e desafios persistentes, elas já são maioria em diversas áreas, como nas ciências da saúde, na educação e nas ciências humanas.

O empoderamento feminino na ciência é essencial para promover mudanças duradouras nesse campo, o que envolve a promoção da igualdade de gênero e a garantia de acesso das mulheres à educação e às oportunidades profissionais. Portanto, para enfrentar esses desafios, diversas iniciativas e programas têm sido implementados, incluindo políticas de inclusão, reconhecimento e prêmios específicos para mulheres na ciência. Organizações como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) têm promovido campanhas para valorizar e premiar o trabalho das mulheres na área científica. Sendo assim, o reconhecimento das contribuições femininas é fundamental para o progresso do conhecimento científico.

Colóquio: “Mulheres na ciência: avanços e desafios

O I Colóquio intitulado: “Mulheres na ciência: avanços e desafios promovido pelo programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI- Serrinha, realizado no dia 08/03/2024, o evento integra as atividades obrigatórias do PPGIES e representa uma oportunidade valiosa para o aprofundamento de temas emergentes, proporcionando subsídios importantes para pesquisas no âmbito do mestrado profissional.

O colóquio foi mediado pela Profa. Dr^a Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres (PPGIES – UNEB), que a partir da exposição da Profa. Dr^a Ezra Chambal Nhampoca (UEM-Monçambique) e Profa. Dr^a Patrícia Margarida Farias e Coelho (Universidade Santo Amaro-UNISA), estabeleceram interlocuções sobre os avanços e desafios das mulheres na ciência.

O evento contou com a participação de professores e discentes do Programa, além de alguns membros da comunidade acadêmica. Inicialmente, foram fornecidos textos subsidiários sobre a temática para leitura prévia, com o objetivo de potencializar a proposta dialógica

do colóquio e apoiar a elaboração dos escritos, que constituem um dos produtos propostos pelo PPGIES.

O colóquio foi aberto pela Professora Dr^a Claudia Regina (PPGIES – UNEB), com a apresentação da temática e das professoras que ministraram a discussão. Posteriormente, Profa. Dr^a Ezra Chambal Nhampoca (UEM-Moçambique), usou o seu lugar de fala, enquanto mulher negra, africana e moçambicana. A partir de sua fala por intermediação tecnológica, compreendemos o contexto histórico, que permeia a vida das mulheres africanas, onde, além da negação de acesso à educação, enfrentam questões que afetam profundamente sua subjetividade e identidade feminina.

A Palestrante destacou que muitas mulheres enfrentam obstáculos para progredir em sua formação acadêmica devido à ausência de instituições educacionais próximas às suas residências, bem como à insuficiência de vagas no sistema educacional. Em Moçambique, a prioridade no acesso à educação tende a ser conferida aos homens. Destacou também que outro fator limitante para a continuidade dos estudos femininos, em determinadas regiões do país africano, é a falta de segurança no trajeto entre seus lares e as escolas, comprometendo, assim, a proteção e o bem-estar dessas mulheres.

A palestrante citou Mia Couto, renomado escritor moçambicano, ressaltando que somos diversos, e não devemos apagar a nossa diversidade. Refletiu também sobre a importância de reconhecer e abraçar as diferenças, argumentando que essas diferenças enriquecem a sociedade e fortalecem as conexões humanas. As mulheres moçambicanas desenvolveram estratégias para conquistar o reconhecimento e a valorização de suas vozes na literatura e na sociedade, destacando a importância de uma abordagem feminista que considere as particularidades culturais e históricas que moldam suas experiências. (Nhampoca; Aviz, 2021).

A literatura de Lília Mompé transmite mensagem feminista, tem opinião própria, toma suas próprias decisões, com destaque no empoderamento feminino, refletindo um compromisso profundo com e a autonomia das mulheres. Em suas obras, Mompé apresenta uma visão crítica e consciente das questões de gênero, oferecendo uma narrativa que sublinha a importância da voz e da opinião feminina. Assim, sua literatura não apenas aborda questões feministas, mas também promove um espaço para que as mulheres sejam ouvidas e reconhecidas em suas múltiplas dimensões.

Seguindo a programação, a Prof. Dr^a Patricia M. F. Coelho destacou que a informação é uma das ferramentas mais eficazes para combater preconceitos, estereótipos e injustiças. Nesse contexto, espera-se que o sucesso das mulheres nas Ciências contribua para a promoção da consciência sobre suas conquistas, ajudando a desconstruir preconceitos raciais e de gênero que têm raízes históricas desde a época da colonização. Isso deve estimular uma reflexão e um pensamento crítico sobre questões de gênero. (Coelho, 2024), tendo ainda destacado que Nogueira (2011) afirma que, no Brasil, a presença feminina em diversos níveis de pesquisa é comum. No entanto, ainda persistem barreiras relacionadas ao gênero, sendo necessário promover uma mudança de mentalidade, visto que, mesmo no século XXI, há quem ainda considere que certos tipos de trabalho são adequados apenas para homens ou mulheres. Além disso, são necessárias ações governamentais para abordar essas desigualdades.

A palestrante falou sobre cuidar de si mesmo e dos outros, empatia e respeito, não se pode falar em educação sem amor, parafraseando freire, que afirma que cuidar de si mesmo e dos outros é um princípio fundamental na prática educativa. A empatia e o respeito são, portanto, pilares essenciais que devem permear o processo educativo.

Discutir amplamente as conquistas das mulheres nas ciências é importante para inspirar e abrir caminhos, incentivando outras mulheres a se apropriarem de seu conhecimento e ocuparem espaços de destaque. A educação é o ponto de partida fundamental para transformar essa realidade. As escolas desempenham um papel crucial ao incentivar, desde cedo, o interesse de meninas por ciência e tecnologia, permitindo que explorem seu potencial e percebam essas áreas como opções viáveis de carreira.

Por fim, foi aberto espaço para continuidade a partir do diálogo com o público. O Colóquio foi um passo fundamental para reconhecer as contribuições das mulheres, entender os desafios e explorar oportunidades para promover a igualdade de gênero na ciência. É essencial que nos dediquemos ao processo de desconstrução de uma cultura machista. Esta é, sem dúvida, uma tarefa desafiadora, pois até mesmo as mulheres, muitas vezes, internalizam uma visão de mundo que associa a feminilidade ao papel de cuidadora principal da família, enquanto direciona as meninas para áreas tradicionalmente ligadas às humanidades.

Considerações finais

Apesar dos avanços significativos alcançados pelas mulheres na ciência, ainda há muito a ser realizado para atingir a plena igualdade de gênero. A implementação de políticas eficazes, programas de apoio e um compromisso contínuo com a promoção da igualdade são fundamentais para a criação de um ambiente em que todos os cientistas, independentemente de gênero, possam prosperar e contribuir plenamente para o progresso do conhecimento científico.

O protagonismo feminino na ciência é um fenômeno complexo que envolve a superação de barreiras históricas e culturais, a participação feminina na ciência é crucial para o avanço do conhecimento e da inovação, apesar dos desafios, as conquistas e as iniciativas atuais trazem esperança de um futuro mais inclusivo. A sociedade precisa reconhecer a capacidade das mulheres de ocupar os mesmos espaços que os homens, pois progresso feminino nas carreiras científicas é fruto de grande esforço e perseverança. (CHASSOT, 2004).

Diante desse cenário, torna-se crucial promover a formulação e implementação de políticas públicas que incentivem uma cultura de equidade de gênero na ciência. Essa transformação deve começar na educação básica, por meio do incentivo e encorajamento de meninas a explorarem e se envolverem em áreas científicas. Essas mudanças de atitude e pensamento são fundamentais para a construção de um futuro mais inclusivo, com mais oportunidades e valorização para todas as mulheres. Somente por meio de ações concretas e contínuas será possível alcançar um ambiente científico verdadeiramente igualitário e diversificado. (Nascimento, 2016).

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. 225 p. (Coleção prismas).

ALVES, A. **Divisão Sexual do Trabalho: A separação da produção do espaço reprodutivo da família**. Revista Trabalho, Educação e Saúde, 11(2), 271-289. Doi:10.1590/S1981-77462013000200002, 2013.

CASIMIRO, I. M. *Paz na Terra, Guerra em Casa* - Série Brasil & África-Coleção Pesquisas 1. Pernambuco: Editora da UFPE, 2014.

CHASSOT, Attico. **A Ciência é masculina? É sim senhora!** Contexto e Educação, Editora UNIJUÍ, nº 71/72, p. 9-28, 2004.

COELHO, Patrícia Margarida Farias e. **I Colóquio – Mulheres na ciência: avanços e desafios.** PPGIES, UNEB, Campus XI. Serrinha/BA, 08 de março de 2024.

COSTA, Angelica Felicio; FERNANDES, Hylío Laganá. **Concepções de cientista em escolas urbana e rural no interior de São Paulo.** X Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – X ENPEC, Águas de Lindóia, SP – 24 a 27 de Novembro de 2015.

GOELLNER, Silvana Vilodre; GUIMARÃES, Aline Rodrigues; MACEDO, Christiane Garcia. **Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais: reflexões a partir de uma experiência em sala de aula.** In: SILVA, Fabiane Ferreira da; MELLO, Elena Maria Billig. (Orgs.). *Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação.* Uruguaiana: UNIPAMPA, 2011, p. 13-27.

GOMES, Beatriz de Azevedo; SIQUEIRA, Vera Helena Ferraz de. **Questões de gênero na carreira de professoras universitárias na área das ciências biomédicas.** Acesso em: 17/01/2017. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278282211_ARQUIVO_ARTI. Acesso em: 02 de maio 2024.

KOVALESKI, Nádia Veronique Jourda; TORTATO, Cintia Souza Batista; CARVALHO, Marília Gomes de. **As relações de gênero na história das ciências: Contra todas as probabilidades, as mulheres participaram do progresso científico e tecnológico.** *Emancipação*, v. 13, n. 3, p. 9-26, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Fabrício. **Poder Feminino. Recorde de laureadas mostra como cresce a presença das mulheres no topo da ciência.** *Política C&T*, Ed. 165, Fapesp. Acesso em: 20/01/17. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2009/11/01/poder-feminino/>. Acesso em: 10 de julho. 2024.

Máximo, Maria Elisa. **Mulheres na ciência: notas sobre visibilidade e representatividade das pesquisadoras no jornalismo científico.** *Redes - Revista Interdisciplinar da Faculdade Ielusc*, 1 (1), 2018: pp. 95-107.

MINAYO, Maria C. de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e**

criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

NHAMPOCA, E. A. C. **Educação e direitos das mulheres em tempos de pandemia em Moçambique.** Revista de Educação Pública, v. 30, p. 1-21, 2021.

NHAMPOCA, Ezra Alberto Chambal. ***I Colóquio - Mulheres na ciência: avanços e desafios.*** PPGIES, UNEB, Campus XI. Serrinha/BA, 08 de março de 2024.

Nascimento, J. (2016). **Políticas Públicas e Desigualdade de Gênero: Considerações sobre os campos do trabalho, da política e da ciência.** Mediações, 21(1), 317-337. doi:10.5433/2176-6665.2016v21n1p317.

OLIVEIRA, L. A. C. **A Noção de interseccionalidade na obra “quem tem medo do feminismo negro?”** Anais Seminário Interlinhas, Fábrica de Letras, 2019.

PINTO, P. G.; SOARES, M. H. F. B. **Possíveis relações dos conteúdos de Química, Física e Biologia com os poderes das Super-Heroínas.** Química Nova na Escola, Vol. XX, N° YY, 2021.

RAMBALDI, Amália K.; PROBST, Melissa. **As mulheres representadas nos livros didáticos: história do Brasil.** In. Revista Interfaces Científicas, Aracaju, v. 5, n. 3, p. 123-134, jun. 2017.

Ribeiro, M., Teixeira, M., & Duarte, M. (2019). **Life Design: Um paradigma contemporâneo em orientação profissional e de carreira.** São Paulo: Vetor.

SILVA, F. F.; RIBEIRO, P. R. C. **Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”.** Ciência e Educação, Bauru, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wNkT5PBqydG95V9f4dJH4kN/?lang=pt>. Acesso em: 20 agosto 2024.

SILVEIRA, Maria Lucimar Alencar de Sousa. ***A (in)visibilidade da produção científica feminina nos livros didáticos de biologia, física, química e matemática do Ensino Médio aprovados no PNLD para o período de 2009 a 2020 na cidade de Caçu-GO.*** 2019. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação para Ciências e Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Educação para Ciências e Matemática, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Jataí, 2019. Acesso em: 06 julho de 2024.

MULHERES NA CIÊNCIA: UM CONTEXTO DE LUTAS DAS MULHERES PELO ACESSO E PERMANÊNCIA À EDUCAÇÃO

Suzete Patrocínio de Souza

Angélica Gimenes Naranjos

Patrícia Júlia Souza Coelho

Introdução

Este capítulo emerge de discussões tecidas no I Colóquio: “Mulheres na ciência: avanços e desafios” promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI, Serrinha – Bahia.

O I Colóquio foi realizado no dia 8 de abril de 2024, às 8 horas, no auditório da UNEB, Campus XI. A mediação da exposição foi realizada pela Professora Dr^a. Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres - PPGIES/ UNEB e a exposição da temática sobre “Mulheres na ciência: avanços e desafios” aconteceu pela voz da Professora Dr^a. Ezra Chambal Nhampoca, Universidade Eduardo Mondlane – UEM/Moçambique e pela Professora Dr^a. Patrícia Margarida Farias e Coelho – Universidade de Santo Amaro – UNISA, as quais apresentaram em debate os desafios que as mulheres têm enfrentado em Moçambique e no Brasil e, também, em outras partes do mundo para serem inseridas no mundo do trabalho. Também se ressaltou neste encontro o intenso movimento das mulheres para serem reconhecidas no campo acadêmico para que assim possam contribuir com as ciências em diferentes áreas do conhecimento.

Neste cenário, o presente capítulo discute a temática que envolve as mulheres na ciência, sob a perspectiva de suas lutas, a fim de terem o direito ao estudo, que no contexto de Moçambique, conforme, citado na exposição, apresenta resquícios de práticas colonizadoras e machistas. Nesse contexto sexista, onde os homens eram e ainda são considerados

superiores em relação às mulheres, conforme Nhampoca; Aviz (2021), mulheres moçambicanas criaram estratégias para obter reconhecimento e a valorização de suas vozes na literatura e na sociedade, enfatizando a necessidade de uma abordagem feminista que leve em conta as especificidades culturais e históricas dessas mulheres.

A primeira fala do colóquio se fez pelos relatos de Professora Dr^a. Ezra Chambal Nhampoca, por videoconferência. Considerando reflexões teóricas apresentadas pela pesquisadora foi possível compreender o contexto histórico, cultural e político que perpassam a vida das mulheres, principalmente no contexto africano, onde além da negação de acesso à educação, elas precisam lidar com questões que invadem a subjetividade feminina.

Dr^a. Ezra Chambal Nhampoca ressaltou, ainda, que grande parte das mulheres não conseguem avançar nos estudos pela falta de escolas próximas aos lugares onde moram e/ou por falta de vagas no sistema escolar, visto que em Moçambique a prioridade educacional é destinada ao sexo masculino. É necessário salientar que outro fator que impede as mulheres seguirem com os estudos, vigentes em algumas regiões de Moçambique, é a falta de segurança para que elas possam ir à escola e voltar para seus lares protegidas.

Em um estudo realizado por Nhampoca (2021), em Moçambique, ela destaca que cabe as mulheres, desde muito cedo, a educação doméstica, a fim de prepará-las para o desempenho de funções concernentes ao cuidado com o lar e dos irmãos menores, como, também, prepará-las para o futuro casamento.

O segundo momento foi realizado pela voz da Professora Dr^a. Patrícia Margarida Farias e Coelho – Universidade de Santo Amaro – UNISA, de forma remota, no Campus XI da UNEB de Serrinha – BA.

Em sua fala presencial, a Professora Dr^a. Patrícia Margarida Farias e Coelho evidenciou a questão das mulheres negras que são condenadas ao preconceito pela cor da pele sem ter como quesito sua inserção na ciência por mérito de competência e dedicação aos estudos acadêmicos e pesquisas. Dessa forma, a palestrante apresentou as mulheres que têm se destacado nas ciências e relatou a dificuldade que encontram para serem ativas na área em que estão inseridas, ora pelo preconceito racial, ora pelo preconceito machista, entre outros que tentam que impedem essas mulheres de contribuírem, por intermédio de seus estudos e pesquisas, com a sociedade em que estão inseridas.

O terceiro e último momento foi aberto para perguntas da plateia e para o encerramento com as considerações da Professora Dr^a. Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres do PPGIES/UNEB, a qual ressaltou a relevância da mulher na ciência e as contribuições que realizam para a sociedade.

Metodologia

Esse trabalho foi desenvolvido a partir das discussões realizadas no I Colóquio: “Mulheres na ciência: avanços e desafios”. O Colóquio é um espaço de diálogo entre os expositores, mediadores, professores/as, mestrands/as e as comunidades acadêmica e externa, e tem como principal objetivo promover debates e aprofundar as reflexões acerca da temática apresentada. Dessa forma, a sistematização neste texto se compõe em dois momentos. O primeiro concernente à escuta atenta que se fez através dos discursos das palestrantes e o segundo através da leitura dos textos indicados, assim, ambos compõem a escrita desse artigo.

A metodologia do estudo tem inspiração bibliográfica de abordagem qualitativa onde além das falas das expositoras, utilizamos artigos e outros materiais científicos para o seu desenvolvimento, considerando a temática em pauta. De acordo, Severino (2007) a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes nos textos (Severino, 2007, p. 22).

Desse modo, a pesquisa bibliográfica é essencial para o pesquisador ampliar seus conhecimentos teóricos acerca do tema discutido, pois as contribuições de outros autores fornecem subsídios para discorrermos de acordo com a nossa interpretação.

No que tange a abordagem qualitativa, André (2005, p. 47) afirma que “[...] as abordagens qualitativas de pesquisa se fundamentam numa perspectiva que valoriza o papel ativo do sujeito no processo de produção de conhecimento e que concebe a realidade como uma construção social”. Com base na citação da autora, é oportuno ressaltar, que na pesquisa qualitativa os pesquisadores têm possibilidade de interagir com os sujeitos,

buscando compreender os acontecimentos, já que nessa perspectiva não somos apenas pesquisadores, mas, atores sociais.

Para embasamento teórico, a discussão desse artigo se recorreu às pesquisas de Nhampoca; Aviz (2021), Nhampoca (2021), Casimiro (2014), textos indicados pelo PPGIES, que apresentam, em seu teor, o percurso das mulheres para ocuparem o lugar na sociedade, a fim de serem reconhecidas como produtoras de conhecimento. Tais textos contribuíram para a ampliação da compreensão das falas da professora Dr^a. Ezra Chambal Nhampoca e da professora Dr^a. Patrícia Margarida Farias e Coelho, potencializando, assim, o nosso entendimento sobre a temática apresentada no Colóquio.

Mulheres na ciência: lutas pelo acesso e permanência na educação.

Sobre a luta das mulheres ao acesso e à permanência na escola, tomamos com base a sociedade africana em Moçambique, através de uma breve contextualização desde as lutas contra a colonização portuguesa na década de 60 até os dias atuais.

Por muito tempo foi negado às mulheres, daquele país, o acesso à educação por questões culturais e sociais, além das relações de gênero, em que os homens exerciam poder de soberania sobre as mulheres. Nesse sentido, Nhampoca; Aviz (2021, p. 108) afirmam que “o cânone da literatura moçambicana é constituído, majoritariamente, por homens, o que significa que a representação dominante da mulher moçambicana é uma construção masculina”.

Dessa forma, as mulheres não tinham espaço no campo da literatura, por esse ser um campo dominado por homens, as mulheres eram silenciadas nesse contexto. Entretanto, nesse cenário, se destaca Lília Momplé, uma escritora moçambicana, referência no que concerne à afirmação do papel das mulheres na cultura naquele país, constituindo-se como uma voz poderosa na denúncia na invisibilidade, na marginalização e no silenciamento impostos às mulheres moçambicanas, tanto pela cultura ocidental, como pelos escritores moçambicanos.

Todavia, vale ressaltar que, por muitos anos, esse silenciamento não estava restrito às mulheres do continente africano, mas a toda população através da “colonialidade do poder”, que, de acordo com Quijano (2005), estava diretamente ligado ao capitalismo colonial e eurocêntrico em que os

colonizadores exploravam os negros, os inferiorizando devido ao fenótipo, como a cor da pele, tipo de cabelo, ou seja, a sua raça. Conforme Munanga (2022), raça é um conceito social e político construído para oprimir a população negra, visto que: “[...] para o biólogo molecular ou o geneticista humano a raça não existe, ela existe na cabeça dos racistas e de suas vítimas” (Munanga, 2022 , p. 121).

Nesse sentido, Noa (2002 apud Nhampoca, 2021, p. 110) reflete sobre os romances da literatura colonial, como representação de um imaginário europeu, enquanto colonizador, sobrepondo àqueles que não tinham voz, ou seja, os colonizados, negros, africanos.

Para Noa (2002, apud Nhampoca, 2021), a literatura nasce em Moçambique, quando as vozes ocultas se tornam “descultas” no século XX, período em que começaram a emergir outras vozes, além das vozes dos homens brancos. Entretanto, é necessário falar sobre feminismo em Moçambique, reconhecendo a África e suas pluralidades, linguística, cultural, bem como as manifestações das mulheres no contexto das lutas armadas na libertação do país sob o domínio europeu.

Diante de tantas injustiças nos países africanos, homens e mulheres lutaram contra as discriminações e opressões, que feriam a dignidade humana no período colonial, em que podemos destacar a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), a partir de 1962, luta que mobilizou a sociedade contra o colonialismo português. As mulheres participaram dessa luta de maneira voluntária, exercendo importante papel nesse contexto, contudo, a sua emancipação e reconhecimento social ainda estavam distantes, pois o trabalho social que elas desenvolviam, fora do âmbito familiar, foi ignorado até a década de 80.

Nesse contexto, Nhampoca; Aviz (2021) relatam que muitas mulheres moçambicanas participaram das batalhas armadas, lutaram com os homens para libertar o país da colonização portuguesa, elas buscavam, sobretudo, defender a população ao seu redor, além do cuidado próprio, elas se preocupavam com o futuro da nação ao tempo que defendiam seus interesses, pleiteando o fim da discriminação de gênero.

Desse modo, Casimiro (2014) aponta que “em 1965, um ano após o início da luta armada, que um grupo de mulheres solicitou treino militar à direcção do movimento, para poder garantir a defesa das populações, à sua responsabilidade e, que o primeiro grupo se prepara e constituiu o Destacamento Feminino (DF)” (Casimiro, 2014, p. 228-129, apud Casimiro, 1986, p. 127-130).

A integração das mulheres no contexto das lutas, enquanto guerrilheiras, não foi uma tarefa fácil, Nhampoca; Aviz (2021) indicam que houve resistência por parte de alguns homens em aceitar a inserção das mulheres nas lutas, por diversas razões, entre elas a crença machista arraigada em sua formação, que na concepção deles se dava de forma injusta:

[...] somente de homem para homem, como, por exemplo, do colono para o colonizado ou do homem branco para o homem negro, mas não consideravam injusto que se explorasse, violentasse, discriminasse a sua mulher, aceitando como naturais tais violências. Por essa razão, defendiam que, na luta, o papel das mulheres devia resumir-se ao dever de cozinhar para os guerrilheiros (Nhampoca; Aviz, 2021, p. 116).

Casimiro (2014) corrobora com os posicionamentos de Nhampoca; Aviz, (2021) sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no período das lutas pela libertação colonial ao ressaltar que: “as mulheres que se haviam juntado à luta funcionavam, muitas vezes, como produtoras e reprodutoras, fonte de prazer sexual para os guerrilheiros” (Casimiro, 2014, p. 229). Diante ao julgamento que recebiam como determinado pela sociedade machista, as mulheres buscaram treinamento militar e se juntaram aos homens nas lutas armadas para a emancipação da sua nação. E, mesmo diante de uma demonstração de força e coragem, ainda eram subjugadas na relação de gênero como um ser inferior aos homens guerrilheiros, homens esses que as viam com o dever de servi-los e de saciar seus desejos sexuais.

No contexto de lutas das mulheres pela emancipação do país e a busca pela garantia de seus direitos, enquanto cidadãs foram criadas, em Moçambique, diversas organizações de mulheres, as Organizações não governamentais (ONG's) que objetivavam melhorar as condições sociais das mulheres que compunham a classe trabalhadora, as menos favorecidas, que não detinham direitos de forma igualitária. Casimiro (2014) destaca pontos positivos e negativos dessas organizações, destacando como positivo o fortalecimento do diálogo entre os governos, estimulando a cooperação entre as ONG's na procura de pessoas qualificadas para desenvolver projetos, e, assim, torná-las mais independentes.

Dessa forma, os programas de ajustamento estrutural têm revertido muitos avanços alcançados pelas mulheres e movimentos sociais, desde a década de 1970, causando mudanças drásticas nos modelos de país, Estado, sociedade e políticas sociais. A reestruturação econômica tem sido

acompanhada por transições democráticas, onde formas liberais coexistem com instituições autoritárias herdadas de períodos anteriores.

Em relação aos pontos negativos citados por Casimiro (2014), se tem que a maioria das mulheres ainda enfrenta desvantagens em várias áreas, incluindo emprego, educação, saúde, acesso à justiça, representação política e participação em decisões importantes. A violência contra as mulheres está se tornando mais comum e é amplamente aceita como parte da realidade africana.

Nessa perspectiva, foram criadas organizações que defendiam os direitos das mulheres em diversas áreas, dando visibilidade às mulheres fora do contexto familiar e do lar. Nesse sentido, Casimiro (2014) destaca as empresárias, funcionárias públicas, profissionais ligadas à carreira jurídica, professoras entre outras. As mulheres se organizavam de forma solidária fora do contexto familiar, na tentativa de afastar o domínio do Estado, buscando autonomia no desenvolvimento coletivo do trabalho, buscando meios para amenizar as desvantagens em relação aos homens. Desse modo, a autora salienta que:

A partir de 1989 começou-se aparecer as primeiras organizações de mulheres fora do contexto da O.M.M. objetivando fomentar o desenvolvimento das mulheres moçambicanas em diversos contexto sociais e locais. Inclusive em 1990, foi criado o Gabinete da esposa do Presidente da República (GEPR), visando apoiar a esposa do presidente, Marcelina Chissano, nas suas funções oficiais, apoiando suas iniciativas sociais e culturais, no apoio aos programas de assistência às populações carentes, patrocinar programas culturais a nível nacional, organizar intervenções juntos as esposas dos dirigentes e embaixadores, buscando meios para conhecer a realidade do país. Em dezembro de 1996, o GERP decidiu criar uma ONG intitulada PROFAMÍLIA, com o objetivo de facilitar as atividades do GERP, bem como com os trabalhos de parceria. Essa ONG teria surgido por imposição dos beneficiários, sobretudo mulheres que trabalham com o gabinete desde o início da década de 90 (Casimiro, 2014, p. 283).

Contudo, a partir do exposto, é perceptível a preocupação por parte do poder público com os assuntos ligados às mulheres e à população carente, com a implantação do Gabinete da Esposa do Presidente da República (GEPR). Por meio da pressão das pessoas que eram atendidas no GEPR, bem como das mulheres que trabalhavam lá e conheciam as necessidades reais da população, foi criada a PROFAMÍLIA, a autora faz uma crítica-reflexiva, concernente a efetivação das ações do GEPR:

Com uma perspectiva de resolução de problemas concretos experimentados pelas mulheres e famílias, e no sentido da sua

independência econômica, no contexto de crise dum certo Estado de bem-estar social, parece que este Gabinete se orienta por uma perspectiva assistencialista, de tipo “Mulher no Desenvolvimento”, enquadrada na teoria da modernização, liberal-burguesa, em que as mulheres das elites privilegiadas realizam trabalho para os mais pobres sem, contudo, se desafiar as relações de poder existentes, as relações opressivas de gênero e o acesso e controlo de recursos e poder Casimiro (2014, p. 285).

Sendo assim, se fez necessário a criação de novas organizações que garantissem, além da promoção das mulheres, a defesa dos seus direitos. Nesse contexto, no final de 1991, foi criada a Associação Moçambicana Mulher, Lei e Desenvolvimento – MULEIDE, que como aufere Casimiro (2014, p. 292) seus objetivos são:

Elevar o estatuto da mulher, contribuindo para o seu bem-estar e para eliminar o grande desequilíbrio existente em relação às oportunidades e acesso e controlo de recursos e poder; contribuir para o esclarecimento e debate sobre a situação legal da mulher na sociedade moçambicana; propor às instituições competentes a revogação de diplomas legais que discriminam a mulher, impedindo deste modo, a sua participação na sociedade em pé de igualdade com o homem.

Considerando essa perspectiva, os principais objetivos dessa organização é garantir o bem-estar das mulheres a partir da diminuição de desigualdades em relação aos homens, combater qualquer forma de discriminação da mulher no tocante ao seu papel ativo na sociedade.

Dentre as várias organizações constituídas na perspectiva da emancipação das mulheres e o reconhecimento do seu papel social em Moçambique, destacamos a Associação Moçambicana da Mulher e Educação - AMME, criada em 1994, a partir dos anseios de um grupo de pessoas ligadas à educação que almejavam elevar as condições socioeconômicas e das professoras do ensino primário. Nesse sentido, Casimiro (2014, p. 316) reflete que:

Num país com uma grande percentagem de analfabetismo, do qual a maioria são mulheres, e que a profissão de professor primário não é feminina, como noutros países, compreende-se a importância e a urgência de melhorar a situação das poucas mulheres e, de trabalhar para mudar a imagem que a sociedade tem destes profissionais, depois de durante muito tempo, serem respeitados pelas comunidades.

Conforme citado por Casimiro (2014), essa realidade na composição do profissional para a educação na infância é diferente em outros países, como no Brasil em que a educação voltada às crianças bem pequenas, Educação Infantil, é composta em sua maioria por mulheres.

Em Moçambique a AMME é responsável por atividades de formação destinada às mulheres docentes e ativistas, nesse sentido, conforme Casimiro (2014) a AMME atua na valorização do trabalho docente, formação profissional dos professores, considerando a importância do contexto escolar para a população mais vulnerável.

De acordo com Casimiro (2014), em março de 1980, em Maputo, foi realizada a III Conferência da Organização da Mulher Moçambicana (O.M.M.) a qual apresentou “como objectivo principal, a implementação da emancipação da mulher” (Casimiro, 2014, p. 241). A partir desse evento, as mulheres Moçambicanas passaram a ser inseridas nos programas de alfabetização e iniciação científica. Para Casimiro (2014), a O.M.M. foi a organização que de fato contribuiu para libertação das mulheres em Moçambique, até 1989, essa era a única organização em defesa das mulheres.

Relacionando as lutas das mulheres moçambicanas pelo reconhecimento de gênero ao contexto das mulheres brasileiras, se percebe manifestações de discriminação de gênero no Brasil. O Censo de 2022 declarado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) destaca as mulheres possuem jornada dupla, ou seja, estão inseridas no mercado de trabalho e se ocupam com os afazeres domésticos, uma jornada 54,9% maior em comparação a dos homens (Brasil, 2022). É possível mencionar a função das professoras que atuam na docência da Educação Infantil, as quais são consideradas, pela sociedade, como uma função irrelevante, ou seja, um trabalho de menor valor.

Casimiro (2014) destaca que a construção da identidade feminina deve partir de sua formação, competências e habilidades para a vida social, visto que associar a rotina da mulher somente a habilidade de cuidar é um fato preocupante, pois para valorização do papel social da mulher frente ao processo de identificação e construção das novas identidades femininas se faz necessário refletir e erradicar todas as formas de opressão e subordinação no continente africano, assim como no Brasil.

Nhampoca; Aviz (2021) dão ênfase à obra, “Os olhos da cobra verde”, da escritora moçambicana, Lília Momplé. Esta obra recebe destaque, pois seus contos encorajam as mulheres a se desprender das submissões a elas impostas. Nesse contexto, Momplé transpôs barreiras por meio da escrita. Nesse contexto, ressaltam que:

Essa mulher, certamente, poderá impostar sua voz, poderá sair do silêncio e da invisibilidade a ela relegada se as feministas assumirem

seu papel, preocupando-se em incluir, na academia, investigações que revelem vozes até então silenciadas. Está aqui uma destas vozes: o Khilá de Lília Momplé. Na voz que emerge da sua escrita, sentimos a força da sua canção (Nhampoca; Aviz, 2021, p. 127).

As autoras, nesse sentido, chamam atenção para a necessidade da inclusão das pesquisas no campo acadêmico que objetivem revelar as vozes das mulheres, por muito silenciadas. Assim, é importante abrir espaços para ouvir as narrativas das mulheres, saber o que pensam, o que querem e o que almejam para o presente e futuro.

Assim, o movimento reflexivo sobre a luta das mulheres africanas para saírem da invisibilidade e suas manifestações contra as formas de discriminação sofridas no contexto histórico cultural e social, em Moçambique, nos possibilita perceber avanços significativos na conquista do feminismo africano. Sobre a concepção de que é inerente a mulher o instinto maternal para cuidar do outro, Nhampoca (2021) afirma que primeiro é preciso cuidar de si e depois de outras pessoas, ter a sua subjetividade respeitada, sentir-se bem, buscando segurança e assim possibilidades para cuidar do outro numa troca recíproca.

Nhampoca (2021) expõe que a educação em Moçambique, apesar das lutas das mulheres e dos movimentos feministas, ainda possui uma base sexista, como já discutimos ao longo desse trabalho, direito negado durante muito tempo às mulheres.

Entretanto, a autora destaca alguns avanços no acesso a educação das meninas na escola, um debate realizado na televisão sobre o ensino primário em Moçambique, em 2020, foram apresentados dados que mostraram que nos últimos anos, no ensino primário, um número elevado de meninas ingressou na escola, chegando a superar o número de meninos, porém conforme elas vão crescendo, o direito a educação diminui por questões que ressaltamos anteriormente, sobretudo nas regiões rurais, onde reside 66.6%, a maior parte da população moçambicana.

Os principais fatores para a descontinuidade dos estudos das mulheres moçambicanas são: a violência sexual contra meninas e os casamentos prematuros. De acordo com Nhampoca (2021), o número de meninas violentadas sexualmente é muito grande e, nesse sentido, organizações governamentais e não governamentais têm buscado meios para erradicar esse crime. É notável a vulnerabilidade das meninas e mulheres em Moçambique, mesmo quando conseguem estudar, pois parte delas precisam deixar os estudos como uma forma de se resguardarem dos abusos sexuais. Dessa forma, Moçambique precisa erradicar as violências

cometidas contra as mulheres, promover ações de conscientização para que a sociedade perceba que a violência contra mulheres causa danos psicológicos e que a mulher possui os mesmos direitos que os homens.

Considerações finais

Em Moçambique, por muito tempo, as mulheres foram consideradas de menor importância no contexto social, caracterizando dessa forma uma sociedade patriarcal, onde valorizam apenas a figura masculina como provedor e chefe de família, as mulheres ficavam incumbidas dos trabalhos domésticos, cuidados com os filhos, com os irmãos, em condição de subserviência, pois a ideia apresentada é que cabe a mulher o papel de cuidar. Nessa perspectiva, se concebia a ideia que elas tinham habilidades para servir as necessidades do outro, de maneira incansável.

Na cultura brasileira, as mulheres vêm conquistando, através de muitas lutas, o direito de exercer funções profissionais fora de casa, fora do contexto familiar. Porém, grande parte das mulheres continua sobrecarregada com a organização/administração de assuntos ligados aos serviços domésticos de sua casa e de sua família, sobretudo na educação dos filhos. Vale ressaltar, também, que muitas mulheres assumem o papel de chefe de família, como as mães que não constituíram matrimônio e que cuidam de seus filhos sem o apoio paterno, ou as mulheres solteiras sem filhos. Sobre o papel de subordinação que repercute sobre a figura feminina e perpassando pela composição familiar constituída por mãe, pai e filhos/filhas, alguns homens ainda possuem o pensamento ultrapassado de que algumas funções delegadas às mulheres só devem ser exclusivamente executadas por elas.

A partir do exposto, se analisa que o movimento de mulheres emerge das necessidades históricas, em que os respectivos contextos demonstram que as mulheres devem estar inseridas nas áreas que desejarem, visto que possuem competência e isso foi explicitado no I Colóquio: “Mulheres na ciência: avanços e desafios”, através das vozes da Profa. Dr^a. Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres, da Profa. Dr^a. Ezra Chambal Nhampoca da Profa. Dr^a. Patrícia Margarida F. e Coelho. As falas dessas mulheres, mediadora e convidadas, foram potentes, pois apresentaram todo histórico de opressão, de lutas e de conquistas vivenciadas por mulheres e que grandes contribuições trouxeram à sociedade. Dessa forma, a tarefa do cuidar que até então era tida como inerente à mulher, por conta da maternidade e até mesmo do casamento, se transformou em opção, visto que na atualidade a

mulher pode escolher o espaço que deseja ocupar, mesmo com as críticas realizadas pela sociedade a mulher pode conquistar seu espaço e valorizar a sua voz, deixando de ser oprimida pela sociedade sexista.

Referências

- ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro ed. 2005. (Série Pesquisa; vol.13).
- BRASIL. **Agência de Notícias – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Estatísticas de Gênero. Uberlândia: Editoria: Estatísticas Socias, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358> / acesso em maio 2024.
- CASIMIRO, I. M. **Paz na Terra, Guerra em Casa-** Série Brasil & África- Coleção Pesquisas 1, Pernambuco: Editora da UFPE: 2014.
- MUNANGA, K. O mundo e a diversidade: questões em debate. **Estudos Avançados**, v. 36, n. 105, p. 117–129, maio 2022.
- NHAMPOCA, E. A. C.; AVIZ, R. F. de. A voz narrativa de Lília Momplé: um marco de referência no feminismo moçambicano. ISSN: 1807 – 8214. **Revista Ártemis**, vol. XXXII nº 1; jul./dez, 2021. pp. 108-129.
- NHAMPOCA, E. A. C. Educação e direitos das mulheres em tempos de pandemia em Moçambique. **Revista de Educação Pública**, v. 30, p. 1-21, jan./dez. 2021.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas**). Colecciûn Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autonoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/> acesso em abril 2024.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

CARTOGRAFIA DE SABERES DECOLONIAIS: O PPGIES COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CT&I) PARA FOMENTO A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO TERRITÓRIO DO SISAL

Aderilson Anunciação de Oliveira

Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus XI

aderilsonpsi@gmail.com

Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres

Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus XI

vaztorres@gmail.com

Introdução

O rompimento com práticas excludentes carece de uma implicação intencional por parte daquela/e que almeja a execução de novas formas de subjetivação. Formas estas que precisam sustentar-se no acolhimento, reconhecimento e validação das múltiplas subjetividades e saberes. Neste prisma, assumir uma postura decolonial é subverter/contrapor a hegemonia paradigmática dos saberes eurocêntricos por compreender que os saberes oriundos/emergentes do “sul do mundo” são suficientes para atender as necessidades locais.

A introdução de uma crítica pós-colonial traz a possibilidade que os saberes e as subjetividades não sejam assumidas como elementos prontos, fixos, acabados, mas sim como algo que está em construção e reconstrução e essa dinâmica se desenvolve dentro de um contexto. Miglievich-Ribeiro (2014), corrobora com essa reflexão ao apontar que “os estudos pós-coloniais explicitam que os erros da modernidade vitoriosa nunca foram efeitos perversos, imprevistos, indesejáveis, produtos precoces da incompletude do projeto moderno, mas seus elementos intrínsecos” (Miglievich-Ribeiro, 2014, p. 68).

O Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social, da Universidade do Estado da Bahia (PPGIES), por sua vez, assume uma postura decolonial ao reconhecer, validar, visibilizar e articular-se com os saberes locais da região intitulada “Território do Sisal”. Portanto, o movimento de “fazer com”, inaugura a conexão transdisciplinar¹ entre a Universidade e a Comunidade na qual está locada, num balé horizontalizado que mistura saberes, vivências e subjetividades.

O PPGIES desenvolve diversas ações durante o ano, entre essas ações estão os Seminários e Colóquios, eventos fixos que visam aproximar a Universidade da Comunidade. O Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS) colabora significativamente para que essas atividades possam ocorrer e que delas surjam reflexões relevantes que favorecem para o desenvolvimento do território, promovem formação integral e possibilitam a elaboração de inovação científica e tecnológica.

Este capítulo surge das provocações da professora doutora Patrícia Júlia Coelho (mediadora) e do professor doutor Marcius de Almeida Gomes (expositor) no Colóquio: Política de CT&I na Bahia e o papel das universidades que ocorreu no auditório da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Campus XI – Serrinha-BA, no dia 16 de agosto de 2024. O referido evento contou com a participação dos discentes atuais e egressos do PPGIES, docentes, funcionários da instituição e membros de outras instituições e da comunidade local.

Tendo como base as discussões e reflexões oriundas do evento e do lugar de vivência dos autores, enquanto membros da Universidade que visam a efetivação de práticas decoloniais surge este trabalho que tem por objetivo geral refletir a respeito de como o PPGIES se consolida como instrumento da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) para a efetivação da produção de saberes científicos decoloniais no território do sisal.

Para tanto, este capítulo critica a produção de saberes científicos que não se mobilizam para aproximação/conexão com os conhecimentos elaborados localmente. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica com viés qualitativo. Os referenciais teóricos foram o livro “Instituições de Ensino Superior e desenvolvimento regional: potencialidades e desafios”,

1 A Transdisciplinaridade busca a eliminação da dualidade entre o pesquisador e o seu “objeto de estudo”. Moreira *et al.* (2019, p. 332), traz que a transdisciplinaridade tem o compromisso de estabelecer “a conexão entre diferentes saberes”, porque entende que eles podem contribuir para a criação de novos saberes.

além de livros, artigos, entrevistas, etc., que versam sobre a temática abordada nele.

Metodologia

O percurso metodológico desse trabalho refere-se ao que Marconi e Lakatos (2017), intitulam de pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. As autoras supracitadas assumem que pesquisa bibliográfica

abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, artigos científicos impressos ou eletrônicos, material cartográfico e até meios de comunicação oral: programas de rádio, gravações, audiovisuais, filmes e programas de televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritas de alguma forma (Marconi; Lakatos, 2017, p. 200).

O viés qualitativo, por sua vez, demarca que este artigo não se sustenta em dados fixos e tem como alicerce a compreensão aprofundada daquilo que se investiga. Goldenberg (2004), traz que “na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.” (Goldenberg, 2004, p. 14).

A fundamentação deste capítulo foi elaborada a partir de autoras/es como: Deleuze e Guattari (1985); Quijano (2005); Ballestrin (2013); Miglievich-Ribeiro (2014); Mignolo (2017); Satolo *et al.* (2019); Souza *et al.* (2020); Gomes (2023); Lima (2023), entre outros. Foram utilizados artigos de repositórios como PePsic, Scielo, Capes e a Biblioteca Brasileira de Saúde (BVS) e também livros que discutem a temática de forma direta ou indireta.

A sua produção ocorreu a partir de anotações realizadas pelos autores deste trabalho durante o colóquio realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), intitulado: “Colóquio: Política de CT&I na Bahia e o papel das universidades”. A mediação deste evento ficou a cargo da professora doutora Patrícia Júlia Coelho e o expositor foi o professor doutor Marcius de Almeida Gomes. O professor Marcius utilizou como principal fonte de direcionamento das suas falas o livro intitulado: “Instituições de Ensino Superior e desenvolvimento regional: potencialidades e desafios”.

O levantamento de artigos nos repositórios supracitados foi feito utilizando os descritores “cartografia decolonial”, “Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social”, “decolonialidade e pós-graduação”, “Política De Ciência, Tecnologia e Inovação”. O texto foi organizado em três seções objetivando tornar a leitura mais fluída e acessível para as/os leitoras/es. As seções são as seguintes: Cartografia e Decolonialidade na pesquisa; A Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), as Instituições de Ensino Superior (IES) e o desenvolvimento nacional; O Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) e suas contribuições na produção de saberes decoloniais no Território do Sisal.

Desenvolvimento

Cartografia e decolonialidade na pesquisa

A/O cientista carrega consigo a angústia do “carecer saber” que jamais será saciado. É um olhar para o seu contexto na incessante busca pela compreensão do mundo, tendo a observação precisa para coleta de dados como o pilar de sustentação de uma análise assertiva. Diante disto, é mister apresentar que a seleção do que será investigado por ela/e dependerá de múltiplos fatores que se interconectam com a história de vida dessa/e profissional. Portanto, assumir uma perspectiva que almeje desconectar o/a pesquisador/a do território no qual a pesquisa acontece poderá ter como desdobramento a produção do apagamento da história subjetiva e singular daquela pessoa, destaca-se que foi essa mesma história que a/o levou até aquele momento.

Outrossim, faz-se necessário trazer o conceito de cartografia engendrado por *Deleuze e Guattari* (1985). Para eles a cartografia assume o papel de instrumento filosófico e metafórico para além de uma ideia estática do estudo dos mapas. Tem-se, então, o território não mais como um lugar apenas físico, mas também simbólico e subjetivo, repleto de multiplicidade, de não-linearidade, de conexões que geram contínuas transformações. Nas palavras dos autores supracitados:

O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação (Deleuze; Guattari,

1985, p. 21).

A partir disto, a produção de saber se materializa tendo como estrutura uma ótica horizontalizada, pois considera todos os saberes como dignos de reconhecimento e validação. A inexistência de hierarquia abre espaço para a transdisciplinaridade. Os autores supracitados trazem ainda o conceito de rizoma para pensar a partir de um modelo organizacional que tem como característica ser descentralizado, múltiplo e em constante transformação. Ou seja, “Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança [...]. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e... e... e...” (Deleuze; Guattari, 1985, p. 36).

Assumir uma cartografia de saberes é, portanto, firmar-se na defesa de uma diversidade científica e metodológica que se intercruza com as histórias de vida das pessoas que são afetadas direta e indiretamente por ela. É uma ciência plural que emerge da necessidade de reinvenção cotidiana e tem como finalidade dar conta das demandas do território que as/os cientistas pertencem. Desta forma, não há como pensar na produção de novos conhecimentos sem uma implicação no pertencimento ao lugar.

A valorização do território e dos saberes que nele existem se sustenta a partir da decolonialidade/descolonialidade. Esse conceito foi cunhado no final do século XX pelo Grupo Modernidade/Colonialidade, nele diversos pensadores latino-americanos, em especial Anibal Quijano (1930-2018), se organizaram e realizaram um movimento epistemológico que renovou as ciências sociais na América Latina.

Daí surge a crítica ao processo de colonização que se dá em várias vertentes: intelectual, cultural, religioso, comportamental, organizacional, etc. Para Quijano (2005), o colonialismo europeu deixou como herança uma estrutura de poder global baseada na raça, no controle econômico, social e epistêmico, que continua a existir mesmo após os processos de independência formal. Ele coloca que

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus [...]. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no

entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. (Quijano, 2005, p. 118).

O “giro decolonial” é, então, o caminho para a consolidação de uma sociedade antirracista, anticapacitista, antiLGBTfóbica, antisexistista, etc. Neste prisma, a equanimidade social perpassa a produção de ações e saberes que acolham a diversidade e respeite as subjetividades. É importante também criticar os meios de produção das subjetividades que já nascem apagadas. Para essas pessoas o reconhecimento do território (físico e simbólico), da cultura, da raça, da classe socioeconômica, da identidade de gênero e sexual não é possível. Ao não se reconhecerem em tais lugares/instâncias/papéis as suas preservações ficam comprometidas e colocar-se em posição de combate/enfrentamento torna-se impossível. Ter-se-á sujeitos reprodutores de apagamentos.

Cabe destacar que essas pessoas podem ser as/os cientistas que pesquisam nos seus territórios, mas não possuem consciência das implicações do seu fazer naquele contexto. Seus “objetos de estudos” tornam-se apenas meios pelos quais alcançam títulos, notoriedade social, prestígio acadêmico e progressão financeira. Ressalva-se que a ética da pesquisa chama a atenção para o fato de que não se pesquisa para si e sim para a sociedade, ou seja, o labor da/o cientista deve servir a sociedade e não aos seus caprichos egóicos.

Mignolo (2017), coloca que a colonialidade estabelece um padrão colonial de poder que serve para sustentar retóricas modernas que nutrem, exclusivamente, as justificativas que sustentam as violências coloniais. Destarte, a “descolonialidade é a resposta necessária tanto às falácias e ficções das promessas de progresso e desenvolvimento que a modernidade contempla, como à violência da colonialidade” (Mignolo, 2017, p. 13). É relevante reforçar que a decolonialidade não visa ocupar o lugar da colonialidade, nem se põe como verdade absoluta que visa superar todos os outros saberes.

Deste modo, tem-se a produção do saber cartográfico se (re) construindo na experiência/vivência e (re)criando novos sentidos e subjetividades. Tal elaboração é também rizomática, pois atua com múltiplas entradas, conexões e possibilidades, sem hierarquia ou um ponto fixo central. Ela explicita a criatividade e a emancipação das pessoas que estão envolvidas com a pesquisa, além de auxiliá-las na tomada de

consciência sobre seu fazer e os possíveis desdobramentos que ele pode gerar (Deleuze; Guattari, 1985).

Diante do exposto, é fulcral reafirmar que a diversidade de conhecimentos, a partir de uma ótica cartográfica, possibilita que haja uma interseção/interconexão entre os saberes previamente existentes na comunidade e os saberes que serão produzidos junto à pesquisa, transformando não só o “objeto de estudo”, mas também aquela/e que investiga.

A Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), as Instituições de Ensino Superior (IES) e o desenvolvimento nacional

A produção de novos saberes depende do suporte financeiro e este suporte pode emergir de vários dispositivos: públicos e privados. No Brasil em 2002 surgiu a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Ela foi criada objetivando

1. Criar um ambiente favorável à inovação no País; 2. Ampliar a capacidade de inovação e expandir a base científica e tecnológica nacional; 3. Consolidar, aperfeiçoar e modernizar o aparato institucional de Ciência, Tecnologia e Inovação; 4. Integrar todas as regiões ao esforço nacional de capacitação para Ciência, Tecnologia e Inovação; 5. Desenvolver uma base ampla de apoio e envolvimento da sociedade na Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; 6. Transformar CT&I em elemento estratégico da política de desenvolvimento nacional (IPEA, 2024).

Para que tais objetivos sejam efetivamente alcançados faz-se necessário que haja uma mobilização coletiva que vise dar condições para a materialização dessa política. Para tanto, é fundamental que a sociedade cobre do poder público o direcionamento da verba que irá atender essa finalidade. Tais recursos servem para a manutenção das Instituições de Ensino Superior (IES) já existentes e também para o estabelecimento de novos polos, estrategicamente localizados.

Brasil (2018), corrobora com essa ideia ao trazer que as IES “devem fortalecer na sua região não apenas o capital intelectual, mas o capital social – isto é, as relações de cooperação dos atores regionais para atingir objetivos comuns de melhoria das condições de vida das comunidades locais” (p.20). Outrossim, as Instituições de Ensino Superior têm um papel central no desenvolvimento territorial. É delas também o papel de promover melhorias para a comunidade na qual está locada. Todavia,

é mister apontar que ciência se faz com investimento, planejamento, autonomia, responsabilidade social e ética profissional.

Cabe reforçar que a escassez de recursos para a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) gera diversas problemáticas para o país, tais como a perda de pesquisadoras/es para o capital estrangeiro e privado e a interrupção de pesquisas que poderiam trazer mais qualidade de vida para a população. Minhoto (2023) aponta que

é preciso destinar recursos orçamentários de forma estável e perene, investindo em competências científicas instaladas e em infraestrutura, identificando necessidades e novos setores potenciais, além de constituir democraticamente um Sistema Nacional de Educação articulado a um Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (*apud* Gomes, 2023, p. 01).

Neste prisma, os Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia precisam de interação para que a CT&I seja efetivada como um instrumento basilar no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, social e sustentável de uma sociedade. Seu viés articulador possibilita, ainda, a interconexão entre a academia e as políticas públicas, ampliando a elaboração de políticas públicas assertivas no que se refere ao atendimento das demandas da sociedade. Portanto, a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação engendra o avanço científico, a aplicação tecnológica, a independência tecnológica e a criação de inovações que podem transformar a estrutura produtiva e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida da população.

É mister revisar a história do desenvolvimento científico do país. Tanto a história pregressa, quanto a atual apontam para uma realidade complexa a esse respeito, pois tem-se uma cultura de desvalorização do saber² e dos profissionais que se articulam com a sociedade para a produção desse saber. Souza *et al.* (2020), colocam que “parte desse problema deve-se à ausência de uma agenda política estruturada para o incentivo à pesquisa e à inovação no Brasil, além de uma estrutura complexa e engessada no sistema de pós-graduação e pesquisa implantado no Brasil” (Souza *et al.*, 2020, p. 03).

Portanto, é urgente que haja a expansão, consolidação e integração do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) para que a realidade científica do país sofra as alterações que possibilitarão ao Brasil ampliar o seu papel global na vanguarda da produção de inovações tecnológicas que favorecerão para o desenvolvimento nacional. É

2 Vide as diversas lutas da comunidade docente por direitos trabalhistas e condições dignas de trabalho (Oliveira, 2010).

fundamental também explicitar a relevância da articulação e da valorização das IES nos territórios para que este anseio seja alcançado a partir de práxis transdisciplinares.

O Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) e suas contribuições na produção de saberes decoloniais no Território do Sisal

O Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) está localizado no *Campus* XI da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) na cidade de Serrinha, no interior do estado da Bahia, na região intitulada “Território do Sisal”. Ele emerge da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação como instrumento de materialização das ações que visam o desenvolvimento regional por meio da setorização da produção de conhecimento científico.

O PPGIES visa contribuir para o desenvolvimento da competência acadêmica, científica e profissional dos mestrandos e egressos nas múltiplas áreas do conhecimento, de forma articulada e integrada, primando pela interdisciplinaridade, através da instrumentalização para a realização de intervenções educativas e sociais que contemplem os novos contextos de aprendizagens e as novas formas de subjetivação e organização comunitária em espaços do setor público e privado (PPGIES-UNEB, 2024, s/p).

A interdisciplinaridade do programa pode ser reconhecida tanto na formação das/os professoras do programa, quanto na formação das/os suas/seus discentes. Vê-se também nas referências utilizadas nas disciplinas, nas pesquisas e nos produtos gerados. Satolo *et al.* (2019), ao fazer um apanhado histórico do desenvolvimento da interdisciplinaridade na produção científica expõe que não existe um consenso em relação a epistemologia, nem a práxis interdisciplinar, mas faz saber que ela origina-se na Europa como forma de oposição a produção de conhecimento que “privilegiava a alienação da academia às questões da cotidianidade, como crítica ao funcionamento da instituição universitária e do lugar do saber no capitalismo” (Satolo *et al.* 2019, p. 05).

Embora não exista esse consenso a respeito da interdisciplinaridade, ela pode ser lida como a articulação de duas ou mais disciplinas visando a produção de novos saberes (Satolo *et al.*, 2019). Para a Capes (2008, p. 02 *apud* Satolo *et al.*, 2019), a interdisciplinaridade é um modo de se produzir o conhecimento, pois “implica trocas teóricas e metodológicas,

geração de novos conceitos e metodologias e graus crescentes de intersubjetividade, visando atender a natureza múltipla de fenômenos com maior complexidade” (Satolo *et al.*, 2019, p. 12).

O cunho interdisciplinar do PPGIES favorece para que a troca de saberes se estenda sobre as produções e tornem o conhecimento algo que atravessa as vivências das pessoas envolvidas. É mister aponta a implicação coletivizadora do programa. O “fazer com” proporciona tanto uma mobilização de ir ao encontro do outro, quando na produção do senso de pertencimento. Nessa perspectiva, a/o pesquisadora/or não é alguém a parte que invade a comunidade para extrair saberes, nem tampouco para introduzir de forma abrupta e descontextualizada novos saberes. Ela/e é alguém que participa da comunidade, interage com ela e dessa relação saberes inovadores surgem.

Para Lima (2023), a

a troca entre os pós-graduandos, na ótica da interdisciplinaridade, deve acontecer nas ações, pesquisas e intervenções como uma esperança de abraçar as ciências com intencionalidade, tecer relações que foram interrompidas, utilizando as variedades de linguagens existentes nas andanças que são proporcionadas no decorrer da formação (Lima, 2023, p. 41).

A decolonialidade seria, então, um movimento de afirmação dessas trocas que partem de uma interdisciplinaridade objetivando alcançar a transdisciplinaridade. Portanto, quando a/o pesquisadora/or vai até a comunidade quilombola³, ou até a escola em região rural⁴, ou ainda aproxima-se de alunas transexuais⁵, por exemplo, tem-se condições de colaborar para que os saberes de todas as pessoas ganhem visibilidade e sejam validados. Neste prisma, o papel do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social perpassa o âmbito acadêmico e acaba por se estender até a comunidade a partir das intervenções e dos produtos gerados.

O fortalecimento do território e dos saberes originários deles é um desafio, pois a tendência primeira será estruturar ações de aniquilamento

3 Dissertação da egressa Raiane Cordeiro de Araújo, intitulado: A construção dialógica de um paradidático na comunidade quilombola do maracujá em Conceição do Coité-Ba: olhares insurgentes no processo de ensino e de aprendizagem.

4 Dissertação da egressa Arlete Miranda Amancio Maciel, intitulado: Educação infantil do/no campo no município de Tucano-Ba: formação, práticas pedagógicas e aprendizagens de crianças de escolas rurais.

5 Dissertação da egressa Paula Valentine Soares de Freitas, intitulado: Percursos das mulheres cotistas transexuais na pós-graduação *stricto sensu* da UNEB: uma sistematização dialógica no âmbito educativo e social.

das subjetividades e dos corpos que compõe esse espaço geográfico. Ballestrin (2013), alerta para o histórico da academia de ser um espaço de saber-poder, no qual o controle se dá por meio da hierarquização dos saberes: tem-se o saber acadêmico mais relevante que o saber dos territórios por conta do seu rigor técnico.

Miglievich-Ribeiro (2014), aponta a decolonialidade como um desafio epistemológico, pois há nela a busca pelo rompimento com paradigmas hegemonicamente estabelecidos. Para a autora supracitada o giro decolonial “exige a vivência e o testemunho dos desmandos da colonialidade e da experiência nodal da subalternidade para tornar mais radical a crítica realizada à modernidade eurocêntrica-setentrional” (Miglievich-Ribeiro, 2014, p.72).

Faz-se necessário demarcar que o Território do Sisal é um conglomerado de municípios do interior do estado da Bahia no qual existem múltiplas potencialidades, que, por vezes, não se tornam ato em decorrência da intencionalidade daqueles que fazem a gestão, a partir dos grandes centros urbanos, em que o fracasso seja a ordem do dia. Outrossim, a efetivação do estereótipo de que a roça no sertão é o espaço da miséria e da pobreza se faz, não em decorrência da incompetência das pessoas desse lugar em transformá-lo, mas sim da interdição intencional do sucesso dessa gente.

O PPGIES assume, então, o lugar de ruptura dessa interdição por meio das pesquisas, eventos, produtos e discussões que fomenta. O levantamento das dissertações e/ou Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) produzidos pelo programa entre os anos de 2020 e 2024 mostrou que foram produzidas cinquenta e nove (59) dissertações ou trabalhos de conclusão de curso. Destes, trinta e três (33) fazem alusão, direta ou indireta, no título de alguma cidade do Território do Sisal ⁶, desses 33 dezoito (18) deles trazem o nome “Território do Sisal” ou “Região Sisaleira” no título, ou seja, cerca de um terço dos trabalhos de conclusão do Programa explicitam diretamente que os saberes neles apresentados são oriundos desse território rico em vivências e saberes. Destaca-se ainda que o Programa conta com dois eventos de cunho interdisciplinar por semestre: um colóquio e um seminário; eles são obrigatórios e servem também como fomentadores de produções, pois deles irão surgir dois artigos por ano de cada discente do programa em parceria com as suas devidas orientadoras.

6 Alguns textos podem apresentar também o termo “Região Sisaleira” para referir-se a esse território.

Outro fator que os dados expostos acima apontam é para o volume de produções (Dissertações, TCC's, Produtos, Eventos) do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social. Esses números reforçam a relevância do incentivo para a produção. Portanto, este incentivo precisa continuar vindo a partir da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) para que o PPGIES tenha condições de realizar ações decoloniais em toda a Bahia, em especial em todo o Território do Sisal.

Considerações finais

A perspectiva cartográfica de Deleuze e Guattari (1985), oportuniza o reconhecimento do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social como instrumento acadêmico para a elaboração de saberes decoloniais por meio de uma práxis colaborativa e interdisciplinar. O PPGIES utiliza-se das práticas interventivas para conectar-se com a comunidade baiana, em especial aquela localizada no Território do Sisal. Dessa interação emergem saberes e tecnologias inovadoras que servirão para a promoção do bem-estar social.

A realidade científica do Brasil, e consequentemente da Bahia, é, historicamente, atravessada por uma cultura de desvalorização simbólica e monetária que tem como desdobramento a desmotivação no que se refere a carreira de pesquisadora/or no país (e no Estado). Além disso, aquelas pessoas que desejam seguir carreira na pesquisa são, muitas vezes, obrigadas a abandonar o país para ir em busca de condições dignas de trabalho e subsistência. Isto impacta diretamente o desenvolvimento nacional, pois esse crescimento depende diretamente da capacidade do país de produzir inovação científica e tecnológica afim de assumir independência e autonomia em relação aos outros países.

A valorização dos saberes locais se dá por meio da efetivação daquilo que preconiza a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação no que diz respeito a criação de ambientes favoráveis para a inovação. Para tanto, investir nos territórios é também oportunizar que as pessoas desses lugares possam expor as suas capacidades de transformação social. Isto aplica-se a questões monetárias e culturais. É preciso que o desejo de ser cientista seja reacendido na população; é preciso que a ocupação desse lugar seja algo da ordem do possível para todas as pessoas; é preciso que a localização geográfica não seja um instrumento de interdição de sonhos. E isso só é possível com a descentralização dos investimentos em ciência e tecnologia dos grandes centros para as periferias: urbanas e rurais.

Referências

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, p. 89-117.

BRASIL. Instituições de ensino superior e o desenvolvimento regional [recurso eletrônico]: potencialidades e desafios / relator Vitor Lippi; consultores legislativos Renato Gilioli... [et al.]; Renato Gilioli (coordenador). – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018, p. 277.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**. vol. 1 / Gilles Deleuze, Félix Guattari; Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. —Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, 94 p.

GOLDENBERG, Mirían. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. / Mirian Goldenberg. - 8ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 111.

GOMES, Paula. A ciência da reconstrução nacional Como a CT&I pode contribuir com os problemas enfrentados no Brasil hoje?. **Revista Ciência & Cultura**, São Paulo, SP, v. 75, nº 01, 2023, p. 01-03.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Catálogo de Políticas Públicas: 2002 - Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação**. Disponível em: < <https://catalogo.ipea.gov.br/politica/451/politica-nacional-de-ciencia-tecnologia-e-inovacao#:~:text=Os%20objetivos%20propostos%20para%20a,cient%C3%ADfica%20e%20tecnol%C3%B3gica%20nacional%3B%203.>>. Acesso em 15 de outubro de 2024.

LIMA, Vanessa Goes. **Contribuições do MPIES na formação continuada de coordenadoras pedagógicas: reverberações dos processos interventivos sobre desenvolvimento profissional**. / Vanessa Goes Lima, 2023, 128p.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 8ª ed. 2017, 333p.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Por uma razão decolonial: desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, jan.-abr. 2014, p. 66-80.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu/PR, v. 01, ed. 01, 2017, p. 12-32.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira *et al.* Teoria crítica e transdisciplinaridade: uma aposta no projeto emancipatório. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, jan. 2019, p. 330-347.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. especial 1, 2010, p. 17-35.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTERVENÇÃO EDUCATIVA E SOCIAL. **Apresentação: Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social**. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2024. Disponível em: < <https://www.mpies.uneb.br/apresentacao/>>. Acesso em 25 de out. de 2024.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005, p. 107-130.

SATOLO, Vanessa Prezotto Ximenes. Um panorama histórico-conceitual da pesquisa interdisciplinar: uma análise a partir da pós-graduação da área interdisciplinar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.35, ed. 185294, 2019, p. 01-25.

SOUZA, Donizeti Leandro de *et al.* A perspectiva dos pesquisadores sobre os desafios da pesquisa no Brasil. **Educ Pesqui**, v. 46, ed. 221628, 2020, p. 1-21.

PAPEL ESTRATÉGICO DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS NA ELABORAÇÃO DE PRODUTOS INOVADORES E FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Kellen Gama Pêpe

Universidade do Estado da Bahia

kgpepe@gmail.com

Mônica Moreira de Oliveira Torres

Universidade do Estado da Bahia

mtorres@uneb.br

Introdução

Este breve estudo surgiu da necessidade de refletir sobre as categorias abordadas durante o Colóquio Política de CT&I na Bahia e o papel das Universidades realizado pelo PPGIES - Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social da UNEB – Campus XI, Serrinha/BA, em 16/08/2024. A produção faz parte do processo formativo dos componentes do PPGIES e das demandas investigativas do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS). Diante do aprendizado enriquecedor oportunizado pelo palestrante e do contexto desta autora como mestranda em fase de escrita da sua dissertação que resultará num produto inovador, surgiu o desejo de refletir acerca do papel dos mestrados profissionais no estímulo à inovação e ao desenvolvimento regional.

Assim, o capítulo problematiza qual o papel estratégico dos mestrados profissionais no estímulo à inovação e ao desenvolvimento regional, revelados no contexto do evento. Seu objetivo geral e específico consistem, respectivamente, em explorar como os mestrados profissionais contribuem para a elaboração de produtos inovadores e o fomento ao desenvolvimento regional e avaliar o impacto desses produtos no desenvolvimento regional.

A metodologia, inspirada no estudo bibliográfico, adota a pesquisa qualitativa, que se fundamentou nos apontamentos realizados no referido Colóquio, nos referenciais teóricos trazidos pelo palestrante, nos artigos científicos sobre os conceitos estudados e se inspirou, principalmente, na experiência vivenciada na palestra.

Pela pesquisa realizada, resta nítido que os mestrados profissionais no Brasil se consolidam como uma ferramenta essencial na formação de profissionais altamente avançados e preparados para as transformações sociais, das comunidades de prática e locais, bem como responder às demandas do mercado de trabalho e da sociedade. Ao combinar teoria e prática, esses programas buscam formar profissionais capazes abordar e ressignificar conhecimentos acadêmicos em contextos reais, muitas vezes diretamente ligados à inovação e ao desenvolvimento de novos produtos ou processos. Essa formação externa para a resolução de problemas situados em contextos de prática contribui de maneira direta para a criação de soluções inovadoras e consequentemente para o desenvolvimento regional.

Esses dados demonstram a relevância dos mestrados profissionais na interface entre academia, comunidades locais, contextos profissionais, mercado de trabalho e sociedade, pois estes programas se posicionam como uma ferramenta essencial para a transformação de realidades regionais. Por meio da combinação de educação de alto nível, colaboração interdisciplinar e desenvolvimento de soluções teórico-práticas, esse modelo educacional não apenas prepara os profissionais para enfrentar os desafios do mundo do trabalho, mas também oferece respostas às necessidades das realidades locais onde a pesquisa é desenvolvida.

O trabalho culmina em considerações parciais, haja vistas que a temática é contemporânea, recorrente e demanda a construção de novos conhecimentos, e maior aprofundamento. As considerações indicam que o Mestrado Profissional é mais do que uma forma de qualificação acadêmica avançada e relevante; ele representa uma estratégia fundamental para a criação de produtos inovadores e para o fomento ao desenvolvimento regional, ajudando a construir perspectivas de presente e futuro mais inclusivas, sustentáveis e prósperos para diversas localidades.

Metodologia

Como metodologia, o trabalho utilizou o viés da pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico que ratifica a dinâmica do conhecimento, mutável e contínuo, permite a identificação, registro, categorização e reflexão de trabalhos encontrados sobre a temática e ainda, possibilita o conhecimento do que já foi pesquisado, para se buscar o que ainda não foi feito (Ferreira, 2002).

A pesquisa foi desenvolvida a partir da inspiração nas categorias abordadas durante o Colóquio Política de CT&I na Bahia e o papel das Universidades realizado pelo PPGIES - Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social da UNEB – Campus XI, Serrinha/BA.

Para tanto, este estudo utilizou os apontamentos realizados no evento, os textos científicos e referências trazidas pelo palestrante e os referenciais teóricos de autores como Czelusniak (2010), Oliveira (2021), Pereira (2019), Ribeiro (1993), dentre outros; em outras pesquisas levantadas no sítio Scielo, e sobretudo, na experiência vivenciada no colóquio.

Das leituras realizadas do referencial teórico sobre as categorias estudadas, que surgiram após a vivência do colóquio e a da necessidade de elaboração do presente trabalho resultaram as discussões que seguem em três seções, a seguir: Mestrados profissionais no Brasil; Conceitos de inovação e desenvolvimento regional e Mestrado Profissional: uma estratégia na elaboração de produtos inovadores e o fomento do desenvolvimento regional. Culminando em Considerações parciais, em virtude da profundidade da temática e da necessidade de constantes debates e estudos sobre o objeto.

Desenvolvimento

Mestrados profissionais no Brasil

A pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, regulamentada desde 1965, compreende duas modalidades principais: o mestrado acadêmico e o mestrado profissional. Enquanto o mestrado acadêmico foca no desenvolvimento teórico e na formação de pesquisadores, o mestrado profissional prioriza intervenções teórico-práticas, atendendo às demandas do mercado e contribuindo para soluções inovadoras.

Esta seção aborda a natureza dos mestrados profissionais no Brasil, examinando suas características, objetivos e impactos no contexto socioeconômico do país.

Neste sentido, pode-se dizer que os mestrados profissionais são definidos como uma modalidade de pós-graduação *stricto sensu* que visa a capacitação de profissionais por meio de estudos avançados e do desenvolvimento de soluções tecnológicas, organizacionais ou sociais.

Entre suas principais características, destacam-se o foco em aplicações teórico-práticas, pois suas produções finais são, geralmente, relatórios técnicos, patentes, softwares, processos ou projetos de intervenção que pretendem transformar a realidade do objeto de estudo pesquisado; a flexibilidade curricular, uma vez que suas ementas pensadas para atender tanto as especificidades do mundo do trabalho, quanto as necessidades dos profissionais que nele se inserem; por fim, e não menos importante, a vinculação com demandas regionais, pois a proposta de conclusão de curso dos mestrados profissionais exige a elaboração de produtos que buscam dar conta de demandas de dadas realidades territoriais, promovendo desenvolvimento local e regional.

Para Pereira (2019) o mestrado profissional:

leva à construção de um produto final que tenha relação direta com a mudança qualitativa dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Esse produto pode se corporificar em patentes, dissertações, intervenções clínicas, aplicativos, materiais didáticos, relatórios finais, estudos de casos, protocolos experimentais etc. (Pereira, 2019, p. 19).

Desta forma, os mestrados profissionais possuem um papel relevante na criação de uma base de conhecimento aplicada que serve tanto para a melhoria de processos, como para o desenvolvimento de novas tecnologias e serviços, contribuindo para a evolução das práticas e metodologias em diferentes áreas do mercado.

Feitas estas ponderações é imperioso afirmar que o principal objetivo dos mestrados profissionais é qualificar profissionais para atender de forma crítica e criativa, as às demandas do mundo do trabalho, gerando impacto direto na sociedade e nos setores produtivos. E dentre os objetivos específicos, acentuam-se: desenvolver inovações aplicadas, na forma de produtos, que estimulam soluções que promovem avanços tecnológicos, organizacionais e sociais; fortalecer o vínculo entre academia e mundo do trabalho/mercado, haja vistas que promove uma interface entre instituições de educação superior e organizações dos setores público e privado, reduzindo a lacuna entre conhecimento acadêmico e práticas profissionais; habilitar

profissionais capazes de liderar equipes, gerenciar projetos e implementar soluções inovadoras em suas áreas de atuação e promover o desenvolvimento regional, posto que contribui para o fortalecimento econômico e social de regiões específicas, sobretudo aquelas menos favorecidas, por meio da formação de profissionais com competências voltadas para soluções locais.

Desse modo é fácil notar as distinções em relação aos mestrados acadêmicos, enquanto esses têm como objetivo principal formar pesquisadores e professores para atuar na educação superior, o mestrado profissional tem como foco principal a formação de profissionais capacitados a resolver problemas práticos e propor soluções aplicáveis no mundo do trabalho. E ainda, no mestrado acadêmico, o trabalho de conclusão de curso consiste em uma dissertação teórica, voltada para a produção de conhecimento acadêmico. No mestrado profissional, o produto final pode incluir relatórios técnicos, projetos de intervenção, desenvolvimento de tecnologia, patentes ou softwares, dentre tantos outros, priorizando aplicações práticas.

Apesar das diferenças, ambas as modalidades possuem papéis complementares dentro do sistema de pós-graduação, respondendo a demandas diversas da sociedade e do mundo do trabalho; todavia é cediço os mestrados profissionais têm um impacto mais direto e imediato na sociedade e no mercado, ao gerar soluções práticas e inovações criativas, contextualizadas e aplicáveis.

A perspectiva é que os mestrados profissionais continuem a se consolidar como uma alternativa viável para a formação de profissionais capacitados, alinhados às demandas da sociedade contemporânea. Com o avanço das tecnologias e a crescente necessidade de inovação, esses programas desempenharão um papel cada vez mais relevante no cenário nacional.

Portanto, os mestrados profissionais no Brasil representam uma modalidade inovadora e estratégica no sistema de pós-graduação, atendendo às necessidades das comunidades situadas historicamente, do mercado e promovendo soluções criativas e aplicáveis face aos desafios contemporâneos. Sua definição e objetivos destacam-se pelo caráter prático e pela contribuição para o desenvolvimento regional, evidenciando o papel transformador da educação na construção de uma sociedade mais inovadora e inclusiva.

Conceitos de inovação e desenvolvimento regional

Nesta seção será apresentada de forma breve os principais conceitos relacionados à inovação e ao desenvolvimento regional, destacando a interação entre esses dois fenômenos e o papel das instituições de educação superior. Por meio de uma análise teórica, discute-se como a inovação pode atuar como motor de desenvolvimento regional, reforçando a competitividade e a sustentabilidade econômica.

Inicialmente é preciso ponderar que conforme a legislação pátria, através da Lei Federal nº 10.973/2004, a chamada Lei de Inovação, em seu, art. 2º, inciso IV, a inovação consiste na

introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho;

Em seu turno, para o Manual de Oslo (OECD, 2006), que é uma referência internacional para a medição de inovação e para a coleta e uso de dados sobre atividades inovadoras, a inovação consiste na implementação de um bem ou serviço que seja novo ou melhorado, assim como pela aplicação de um processo, um método de marketing ou uma nova abordagem organizacional.

Na mesma linha, conforme Czelusniak (2010), inovação nada mais é que um conjunto de etapas científicas, tecnológicas, organizativas, financeiras e comerciais, que buscam implementar produtos e/ou processos novos ou melhorados ao mercado. Sobretudo, a inovação pressupõe rompimento de paradigmas tradicionais, racionais, disciplinares na construção de conhecimento e proposição de alternativas para resolução de problemas concretos. Assim, inovação é também definida como a implementação criativa e crítica de novos produtos, processos, serviços ou modelos de negócio que criam valor para organizações e sociedade.

Outrossim, a inovação tem sido amplamente reconhecida como um elemento-chave para o crescimento econômico e a transformação social. No contexto regional, a capacidade de inovar está diretamente relacionada à produção de conhecimento implicado, ao fortalecimento das economias locais, gerando emprego, renda e qualidade de vida. Por outro lado, o conceito de desenvolvimento regional envolve uma compreensão ampla das dinâmicas econômicas, sociais e culturais que afetam territórios específicos.

Compreendida a inovação, é imprescindível também compreender o desenvolvimento regional, desse modo, este refere-se à melhoria das condições econômicas, sociais e culturais em uma região específica. Para Oliveira (2021, p.04), o desenvolvimento regional constitui um “processo de transformação social, econômica, cultural e política. Essas transformações são questões centrais para entender a evolução da dinâmica dos setores produtivos de uma região”. O autor também afirma que:

o desenvolvimento regional consiste em um processo de troca estrutural localizada, em âmbito territorial denominado região, que se associa a um permanente processo de progresso na própria região, na comunidade ou na sociedade onde habitam seus cidadãos (Oliveira, 2021, p. 07).

Sendo assim, o desenvolvimento regional é um processo contínuo de transformação dentro de uma área específica, chamada região, que envolve mudanças estruturais e melhorias constantes. Essas mudanças estão relacionadas ao crescimento e ao avanço não só da região em si, mas também das comunidades e das sociedades locais. Portanto, o desenvolvimento regional não se limita ao crescimento econômico, mas abrange também o progresso social e a qualidade de vida das pessoas que vivem nessa área. O conceito implica que o desenvolvimento é uma dinâmica contínua, que vai além de um evento isolado, é processual.

Destarte, o desenvolvimento regional envolve a integração e o fortalecimento de diversas dimensões, como a econômica, social, cultural e ambiental, buscando melhorar a infraestrutura, a educação, a saúde e as condições de vida da população local. Além disso, destaca-se a importância da colaboração entre diferentes atores, como governos, empresas e a própria sociedade civil, para que haja uma atuação conjunta e eficaz na promoção desse crescimento.

O desenvolvimento regional, portanto, não é apenas um reflexo de fatores externos, mas também uma construção interna que depende das características e das potencialidades locais, valorizando as particularidades da região. Essa abordagem localizada permite que os processos de mudança sejam mais alinhados com as necessidades específicas da comunidade, promovendo uma adaptação mais eficaz aos desafios enfrentados pela população. Em última análise, o desenvolvimento regional é um caminho para garantir que as transformações estruturais tragam benefícios duradouros e equitativos para todos.

Isto elucidado, é chegado o momento de abordar acerca da interação entre Inovação e Desenvolvimento Regional que está centrada

na capacidade de transformar conhecimento em saberes com valor de uso social, em intervenções colaborativas e teórico-práticas em aplicações práticas que beneficiem comunidades locais. As regiões inovadoras possuem uma infraestrutura de pesquisa robusta, redes de colaboração e apoio governamental para o desenvolvimento produtos inovadores e aplicáveis às realidades locais.

Nesse cenário de pesquisa, por óbvio, é oportuno e imprescindível destacar o papel da Educação Superior, afinal como aponta Ribeiro (1993):

O pleno desenvolvimento regional e nacional exige que se aproveite esta oportunidade de criação de uma nova universidade para fazer dela não um mero conglomerado de escolas de nível superior, mas aquele tipo de universidade que corresponda às exigências da modernização e desenvolvimento do Brasil. (Ribeiro, 1993, p. 35).

As instituições de educação superior desempenham um papel estratégico na promoção da inovação e no desenvolvimento regional. Por meio da pesquisa aplicada e de projetos de extensão, as instituições de educação superior tornam-se catalisadoras de soluções locais, conectando as demandas da comunidade com avanços tecnológicos e científicos visando a ampliação da qualidade de vida das pessoas desse território.

A relação entre inovação, educação superior e desenvolvimento regional é complexa e multifacetada. Contudo, fica evidente que a integração desses elementos pode potencializar o crescimento econômico e social de regiões específicas. Para isso, é essencial fortalecer as colaborações entre universidade, comunidades locais, indústria e governo, além de promover políticas públicas que estimulem a inovação como um instrumento de transformação regional.

Mestrado Profissional: uma estratégia na elaboração de produtos inovadores e o fomento do desenvolvimento regional

No mundo contemporâneo, marcado por transformações tecnológicas e exigências crescentes de adaptação, o educação superior emerge como um fator estratégico de inovação. Ele proporciona condições para a formação de sujeitos críticos, criativos, capazes de resolver problemas complexos, gerar ideias originais e contribuir para o avanço científico e tecnológico. Ou seja, a educação superior desempenha um papel central na promoção da inovação, atuando como catalisadora do desenvolvimento econômico, social e tecnológico, de toda uma sociedade.

Gioli (2018), corroborando com essa perspectiva, aponta que:

A educação superior é nível de ensino essencial para o desenvolvimento de qualquer sociedade, pois qualifica mão de obra, promove mobilidade social e incrementa a economia, criando valor agregado. [...] A educação superior deve ser, sobretudo, espaço representação e acolhimento de demandas de setores sociais e interesses econômicos heterogêneos, mantendo a perspectiva universalista de pensar o conjunto da sociedade. Não deve responder somente ao curto prazo ou a setores específicos, mas pensar alternativas, potencialidades e desafios da coletividade (Gioli, 2018, p.67 e 89).

No mesmo diapasão, Cezario (2019), coloca que a educação superior, por meio das universidades, contribui com a elaboração de trabalhos que podem ser inovadores e colaboram para o desenvolvimento regional, na medida em que realiza diagnóstico e aponta para soluções, elaborando produtos que melhoram a qualidade de vida das pessoas e aumentam a justiça social.

É neste panorama que o mestrado profissional se consolida como uma modalidade de pós-graduação voltada à formação de profissionais aptos a desenvolver soluções inovadoras que atendam demandas do mercado e contribuam para o progresso socioeconômico de regiões específicas, como já foi elucidado em seção própria.

Do referencial teórico analisado para a elaboração deste estudo, os resultados apontam que, ao alinhar pesquisa colaborativa, participativa e aplicada às necessidades locais, o mestrado profissional se torna uma ferramenta estratégica para a inovação e o fortalecimento do desenvolvimento regional, visto que combina rigor científico e inserção teórico-prática, promovendo a elaboração de produtos, processos e serviços com potencial de impacto direto na realidade pesquisada. Como afirma Buss(2021):

no Mestrado Profissional, os(as) estudantes refletem e atuam sobre as dificuldades que percebem em suas atividades laborais e o produto de suas pesquisas se materializa numa aplicação de alto nível, realizada diretamente no seu próprio ambiente de trabalho. Nessa modalidade, o trabalho final é o desenvolvimento e a aplicação de um Produto empregado à solução de problemas com impacto imediato no próprio sistema ou ambiente profissional do(a) estudante (Buss, 2021, p.04).

Isto porque, a elaboração de produtos inovadores no âmbito do mestrado profissional ocorre por meio da identificação de problemas locais, pois os projetos de pesquisa são orientados para atender necessidades locais ou regionais, promovendo soluções que têm impacto imediato de forma

colaborativa e participativa com as comunidades envolvidas. Ocorre ainda parcerias com o setor público e/ou privado, seja com a permissão das pesquisas em seus espaços ou a aplicação de intervenções, evidenciando que a colaboração entre universidades, comunidades locais, empresas e governos é essencial para alinhar os projetos de pesquisa às demandas do mundo do trabalho e da sociedade de forma geral.

Há que se destacar ainda, nesse cenário de inovação, das produções oriundas dos mestrados profissionais, a transferência de tecnologia, pois os produtos e processos desenvolvidos no mestrado profissional têm o potencial de transferência direta para o setor produtivo, fortalecendo cadeias de valor locais.

Ademais, as regiões, especialmente as mais periféricas aos grandes centros urbanos, muitas vezes enfrentam desafios específicos relacionados a infraestrutura, educação, saúde ou economia tem, no mestrado profissional; um catalisador para superar esses desafios por meio da formação de profissionais que desenvolvem soluções customizadas criativas, colaborativas e sustentáveis, promovendo avanços econômicos e sociais.

Considerações finais

Tendo em vista o objetivo geral desse texto, as referências analisadas e as inferências reveladas no contexto do Colóquio Política de CT&I na Bahia e o papel das Universidades, se tem algumas considerações parciais.

Observa-se que ao conectar as instituições de educação superior com as demandas das comunidades locais, regionais, com as necessidades do mundo do trabalho/mercado profissional e os desafios sociais, o Mestrado Profissional pode ajudar a transformar problemas locais em oportunidades de inovação, através dos produtos resultantes do seu programa.

Assim, o impacto do Mestrado Profissional vai além da produção de soluções inovadoras e do desenvolvimento de produtos; ele se estende à criação de um ecossistema de inovação que fomenta a colaboração interdisciplinar e a geração de conhecimento com valor de uso social, aplicável a contextos regionais específicos. Esse ecossistema é fundamental para fortalecer a competitividade e a sustentabilidade de regiões que, muitas vezes, enfrentam desafios socioeconômicos.

Portanto, ao fortalecer a relação entre a universidade e a sociedade, o Mestrado Profissional se posiciona como uma estratégia crucial na

construção de soluções inovadoras que atendem tanto às demandas regionais, quanto globais. Ademais, ele tem um papel significativo na promoção do desenvolvimento regional, contribuindo para a criação de um futuro mais próspero e sustentável para diversas comunidades, com um impacto profundo na inovação e no desenvolvimento regional.

Por todo exposto, das reflexões proporcionadas neste estudo, se faz necessário a promoção de debates sobre a temática que é atualíssima e inovadora, a fim de promover reflexões que colaborem com a construção de novos conhecimentos voltados para o tema.

Referências

Buss, C. da S. **Percepções sobre o produto educacional em mestrado profissional na área de Ensino**1. Ens. Tecnol. R., Londrina, v. 5, n. 1, p. 1-13, jan./jun. 2021. Disponível em <https://periodicos.utfpr.edu.br/etr/article/view/13931/8344>. Acesso em: 14 dez. 2024.

Cezario, R.C. **Inovação e Desenvolvimento Regional: Uma Análise Sobre O Impacto Da Uenf Na Sociedade**. Disponível em <https://seminariodeintegracao.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2019/12/inovacao-e-desenvolvimento-regional.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2024.

CZELUSNIAK, V. A. **Trabalho de Conclusão de Curso e Inovação Tecnológica em Instituição de Ciência e Tecnologia: aspectos jurídicos e fáticos**. 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

FERREIRA, N. S. de A. **As pesquisas denominadas “ESTADO DA ARTE”**. Educação e Sociedade, n° 79, agosto, 2002.

GILIOLI, R. **Instituições de ensino superior e o desenvolvimento regional** [recurso eletrônico]: potencialidades e desafios / relator Vitor Lippi; consultores legislativos Renato Gilioli.[et al.]; Renato Gilioli (coordenador). – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. – estudos estratégicos; n. 9 PDF. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=OkLgDwAAQBAJ&pg=GBS.PA7&chl=pt>. Acesso em. 15 dez. 2024.

OECD – Organization for Economic Co-operation and Development. **Manual de Oslo – Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. OECD – tradução FINEP. Brasília: FINEP, 2006.

OLIVEIRA, N. M. Revisitando algumas Teorias do Desenvolvimento Regional Revising classical regional development theories. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 203–219, 2021. DOI: 10.48075/igepec.v25i1.25561. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/25561>. Acesso em: 15 dez. 2024.

PEREIRA, Antônio. **Pesquisa de Intervenção em Educação**. Salvador. EDUNEB, 2019.

RIBEIRO, Darcy. **Plano Orientador da Universidade Estadual Norte Fluminense**/ Darcy Ribeiro. In: Universidade do Terceiro Milênio, vol. 1, n.1. Rio de Janeiro: Universidade Norte Fluminense, 1993.

A POLÍTICA DE CT&I (CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO) NA BAHIA E O PAPEL DAS UNIVERSIDADES: DESAFIOS NA EQUALIZAÇÃO DE DESIGUALDADES REGIONAIS

Manuela Barros Santos

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI
manuela.censo2010@gmail.com

Marize Damiana Moura Batista e Batista

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI
marizeuneb@gmail.com

Introdução

O presente capítulo é resultado da sistematização do II Colóquio do PPGIES 2024. Trata-se de parte integrante das atividades propostas pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI, Serrinha-BA.

Nele, materializam-se discussões sobre “A política de CT&I (ciência, tecnologia e inovação) na Bahia e o papel das universidades”, tema do II Colóquio do PPGIES, ocorrido no auditório da UNEB, Campus XI, dia 16 de agosto do ano de 2024. O referido colóquio teve como Palestrante o Prof^o. Dr. Marcius Gomes, Professor Titular da UNEB e Chefe de Gabinete da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia e como mediadora a Prof.^a Dr.^a Patricia Júlia Souza Coêlho (PPGIES/UNEB).

O colóquio foi direcionado especialmente para estudantes mestrands do Programa de Pós graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES). A partir dele, foi elaborado este artigo, que apresenta como objetivo refletir a política de ciência, tecnologia e inovação na Bahia, tomando como ponto de partida o papel das universidades na promoção do desenvolvimento para a superação de assimetrias regionais.

Metodologia

Na construção deste artigo foi adotada a metodologia de abordagem do tipo qualitativa, pois considera a interpretação do fenômeno nas relações na sociedade. Este tipo de abordagem “se ocupa, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado [...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, (MINAYO, 2007, p. 21)”.

A metodologia também teve como suporte uma bibliografia que estabeleceu aderência ao tema, indo além do material subsidiário ao II Colóquio, essa estratégia foi necessária para orientar a problematização e análise da política ciência, tecnologia e inovação no estado da Bahia, destacando o papel das universidades enquanto espaço da problematização, do exercício do debate democrático e da produção e difusão do conhecimento.

Outra etapa da metodologia foi expressa pelo exercício cuidadoso da escuta na atividade do II Colóquio. Foram feitos registros acerca das questões postas pelo palestrante, no que concerne ao cenário atual da política de ciência, tecnologia e inovação, identificando limites e possibilidades. Os registros foram importantes elementos norteadores para esboçar a análise dos resultados, neste artigo.

Discussão teórico-conceitual

A maneira como o Brasil se formou territorialmente, desde o período colonial, a partir da exploração das atividades econômicas, teve como consequência uma grande assimetria regional. No ano de 2001, os geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira, elaboraram uma proposta de divisão regional baseada na difusão diferencial dos meios técnico-científicos-informacionais e nas heranças do passado, resultando no que se chamou de “Quatro Brasis”. De acordo com essa proposta, onde hoje é o sul e sudeste (classificação do IBGE), os autores classificam de “Região concentrada”.

Milton Santos entende por “região concentrada” aquela que, “[...] inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação [...] é a nova cara do espaço e do tempo (SANTOS, 2013, p. 41)”. Enquanto isso, as demais regiões, especialmente a região nordeste “[...] foi um dos grandes focos de migração interna para o Centro-Sul, sendo reconhecida pelos poderes

públicos como zona de depressão social e econômica, (BRASIL, 2018, p 15)”. Assim, devido às condições desiguais as quais movem as relações de produção e organização do espaço, ela apresenta atraso do ponto de vista técnico, científico e informacional.

A inquietação sobre o desequilíbrio regional brasileiro data desde o império. A própria Constituição da República, datada de 1988, no art. 3º, tem como objetivo diminuir as desigualdades regionais, e, ainda delega ao congresso Nacional a incumbência de elaborar políticas públicas para o desenvolvimento regional, (BRASIL, 2018).

A estratégia de tornar menos tênue esse desequilíbrio a partir das instituições de ensino superior, no sentido de direcioná-las à pesquisa tecnológica, configura uma política pública relativamente recente e parte da constatação de que “em todo o mundo, as universidades de qualidade e as pesquisas nelas realizadas são financiadas pelo governo (CAMARGO, 2013, p.81)”.

Para o “Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados:

O reconhecimento da importância das IES para o planejamento de políticas de desenvolvimento introduz, também, novo arranjo institucional para essas políticas, que têm sido marcadas pelo seu caráter macrorregional [...] conjuntural, setorial e, em certa medida, ainda socioassistencial. Nesse contexto, a inserção formal das IES como instituições decisivas nessas políticas favorecerá a transição para um modelo de desenvolvimento mais territorial [...] estratégico e atento ao aproveitamento de vocações econômicas regionais diversificadas de forma sustentável [...] (BRASIL, 2018, p. 11).

Essa estratégia ancora-se na constatação de que são nas instituições de ensino superior (IES) e instituições científicas, tecnológicas e de inovação (ICTs) que está “o capital humano e intelectual de que o país precisa para esse salto qualitativo, (BRASIL, 2018, p.15)”. Não diferente, o mapeamento das IES no Brasil também permite constatar a desigualdade na produção científica, “enquanto as instituições privadas se dedicam essencialmente ao ensino, as públicas, em especial as do estado de São Paulo, se concentram na produção científica [...], (BRASIL, 2018, p.71)”.

Ainda assim, embora seja um desafio do sistema de ensino e da política de ciência, tecnologia e inovação (CTI), é inegável a contribuição das IES para o desenvolvimento regional. A partir deste reconhecimento, foram traçadas algumas estratégias, a exemplo, da atuação de órgãos como a Capes, Finep, CNPq e MEC, (BRASIL, 2018).

Os critérios de avaliação de pesquisa nos programas de pós-graduação também estão em processo de revisão, a fim de viabilizar a tão desejada parceria entre pesquisa científica e setor produtivo. Tem-se aqui uma real possibilidade de integração entre ensino, pesquisa e extensão [...] (BRASIL, 2018, p.9)

A “extensão”, entendida como difusora do conhecimento produzido e convertida em práticas de impacto social, econômico e cultural, é um fator decisório para o desenvolvimento regional, todavia, levando em consideração seu potencial para o desenvolvimento regional, esta precisa ser mais estimada no âmbito acadêmico, (BRASIL, 2018).

A pesquisa acadêmica pode associar - se a iniciativas para mapear problemas comunitários, fortalecer identidades e potencialidades locais e instrumentalizar populações para atuar mais qualificadamente em diversas dimensões – econômica, política, antropológica, sociológica, histórica, empreendedora, associativista e sustentável. As IES, por mandamento constitucional ou legal, devem atuar não apenas no campo da investigação científica, mas extravasá-la para o contexto produtivo e social local, (BRASIL, 2018, p.73).

Sobre isso, Rolim e Serra (2009) afirma que é possível distinguir dois perfis de IES, a que está na região e a que é da região. Enquanto a primeira “[...] se caracteriza por um reduzido número de vínculos e compromissos com a região e com o seu desenvolvimento [...]”, (ROLIM E SERRA, 2009, p.91), a segunda “[...] demonstra ter um forte impacto no processo de desenvolvimento regional, estabelece vínculos e compromissos intensos com o futuro da região e o produto do seu trabalho [...]”, (ROLIM E SERRA, 2009, p.91).

A Bahia, por exemplo, a partir de sua extensão territorial e uma complexidade de Territórios de Identidade com atividades econômicas diversas e específicas, é um Estado de muitas potencialidades impulsionadoras do desenvolvimento regional. Por outro lado, a taxa de analfabetismo, a 9ª maior do Brasil (IBGE, 2022) é um grande desafio a ser superado a partir de uma IES que não apenas esteja localizada na região, mas que seja da região, conforme defende Rolim e Serra (2009).

Deste modo, a fim de garantir uma equalização regional, é necessário, assegurar o regime de colaboração entre a União, os estados e os municípios para que efetivem políticas públicas de CT&I (ciência, tecnologia e inovação) nas IES do Estado da Bahia, e, sobretudo, que essas instituições converta a produção acadêmica num valor social, “[...] entendido em suas facetas econômica, social, cultural, regional e ambiental, (BRASIL, 2018, p.89) ”.

Colóquio do PPGIES 2024: “A Política de CT&I (ciência, tecnologia e inovação) na Bahia e o papel das universidades”: princípios norteadores

O II Colóquio do Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), aconteceu no auditório da UNEB, Campus XI, Serrinha-Bahia, no dia 16 de agosto do ano de 2024 e trouxe como tema “A Política de CT&I (ciência, tecnologia e inovação) na Bahia e o papel das universidades”. Teve como palestrante o Dr^o. Marcius Gomes, professor titular da UNEB e Chefe de Gabinete da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia, e como mediadora a Professora Dr.^a Patricia Júlia Souza Coêlho (PPGIES/UNEB).

O referido colóquio contou com a participação de estudantes do PPGIES, incluindo a sexta turma e uma turma especial. Também contou com a participação de docentes do PPGIES e do Campus XI, além de público externo. Os participantes debateram a política de ciência, tecnologia e inovação no estado da Bahia e o papel das universidades nesse contexto. O material subsidiário do colóquio foi disponibilizado previamente, por e-mail, a saber, um *eBook* elaborado pela Câmara dos Deputados - Centro de Estudos e Debates Estratégicos, cujo título é Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: Potencialidades e Desafios”.

Para discutir sobre a Política de CTI na Bahia, o professor Dr. Marcius Gomes abordou os princípios que a sustenta, a saber: Territorialização/ Democratização das Tecnologias; desenvolvimento econômico social e sustentável; infraestrutura para o desenvolvimento de CT&I; educação científica e empreendedorismo nas escolas; tecnologias sociais e os arranjos produtivos locais; ecossistema de inovação e empreendedorismo e, por fim, transversalidade de políticas de governo.

A partir destes princípios, ele problematizou a importância do conceito de Território de identidade, fazendo alusão ao geógrafo Milton Santos. Provocou os presentes apresentando a seguinte indagação: “como eu trato a fome a partir do meu lugar de pesquisador?”. Frente a este questionamento, refletiu acerca da importância de acionar uma abordagem multifacetada na pesquisa, fazendo interlocuções entre a pesquisa científica e sua rigorosidade e a compreensão das relações em nossa sociedade.

Também foram abordados os desafios e potencialidades da implantação da Política de CTI e do papel das Instituições de Ensino Superior para o desenvolvimento regional, especialmente quando está em

questão a situação de escolaridade na Bahia, pois a taxa de analfabetismo é de $\frac{1}{4}$ (um quarto).

O palestrante apresentou a implementação dos Programas e projetos de âmbitos da SECTI (Secretaria de ciência, tecnologia e inovação da Bahia), a saber: Popularização e indução da ciência; Audiovisual, Jogos digitais e Realidade Imersiva; BAH.IA; Inova cidade; Conecta Bahia; Fundo INOVATEC; Ciência na Mesa; Agência de Desenvolvimento de CT&I e energias Renováveis e biocombustíveis. Na oportunidade, defendeu que as políticas de governo precisam chegar até ao interior de todo o Estado da Bahia, para poder garantir sua efetividade e atuar no sentido de gerar compromisso com o equacionamento das assimetrias regionais. Argumentou ainda que investimentos de infraestrutura não dizem respeito apenas a laboratórios de informática, também envolvem programas de pesquisa em universidades, por meio da educação científica.

O movimento de Educação Científica interliga-se com a responsabilidade das universidades na formação de cidadãos críticos, criativos e promotores da CT&I em seus territórios. Para o referido palestrante, a CT&I tem um movimento de romper com o perfil científico arraigado de que cientista é aquele de pele branca, que usa jaleco e é sexo masculino. Trata-se de perspectiva que está ancorada nas mudanças pelas quais a sociedade vem passando e no reconhecimento da diversidade de relações e de sujeitos os quais inserem-se nas demandas da ciência, tecnologia e inovação.

Na continuidade, foram apresentados gráficos que demonstram os desequilíbrios no sistema nacional de CT&I, com relação aos investimentos per capita em Ensino Superior no ano de 2023. Na oportunidade, pontuou a necessidade do regime de colaboração entre a União, Estado e Município como estratégia importante na consecução de ações necessárias à superação das desigualdades regionais.

Encerrando, fez as considerações finais sobre a necessidade de aproximar o setor produtivo e setores sociais das Universidades e ICTs. Também destacou a necessidade de aumentar a difusão de conhecimento e a colaboração com a indústria, assim como ampliar a relação da academia com os setores produtivos e sociais, fomentando pesquisas aplicadas em temas de interesse da sociedade e com potencial de geração de riqueza para o Estado. Destacou a importância do governo dar demonstrações concretas de avanço no entendimento da importância da CTI para o desenvolvimento socioeconômico e garantir os investimentos para o setor,

assim como, avaliar as estratégias, a fim de fortalecer as especificidades locais e regionais em detrimento das assimetrias.

Finalizou abrindo para perguntas ao público sobre os desafios do uso das tecnologias na Educação básica, a estrutura de escolas no sentido físico e tecnológico, a formação de professores, bolsas de estudos para pesquisadores nas universidades, e outras demandas do campo da ciência, tecnologia e inovação.

Considerações finais

Este capítulo procurou refletir sobre a política de Ciência, Tecnologia e Inovação na Bahia, tendo em questão o papel crucial desempenhado pelas universidades como vetores estratégicos para o desenvolvimento regional, no sentido de superar assimetrias e desigualdades. O II Colóquio do PPGIES de 2024 foi a referência para a sistematização deste artigo.

Frente às discussões acerca da realidade socioeconômica brasileira e baiana, reveladora de disparidades sociais, econômicas e espaciais, notou-se que as assimetrias regionais representam um obstáculo para o desenvolvimento equitativo da política de ciência, tecnologia e inovação no Estado. Outra questão também constatada refere-se à ideia de região concentrada, cujos princípios reverberam nos processos de distribuição espacial da CT&I no estado da Bahia.

Desse modo, a região concentrada articula mecanismos de controle da política pública de CT&I em áreas específicas, contribuindo na manutenção de privilégios. Ocorre assim a concentração de recursos e oportunidades em regiões específicas, orientadas para este fim, o que acentua as desigualdades e limita drasticamente o conhecimento e a inovação ao alcance de todo o território baiano. Nesse sentido, se faz imprescindível a garantia de políticas públicas específicas, que considerem as particularidades de cada região, agindo no sentido de promover a interiorização das atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação no território baiano.

O cenário explicitado acima chama atenção para o papel estratégico das universidades como agentes de inovação e estímulo à pesquisa científica e tecnológica. Mediante referido cenário, a produção, transferência e democratização da tecnologia é condição fundante na redução das assimetrias regionais.

Referências

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: Potencialidades e Desafios**, Centro de Estudos e Debates Estratégicos. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. Disponível em:

<https://play.google.com/store/books/details?id=OkLgDwAAQBAJ>.

Acesso em 20 de ago. 2024.

CAMARGO, Murilo. Silva. de. Universidade pública brasileira e o desenvolvimento nacional. **Princípios**, Brasília, UnB, n. 123, p. 81-88, 2013. Disponível em: www.unbfu-turo.unb.br/images/livros/desenvolvimento.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/>. Acesso em 06 de out. 2024.

MINAYO, Maria. Cecília. De Souza.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007. 108p.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico científico e informacional**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton.; SILVEIRA, Maria. Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: O Caso da Região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, Editora UFPR, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 87-102, set./dez. 2009.

TECNOLOGIA ASSISTIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL: A ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM PAUTA

Thaís Meireles de Oliveira

E-mail: thais.joao4@gmail.com

Joyce Santana Araújo Silva

E-mail: joylibras@gmail.com

Introdução

O presente capítulo traz abordagens oriundas da palestra realizada no II Colóquio sobre a Política de CT&I na Bahia e o papel das Universidades, ação promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), no dia 16/08/2024 no auditório do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus XI*, Serrinha-BA.

A atividade contou com a exposição do Prof. Dr. Márcio de Almeida Gomes (DEDC-XII, GESTEC/UNEB e SECTI/BA) e a mediação ficou a cargo da Profa. Dra. Patrícia Júlia Coelho (PPGIES/UNEB). A elaboração do trabalho é requisito avaliativo do Programa e tem seus créditos referentes ao Componente Curricular: Seminários e Colóquios. As autoras são mestrandas da 6ª turma do PPGIES e integra o grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS).

Por meio desse estudo objetiva-se tecer reflexões acerca da Tecnologia Assistiva (TA), as Políticas Públicas de inclusão social e o fomento na área educacional trazendo interlocuções entre estudos já realizados por outros autores dando-nos suporte/embasamento para que possamos dialogar/responder nossa problemática, a saber: Como as políticas públicas de inclusão social têm contribuído para a otimização dos recursos da TA no ambiente social? Assim, apresentamos nas seções seguintes os aspectos metodológicos, o desenvolvimento, tratado a partir de uma revisão

de literatura, os aspectos e abordagens inerentes à legislação, ou seja, o arcabouço regulatório da TA no Brasil, e por fim as conclusões.

Metodologia

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa (Minayo, 2007), em que se debruça sobre um universo de realidades sociais, cujo teor traz interpretações dentro de uma representatividade que não pode ser mensurada através de números. Envolve características de uma pesquisa exploratória (Gil, 2019), pois tomará como base à forma que os recursos da TA são tratados no contexto social.

Os procedimentos metodológicos fazem uso da técnica de pesquisa documental de cunho bibliográfico (Marconi & Lakatos, 2003), pois um dos nossos objetos de análise e reflexão são as produções científicas de outros autores, os quais foram encontrados a partir da busca nas bases de dados da Revista Brasileira de Educação Especial.

Com o intuito de aprofundar o conhecimento voltado à literatura que aborda recursos capazes de promover a melhoria na condição de vida, inclusão social e cidadania de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, nossa busca se pautou ao descritor: “Tecnologia Assistiva” em um recorte temporal dos anos: 2018 a 2021 e 2024. Foram encontrados 7 artigos dos quais apenas 6 foram selecionados após leitura dos títulos e resumos tomando por critério de seleção aqueles cuja abordagens estão diretamente relacionadas com o uso da TA.

Em face da necessidade de abordagens complementares que deem maiores contribuições e respaldo ao nosso estudo, realizamos uma busca/sistematização em/de documentos relacionados às legislações e políticas públicas de fomento à Tecnologia Assistiva, através de produções teóricas acerca do tema.

Resultados e discussões

Os achados a partir das buscas retromencionadas são discutidos nas seções abaixo contidas em nosso desenvolvimento e sistematizados como: as contribuições da literatura para/nas reflexões sobre o uso da TA enquanto ferramenta de inclusão social; Arcabouço regulatório e principais ações de Políticas Públicas de fomento a TA no Brasil.

Desenvolvimento

As contribuições da literatura para/nas reflexões sobre o uso da TA enquanto ferramenta de inclusão social

Ao falarmos de inclusão social estamos nos colocando diante de um cenário repleto de inquietações que envolvem questões ligadas não apenas a acessibilidade das pessoas com deficiência nos ambientes sociais, mas a utilização de recursos capazes de promover de forma cuidadosa e independente o desenvolvimento de atividades cotidianas, como por exemplo: vestir-se, alimentar-se, comunicar-se, entre outros afazeres que desenvolvem a autonomia e o bem-estar das pessoas com mobilidade reduzida. Nessa perspectiva, a TA, traz importantes contribuições desde as maneiras de facilitação de acesso social, até a forma de maximizar a qualidade de vida daqueles que necessitam, de maneira permanente ou por certo momento da vida, de auxílio para exercerem sua participação social de forma efetiva.

Galvão Filho (2009) salienta que apesar do termo Tecnologia Assistiva ser uma expressão contemporânea e que nos aponta conceitos ainda em discussões, são recursos que têm sua utilização em prol da melhoria da vida das pessoas com deficiência ao longo da história da humanidade, como cita o próprio ator uma bengala feita por um pedaço de pau é um exemplo de TA.

Nesse sentido, Roscoche *et al.* (2024, p. 2) em seus estudos intitulado: “Validação de Tecnologia Assistiva para Mães e Pais com Deficiência Visual: Enfoque na Introdução Alimentar do Lactente”, salienta que através da TA é possível a difusão de informações importantíssimas aos pais com deficiência visual sobre a alimentação de seus filhos, e nesse cenário, as autoras apresentam “softwares sintetizadores de voz e leitores de tela” como mecanismos que auxiliam as pessoas com deficiência visual no desenvolvimento das atividades diárias e cuidados com os filhos.

Ainda, segundo as autoras, existe um despreparo e falta de apoio dos profissionais de saúde em promover cuidados e orientações adequadas a essa clientela, ou seja, apresenta-se uma lacuna de conhecimentos relacionados tanto a falta de aceitação da sexualidade dessas mães e pais, como em relação à implementação de TA que atendam às suas necessidades.

Desse modo, deixa de comungar com os objetivos da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência

(PNAISPD), contido na Portaria GM/MS Nº 1.526, de 11 de Outubro de 2023, em que se objetiva no artigo segundo proporcionar e cuidar da saúde da pessoa com deficiência, através do aumento do acesso ao cuidado integral relacionados/ofertados pelo SUS, juntamente com demais políticas públicas e ações desenvolvidas por outros setores. E trata também da Tecnologia Assistiva como estratégias que viabilizem a autonomia e participação social das pessoas com deficiência de forma independente respeitando a dignidade da pessoa humana.

Em acréscimo a essas considerações, Borges *et al.* (2001) e (2018) ratificam o pensamento de Galvão Filho (2009), ao considerar em seus estudos TA como meios potencializadores de acessibilidade e participação social, pois podem proporcionar condições ocupacionais que aumentam a produtividade, autoconfiança e melhoria na qualidade de vida das pessoas com deficiência ou mobilidades reduzidas, sejam elas de curto ou longo prazo.

Ao tratar de recursos de acessibilidade e o uso dos dispositivos móveis como Tecnologia Assistiva por pessoas com Baixa visão, as autoras caracterizam, levando em consideração a opinião dos usuários, o funcionamento e a utilização de *smartphones* e/ou *tablets* no dia a dia de pessoas com baixa visão. Além disso, elas apontam que existe uma dificuldade na implantação e aquisição de recursos de TA devido aspectos que vão além dos altos custos até o desconforto e falta de funcionalidade em alguns casos.

Bem como afirmam Roscoche *et al.* (2024), Borges et al. (2001) e (2018) dentre outras barreiras que dificultam o usos dos recursos da Tecnologia Assistiva por seu público alvo, a citar as barreiras econômicas e a visibilidade que tais recursos proporcionam em relação à eficiência, um fator que é marcante e merece atenção é a falta de informação por parte de profissionais especializados, ou seja, no Brasil, falta formação em serviços específicos para atender a funcionalidade de assistência e implementação da TA, o que se estende consequentemente aos usuários, corroborando para o abandono das tecnologias assistenciais¹ por seus usuários.

Em seus estudos Lino *et al.* (2020), abordam o processo de implementação de recursos da TA na alimentação de uma criança com Paralisia Cerebral (PC). Constatou-se que o uso de tais recursos favorece a atividade alimentar da criança com PC, bem como, o contribui para o desenvolvimento do controle do ambiente e a autonomia, elementos essenciais para conviver em sociedade.

Considerando-se que podemos conceber a TA como recursos capazes de facilitar a acessibilidade, desenvolver a capacidade funcional, a busca pelos direitos e participação social Bastos *et al.* (2023), tomamos como base de reflexão as contribuições de Godgono *et al.* (2018), ao trazer para o cenário da literatura uma abordagem que retrata sobre “a influência do mobiliário na destreza manual da criança com PC”. Nesse cenário, verificou-se que existe uma grande contribuição do mobiliário adequado em relação à realização das atividades propostas para a criança com PC, pois auxilia na coordenação motora elevando o potencial de desenvolvimento e participação nas ações cotidianas dentro do espaço educativo e, com efeito, em demais espaços sociais.

Em acréscimo a essas considerações, Petroni (2018) aborda em seu trabalho a utilização do *tablet* em substituição a prancha de comunicação de papel para uma jovem com paralisia cerebral. Verificou-se a viabilidade do uso desse recurso como meio alternativo no processo de trocas de informações e comunicação alternativa.

Pelosi (2009, p. 166, *apud* Petroni, 2018, p. 328) infere que a Comunicação Alternativa pode ser compreendida como “[...] um grupo integrado de componentes que inclui os símbolos, os recursos, as estratégias e as técnicas adaptadas que vão auxiliar as pessoas com disfunção ocupacional a se comunicar e a participar de suas atividades diárias”.

Por não se enquadrar nos critérios de seleção da análise do nosso estudo, a saber, abordagens diretamente relacionadas com o uso da TA, e por isso não faz parte da nossa discussão, apresentaremos apenas o título do trabalho de Andrade *et al.* (2018): “Características de alunos com deficiência física na percepção de seus professores: um estudo sob os parâmetros conceituais da classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde” o qual se debruça em “identificar como os professores caracterizam a deficiência física de seus alunos e discutir sobre possíveis implicações das tendências perceptivas envolvidas nessa caracterização.”

Diante do exposto, reafirmamos as consideráveis contribuições que os recursos da TA trazem para a qualidade de vida, participação social, acessibilidade e bem-estar das pessoas com deficiência e/ou mobilidades reduzidas.

Arcabouço regulatório e principais ações de Políticas Públicas de fomento a TA no Brasil

As políticas públicas de TA destinadas às pessoas com deficiência no Brasil baseiam-se no Plano Nacional da Tecnologia Assistiva (PNTA). Estabelece-se através do decreto nº 11.645, de 11 de março de 2021, trazendo contributos para a regulamentação do artigo 75 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI).

O termo “tecnologia assistiva” surgiu legalmente no Brasil em 2015, com a publicação da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. O artigo 3º, inciso III, da referida Lei define tecnologia assistiva ou ajuda técnica como “produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social”. (Brasil, 2021, p.7)

Embora, ainda seja necessário mais empenho e investimentos em busca da garantia de igualdade em relação à implementação de recursos de TA no Brasil, devemos considerar os avanços que têm-se ocorrido ao longo dos últimos anos, desde as observâncias às legislações até o desenvolvimento de ações que visam colocar em efetividade o que está contido nas Leis.

Destacamos, doravante, algumas Legislações da Tecnologia Assistiva no Brasil, as quais trazem garantias em relação aos direitos das pessoas com deficiência desde aspectos de acessibilidades até seus direitos fundamentais.

A Constituição Federal (CF) de 1988 que busca garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência. (Brasil, 1988), avançando uma década o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, “[...] dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências”. Dando um salto para o ano de 2015 temos a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Art. 74: “É garantido à pessoa com deficiência acesso [...] tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida” (Lei nº 13.146, 2015).

No mesmo ano destaca-se também a Associação Brasileira de Normas técnicas – ABNT NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Ainda a Nova Lei da Inovação Brasileira, Lei 13.243, de 11 de janeiro de 2016, que dispõe sobre

estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera algumas leis que estavam suprindo todas as necessidades relacionadas à tecnologia social. (Brasil, 2016).

Ademais, ressaltamos algumas ações de fomento a TA no Brasil, objetivando garantir por meio de políticas públicas maior qualidade de vida, inclusão social, mobilidade e integração das pessoas com deficiência ou mobilidades reduzidas, sejam elas em curto ou longo prazo, assumindo assim um controle e desenvolvimento do espaço e ambiente de convívio familiar ou até mesmo das relações externas. Sendo elas: O Programa Nacional de Acessibilidade, sob a coordenação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, por intermédio da CORDE, integrará os planos plurianuais, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais. Cap. VIII do Decreto 5.296/2004. (Brasil, 2004), a Chamada pública MCT/FINEP/Ação Transversal – Tecnologias Assistivas - 09/2020: Seleção pública de propostas para apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento de Tecnologias Assistivas para inclusão social de pessoas portadoras de deficiência e de idosos.

Em 26 de setembro de 2007, o Governo Federal divulgou sua Agenda Social. Estabeleceu-se ações prioritárias de investimentos para equiparação de oportunidades e promoção da inclusão social das pessoas com deficiência (Brasil, 2007 *apud* Bersch, 2009). No ano de 2010, Chamada pública MCT/FINEP - Ação Transversal – propostas para apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento de Tecnologia Assistiva.

Dando um salto o tempo, em 2020 Materiais Avançados e Minerais Estratégicos - visa a seleção de projetos de pesquisa, desenvolvimento e/ou inovação (PD&I), desenvolvidos por Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs), nas áreas de Materiais Avançados e de Minerais Estratégicos. E em 2021 foi criado o Plano Nacional de Tecnologia Assistiva (PNTA).

Conclusões

A partir dos estudos realizados podemos concluir que os recursos da Tecnologia Assistiva contribuem para a inclusão social das pessoas com deficiência e/ou mobilidades reduzida, e consequentemente proporcionam melhora na acessibilidade e qualidade de vida dessas pessoas. Nesse sentido, políticas públicas voltadas à promoção e investimentos em pesquisas, inovações tecnológicas e informações que conduzem ao conhecimento

tanto os usuários, quanto os profissionais que dão suporte a eles é um fator essencial para que consigamos tornar de forma efetiva a implementação e aquisição dos recursos da TA.

Mediante análise, podemos perceber também que diante da falta de informação e uso inadequado dos equipamentos/recursos muitos usuários deixando de usá-los, chegam a abandonar o tratamento, o que prejudica de forma clara a recuperação.

Em relação ao fomento por parte do governo federal encontramos inúmeros projetos que buscam colocar em prática vários decretos e leis que garantem os direitos das pessoas com deficiência, sejam no aspecto da acessibilidade quanto do reconhecimento da sua participação social e bem-estar. Porém, ainda são necessários mais investimentos que viabilizem tanto o acesso desses recursos para este público, quanto a criação de programas que preparem os profissionais de saúde que atuam diretamente no cuidado dessas pessoas, como por exemplo: fisioterapeutas e terapeutas para que estes possam conduzir de forma mais clara e eficiente o uso dessas tecnologias.

Assim, compreendemos que a Tecnologia Assistiva é uma ferramenta riquíssima capaz de dar às pessoas com deficiência a oportunidade de serem incluídas de forma efetiva na sociedade proporcionando-lhes a possibilidade de exercer sua cidadania.

Referências

ANDRADE, M. M. A. & ARAÚJO, R. C. T. Características de alunos com deficiência física na percepção de seus professores: um estudo sob os parâmetros conceituais da classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.24, n.1, p.3-16, Jan.-Mar., 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2015. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf. Acesso em: 24 de nov. de 2024.

BASTOS, P. A. L. S., Silva, M. S., Ribeiro, N. M., Mota, R. S., & Galvão Filho, T. (2023). Tecnologia assistiva e políticas públicas no Brasil. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, 31, e 3401, 2023.

BERSCH, R. D. C. R. (2009). Design de um serviço de tecnologia assistiva em escolas públicas (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Comitê Interministerial de TecnoloBastos, P. A. L. S., Silva, M. S., Ribeiro, N. M., Mota, R. S., & Galvão Filho, T. (2023). Tecnologia assistiva e políticas públicas no Brasil. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 31, e3401. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO260434011giaAssistiva>. **Plano nacional de tecnologia assistiva / Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva**. Brasília: Ministério da Ciência, Tcnologia e Inovações, 2021. 70 p. Disponível em: <https://acesse.one/ODw7E.pdf>. Acesso em 18 Nov. 2024.

BRASIL, Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência - PNAISPD. **Portaria GM/MS Nº 1.526, de 11 de Outubro de 2023**. Diário Oficial da União. Disponível em: <https://l1nk.dev/HGzEm>. Acesso em 22 de nov. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico] : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nºs 1/1992 a 134/2024, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão nºs 1 a 6/1994. -- 66. ed. -- Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2024. -- (Série legislação ; n. 1). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988>. Acesso em: 23 de nov, 2024.

BRASIL. Casa Civil. (1999, 20 de dezembro). Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 23 de nov. de 2024.

BRASIL. Secretária-Geral. (2015, 6 de julho). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 23 de nov. de 2024.

BRASIL. Casa Civil. (2023, 23 de novembro). Decreto Nº 11.793, de 23 de novembro de 2023. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver sem Limite. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11793.htm. Acesso em: 24 de nov. de 2024.

BRASIL. Secretaria-geral. (2016, 11 de janeiro). Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm. Acesso em: 24 de nov. de 2024.

BRASIL. Secretaria-Geral. (2018, 1º de março). Decreto nº 9.296, de 1º de março de 2018. Regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9296.htm. Acesso em: 24 de nov. de 2024.

BRASIL. Financiadora de Estudos e Projetos- FINEP. Chamadas Públicas. Disponível em: <https://l1nk.dev/m5r1m>. Acesso em: 24 de nov. de 2024 BORGES, W.F. & MENDES, E.G. Recursos de acessibilidade e o uso dos dispositivos móveis como Tecnologia Assistiva por pessoas com Baixa visão. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.27, e0036, p.813-828, 2021

BORGES, W.F. & MENDES, E.G. Usabilidade de aplicativos de tecnologia Assistiva por pessoas com baixa visão. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.24, n.4, p.483-500, Out.-Dez., 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GALVÃO FILHO, T. A. **A Tecnologia Assistiva: de que se trata?** In: MACHADO,

G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.). **Conexões: educação, comunicação,**

inclusão e interculturalidade. 1 ed. Porto Alegre: Redes Editora, p. 207-235, 2009. Disponível em: <https://napne.ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2010/11/assistiva.pdf>. Acesso em: 18 Nov. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2019.

CODGNO, F. T. O.; BRACCIALLI, A. C.; BRACCIALLI, L. M. P. Mudança na destreza manual do aluno com paralisia cerebral frente ao mobiliário escolar adequado. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.24, n.4, p.501-516, Out.-Dez., 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LINO, T. B; MARTINEZ, Luciana Bolzan Agnelli; BOUERI, Iasmin Zanchi. LOURENÇO, Gerusa Ferreira. Efeitos do uso de recursos de Tecnologia Assistiva para promover a independência em atividades de vida diária para uma criança com Paralisia Cerebral. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.26, n.1, p.35-50, Jan.-Mar., 2020.

PETRONI, N.N.; BOUERI, I.Z.; LOURENÇO, G.F. Introdução ao uso do TABLET para comunicação alternativa por uma jovem com Paralisia Cerebral. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.24, n.3, p.327-342, Jul.-Set., 2018

ROSCOCHE, Kariane Gomes Cezario; OLIVEIRA, Paula Marciana Pinheiro de; GRIMALDI, Monaliza Ribeiro Mariano; AGUIAR, Adriana Sousa Carvalho de. Validação de Tecnologia Assistiva para Mães e Pais com deficiência visual: Enfoque na Introdução Alimentar do lactante. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Corumbá, v30, e 0998, p.1-18, 2024

TRIPÉ ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO E DESAFIOS PARA A INTEGRAÇÃO DAS IES COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Luciano Araújo Lima

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

arjlima@gmail.com

Introdução

A integração entre ensino, pesquisa e extensão nas Instituições de Ensino Superior (IES) é fundamental para o desenvolvimento regional. O tripé ensino-pesquisa-extensão tem o potencial de conectar a academia com as necessidades da sociedade, criando soluções inovadoras e impactantes. No entanto, essa integração ainda enfrenta diversos desafios, especialmente nas regiões mais periféricas, como a Bahia, onde as desigualdades socioeconômicas e acadêmicas são mais evidentes. Este artigo, com base no Colóquio promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da UNEB, tem como objetivo analisar os desafios e as potencialidades da interação entre as IES e o desenvolvimento regional, considerando a importância do tripé ensino-pesquisa-extensão para a construção de soluções que atendam às necessidades locais.

Na segunda seção descreveremos a metodologia utilizada na escrita do capítulo. Logo após, traremos uma sessão que aborda uma análise reflexiva sobre as *Potencialidades e Desafios da Integração das IES com o Desenvolvimento Regional*. Por fim apresentaremos as considerações finais reflexivas realizadas com base nas leituras e da apresentação do Colóquio.

Metodologia

A pesquisa é de natureza qualitativa, de cunho bibliográfico e está fundamentada em uma análise crítica dos capítulos três e quatro do estudo “Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: Potencialidades e Desafios”. A metodologia utilizada inclui a revisão

bibliográfica sobre o tema da integração entre ensino, pesquisa e extensão, com ênfase nas contribuições das IES para o desenvolvimento regional, esta seção é a mais relevante pois analisa a importância da articulação com os setores produtivos. Destacamos também a falta de indicadores sistematizados que possibilitem a análise das contribuições das IES na extensão universitária e o impacto socioeconômico regional. Também levanta a questão da Tripla Hélice (universidade-empresa-governo), como fator essencial para o desenvolvimento e competitividade. Em seguida apresentaremos as considerações finais sobre a análise realizada.

Potencialidades e Desafios da Integração das IES com o Desenvolvimento Regional

As Instituições de Ensino Superior (IES) podem contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento regional e para a inovação tecnológica dos diversos setores da economia, tanto públicos como privados. As IES, como centros de produção de conhecimento e inovação, têm o potencial de impulsionar mudanças transformadoras nas suas comunidades e regiões. No entanto, para que esse impacto seja plenamente alcançado, é necessário enfrentar diversos desafios que envolvem a articulação eficaz entre universidades, mercados e governos e a criação de políticas públicas que incentivem essa integração. Porém, a falta de indicadores claros e sistematizados sobre o impacto das IES na sociedade, bem como as dificuldades na conexão com os setores produtivos, são obstáculos que precisam ser superados para que as IES se tornem verdadeiros agentes de transformação social e econômica nas regiões. Neste contexto, explorar as potencialidades e identificar as limitações da integração entre ensino, pesquisa e extensão é fundamental para que as universidades desempenhem um papel ainda mais relevante no fomento ao desenvolvimento regional. Tratando da importância da extensão para o desenvolvimento regional ressalta-se que:

A tecnologia está no âmago da cadeia de inovação. Resulta do desenvolvimento científico e, ao mesmo tempo, é aplicada a problemas concretos, que resultam em inovações. O desenvolvimento científico tem sua principal morada nas universidades, enquanto as inovações provêm, em grande medida, do mercado, que lê as necessidades (problemas ou oportunidades) e desenvolve as soluções adequadas. Esse modelo foi entendido por muito tempo como sendo linear, no qual o desenvolvimento científico gerava uma possibilidade tecnológica, que, por sua vez, gerava uma inovação. Entretanto, percebeu-se que esse

movimento não é linear e que essas interações acontecem o tempo todo com idas e vindas. (Carneiro, 2018, p. 102).

Carneiro (2018) reforça a centralidade da tecnologia na promoção do desenvolvimento regional, ao destacar seu papel como intermediadora entre o conhecimento científico e sua aplicação prática em forma de inovações. O modelo linear, que por muito tempo prevaleceu, limitava a percepção da interação entre universidades, mercado e governo, entendendo o processo de inovação como uma sequência estática e previsível.

Essa interação não é previsível ou unidirecional; ao contrário, é marcada por ajustes mútuos, reformulações e retroalimentações constantes. Isso significa que: as universidades geram conhecimento, mas esse conhecimento só é efetivo quando aplicado às demandas reais; o mercado identifica problemas ou oportunidades e desenvolve inovações que podem realimentar o ciclo científico, apontando novos rumos para a pesquisa; o governo cria condições para que essa interação seja viável, por meio de incentivos financeiros, regulatórios e de políticas públicas.

Contudo, como enfatizado, o processo é não unidimensional e se caracteriza por uma constante troca de informações, ajustes e retroalimentação entre os agentes envolvidos. Traz uma reflexão profunda sobre o processo de inovação e o papel das IES dentro desse ciclo. Ao afirmar que a tecnologia está no “âmago da cadeia de inovação”, Carneiro (2018) evidencia como ela conecta o desenvolvimento científico, predominantemente realizado nas universidades, às soluções práticas geradas pelo mercado.

No contexto do desenvolvimento regional, nesta perspectiva a ciência e a tecnologia não devem ser produzidas de forma isolada, mas em estreita interação com os atores locais. Esse processo de inovação colaborativa é essencial para: resolver problemas locais específicos, como questões ambientais, sociais ou econômicas; fomentar a competitividade regional, integrando as regiões menos favorecidas aos circuitos de inovação nacionais e globais e promover a sustentabilidade, alinhando a pesquisa científica aos princípios da equidade social e da preservação ambiental.

A Bahia, como região periférica em termos de produção científica nacional, precisa adotar esse modelo de inovação dinâmico e interativo, utilizando as IES como ferramentas para reduzir desigualdades e fomentar o crescimento local. Isso passa pela valorização da extensão universitária, que conecta o conhecimento gerado nas universidades às realidades das comunidades.

Reforçando o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que é central para a atuação das universidades no Brasil, Gilioli (2018) afirma que:

De acordo com a Constituição Federal de 1988, as universidades baseiam-se na indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão. Sabe-se que o ensino e, principalmente, a pesquisa são os eixos fundamentais aos quais as instituições universitárias e de pesquisa se dedicam efetivamente. A extensão – difusão do conhecimento produzido nessas instituições para a sociedade e sua conversão em ações e resultados de impacto social, econômico e cultural – ainda é pouco valorizada no meio acadêmico. Parte das respostas ao desenvolvimento regional dependem do envolvimento das IES com o seu entorno, sendo a extensão decisiva para isso, contanto que não seja isolada em relação ao ensino e à pesquisa (Gilioli, 2018, p. 76).

Apesar de o ensino e a pesquisa serem tradicionalmente reconhecidos como os eixos mais valorizados nas instituições acadêmicas, a extensão universitária ainda ocupa um espaço marginal no meio acadêmico. Contudo, sua relevância vai muito além da simples divulgação do conhecimento produzido pelas universidades. A extensão é apresentada como um instrumento estratégico para conectar as IES às comunidades e transformar o conhecimento científico em ações concretas de impacto social, econômico e cultural.

Nesse sentido, Gilioli (2018) destaca que o desenvolvimento regional depende, em grande parte, da capacidade das IES de se envolverem ativamente com o seu entorno, articulando ensino, pesquisa e extensão de maneira integrada. A extensão, portanto, não pode ser tratada como uma atividade isolada, mas deve funcionar como um elo vital que leva a produção científica das universidades para além dos muros acadêmicos, gerando resultados concretos que atendam às demandas da sociedade.

Essa reflexão conecta-se diretamente aos desafios da integração do tripé ensino-pesquisa-extensão com o desenvolvimento regional, ressaltando a necessidade de fortalecer a extensão universitária como uma ferramenta essencial para reduzir desigualdades, promover a inclusão social e incentivar soluções inovadoras que impactem diretamente as comunidades locais.

Para evidenciar a importância de dados e indicadores claros para a formulação de políticas nacionais de educação superior, ciência, tecnologia e inovação (CT&I), com foco no desenvolvimento local/regional, Gilioli (2018) afirma que:

Esses dados seriam essenciais para a elaboração de políticas nacionais de educação superior, de CTI e de desenvolvimento locorregional que não abordem apenas a produção científica, a internacionalização e o incentivo à melhoria do ranqueamento de instituições e de pesquisadores. IES e ICTs continuariam a ser estimuladas a produzir pesquisa de excelência e papers, mas não abandonariam a perspectiva de impulsionar economias, formar mão de obra para as necessidades regionais, responder a demandas dos poderes públicos locais e permitir às comunidades melhor se estruturarem do ponto de vista socioeconômico, cultural e de sua autossustentabilidade (Gilioli, 2018, p. 86).

Entendemos que embora a produção científica de excelência, a internacionalização e o ranqueamento institucional sejam importantes, essas metas não podem ser os únicos pilares norteadores das IES e das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs). Para que as universidades cumpram seu papel de agentes de transformação, é necessário que elas equilibrem a produção científica de alto impacto com ações voltadas para o desenvolvimento socioeconômico e cultural das regiões em que estão inseridas. Isso inclui a formação de mão de obra qualificada para atender às necessidades locais, a resposta às demandas dos poderes públicos e a criação de condições que permitam às comunidades alcançarem autossustentabilidade.

Nesse contexto, Gilioli (2018) reforça que as IES precisam ir além de métricas tradicionais, como publicações e citações, e focar em impactos mais amplos e diretos, que englobem a melhoria das condições de vida das populações locais, o fortalecimento da economia regional e a valorização cultural. Essa abordagem exige a formulação de políticas públicas, que priorizem tanto a excelência acadêmica quanto a aplicação prática do conhecimento em favor do desenvolvimento regional sustentável. Sobre o papel estratégico que os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), apoiamo-nos das palavras do autor quando destaca que:

A fim de melhorar o desempenho do sistema de inovação, em especial, em seu aspecto regional, o NIT deveria ter comportamento proativo. Como o NIT está ligado de alguma forma à ICT, espera-se que seu conhecimento sobre essa instituição seja bastante aprofundado. Ademais, o conhecimento advindo da prospecção tecnológica pode também habilitá-lo a conhecer outros agentes, cujo perfil poderia ser compatível com o conhecimento dos cientistas daquela ICT. Essas características deixam o NIT em uma posição única, que, combinada com o desenvolvimento de determinadas características comportamentais nas organizações, pode promover integração ou distanciamento (Carneiro, 2018, p. 114)

Os NITs podem desempenhar no fortalecimento do sistema de inovação, especialmente em contextos regionais. Para isso, é fundamental que os NITs adotem uma postura proativa, atuando como mediadores eficientes entre as Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs), os setores produtivos e outros agentes do ecossistema de inovação. O NIT, como estrutura ligada diretamente às ICTs, possui profundo conhecimento institucional, o que lhe permite compreender as capacidades científicas e tecnológicas desenvolvidas internamente. Esse conhecimento coloca o NIT em uma posição privilegiada para identificar oportunidades de aplicação prática das pesquisas, promovendo a transferência de tecnologia e a formação de parcerias estratégicas.

Ademais, ao realizar prospecção tecnológica, os NITs podem mapear agentes externos, como empresas, *startups* e instituições governamentais, cujo perfil e demandas sejam compatíveis com as competências desenvolvidas pelos cientistas das ICTs. Esse alinhamento é essencial para conectar o conhecimento acadêmico às necessidades do mercado, criando inovações que atendam às demandas regionais e promovam o desenvolvimento socioeconômico.

No entanto, o sucesso dessa atuação depende de características comportamentais que as organizações precisam desenvolver, como: proatividade, pois os NITs devem buscar ativamente parcerias e identificar lacunas no mercado que possam ser preenchidas pelas inovações tecnológicas das ICTs; capacidade de articulação, visto que é necessário que os NITs facilitem o diálogo entre diferentes agentes, reduzindo barreiras de comunicação entre o setor acadêmico, o mercado e o governo; e, flexibilidade, para adaptar as estratégias de acordo com as mudanças nas demandas e oportunidades do mercado.

Por outro lado, a falta dessas características pode levar ao distanciamento entre as ICTs e o mercado, resultando em um desperdício de potencial científico e tecnológico. Quando os NITs não conseguem desempenhar seu papel de mediadores, o sistema de inovação como um todo se torna menos eficiente, impactando negativamente o desenvolvimento regional.

Portanto, concordamos que os NITs ocupam uma posição única no processo de inovação, combinando conhecimento técnico, articulação estratégica e capacidade de prospectar demandas externas. Seu papel é decisivo para transformar o conhecimento gerado nas ICTs em soluções aplicáveis e de impacto, especialmente no contexto regional, onde a

inovação pode atuar como vetor de inclusão e desenvolvimento. No entanto, para que isso se concretize, é essencial que os NITs superem desafios organizacionais e assumam a liderança na promoção de conexões entre ciência, mercado e sociedade.

Em se tratando do papel fundamental das IES públicas no Brasil, tanto na produção científica quanto na promoção do desenvolvimento regional, Gilioli (2018) afirma:

Como é possível perceber, a relevância das IES públicas no Brasil é enorme, embora boas universidades privadas façam pesquisa científica de excelência. A publicação de papers reflete concentração da produção acadêmica em algumas instituições e, conseqüentemente, a desigualdade na produção científica. Entretanto, se medições de artigos em revistas indexadas compõem indicador fundamental, não são o único fator a ser considerado para que a educação superior contribua para o desenvolvimento regional (Gilioli, 2018, p. 81).

Apesar de as universidades privadas também contribuírem com pesquisa de excelência, a produção acadêmica no país é fortemente concentrada em algumas instituições públicas, principalmente nas regiões mais desenvolvidas do Sul e Sudeste. Essa concentração reflete uma desigualdade no acesso à ciência e à produção de conhecimento, que perpetua o ciclo de disparidades regionais (Giliolo, 2018).

Embora a publicação de artigos científicos em revistas indexadas seja um indicador importante de qualidade acadêmica, ela não pode ser vista como o único fator para medir a contribuição das IES para o desenvolvimento regional. Essa ênfase excessiva na produção de *papers* muitas vezes prioriza o impacto internacional e o ranqueamento institucional, em detrimento de questões locais e regionais. Como resultado, as IES acabam distantes das demandas específicas de suas comunidades, limitando seu potencial de atuação como vetores de transformação social e econômica.

A pesquisa acadêmica deve ir além da produção bibliográfica e considerar também o impacto social e econômico das inovações geradas, como: transferência de tecnologia para pequenos negócios locais; soluções para problemas regionais, como acesso à saúde, educação e sustentabilidade; e formação de mão de obra qualificada para atender demandas locais e regionais.

As IES públicas também desempenham um papel central na promoção da equidade e da inclusão, especialmente em regiões periféricas. Sua atuação vai além da pesquisa, abrangendo também o ensino e a extensão. Por meio desses três pilares, as IES públicas têm a capacidade

de reduzir desigualdades regionais, ao oferecer educação de qualidade em regiões menos favorecidas, impulsionar a inovação regional, articular pesquisa aplicada com demandas locais e promover o empreendedorismo e a geração de empregos em comunidades vulneráveis.

Assim, podemos concluir que a produção científica é um elemento essencial para a atuação das IES, mas não deve ser vista como um fim em si mesma. Gilioli (2018) reforça que o verdadeiro impacto das universidades no desenvolvimento regional está em sua capacidade de traduzir o conhecimento acadêmico em ações práticas que promovam transformações necessárias. Nesse sentido, as IES públicas, com sua estrutura robusta e compromisso social, têm um papel estratégico na superação das desigualdades regionais, desde que ampliem seu foco para além da publicação de artigos e priorizem o impacto direto na transformação das realidades locais, utilizando-se do tripé ensino-pesquisa-extensão como base para o desenvolvimento efetivo de seus trabalhos.

Considerações finais

O tripé ensino-pesquisa-extensão desempenha um papel estratégico no desenvolvimento regional, mas enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à integração com setores produtivos, à falta de indicadores que meçam o impacto social e econômico das IES e à dificuldade de dialogar com demandas regionais específicas. Esses desafios são mais evidentes em regiões periféricas, como a Bahia, onde as desigualdades socioeconômicas e acadêmicas são mais acentuadas. Apesar disso, as universidades possuem um grande potencial para atuar como agentes de transformação, desde que sejam adotadas políticas públicas que incentivem parcerias intersetoriais, promovam a descentralização da produção científica e estimulem a criação e inovação.

É crucial que as IES, especialmente as situadas em regiões menos favorecidas, superem barreiras estruturais, culturais e organizacionais que limitam sua atuação, adotando posturas proativas e dinâmicas. Isso inclui o fortalecimento da extensão universitária, não apenas como um mecanismo de diálogo com a sociedade, mas como um elo fundamental para aplicar o conhecimento gerado em sala de aula e laboratórios de forma prática e acessível. Além disso, é necessário garantir que a pesquisa aplicada atenda às demandas locais, gerando impacto direto nas economias regionais e promovendo soluções inovadoras para problemas concretos.

O fortalecimento dos NITs é um elemento chave nesse processo. Os NITs precisam assumir um papel mais ativo na prospecção de parcerias com empresas, governo e organizações da sociedade civil, promovendo a transferência de tecnologia e a conexão entre a ciência acadêmica e o mercado. Sua atuação deve ser complementada pela criação de indicadores abrangentes, que considerem não apenas a produção de *papers* e patentes, mas também o impacto das IES em dimensões como a sustentabilidade ambiental, a redução de desigualdades e o fortalecimento cultural e econômico das comunidades locais.

Por fim, é essencial repensar o papel das IES como protagonistas do desenvolvimento regional, em que ciência, tecnologia e inovação não apenas estimulem o crescimento econômico, mas também contribuam para a construção de sociedades mais justas, equitativas e resilientes. A integração efetiva do tripé ensino-pesquisa-extensão, aliada a políticas públicas robustas e ao comprometimento de todos os agentes da Tripla Hélice (universidade, mercado e governo), permitirá que as IES se consolidem como motores transformadores, capazes de atender tanto às demandas locais quanto às necessidades globais de um mundo em constante mudança.

Referências

CARNEIRO, Leandro Alves. O papel dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) para o desenvolvimento regional. In: Instituições de ensino superior e o desenvolvimento regional [recurso eletrônico]: potencialidades e desafios. Relator: Vitor Lippi; consultores legislativos: Renato Gilioli et al.; Renato Gilioli (coordenador). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. (Estudos Estratégicos, n. 9, PDF), p. 92-111.

GILIOLI, Renato de Sousa Porto. Instituições de ensino superior e interfaces com o desenvolvimento regional. In: Instituições de ensino superior e o desenvolvimento regional [recurso eletrônico]: potencialidades e desafios. Relator: Vitor Lippi; consultores legislativos: Renato Gilioli et al.; Renato Gilioli (coordenador). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. (Estudos Estratégicos, n. 9, PDF), p. 65-91.

IMPLICAÇÕES DAS PESQUISAS UNIVERSITÁRIAS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: EXEMPLOS PRÁTICOS DO CONTEXTO BAIANO

Nadjanara Lopes de Abreu Araújo

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

nadjanaralopes@gmail.com

Introdução

A presente capítulo tem como base as reflexões do Colóquio promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) em 2024, no Departamento de Educação da UNEB, Campus XI em Serrinha/BA, intitulado “Política de CT&I na Bahia e o papel das Universidades”, realizado no dia 16 de agosto de 2024, exposto pelo Professor Dr. Marcius de Almeida Gomes (DEDC-XII; GESTEC/UNEB e SECTI/BA) e mediado pela Profa. Dra Patrícia Júlia Coelho (PPGIES/UNEB).

Além de realizar uma reflexão sobre o debate apresentado no Colóquio pelo professor e nas leituras dos textos subsidiários que embasaram a temática, foi realizada uma pesquisa usando a base de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes a fim de verificar a presença de exemplos concretos de pesquisas universitárias desenvolvidas na Bahia que tenham contribuído para o desenvolvimento regional, com foco em inovações tecnológicas e impactos socioeconômicos. Esse artigo visa identificar pesquisa realizados por universidades baianas com impacto em setores estratégicos voltados a inovação e desenvolvimento regional, refletindo assim sobre o papel das universidades na formulação de políticas públicas regionais.

O presente capítulo está dividido em cinco seções, que contextualizam a temática aqui abordada, sendo a primeira, *Introdução*; a segunda, descreve a *Metodologia* utilizada; a terceira, refere-se ao referencial teórico com base nos textos subsidiários com o subtítulo *Insights dos Capítulos três e*

quatro do Estudo 'Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: Potencialidades e Desafios'; a quarta seção apresenta os *resultados e discussões* do Estado do Conhecimento; e por último, as *Considerações Finais*.

Metodologia

Além da análise reflexiva realizada com base nas contribuições do colóquio e da leitura dos textos subsidiários indicados, surgiu uma inquietação que levou a realização de um levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a fim de explorar dados concretos de forma eficiente e estruturada sobre a temática em questão.

Sendo um estudo de natureza qualitativa, a próxima seção apresenta um breve debate sobre os capítulos três e quatro da publicação de um estudo elaborado pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados, intitulado *Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento regional: Potencialidades e Desafios, Centro de Estudos e Debates Estratégicos e Edições Câmara*. Os capítulos estão respectivamente intitulados *Instituições de Ensino Superior e Interfaces com o Desenvolvimento Regional* e *O papel dos núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) para o desenvolvimento regional*.

Logo após apresentamos uma produção inspirada na metodologia de Estado do Conhecimento que permite o levantamento, organização e análise das produções acadêmicas sobre determinado tema, com base em descritores, possibilitando conhecer o que está posto (Morosini, 2014, p.155). O banco de dados escolhido para a pesquisa deste artigo foi o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, por sua relevância e abrangência.

Insights dos capítulos três e quatro do estudo 'Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: Potencialidades e Desafios'

Os capítulos indicados para a leitura que subsidiaram o colóquio traz discussões bem interessantes. O primeiro capítulo teve como objetivo analisar como as instituições de ensino superior (IES) podem contribuir para uma política nacional de desenvolvimento regional sustentável, especialmente por meio da territorialização e articulação com políticas públicas. Destaca uma questão importante quando levanta a desigualdade regional e o papel das IES. De acordo com o estudo,

é possível perceber, a relevância das IES públicas no Brasil é enorme, embora boas universidades privadas façam pesquisa científica de excelência. A publicação de papers reflete concentração da produção acadêmica em algumas instituições e, conseqüentemente, a desigualdade na produção científica. Entretanto, se medições de artigos em revistas indexadas compõem indicador fundamental, não são o único fator a ser considerado para que a educação superior contribua para o desenvolvimento regional (Gilioli, 2018, p. 81).

Com base nas informações apresentadas e discutidas neste capítulo, há uma discrepância da produção acadêmica por fatores diversos. Conseguimos refletir, por exemplo sobre a assimetria socioeconômica e acadêmica entre regiões do Brasil (Sul/Sudeste mais desenvolvidos, Norte/Nordeste menos contemplados). Esta discrepância traz inúmeros impactos não apenas para as instituições de ensino, como também para o desenvolvimento regional como um todo. A desigualdade na produção científica limita a capacidade das regiões menos desenvolvidas de atrair investimentos, fomentar inovações tecnológicas e impulsionar setores produtivos locais.

Além disso, a concentração das pesquisas em polos mais desenvolvidos perpetua um ciclo de exclusão, em que as demandas sociais, econômicas e tecnológicas das regiões menos contempladas são negligenciadas. Portanto, é essencial repensar a articulação entre políticas públicas, instituições de ensino superior e as demandas regionais, visando criar sistemas locais de inovação que valorizem as potencialidades e as vocações específicas de cada território. Nesse sentido, as IES localizadas nas regiões menos favorecidas, como a nossa região, por exemplo, precisam atuar de forma incisiva, promovendo inclusão social, geração de valor e integração territorial. Porém, é necessário lembrar que

Os retornos esperados de IES e ICTs não devem restringir-se ao estrito desenvolvimento econômico: devem também fortalecer laços identitários locais, densificar liames cooperativos regionais, a economia solidária, a cooperação com movimentos sociais e estimular o empreendedorismo. A busca deve ser, em termos amplos, pelo desenvolvimento local-regional sustentável, contemplando sustentabilidade ambiental, equidade social, redução de assimetrias intra e inter-regionais e promoção de direitos socioculturais (Carneiro, 2018, p. 98).

Essa abordagem destaca a necessidade de integrar objetivos econômicos com sociais e ambientais, promovendo não apenas crescimento econômico, mas também a redução de desigualdades e a valorização de potencialidades locais. Ao abordar aspectos como equidade social e direitos

socioculturais, a citação reforça que o desenvolvimento regional deve ser holístico e participativo, engajando comunidades locais, movimentos sociais e atores regionais em um esforço conjunto para transformar realidades.

Também merece destaque a necessária articulação com Setores Produtivos, sendo decisiva para a transferência de tecnologia, inovação e desenvolvimento sustentável. Essa colaboração deve ir além de uma simples relação comercial, integrando as vocações econômicas locais com as pesquisas e tecnologias desenvolvidas pelas universidades e institutos. Ao fortalecer a Tríplice Hélice – o modelo de integração entre academia, governo e mercado –, as IES têm a capacidade de impulsionar a geração de soluções inovadoras que atendam às demandas regionais, com impactos positivos no emprego, na produção e no aumento da competitividade dos territórios menos favorecidos.

Além disso, é fundamental que as políticas públicas apoiem essas iniciativas por meio de investimentos em infraestrutura, capacitação e fomento à pesquisa aplicada. A criação de Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) e sua articulação com arranjos produtivos locais podem ser estratégias eficazes para consolidar um ecossistema de inovação regional, que favoreça a inclusão de pequenos produtores, a valorização dos saberes locais e a transformação social por meio do conhecimento científico e tecnológico. Assim, as IES não devem apenas se adaptar às realidades locais, mas assumir um papel protagonista na construção de um futuro mais justo e sustentável, onde ciência, tecnologia e inovação são instrumentos para a superação das desigualdades e promoção do desenvolvimento integrado.

Porém, nota-se que IES brasileiras, apesar de sua capacidade de produzir conhecimento científico, apresentam um distanciamento entre academia e desenvolvimento regional. Para que isso ocorra é importante pensar na realidade local e realizar pesquisas aplicadas que sejam direcionadas às demandas específicas de determinada localidade ou região.

Neste mesmo contexto, o capítulo quatro ao discutir *O Papel dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) para o Desenvolvimento Regional*, traz a necessidade de uma interação constante entre as universidades, o mercado e o governo. Destaca que:

A tecnologia está no âmago da cadeia de inovação. Resulta do desenvolvimento científico e, ao mesmo tempo, é aplicada a problemas concretos, que resultam em inovações. O desenvolvimento científico tem sua principal morada nas universidades, enquanto as inovações provêm, em grande medida, do mercado, que lê as necessidades

(problemas ou oportunidades) e desenvolve as soluções adequadas. Esse modelo foi entendido por muito tempo como sendo linear, no qual o desenvolvimento científico gerava uma possibilidade tecnológica, que, por sua vez, gerava uma inovação. Entretanto, percebeu-se que esse movimento não é linear e que essas interações acontecem o tempo todo com idas e vindas. (Carneiro, 2018, p. 101).

O documento ressalta que a inovação surge da aplicação prática do conhecimento científico, sendo as universidades o principal espaço de produção desse conhecimento, enquanto o mercado tem a capacidade de identificar demandas reais e transformá-las em soluções aplicadas. A inovação tecnológica não acontece de forma isolada. Ela exige um diálogo permanente entre as instituições científicas, que produzem conhecimento, e o mercado, que interpreta as necessidades e aplica as inovações, com o apoio do governo para viabilizar políticas públicas e investimentos que facilitem esse processo. Essa interação dinâmica é, portanto, essencial para impulsionar a competitividade regional e promover o desenvolvimento sustentável.

O capítulo ainda aborda a necessidade de uma postura mais proativa dos NITs na busca por parcerias, pois as estas tem papel é fundamental para promover a Tripla Hélice. Para isso, é essencial que os NITs invistam em prospecção tecnológica e participem ativamente da construção de políticas regionais de inovação. Vejamos como o que temos posto no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES sobre Pesquisas universitária e inovação tecnológica a fim de identificar as produções da nossa região.

Resultados e discussões

A pesquisa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES seguiu os seguintes procedimentos:

- a. Primeira etapa: foram utilizados os descritores “Pesquisas universitária e inovação tecnológica” onde foram localizadas 59 produções;
- b. Segunda etapa: ao utilizar o filtro do marco temporal, delimitando entre os anos 2020 a 2024, restando 6 trabalhos.

Esses descritores foram escolhidos por representarem conceitos centrais que conectam a produção acadêmica com a inovação tecnológica, alinhando-se ao objetivo do estudo. A escolha do recorte temporal visou garantir a relevância e atualidade dos trabalhos analisados, refletindo os

avanços recentes na temática. Os resultados desta busca estão apresentados na tabela abaixo:

Quadro 1: Teses e Dissertações que tratam sobre Pesquisas universitária e inovação tecnológica.

AUTOR(ES)	TIPO	ANO	INSTITUIÇÃO	TÍTULO
DIAS, Nelson.	Tese de Doutorado	2021	UFMS	Translinguagem e processos de coconstrução de sentidos com estudantes surdos no ensino de ciências
KLEIN, Adriana Nathalie.	Tese de Doutorado	2020	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	“Plataforma eletrônica de apoio à prescrição de cadeira de rodas e dispositivos de adequação postural”
COUTO, John Lennon Oliveira.	Dissertação de Mestrado	2020	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	“Avaliação do desempenho de técnicas de interação com as mãos em realidade aumentada imersiva”
PEREIRA, Guido Augusto Faria.	Dissertação de Mestrado	2020	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	“Considerações sobre o design e avaliação de exergames imersivos para reabilitação virtual de idosos caidores”
CARDOSO, Jessica Rocha de Souza.	Dissertação de Mestrado Profissional	2020	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	Manual para produção de aplicativo bilíngue para docentes que atuam com discentes surdos
VIEIRA, Mayara de Oliveira.	Dissertação de Mestrado Profissional	2020	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	Iniciativas inovadoras que promovem acessibilidade

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (2024).

c. Terceira etapa: foi realizada a leitura dos títulos e dos resumos das dissertações

Após a leitura dos resumos e referencial teórico dos trabalhos listados acima, foram gerados os seguintes resultados. No primeiro trabalho, uma tese de doutorado intitulado *Translinguagem e processos de coconstrução de sentidos com estudantes surdos no ensino de ciências*, o objetivo dessa pesquisa foi construir ações pedagógicas no ensino de ciências com estudantes surdos na perspectiva da translinguagem.

O segundo resultado também é uma tese de doutorado com o título: *Plataforma eletrônica de apoio à prescrição de cadeira de rodas e*

dispositivos de adequação postural. O objetivo deste estudo foi investigar os processos envolvidos na avaliação e prescrição de Cadeira de Rodas e sistema de adequação postural, propor um roteiro de procedimentos, desenvolver e avaliar uma plataforma eletrônica para apoiar os profissionais de reabilitação.

O terceiro trabalho é uma dissertação de mestrado como tema *Avaliação do desempenho de técnicas de interação com as mãos em realidade aumentada imersiva*. Propôs um método formal e reproduzível para avaliar o desempenho de interações diretas com as mãos em óculos de Realidade Aumentada.

A quarta dissertação de mestrado analisada foi intitulada *Considerações sobre o design e avaliação de exergames imersivos para reabilitação virtual de idosos caidores*, investigou os principais aspectos relacionados ao desenvolvimento e à avaliação, por especialistas da área de fisioterapia, de videogames imersivos para o exercício físico combinado com atividades cognitivo-motoras com foco em idosos caidores.

O quinto trabalho é uma dissertação de mestrado profissional com o tema: *Manual para produção de aplicativo bilíngue para docentes que atuam com discentes surdos*. O objetivo geral deste trabalho é conceber e desenvolver um manual para produção de aplicativo bilíngue (Português-Libras) para docentes que atuam com discentes surdos, do curso de Licenciatura Plena em Letras Libras da UEPA, buscando potencializar a aprendizagem dos termos específicos da disciplina Processos Linguísticos.

Por último, a dissertação de mestrado profissional encontrada nesta busca teve como título *Iniciativas inovadoras que promovem acessibilidade*. O estudo buscou investigar processos e/ou produtos com potencial de promover acessibilidade comunicacional, arquitetônica ou instrumental e atitudinal, seja pela solução de um problema ou de uma nova abordagem.

Com base nos resumos dos trabalhos analisados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, pode-se identificar tanto convergências quanto diferenças significativas entre os estudos. Entre as similaridades apresentadas podemos destacar o foco em inclusão e acessibilidade. Diversos trabalhos abordam a inclusão de grupos específicos, como surdos (primeiro e quinto estudos) e idosos (quarto estudo). Esses projetos buscam propor soluções inovadoras que ampliem o acesso a recursos educacionais, tecnológicos e de reabilitação. Também como similaridade destaca-se a aplicação tecnológica para resolução de problemas, tanto a criação da plataforma eletrônica para prescrição de cadeiras de rodas (segundo

estudo) quanto a avaliação de interações em realidade aumentada (terceiro estudo) e o desenvolvimento de exergames para reabilitação (quarto estudo) demonstram como a tecnologia é utilizada para enfrentar desafios específicos e gerar impactos sociais.

Os trabalhos englobam diversas áreas do conhecimento, como educação, tecnologia assistiva, saúde e linguística, o que ressalta a relevância da abordagem multidisciplinar para resolver problemas complexos. Há divergências de público-alvo, pois atendem a grupos variados como estudantes surdos, profissionais de reabilitação, idosos e docentes, destacando a amplitude de impacto que a pesquisa acadêmica pode alcançar.

Consideramos que os trabalhos analisados revelam a diversidade e a relevância das pesquisas universitárias no campo da inclusão e do desenvolvimento tecnológico. Apesar de abordarem públicos-alvo distintos e utilizarem diferentes metodologias, todos compartilham um objetivo comum: promover inovação aplicada e acessibilidade. Enquanto alguns estudos oferecem soluções práticas, como manuais e plataformas digitais, outros ampliam os horizontes teóricos, investigando novas abordagens pedagógicas e tecnológicas. Essa diversidade reforça o papel das universidades como agentes transformadores na sociedade, capazes de atender demandas locais e regionais com impacto significativo.

Os trabalhos analisados evidenciam o impacto das pesquisas universitárias no desenvolvimento social e tecnológico, mas trazem um ponto crítico quando relacionados ao tema proposto no artigo: “Implicações das Pesquisas Universitárias no Desenvolvimento Regional: Exemplos Práticos do Contexto Baiano”. Todos os estudos revisados são de instituições fora da Bahia (São Paulo, Pará e Mato Grosso do Sul), o que sugere que, embora relevantes, essas iniciativas deixam lacunas no que tange às especificidades regionais da Bahia, na plataforma utilizada na pesquisa.

Assim, podemos considerar que com base na pesquisa realizada do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando os descritores “Pesquisas universitária e inovação tecnológica” nos anos de 2020 a 2024, destaca-se a ausência de foco regional baiano, ou seja, não dialogam diretamente com as necessidades regionais, contextos ou potencialidades específicas da Bahia, o que revela uma oportunidade de fortalecimento da produção científica regional. Talvez outros fatores possam ser considerados

como a visibilidade ou realização de pesquisas nesta área em nosso estado, porém, é uma lacuna que merece ser analisada.

Esta questão nos faz refletir sobre as parcerias entre universidades baianas e setores produtivos locais, políticas públicas voltadas para o financiamento de projetos com impacto direto no estado, promovendo a autonomia científica das instituições baianas e constante fortalecimento dos NITs em universidades da Bahia, para que desempenhem papel estratégico no desenvolvimento de produtos e soluções aplicáveis às necessidades locais.

Podemos também levar em consideração a escolha da plataforma, pois esta pode ter influenciado o resultado da sua busca. Talvez com a expansão da pesquisa para outras plataformas específicas ou regionais pode complementar a pesquisa realizada na CAPES, garantindo maior diversidade de resultados.

Considerações finais

O presente capítulo levantou diálogos importantes sobre Política de CT&I na Bahia e o papel das Universidades, partindo das discussões abordadas no Colóquio promovido pelo PPGIES. Este artigo proporcionou reflexões relevantes ao discutir como as universidades podem ser protagonistas no desenvolvimento regional, promovendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão para atender às demandas locais e contribuir para a redução das desigualdades regionais.

Embora as pesquisas acadêmicas desempenhem papel fundamental na produção de conhecimento e inovação, os resultados encontrados indicam que a Bahia precisa superar a desigualdade na produção científica, promovendo uma maior integração entre as IES, o setor produtivo e o governo. Essa integração é imprescindível para transformar o conhecimento científico em soluções concretas, capazes de beneficiar comunidades locais e impulsionar economias regionais.

A pesquisa revelou a ausência de foco regional nos trabalhos encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, o que destaca a necessidade de explorar outras plataformas e estratégias regionais que contemplem as particularidades e potencialidades da Bahia. Isso reforça a urgência de repensar o papel das IES no contexto regional, incentivando o alinhamento das pesquisas às necessidades específicas do estado, bem como a visibilidade de suas contribuições.

Referências

CARNEIRO, Leandro Alves. O papel dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) para o desenvolvimento regional. In: Instituições de ensino superior e o desenvolvimento regional [recurso eletrônico]: potencialidades e desafios. Relator: Vitor Lippi; consultores legislativos: Renato Gilioli et al.; Renato Gilioli (coordenador). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. (Estudos Estratégicos, n. 9, PDF), p. 92-111.

GILIOLI, Renato de Sousa Porto. Instituições de ensino superior e interfaces com o desenvolvimento regional. In: Instituições de ensino superior e o desenvolvimento regional [recurso eletrônico]: potencialidades e desafios. Relator: Vitor Lippi; consultores legislativos: Renato Gilioli et al.; Renato Gilioli (coordenador). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. (Estudos Estratégicos, n. 9, PDF), p. 65-91.

MOROSINI, Marília Costa Morosini. FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. **Estado do Conhecimento:** conceitos, finalidades e interlocuções. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014.

DIÁLOGOS INTERVENTIVOS NUMA SOCIEDADE DE CLASSES: COMO AS PESQUISAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO SE POSICIONAM?

Maria Cremilda Lima Santos

Sirlei Aparecida de Almeida Ribeiro

Janeide Bispo Santos

Introdução

Este capítulo analisa as contribuições advindas da conferência intitulada “Formação de professores/as, linguagem, racismo e enfoque de gênero em perspectiva interdisciplinar” do III Web SEMINTER Seminário Internacional Interdisciplinar: Diálogos Interventivos, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES)- Universidade do Estado da Bahia / Campus XI em setembro de dois mil e vinte e quatro. Quais diálogos podem ser estabelecidos entre os pressupostos teóricos que seguraram os fundamentos da exposição com as pesquisas da Educação do Campo vinculadas ao PPGIES? A exposição foi realizada pela Profa. Dra. Francisca Eugênia dos Santos (Universidade Santiago do Chile (USACH), tendo como mediadora a Profa. Dra. Ivonete Barreto de Amorim (PPGIES - UNEB/Campus XI), constituiu-se uma atividade aberta, em que pessoas da comunidade interessadas e estudantes, tanto dos cursos de Graduação, quanto estudantes do curso de Pós - Graduação estiveram presentes e puderam participar na condição de ouvintes e também de forma dialógica a partir da exposição realizada pela professora convidada, constituindo-se, assim, uma atividade de caráter científico.

O seminário foi uma atividade de caráter interdisciplinar com intuito de transpassar e atingir diferentes esferas de abordagens teórico-metodológicas. A metodologia que orientou esta produção científica partiu da análise de diferentes perspectivas teóricas, sendo estas entendidas

como concepções que orientam os diálogos interventivos. Cada concepção tem sua base epistemológica, fato que consolida o nível da relação entre a teoria e a realidade concreta. Consideramos que numa sociedade de classes, marcada por intensas diferenças socioespaciais, atravessadas pelo racismo e machismo enquanto projeto da classe burguesa para garantir a sua hegemonia enquanto classe dominante, as ações interventivas requerem teoria método comprometido com a superação das questões renascentes da lógica do capital e se posicionem em defesa de outro projeto histórico.

O texto apresenta as ideias da conferencista Profa. Dra. Francisca Eugênia dos Santos e aponta a concepção teórico-metodológica e suas limitações no contexto da sociedade de classes; analisa a perspectiva anticolonial e contraposição à decolonial, mas ambas se assentando enquanto posições de combate ao pensamento e não às bases materiais da sociedade burguesa, como também apresenta o materialismo histórico-dialético como teoria e método de análise da realidade enquanto totalidade concreta; apresenta a concepção de Educação do Campo que orienta as pesquisa alocadas no PPGIES; por fim, apresenta as considerações finais.

A conferência proferida e as limitações do idealismo como base epistêmica

A professora Dra. Francisca Eugênia dos Santos é natural do Crato (CE) e tem 30 anos morando no Chile. Na década de 1960 a sua família migrou para São Paulo e ocupou a periferia da capital, onde ela foi criada. A mesma é socióloga, historiadora e linguista.

A professora iniciou a conferência “Formação de Professores, linguagem, racismo e enfoque de gênero na perspectiva interdisciplinar” proferida no III Web SEMINTER apresentando um pouco da sua trajetória. Ao adentrar no conteúdo informou que toda a sua fala tinha como referência a ideia de interdisciplinaridade. Assim, afirmou entender cada ciência como um aporte para o trabalho interdisciplinar comprometido com a educação e a sociedade.

Destacou que o objetivo principal da exposição era compreender alguns conceitos, tais como: gênero, política de inclusão. Assim, afirmou que as políticas de inclusão precisam permitir o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária. Por isso, estava propondo uma fala que estabelecesse um diálogo em torno da vida das mulheres, do meio ambiente, da cidadania e da formação de professores.

Considerou que nos anos 1980 apenas 2% da população brasileira entrava na universidade. A universidade era branca, situada que sofreu uma pequena alteração mais recentemente com a questão da representatividade. Assim, considera que a mídia tem mostrado um protagonismo preto, contudo considera que o tal protagonismo está na ficção, porque do ponto de vista do arranjo social em classes, não acontece. Citou como exemplo a Zona Sul carioca continua sendo a representatividade do Brasil branco. A partir deste exemplo, a conferencista chamou a plateia para pensar sobre a relevância do papel da educação nessa problemática racial, fato que considera impactante na qualidade de vida tanto socialmente, quanto do ponto de vista científico.

A conferencista afirmou compreender que a educação teve focos diferentes na história da humanidade. Pontuou que no início do século XXI a gente tinha uma outra perspectiva, pois a cada época sem tem uma perspectiva de educação de acordo com as demandas do grupo social daquele dado momento. Destacou, com outras palavras, que a inserção de novos meios técnicos altera o comportamento social e forma dos indivíduos se relacionarem entre si.

Enfatizou a relevância dos docentes se adaptarem às novas formas de ser dos estudantes para que possam fazer conexão entre diferentes tempos projetando o futuro. Com base nesta ideia, defendeu de educação sustentada por quatro pilares, a saber: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender conviver e aprender a ser.

Para professora Dra. Francisca Eugênia, neste momento, torna-se a educação comprometida em formar cada competência para o indivíduo se adequar ao cidadão da contemporaneidade com capacidade de: realizar, cultivar, criar e imaginar. Assim, para a professora acima mencionada, a educação precisa ensinar aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender conviver e aprender a ser de acordo com o atual contexto, não pode retroagir.

Após demarcar o papel da educação que ela defende, a conferencista destacou que considera que a escola e a universidade são campos de poder. E é neles onde está o racismo e discriminação de gênero. Compreende que o racismo e a discriminação de gênero são frutos de uma questão de poder que se imbuem em valores, estes são transmitidos aos estudantes nos espaços educativos. Mas o que ela entende por poder? Não ficou explícito.

Citou Edgar Morin para enfatizar o pensamento complexo, mas que os docentes precisam se apoiar na ideia de fraternidade para levar aos

componentes curriculares a humanização. Ao mesmo tempo ela também questionou o contexto da sociedade desigual e fez provocações acerca do papel da educação dentro modelo capitalista. Não apontou saída por outro modelo de educação anticapitalista, ficou subjacente na sua fala que a sociedade capitalista é incompatível com qualquer tipo de equilíbrio social e ambiental. Contudo, ela destacou que “precisamos discutir o enfoque de gênero, o direito à moradia, à igualdade entre as várias classes sociais, a preservação da natureza, a preservação das espécies”. Segundo a expositora da conferência, o caminho se dá via intersecção, pois só se pode chegar a uma sociedade sustentável se repensar os conceitos. Assim, na intersecção se dá juntando tudo que forma uma intersecção de categorias: classe, gênero e raça.

Para a conferencista os polos de poder citados acima são resultantes do pensamento colonial. Assim, os conceitos de educação e de mulher, por exemplo, não são nossos, são construídos a partir dos colonizadores. Usou Aníbal Quinjano para dizer que na base da ideia de raça existe uma construção mental, está aqui em nossa cabeça, essa construção mental é a dominação colonial, ou seja, é idealismo. Portanto, entende que o conceito de raça é uma forma de dominação que deu certo no plano colonial. Usou Fanon para fundamentar a ideia de que o racismo também é um produto oriundo de um processo dominante de poder. O racismo e a racialização, estão em nosso cotidiano, o processo maior de dominação é a violência por meio da desigualdade. Assim, afirma que só é possível reconhecer historicamente o racismo a partir das teorias pós-coloniais, ou seja do idealismo.

Ela retomou a pergunta de como a Educação pode contribuir com o desenvolvimento de uma sociedade sustentável se a gente tem base no racismo, se a gente tem base em uma diferenciação de gênero? Afirma que para as instituições educacionais combaterem as práticas de racismo, precisam rever a prática de ciência, pois esta tende a ser excludente.

Portanto, concluiu a exposição dizendo que não podemos continuar mantendo privilégio de uma classe, não somente de uma classe econômica, mas também uma classe cultural. E, se isso ocorrer, a gente vai ter muita pouca possibilidade de fazer a política de inclusão, como gênero, racismo. Entende a que a mudança vem pela educação, para ela, educar é a base de qualquer revolucionário, e, concluiu com a ideia de, se sermos pobres e educados, podemos muito!

Notoriamente, a intervenção feita pela Profa. Dra. Francisca Eugênia dos Santos, defende a tese do idealismo ao partir do pressuposto de que o racismo e o machismo são questões oriundas daquilo que existe como conceito, separado da matéria. As questões subjacentes ao modo de produção capitalista tais como a divisão social do trabalho, a continua reestruturação produtiva do capital, a educação enquanto instrumento de controle do currículo e enquanto espaço de mercadoria não foram colocadas como questões subjacentes ao racismo e machismo.

Nesse sentido, de acordo Frigotto (2012, p. 265): “O desenvolvimento que se expressa em cada ser humano não advém de uma essência humana abstrata, mas é um processo no qual o ser se constitui socialmente” concreto.

Outras reflexões provenientes do Seminário: as divergências epistêmicas, limites e possibilidades para a intervenção educativa e social

O Seminário Internacional Interdisciplinar: Diálogos Interventivos, através de aportes teóricos em consonância com a exposição dialogada reverberou para premissas que indagam estruturas consolidadas no Brasil. A perspectiva da epistemologia do anticolonialismo confronta o correto e o absoluto, de modo cultural e epistêmico, provenientes de construções eurocêntricas, de tal modo, a transgredir os padrões, romper os paradigmas. Isso significa, para esta corrente, resistir e propor intervenções.

Dessa forma, ao referir-se ao anticolonialismo enquanto prática subversiva ao regime hegemônico, enfatiza-se sobre a necessidade de contestação diante do que fora propagado historicamente, uma luta a favor da valorização, direitos e reconhecimento das classes desfavorecidas pelas classes hegemônicas.

É importante trazer à tona reflexões sobre a forma como a episteme anticolonial evidencia as lutas em que as classes trabalhadoras tiveram que travar para que pudessem construir caminhos subversivos de direitos e garantias, desse modo, transparece a importância dos debates, das pesquisas e disseminação dos estudos transgressores e de caráter contra hegemônico.

É pertinente destacar que o pensamento anticolonial concebe prerrogativas para a pluralidade de manifestações, respeito e garantia às diferenças e a inclusão, dessa maneira, constitui-se a partir do reconhecimento à heterogeneidade, desconstruindo os caminhos do

colonialismo, de acordo com Alves (2021, p. 315): “Enfrentar esse contexto adverso implica conhecer a realidade e edificar ações que contribuam na transformação social”.

De tal modo, colonialidade serve à burguesia e edifica paradigmas segregadores, ou seja, a continuidade de um sistema que não reconhece a formação a partir das lutas pela sobrevivência em todas as instâncias de vida, posto isso, o anticolonialismo, enquanto epistemologia que defende a transgressão dos estereótipos e rompimento com padrões hegemônicos, insere-se em um contexto de construção de políticas de organização e mudanças na sociedade.

Já a perspectiva decolonial da expositora, deixa subjacente que a questão central da sociedade não é a estrutura global do modo produção capitalista e nem a luta de classes, mas os conhecimentos eurocêntricos que consolidaram o pensamento das sociedades colonizadas. Desse modo, o enfrentamento às questões de racismo e machismo se dá, quase que exclusivamente, via mudança de conceitos e não da base material deles. Desse modo, o inimigo é tudo o que é eurocêntrico e a superação se dará pelas epistemologias do sul,

Quais são as contribuições do materialismo histórico e dialético para os diálogos interventivos, a formação de professores e a interdisciplinaridade?

A principal contribuição é a conexão destes temas com a dinâmica global da sociedade burguesa e seu modo de produção capitalista, objeto de investigação de Karl Marx (2011) e, em particular, com a forma como ela se reproduz na formação social brasileira.

O ponto de partida da análise de Marx é a delimitação de seu objeto de investigação: a produção material, os indivíduos produzindo em sociedade, isto é, a produção dos indivíduos socialmente determinada (Marx, 2011). Portanto, o indivíduo é social e se constitui a partir da produção material por intermédio do processo do trabalho. Além disso, toda a forma de produção (capitalista, feudal, das tribos ou comunidades) cria suas próprias relações jurídicas, políticas (forma de governo) e ideológico-culturais, vinculando a produção material com a constituição do indivíduo social como um todo, enquanto uma totalidade. Consequentemente, é necessário explicitar a conexão entre as condições materiais da existência humana na sociedade burguesa com os diálogos interventivos, seus limites e possibilidades.

As condições materiais e o processo de trabalho na moderna sociedade burguesa se caracteriza pelo modo capitalista de produção, no

qual se confrontam dois personagens centrais: os proprietários da terra, dos bens e meios de produção (os burgueses), e aqueles que, expulsos da terra e privados de qualquer propriedade – meios e instrumentos de trabalho –, apenas possuem a sua capacidade de trabalhar. Assim se estabelece a cisão central dos seres humanos enquanto classes sociais – proprietários e expropriados – a partir da qual os burgueses compram e exploram a força de trabalho dos trabalhadores e, conseqüentemente, são gerados todos os conflitos daí derivados nas lutas de classes. Como esta cisão social é central para a compreensão dos problemas sociais e ambientais da sociedade em que vivemos, é fundamental que os diálogos interventivos se posicionem sobre ela, explicitando suas vinculações a favor dos burgueses ou dos trabalhadores. Por isso, se o objeto de investigação do Marx é a origem, o desenvolvimento e as condições de crise da moderna sociedade burguesa, o objetivo político é a sua destruição ou superação pela revolução socialista, instauradora de nova sociedade sem classes e sem relações de exploração dos seres humanos entre si.

Marx (2011) afirma que toda produção e, portanto, também o modo de produção capitalista - dominante na sociedade burguesa -, é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior e mediada por determinado tipo de sociedade. Portanto, a produção material dos indivíduos socialmente determinada também é a relação sociedade-natureza, que se realiza por intermédio do metabolismo do processo do trabalho.

Contudo, a produção material e social do indivíduo precisa ser decomposta porque se trata de certo corpo social em atividade em uma totalidade maior ou menor de ramos de produção. Da mesma forma operam as disciplinas científicas, que buscam interpretar o modo de produção capitalista a partir dos seus objetos específicos de investigação (subtotalidades), decompondo, pela análise, as diferentes dimensões (naturais, sociais, econômicas, históricas, geográficas, artísticas, culturais, ideológicas, etc) da moderna sociedade burguesa. Desta forma, é a crítica-superativa da sociedade capitalista o objeto do trabalho interdisciplinar, o que pressupõe a existência e a troca permanente das diferentes disciplinas científicas do currículo.

Nesta perspectiva, a relação sociedade burguesa-escola é eixo metodológico prioritário na interpretação e na organização da formação escolar, de nível superior e, sobretudo, da formação docente. A formação e a atuação docente deve estar comprometida com a socialização do conhecimento sistematizado e historicamente acumulado na forma da filosofia, da ciência e da arte, que permitam a juventude ser contemporânea

do seu tempo por intermédio da compreensão da sua condição de classe, raça e gênero na sociedade capitalista e da necessidade de lutar por sua transformação.

Como as pesquisas da educação do campo do PPGIES se posicionam?

Consideramos que a formação espacial do Brasil, os camponeses e as camponesas ocuparam os espaços cuja localização é desprestigiada, ou seja, as melhores terras, as localizações mais nobres não pertencem às classes camponesas trabalhadoras e sim a burguesia latifundiária. Toda a estrutura formada no Brasil possui um direcionamento para que as pessoas que não detém o poder de capital sejam colocadas à margem da sociedade.

As lutas dos camponeses, aqui entendido como ribeirinhos, quilombolas, comunidades de fundo e fecho de pasto, assentados (as), acampados (as), caiçaras, entre outros, constituíram-se a partir da necessidade em resistir frente aos pacotes capitalistas e reivindicar acerca da negação histórica dos direitos civis e sociais.

As pesquisas em Educação do Campo no PPGIES, vinculadas ao grupo LEPEGE, tomas como ponto de partida a seguinte questão: O que diferencia a Educação do Campo da educação que já existe, tanto nas escolas do campo quanto nas escolas da cidade? A resposta dessa pergunta advém da prática social concreta. Se origina da forma como a sociedade está organizada e especializada na conjuntura do modo de produção capitalista. Assim, para respondê-la, torna-se necessário recorrer à análise da realidade que é tecida por práticas socioespaciais contraditórias, conflituosas, carregadas de tensões e de historicidades.

No sentido de entender essa realidade enquanto relação socioespacial, é relevante compreender dois pontos concomitantes. Primeiro: os processos socioespaciais não são processos aleatórios, trata-se de processos que são conduzidos por lógicas que são definidas por um determinado projeto de sociedade e de homem. Na atualidade, a lógica hegemônica é fundamentada na propriedade privada; por isso, os caminhos que são seguidos pela sociedade nos processos socioespaciais são caminhos divergentes, uma vez que a sociedade é dividida em classes: de modo geral, existe, de um lado, a classe que é detentora dos meios de produção e de toda a riqueza, incluindo aí a propriedade privada da terra, e, de outro lado, a classe que é detentora da força de trabalho. Segundo: essa lógica

é conduzida por ideologias e, dentre elas, está a ideia de que todos os indivíduos são livres para gerir as suas próprias condições de reprodução.

Nessas circunstâncias, a prática socioespacial torna-se conflituosa, pois a classe que trabalha é, contraditoriamente, a classe que não acumula riqueza, embora seja ela quem produza a mais-valia apreendida pelos donos dos meios de produção. Por outro lado, as regras do capital indicam que a classe trabalhadora é, em si, a responsável pelas condições de sua existência material. Sendo assim, o sucesso ou fracasso dessa classe é considerado, pela ideologia da classe dominante, como resultado da (ir)responsabilidade dos próprios indivíduos.

Nesse sentido, as consequências da apropriação privada da natureza pelo capital sobre a classe trabalhadora não incidem apenas sobre o não acesso aos bens materiais e os processos que estão neles embutidos, mas também sobre a falta de acesso ao conhecimento que foi produzido historicamente pela humanidade. Isso se deve ao fato de que, com a divisão social do trabalho, o conhecimento também se tornou propriedade privada da burguesia, de tal modo que os espaços legítimos de produção e de transmissão de conhecimento, as escolas e as universidades, ainda hoje são formatados conforme pensamento e interesses burgueses. Assim, a burguesia pensa, pesquisa e planeja, enquanto a classe trabalhadora executa o que foi pensado pela e para a classe dominante.

A condição de ser executor separa o indivíduo que produz do objeto que é produzido – tal relação é chamada de alienação. Trata-se, portanto, de um processo de retirada das condições de humanização da classe trabalhadora, pois esse ato, de modo geral, cria uma fronteira que limita o indivíduo no que concerne ao discernimento dos processos socioespaciais da realidade concreta. A realidade em que ele vive muitas vezes não é entendida como um processo social produzido pelo homem, mas por explicações naturais e metafísicas.

Segundo Marx (2013), a terra é o principal meio de trabalho, pois ela é a fornecedora de boa parte dos elementos naturais, além de ser a base territorial onde os processos sociais são desenrolados. Assim, os conflitos decorrentes da forma como a propriedade da terra está distribuída e os impactos sociais que sua concentração traz para a sociedade são denominados questão agrária. Essa questão é um dos conceitos-chave no encaminhamento deste estudo, pois ela tem, como eixo de análise, a dinâmica do modo de produção capitalista que concentra a terra, o “desenvolvimento” e a riqueza de um lado, e, do outro, na mesma proporção – embora de forma inversa

–, a exclusão da terra e do acesso aos serviços e bens materiais básicos a uma imensa quantidade de pessoas, as quais são condenadas a viver em condições de extrema miséria.

O atual processo de reestruturação produtiva do capital por meio da estratégia de mundialização da produção tem gerado “um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural” (Harvey, 2008, p. 257). Por isso, o capital internacional adentra as fronteiras nacionais – a partir dos acordos estabelecidos entre Estado e capital por meio do pacto neoliberal –, mexe com as organizações sociais e desestabiliza os territórios das comunidades que vivem historicamente na/da terra. Trata-se de um plano tático de reprodução de um modo de organização socioespacial que, para se reproduzir, destrói profundamente organizações sociais e povos que vivem tradicionalmente na terra.

Tal ofensiva do capital introduz-se em vários espaços, inclusive no espaço da produção do conhecimento teórico e na política educacional que é efetivada pelo Estado brasileiro. Por isso, “a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer” (Martins, 1994, p. 12-13).

Em decorrência das influências do capital na produção acadêmica, é notório uma alta quantidade de produções fundamentadas no pensamento hegemônico que camufla a possibilidade do indivíduo visualizar as contradições socioespaciais como um produto do capital. Essa lógica, ao se instalar na escola burguesa, retirou do currículo os conhecimentos científicos. Tal circunstância trouxe várias implicações para a organização da classe trabalhadora, haja vista que a universalização da escola para este grupo foi acompanhada pela retirada das condições que o possibilitassem entender as contradições socioespaciais a partir das explicações científicas.

Em vista dessas questões, há um grupo de pesquisadores e de movimentos sociais de luta na/pela terra que vem, há aproximadamente 30 anos, construindo vias que possam pensar em outro projeto de educação para a classe trabalhadora. Tais vias têm demarcado uma determinada concepção de homem, de sociedade, de educação e de campo que lutam por construir. Nesse caso, educação é entendida como uma tática de enfrentamento à alienação posta pelo capitalismo, embora também esteja em disputa. Tal projeto de educação foi “batizado” pelos movimentos sociais populares que lutam pela terra com o nome de “Educação do Campo”.

Adentrando para a questão da marginalização dos povos do campo e, conseqüentemente, a exclusão social, o acesso aos direitos civis e sociais diz respeito à garantia de condições básicas para a sobrevivência. Neste sentido, o que sempre foi ofertado para os camponeses e as camponesas sempre esteve aquém do que realmente constitui-se como garantia de direitos, podendo mencionar o acesso à terra e o acesso ao conhecimento científico.

Daí, a necessidade de uma Educação que respeite as particularidades dos povos do campo, para tanto, Caldart (2004) afirma que:

A Educação do Campo assume sua particularidade, que é o vínculo com sujeitos sociais concretos, e com um recorte específico de classe, mas sem deixar de considerar a dimensão da universalidade: antes (durante e depois) de tudo ela é educação, formação de seres humanos. Ou seja, a Educação do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo e, mais amplamente, com a formação humana. E, sobretudo, trata de construir uma educação do povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos para ele (Caldart, 2004, p. 3).

Assim sendo, o projeto educacional brasileiro foi pensado pela elite burguesa, tendo em vista a implantação do modelo desenvolvimentista que nega conhecimento e visa garantir a preparação de mão de obra para atender às demandas do capital internacional. Qual seria a melhor forma de manter a classe trabalhadora conformada e pacífica? Negando-lhe o conhecimento produzido pela própria humanidade, negando-lhe uma escola que mexa com as suas funções psíquicas. Isso os impede de entender as bases estruturais que conduziram o processo real, fato que explica a fragilidade do ensino escolar, o qual não se interessa em trazer à tona nenhuma explicação às questões sociais tão latentes, como a fome, a estrutura fundiária, a questão da escravidão, a expropriação das terras indígenas e o projeto colonizador, dentre outras. As nossas pesquisas se posicionam no enfrentamento à esta lógica.

Considerações finais

As construções históricas e hegemônicas contribuíram de forma veemente para que houvesse a segregação, marginalização da classe trabalhadora, o que se desdobra sobre os povos camponeses. Os estigmas que são propagados carregam a carga de um país que tem o modo de produção capitalista como modelo que se estabelece a partir da exploração

da classe trabalhadora camponesa, atravessada pelo classismo, racismo e machismo.

Os diálogos interventivos promovem possibilidades de análise de uma mesma questão sobre diferentes matrizes teóricas. Nesse contexto, a Educação do Campo pauta-se como posição de classe no enfrentamento à sociedade burguesa como possibilidade de um projeto de educação e de campo para além do capital.

Reiterando, a atividade dialógica - Seminário Internacional Interdisciplinar: Diálogos Interventivos (PPGIES / UNEB Campus XI), insere-se na condição de uma atividade que oportunizou a abertura para novas escritas, novas reflexões e novas leituras, neste sentido, é importante destacar a relevância da iniciativa e materialização da atividade como um pressuposto à pesquisa, a intervenção e, conseqüentemente, a transformação social.

Perante o exposto, conclui-se que, ao reconhecer a conjuntura que envolve a formação espacial do Brasil, as condições em que os povos do campo foram subjugados, é relevante e necessário resistir e combater a supremacia colonial, sendo a episteme do anticolonialismo um aporte crucial para que subsidie debates, proposições e conceba materialidades subversivas ao regime hegemônico.

Referências

ALVES, Leonardo; ASSUNÇÃO, Iuri; PAZ, Thaís; **Diversidade Sexual e de Gênero**. IN. DIAS, A. P. et al. (Org). Dicionário de Agroecologia e Educação. - 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo. **Revista Trabalho Necessário**, v. 2, n. 2, 14 dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/3644/3444>. Acesso em: 13 dez. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio; **Educação Omnilateral**. IN. CALDART, Roseli Salete et al. (Org). Dicionário de Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2008.

MARTINS, J. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858 -Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. (Livro 1)

SANTOS, Ramofly Bicalho. **História da Educação do Campo no Brasil**: o protagonismo dos movimentos sociais. Teias, Rio de Janeiro, v. 18, p. 210-224, 2017.

SANTOS, Vinícius Augusto Marques dos; NABARRO, Sergio Aparecido. **Geografia anticolonial e a pedagogia do movimento**: notas introdutórias sobre um diálogo possível. Revista de Educação PUC-Campinas, v. 28, e236936, 2023. Disponível em: < <https://doi.org/10.24220/2318-0870v28e2023a6936>>. Acesso em:17 dez. 2024.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR: Diálogos Interventivos. Programa de Pós Graduação em Intervenção Educativa e Social.- Seminário; n.02, 2024. Serrinha/BA: Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

REFLEXÕES INTERDISCIPLINARES SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NA ESCOLA PÚBLICA

Emerson Almeida dos Santos Sousa

Mônica Moreira de Oliveira Torres

Introdução

A proposta de discutir neste capítulo a relevância de uma gestão democrática e participativa na escola pública, que envolva todos os profissionais da educação, a comunidade escolar, e promova a qualidade da educação, atendendo a todos quem dela necessitar, sem distinção de raça, gênero ou credo, foi impulsionada diante das reflexões realizadas no II Seminário do Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus XI – Serrinha. A palestra intitulada: “Formação de professores, linguagem, racismo e enfoque de gênero em perspectiva interdisciplinar” ministrada pela Prof.^a Dra. Francisca Eugenia dos Santos, da Universidade de Santiago do Chile (USACH), trouxe um vislumbre de como vivenciamos uma infinidade de implicações nos contextos sociais, que por sua vez nos movem a pensar em como isso influencia na área da educação e como se faz necessário considerar os diversos perfis de atores que colaboram com o funcionamento da mesma, tanto aqueles que atuam diretamente nas unidades escolares, como aqueles que pertencem à comunidade escolar.

Ao nos concentrarmos nas instituições escolares, percebemos que as formas de organizações e gestão escolar são resultados de mudanças de paradigmas e de transição de experiências a partir das exigências de uma nova sociedade. Pois os gestores anteriormente desempenhavam suas funções focadas apenas nas questões administrativas e financeiras, sendo necessário hoje, o envolvimento de todos os integrantes da Comunidade Escolar para a efetivação de uma prática democrática e participativa.

Nesse sentido a Gestão Democrática é aqui compreendida, então, como um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre as

escolas identificam problemas, discutem, delibera e planeja, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. Este processo, sustentado ao diálogo, na alteridade e no reconhecimento às especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito às normas coletivamente construídas para o processo de tomada de decisão e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola (Souza, 2009, p. 125).

Dessa forma, a gestão escolar passou a desenvolver diversas atividades como planejamento, avaliação, valorização das relações, com maior abrangência na dimensão pedagógica para além do administrativo e financeiro, como também, incluir nas discussões e decisões não só a equipe diretiva, mas, professores, funcionários e a comunidade.

Assim, é imprescindível compreender a escola como um espaço em que estão presentes valores e concepções de mundo, onde segundo Ferreira citado por Santos (2010, p.30) a participação significativa “está inserida nos processos sociais de forma efetiva e coletiva, opinando e decidindo sobre planejamento e execução”. Dessa forma, compreendemos que, para a escola desenvolver uma educação de qualidade é necessário a participação de todos nas discussões e decisões como sujeitos ativos, mediante às responsabilidades.

O presente capítulo trata de meios que proporcionem melhoria no desempenho da escola pública, através de uma gestão democrática, cuja participação se efetiva através da tomada de consciência dos envolvidos quanto a sua importância nas decisões para o desempenho da escola e, conseqüentemente, o aprendizado dos estudantes.

A importância da Gestão Democrática para a qualidade da educação

É necessário que as escolas cumpram seu importante papel social na educação, com a formação e construção da cidadania, pautada no diálogo e na participação da equipe nela inserida, como os professores, coordenação pedagógica agentes de apoio, equipe gestora, estudantes e comunidade geral, proporcionando a formação de cidadãos éticos e participativos no meio em que vivem.

Diante dessa nova concepção de gestão, surge um novo olhar nas diversas tarefas que são atribuídas à função do gestor nas tomadas de decisões, sobre o modo de pensar e agir diante da realidade apresentada no âmbito educacional, resultando em um novo jeito de fazer gestão, comprometida com o exercício de democracia, da qualidade do ensino e uma aprendizagem significativa na formação dos estudantes.

[...] a formação do aluno requer um conjunto de ações que apenas um docente não pode realizar, portanto o processo de ensino-aprendizagem não se alimenta exclusivamente da contribuição individualizada de cada conteúdo ou professor isoladamente, pelo contrário, além dessas contribuições individuais, há aqueles provenientes do trabalho conjunto de todos os docentes e destes com os demais profissionais da educação lotados na escola (Falcão Filho, 1997, p. 46 *apud* Pereira, 1999. P. 57).

Nessa direção, faz-se necessário à existência de uma gestão inovadora, eficaz, pautada na participação e democratização, considerando o gestor também como educador, assim como a construção de um projeto pedagógico, capaz de promover mudanças significativas na vida dos estudantes e o desempenhar de uma gestão democrática e atuante, apontando soluções para uma educação de qualidade.

A escola é um espaço que passa por constantes modificações no âmbito social e político de nossa sociedade, por isso, deve ser um espaço privilegiado para a construção de uma sociedade crítica e reflexiva, capaz de buscar seus direitos no desempenho da cidadania através das práticas no cotidiano escolar.

A democratização da gestão é um desafio que há muito tempo vem se tentando alcançar, porém, requer muito compromisso, competência e responsabilidade. Nesse contexto, é fundamental que haja escolha dos dirigentes escolares pela comunidade escolar, a organização dos conselhos, a descentralização financeira, por meio da participação de todos nos processos de tomada de decisões.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, prevê que a educação seja promovida e incentivada com a colaboração da sociedade e reafirma no artigo 206 o princípio da gestão democrática como eixo orientador do ensino público. Uma gestão democrática exige a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar nas decisões políticas e pedagógicas. Nessa direção, Dourado (2001), salienta que o Plano Nacional de Educação de 2001 coloca como objetivo principal a criação de Conselhos nas escolas de ensino básico, sendo estes formados

por representantes dos segmentos: pais, alunos, professores e funcionários, incluindo a direção.

Sendo assim, é fundamental que o diretor assuma o papel de um gestor democrático, administrando com maturidade as diferentes realidades, as quais se manifestam na escola, estabelecendo uma relação recíproca entre os professores, alunos, pais, demais funcionários e toda comunidade escolar.

Gestão Democrática e participativa na escola

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada da decisão e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporcionar um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica das relações da escola com a comunidade, favorecendo maior aproximação entre os educadores, estudantes e familiares. Para isso, é necessário, uma gestão comprometida com a qualidade da educação e com as transformações sociais que possibilitem desenvolver nos estudantes os aspectos: intelectual, humano, social e político, proporcionando o desempenho da democracia.

Falar em gestão democrática nos remete, portanto, pensar em autonomia, enquanto política social, buscando a transformação da escola e da sociedade, através da participação e o exercício da cidadania. Pensar a autonomia é uma tarefa que se apresenta de forma complexa, pois caracteriza a ideia de liberdade ou independência, porém, é preciso considerar os diferentes agentes sociais que fazem parte da organização educacional. Como defende Dourado (2000), faz-se relevante a eleição de diretores nas escolas, a constituição de conselhos escolares e a descentralização financeira como meios mais democráticos de gestão.

Segundo Ciseki (1998), os conselhos, devem respaldar-se em uma parceria participativa de todos os segmentos escolares (pais, professores, alunos e funcionários). Para tal, é importante que todos tenham acesso as informações relevantes para a tomada de decisões e que haja transparência nas negociações entre os representantes, muitas vezes conflitantes, dos diferentes segmentos da comunidade escolar.

Portanto, uma gestão democrática significa a conjunção entre instrumentos formais: eleição de direção, conselho escolar, descentralização financeira, e, sobretudo práticas efetivas de participação que conferem

a cada unidade escolar sua singularidade, articuladas em um sistema de ensino que igualmente promova a participação nas políticas educacionais mais amplas e a aprendizagem do aluno.

A gestão escolar numa perspectiva democrática tem características e exigências próprias. Para sua efetivação deve se observar procedimentos que promovam o envolvimento, o comprometimento e a participação das pessoas nas diversas atividades desenvolvidas pela escola. No entanto, o modo democrático de gestão inclui a tomada de decisões e a avaliação dos resultados encontrados, envolvendo todos os segmentos interessados na construção de propostas coletivas de educação.

Nessa direção, os processos de gestão da escola vão além da gestão administrativa, elas envolvem ações que procuram estimular a participação de diferentes pessoas e articular aspectos financeiros, pedagógicos e administrativos para atingir um objetivo específico: promover uma educação de qualidade, que segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, LDB, em seu artigo 1º, “abranja os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. É esta concepção de educação como formação humana, que devemos colocar em prática em nossas escolas. Pois, tanto a Constituição Federal brasileira promulgada em 1988, quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 estabelecem o princípio de gestão democrática de ensino público como diretriz a ser observada por todas as escolas.

Ao estabelecer a gestão democrática do ensino, o texto constitucional institui ao mesmo tempo, o direito e o dever de participar de todos que atuam no sistema das escolas públicas.

O ensino será administrado com base nos seguintes princípios:

- I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII – garantia de padrão de qualidade.

(Artigo 206, CF *apud* Dourado, 2001 p. 19).

Como vemos, a Constituição Federal estabeleceu a gestão democrática do ensino público como um, entre os sete princípios necessários para se ministrar o ensino em nosso país e, por extensão, para gerir as escolas públicas. Igualdade, liberdade, gratuidade, valorização dos profissionais de ensino e garantia de padrão de qualidade são os outros seis princípios que, articulados a gestão democrática como modo de administrar as escolas, aponta para a possibilidade de todas as pessoas, independentemente de sua situação social, econômica e cultural, intervirem e participar ativamente na construção de políticas educacionais e na gestão das escolas.

A participação social em uma gestão democrática começa no interior da escola, nos espaços em que os estudantes, professores, funcionários e pais passam a discutir criticamente o cotidiano escolar, como sujeitos criativos e participativos, proporcionando a democratização da educação.

Conforme Libâneo, Oliveira, Toschi (2005) as organizações e os processos de gestão assumem variados encaminhamentos de acordo com finalidades sociais e políticas da educação, relacionadas com perspectivas de sociedade e formação de alunos. Dentre as concepções de gestão, segundo os autores, destaca-se a democrático-participativa que trabalha com uma equipe escolar e não uma equipe diretiva, no momento que possui preocupações pedagógicas e políticas na escola, estando imbricada na participação e em metas comuns. Contudo, considera essenciais as capacidades e responsabilidades individuais guiadas por uma ação coordenada. Essa ideia converge com Falcão Filho (1997 *apud* Pereira e Kirch, 1999), ao pontuar que as atividades da escola são complementares, sendo que cada uma delas necessita de um agente individual.

Por isso, é importante destacar que a democracia na escola apresenta três dimensões: (a) a democratização do acesso; (b) os mecanismos de participação nas decisões; e, (c) a formação de cidadãos (Castro, 1999). Tendo em vista que essas dimensões precisam integrar-se nos diferentes momentos e instancias da vida escolar. Ainda nessa direção para Libâneo; Oliveira; Toschi (2005, p. 335) apontam que “a organização escolar democrática implica não só a participação”. E esclarecem que, o conceito de participação fundamenta-se no princípio da autonomia, a qual, representa a capacidade de os sujeitos ou as organizações determinarem a condução de sua própria vida ou objetivos e metas em diferentes situações.

Conselhos Escolares: uma importante estratégia de gestão democrática

Os registros históricos indicam que já existiam, há quase três milênios, no povo hebreu, nos clãs visigodos e nas cidades-estados do mundo greco-romano, conselho como formas primitivas e originais de gestão dos grupos sociais. A bíblia registra que a prudência aconselhara Moisés a reunir 70 “anciãos sábios” para ajudá-lo no governo de seu povo, dando origem ao sínédrio, o “Conselho de anciãos” do povo hebreu (Bordignon, 2017, p.18).

No contexto da redemocratização do país, na década de 1980, os movimentos associativos populares passaram a reclamar participação na gestão pública. O desejo de participação comunitária se inseriu nos debates da constituinte, que geraram, posteriormente, a institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas no Brasil. Esses conselhos têm um caráter nitidamente de ação política e aliam o saber letrado com o saber popular, por meio da representação das categorias sociais de base. São muitas as formas de organização e as funções atribuídas a esses conselhos, mas sua origem revela sempre no desejo de participação na formulação e na gestão das políticas públicas.

Carlos R.J. Cury (2000) procura explicar o conceito do conselho a partir da origem etimológica do termo, acrescida da conotação histórica:

Conselho vem do latim *consilium*. Por sua vez, *consilium* provem do verbo *consulo/consulere*, significado tanto ouvir alguém quanto submeter algo a uma deliberação de alguém, após uma ponderação refletida, prudente e de bom-senso. Trata-se, pois, de um verbo cujos significados postulam a via de mão dupla: ouvir e ser ouvido. Obviamente a recíproca audição se compõe com o ver e ser visto e, assim sendo, quando um conselho participa dos destinos de uma sociedade ou de partes destes, o próprio verbo *consulere* já contém um princípio de publicidade (Cury, 2000, p.47).

Os conselhos representam hoje uma estratégia privilegiada de democratização das ações do Estado. Nos espaços da federação temos conselhos municipais, estaduais ou nacionais, responsáveis pelas políticas setoriais nas áreas da educação, da saúde, da cultura, do trabalho, dos esportes, da assistência social, da defesa dos direitos da pessoa humana e de desenvolvimento humano. Em diversas áreas há conselhos atendendo a categorias sociais ou programas específicos.

No processo de gestão democrática do segmento público, fundamentado pela Constituição de 1988, os conselhos assumem uma nova institucionalidade, com dimensão de órgãos de Estado, expressão da sociedade organizada. A Constituição Federal não lhes atribui responsabilidades de governo. Mas de voz plural da sociedade para situar a ação do estado na lógica da cidadania. São espaços de interface entre Estado e a sociedade. Como órgãos de Estado, os conselhos exercem uma função mediadora entre o governo e a sociedade.

A escola no desempenho de sua função deve ter clareza do processo de formação para uma vivência cidadã através de uma gestão, a qual passa pela construção de mecanismo de participação da comunidade escolar como: Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres, Grêmio Estudantil, Conselho de Classe, bem como, eleição para diretores, construção coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola, entre outros.

Portanto, Conselho escolar é um órgão de representação de comunidade escolar. É uma instância colegiada composta de todos os segmentos da comunidade escolar, constituindo-se num espaço de discussão de caráter consultivo e (ou) deliberativo. É um instrumento que criará as condições para a instauração de processos mais democráticos dentro da escola. Sendo assim, o conselho escolar deve ser fruto de um processo coerente e efetivo de construção coletiva.

Neste contexto, o conselho de classe é mais um importante mecanismo de participação democrática da comunidade na gestão escolar, no processo ensino e aprendizagem pois, segundo Dalben (1995 p. 16) *apud* Marçal (2001) “guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola e tem por objetivo de estudo o processo de ensino, que é o eixo central em torno do qual desenvolve-se o processo de trabalho escolar”. Dessa forma, fica claro que o conselho de classe não deve ter a função de aprovar ou reprovar alunos no final de cada bimestre ou ano letivo, mas, realizar uma avaliação permanente do trabalho pedagógico e demais atividades realizadas pela escola.

Nessa linha, o Projeto Político Pedagógico é o instrumento que possibilita a escola inovar sua prática pedagógica diante das necessidades que vão surgindo, apresentando soluções para as situações que precisam ser modificadas. Deve ser construído coletivamente, pelos vários atores que o concebem, executam e avaliam, considerando a organização do trabalho escolar como um todo. O projeto pedagógico é, portanto, o instrumento

que explicita a intencionalidade da escola como instituição, indicando seu rumo e sua direção, caracterizando assim, a sua identidade.

Nessa perspectiva, compreendemos que uma gestão, assim como sua prática pedagógica, precisa ter como princípio a democracia. Sendo assim, é possível a construção e realização de forma coletiva e democrática de um projeto político pedagógico que proporcione uma educação de qualidade para todos. Portanto, é de fundamental importância que todos os envolvidos na vida escolar tenham uma participação efetiva no desempenho de suas atividades, ou seja, na elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico da escola.

Qualidade social da educação

Atualmente, a escola é desafiada a desempenhar um trabalho efetivamente democrático. Para isso, é necessário colocar em prática o compromisso social político assumido pelos educadores a partir da realidade da escola, priorizando a responsabilidade coletiva, a transparência e a construção de um ambiente favorável à aprendizagem de todos que a constituem.

A função social da escola deve ser definida a partir das suas possibilidades de oferecer condições para que os educandos possam desenvolver-se potencialmente de forma autônoma e com as intervenções pedagógicas. Sendo assim, é necessário conceber e valorizar a escola como espaço de construção histórica, social, política e cultural, no qual podem ser desenvolvidos projetos comprometidos com as transformações necessárias para a construção de uma nova sociedade, bem como com a qualidade na educação. De acordo com Torres e Silva (2019) *apud* Rios (2010), a qualidade deve estar articulada ao contexto político, e cultural de cada momento histórico devendo contar com a participação dos sujeitos envolvidos (RIOS, 2010).

Como sabemos, diante da variedade de conceitos sobre qualidade, destacamos a definição apresentada pela Unesco (2001):

A qualidade se transformou em um conceito dinâmico que deve se adaptar permanentemente a um mundo que experimenta profundas transformações sociais e econômicas. É cada vez mais importante estimular a capacidade de previsão e de antecipação. Os antigos critérios de qualidade já não são suficientes. Apesar das diferenças de contexto, existem muitos elementos comuns na busca de uma educação de qualidade que deveria capacitar a todos, mulheres e homens, para

participarem plenamente da vida comunitária e para serem também cidadãos do mundo. (Unesco, 2001, p.01)

Nessa perspectiva, a educação deve ser tratada como uma política social, tendo como compromisso fundamental a garantia dos direitos do cidadão. Dessa forma, acreditamos que só uma educação de qualidade é capaz de formar sujeitos comprometidos com ações políticas, compreendendo a escola também, como um espaço de atuação de forma democrática. Como nos afirma Dourado (2007):

...uma escola eficaz é resultado de uma construção de sujeitos engajados pedagógica, técnica e politicamente no processo educativo, em que pesem, muitas vezes, as condições objetivas de ensino, as desigualdades socioeconômicas e culturais dos alunos, a desvalorização profissional e a possibilidade limitada de atualização permanente dos profissionais da educação. Isso significa dizer que não só os fatores e os insumos indispensáveis sejam determinantes, mas que os trabalhadores em educação (juntamente com os alunos e pais), quando participantes ativos, são de fundamental importância para a produção de uma escola de qualidade ou que apresente resultados positivos em termos de aprendizagem (Dourado 2007, p. 11).

Nesse sentido, o autor reforça a importância da participação da comunidade escolar por meio dos conselhos escolares e demais mecanismos existentes na escola, combatendo as desigualdades, buscando melhoria nos resultados da aprendizagem e consequentemente os indicadores de qualidade da educação.

Conclusão

A reflexão proposta neste capítulo foi motivada pelas discussões realizadas no II Seminário do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da UNE, Campus XI, Serrinha/BA. A partir das contribuições apresentadas pela palestra da Prof.^a Dra. Francisca Eugenia dos Santos, ficou evidente a importância de considerar os diversos contextos sociais, culturais e educacionais que podem influenciar as práticas escolares atuais.

A gestão democrática, compreendida como um processo participativo e inclusivo, reforça a necessidade de diálogo, alteridade e corresponsabilidade entre os diferentes segmentos da comunidade escolar. Ao promover a participação efetiva de gestores, professores, estudantes, familiares e outros membros da comunidade, esse modelo de gestão contribui para a construção de uma educação comprometida

com a formação cidadã, a inclusão social e a promoção de valores éticos e democráticos.

Os debates também evidenciaram que a qualidade social da educação não se limita à eficiência administrativa ou ao cumprimento de metas quantitativas, mas envolve a construção coletiva de práticas pedagógicas que atendam às demandas de uma sociedade em constante transformação. Nesse sentido, estratégias como a constituição de conselhos escolares, a elaboração do projeto político-pedagógico e a descentralização financeira tornam-se indispensáveis para fortalecer a autonomia escolar e fomentar a participação.

Por fim, reconhece-se que o fortalecimento da gestão democrática exige compromisso político e pedagógico, bem como a valorização dos profissionais da educação associada a formação, condições de trabalho, saúde e a garantia de recursos adequados. A escola, enquanto espaço de construção histórica e social, deve ser capaz de enfrentar os desafios contemporâneos e contribuir para a formação de sujeitos críticos, criativos e participativos. Assim, reafirma-se a gestão democrática como um caminho essencial para a transformação da educação e da sociedade.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica.

Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares:

conselhos escolares; uma estratégia de gestão democrática da educação pública/ elaboração Genuíno Bordignon- Brasília: MEC, SEB, 2004.

BRASIL. **Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil:**

promulgada em 5 de outubro de 1988 atualizada até a Ementa Constitucional. n. 20, de 15-12- 1988. 21. Ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9394/96, Brasília, 1996.

BORDIGNON, Genuíno. Conselhos Municipais. LIMA, Antônio Bosco de. (Org.) In: **CMEs no Brasil: Qualidade social e política de educação**. Campinas, SP: Editora Línea, 2017. p.17-34.

CASTRO, M.L.S. **Práticas democráticas na escola:** perspectivas das diretoras. Caderno CEDAE, Porto Alegre: PUCRS, p, 89-116, 1999.

CISEKI, A.A. **Conselhos de escola:** coletivos instituintes da escola

cidadã. In: BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação à Distância. Salto para o Futuro: Constituindo a escola cidadã, projeto político pedagógico. Brasília, 1998 p. 43-52.

DOURADO, L.F. **A escolha de dirigentes escolares:** políticas e gestão da educação no Brasil. In FERREIRA, N. (Org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 2ª Ed. São Paulo. Cortez, 2000.

DOURADO, Luiz Fernando. **Progestão:** como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar?. Módulo II. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

CURY, Carlos R. Jamil. **Os Conselhos de Educação e a gestão os sistemas.** In: FERREIRA, N.S.C.; AGUIAR, M.A. (Org.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez. 2000.

LIBÂNEO, J.C, OLIVEIRA, J.F. TOSCHI, M.S. **Educação escolar:** políticas estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2005.

LUCK. Heloisa. **Gestão educacional:** uma questão pragmática. Petrópolis: Vozes, 2007.

LUZ, Ana Maria de Carvalho (Org.) **Gestão Educacional e qualidade social da educação.** Salvador: ISP/UFBA, 2007.

MARÇAL, Juliane Corrêa. **Progestão:** como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola? Módulo III, Brasília; CONSED- Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

PEREIRA, S.M.; KIRCH, E. **O diretor da escola e o novos desafios da gestão:** Um estudo de caso. Cadernos CEDAE, Porto Alegre: PUVRS, p 51-67, 1999.

SANTOS, Ana Lúcia Felix dos. **Gestão Democrática da Escola:** Bases Epistemológicas, Políticas e Pedagógicas.- UFPE GT: Estado e Política Educacional/n.05, 2006, ANPED. Disponível em <http://www.amped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos> acesso em: 07 de abr. 2010

SOUZA, Ângelo Ricardo. **Explorando e Construindo um Conceito de Gestão Escolar democrática.** Educação e Revista. Belo Horizonte, v.25, n. 03 p. 123-140, dez, 2009.

SILVA, Marta Enéas da. TORRES, Mônica Moreira de Oliveira.

Formação de Professores em exercício – PARFOR /UNEB: ressonâncias na Educação Básica da Bahia. In.: TORRES, Mônica Moreira de Oliveira; FERREIRA, Hilda Silva; VITORINO, César Costa (Org.).

Parfor UNEB: experiências e itinerários formativos de professores em exercício. Curitiba: CRV, 2019.

UNESCO, **Los países da América latina y El Caribe adoptan La declaracion de Cochabamba sobre educación.** In: Anais da Oficina de Información pública para América latina y Caribe, 2001.

LITERATURA NEGRA PERIFÉRICA DE SALVADOR: TECNOLOGIA INTERDISCIPLINAR, PARA DISCUSSÃO DE RAÇA E GÊNERO

Fabricia Santos de Jesus

Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social-PPGIES/
UNEB

Bolsista FAPESB

Fabricia.lali@gmail.com

Introdução

Para início de conversa, considerando formar sujeitos criticamente conscientes, como função educativa e social, potencializar a utilização de recursos diversos, para esse começo, meio e começo¹, demarcam o romper de muros limites, na produção e reprodução conhecimento, por meio da literatura, negra, periférica de Salvador. Fato que, por sua vez, também tece relações subjetivas de autoconhecimento, importante no processo de aprendizado. Neste sentido, esse trabalho nasce, a partir de inquietações emergidas, durante o II Seminário promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social -PPGIES, realizado nas dependências da Universidade do Estado da Bahia, campus XI, Serrinha, em vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e quatro, mediante as análises da professora Dra. Francisca Eugênia dos Santos, ao explicar a temática: “Formação de professores, linguagem, racismo e enfoque de gênero em perspectiva interdisciplinar”. Como objetivo, esse artigo, consiste em brevemente defender, a criticidade presente na literatura negra periférica de Salvador, trazendo para reflexão, exemplos de dois poemas, enquanto potencialidade interdisciplinar, recurso possível, para subsidiar a discussão das temáticas: raça e gênero.

1 Em referência a Nego Bispo, e sua percepção acerca da continuidade dos saberes de povos originários e afro-brasileiros, saberes em sentidos e significados para o bem estar integral, da população. Modelo, portanto, distinto ao pensamento e ação eurocêntrica.

Frente ao objetivo, destaco primeiramente, e de forma breve, a historicidade dos Saraus no Brasil, nascido na “elite”, e seu traslado para as periferias. Seguidamente, apresento Sarau periférico, enquanto ambiente político, ressignificado, pela e em periferias de São Paulo, ao passo que, ganha outros estados e cidades, encontrando em Salvador, terreno fértil para também abordar em resgate, e fortalecimento, a identidade negra. Terreno, portanto, onde se constitui e circula, literatura negra, periférica.

No segundo momento, aponto dois exemplos de poemas, em movimento analítico. Faço exposição, da potencialidade da literatura negra, periférica, face sua sagacidade, em interdisciplinar saberes capazes de amparar, a discussão de gênero e raça. Para esse momento, apresento os poemas dos poetas, Sandro Sussuarana e Fabricia de Jesus.

Construindo esse diálogo, critico, esse artigo se faz, em cunho bibliográfico, subsidiado por teóricas/os críticas/os literários, intelectuais, negros/as, que produzem por meio de suas experiências epistêmicas, caminhos e/ou, métodos outros, de ser, e fazer literatura, desembocando em escrita particular e coletiva, de crítica social, em lentes escurecidas. Deste modo, para amparar essa construção, convidamos para o diálogo de inferências intelectuais, autores e autoras, exclusivamente negros/as.

Ainda percorrendo acerca da metodologia, alerto que, esse artigo pode provocar estranheza em alguns leitores, acostumados com modelos puramente conceituais de escritas, contudo, vale frisar, que, ao abordar literatura negra, periférica, é de fundamental importância, recorrer e fundamentar a escrita em bases também em, digitais negras. Portanto, utilizando a multimodalidade existente nas gíngas das grafias, que percorrem papéis, e corpos, performando uma literatura, que critica, mas contudo, não deixa, de ser poesia. Fundamentalmente, estou realizando o exercício de provocar, de estimular, os leitores/as, críticos/as, a tecer, outras formas de construir e fomentar conhecimentos.

Para sucesso deste processo de leitura, explico: é preciso desvincular-se do pensamento limitante, monista, que exclui, e/ ou hierarquiza, pondo como inferior, ou inexistente, outras formas de produção epistêmica. É urgente, lembrar que, esse é um recurso racista, que se ampara, em não reconhecer humanidade, e logo, não reconhecer conhecimento, em tudo que é pensado, produzido ou sentido, por pessoas fora do modelo posto, pelos que, detém historicamente, e através de atrocidades, o poder. Dito isso, desejo, excelente leitura!

Entre salves e curas: Sarau soteropolitano, e sua literatura negra, periférica.

Ao estudarmos a origem do Sarau no Brasil, e sua saída do limite burguês, adentrando as periferias, descortinamos, que significativas mudanças foram estabelecidas em sua estrutura e objetivos. Resposta encontradas, portanto, pelo saber memorizado e grafado no corpo negro, ao vácuo, experimentando pelos bairros e comunidades periféricas, acerca da assistência de cultura que não é realizada pelo Estado. Frente a esse deslocamento, os Saraus periféricos, ganham espaços e consolidam-se, enquanto voz e vez, das literaturas emergidas pelas ditas minorias. As primeiras experiências de Saraus neste contexto de periferia, ocorrem em São Paulo, ainda em 2001, com o Sarau da Cooperifa, idealizado e organizado pelo poeta Sérgio Vaz.

Diferentemente de sua origem, onde existia uma seletividade entre os participantes, justificada pelo propósito da busca por alianças entre iguais, (“elite”), através da exibição de poder, em meio as artes, (Paz, 2022), o Sarau ao ser produzido na, e pela periferia, ganha o viés político reivindicador de direitos constitucionais, utilizando para esse objetivo, os versos, que denunciam sobretudo, a realidade das periferias.

O Sarau em periferia, toma um caminho de compromisso coletivo onde a produção literária promove um senso emancipatório, em que a partilha de bem cultural, também é endereço.

Agora, os Saraus constituem um microcosmo social com jovens, homens e mulheres, em grande porção formada por negros e negras que se reúnem para socializar sua poesia, não mais com intuito estético da arte pela arte, mas com um apelo de denúncia em que o tom político, militante e engajado dita o ritmo dos versos (Paz, 2022, p. 94).

Essas formas implicadas, de versar experiências, sobretudo, pelas ruas das denúncias, apresentam entre outras características, valores, e um modo particular de fazer literatura brasileira. Neste recorte, portanto, se expõe, o pensar periférico, pautado por uma identidade, intelectualmente negra. Que promove uma linguagem epistêmica e estética, cujos pontos e nós, constituem particularidades formativas em literatura. A literatura negra periférica.

No tocante destas particularidades literárias, Evaristo (1996), nos explica que, dentro da literatura brasileira, a literatura negra, possui particularidades produtivas, cujo o discurso, é próprio, e é outro. Para essa intelectual “vários componentes vão dar a este discurso uma marca própria,

uma especificidade. Um deles é o fato de ser uma literatura representativa dos que se condicionou a chamar minorias” (Evaristo, 1996, p.07).

Tornando-se voz representativa, a literatura negra, apresenta os sujeitos negros como: Objeto e sujeito do seu próprio discurso, “oferecendo-nos uma literatura onde o sujeito –corpo- autor se inscreve em sua escritura”, nos aponta, Evaristo (1996, p.07).

É no bojo desta episteme, que notamos a literatura negra, periférica, ecoando estrategicamente nos Saraus, no sentido de promoção política, e de crítica social.

Nesta altura, é importante frisar que, enquanto uma das organizadoras do Sarau do Cabrito, bairro situado no Subúrbio Ferroviário de Salvador, busco aproximação teórica, para melhor compreender as implicações em raça e gênero, presentes na literatura produzida nas periferias, da cidade mais negra fora do continente africano. Frente a esse contexto, a pesquisa de Anoumou (2021), nos ajuda a compreender a literatura em narrativas poéticas, evocadas no Saraus periféricos de Salvador, tecendo considerações relevantes, sobre sua criticidade, face a identidade racial, emergidas nos versos dos participantes.

Para esse pesquisador, existe no Sarau periférico de Salvador, um despertar promovido pelas poesias, que causam impactos mobilizadores, nos jovens frequentantes. Na realidade, um despertar de consciência, promovida por reflexões a partir da atenção dada, a poesia recitada, no tocante de compreender, suas rimas e seus desabafos, gritos e silêncios, verdadeiras leituras sociais, em lentes enegrecidas.

Afinal, como os ensina Lorde (2019, p.44), “a poesia não é luxo!” É iluminação que nos permite examinar a vida. Essa tomada de consciência, reverbera em transformações políticas importantes, que funciona em processo de desalienação dos envolvidos, bem como, promove engajamento militante em prol da causa negra, e contra todo tipo de discriminação. Na medida que são envolvidos na teia de saberes literalmente versados, os participantes e organizadores realizam entre si, trocas significativas, que questionam a história brasileira, e particularmente, faz repensar sua história, no cotidiano de uma sociedade racista e machista. Um processo que de dentro para fora, realiza o movimento político de mudanças, de ordem subjetiva e prática, nos sujeitos e sujeitas envolvidos/as.

Mazelas historicamente reproduzidas são analisadas, e indagadas por uma ótica racialmente politizada. Configura -se assim, o que Gomes (2017), afirma ser, o movimento negro educador. Essa intelectual aponta,

que coletivos em artes, em identidade política racial, aqui discutido em forma de Sarau periférico, e suas poesias, fazem parte das construções do movimento negro, que promovem a ruptura,

De visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar de suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial (Gomes, 2017, p.22).

Um rasgo no cotidiano de submissão, ao modelo centrado na Europa, que movimenta o repensar sócio histórico, cultural, individual e coletivo da população negra. O resultado, são alterações importantes, nas formas de pensar e agir, e consequentemente, posicionar –se, nas lutas por igualdades. São portanto, ações educacionais, de emancipação societária, realizadas em literaturas de digitais negras.

Grafada no corpo e no papel, a estética negra literária, na medida que ecoa, propaga novos conhecimentos, que coletivamente repercutem posicionamentos, organizações e saberes. São discursos e enunciados, organiza -da - mentes, politizados, que escritos, perfomados e/ ou oralizados, demarcam suas particularidades.

A partir deste advento, Anoumou (2021, p.114), defende que os Saraus Periféricos de Salvador, em especial o Sarau da Onça, operam metamorfoses em seus participantes e organizadores. A literatura passa a ser uma “forma de se libertar, de resistir; e de lutar contra a discriminação. Serviram-se da poesia marginal para transformar as realidades sociais”. Contribuindo com esse pensar, Paz (2022), utiliza a nomenclatura Literatura Periférica Preta Baiana (LPPB), para abordar acerca das poéticas que ecoam nos Saraus soteropolitanos e/ou, são oriundas desses espaços. Esses autor, defende que a nomenclatura, literatura periférica, não alcança todo complexo literário que emergem nos Saraus periféricos de Salvador. Conforme Paz (2022), a nomenclatura LPPB, comporta, a marcação étnica racial dos envolvidos nos Saraus, e as suas demarcações geográficas. Uma escrita marcadas pela racialização, portanto sob matização étnica, pontua Paz(2022).

Suas análises, evidenciam componentes particulares desta literatura, perceptíveis inclusive, na valorização de seus territórios. Dito isso, aponto que, essas valorizações são demonstradas de forma explicita, desde os nomes/títulos, conferidos aos movimentos literários periféricos, a exemplo temos: Sarau da Onça, em referência a comunidade da Sussuarana, e Sarau do Cabrito, em referência ao Alto do Cabrito. Ainda neste amparo,

também observamos que o modo organizacional, dos Saraus periféricos e suas produções literárias, conferem um Tempo, gingado de memórias, justificado pelo aprender, oral- mente ou escrevinha- da –mente, pelos corpos vozes, dos organizadores de Saraus, e suas ancestrais performances. São rituais repletos de significados, desde as boas vindas, percorrendo o recita, que não limita-se, a poesia declamada, mas, todas as pausas, sons, que envolvem os presentes, seja fisicamente ou em energia. Essa performance literária multimoldalizada, extravasa as formas e modelos postos como canônicos, condicionado pelo sistema colonizador monista.

Essa forma de grafia, que diz mais do que escreve, que ecoa, até quando pausa, não cabe em limites de conceitos, sendo capaz de alcançar zonas cognitivas importantes, promovendo habilidades, que decifram para além do aparente. Uma literatura, ciência, episteme, que dança, que balança, que sente, que protesta, que suspira, assunta, revisita, recorre ao passado, sem parar nos caminhos. Um saber e produzir literatura, que afeta, educar, e é, afetada, imbricadamente, pelo lugar de onde se fala (pessoas negras, periféricas de Salvador, frequentadores e/ou, organizadores de saraus periféricos.

São discursos, produções literárias intelectuais, marcados não apenas, pela sua “condição de classe, mas também pela raça. E mais, pela raça, na sua intermediação com gênero, a idade, e demais lugares sociais, dos quais participam”, afirma Gomes (2010, p.428).

É nestearcabouço político, que a literatura negra periférica de Salvador, está inserida. Produzindo visceralmente, uma literatura mergulhada em um complexo de material intelectual, capaz de realizar leituras sociais, que decodificam reflexivamente mazelas societárias. Mazelas essas, resultados da imposição colonial de racializar corpos, hierarquicamente, a partir da imposição do modelo: homem, branco, hétero, como modelo único, para experienciação de vida, o que coloca o outro, o corpo negro, a mulher negra, a mulher, e demais orientações sexuais, e identidades de gênero, como impróprias, erradas e incapazes. Amparada, portanto, também nesta compreensão, a literatura negra periférica de Salvador, produz e fomenta, possibilidades reflexivas, e educativas, acerca das temáticas raça e gênero, versando em seus poemas corpos, conhecimentos desalienantes. Neste sentido, analisaremos brevemente, dois poemas.

Análises, acerca da discussão de raça e gênero na poesia negra periférica de Salvador: dois bons exemplos

Cumprindo o papel que a sociedade lhe deu
 Amélia nunca dançou.
 Amélia nunca bebeu
 Amélia nunca gozou
 E por torturas
 Adoeceu
 Nascida em 1942, Amélia ainda te espera, macho, para decidir a feira
 Fala baixo
 Sufoca suas certezas
 Estuda, mas, não recebe as mesmas grandezas
 Se vai ao bar, é julgada ali mesmo, a mesa
 Amélia é apontada na delegacia
 São seus trajes que te sentenciam [...]
 Na real,
 Amélia anda cansada, de ser carne, submissa e sem vaidade.
 POR FAVOR!
 Se libertem Amélias,
 Amélia, precisa ser, mulher de verdade!
 (Fabricia Santos de Jesus (2019), O Diferencial da Favela)

Amélia, é a poesia do repertório da poeta, pesquisadora Fabricia de Jesus, quem escreve e inscreve, esse artigo, que mais gostam: o saudoso, Jorge Portugal (tempo presente, porque, ancestralmente, ele e seus saberes, continuam conosco), e meu irmão, amigo, Sandro Sussuarana. Duas gerações de poetas, intelectuais negros baianos, que traduzem bem, acerca da construção do conhecimento escurecido. Essa poesia é uma leitura crítica, engajada, da música: Ai, que saudades da Amélia, do compositor, escritor e poeta Mário Lago. A intenção deste artigo é analisar a poesia Amélia, da poeta periférica, mulher negra, educadora social, Fabricia de Jesus, que escreve esse artigo. Portanto, trazer o composição da música supracitada, neste texto, reserva-se exclusivamente, por contextualizar a origem da inspiração desta poeta, assim como, a crítica, em torno da categoria gênero, realizada pela literatura negra, periférica, de Salvador, por meio do poema.

Deste modo, ao observar os limites condicionados para a Amélia, da música, o que o poema apresenta, é um revide. Ou outra face, construída pela análise política da autora, possível, para experiência de vida da mulher,

enquanto submissa as violências em torno da categoria gênero. A poesia realiza, portanto, a função social da literatura.

Utilizados palavras como: sufocar, julgamento, sentença, apanhar e vítima, o poema em integra denuncia, o estado de sofrimento que acomete as mulheres no contexto brasileiro. Se ampliarmos ainda mais, a percepção reflexiva, notaremos que Amélia do poema, é uma mulher negra. Um corpo, base da pirâmide social. Principal alvo de feminicídio no Brasil.

Dados de pesquisas ao desenhar o perfil das vítimas deste crime, revelam cor, raízes históricas, e de classe. São mulheres em fase adulta (entre 30 e 59 anos), negras. “Entre os instrumentos utilizados, destacam-se as armas brancas com 47,8% do total de casos entre 2017 e 2022”. Revela, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e a Secretaria da Segurança Pública da Bahia (SSP-BA) na edição 2023, acerca do estudo Feminicídios na Bahia.

Quando o poema expõe que: Amélia nunca gozou! Ele também, abre campos para problematizações, acerca de afetividade. E aqui, inúmeras inferências podem ser realizadas. Entre eles, a discussão dos dados acerca da solidão da mulher negra, e a situação de pouco e/ou, nenhum amor a ela ofertado, nas relações afetos sexuais que se envolvem, neste sentido, uma diversidade de ambientes de dor e escassez histórica, podem ser tocadas, tais como: trabalho informal, exposição a riscos e encarceramento em massa, haja vista que o abandono dos conjugues, colocam a mulher negra em posição de única responsável pelo sustento do lar, desencadeando em uma série de situações de vulnerabilidades.

Reconhecendo essa ferida aberta, a pesquisadora Alves (2011), ao pesquisar a solidão da mulher negra e os impactos nas suas subjetividades, na cidade de São Paulo, nos ajuda a compreender, a conjuntura de preterimento, sofrida pelas mulheres negras, junto aos homens negros, nas relações afeto sexuais, em comparação, a mulher branca. A pesquisadora revela que independentemente de classe social, a mulher negra sócio-historicamente é exposta a situação de humilhação e solidão. A pesquisa ampara a relevância da discussão deste artigo, na medida que, enfatiza a educação, como fator importante para resgate de valores étnicos raciais, capazes de auxiliar na redução desta urgência social que acomete a população negra, sendo sobretudo a mulher negra a principal vítima.

Ainda debruçada nos versos de Amélia, a voz que solicita: “Se libertem Amélias, Amélia, precisa ser mulher de verdade”,

Promove um mergulho pessoal, perante as situações vivenciadas, expondo a relação de poder constituído pelo sistema patriarcal, o que convida a observações, acerca das desigualdades e violências geradas em torno do corpo, ser, mulher, que experimenta nesta conjuntura uma vivência mutilada, parcial.

Como exposto, um vasto campo de saber, pode ser acessado, por meio da leitura social da literatura negra periférica de Salvador.

Em outro exemplo, o poema do educador social, idealizador e organizador do Sarau da Onça, que tem como título: Favela Graduada, em perspectiva semelhante, acerca da leitura social pela literatura, negra, periférica de Salvador, convoca estudarmos raça e racismo, para o descortinar pelos versos, a realidade de violência, que os corpos negros são submetidos. Conforme Sussuarana (2019, p.32),

Correr atrás da bola era brincadeira
 Correr de bala, não é brincadeira
 É assim do subúrbio à Ribeira
 Nossas vidas vendidas
 Pro lucro na vida de quem as tira.
 Comercializam nossos corpos
 Pra burguesia se sentir melhor
 Mais segura.
 É por isso que tantos corpos somem nas malas das viaturas
 E os preto que não percebem isso
 Deve ser porque acha que vai deixar de ser preto se ficar rico
 Vai mudar de vida social, sim
 Mas não vai deixar de ser um alvo de policial
 Entende?
 O racismo é sutil, silencioso
 Mas ele tá sempre presente
 E nem adianta achar que se o “governo” for de esquerda vai ser diferente
 Não vai!
 Tá implícito nas linhas da Constituição
 Que diz que roubar é crime

Desde que você não seja do alto escalão, nem branco
 A hipocrisia daqui rima com as mães do Cabula que estão em prantos
 Porque não tem conforto que vá reparar
 todos esses corpos furados de bala
 Não quero tapinhas nas costas, nem que venham me abraçar
 Quero é que parem de nos matar
 De justificar assassinato com tiro acidental
 Porque na periferia pode, né? é normal.
 Quando vamos parar de naturalizar essas coisas?
 De assistir Bocão dizendo que só morre assim porque fez essa escolha!
 quem escolhe morrer?
 Cê acha que os pivete vai pra pista por que quer ou por que não têm
 o que comer?
 Pare pra pensar e veja que na pirâmide econômica a gente é o corpo e
 não a ponta
 Já passou da hora de a gente se informar
 De entender que ser malandro mesmo é estudar
 deixar os racistas tudo com raiva e se formar
 Esfregar o diploma na cara deles e gritar
 Que a revolução não vai ser com armas
 Vai ser com papel, caneta e a favela toda graduada!

A partir do advento da interdisciplinaridade, podemos decodificar o poema, supracitado, alcançando na linguagem literária do poeta, saberes acerca dos efeitos, e impactos do racismo. Assim, ao dizer que: “correr de bala não é brincadeira”, Sandro Sussuarana (2019), inicia o dialogo acerca do papel do Estado, perante a realidade apontada pelo relatório (2024), da Organização das Nações Unidas - ONU, que denuncia, os números do genocídio da juventude negra brasileira, por meio dos índices que revelam, que a cada vinte três minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil. Neste sentido, ao utilizar a expressão, “a tira”, a performance corporal leva a palavra para um sentido metafórico. Um jogo simbólico, elocução, que oferece sentido, e sentir na palavra ‘tira’. A palavra é também ecoada, na grafia do corpo, como atira, ou seja, ação de atirar.

Seguidamente o poema, ainda provoca reflexão acerca, da lógica capitalista de segurança, engrenada pelo racismo, e expõe, que o racismo não limita-se a questão de classe.

Diz, Sussuarana (2019, p.32), “E os preto que não percebem isso. Deve ser porque acha que vai deixar de ser preto se ficar rico”. Em inferência, os estudos de Mbembe (2018, p.76), ampara Sussuarana(2019), quando explica,

É falso pensar que a lógica racista é apenas um sintoma da depredação de classe ou que a luta de classes é a última palavra da questão social. É verdade que raça e racismo estão ligados a antagonismos que se ancoram na estrutura econômica das sociedades. Mas não é certo que a transformação dessa estrutura conduz inevitavelmente ao desaparecimento do racismo.

Conforme Sussuarana (2019), nos explica em versos, e Mbembe(2018) teoriza, “Raça e racismo não pertencem, portanto, somente ao passado”, as metamorfoses, postas como, fases do capital, também alteram as formas de violências, condicionando a vivência da população negra. Assim, ao longo do século XX, essa metamorfose: Instituiu uma “nova economia de vida, irrigada pelos fluxos internacionais”, impactando os âmbitos social, político e cultural, o que possibilita a reprodução de condição de servidão, escravização, perpetua. Mbembe (2019, p.49, 50). Com efeito, “a reativação da lógica racial acompanha igualmente o fortalecimento da ideologia da segurança e a instalação de mecanismos destinados a calcular e a minimizar os riscos, e a fazer da proteção a moeda de troca da cidadania”.

Neste contexto, o poeta da Onça, supracitado, enfatiza a necessidade de reparação sócio- política e cultural, recitando o direito à vida: “Não quero tapinhas nas costas, nem que venham me abraçar. Quero é que parem de nos matar!”

A força da literatura que também é grafada no corpo, nos remete as explicações de Mbembe (2019, p.75), quando nos aponta: “raça é ao mesmo tempo ideologia e tecnologia de governo”, haja vista que, passados mais de cento e trinta anos, da tal “abolição”, a classificação de pessoas negras, como raça inferior, continua alimentando a políticas públicas do Estado brasileiro. Embora, nos explica o autor, “o conceito de raça não se explica enquanto fato natural, físico, antropológico ou genético” Mbembe (2018, p.28).

Como indicado, raça, é recurso usado para hierarquização de pessoas, tendo como referência, o modelo do colonizado. “A raça é o que

permite identificar e definir grupos populacionais em função dos riscos diferenciados e mais ou menos, aleatórios dos quais cada um deles seria o vetor”, Mbembe (2018, p.74).

Por fim, Sussuarana (2019), permanece mobilizando pessoas, a partir da literatura negra, periférica, para transformação individual e coletiva, através do conhecimento, em última estrofe, o poeta afirma,

Já passou da hora de a gente se informar
De entender que ser malandro mesmo é estudar
Deixar os racistas tudo com raiva e se formar
Esfregar o diploma na cara deles e gritar
Que a revolução não vai ser com armas
Vai ser com papel, caneta e a favela toda graduada!

Sua convocatória, imprime a urgência de ocupação de todos os espaços, pelos sujeitos de direitos, população negra, minando o projeto racista do Estado, e as estatísticas. Conhecer para se armar no fronte, municiar de livros, reaprender sobre sua cultura e história. Afinal, como nos afirma hooks (2017), “a teoria pode ser um lugar de cura”.

Considerações finais

O trabalho (des)envolvido, aborda literatura negra, periférica de Salvador, enquanto campo de conhecimento, que ampara-se em crítica societária, para tecer função social, de desalienação de seu participantes.

Debruçados nesta perspectiva, nos esforçamos em expor, dois exemplos de análises de poemas, possíveis no descortinar gênero e raça de modo interdisciplinar. O tecido para essa abordagem, é alinhado e bordado por intelectuais negros/as, e suas contribuições epistêmicas em torno das temáticas aqui provocadas. Dito isso, esse trabalho nos convida a pensar, por caminhos literalmente escurecidos pelas periferias, soteropolitana.

Referência

ALVES, Claudete (2011). *Virou Regra?* São Paulo: Scortecci Editora.

ANOUMOU, M. K. *Sarau da onça: da ação pastoral comboniana à afirmação da identidade negra no bairro Sussuarana, em Salvador-BA.* 2021. 157 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de

Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35164/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20DE%20MESTRADO%20MOSSI%20KUAMI%20ANOUMOU.pdf>. Acesso em: 17.Dez. 2024.

EVARISTO, Conceição. Literatura Negra: uma poética da nossa afro-brasilidade. 1996. Dissertação (Mestrado em Letras), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento in Epistemologias do Sul. Org. Boaventura Souza Santos e Maria Paula Mendes. São Paulo. Ed Cortêz, 2010.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

JESUS, Fabricia de. Amélia. In: SARAU DA ONÇA (org.). O diferencial da favela. Dos contos às poesias de quebrada. Vitória da Conquista: Galinha Pulando, 2019. p. 69.

LORD, Audre. Irmã outsider. Trad. Stephanie Borges. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. [S. l]: ONU, 2017. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/78284-racismo-cada-23-minutos-um-jovem-negro-%C3%A9-assassinado-no-brasil> Acesso em: 18.dez.24.

PAZ, P. S. Nós por Nós: poesia e resistência nos Saraus Periféricos de Salvador. Salvador: EDUFBA, 2022.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais Salvador. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3828:sei-e-ssp-ba-divulgam-o-padrao-de-feminicidios-na-bahia-de-2017-a-2022&cat. Acesso em: 17.Dez.2024.

SUSSUARANA, Sandro. Favela Graduada. In: SARAU DA ONÇA (org.). O diferencial da favela. Dos contos às poesias de quebrada. Vitória da Conquista: Galinha Pulando, 2019. p. 32.

RACISMO E SEU IMPACTO NA SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES E ESTUDANTES

Daiane dos Santos Ramos

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI, Serrinha-Ba.
psidaianeramos@gmail.com

Orientador: Claudia Regina de Oliveira Vaz Torres
Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI, Serrinha-Ba.
ctorres@uneb.br

Introdução

A elaboração deste trabalho teve como base o III Web Semiter Seminário Internacional Interdisciplinar “Diálogos Interventivos: Formação de Professores, Linguagem, Racismo e Enfoque de Gênero em Perspectiva Interdisciplinar,” promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI, em Serrinha, no Território do Sisal. O evento, realizado no dia 26 de setembro de 2024, foi mediado pela Professora Dr^a. Ivonete Barreto Amorim (PPGIES/UNEB) e contou com a participação da Professora Dr^a. Francisca Eugenia dos Santos (USACH), que apresentou textos e livros para leitura e análise.

O seminário proporcionou um espaço de discussão interdisciplinar sobre formação de professores/as, linguagem, racismo e abordagem de gênero, destacando o impacto dessas temáticas nas práticas educativas. As reflexões enfatizaram para uma compreensão sobre o conceito de racismo, enfoque de gênero como eixo primordial de políticas de inclusão no desenvolvimento de uma sociedade humanamente igualitária a relevância de uma formação com pensamentos autônomos, críticos e uma educação humanista, voltada para a promoção de uma educação que valorize a diversidade e a alteridade, contribuindo para a construção de identidades mais inclusivas e conscientes principalmente no ambiente escolar.

Em um dos textos sugeridos pela professora Dra. Francisca da autora Gomes (1996), aborda as relações raciais no Brasil como o contexto em que se situa a mulher negra e professora. A autora destaca a relevância

das narrativas e reflexões de professoras negras, enfatizando como questões de raça e gênero são intrínsecas à dinâmica escolar. Além disso, aponta a necessidade de educadores considerarem a interseccionalidade entre educação, raça e gênero, considerando que as identidades são construídas ao longo da vida e influenciadas profundamente pelo ambiente escolar (Gomes, 1996).

O texto evidencia que as relações raciais e de gênero exercem um papel central na formação das identidades no ambiente escolar. A escola, enquanto espaço de sociabilização e aprendizagem, impacta significativamente as trajetórias de vida, moldando as percepções de que os sujeitos têm de si mesmos e dos outros. Ao destacar as experiências das professoras negras, a autora demonstra como a intersecção entre raças e gêneros afeta não apenas as práticas pedagógicas, mas também as vivências e memórias dos indivíduos. Nesse sentido, Gomes chama a atenção para a necessidade de um olhar mais atento dos educadores para a alteridade, compreendendo que o processo educacional transcende o ensino de conteúdos, influenciando profundamente a construção identitária de professores e alunos (Gomes, 1996).

Com base nas discussões suscitadas no evento e nas leituras dos textos, este artigo foi desenvolvido com o objetivo de realizar uma revisão de literatura sobre “Racismo e seu Impacto na Saúde Mental dos Professores e Estudantes”. A pesquisa visa analisar como a discriminação racial afeta aspectos emocionais, comportamentais dos professores e estudantes. Ao revisar a literatura existente, este estudo pretende não apenas evidenciar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, mas também contribuir para a compreensão dos efeitos do racismo na saúde mental, destacando as consequências psicológicas e sociais que esse fenômeno impõe sobre o ambiente educacional.

Este estudo busca compreender a relação entre o racismo e a saúde mental dos professores e estudantes, com o objetivo refletir sobre as dificuldades enfrentadas por eles no ambiente escolar. A investigação, por meio de um olhar crítico e sensível, pretende contribuir para o desenvolvimento de intervenções efetivas e para a promoção de políticas educacionais que combatam o racismo, favorecendo um ambiente de aprendizado saudável e equitativo.

Metodologia

As reflexões promovidas durante o III Web Semiter – Seminário Internacional Interdisciplinar, intitulado Diálogos Interventivos: Formação de Professores, Linguagem, Racismo e Enfoque de Gênero em Perspectiva Interdisciplinar. O evento foi promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI, localizado no Território do Sisal, em Serrinha. Diante da proposta, foi seguido um caminho metodológico a pesquisa bibliográfica, que segundo Sousa, Oliveira e Alves (2021) destacam que a pesquisa bibliográfica desempenha um papel essencial na construção científica, pois possibilita uma compreensão aprofundada do conhecimento estudado. Para isso, utiliza-se uma variedade de instrumentos, como livros, artigos científicos, teses, dissertações, revistas, anuários, leis e outras fontes publicadas.

O capítulo, então, consiste em uma revisão bibliográfica que investiga racismo e seu impacto da saúde mental de professores e estudantes. Foi realizado um levantamento dos dados por meio de uma busca empírica em bancos de dados, abrangendo o Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO), a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e, abrangendo um período de cinco anos. Para garantir a relevância e a acessibilidade dos materiais selecionados, foram estabelecidos critérios claros de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão priorizaram textos disponíveis em língua portuguesa, permitindo maior compreensão e aplicabilidade ao contexto local. Já os critérios de exclusão abancaram artigos pagos e aqueles cujo conteúdo não foi apresentado alinhado com os objetivos da pesquisa. Além disso, foi considerado o rigor metodológico dos materiais selecionados, buscando garantir a confiabilidade das fontes. Os descritores utilizados na pesquisa incluíram termos como “racismo e saúde mental”, “racismo nas escolas”, “racismo no Brasil”, racismo com professores e alunos” e outras palavras-chave relacionadas ao tema. Os dados foram coletados e submetidos a uma análise descritiva, onde foram revisados um total de 05 (cinco) artigos, 01 (uma) dissertações e 02 (dois) livros. O objetivo desta análise foi examinar e descrever as informações presentes nos documentos, com ênfase nos aspectos relacionados ao racismo e à saúde mental de professores e estudantes no ambiente escolar. Essa abordagem permitiu uma compreensão mais aprofundada dos desafios históricos enfrentados e de como o racismo ainda se manifesta no contexto escolar.

Desenvolvimento

O racismo que envolve discriminação e preconceito, continua presente na sociedade, tendo origem na concepção histórica de “raça”, inicialmente usada para classificar seres vivos e posteriormente aplicada de forma discriminatória aos seres humanos (Santos, 2023).

O racismo, embora com características sociais e históricas, apresenta uma complexidade que ultrapassa suas manifestações explícitas, como práticas discriminatórias e discursos preconceituosos. De acordo com a Lei nº 7.716, de 5 de Janeiro de 1989 (Brasil, 1989), a prática de preconceitos e do racismo se configura como crime. Embora práticas racistas sejam proibidas por lei, os negros ainda representam os maiores índices de vítimas de homicídio, refletindo sua condição de vulnerabilidade.

De acordo com Piza et al. (2022), sua estrutura pode ser comparada a um iceberg, onde a parcela visível abrange comportamentos observáveis, enquanto uma vasta camada submersa consiste em especificamente, estereótipos e mecanismos institucionais que sustentam a desigualdade racial.

No Brasil, onde o racismo persiste, existem diversas manifestações racistas, incluindo padrões estéticos que favorecem a população branca de forma histórica e socialmente sutil. Essa imposição afeta qualidades à saúde mental da população negra, marcada por um histórico de escravização, maus-tratos e perda de dignidade humana (Santos, 2023).

Conforme destacado pelos autores acima o racismo se apresenta por sua natureza multifacetada, onde apenas uma pequena parte é perceptível na forma de atitudes e ações discriminatórias. No entanto, a maior e mais profunda porção permanece oculta, constituída por crenças, estereótipos e estruturas sociais que sustentam e perpetuam essas práticas. Essa analogia ressalta a complexidade do fenômeno, sugerindo que enfrentar o preconceito racial requer não apenas lidar com manifestações explícitas, mas também desconstruir os fundamentos invisíveis que o mantêm no tecido social.

No contexto brasileiro, Carone et al. (2016) ressaltam a singularidade do racismo, moldado por um discurso político de valorização da miscigenação que, paradoxalmente, sustentou ideologias de branqueamento e apagamento cultural de grupos racializados. A miscigenação, um fenômeno biológico, foi ressignificada como ferramenta

política central para o projeto de “homogeneização” da população brasileira, dando origem à ideologia do branqueamento (Carone et al, 2016).

Esse conceito buscava legitimar a eliminação simbólica e fenotípica de negros, indígenas e mestiços, considerados obstáculos ao ideal de uma nação predominantemente branca. Essa lógica evidencia a forma como o racismo estruturou as relações sociais no país, promovendo exclusão e apagamento cultural de grupos racializados (Carone et al, 2016).

Essa dinâmica histórica e social evidencia como o racismo se enraíza nas estruturas e relações sociais, reforçando privilégios para alguns e particulares para outros, como define Almeida (2018). “[...]o racismo é uma forma sistemática de dis-criminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em vantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.” (Almeida, p. 25, 2018).

O autor destaca ainda que o racismo, ao contrário do preconceito ou da discriminação isolada, opera de forma sistêmica, manifestando-se em ações conscientes e inconscientes, perpetuando desigualdades e moldando as relações institucionais e culturais. Assim, compreender e combater o racismo exige uma abordagem abrangente, que vá além das expressões visíveis, alcançando as camadas profundas e estruturais que sustentam essas desigualdades.

Almeida (2018) diferencia racismo, preconceito racial e discriminação racial, destacando suas especificidades. O preconceito racial é baseado em estereótipos sobre grupos racializados, como associar negros à violência ou orientais à aptidão científica, podendo ou não resultar em discriminação. Já a discriminação racial envolve o tratamento desigual a indivíduos de grupos racialmente identificados, sendo sustentada pelo poder necessário para atribuir vantagens ou desvantagens com base na raça. Além disso, a discriminação pode ser direta, quando ocorre o repúdio explícito a indivíduos ou grupos, ou indireta, manifestando-se de maneira menos ostensiva, mas igualmente excludente (Almeida, 2018).

Santos (2023), aborda também sobre o racismo institucional que mantém pessoas negras em condições de subalternidade no mercado de trabalho, impactando qualidades sua saúde mental devido à falta de representatividade em diferentes posições profissionais.

O racismo institucional está diretamente relacionado ao racismo estrutural, sendo uma herança da estrutura social escravista que marcou a formação do Brasil. Ele se manifesta em empresas, setores, mídia e

instituições de ensino. Nas escolas, o racismo estrutural se evidencia em piadas preconceituosas, na desvalorização de estudantes negros, que são estereotipados como incapacitados, e na omissão ao não se problematizarem essas questões (Santos, 2023).

Os achados evidenciam que o racismo, enraizado na estrutura social e institucional do Brasil, impacta profundamente a saúde mental da população negra. Desde a perpetuação de padrões estéticos eurocêntricos e práticas discriminatórias no mercado de trabalho até a desvalorização de estudantes negros no ambiente escolar, observa-se uma reprodução contínua de subalternidade e exclusão. Essas manifestações reforçam traumas históricos e emocionais, como a busca por pertencimento e embranquecimento, além de limitar o acesso a representatividade e oportunidades. Assim, é essencial combater o racismo em suas diversas formas, promovendo o resgate da autoestima, a valorização da diversidade e a inclusão em todos os espaços sociais e institucionais.

Racismo Interpessoal e Microagressões: Abordar os efeitos do racismo cotidiano, das ofensas sutis e das discriminações diretas que os professores e estudantes podem sofrer na escola.

O racismo é uma prática marcada pela violência, presente na história do Brasil desde a chegada dos africanos escravizados, atravessando a abolição e se perpetuando até os tempos modernos e contemporâneos (Oliveira et al, 2021). O racismo é uma questão histórica e estrutural no Brasil, afetando diferentes esferas sociais, incluindo a educação. Pinheiro, Maciel e Rocha (2023) argumentam que a discriminação racial permanece presente na sociedade, manifestando-se frequentemente por meio da linguagem.

O racismo linguístico abrange palavras ou expressões cujas origens estão ligadas a comportamentos racistas, indo além de insultos diretos e incluindo expressões cotidianas como “ovelha negra”, “lado negro” e “cor da pele”, que carregam conotações negativas ou exclusivas relacionadas à negritude (Pinheiro, Maciel e Rocha, 2023). No ambiente escolar, professores, crianças e adolescentes negros frequentemente enfrentam discriminação racial, tanto por parte de colegas, pais, quanto de educadores, o que se reflete em sua saúde mental e em seu desenvolvimento pessoal. A autora Gomes (1996),

[...] nos revela que existe uma ideologia racial presente no cotidiano

escolar. Ela pode ser observada em frases aparentemente inocentes e tão presentes no imaginário e nas práticas educativas da nossa escola, como por exemplo: “Esta aluna é negra, mas é tão inteligente!” “Eu pensava que a professora do meu filho fosse assim... mais clarinha!” “A professora usa caneta preta porque é preta.” (Gomes, 1996, p. 69).

Contudo, a presença de uma ideologia racial enraizada no cotidiano escolar, que se manifesta por meio de discursos aparentemente inofensivos, mas carregados de preconceitos e estereótipos racializados. Essas expressões, muitas vezes naturalizadas nas práticas educativas, refletem uma visão hierarquizada das raças, que associa características como a cor da pele às competências intelectuais ou profissionais. Tais manifestações não apenas reforçam desigualdades históricas, mas também perpetuam uma lógica excludente e discriminatória, comprometendo o papel da escola como um espaço de equidade e respeito à diversidade. Isso evidencia a necessidade de uma formação docente crítica, capaz de identificar e desconstruir práticas e discursos racistas na educação.

Oliveira et al. (2021) aponta que, nos contextos escolares, as diferenças geracionais entre professores e estudantes têm papel significativo na maneira como ambos percebem e interpretam aspectos ordinários e cotidianos. Essas múltiplas formas de pertencimento geracional refletem-se em diversos cenários das escolas, influenciando percepções e atitudes frente a temas comuns e questões sociais. Estudos anteriores, como os de Silva (1997) e Schmidt e Garcia (2005), reforçam a relevância dessas análises ao compararem a percepção dos estudantes sobre a violência escolar e o desenvolvimento da consciência histórica. Esses trabalhos ilustram como experiências e perspectivas individuais, moldadas por contextos históricos e sociais diferentes, impactam as interpretações e interações dentro do ambiente educacional.

As práticas do racismo e da discriminação racial acontecem no cotidiano, impactando negativamente na qualidade da saúde mental dos jovens negros presentes mesmo no ambiente escola (Santos, 2023).

Estudos demonstram que estudantes que experienciam racismo podem manifestar sintomas de sofrimento psicológico, como depressão, ansiedade e baixa autoestima, além de enfrentarem dificuldades em seu desempenho escolar. O impacto dessas experiências não apenas interfere na qualidade do aprendizado, mas também reforça sentimentos de exclusão e marginalização social, que, por sua vez, alimentam um ciclo de vulnerabilidade psicológica.

A autora destaca que os traumas causados pelo racismo frequentemente se manifestam em práticas como o alisamento do cabelo, o uso de maquiagens para clarear a pele e a busca pela convivência com pessoas brancas, como tentativa de pertencimento e embranquecimento. O resgate da autoestima da população negra, especialmente dos jovens, é essencial, pois a desmoralização em enfrentar esses problemas contribui para o adoecimento mental, reflexo de anos de discriminação que afeta profundamente sua saúde emocional (Santos, 2023).

Resultados e discussões

O racismo no Brasil reflete sua complexidade como fenômeno social, histórico e estrutural. O diálogo entre os autores expõe não apenas as raízes históricas e estruturais do racismo, mas também os impactos profundos nas dinâmicas sociais, na saúde mental e na educação, além de destacar caminhos de resistência e enfrentamento.

O racismo no Brasil é descrito como um fenômeno estrutural e institucional, o que implica sua presença no âmago das relações sociais e organizacionais. Conforme Almeida (2018), ele transcende atos individuais de discriminação, manifestando-se de forma silenciosa e sistêmica, perpetuando privilégios e desigualdades. Santos (2023) conecta essas manifestações à herança histórica da escravidão, evidenciando como a subalternidade da população negra foi institucionalizada em espaços como escolas e empresas. Carone et al. (2016) adicionam à discussão a crítica à ideologia da miscigenação, sugerindo que o discurso do branqueamento silenciou e desvalorizou contribuições culturais negras e indígenas.

Esse reconhecimento de que o racismo está enraizado nas estruturas sociais reforça a necessidade de análises que não apenas identifiquem práticas discriminatórias explícitas, mas que também investiguem os sistemas e discursos que perpetuam essas desigualdades.

Os efeitos do racismo na saúde mental da população negra são amplamente documentados. Santos (2023) e Almeida (2018) destacam como o racismo institucional e interpessoal geram exclusão, baixa autoestima e sentimentos de inadequação. Piza et al. (2022) reforçam essa análise com a metáfora do “iceberg”, apontando que as camadas mais profundas do racismo — crenças e estereótipos implícitos — sustentam as práticas excludentes.

A literatura destaca como essas dinâmicas impactam a subjetividade dos indivíduos, gerando traumas históricos e contemporâneos. A busca por pertencimento e o desejo de embranquecimento, por exemplo, refletem não apenas a internalização de ideais de inferioridade, mas também a reprodução contínua de mecanismos de exclusão e marginalização.

O ambiente escolar é outro espaço de perpetuação do racismo estrutural. Pinheiro, Maciel e Rocha (2023) destacam como o racismo linguístico e expressões cotidianas carregam um peso simbólico que afeta a autoestima e a percepção dos estudantes negros. Gomes (1996) e Oliveira et al. (2021) reforçam essa ideia ao apontar que práticas e discursos aparentemente inofensivos naturalizam a discriminação racial e impedem a construção de uma identidade positiva para as crianças negras.

Essa discussão também revela um desafio relacionado à formação docente, uma vez que muitos educadores carecem de ferramentas críticas para lidar com as dinâmicas do racismo nas práticas pedagógicas. Isso evidencia a necessidade de intervenções educacionais que promovam não apenas o reconhecimento das desigualdades raciais, mas também estratégias para superá-las.

Os autores concordam que enfrentar o racismo requer ações que vão além das práticas individuais, atingindo as estruturas que o sustentam. Almeida (2018) e Santos (2023) destacam a importância de políticas públicas antirracistas, educação crítica e iniciativas que valorizem a diversidade e fortaleçam a representatividade. Carone et al. (2016) sugerem uma revisão das narrativas históricas que valorize as contribuições de negros e indígenas, rompendo com a lógica do branqueamento e promovendo uma identidade nacional mais inclusiva.

Essas estratégias incluem, também, o fortalecimento da autoestima da população negra por meio de ações afirmativas, produção cultural e ocupação de espaços sociais que historicamente lhes foram negados.

Os autores concordam que o racismo é um problema sistêmico, enraizado nas estruturas sociais e culturais, que afeta diretamente a saúde mental e as oportunidades da população negra. Eles apontam que o enfrentamento do racismo exige estratégias amplas, que combinem ações educativas, políticas públicas inclusivas e o resgate da autoestima da população negra. Além disso, destacam a importância de desconstruir estereótipos e promover uma representatividade que valorize a diversidade em todos os espaços sociais e institucionais.

Considerações finais

Os resultados e discussões apresentados confirmam que o racismo, enquanto fenômeno estrutural e institucional, configura-se como uma força opressora que permeia diversas esferas da sociedade brasileira, incluindo saúde mental, educação e estruturas sociais. Este sistema perpetua desigualdades, compromete a autoestima da população negra e afeta negativamente seu bem-estar emocional e social.

Os autores analisados convergem ao destacar a necessidade de estratégias interdisciplinares para enfrentar o racismo, que incluam políticas públicas eficazes, a promoção de uma educação crítica e o fortalecimento da identidade e da representatividade negra. A desconstrução de estereótipos e a valorização da diversidade cultural são apresentadas como passos essenciais para a superação desse ciclo de exclusão.

Portanto, conclui-se que o combate ao racismo deve ser uma prioridade em todas as dimensões da sociedade, exigindo esforços coordenados para transformar estruturas sociais, culturais e institucionais. Os impactos na saúde mental, na educação e nas estruturas sociais ilustram a profundidade das desigualdades raciais, enquanto as estratégias de enfrentamento propostas pelos autores destacam a necessidade de ações coletivas e estruturais. O combate ao racismo, portanto, demanda um esforço conjunto que combine políticas públicas, práticas pedagógicas transformadoras e o fortalecimento das identidades negras como caminhos para uma sociedade mais inclusiva e equitativa, que favoreça a saúde mental e o pleno desenvolvimento das potencialidades da população negra.

Referências

ALMEIDA, S. L. de. O quê é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG); Letramento, 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.** Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 jan. 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 17 nov. 2024.

CARONE, I; BENTO, M. A. S (orgs.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petropolis, RJ: Vozes, 2016. Vários autores.

GOMES, N. L. Educação, Raça e Gênero: Relações Imersas na Alteridade. *Cadernos Pagu*, n. 6-7, pág. 67-82, 1996.

NEDEL OLIVEIRA, V. H. Racismo: proximidades e distanciamentos nas percepções de estudantes e professores. **REVISTA INTERSABERES**, [S. l.], v. 16, n. 38, p. 443–464, 2021. DOI: 10.22169/revint.v16i38.1926. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1926>. Acesso em: 17 nov. 2024.

PINHEIRO, L. M. do R.; MACIEL, A. I. R.; ROCHA, G. da S. RACISMO LINGUÍSTICO: a desconstrução do vocabulário racista no contexto escolar. *Revista Ceará Científico*. v. 2 n. 3 (2023): Os Múltiplos Conhecimentos na Formação Omnilateral dos Sujeitos. Disponível em: <https://periodicos.seduc.ce.gov.br/cearacientifico/issue/view/36>

PIZA, E. **Porta de vidro: entrada para a branquitude**. In: CARONE, I; BENTO, M. A. S. (orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. [64-99].

RIBEIRO, E. O. Psicologia, racismo e saúde mental: formas de intervenção no trabalho do psicólogo. **ODEERE**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 166-178, 2017. DOI: 10.22481/odeere.v0i4.2361. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/2361>. Acesso em: 17 nov. 2024.

SANTOS, M. E. M. dos. Racismo e saúde mental das juventudes negras. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Câmpus Águas Lindas de Goiás. - 32 f. 2023

SILVA, M. A. B. da; OLIVEIRA, I. F. de. A relação entre racismo, saúde e saúde mental: Psicologia e educação antirracista. *Quaderns de Psicologia*, v. 23, n. 3, e1753, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1753>. Acesso em: 17 nov.2024

SOUSA, A. S. de; OLIVEIRA, G. S. de; ALVES, L. H. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos**. *Cadernos da Fucamp*, v. 43, pág. 64-83, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336/1441>. Acesso em: 20 nov. 2024.

Capítulo 28

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS NA INTERSECÇÃO DA LINGUAGEM, RACISMO E GÊNERO: UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Suzete Patrocínio de Souza

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
spatrocinio2011@hotmail.com

Angélica Gimenes Naranjos

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
agn.angelica@gmail.com

Patrícia Júlia Souza Coelho

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
pscoelho@uneb.br

Introdução

O presente capítulo emerge das leituras, contextualizadas das reflexões tecidas no II Seminário promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) em 2024, no Departamento de Educação da UNEB, *Campus XI* em Serrinha – Bahia, intitulado: “Formação de professores, linguagem, racismo e enfoque de gênero em perspectiva interdisciplinar” que teve como mediadora a Prof.^a Dr.^a Ivonete Barreto de Amorim (PPGIES/UNEB) e expositora a Prof.^a Dr.^a Francisca Eugênia dos Santos Universidad de Santiago de Chile (USACH) por meio da escuta e dos diálogos que foram realizados no seminário.

A expositora trouxe para o cerne das discussões o contexto histórico e cultural das dificuldades enfrentadas pela população menos favorecidas economicamente que perpassam pelas questões de gênero. Destacou as dificuldades de as mulheres negras ingressarem na Universidade refletindo, que as políticas públicas de inclusão para as mulheres, a população pobre e a comunidade (LGBTQIA+), são promessas não efetivadas. Em tempo, a

fragilidade do Estado na efetivação dessas políticas, por meio da análise dos objetivos da Agenda criada pela Organização da Nações Unidas (ONU) em 2015, que preconiza avanços em termos de inclusão globalmente até 2030.

Entre outras questões, a agenda tem como objetivo, garantir uma sociedade sustentável, erradicar a pobreza e garantir os direitos humanos. Contudo, a Prof^a Dr^a Francisca Eugênia destacou que “falar de direitos humanos, não é só falar de violência, pois o atropelo aos direitos humanos é ter gente que passa fome, é ter gente que não tem casa e não tem trabalho, é ter gente que não chega na Universidade” (Santos, excerto da fala da expositora, 2024).

O processo de inclusão é fundamental para garantir que todas as pessoas, independentemente de suas condições socioeconômicas, tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades. No entanto, as contradições presentes em nossa sociedade como a desigualdade econômica, preconceitos sociais e falta de políticas públicas dificultam essa inclusão e contribuem para a exclusão de certos grupos sociais.

Para avançar em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva, é essencial que os cursos de formação de professores/as adotem uma abordagem interdisciplinar, que leve em conta as diferentes realidades e necessidades da população. Além disso, é importante destacar que, embora vivamos em uma democracia, muitas vezes o pluralismo social é desconsiderado. Nesse contexto, Cunningham (2009) critica a democracia, apontando para a “tirania da classe dominante sobre a classe dominada”, onde as ideias da maioria prevalecem sobre as da minoria. Decisões, nesse cenário, não são pensadas coletivamente, mas impostas, e essa dinâmica também se reflete no campo educacional.

A educação para o exercício da democracia é fundamental para a formação de cidadãos críticos, conscientes de seus direitos e deveres, capazes de exercer a cidadania de forma ativa e responsável. Entretanto, a dominação de uma cultura sobre outra, muitas vezes associada à imposição de valores e padrões de comportamento, limita a diversidade e a pluralidade de ideias.

O fenômeno da massificação cultural exerce forte pressão sobre os indivíduos, incentivando a homogeneização de comportamentos e a adesão a modelos hegemônicos, frequentemente alinhados aos interesses da classe dominante. Nesse sentido, uma educação voltada para a democracia e as transformações sociais deve enfrentar os desafios impostos pela hegemonia

cultural e pela massificação, promovendo a formação de cidadãos críticos, conscientes e participativos.

A democracia é um sistema de governo baseado na participação ativa dos/as cidadãos/ãs nas decisões que impactam suas vidas. Em uma sociedade genuinamente democrática, todos os grupos sociais, incluindo minorias e historicamente marginalizados, devem ter voz e acesso às oportunidades. Nesse contexto, políticas públicas de inclusão, especialmente voltadas para os menos favorecidos e que considerem as questões de gênero, são essenciais para promover a equidade e a justiça social.

Com base no que discutimos é importante destacar como afirma Carvalho (2022, p. 318-319) que “o saber nas sociedades colonizadas constitui uma forma de conhecimento subalterno que supervaloriza a cultura ocidental e desvaloriza as culturas dos povos originários. A imposição da cultura ocidental resultou em processos de aculturação e perda da identidade, na América”. Desse modo, nas sociedades colonizadas, os colonizadores europeus impuseram suas próprias culturas, subordinando as culturas locais.

Metodologia

A metodologia utilizada neste estudo consiste em uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfica, tendo em vista a consulta realizada de textos disponibilizados pelo II Seminário promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), como citado acima, realizado no dia 26/09/2024, às 08h00min, no Departamento de Educação da UNEB, *Campus* XI em Serrinha – BA, intitulado: “Formação de professores, linguagem, racismo e enfoque de gênero em perspectiva interdisciplinar”.

Para Lakatos e Marconi (2003, p. 183) “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Em suma, a pesquisa bibliográfica tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas.

Este texto específico se respaldou nos estudos de Carvalho (2022), Cunningham (2009). Fanon (2008), Ferreira (2019), Fraga e Ferreira (2021), Lugones (2003, 2008, 2014), Pinheiro, Maciel e Rocha (2023), Quijano (2014), dentre outros. As leituras desses/as autores/as em articulação

com a exposição realizada pela professora Prof.^a Dr.^a Francisca Eugênia dos Santos, II Seminário promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), intitulado: “Formação de professores, linguagem, racismo e enfoque de gênero em perspectiva interdisciplinar”, evidenciaram que as questões de interseções entre linguagem, raça e gênero, desde o período colonial, podem ser utilizados como forma de opressão e negação de direitos. Assim, a materialização da transformação social requer esforços contínuos e colaborativos entre diferentes setores da sociedade, a fim de que as políticas públicas garantam efetivamente a todos/as direitos e oportunidades.

Linguagem como instrumento de inclusão e exclusão

Para iniciarmos nossas reflexões acerca da linguagem como instrumento de inclusão e exclusão não podemos esquecer do colonialismo, que, embora tenha sido um fenômeno histórico, deixou marcas profundas na sociedade contemporânea, uma vez que, seus ecos reverberam em diversas esferas da vida social, política e cultural, moldando identidades, relações de poder e estruturas sociais.

A linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas também uma ferramenta de poder que molda a realidade social. Durante o período colonial, a língua dos colonizadores foi imposta aos povos colonizados, suprimindo suas línguas e culturas. Até hoje, a linguagem continua a ser usada como instrumento de dominação, reforçando estereótipos e preconceitos em diversos contextos sociais.

Desse modo, a linguagem, além de ser um meio de comunicação, pode agir como ferramenta de exclusão. Na formação de professores/as, é crucial entender como as práticas linguísticas podem reforçar desigualdades sociais. Promover o uso de uma linguagem inclusiva, que respeite as diversas culturas, é essencial para combater o racismo estrutural e as desigualdades de gênero, especialmente no ambiente escolar.

Nesse sentido, a linguagem está relacionada a constituição histórica, social e cultural das questões raciais e de gênero na sociedade brasileira. Segundo Fraga e Ferreira (2021, p. 2) [...] é a construção discursiva do racismo que torna raça¹ e linguagem indissociáveis. Não há como pensar

1 A terminologia raça, que é um conceito social, histórico, cultura e discursivo, construído e reconstruído dia a dia através das nossas relações sociais, Fraga e Ferreira (2021).

em raça sem pensar em linguagem e não há como falar sobre linguagem sem falar em raça.

As formações de professores/as devem abordar como a linguagem reforça estereótipos raciais e de gênero, propondo estratégias para desafiar essas normativas. Pinheiro, Maciel e Rocha (2023, p. 24) destacam que “[...] o racismo linguístico engloba palavras ou expressões que têm suas raízes em comportamentos racistas. Um equívoco comum é pensar que esse se limita apenas às palavras claramente destinadas a ofender alguém”, alertando para o equívoco de limitar a discriminação a termos explícitos. Assim, a linguagem pode discriminar de maneira sutil.

Considerando que o racismo estrutural se manifesta nos diversos espaços da sociedade, incluindo a educação, é premente que os professores/as estejam preparados para reconhecer e confrontar práticas racistas, pois as pessoas dos grupos sociais que sofrem algum tipo de discriminação e opressão podem se sentir silenciadas e invisibilizadas quando a linguagem reforça estereótipos e preconceitos.

A formação de professores/as deve reconhecer a complexidade das interações sociais nos contextos educativos. Dada a crescente diversidade, é essencial que o processo formativo inclua discussões sobre linguagem, racismo e gênero, adotando uma abordagem crítica e interdisciplinar.

Ferreira (2019) e Fanon (2008) afirmam que a nossa herança linguística reproduz a visão do colonizador, pois o uso da língua tem raízes históricas e performativas, uma vez que, o conceito racial atravessa as questões de gênero e sexualidade. Ressaltam ainda que a construção discursiva do racismo, estabelece conexões indissociáveis entre raça e linguagem, revelando como o poder simbólico da língua é utilizado para naturalizar, legitimar e perpetuar desigualdades raciais.

A linguagem, como sistema de signos, não é neutra; ela é moldada por relações de poder e contextos históricos. Ao longo da história, tem sido usada para dominar e excluir, reforçando hierarquias sociais e estigmatizando grupos raciais.

Diante do exposto, a indissociabilidade entre raça e linguagem é uma evidência da profunda influência da linguagem na construção e manutenção do racismo. Ao reconhecer a linguagem como meio de produção e reprodução das desigualdades sociais e raciais, podemos fomentar a desnaturalização dos discursos racistas, por meio da promoção de uma linguagem inclusiva e a valorização da diversidade linguística buscando, a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Gênero e educação: desconstruindo paradigmas

A compreensão das dinâmicas de gênero e poder em sociedades colonizadas exige uma descolonização do pensamento, revelando as complexas interações entre esses elementos e os processos de dominação colonial. Ao analisar gênero e poder como categorias ontológicas, buscamos entender como foram construídas e instrumentalizadas para justificar e perpetuar hierarquias sociais e relações de desigualdade. Nesse sentido, para Quijano (2014), a colonialidade vai além do colonialismo, impondo-se às intersubjetividades humanas.

Assim, reconhecer que gênero e poder não são categorias naturais e imutáveis, mas construtos histórico-sociais é uma discussão necessária na formação de professores/as, pois as questões de gênero muitas vezes estão arraigadas na cultura escolar, e, compreender as dinâmicas históricas e as interconexões entre esses elementos, pode contribuir para a desconstrução de preconceitos e estereótipos.

Lugones (2008) aborda a interseção entre raça, classe, gênero e sexualidade nas sociedades colonizadas. Segundo a autora, essas sociedades frequentemente apresentavam sistemas de gênero mais fluidos e complexos, que não se ajustavam ao binarismo masculino/feminino e heteronormativo europeu. A imposição desse binarismo teve o objetivo de controlar os corpos e as sexualidades, justificando a exploração e subjugação das mulheres negras e indígenas.

No que concerne, a hierarquização racial e de gênero, a raça foi utilizada como categoria central para justificar a dominação colonial, e o gênero foi instrumentalizado para reforçar essas hierarquias, as mulheres indígenas e africanas foram submetidas a múltiplas formas de opressão, tanto por sua raça quanto por seu gênero.

Auferimos desta forma, que o patriarcado colonial foi um sistema de dominação baseado na superioridade masculina e subordinação feminina, justificando violência sexual, trabalho forçado e desapropriação de terras. Neste contexto, de opressão, mulheres e grupos étnico-culturais foram considerados não humanos e inferiores. Segundo Lugones (2003), esses grupos, por meio de movimentos sociais e feministas, desenvolveram estratégias de resistência que desafiaram as estruturas de poder.

A intersecção não se limita às questões de gênero, como afirma Carvalho (2022, p. 330), “a partir da ideia de intersecção, é possível ter uma visão mais abrangente das relações de poder, tendo em vista que essas não

se reduzem a interações e práticas de opressão entre homens e mulheres”. Essa perspectiva permite uma compreensão mais complexa das relações de poder, pois a interseccionalidade envolve diferentes dimensões, sendo que as experiências de opressão não podem ser isoladas, como destaca Lugones (2014, p.74 apud Carvalho, 2022, p. 330) “[...] reconhecer a relação de poder entre a mulher branca e a mulher de cor”.

Nesse viés, Lugones (2014) reitera que as estruturas de poder se manifestam de maneira heterogênea e interconectada, partindo desse pressuposto, as desigualdades que esses grupos sofrem não são apenas em função de suas identidades de gênero, mas também em função do contexto étnico-cultural e social. Na perspectiva de Carvalho (2022, p. 332) “o poder é ocupado por homens brancos heterossexuais, enquanto mulheres e outros grupos étnico-culturais são considerados não humanos e inferiores, nas relações hierárquicas”, reflexos do colonialismo.

Considerando, as ideias da Lugones (2003, 2008, 2014), as interseções entre raça e gênero revelam as relações de hierarquia estabelecidas com a colonialidade, onde as mulheres brancas frequentemente desfrutam de privilégios, negados às mulheres negras. Assim, as experiências de cada grupo foram/são moldadas por suas respectivas realidades sociais. Nesta perspectiva, durante sua fala no seminário Santos (2024) refletiu:

[...] quando ingressei na Universidade, apenas 2% da população brasileira podia entrar na Universidade, o mundo que eu vivi, não é o mundo que vocês vivem hoje, que eu tenho muitas pessoas parecidas comigo, não, não era assim. Além do que, uma menina que se criava na periferia, também era bem difícil que ela entrasse na universidade (Santos, excerto da fala da expositora, 2024).

Desta forma, a Prof^a Dr^a Francisca Eugênia dos Santos corrobora a ideia de Lugones (2014), pois por ser uma mulher negra, nordestina, de família pobre, enfrentou muitos desafios, que não são visíveis através de uma lente de gênero isolada, mas que envolve questões sociais e étnico-culturais. Assim, Santos (2024) ressaltou a importância das políticas públicas de inclusão para os pobres, negros e povos indígenas, incluindo a diversidade de gênero.

À medida que as discussões sobre diversidade e inclusão se tornam mais proeminentes, é imprescindível que as políticas sociais adotem uma perspectiva interseccional. O reconhecimento das múltiplas identidades das mulheres, que incluem etnia, classe, sexualidade, entre outras, é essencial para a criação e implementação de políticas públicas que atendam às suas

necessidades, especialmente das mulheres que se encontram em posições de interseção de diversas formas de opressão.

Refletindo sobre essas questões, percebemos que, no período colonial, as mulheres foram subjugadas, com a construção de papéis de gênero estereotipados e a subordinação. A interseccionalidade entre raça e gênero revela como as mulheres sofreram dupla opressão, sendo discriminadas tanto por sua raça quanto por seu gênero. No entanto, como aponta Lugones (2003, 2008, 2014), não foram apenas as mulheres, mas também os grupos sociais menos favorecidos que enfrentaram opressões diversas.

Ao longo do tempo, diversas políticas públicas foram implementadas para promover uma sociedade mais justa e igualitária, mas sua eficácia depende de como são executadas e se realmente alcançam os grupos mais necessitados. Muitas vezes, as mudanças não são suficientes para garantir acesso aos benefícios. Para Carvalho (2022, p. 333), “a globalização do sistema econômico capitalista se reflete na difusão do paradigma epistemológico de produção do conhecimento e da cultura ocidental androcêntrica”, o que historicamente privilegia a experiência e os valores masculinos em detrimento das perspectivas femininas e de outras formas de conhecimento.

Assim, podemos afirmar que na contemporaneidade, as discussões sobre as relações de poder e opressões se tornam, cada vez, mais relevantes, e, que a transformação social requer esforços contínuos e colaboração entre diferentes setores da sociedade, incluindo políticas públicas que garantam a todos/as direitos e oportunidades. Além disso, é imprescindível, a inclusão de gênero nas políticas públicas, pois as desigualdades de gênero persistem em diversas esferas, como no mercado de trabalho, na educação e na política.

Nesse sentido, as políticas públicas inclusivas devem adotar uma abordagem interdisciplinar, envolvendo setores como educação, saúde, assistência social e segurança, para atender às necessidades específicas de mulheres e grupos vulneráveis. Iniciativas de educação em direitos humanos e igualdade de gênero são essenciais para conscientizar a população e combater a discriminação e a opressão.

Abordagens interdisciplinares: a educação para a democracia

Durante o II Seminário: “Formação de professores, linguagem, racismo e enfoque de gênero em perspectiva interdisciplinar”, Prof^a Dr^a Francisca Eugênia dos Santos abordou os conceitos essenciais relacionados a formação de professores/as, destacando desafios no que tange, aos aspectos da linguagem, racismo e enfoque de gênero, por meio de uma vasta reflexão sobre a educação para a democracia, como um processo contínuo e fundamental para a construção de sociedades justas, igualitárias e participativas.

Neste sentido, Santos (2024) destaca a importância de compreender o mito da democracia racial no Brasil, que, embora presente no imaginário popular e em discursos oficiais é uma construção ideológica com profundas implicações históricas e sociais. Essa narrativa, que nega o racismo e promove a harmonia racial, tem sido central na formação de um projeto de nação caracterizado por desigualdades e exclusões, inclusive, dentro das universidades.

Segundo Santos (2024) e as leituras contextualizadas, o mito da democracia racial foi crucial para manter o poder da elite branca, naturalizando desigualdades sociais e ocultando as raízes históricas do racismo no Brasil. Ao negar o racismo, essa narrativa isenta a sociedade de responsabilidade pelas desigualdades étnico-raciais, dificultando a implementação de políticas públicas eficazes para promover a igualdade.

Santos (2024) apresentou, em sua exposição, o projeto “Ecos Colônias”, desenvolvido por ela no Chile desde 2020, abordando o papel da colonização não apenas na formação, mas também na vida cotidiana. Durante o II seminário, ela destacou que “a nossa felicidade deve estar no dia a dia, naquilo que a gente faz, naquilo que a gente produz”. Ao refletir sobre o contexto histórico de racismo e a construção de sociedades sustentáveis, Santos (2024) observou que, embora hoje os/as negros/as nas telenovelas ocupem, em alguns momentos, lugares de representatividade privilegiada, eles/as ainda representam, em grande parte, os grupos marginalizados socialmente.

Em sua explanação no Seminário, Santos (2024) apresentou a seguinte reflexão: “quando chego à Bahia, onde temos a maior população negra do Brasil começo perceber que apesar de algumas mudanças de estereótipos, na prática cotidiana estamos longe da construção de uma sociedade mais inclusiva, a sociedade sustentável, a sustentabilidade”.

Nesse sentido, apesar das evidências empíricas que desmentem o mito da democracia racial, essa narrativa ainda persiste na sociedade brasileira, por meio da naturalização das desigualdades raciais e a resistência a mudanças nas estruturas de poder.

Nesse contexto, Santos (2024) questiona “como vamos desenvolver uma sociedade sustentável, se nós ainda temos lugares que não chega à humanidade?” Nesta direção, discorreu sobre o grande índice de analfabetismo na sociedade brasileira, a falta de acesso às tecnologias e, até mesmo a falta de acesso a produtos e serviços essenciais como energia elétrica, nesse interim, precisamos ter um olhar investigativo, de pesquisa, que tenha caráter interdisciplinar.

Santos (2024) destaca que as políticas de inclusão devem ser efetivadas no cotidiano, não se limitando ao campo das ideias, para combater o racismo, preconceito e discriminação de gênero. Ela afirma que democracia e inclusão estão intrinsecamente ligadas, e que a verdadeira democracia vai além do voto, englobando a participação dos marginalizados. A expositora convidada também questiona como falar em uma sociedade inclusiva quando parte da população brasileira é analfabeta, revelando a contradição entre democracia e a construção de uma sociedade inclusiva.

A professora concluiu que tem impressão de que a sociedade sustentável e a sustentabilidade ficam dentro do propósito de inclusão, mas não contemplam a realidade em que vivemos, embora, nos últimos anos tenha-se discutido a capacidade em que temos de desenvolver uma sociedade sustentável.

Em suma, a democracia é fundamentada na participação ativa dos/as cidadãos/ãs nas decisões que afetam suas vidas. Em uma sociedade democrática, todos/as, incluindo minorias e grupos marginalizados, devem ter voz e acesso às oportunidades. Nesse sentido, as políticas públicas de inclusão, com foco nas questões de gênero, são essenciais para garantir equidade e justiça social.

Considerações finais

Este capítulo abordou a formação de professores/as, linguagem, racismo e gênero em uma perspectiva interdisciplinar, com base nas discussões do II Seminário fomentado pelo PPGIES. Destacou a importância de entender como as práticas linguísticas podem perpetuar

desigualdades sociais e a necessidade de ensinar uma linguagem inclusiva, que respeite as diversas expressões culturais, no combate ao racismo estrutural e às desigualdades de gênero, especialmente no contexto escolar.

As discussões apresentadas neste texto destacam a importância de incluir discussões sobre linguagem, racismo e gênero nas formações de professores/as, com uma abordagem interdisciplinar crítica e reflexiva. A língua, com suas raízes históricas, está diretamente ligada às questões de raça, gênero e sexualidade. Ao refletir sobre a interseção entre raça e gênero, observa-se que desde o período colonial as mulheres enfrentam diversas formas de opressão e negação de direitos.

Contudo, diversas políticas públicas foram implementadas ao longo do tempo para promover uma sociedade mais justa e igualitária. No contexto contemporâneo, as discussões sobre poder e opressão se tornam mais relevantes, e a transformação social exige esforços contínuos e colaboração entre diferentes setores, com políticas públicas que assegurem direitos e oportunidades para todos/as.

É importante ressaltar, que as políticas públicas inclusivas devem ser elaboradas considerando as diversas dimensões da vida social. Isso implica uma colaboração entre diferentes setores, como educação, saúde, assistência social e segurança, para criar estratégias que abordem as necessidades específicas das mulheres e dos grupos sociais vulneráveis.

Em suma, as reflexões que emergiram do seminário, bem como as leituras contextualizadas, explicitaram a contradição entre a democracia e a construção de uma sociedade inclusiva, uma vez que, a democracia é um sistema de governo que se fundamenta na participação ativa dos/as cidadãos/ãs na tomada de decisões que afetam suas vidas.

Partindo desse pressuposto, em uma sociedade verdadeiramente democrática, todos os grupos sociais, incluindo as minorias e aqueles que historicamente têm sido marginalizados devem ter suas vozes escutadas e acesso às oportunidades, o que infelizmente não retrata a realidade de muitos brasileiros que não tem acesso a serviços básicos.

Referências

CARVALHO, G. de P. Pensamento pós-colonial, gênero e poder em Maria Lugones. **Trans./Form/Ação**. v. 45, p. 311-338. Edição Especial. Marília, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2022.v45esp.16.p311>. Acesso em: 10 de ago. 2024.

CUNNINGHAM, F. **Teorias da democracia**: uma introdução crítica. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador, EDUFBA, 2008.

FERREIRA, A. de J. Social identities of black females in English language textbooks used in Brazil And Cameroon: Intersectionalities of race, gender, social class and critical racial literacy. **Revista X**, v. 14, n. 4, p. 20-40, 2019.

FRAGA, L.; FERREIRA, A. de J. Linguagem e raça. *Trab. Ling. Aplic.* n (60.1): 1-5, jan./abr. Campinas, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/01031813969971620210329>. Acesso em: 26 de out. 2024.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUGONES, M. **Pilgrimages/Peregrinajes**: Theorizing Coalition against Multiple Opressions. Lanham, Md: Rowman & Littlefield, 2003. *In*: CARVALHO, G. de P. Pensamento pós-colonial, gênero e poder em María Lugones. **Trans/Form/Ação**. v. 45, p. 311-338. Edição Especial. Marília, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2022.v45esp.16.p311>. Acesso em: 10 de ago. 2024.

LUGONES, M. **Colonialidad y Género. Tabula Rasa**. No.9: 73-101, julio-diciembre. Bogotá, Colômbia, 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: 10 de nov. 2024.

LUGONES, M. Radical Multiculturalism and Women of Color Feminism. **Journal for Cultural and Religions Theory**, v. 13, p. 68-80, 2014b. *In*: CARVALHO, G. de P. Pensamento pós-colonial, gênero e poder em María Lugones. **Trans/Form/Ação**. v. 45, p. 311-338. Edição Especial. Marília, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2022.v45esp.16.p311>. Acesso em: 10 de ago. 2024.

PINHEIRO, L. M. do R.; MACIEL, A. I. R.; ROCHA; G. da S. Racismo linguístico: a desconstrução do vocabulário racista no contexto escolar. **Revista Docentes**. Ceará, 2023 Disponível em: <https://periodicos.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 05 de dez. 2024.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. *In*: QUIJANO, A. **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

A INVISIBILIDADE DO FALAR NEGRO FEMININO: RACISMO LINGUÍSTICO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Pedro Jorge Silva Melo

Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus XI
pedrojorge.biomed@gmail.com

César Costa Vitorino

Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus XI
vitorinocomacademicosuneb@gmail.com

Introdução

O presente trabalho é resultado de uma atividade extraclasse, que aconteceu no II Seminário da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XI, com o tema “formação de professores, linguagem, racismo e enfoque de gênero em perspectiva interdisciplinar”, e foi ofertado pelo MPIES – Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social que tem sede nessa instituição, momento que oportunizou aos presentes o contato com as vivências compartilhadas.

Nesse sentido, pretendo apresentar alguns aspectos que estão diretamente ligados à trajetória do profissional de educação em sua atuação na sala de aula, no contexto brasileiro, a respeito da interdisciplinaridade e as temáticas de gênero, racismo e linguagens, fazendo relação, contudo, às vivências de profissionais de educação brasileiros, visto que os palestrantes são professores e têm propriedade para falar sobre a presente temática.

Objetiva-se, assim, expor os entraves vividos pelos profissionais professores no contexto da sala de aula, além de trazer à tona exemplos dessa trajetória envolvendo a discussão, em sala, dos temas racismo, gênero e linguagem.

Diante de uma trajetória histórica marcada pelo sexismo e pelo preconceito enraizado em detrimento do modelo patriarcal, as mulheres são vítimas em diversos aspectos e espaços sociais. Esse grupo compreende

mais da metade da população brasileira, dos quais 44% são pretas e pardas, ou seja, negras (IBGE, 2024).

É, portanto, urgente a discussão a respeito da trajetória da mulher profissional de educação e sua ascensão social e profissional, visto que esse grupo carrega consigo o fardo do preconceito imposto por um modelo social baseado na supremacia de gênero. Faz-se necessário, assim, estudar as nuances em torno dessa realidade vivida por esses profissionais, pois é vital que se analise, discuta e combata as barreiras que colocam em risco o pleno desenvolvimento profissional e dos estudantes no contexto escolar.

Durante o texto, discuto a respeito da rotina diária de mulheres professoras em sua atuação em sala de aula por meio de relatos de experiências próprias, inclusive das palestrantes presentes no seminário em questão, fazendo breves comparações entre seu modo de vida e o de pessoas do sexo masculino. Esse formato permite oportunizar reflexões sobre as diferenças na trajetória de vida entre mulheres e homens enquanto profissionais da educação escolar no contexto de sala de aula.

Metodologia

O presente trabalho pode ser classificado como uma revisão bibliográfica, pois está embasado sob bases teóricas já produzidas, que o fundamentam. Os estudos alcançados para a sua construção tiveram como parâmetro de escolha a tratativa da temática mulheres, principalmente no que diz respeito a presença desse público enquanto professoras atuando em sala de aula, além de conteúdos que versam sobre a trajetória da mulher no contexto educacional escolar. Logo, destacam-se os estudos de autores como Gomes (1996) que discuto sobre a etnografia e a presença da mulher negra no contexto escolar; Amadiume (1997), trazendo a força da mulher nigeriana frente à colonização europeia; Lugones (2008) com o estudo a respeito da violência do homem contra a mulher negra além da interseção entre raça, classe, gênero e sexualidade; Fraga (2021) que traz um dossiê de textos que tratam da temática gênero e raça por diferentes perspectivas; Portela Júnior (2022) que traz a importante discussão acerca do silenciamento histórico em virtude de suas pertencas étnico-raciais; Carvalho (2022) analisando a teoria de María Lugones e o pensamento pós-colonial; e, por fim, Nhampoca (2021, 2024), que trata da mulher moçambicana e suas implicações sociais.

Sendo assim, uniu-se o que está disponível nas literaturas supracitadas ao exposto no II Seminário ofertado pelo PPGIES no auditório da UNEB, Campus XI, em Serrinha/BA, que tratou do tema “formação de professores, linguagem, racismo e enfoque de gênero em perspectiva interdisciplinar” explanando as experiências das palestrantes Prof^a. Dra. Francisca Eugênia dos Santos e Prof^a. Dra. Ivonete Barreto de Amorim. Confrontou-se os registros bibliográficos já feitos anteriormente ao evento com as experiências compartilhadas por essas duas mulheres a fim de entender as problemáticas, compreensões e dinâmicas a respeito da trajetória da mulher enquanto professora atuando na educação escolar.

Desenvolvimento

Para que seja possível abordar a temática que versa sobre o espaço da mulher negra enquanto professora na educação escolar é fundamental, antes, lembrar alguns entraves que permeiam as noções de liberdade, solidariedade e igualdade em todo o mundo. Isso se faz importante visto que, no mundo, há uma ideia dominante da cultura ocidental que é baseada na imposição de uma verdade absoluta, pautada na hierarquização, no poder e no controle do outro. Sendo assim, a mulher foi subjugada e colocada num espaço de marginalização durante séculos, tornando seu percurso muito mais lento e perigoso dentro de uma sociedade preconceituosa.

Dito isso, os capítulos a seguir trazem um aprofundamento maior no que diz respeito à luta das mulheres diante do contexto social citado, enfatizando sua trajetória na busca de espaço, reconhecimento e valorização dentro das ciências. Além disso, traz-se também uma breve discussão acerca do II Seminário do PPGIES, que aconteceu no auditório da UNEB, Campus XI, na cidade de Serrinha/BA, que trouxe essa temática por meio de duas palestrantes que trouxeram à tona suas vivências e produções literárias.

A presença da mulher negra na educação escolar brasileira

As relações sociais entre homens e mulheres são objetos de estudo de muitos teóricos em todo o mundo. Com isso, algumas delas fizeram emergir movimentos que passaram a questionar a relação de dominação do homem sobre a mulher, buscando explicações para essa situação de subordinação. Logo, nos anos 60, ressurgiu o movimento feminista, conhecido como o novo movimento feminista (Casimiro, 1999).

Movimentos sociais como o citado acima se fazem necessários quando grupos específicos dentro de uma sociedade estão em condições adversas e acabam sofrendo graves consequências como o preconceito, a marginalização e a ausência de assistência. Por isso, o movimento feminista surge com o objetivo de frear os ataques às mulheres que sofrem com o avanço e perpetuação de uma cultura machista baseada na crença de que o sexo masculino está acima das mulheres em diversos aspectos.

Com isso, algumas hipóteses foram levantadas diante do que apontam os estudos, como “a subordinação que afeta as mulheres de diferentes maneiras está relacionada com o tipo de poder múltiplo existente, localizado em muitos espaços sociais diferentes e que pode inclusivamente não se vestir com a ‘roupa’ da autoridade” (Saffioti, p. 183, 1992). O autor explicita alguns pontos importantes nessa relação de poder entre homens e mulheres, pois afirma que essa presença do poder masculino sobre as mulheres se veste, inclusive, de modo implícito, discreto. Logo, fica clara a presença da subordinação de um gênero sobre o outro, fato que repercute diretamente sobre o avanço social da mulher.

Nesse contexto, surgia a necessidade de abrir espaço para estudos que tivessem como objetivo estudar as condições de vida das mulheres, a fim de buscar informações que pudessem barrar essa corrente de pensamento que coloca a mulher como inferior ao homem. Esse foi mais um problema encontrado pelo movimento feminista, pois, na realidade, realizar tais estudos já consistia numa afronta ao costume habitual, onde só os homens detinham esse direito. Surgiram, portanto, movimentos não-governamentais que se preocuparam com essa realidade e buscaram respostas para tais eventos, preocupados com a ideia de universalização da trans-histórica da opressão de gênero (Krieger, 1993).

O movimento feminista passou a surgir em alguns países do globo, de modo que suscitou um debate pertinente nesse contexto: países signatários da Declaração das Nações Unidas estavam também contaminados com a nefasta ideia de supremacia de gênero. Ou seja, teoricamente, tais países consideravam as mulheres sujeitos detentores de direitos inalienáveis. Assim, percebe-se que o próprio movimento feminista é a continuidade do que preceitua a Declaração dos Direitos Humanos, denunciando o fato de que essa categoria social, apesar de alguns avanços, não fruía dos mesmos direitos em diversos aspectos sociais (Barbieri, 1991).

A legitimação do movimento feminista se dá, portanto, diante de sua natureza em buscar o reconhecimento e efetivação dos Direitos

Humanos, especificamente sobre as mulheres, sujeitos que também devem gozar desses direitos, e que na verdade encontram-se distantes dessa premissa. Logo, esse movimento traz consigo conquistas de grande relevância mundial, já que busca atingir a população em geral, de modo que se faça valer o que está positivado em diversos documentos legais no mundo inteiro.

A legitimação dessa ideia pode ser percebida nas palavras de Casimiro (1999, p. 54) quando cita que “O movimento feminista não se tem preocupado apenas com ‘os problemas da mulher’, desta ou daquela agência internacional de desenvolvimento, ou com os diversos inimigos”. Nota-se, desse modo, que a preocupação se dá com as relações humanas socialmente construídas, de modo global, sem limitar ou marginalizar algum grupo, já que o próprio movimento se faz vítima dessa lógica segregacionista.

Em África, os debates em torno do espaço da mulher na sociedade, com o advento dos movimentos feministas, se dá por quatro frentes, dentre as quais há a resistência anticolonial (Jirira, 1995; McFadden, AWLI, 1997; Amadiume, 1997). Essa constatação se faz importante para comprovar o fato de que a luta das mulheres conflui com os movimentos históricos, que apesar de haver algumas características distintas dos movimentos a depender do lugar que se encontra, possuem um eixo comum que é o avanço desse grupo na sociedade.

A professora doutora Francisca Eugênia dos Santos desenvolveu alguns argumentos durante sua fala na palestra que tratam de sua própria trajetória enquanto mulher negra, que apontam os pilares que mantém vivas a força e a vitalidade da mulher negra. A autora aponta o fato da importância de uma rede de apoio dentro da comunidade acadêmica, que oportuniza e enriquece o povo negro dando-lhes vez e voz, a fim de que esse povo tenha autonomia em suas escolhas, em suas trajetórias, em seus diversos aspectos dentro de uma sociedade como a brasileira, que é marcada pelo forte preconceito racial, principalmente contra as mulheres negras (Santos, 2024).

Essa declaração da professora Francisca reforça o triste fato da dificuldade de ascensão social pelas mulheres negras por existir vários estigmas relacionados a elas. Então, nota-se a importância de unir apoio em diversas frentes, principalmente em dar a oportunidade de essas mulheres estudarem, escreverem, contarem sua realidade, para que a realidade dita por outros sobre elas seja combatida. Entende-se, com o exposto, que a

luta das mulheres tem suas raízes, pois surgiu a necessidade de se agrupar em movimentos para que suas vidas não fossem ceifadas pelo preconceito de gênero. A colonização europeia colocou a vida dessas mulheres em risco, negando-as em qualquer aspecto, de modo que as impedisse, inclusive, de viverem de seu modo.

Gomes (1996) traz uma importante constatação em seus estudos a respeito da ideologia racial presente no ambiente escolar, e não apenas nele, mas também no desenvolvimento da carreira docente, desde o curso de magistério, pelas formações, na pedagogia, se estendendo até a licenciatura. A autora aponta que algumas falas, aparentemente inocentes, são comuns no ambiente escolar, a exemplo de “essa aluna é negra, mas é tão inteligente” (Gomes, 1996, p. 3). Além disso, ela enfatiza a importância de a escola assumir posturas ativas frente a esses conflitos, que acabam repercutindo também fora da escola, pois é importante que não se fique neutro diante dessas situações.

É inegável de que, nos últimos anos, os professores estão cada vez mais atentos e ativos quanto à educação escolar racial, fato que contribui com a criação de um modelo educacional antirracista. Contudo, ainda há, na grande maioria dos casos, posturas docentes que visam apenas uma educação socioeconômica, pois esse tipo de atitude é reducionista, desconsiderando as demais relações existentes no processo de escolarização (Gomes, 1996). Atentar-se, enquanto profissional docente em sala de aula, é de grande importância para que os objetivos da escola sejam alcançados, oportunizando, de modo justo, uma educação segura e de qualidade para os alunos, de modo que se preze pelo bem-estar e pela integridade física, moral e psicológica dos discentes.

As reverberações preconceituosas, mesmo que de modo aparentemente ingênuo, comprovam raízes históricas do que Lugones (2008) chama de “a colonialidade do poder”, que tem por premissa a dominação em quatro ambientes básicos de uma sociedade: o trabalho, o sexo, a autoridade coletiva e os produtos derivados do modelo capitalista. Esse modelo de sociedade deriva da Europa, que traz um ideal de modernidade para mundo. Tais divisões, que enfatizam a heterossexualidade como um modelo ideal a ser seguido, faz jus à necessidade capitalista global, com objetivos não apenas de lucro, mas também de dominação e hegemonia mundial do modelo patriarcal na sociedade.

A importância da oportunidade de construir trabalhos e ocupar espaços que envolvam o fenômeno da linguagem negra e indígena, dando

vez e voz a esses grupos, são cruciais para a manutenção e existências desses povos, que são silenciados e, até mesmo, quase absolutamente invisibilizados (Fraga, 2021). Mariele Franco, por exemplo, teve sua fase mais conhecida nacionalmente após sua morte, pois enquanto mulher negra nunca a deixaram ocupar espaços de protagonismo, fato comum entre os povos negros e indígenas.

A violência contra a mulher negra brasileira transcende a sociedade, passando, inclusive, pelos espaços educacionais. Muitas escritoras negras são, igualmente, distanciadas do protagonismo nos materiais didáticos e paradidáticos largamente utilizados pelas escolas brasileiras. A exemplo disso, tem-se a triste realidade perpetuada nas obras de Monteiro Lobato, a exemplo do Sítio do Pica-pau Amarelo, que retrata uma sociedade onde, mais uma vez, o protagonismo é branco e o povo negro se encontra a serviço dos demais, sempre em papéis secundários e de serviços dos brancos.

Esse tipo de situação faz com que a mulher negra, enquanto professora na educação escolar, ratifique que pessoas como ela não podem ocupar espaços importantes na seara social, difundindo essa ideia aos alunos que aprendem, desde pequenos, esse tipo de segregação racial. É necessário, diante disso, que se adote uma educação antirracista que não mais permita esse tipo de realidade dentro das escolas, pois vai de encontro aos objetivos da escola enquanto difusor da verdade para a sociedade na qual se insere.

Em relação às produções literárias brasileiras, Portela Júnior (2022) faz um questionamento importante que traz reflexões sobre o tema diversidade de gênero e étnico-racial, quando indaga “por que há uma ausência de diversidade de gênero e étnico-racial entre os assim chamados ‘intérpretes do Brasil?’” (Portela Júnior, 2022, p. 5). O autor aponta que existe uma falsa “democracia racial” no Brasil, onde setores intelectuais do país fingem, para que não sejam mal-vistos, tratar intelectuais negros como sendo seres dóceis, que trouxeram o advento da miscigenação, o fomento à singularidade de uma identidade própria da nação. Essas atitudes, propositalmente bem pensadas, queriam transmitir para a sociedade uma ideia de que as relações entre os povos indígenas e africanos para com os homens brancos fossem harmoniosas, isso no intuito de disseminar a ideia de normalidade e desenvolvimento nacional no país.

Todas as problemáticas apresentadas pelos autores citados se fazem presentes, também, nos depoimentos da professora doutora Francisca que, em forma de desabafo, relata as diversas vezes que se sentiu invisibilizada

no ambiente acadêmico. Fatos como esse comprovam a existência, ainda, do projeto de dominação cultural eurocêntrico que coloca em risco a cultura e vida do povo negro brasileiro.

II Seminário “formação de professores, linguagem, racismo e enfoque de gênero em perspectiva interdisciplinar”

O II Seminário do PPGIES aconteceu no auditório da UNEB, Campus XI, no dia 26 de setembro de 2024 e trouxe como tema “formação de professores, linguagem, racismo e enfoque de gênero em perspectiva interdisciplinar” explanando as experiências da palestrante Prof^a. Dra. Francisca Eugênia dos Santos e a Prof^a. Dra. Ivonete Barreto de Amorim como mediadora do evento.

A sexta turma do mestrado em educação e intervenção social do PPGIES se fez presente no evento e teve a oportunidade de ouvir as experiências de duas grandes escritoras que possuem lugar de fala para tal tema, pois ambas relataram as dificuldades que encontraram na trajetória de suas vidas pessoal e científica para conquistarem seu espaço enquanto pesquisadoras. Esse momento se fez necessário para que ouvíssemos das próprias autoras a realidade vivida por mulheres dentro do espaço educacional, marcado, mais uma vez, como um lugar do homem.

Inicialmente, a professora Dra. Francisca (informação verbal)¹ relatou a respeito das dificuldades enfrentadas por ela professora negra na educação escolar, pois dificilmente se via enquanto protagonista nos diversos momentos do ano letivo, inclusive pela ausência de seus pares nos materiais didáticos e paradidáticos disponibilizados pelo governo. A palestrante relata, inclusive, que tais situações vão além da escola, como em filmes, espaços culturais da cidade, no meio da rua, nas lojas, dentre tantos outros espaços amplamente dominados por pessoas brancas.

Considerações finais

O presente estudo elencou os principais entraves vividos por mulheres na luta para a conquista de seus espaços nas ciências, trazendo à tona experiências relatadas pelas próprias mulheres que experienciaram tais eventos. Essa metodologia, que coloca em evidência a fala das próprias

1 Informação fornecida por Francisca Eugênia dos Santos no II Seminário do PPGIES, na UNEB, Campus XI, em Serrinha, BA, em 26 de setembro de 2024.

mulheres que viveram esse dilema, nos aproxima da realidade dramática apontada pelo tema deste trabalho, que trata do espaço da mulher negra na educação escolar.

Logo, ficou claro que as trajetórias das mulheres aqui elencadas são marcadas por diversos embates, dentre os quais se destaca a grande marca do modelo patriarcal dominante trazido pelos colonizadores europeus. Esse, sem dúvidas, foi o principal motivo que fez concretizar no mundo um ideal supremacista do homem sobre a mulher, colocando-as numa situação de marginalização e subalternidade. Esse fato levou às mulheres a enfrentarem diversos problemas sociais que repercutem até os dias contemporâneos.

O espaço da mulher negra na educação escolar foi – e continua sendo – conquistado pouco a pouco, diante de muita resistência, em contrapartida a um sistema injusto, machista e sexista, visto que o gênero das pessoas é usado como uma forma de hierarquizar-las. Essa lógica faz submeter as mulheres a um processo árduo de ascensão social.

Referências

AMADIUME, Ii (1997) **Reinventing Africa**. Matriarchy, Religion, Culture. Zed Books Ltd, London & New York.

BRASIL. **IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda> >. Acesso em 06 de maio de 2024.

CARVALHO, Guilherme Paiva de. **Pensamento pós-colonial, gênero e poder em María Lugones**: multiplicidade ontológica e multiculturalismo. *Trans-Form-Ação*, Marília, v.45, p. 311-338. Edição Especial, 2022.

DE BARBIERI, Teresita (1991) “**Sobre la Categoría Género**: Una Introducción Teórica-Metodológica”. In: Fundação Carlos Chagas, Direitos Reprodutivos. Concurso de Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos, PRODIR, S. Paulo, pp. 25-43.

FRAGA, Letícia; FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Linguagem e raça**. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas. No. 60.1 : 1-5, jan./abr., 2021.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, raça e gênero**: relações imersas na

alteridade. Cadernos Pagu (6-7), pp. 67-82, 1996.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero**. Tabula Rasa, Bogotá, Colombia. No. 9 : 73-101, julho/setembro, 2008.

NHAMPOCA, Ezra Chambal. Educação e direitos das mulheres em tempos de pandemia em Moçambique. **Revista de Educação Pública**, v. 30, p. 1-21, jan./dez. 2021.

PORTELA JÚNIOR, Aristeu. **América Ladina e a crítica à democracia racial em Lélia de Almeida Gonzalez**. Horiz. Antropol., Porto Alegre, ano 28, n. 63, p. 105-131, maio-ago. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. (1992) “**Rearticulando Gênero e Classe Social**”. In: Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini (org.) Uma Questão de Gênero. Fundação carlos Chagas, S. Paulo, pp. 183-215.

SANTOS, Francisca Eugênia dos. **Formação de professores, linguagem, racismo e enfoque de gênero em perspectiva-interdisciplinar**. II Seminário Internacional Interdisciplinar: diálogos interventivos. Universidade do Estado da Bahia, Campus XI, Serrinha/BA, 2024.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O RACISMO ESTRUTURAL: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Adriana Santos Costa

Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus XI
drikacosta.pedagogia@gmail.com

Cristiano Matheus Nogueira Silva de Oliveira

Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus XI
cristiano.oliveira41@nova.educacao.ba.gov.br

Selma Barros Daltro de Castro

Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus XI
scastro@uneb.br

Introdução

O referido capítulo é oriundo de discussões provocadas no II Seminário denominado “Formação de professores, linguagem, racismo e enfoque de gênero em perspectiva interdisciplinar” realizado pelo Programa de Pós Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da UNEB, Campus XI, Serrinha, que teve como data de realização, o dia vinte e seis do mês de setembro do ano de 2024. Na oportunidade, tivemos a honra da presença da Prof^a. Dr^a. Francisca Eugênia dos Santos da Universidade de Santiago de Chile (USACH).

Os objetivos deste capítulo estão voltados a discutir o racismo estrutural nos cursos de formação de professores, destacando as implicações dessa inclusão para a implementação de prática pedagógica voltada para consecução de uma educação antirracista, bem como: analisar desafios inerentes à efetivação de um currículo contextualizado que coloque em destaque a educação antirracista no contexto escolar. Para tanto, é abordado o conceito de racismo estrutural, as implicações desse fenômeno no ambiente escolar e a necessidade de uma formação docente comprometida com a promoção da igualdade racial.

O presente capítulo está organizado em 5 (cinco) seções, iniciando aqui com a introdução, em seguida, na 2ª (segunda) seção é apresentada a metodologia descrevendo o andamento para a construção deste artigo e quais materiais foram utilizados como embasamento, na 3ª (terceira) seção é discutido sobre a “Formação de Professores e o Racismo Estrutural no Contexto Educacional”, na qual é apresentada as discussões e resultados dos achados que dialogam com a ideia central do artigo, assim como, é evidenciada a posição dos autores. Na 4ª (quarta) seção é descrito e apresentado o Seminário que embasou a construção deste trabalho. Na 5ª (quinta) e última seção são feitas as considerações finais do presente artigo.

Metodologia

O presente estudo busca apresentar, inspirado na pesquisa bibliográfica, discussões sobre a importância de integrar a temática do racismo estrutural nos cursos de formação de professores visando uma prática pedagógica que resulte em uma educação antirracista. Este artigo é oriundo das discussões realizadas no Seminário Internacional Interdisciplinar: Diálogos Interventivos que contou com a participação e explanação da Profª. Drª. Francisca Eugênia dos Santos (USACH) e a mediação da Profª. Drª. Ivonete Barreto de Amorim (PPGIES/UNEB).

A apresentação da expositora ocorreu de maneira análoga a uma aula com enfoque expositivo e dialógico, ressaltando a interação no compartilhamento do conteúdo. Essa abordagem propicia uma colaboração entre professores e alunos, levando em conta o conhecimento prévio sobre o tema em discussão como um ponto de partida.

A investigação bibliográfica serviu como base metodológica para a elaboração deste artigo, pois possibilitou uma imersão nas obras já existentes, reconhecidas e com prestígio acadêmico.

Pizzani (2012) afirma que

Entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes (Pizzani, 2012, p.54)

Corroboramos com a afirmação acima, pois, ao dispor de uma bibliografia adequada ao tema em questão, os pesquisadores encontram menos obstáculos para acessar as informações necessárias em menos tempo, mantendo o rigor necessário de uma pesquisa.

As discussões teóricas e marcos conceituais utilizados neste estudo foram subsidiados pelos estudos de Ribeiro (2019) que se tornou uma escritora defensora do combate ao racismo e aborda sobre o racismo estrutural no nosso país; Gonzales (2018, 2020); e como subsídio para esse artigo foram utilizadas também as Políticas Públicas Brasileiras Lei nº 10.639/03 e a Lei nº 11.645/08 voltadas às questões raciais e combate ao racismo.

Desenvolvimento

Formação de professores e o racismo estrutural no contexto educacional

Ser professor é uma profissão que implica em educar, compartilhar saberes, guiar, corrigir e motivar crianças, adolescentes e jovens em formação a aprimorarem suas habilidades e competências. Trata-se de uma atividade que requer comprometimento, empatia, paciência, criatividade, habilidade de comunicação, responsabilidade e coerência. Ser professor é uma tarefa que impõe grandes desafios diante das adversidades em sala de aula e frente à necessidade de entender e alcançar o sucesso de como ensinar e aprender, levando em consideração as especificidades de cada indivíduo e os 4 pilares da educação: Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a conviver e Aprender a ser.

A formação de professores precisa ser um processo dialógico que possibilita momentos de construção de conhecimento e trocas de experiências, pode ser considerado como um termo amplo que pode se referir à formação básica, complementar ou continuada, que permite ao profissional se aperfeiçoar na sua área de atuação.

A formação de professores deve integrar discussões sobre o racismo estrutural, pois o sistema educacional ainda reflete desigualdades históricas e sociais. De acordo com Pereira e Rocha (2020), a formação docente deve abordar não apenas as práticas pedagógicas, mas também os contextos socioculturais nos quais os alunos estão inseridos, especialmente considerando as relações raciais. O racismo estrutural, que permeia as instituições, incluindo as escolas, impacta diretamente as trajetórias de estudantes negros e negras, criando barreiras para o seu pleno desenvolvimento acadêmico. Quando os professores são preparados para reconhecer e combater essas desigualdades, tornam-se agentes

de transformação social, promovendo um ambiente educacional mais inclusivo e igualitário.

Ele implica não apenas na aquisição de conhecimentos sobre a história e a cultura dos povos negros e indígenas, mas também em uma postura crítica que ajuda a combater estigmas e preconceitos raciais. A implementação do letramento racial nas escolas é uma forma de promover uma educação mais inclusiva, que valorize as diversidades e combata a reprodução, assim, o acesso ao conhecimento sobre racismo, assim como a capacidade de criação de estratégias de enfrentamento ao racismo se constitui como uma exigência formativa para o alcance do letramento racial para docentes.

Para Ferreira (2015), a construção de um letramento racial crítico na escola se insere como uma necessidade social, tendo em vista que envolve o desenvolvimento de uma consciência racial que vai além do simples conhecimento sobre as questões étnico-raciais, abrangendo também a habilidade de refletir sobre as relações sociais, educacionais e culturais em um contexto de desigualdade racial.

Esse processo inclui tanto a compreensão da história das populações negras e indígenas, quanto a análise de como o racismo estrutural opera nas diferentes esferas da sociedade, incluindo a escola. Dessa forma, o letramento racial não se limita a ensinar sobre a questão racial, mas também busca formas de transformar a realidade educacional, promovendo uma educação mais inclusiva e antirracista.

Portanto, o letramento racial nas formações de professores torna-se crucial para o desenvolvimento de uma educação transformadora e antirracista, que vê o aluno na sua totalidade, com uma abordagem educacional que visa possibilitar o desenvolvimento do aluno em todas as suas dimensões, sendo elas: física, emocional, social, cognitiva, étnico-racial e cultural. Uma educação transformadora e antirracista não apenas ensina conteúdos acadêmicos, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O avanço tecnológico e seu estímulo à criação de mercados e setores econômicos contribuem para o crescimento econômico global, assim como a possibilidade de disseminação de informações e em facilitar a comunicação entre as pessoas. Apesar de todo esse avanço notório nos dias atuais, a sociedade ainda convive com diversos problemas sociais que afetam milhares de pessoas todos os dias por todo o país e em sua grande maioria um em decorrência do outro, como: desemprego, violência,

desigualdade social, fome, analfabetismo, racismo, machismo e entre outros. Esses problemas sociais mencionados acima, não ficam apenas dos muros das escolas para fora, pelo contrário, fazem parte do dia a dia das escolas e salas de aulas.

Tratando-se especificamente do racismo estrutural no Brasil, é possível afirmar que é uma realidade diária e persistente, que se manifesta nas práticas e atitudes das pessoas, inclusive nos âmbitos escolares, dentro e fora de sala de aula. As situações e registros de atitudes e atos racistas com e entre a comunidade escolar¹ é vivenciada por diversas pessoas todos os dias, como atesta o relato de Ribeiro (2019):

O início da vida escolar foi para mim o divisor de águas: por volta dos seis anos entendi que ser negra era um problema para a sociedade. Até então, no convívio familiar, com meus pais e irmãos, eu não era questionada dessa forma, me sentia amada e não via nenhum problema comigo: tudo era “normal”. “Neguinha do cabelo duro”, “neguinha feia” foram alguns dos xingamentos que comecei a escutar. Ser a diferente - o que quer dizer não branca - passou a ser apontado como um defeito. (Ribeiro, 2019, p. 10)

Situações como essa relatada acima, são consideradas como uma das causas de jovens pretos abandonarem as escolas e não concluírem nem sequer a educação básica, conforme apontam as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Quadro 01 - Pessoas entre 14 e 29 anos que não concluíram o ensino médio no ano de 2023

População	Porcentagem
Pessoas Pretas	71,6%
Pessoas Brancas	27,4%

Fonte: autoral baseado em dados do IBGE (2023)

Frente a esses dados levantados pelo IBGE (2023), pode-se perceber que há uma discrepância grande entre a permanência de pessoas pretas e pessoas brancas nas escolas, o que destaca a desigualdade racial no país.

São episódios de racismo que atingem não apenas a vítima específica do momento em que acontece o ato, mas a toda uma coletividade.

1 A comunidade escolar abrange alunos matriculados e frequentes; professores, gestores; coordenador pedagógico; funcionários, como secretários, vigias, inspetores, merendeiros e auxiliares de limpeza; pais e/ou responsáveis dos alunos.

Ocorrências que exigem o enfrentamento, envolvimento e atitude de todos que presenciam. Tratando-se de atitudes racistas em ambientes escolares, é notória a necessidade de disseminação da informação e do conhecimento sobre o racismo estrutural, que perpassa pela formação de professores e gestores para que saibam lidar e conduzir da melhor forma possível e de acordo com a lei, com essas ocorrências, evidenciando a urgência de uma educação antirracista como tema de discussão com toda a comunidade escolar.

Tomando como base a fala popular, “através da educação é possível transformar essa realidade”, podemos perceber a importância da educação para a evolução da sociedade e a sua responsabilidade social. Portanto, a formação docente cada dia mais desempenha papel crucial na desconstrução de preconceitos e estereótipos raciais que, muitas vezes, são internalizados ao longo da vida. Assim como afirma Ribeiro (2019) quando diz: “Numa sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista...” Corroboramos com o pensamento, afirmando que, professores bem preparados para lidar com questões raciais têm mais condições de proporcionar um ambiente de aprendizado que respeite a diversidade cultural e étnico-racial.

O racismo estrutural passa constantemente despercebido, por ser um tipo de racismo que está presente na estrutura da sociedade, ou seja, é uma discriminação social que está enraizada, um conjunto de práticas e estruturas que perpetuam de forma sistêmica, tornando-se muitas vezes, algo cultural e sendo a causa da perpetuação de desigualdades sociais. No contexto educacional, isso se reflete em diversos aspectos, desde a ausência de representatividade negra no currículo até a violência “simbólica” sofrida por estudantes negros e negras, que muitas vezes são marginalizados e invisibilizados no processo de ensino-aprendizagem, situações essas que refletem diretamente no acesso à uma educação de qualidade, a uma vaga em instituições de ensino superior.

Embora existam avanços legislativos no Brasil, como as Leis 10.639/03 (Brasil, 2003) que completou 20 (vinte) anos no ano de 2023 e a Lei 11.645/08 (Brasil, 2008) que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo escolar, a formação de professores continua aquém das necessidades para efetivar uma educação antirracista. A falta de uma abordagem sistemática do racismo estrutural nos cursos de formação docente é um problema persistente. A maioria dos cursos de graduação em Pedagogia e Licenciaturas ainda apresenta

um currículo centrado em aspectos técnico-pedagógicos tradicionais, sem uma profundidade teórica sobre as questões raciais e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem.

A promoção da gestão democrática dentro das escolas é indispensável na corrida em combate ao racismo. É de fundamental importância, a construção dos documentos legais da escola, como o Projeto Político Pedagógico (PPP) com a participação democrática de toda a comunidade escolar, através da escuta de estudantes, familiares, funcionários e professores, a fim de que aquele espaço tenha sentido para a comunidade.

Descrição e apresentação do Seminário

O Seminário Internacional Interdisciplinar: Diálogos Interventivos (Seminter), teve como palestra formativa intitulada “Formação de professores, linguagem, racismo e enfoque de gênero em perspectiva interdisciplinar” realizado pelo Programa de Pós Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da UNEB, Campus XI, Serrinha, que contou com a presença da Prof^{fa}. Dr^a. Francisca Eugênia dos Santos como expositora da palestra acima mencionada.

A Prof^{fa}. Dr^a. Francisca Santos começa sua palestra abordando sobre os diferentes períodos da educação na história humana e como os focos e perspectivas da educação mudam através do tempo e das sociedades. Entendendo a educação como motor, da formação do indivíduo, é importante perceber que a escola e a universidade, como espaços da educação, são também espaços de poder. Por isso, a professora afirma que as temáticas tratadas nas salas de aula, também serão uma questão de poder, racismo é uma questão de poder, gênero é uma questão de poder.

Ao meio da palestra, Santos (2024) não vacila em dizer, que, a escola e a universidade não são espaços neutros. É fato que muitos educadores já têm em sua prática as questões de raça e gênero muito bem trabalhadas e abordadas, porém, ainda existe uma lacuna significativa que também perpassa pelas questões sociais. Gomes (1996, p. 73), em seus estudos sobre educação, raça e gênero, fazia alguns questionamentos, entre eles, “[...] até quando a escola desconsiderará a importância da discussão sobre relações raciais e educação? Até quando contaremos apenas com a boa vontade e sensibilidade dos seus profissionais para tratarem de um assunto tão sério?”

O racismo estrutural e institucional, assim como as disparidades de gênero persistem sendo um grande problema das sociedades, aqui falando

das sociedades latinas, é bem visível na vida cotidiana, mesmo com avanços, essas questões ainda têm um longo caminho a percorrer.

Santos (2024) ressalta que o racismo é um produto de um processo dominante de poder. Os lugares de pobreza, violência e negação de direitos, ainda persistem majoritariamente para pessoas negras, especialmente, mulheres negras. Sobre esse tema, a análise de Lélia de Almeida Gonzalez (2018, 2020) é incisiva, destacando a tripla discriminação que as mulheres negras enfrentam, englobando raça, gênero e classe social, além do conceito de racismo por denegação. Gonzalez (2028, 2020) argumenta que a sociedade brasileira foi estruturada por processos de segregação e discriminação, resultando em uma invisibilização da população negra, com consequências particularmente graves para as mulheres negras.

Gonzales (2018, 2020) propõe a valorização das matrizes socioculturais afro-brasileiras e ameríndias, integradas no conceito de “Améfrica Ladina”, como uma forma de resistência e afirmação identitária. A autora enfatiza que reconhecer e valorizar essas matrizes culturais é essencial para combater as dinâmicas opressivas na sociedade. Além disso, sugere que a educação e a conscientização coletiva são ferramentas fundamentais para alcançar uma verdadeira emancipação. Gonzales ressalta a relevância de reconhecer a memória e a consciência de lugar por meio da matriz sociocultural afro-brasileira, introduzindo o conceito de “amefricanidade” como uma identidade de resistência. Sua crítica ao mito da democracia racial sublinha a necessidade de desconstruir discursos hegemônicos sobre raça e gênero, promovendo uma diversidade de saberes que amplie nossa compreensão das realidades atuais.

No final da palestra, a professora Santos afirma que as teorias antirracistas só começaram a ter força quando as teorias pós-coloniais surgem. A imigração também se torna centro da temática, pois é associado à imigração o aumento da violência, que transforma o imigrante, geralmente, preto, pardo, indígena e latino, em inimigo, desumanizando essas pessoas. Porém, o racismo não pode ser visto como criação de uma maldade humana. O racismo é produto de um projeto de poder fascista, que institucionaliza de forma eficiente a ideia de que uma raça seria superior à outra. Toda essa estrutura racista serve para segregar povos e manter privilégios de alguns.

Portanto, de acordo com Santos (2024), não há luta antirracista sem a luta social. É preciso mudar o modelo econômico e cultural. Enquanto a sociedade continuar caminhando por um modelo de privilégio de poucos,

não haverá inclusão, e a segregação continuará fazendo parte do projeto de poder das classes dominantes.

Considerações finais

Com tudo que foi exposto e dialogado aqui nesse estudo, é necessário reafirmar que a formação de professores pode desempenhar um papel essencial na construção de uma educação antirracista, que busca enfrentar e desconstruir o racismo estrutural presente em nossa sociedade. Para que isso aconteça, é vital que os cursos de formação docente integrem, de forma consistente e aprofundada, a discussão sobre questões raciais, pois tal ação permitirá que os futuros educadores se tornem críticos e reflexivos, para identificar e combater práticas discriminatórias.

A educação deve ser vista como um espaço de transformação social, onde a diversidade não é apenas reconhecida, mas celebrada, e a igualdade racial é promovida. Para implementar uma educação antirracista, é necessário um compromisso contínuo e coletivo de toda a comunidade escolar. Esse esforço inclui revisar os currículos escolares para garantir que diferentes grupos étnico-raciais estejam representados, promover um ambiente escolar inclusivo e desenvolver práticas pedagógicas que respeitem e valorizem a diversidade cultural.

É importante lembrar que o racismo estrutural não se manifesta apenas nas atitudes individuais; ele está profundamente enraizado nas instituições e nas políticas públicas. Assim, a formação de professores deve também incluir uma análise crítica das estruturas sociais e políticas que perpetuam a desigualdade racial. Educadores bem preparados têm o potencial de se tornarem agentes de mudança, promovendo uma educação que vai além da simples transmissão de conteúdos acadêmicos. Essa educação deve contribuir para a construção de uma sociedade mais justa em termos sociais, econômicos e culturais. A luta contra o racismo estrutural na educação também envolve valorizar as matrizes socioculturais afro-brasileiras e ameríndias. Integrar essas matrizes no processo educativo é fundamental para afirmar identidades e resistir às dinâmicas opressivas.

A educação deve ser um espaço onde todas as culturas e histórias sejam respeitadas e celebradas, formando indivíduos conscientes e críticos em relação às questões étnico-raciais e culturais. Uma formação de professores comprometida com a educação antirracista é um passo de uma importante caminhada para a transformação social. Investir na capacitação

dos educadores, revisar currículos, colocar em prática a gestão democrática e promover práticas pedagógicas inclusivas são ações necessárias para construir uma sociedade onde a justiça racial seja uma realidade.

Referências

BRASIL, Lei nº 10.639, 09 de janeiro de 2003, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm, acesso em 14 de dezembro de 2024.

BRASIL, Lei nº 11.645, 10 de março de 2008, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm, acesso em 14 de dezembro de 2024.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Letramento racial crítico através de narrativas utobiográficas: com atividades reflexivas. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015.

GOMES, Nilma Lino. Educação, raça e gênero: Relações imersas na alteridade. Cadernos Pagu, n. 6-7, p. 67-82, 1996. Apresentado no GT “Gênero e Raça”, **XX Reunião Brasileira de Antropologia e I Conferência: Relações Étnicas e Raciais na América Latina e Caribe**, em abril de 1996.

GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Diáspora Africana Filhos da África, São Paulo, 2018.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organização: Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Pesquisa Nacional

por Amostra de Domicílio contínua. 2017, 2021, 2022. Disponível em: <https://>

www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html, acesso em 16 de dezembro de 2024.

PEREIRA, Maycon David de Souza Pereira, ROCHA, Flávia Rodrigues Lima da. Educação antirracista e a formação de professores(as) em uma perspectiva decolonial. Revista em favor de igualdade racial, 2020, 3(3), p.153–168. Disponível em <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/4434>

PIZZANI, Luciana; SILVA, Rosemary Cristina da; BELLO, Suzelei Faria; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. RDBCI: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 53–66, 2012. DOI: 10.20396/rdbci.v10i1.1896. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>. Acesso em: 14 dez. 2024.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno Manual Antirracista. São Paulo: 1ª Companhia das Letras, 2019. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/djamila-ribeiro-somos-um-pais-que-nunca-aboliu-materialmente-a-escravidao/>. Acesso em 14 de dezembro de 2024.

SANTOS, Francisca Eugênia dos. Palestra apresentada no **II Seminário “Formação de professores, linguagem, racismo e enfoque de gênero em perspectiva interdisciplinar”**, realizado pelo Programa de Pós Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da UNEB, Campus XI, Serrinha, em 26 de setembro de 2024.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O RECONHECIMENTO À DIVERSIDADE HUMANA: UMA DISCUSSÃO NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Leilany Marry Brizolara Silva

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) *Campus XI*
Grupo de pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS)

Professora da Educação pública municipal de Serrinha-BA
leilanybrizolara@gmail.com

Marcia Torres Neri Soares

Professora Permanente do PPGIES. Uneb/*Campus XI*
Membro do EPODS

Professora de Educação pública municipal de Feira de Santana-BA
profa.marciatorres@gmail.com

Introdução

Ao abordar a formação de professores pensamos de imediato na busca por uma educação de qualidade. No entanto, precisamos entender esse importante aspecto para além de transmissão de conteúdo. Devemos perceber esse processo formativo como um papel primordial de preparação para o enfrentamento aos desafios contemporâneos da sociedade, como a compreensão para o trabalho com a diversidade, o racismo, as desigualdades e também questões de gênero e todas as intersecções envolvendo esses aspectos.

Nesse sentido, a abordagem interdisciplinar surge como uma estratégia potente para fomentar uma educação crítica e transformadora. Logo, uma formação docente interdisciplinar permite, a nós professores, a capacidade de articular saberes de diferentes áreas com a perspectiva de compreender e tentar responder à complexidade humana.

Destarte, questões como racismo, gênero e linguagem, precisam ser vistas de forma intrínseca, pois fazem parte de uma realidade multifacetada, e a interdisciplinaridade consegue promover uma visão ampla e, ao mesmo tempo, crítica das realidades vivenciadas.

Muito embora isto seja uma realidade, ainda precisamos avançar nesse sentido, pois ainda se faz importante desenvolver práticas pedagógicas que venham dialogar com as vivências de diferentes estudantes. Dessa forma, abordar essa temática é algo de extrema relevância nos espaços acadêmicos, para assim, chegarmos na construção de docentes reflexivos e críticos sobre suas práticas e assim, sejam capazes de se tornarem agentes disseminadores da inclusão social.

Desse modo, o Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - *Campus* XI, juntamente com o grupo de pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS) promoveu, no dia 26/09/24, às 8h00 no auditório da UNEB *Campus* XI, o II Seminário: Formação de professores, linguagem, racismo e enfoque de gênero em perspectiva interdisciplinar” com a participação das professoras dra. Ivonete Barreto de Amorim (PPGIES/UNEB) como mediadora e profa. dra. Francisca Eugenio dos Santos (USACH) como expositora. O seminário objetivou explorar a formação de professores, linguagem, racismo e enfoque de gênero numa perspectiva interdisciplinar.

Em vista disso, se faz importante promover espaços de diálogos sobre essa temática na pós-graduação, principalmente no que tange às produções científicas de natureza educativa, interventiva e social. Por seu turno, o texto tem como objetivo central discutir, no âmbito de uma abordagem interdisciplinar, a importância da formação de professores para/no reconhecimento à diversidade humana e as múltiplas formas de organização da prática pedagógica na perspectiva de uma sociedade igualitária. Logo, para o desenvolvimento deste artigo foi usado como base na análise bibliográfica realizada como também na exposição oral dos participantes.

Para um melhor entendimento, a organização deste capítulo é composto além deste capítulo introdutório, com uma breve abordagem do tema, em mais três seções. A segunda seção denominada **Aspectos metodológicos para compreensão do tema: gênese e passos para a discussão** apresenta a metodologia do estudo. Na próxima seção intitulada **A formação de professores e os (des)caminhos para uma sociedade**

igualitária: reflexões teóricas em processo, a discussão oportuniza entrar na fundamentação teórica norteadora deste estudo. Em caráter de continuidade findamos com as “Considerações finais” do texto. Deste modo, procuramos desenvolver uma reflexão importante sobre a formação de professores numa perspectiva interdisciplinar, compreendendo o quanto se faz importante o debate sobre essas temáticas e o quanto impactam o ambiente escolar e as relações educacionais.

Aspectos metodológicos para compreensão do tema: gênese e passos para a discussão

Esta seção objetiva traçar o percurso metodológico, descrevendo os passos de todas as etapas do processo, evidenciando fatores importantes para a sua tessitura. Em vista disso, foi utilizada a abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2013), o método qualitativo é um método de investigação que se ocupa do nível relacional e subjetivo da realidade social. Ela considera a conexão do sujeito com o mundo e como eles se relacionam, sem desconsiderar subjetividade desses participantes e também do pesquisador.

Desta forma, a escolha da abordagem qualitativa se demarca pela preocupação em fornecer respostas que as métricas não oferecem, pois o tema traz consigo um grande nível de subjetividade pedindo assim a sua quantificação. Ademais, poder olhar esse assunto sob a ótica qualitativa irá promover um contributo para o estudo. É importante destacar que a inspiração na pesquisa bibliográfica se dá com a escolha do tema e, logo após, feito um levantamento bibliográfico preliminar em razão do curto espaço de tempo. Outro motivo se deve ao fato de nos favorecer a alcançar os objetivos propostos pela construção do texto.

Diante disso iniciamos com a leitura de todo referencial teórico disponibilizado a exemplo de Fraga e Ferreira (2021), Marcon (2015), Gomes (1996), Carvalho (2022), Junior e Lira (2022), associadas a outras leituras no tocante ao assunto. Sendo assim, as palestras realizadas no dia 26/09/2024 vêm como reforço as leituras feitas sobre o tema, desenvolvendo diversas percepções. Assim, o II Seminário **“Formação de professores, Linguagem, Racismo e enfoque de gênero em perspectiva interdisciplinar”** teve seu desenvolvimento norteado por um planejamento prévio tendo no seu momento de abertura a professora dra.

Ivonete Amorim como mediadora, e a professora dra. Francisca Eugenio dos Santos como expositora.

Seguindo o rito a professora dra. Ivonete Amorim, fez as devidas apresentações e em seguida passou a palavra a professora dra Francisca Eugenio para proferir a sua explanação. Em sua fala foi oportunizado um vasto referencial teórico sobre a temática, facilitando a nossa compreensão do tema de forma leve, fluida e dinâmica. E ao final aberto para perguntas e respostas, favorecendo um belo debate.

Deste modo, a escrita desse estudo está pautada na escolha metodológica, totalmente envolvida na participação como ouvinte do II seminário e concomitantemente aos textos discutidos em todo processo formativo do PPGIES. Nesse sentido, versamos a seguir os pensamentos oriundos de todo processo metodológico.

A formação de professores e os (des)caminhos para uma sociedade igualitária: reflexões teóricas em processo

Os dias atuais ainda refletem diuturnamente situações vinculadas a um passado arraigado de preconceito e exclusão de grupos minorizados, fazendo perdurar situações racistas, homofóbicas e capacitistas. De modo emblemático, estas situações levam a manutenção de uma sociedade pautada na branquitude e no padrão de normalidade determinado por ela. Desta forma, a escola tem um papel importantíssimo na desconstrução desses paradigmas atendendo às novas demandas sociais.

Por seu turno, Araújo, Silva e Queiroz (2022, p.3) nos diz que “a Escola precisou e precisa de uma nova configuração, exigindo dos profissionais da educação uma nova forma de construir conhecimentos e ressignificar saberes e práticas pedagógicas.” Todavia, ainda identificamos uma escola presa a uma sala de aula, como se estivesse desvinculada da sociedade e simplesmente como perpetuadora de conteúdos limitados a um currículo engessado e desatento ou indiferente às subjetividades humanas.

No entanto, compreendemos a escola como um espaço, dialógico, formador e responsável pelo processo de construção humana seja de forma subjetiva ou social, assim, a discriminação racial e de gênero se faz presente até os dias atuais nas relações entre educadores e educandos, já que a nossa construção humana perpassa por situações historicamente pautadas no colonialismo do poder. Segundo Quijano (2005, p. 117): “Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população

mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo.”

Em vista disso, precisamos fazer com que os professores busquem recontextualizar sua *práxis*, para a partir da socialização com as novas gerações, esta seja capaz de construir novas formas de subjetividade desvinculada de um passado historicamente preconceituoso e excludente. Assim, promover a formação de professores com uma perspectiva transformadora é de fundamental importância para a construção de uma sociedade igualitária.

Segundo Pinheiro (2023) “a professora, o professor é um portal que une as memórias e os conhecimentos do mundo antigo à construção do mundo que está por vir.” Logo, formar professores com valorização da diversidade, entendendo o mundo como plural e que essa pluralidade nos torna humanos e é o maior subsídio para novas formas de atuação.

A partir desse entendimento, trazemos as contribuições da professora dra. Francisca Eugenio dos Santos, quando nos traz a necessidade de conhecer e compreender o mundo de antes e de hoje, para adquirir instrumentos necessários para uma compreensão completa do mundo atual, e influir através da ação sobre ele, participando e cooperando com os demais e se desenvolvendo como pessoa. Esse é um dos caminhos para promoção de uma formação humanista implicando, portanto, em crescer com auto-domínio, autonomia pessoal e afirmação da própria interioridade.

Nesse sentido, os desdobramentos tecnológicos com um risco iminente de desumanização do mundo, e a uma alienação imposta por uma cultura de massa voltada para banalidade, o espetáculo e a violência, nos faz ir de encontro a cultura do ter, tão presente na nossa sociedade. Então, o maior desafio da atualidade é educar em aprender a ser, na perspectiva humanista em um mundo totalmente contraditório a isso.

Por consequência, promover uma educação do ser, fazer e conviver, perpassa por vários desafios, pois, nos apropriamos de conhecimento, cultura dentre outros fatores, não apenas no ambiente escolar, mas em outros espaços, como na rua, com as pessoas mais velhas, com nossa família, amigos, em espaços religiosos e nas diversas mídias existentes hoje em dia, indo das mídias televisivas até as redes sociais. Desse modo, não

podemos esquecer da música, literatura, dentre outras formas de arte. E todas elas se formam como processos de aprendizagem.

Deste modo, construir uma educação democrática é a via para desconstruir esse viés desumanizado arraigado na sociedade, através de padrões impostos por uma construção cultural, afastando drasticamente a inserção de uma sociedade inclusiva e equitativa. Em sua fala a professora Francisca evidencia a democracia como algo que vai além do ato de votar, ela demanda incorporação de todas as vozes, especialmente daqueles historicamente marginalizados/as.

Para ela existe uma ideologia racial presente no cotidiano escolar, podendo encontrar nas frases “aparentemente inocentes”, mas extremamente presentes no imaginário e nas práticas educativas da nossa escola. Para Gomes (1996, p. 70): As teorias racistas presentes no cotidiano escolar e na sociedade não surgiram espontaneamente, nem são meras transposições de pensamento externo. Elas sofrem um processo de retroalimentação, e terminam por legitimar o racismo presente no imaginário social e na prática social e escolar.

De todo modo, essa ideologia racial não é formulada e desenvolvida pelos professores e alunos exclusivamente no chão da escola. Ela se faz presente no desenvolvimento da carreira docente seja ele em que estágio for. Construindo assim, escolas com graus profundos de colonialidade do saber, do poder ou do ser, compreendendo como um espaço sociocultural, onde convivemos com conflitos e contradições.

Assim, o racismo e a discriminação racial e de gênero que fazem parte da cultura e da estrutura social, estão presentes nas relações entre educadores e educandos ao entender que acontecem através dos processos sociais de desenvolvimento e apropriação da cultura. Como diz Pinheiro (2023, p.21)” A educação é construída pelo mundo, mas também o constrói. Trata-se de um vetor de sentido duplo.”

Para tanto, ter um pensamento pós-colonial vai propiciar uma ampla reflexão sobre as relações de poder nos quais vivemos hoje e assim, incitar críticas a essa construção colonialista embutida na filosofia ocidental, trazendo a universalização do sujeito epistêmico, como a representação do humano, proporcionando o silenciamento e a invisibilidade de saberes e das diversas culturas de grupos minorizados historicamente. Com base nisso, Pinheiro (2023) nos diz que não se pensa em práticas pedagógicas que problematizam o privilégio branco no âmbito de uma educação para as relações etnicorraciais, porque pessoas brancas não são racializadas, se veem

como ser genérico de sujeito universal, apenas elas, como a representação do humano.

Nesse sentido, preservar o desconhecimento é uma forma de manter o conhecimento hegemônico, conseguindo assim, a sua auto sustentação. Dessa forma, passamos a olhar a sociedade a partir de um padrão de normalidade construído por esse poder hegemônico. Então, tudo que foge desse padrão passa a ser um problema de interesse apenas dessas minorias.

Em vista disso, precisamos superar esses conhecimentos hegemônicos e isso só será possível quando a educação perceber a sua amplitude e não se resumir a conteúdos oferecidos no currículo e sim, pensar em refletir sobre os saberes e as aprendizagens fora dele. Dessa forma, poderá trazer à tona assuntos fora dessa “normalidade”, pois precisamos compreender a não neutralidade da ignorância e sim a sua intencionalidade. Com base nisso, a escola precisa ficar atenta a esses saberes, pois, quando um conhecimento é esquecido, deixado de lado, pessoas e vidas também são ignoradas.

Sendo assim, a escola tem papel importante nessas mudanças de concepções, fomentando a construção de políticas públicas inclusivas para grupos minorizados. Entendemos também nesse momento, a importância dos movimentos sociais na construção desses saberes ignorados, podendo unir-se a escola na construção de novos saberes, indo de encontro ao conhecimento hegemônico.

Não podemos pensar nesses assuntos de forma desassociada, pois elas em algum momento se interseccionam. Segundo Akotirene “A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas” (2019, p. 48). Dessa forma, em algum momento estas irão se cruzar.

Para a professora Francisca, a inclusão da ideia de intersecção entre as categorias de gênero, classe e raça no debate em torno do colonialismo, sugere mudança no paradigma do pensamento pós-colonial. Em sua fala traz o conceito de racismo. Segundo Fanon (2020), este é produto e processo ao qual os dominadores buscam desarticular as linhas de força do dominado, destruindo valores, sistemas de referência e panoramas sociais.

Com base nisso, percebemos a importância da linguagem como ferramenta de disseminação, pois para Fanon (2020, p.31) “falar é existir absolutamente para o outro[...] é assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização.” No entanto, negar essa cultura é negar sua existência, isso nos faz entender o processo de epistemicídio praticado pelo colonialismo.

Até os dias atuais ainda vivemos rodeados de discriminação social, pela herança de um país escravocata, nos deixando marcas extremamente racistas, principalmente em nossa linguagem quando muitas vezes usamos palavras de cunho racista sem ao menos sejam percebidas. Muitas vezes elas se apresentam de forma sutil, a exemplo de "ovelha negra, denegrir, a coisa está preta, dentre outras. Então, precisamos refletir se os currículos escolares e os professores estão preparados para enfrentar o racismo linguístico no ambiente escolar, compreendendo como a língua pode refletir o racismo estrutural presente na sociedade e conseguir ressignificar seu uso, passando a identificar como o racismo se manifesta nas relações sociais.

Destarte, precisamos fomentar uma educação antirracista para o enfrentamento ao racismo em todas suas formas de manifestações, prioritariamente no ambiente escolar, formando professores e estudantes antirracistas, com capacidade de identificar nos discursos a presença de uma linguagem racista no ambiente escolar e fora dele. Como afirma Arroyo (2014, p. 18): Os ideais de justiça social pela educação somente serão realidade se avançar na justiça cognitiva ou se forem superadas as concepções inferiorizantes dos outros que ainda prevalecem no pensamento educacional.

Nesse sentido, é de suma importância um currículo que inclui as lutas sociais, só assim, poderemos chegar numa educação inclusiva e equânime, conseguindo vencer todo o reflexo histórico deixado pela ótica do colonizador de concepções que diminuem e inferiorizam pessoas e grupos sociais. Desse modo, acreditamos, poderemos desconstruir uma sociedade arraigada de preconceitos e estereótipos sobre grupos minorizados.

Considerações finais

Tratar sobre formação de professores, linguagem, racismo e enfoque de gênero em uma perspectiva interdisciplinar é de grande valia, para o campo acadêmico, pois nos faz refletir sobre nossas práticas pedagógicas, se estamos indo ao encontro de uma sociedade mais justa e igualitária ou se estamos apenas reproduzindo o padrão hegemônico enraizado na sociedade.

Nesse sentido, compreender a importância da formação de professores para a construção de uma nova subjetividade sobre racismo, linguagem e gênero pode auxiliar no desenvolvimento de um pensamento crítico sobre o assunto, podendo despertar mudanças estruturais e

contribuir para uma sociedade mais equânime para todos é de extrema urgência.

No tocante ao II seminário fica evidente a relevância do tema para toda sociedade. A participação da professora dra. Francisca Eugenio dos Santos ratifica o entendimento sobre a importância, necessidade e constância de abordar temas como esse, na perspectiva de uma transformação social, compreendendo também suas intersecções e os danos causados à sociedade pelo colonialismo.

Porém, para alcançarmos qualquer mudança, precisamos primeiramente conhecer, superar a ignorância. Nesse sentido, a promoção da informação é a melhor via para o processo de transformação social. Esse conhecimento, portanto, precisa chegar em todas as camadas da sociedade, principalmente naquelas mais atingidas por esse “desconhecimento”.

De todo modo, ter professores preparados com conhecimento e visão crítica, sobre esses temas, favorece a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual os sujeitos sejam capazes de questionar, refletir e propor mudanças sociais, favorecendo as pessoas pertencente de grupos minorizados a oportunidade de voz e vez de forma igualitária com todos os indivíduos. Logo, o favorecimento ao acesso à informação é a melhor opção para a construção de uma nova sociedade.

Por fim, entender esse exercício teórico/prático desenvolvido no dia a dia profissional possibilita a criação de novos conceitos e teorias e estas certamente irão reverberar em ações, formando um ciclo de mudança no currículo e concomitantemente de transformação da escola em um ambiente acolhedor, com valorização a diversidade.

Assim, devemos buscar diuturnamente a desconstrução do racismo, pois a educação é um dos caminhos para se chegar numa transformação social e, o caráter interdisciplinar de reconhecimento da diversidade humana, certamente é uma via absolutamente necessária.

Referências

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019. 150 p.

ARAÚJO, E. S.; SILVA, L. M. B.; QUEIROZ, M. L. de . **Formação continuada de professores: a incorporação dialógica do direito de aprendizagem nos anos iniciais**. Diálogos e Perspectivas Interventivas, [S. l.], v. 3, p. e15277, 2022. DOI: 10.52579/diapi.vol3.i.a15277.

Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/dialogos/article/view/15277>. Acesso em: 14 dez. 2024.

ARROYO, M. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CARVALHO, G. P. Pensamento pós-colonial, gênero e poder em María Lugones: multiplicidade ontológica e multiculturalismo *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 45, p. 311-338, 2022. Edição Especial.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo, ABU Editora, 2020/320 pp.

GOMES, Nilma L. **Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade**. cadernos pagu (6-7) 1996: pp.67-82.

FRAGA. Letícia. FERREIRA. A. de J. **Linguagem e Raça**. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, n (60.1): 1-5, jan./abr. 2021

JUNIOR. A.P.; LIRA. B. F. F. A. **América Ladina e a crítica à democracia racial em Lélia de Almeida Gonzalez**. *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, ano 28, n. 63, p. 105-131, maio/ago. 2022

MARCON. Telmo. Educação e Democracia: formação política para a convivência em uma sociedade plural. **Roteiro**, Joaçaba, v. 40, n. 2, p. 377-394, jul./dez. 2015. Disponível em: www.editora.unoesc.edu.br

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2013

PINHEIRO, B. C.S. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023. 160 p.

PINHEIRO. Lívia M. do R.; MACIEL. A. I. R.; ROCHA. G. da S. Racismo linguístico: a desconstrução do vocabulário racista no contexto escolar. **Revista Ceará Científico**. SEDUC | Secretaria da Educação do Estado do Ceará. p. 23-30

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. LANDER, Edgardo (org) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latinoamericanas. Colección Sur Sur, Clacso, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina Setembro, 2005 Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/> acesso em dezembro 2017.

A LEITURA COMO JANELA PARA A COMPREENSÃO DO MUNDO: O PAPEL DO PROFESSOR MEDIADOR

Indaiara Sant Anna Silva de Carvalho

Universidade do Estado da Bahia
indaiarampires@gmail.com

César Costa Vitorino

Universidade do Estado da Bahia
cvitorino@uneb.br

Introdução

Nos dias atuais, o ato de ler se tornou essencial devido à sua importância em tarefas cotidianas, como identificar um medicamento ou escolher um item em um cardápio, por exemplo. Mesmo quando não é diretamente exigida, a leitura é indispensável em várias situações, especialmente no contexto digital, onde tudo envolve algum tipo de leitura.

Na educação infantil, os professores desempenham um papel fundamental ao estimular a leitura desde os primeiros anos de vida das crianças. Esse processo começa com atividades simples, como transcrever a rotina no quadro e fazer a leitura em conjunto com os estudantes. E, à medida que as crianças avançam para o primeiro ano dos anos iniciais, são incentivadas a unir sílabas para formar palavras. A descoberta dessas palavras e sua combinação permitem a construção de frases.

Conforme a criança cresce e seu intelecto se desenvolve, a leitura se torna uma habilidade cada vez mais refinada. No terceiro ano dos anos iniciais, espera-se que os educandos já tenham adquirido domínio na leitura. No entanto, é importante considerar que a leitura não deve ser vista apenas como um processo técnico e instrucional: seu significado vai além das habilidades individuais de decodificação e compreensão.

O ato de ler vai além da simples junção de letras. É ocupar um espaço não determinado, onde a mente se expande. A leitura promove a

reflexão, a análise crítica e a conexão com ideias complexas. Ela nos permite transcender o imediatismo e mergulhar em um ambiente do pensar.

A leitura, especialmente para adultos, é frequentemente cobrada, mas muitos não cultivam o hábito e desistem de tentar, considerando-a cansativa ou difícil. Nesse sentido, Paulo Freire, o pernambucano responsável por transformar a educação de Jovens e Adultos, enfatiza a importância da leitura crítica como compreensão do mundo. Ele questiona o uso exclusivo de cartilhas, que não permitiam a conscientização dos estudantes, especialmente os analfabetos e excluídos. Em vez disso, propõe o uso de palavras geradoras, que não apenas aprimoram a habilidade de leitura, mas também permitem aos educandos entender por que ocupam determinado espaço e como podem sair do lugar de oprimidos.

A abordagem de Paulo Freire destaca que a leitura não deve ser memorizada mecanicamente, mas sim desafiadora, levando-nos a pensar e analisar a realidade em que vivemos. O ato de ler se torna um ato de conhecimento, uma ferramenta para compreender e transformar o mundo. Assim, a leitura crítica transcende a mera decodificação de palavras e se torna uma prática consciente e libertadora.

De fato, olhar o aluno como fonte maior do processo é dar a ele a possibilidade de mudar a sua realidade, guiando o seu mundo subjetivo, permitindo que o mesmo reflita no real. Ao entender a leitura como ferramenta de mudança, o aluno aprende a questionar o lugar que está e o porquê de permanecer ali.

Diante disso, o objeto escolhido para este trabalho se justifica, justamente, pela contribuição dessa leitura como compreensão social, não apenas como algo técnico, pois, a leitura não é apenas uma atividade isolada, mas sim uma ferramenta poderosa para explorar e compreender o mundo ao nosso redor. Quando um professor atua como mediador, ele desempenha um papel fundamental na orientação dos alunos nessa jornada de descoberta e reflexão. Dessa maneira, o objetivo geral do presente texto é analisar documentários disponíveis no YouTube que abordem a leitura como promotora de transformação social e investigar o papel do professor como mediador nesse processo.

A análise de documentários oferece uma oportunidade valiosa para compreender como a leitura afeta a vida das pessoas e como os educadores desempenham um papel crucial nesse contexto. Nesse sentido, o presente estudo adota uma abordagem exploratória, visando explorar amplamente o tema sem restrições rígidas. Além disso, elementos de pesquisa bibliográfica

estão presentes, uma vez que se utilizam fontes como documentários e artigos acadêmicos para embasar nossa metodologia.

A estrutura deste trabalho é dividida em seções essenciais: **Métodos**, onde descrevemos a seleção dos documentários, os critérios de escolha e a metodologia de análise; em **Leitura, mediação pedagógica e transformação social**, onde exploramos conceitos-chave relacionados à leitura, mediação pedagógica e transformação social. **Resultados e Discussões**, foi o tópico onde apresentamos os insights obtidos dos documentários, destacando estratégias eficazes de mediação da leitura, refletindo sobre como essas práticas podem impactar a compreensão dos alunos e promover a transformação social; e **Conclusão**, onde sintetizamos os principais achados e discutimos implicações para a prática pedagógica.

Metodologia

Foram selecionados quatro documentários, sendo três deles com insights de profissionais sobre o papel do mediador e dois com a perspectiva dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) a partir dos métodos de Paulo Freire. No Quadro 1, constam os títulos, resumos e referências de cada vídeo.

Quadro 1: Vídeos selecionados do YouTube

TÍTULO	RESUMO	REFERÊNCIA
“O papel como mediador de leitura Patricia Anunciada”	Patricia Anunciada, criadora do canal “Letras Pretas”, compartilha reflexões sobre o papel do mediador de leitura. Esse documentário pode oferecer insights valiosos sobre como os professores podem incentivar a leitura crítica e transformadora.	ANUNCIADA. SisEB São Paulo. O papel como mediador de leitura. YouTube, 5 fev. 2020. Disponível em: O papel como mediador de leitura Patricia Anunciada - YouTube.
“Paulo Freire e seu método revolucionário de alfabetização”	Antes de ser exilado, educador comandou alfabetização de 300 adultos no interior do Rio Grande do Norte em 1963, em curso financiado pelo governo dos EUA, que ensinou também direitos trabalhistas.	RESISTÊNCIA. Canal da Resistência. Paulo Freire e seu método revolucionário de Alfabetização. YouTube, 3 abr. 2019. Disponível em: Paulo Freire e seu método revolucionário de alfabetização (youtube.com).

“Documentário Projeto AJA - Alfabetização de Jovens e Adultos”	Aborda o programa de alfabetização voltado para jovens e adultos. O projeto tem como objetivo proporcionar a aprendizagem da leitura e escrita para esse público, que muitas vezes não teve acesso à educação formal ou enfrenta dificuldades na alfabetização.	SOCIAL, GAIA. Documentário Projeto AJA - Alfabetização de Jovens e Adultos. YouTube, 22 de abr. De 2020. Disponível em: FY22Q4_Acrobat_DC_Edit-Esign_BP (youtube.com).

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, 2024.

O processo metodológico envolveu a visualização dos documentários e a anotação dos principais pontos abordados, como a mediação do professor, a relevância da leitura e outros aspectos relevantes. Observou-se também como ocorre a mediação de discussões em sala de aula, o estímulo à reflexão crítica por meio da leitura e a conexão entre essa prática e a realidade dos alunos. Além disso, foram selecionados textos de autores renomados, como Paulo Freire (1996), Oliveira (2012) e Brandão (2005), para embasar a reflexão sobre a importância da leitura.

Essa abordagem possui caráter exploratório, servindo como um primeiro passo para investigações mais aprofundadas. A formulação de hipóteses significativas é facilitada, e a pesquisa exploratória alerta para possíveis dificuldades e áreas de resistência. No contexto deste texto, enfatiza-se ainda mais a relevância do professor mediador tanto para crianças quanto para adultos.

Conforme Piovesan e Temporini (1995) destacam, “a aprendizagem ocorre de forma mais eficaz quando parte do conhecido”. A leitura está intrinsecamente ligada à experiência humana, mesmo que nem todos dominem as técnicas formais de leitura. Portanto, estudar algo tão presente na vida, seja no âmbito social ou educacional, desperta o desejo de aprimorar as estratégias de ensino da leitura

Leitura, mediação pedagógica e transformação social

A habilidade de ler textos é amplamente valorizada na sociedade. Indivíduos que possuem essas habilidades frequentemente têm vantagens, como se diz popularmente, ao “largar na frente”. Na esfera escolar, a leitura desempenha um papel multifacetado: é um objeto de ensino, um meio de aprendizagem e uma ferramenta para reflexão, tudo dentro de um contexto social e cultural. No entanto, mesmo com o acesso à Educação Básica, a

competência leitora nem sempre é garantida nas práticas sociais. Dessa forma, muitas vezes, a leitura é percebida como uma atividade mecânica, desprovida de significado para o leitor.

Como opção de mudança, Sardagna e Possamai (2016) refletem ser relevante compreender a leitura como um procedimento ativo. Ao se deparar com um texto, o indivíduo não é um mero receptor passivo, mas sim um construtor de significados. Pode-se considerar essa relação como um diálogo, no qual o objetivo último é a comunicação, e esta se efetiva por meio da interação entre o leitor e o conteúdo textual

Paulo Freire e sua contribuição na leitura

Freire (1996) evidenciava sobre a reflexão crítica da realidade, pois acreditava que a educação deveria ir além da mera transmissão de informações. Ele propôs que os alunos refletissem criticamente sobre sua própria realidade, questionando o porquê dos eventos cotidianos. Essa reflexão permitiria aos alunos compreenderem melhor o mundo ao seu redor e se tornarem agentes ativos na transformação da sociedade.

Além disso, Freire (1996) dizia que a alfabetização não se limitava apenas à leitura e escrita convencionais. Era essencial que os alunos também desenvolvessem uma “leitura de mundo” (Freire, 1989, p. 13). Essa leitura envolvia entender as estruturas sociais, políticas e econômicas que moldam suas vidas. Assim, eles poderiam tomar decisões informadas e participar ativamente na mudança.

Algo reafirmado por Macêdo e Beléns ao dizerem que, (2014, p. 2) “antes de aprender a ler e a escrever, [...] deve, primeiramente, ler o mundo que está a sua volta, entender seu contexto e fazendo uma ponte entre a linguagem e a realidade”, isto é, a linguagem não pode ser isolada; ela está intrinsecamente ligada ao contexto. Portanto, antes de aprender a ler e escrever, a criança ou adulto deve entender o significado das palavras em diferentes situações.

A alfabetização não é apenas sobre decifrar símbolos. É necessário estabelecer uma conexão entre a linguagem e a experiência vivida. O indivíduo deve perceber que as palavras escritas representam objetos, ações, emoções e ideias do mundo real. A escrita é uma forma de expressar essa realidade.

O método de Paulo Freire

O método Paulo Freire é uma abordagem pedagógica inovadora desenvolvida pelo educador e filósofo brasileiro Paulo Freire na década de 1960. Seu foco inicial era a alfabetização de jovens e adultos, e ele aplicou esse método pela primeira vez na cidade de Angicos, Rio Grande do Norte, onde 300 adultos foram alfabetizados em apenas 45 dias.

O processo educativo no método freiriano é centrado na relação entre educador e educando. Paulo Freire percebeu que muitos adultos acreditavam não saber nada, pois tinham uma ideia de conhecimento baseada na “escola tradicional”. O papel do professor é mostrar aos alunos que eles já possuem conhecimentos, mesmo que desorganizados. Ao conectar esses saberes com o conhecimento escolar, os alunos ganham confiança e participam mais ativamente das aulas.

Em vez de usar cartilhas para alfabetizar, como era comum na época, Paulo Freire propôs identificar o universo vocabular dos estudantes. A partir desse vocabulário, o professor estabelece conexões. Por exemplo, se o público-alvo são lavradores, as palavras geradoras podem ser “enxada”, “plantação” e “feijão”. O objetivo é aprender a ler a realidade para transformá-la.

No método de Paulo Freire, professor e aluno estão juntos na construção do conhecimento. A emblemática frase do filósofo, “ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho” (Freire, 1981, p. 79), reflete essa abordagem. Não há hierarquia ou autoridade rígida na sala de aula, diferindo das metodologias tradicionais.

Paulo Freire acreditava que a educação deveria levar à conscientização. Isso significa que os alunos não apenas aprendem a ler e escrever, mas também a refletir criticamente sobre sua realidade. A partir dessa reflexão, surgem projetos de ação para transformar essa realidade.

Desse modo, é evidente que o método proposto por Paulo Freire para a alfabetização de adultos não se restringia ao processo de codificação e decodificação, mas tinha como principal objetivo promover uma consciência crítica acerca da realidade social no qual o sujeito estava inserido. Freire (1996) mostra que o processo de alfabetização deve ser uma prática libertadora, onde os sujeitos envolvidos tenham condições de restituir o que ele chamava de humanização roubada.

O método em questão gerou uma consciência coletiva por onde passou. Diferentemente do letramento tradicional, que se limita

à alfabetização, esse método enfatizava a conscientização como parte fundamental do processo de aprendizado. O autor, ao aplicar essa abordagem, também refletia sobre o significado das palavras e como a educação pode ser libertadora. Um exemplo disso é a carta escrita pelos trabalhadores para o fazendeiro que os explorava na época que Freire e os mediadores iniciaram esse trabalho. Esse método de ensino não apenas beneficiou os educandos, mas também impactou positivamente todos os envolvidos, promovendo uma nova forma de pensar e expressar-se.

A leitura como sinônimo de transformação social

Considerar a leitura como prática social é reconhecer que ela vai além da mera decodificação de palavras e frases. A leitura não se limita a um ato individual, mas é uma atividade que ocorre em sociedade, envolvendo interações entre leitores, autores e textos. Embora o ensino da leitura esteja frequentemente associado à escola, sua realização acontece em diversos contextos sociais.

A exemplo, Portela e Santana (2019) enfatizam que:

A leitura é um processo que acompanha as pessoas desde o nascimento, pois se aprende a ler, não do modo que comumente é conhecido, mas sim, vivendo. Mesmo antes de aprender a falar, a criança já faz escolhas. Essas escolhas são possíveis pelo processo de seleção elaborado por ela a partir de sua “leitura de mundo”. Quando a criança decide de quem gostar, ao perceber quem pode alimentá-la, quem pode protegê-la, está usando, inconscientemente, processos de leitura. A partir disso, pode-se afirmar que, ler é dar sentido às coisas, é saber relacionar-se com lógica dentro do cotidiano. (p. 3).

Nesse sentido, a leitura é uma atividade plural e complexa que se desenvolve em várias direções. Essencialmente, ela consiste no compartilhamento dos sentidos de uma sociedade. O ato de ler passa necessariamente pelo leitor, autor, texto e contexto. Sem um desses elementos, o circuito não se completa, e o processo resulta em falhas. Dessa forma, a leitura não se limita à decodificação; ela proporciona ao indivíduo um lugar na sociedade para se relacionar de forma sistemática com a informação diária e contribuir para a formação de cidadãos críticos.

O papel do professor mediador

O docente desempenha um papel fundamental no processo de aprendizado do estudante. Muitas vezes, sua função é erroneamente vista

como a de um mero reprodutor de informações, cuja responsabilidade é apenas transmitir conteúdos. No entanto, ao apresentar um assunto, o professor é desafiado a acompanhar de perto como a aprendizagem ocorre para o aluno. Ou seja:

O professor não é um “vaso”, um receptáculo repleto de informações e conhecimentos a serem dali retirados e dados aos alunos. O professor é um ser pensante e de ação. Através da reflexão e da ação, deve ser capaz de estabelecer ligações entre os conteúdos a serem transmitidos e as demandas e necessidades do processo educativo pelo qual passam seus alunos, suas respostas em relação ao assunto tratado e, na soma disso tudo, reavaliar suas próprias opiniões. Estabelecer ligações, sem impor uma determinada “verdade”, é o aspecto mais delicado da tarefa docente. (Chiovatto, 2000, p. 2).

Essa mediação é fundamental para que os estudantes compreendam e apliquem o conhecimento de maneira significativa. Em resumo, o professor precisa ser um ser pensante e ativo, capaz de estabelecer conexões entre os conteúdos e as demandas educacionais, sempre reavaliando suas próprias opiniões.

Nesse sentido, surge, então, a ideia de um professor que vai além do simples depósito de conhecimento. Esse educador atua como mediador do ensino, estando no centro da interação entre aluno e conteúdo. Para Sponholz (2003) a mediação implica em perceber as necessidades de ambos os lados e buscar um equilíbrio. Em outras palavras, o professor compreende o que o aluno precisa e procura ajudá-lo de maneira eficaz.

O conceito de mediação na educação está profundamente ligado à obra de Paulo Freire (1996), que enfatizou a importância do diálogo e da conscientização no processo de ensino-aprendizagem. A mediação envolve criar um ambiente propício para a aprendizagem, estabelecendo uma relação de confiança com os alunos. Isso é fundamental para que eles se sintam à vontade para participar ativamente das aulas.

A motivação, por sua vez, é um fator determinante para o engajamento dos alunos. Um professor motivador inspira seus alunos a explorar, questionar e aprender. Quando o professor reconhece os conhecimentos prévios dos alunos e os conecta aos conteúdos escolares, ele está promovendo a aprendizagem significativa.

No mais, a contextualização é fundamental para tornar o aprendizado significativo. Ela envolve relacionar os conteúdos escolares com as experiências pessoais dos alunos. Quando o professor traz exemplos do cotidiano, histórias relevantes e situações reais para a sala de aula, ele

está contextualizando o conhecimento. Através do diálogo e da interação, os alunos conseguem conectar o novo conteúdo com o que já sabem, tornando a aprendizagem mais profunda e duradoura

Resultados e discussões

A leitura possui um poder social que pode transformar a realidade. Por essa razão, realizou-se uma análise de três documentários que compartilhavam características semelhantes, mas apresentavam informações únicas e ricas. Cada vídeo será examinado em um subtópico para facilitar a compreensão, e posteriormente, será elaborada uma síntese com todos os dados levantados.

Documentário Projeto AJA - Alfabetização de Jovens e Adultos

O documentário aborda o Projeto AJA, que foca na alfabetização de jovens e adultos na região de Umburanas. Ele destaca a importância da educação contínua e a integração do contexto do aluno na sala de aula, promovendo uma aprendizagem significativa e relevante para a comunidade.

A partir do vídeo, emergiram questões relevantes relacionadas à educação como um processo contínuo. Na região, os participantes enfrentavam a necessidade de aprender, mas não havia escolas próximas, e as existentes eram pagas. No entanto, muitos estudantes já compreendiam a alfabetização como uma ferramenta de transformação social. Um entrevistado mencionou que, quando tinham a oportunidade de estudar, era à luz de candeiros, pois não havia energia elétrica disponível.

O projeto AJA não apenas promoveu mudanças de vida por meio da alfabetização, mas também possibilitou a inclusão de jovens e adultos no processo educacional. Isso teve um impacto significativo na comunidade, especialmente para aqueles que antes não tinham acesso à educação. O cadastro para estudar trouxe ganhos, com a maioria desenvolvendo habilidades de leitura e escrita. Posteriormente, a cidade obteve acesso à internet e à informática como ferramentas de aprendizado, permitindo o registro digital das histórias e culturas locais.

O papel como mediador de leitura | Patricia Anunciada

O vídeo intitulado “O papel como mediador de leitura | Patricia Anunciada” discute a importância da literatura na construção e desconstrução de visões de mundo, destacando o papel dos mediadores de leitura na promoção da paixão pelos livros e na apresentação de perspectivas diversas, especialmente afro-brasileiras e africanas.

De acordo com Oliveira (2012)

Toda atividade de leitura e de escrita deve estar integrada às demais atividades desenvolvidas cotidianamente em sala de aula. Qualquer experiência que a criança realize, qualquer experiência vivida coletivamente pelo grupo, pode se transformar, em sala de aula, num momento de produção de conhecimento e de prazer (p.79).

Assim, ao usar também dos conhecimentos prévios, a professora aproxima leituras que serão mais facilmente lidas pelas crianças e que, com uma progressão de outras leituras, vai se apresentando vocabulários não conhecidos, mas que podem ser apresentados. O professor tem que ter em mente que as crianças também carregam experiências do mundo e isto pode ser um ótimo veículo para a introdução nesse processo de leitura.

Nesse sentido, a professora destacou sobre a importância da literatura como ferramenta poderosa, sobretudo porque o contato que a criança ou adulto tem com o livro, é extremamente importante para trabalhar algumas áreas do cérebro como a criatividade.

Dessa forma, o papel dos mediadores é: instigar e promover o amor pela leitura; influência do exemplo pessoal na paixão por livros; importância do entusiasmo e da paixão ao recomendar livros; impacto dos professores como modelos; uso de diferentes mídias; incorporação de tecnologia e vídeos; literatura em quadrinhos e animações; respeito pela diversidade de gostos literários.

Em suma, a promoção da compreensão leitora entre os alunos é viável por meio do ensino de estratégias cognitivas e metacognitivas, considerando suas potencialidades e limitações. Programas de intervenção podem aprimorar diversas competências cognitivas, valorizando o pensamento crítico e a reflexão sobre o próprio processo de leitura (Gomes e Boruchovitch, 2011).

Além disso, é essencial que a linguagem utilizada nos textos em sala de aula seja acessível, ao mesmo tempo em que amplie o vocabulário das crianças e adultos. Relacionar o conteúdo com experiências pessoais torna

o aprendizado mais profundo e significativo, evitando uma abordagem superficial baseada apenas na memorização.

Garcia (1997) argumenta que o fazer pedagógico oferece uma possibilidade concreta em que o papel do professor não se limita a transmitir conhecimento à criança ou a meramente observar e constatar o estado atual do aluno. Em vez disso, o professor desempenha um papel fundamental como “mediador” no processo de aprendizagem do aluno. Essa mediação envolve provocar, instigar, informar e compartilhar conhecimentos, bem como atender aos desejos da criança, com o objetivo de criar continuamente novos desejos.

Consequentemente, conclui-se que o professor deve mediar, auxiliando a criança ou jovens e adultos, em vez de simplesmente transferir o que sabe. Ao planejar e elaborar uma sequência didática, organizando o que será trabalhado e como será trabalhado, o professor cria uma rotina que ajuda o estudante a compreender por que está explorando determinado tema ou conteúdo. Essa abordagem centrada na mediação contribui para um processo de aprendizagem mais significativo e envolvente.

Paulo Freire e seu método revolucionário de alfabetização

O vídeo traz o relato de experiência de ex-alunos desse método de Paulo Freire. Fica evidente que os alunos tinham apenas um horário limitado, normalmente à noite, para ir à escolinha, mas, mesmo depois de um dia cansativo, eles iam.

O documentário também evidencia as dificuldades enfrentadas por muitos jovens, como a proibição de estudar. Uma das participantes relata que sua mãe a ameaçou com uma surra caso ela fosse à escola, mas ela desafiou essa proibição e continuou estudando. Assim, para Coelho, Silva e Lopes (s.d), fica claro que para promover mudanças é necessário enfrentar e superar os desafios que surgem no caminho, sem depender de ações externas. A falta de vontade política ou o comportamento inadequado de outras pessoas não deve afetar nosso próprio comportamento, ou diminuir nosso entusiasmo em fazer a diferença.”

Quanto à alfabetização, o documentário aponta que ela se baseava em 12 a 15 palavras, contendo os principais fonemas da língua portuguesa. O ex-coordenador menciona que a palavra “trabalho” gerava bastante debate, pois levava à discussão sobre as condições de trabalho, direitos, deveres e garantias. Assim, se assemelha ao que diz Brandão (2005) ao

falar que as pessoas que se reuniam nos “círculos de cultura” gradualmente adquiriam e readquiriam a habilidade de interpretar o seu ambiente. Elas descobriam o que já conheciam e o que ainda não sabiam, com o objetivo de compreender melhor como o nosso mundo é, como ele poderia ser e o que deveria ser feito para torná-lo um lugar melhor. Um mundo mais humano, solidário e feliz.

Sistematizando os documentários

De acordo com Carneiro (2012), a aprendizagem se manifesta quando ocorre uma colaboração ativa entre alunos e professores. Essa interação facilita aos educadores a criação de oportunidades para desenvolver o potencial dos estudantes, promovendo a adaptação e a efetivação do processo de aprendizado. Além disso, ao adotar esse método, estabelece-se confiança mútua entre os educandos e mediadores, permitindo que os debates gerem discussões relevantes para a vida profissional dos trabalhadores.

Assim, é de suma importância a preparação dos docentes, para eles estarem capacitados para não somente atuar da melhor forma, mas auxiliar no processo auto reflexivo do aluno, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias que favoreçam seu progresso na escrita e leitura. Pois, não se pode exigir do aluno algo que nem o professor exerce. Ao mesmo tempo em que os alunos devem estar dispostos a aprender significativamente, pois isso não depende apenas do docente.

Considerações finais

A transformação necessária na educação está intrinsecamente ligada à adoção de metodologias de ensino que priorizem processos de aprendizagem significativos. Essa abordagem visa estimular nos estudantes o gosto e o prazer pela leitura. É imperativo superar práticas que se concentram exclusivamente na decodificação dos signos linguísticos, desprovidas de sentido e desvinculadas de um contexto mais amplo de aprendizagem. Além disso, é relevante que as práticas de ensino se dediquem a reconhecer, analisar e classificar os erros cometidos pelos estudantes, a fim de direcionar um trabalho atento e focado na superação dessas dificuldades de aprendizagem.

O objetivo geral foi alcançado, especialmente em relação à análise do conteúdo do documentário em conjunto com os artigos. No entanto, apesar de serem ricos em informações, percebe-se que é necessário analisar vídeos mais extensos, que proporcionem maior detalhamento sobre o método e a importância do professor mediador. Continuar os estudos e aplicar posteriormente a pesquisa com professores e estudantes é fundamental para explorar pessoalmente a relevância desse tema.

Referências

- BORUCHOVITCH, Evely; GOMES, Maria Aparecida Mezzalira. Aprendizagem autorregulada da leitura: resultados positivos de uma intervenção psicopedagógica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, p. 291-299, 2011.
- BRANDÃO, Carlos. Rodrigues. **Paulo Freire, o menino que lia o mundo. Uma história de pessoas, de letras e de palavras**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- CARNEIRO, Relma Urel Carbone. **Educação inclusiva na educação infantil. Práxis Educacional**, p. 81-95, 2012.
- COELHO, Gêssica Elias de Paulo; DE SF LOPES, Thalitta Fernanda; SILVA, Paula Cristina Pacheco. **A prática pedagógica do professor mediador e a motivação no processo de ensino e aprendizagem**. s.d.
- CHIOVATTO, Milene. O professor mediador. In: **Artes na escola, Boletim**, n. 24, 2000. Disponível em: https://fvcb.com.br/site/wp-content/uploads/2012/05/Canal-do-Educador_O-Professor-Mediador.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.
- FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos**. 12ª edição. Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).
- GARCIA, Regina Leite. **Alfabetização dos alunos das classes populares: ainda um desafio**. Cortez Editora, 1992. Disponível em: <https://www.avp.pro.br/pluginfile.php/2/calendar/event_description/91/livro%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20dos%20alunos%20das%20classes%20populares.pdf>. Acesso em: 25 de abr 2024.

OLIVEIRA, Ana Marie M. A formação de professores Alfabetizadores: lições da prática. In: Garcia, Regina.L (org). **Alfabetização dos alunos das classes populares: ainda um desafio**. São Paulo: Cortez, 2012.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. In: **Revista de saúde pública**, v. 29, p. 318-325, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/ff44L9rmXt8PVYLNvphJgTd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 9 abr. 2024.

PORTELA, Eunice Nóbrega; SANTANA, Ismênia Pereira Costa da. A leitura como prática social e aquisição da cultura na escola. In: **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 2, n. 4, p. 25-48, 2019. Disponível em: <http://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/136/225>. Acesso em 28 abr. 2024.

SPONHOLZ, Simone. O professor mediador. In: **Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR**, v. 6, n. 2, p. 205-219, 2003. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5559490>. Acesso em: 22 abr. 2024.

PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES: FORMAÇÃO DOCENTE, LINGUAGEM, RACISMO E GÊNERO

Érica Santos Araújo

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

ericasaraujo@hotmail.com

Ivonete Barreto de Amorim

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

ebamorim@uneb.com

Introdução

A formação de professores no Brasil está inserida em um contexto de desafios complexos, que envolvem a necessidade de incorporar temáticas prementes como o combate à discriminação racial e questões de gênero às práticas pedagógicas. Essa integração exige abordagens que transcendam a fragmentação disciplinar, promovendo reflexões interseccionais e interdisciplinares que sejam capazes de transformar as dinâmicas educativas e sociais. Diante desse cenário, destaca-se a relevância das discussões efetivadas pela professora Dr^a ¹Francisca Eugênia dos Santos, com a mediação da professora Dr^a ²Ivonete Barreto de Amorim, no II Seminário promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) em setembro de 2024, no Departamento de Educação da UNEB, Campus XI, em Serrinha/BA, intitulado “Formação de professores, linguagem, racismo e enfoque de gênero em perspectiva interdisciplinar”.

As discussões efetivadas no seminário parte da escuta sensível e acolhedora que reverberam em todos os seminários e discussões

1 Doutora em Filologia, Linguística e Literatura Hispânica. Professora da Universidade de Santiago do Chile (USACH). Contato: francisca.dossantos@usach.cl.

2 Pós-doutora pelo Programa Bachillerato en Ciencias y Humanidades pela Universidade de Santiago de Chile. Professora adjunta da UNEB, Campus XI. Professora permanente, orientadora e vice coordenadora do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (PPGIES/UNEB/Campus XI).

promovidos pelo PPGIES, em que consolida sua trajetória como um espaço de fortalecimento da promoção de eventos que fomentam o debate e a construção coletiva do conhecimento. Esses eventos têm viabilizado reflexões sobre temas fundamentais para a pesquisa acadêmica e incentivado o desenvolvimento da escrita científica como uma ferramenta essencial para a produção e disseminação do saber.

Este capítulo sintetiza as discussões levantadas durante a palestra, articulando-as com a literatura acadêmica pertinente e situando-as em uma perspectiva interdisciplinar. Ao longo do texto, busca-se refletir sobre os caminhos possíveis para a formação de professores/as comprometida com a equidade e a justiça social.

Nesse sentido, o presente capítulo está dividido em cinco seções, que contextualizam a temática aqui abordada, sendo a primeira, Introdução; a segunda, Metodologia; a terceira, Racismo Estrutural e Gênero na Educação; a quarta, Abordagens e Práticas na Formação de Professores com a Professora Francisca Eugênia dos Santos; e, por último, as Considerações Finais.

Metodologia

A abordagem metodológica deste estudo baseia-se em uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, fundamentada na consulta da biografia apresentada no II Seminário organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), em 2024. Lakatos e Marconi (2003, p. 183) destacam que a pesquisa bibliográfica consiste em uma “abordagem sistemática de levantamento e análise de referências teóricas já publicadas, seja em meio impresso ou digital, que permite ao pesquisador/a ampliar o conhecimento sobre o tema investigado”.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é essencial para identificar os fundamentos teóricos que sustentam uma investigação científica, possibilitando ao/a pesquisador/a a compreensão de fenômenos em ampla escala, mesmo sem uma abordagem direta sobre todos eles. Esse tipo de metodologia não apenas facilita a contextualização do tema, mas também promove a construção, discussão, análise do que já foi produzido, guiando a interpretação dos resultados.

Portanto, a metodologia utilizada neste estudo está diretamente vinculada ao seu objeto de análise, uma vez que emerge da necessidade de sistematizar experiências e referências teóricas, garantindo a observância

de critérios de rigor e ética acadêmica. Dessa forma, a revisão da literatura funciona como um elemento estruturante para a construção de uma linha argumentativa coerente e bem fundamentada.

Racismo estrutural e gênero na educação

O Brasil apresenta um histórico profundo de racismo estrutural, marcado pela escravização de povos indígenas e africanos. Esse processo moldou significativamente as bases da sociedade e continua a influenciar a organização social e econômica até os dias atuais (Fraga e Ferreira, 2021). O racismo estrutural se manifesta não apenas nas relações interpessoais, mas também nas instituições, perpetuando desigualdades que impactam diversos setores, incluindo a educação.

No contexto educacional, essas desigualdades são reproduzidas através de práticas que reforçam estereótipos e promovem a exclusão de grupos marginalizados. Mulheres negras, em especial, são impactadas por um cruzamento de discriminações baseadas em gênero, raça e classe social, que limitam suas oportunidades e reforçam barreiras estruturais (Gomes, 1996). Essas dinâmicas têm consequências diretas na forma como essas mulheres são representadas e inseridas no âmbito educacional.

Nesse sentido, Gonzalez (2020) aponta que o mito da democracia racial, a falsa ideia de que o Brasil superou as desigualdades raciais, contribui para a perpetuação dessas violações. Essa narrativa invisibiliza os efeitos do racismo e dificulta a implementação de políticas eficazes para promover a equidade. Assim, compreender o racismo estrutural e suas intersecções com o gênero é essencial para transformar as dinâmicas educacionais e criar espaços mais inclusivos e representativos.

Segundo Gomes (1996), as relações estabelecidas no ambiente escolar são permeadas por ideologias raciais que impactam negativamente a experiência de alunos/as e professores/as negros/as. A autora destaca que a escola frequentemente reforça uma narrativa de inferioridade atribuída a essas populações, contribuindo para a reprodução do preconceito e da discriminação. Por exemplo, estereótipos como “esta aluna é negra, mas é tão inteligente!” evidenciam a naturalização de expectativas reduzidas em relação à capacidade intelectual de estudantes negros/as. Além disso, os discursos dominantes frequentemente invisibilizam e desvalorizam as contribuições culturais de populações negras e indígenas, reforçando estruturas de opressão.

É importante salientar que essas práticas estereotipadas, que se perpetuam no ambiente educacional, são alimentadas por um sistema de ensino que não representa adequadamente os direitos e a diversidade cultural e histórica do Brasil. O currículo escolar, em muitos casos, omite ou distorce a contribuição dos povos negros e indígenas para a formação da identidade nacional, reforçando a ideia de que a cultura dominante é superior. Isso cria um ciclo de desvalorização e marginalização de culturas não hegemônicas, afetando a autoestima e o senso de pertencimento de alunos/as.

A invisibilidade e a falta de representatividade no currículo também impactam diretamente o desempenho e o engajamento de aluno/as negros/as, indígenas e de outras etnias marginalizadas. A ausência de referências positivas e próximas de suas realidades culturais contribui para a sensação de alienação e para a construção de uma imagem negativa sobre sua identidade. Em um contexto em que a educação se apresenta como um dos principais mecanismos para a ascensão social, a falta de políticas que abordem e combatem o racismo estrutural impedem que esses/as alunos/as tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem e crescimento pessoal.

No entanto, é importante considerar que, nas últimas décadas, diversas iniciativas têm surgido para promover a igualdade racial no ambiente escolar. A implementação de cotas raciais nas universidades e a inserção da temática da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares são exemplos dessas mudanças. No entanto, como aponta Freire (2014), a educação não pode ser vista apenas como uma resposta técnica a problemas sociais, mas como uma prática transformadora que visa a emancipação dos sujeitos. Nesse sentido, a mudança deve ir além da simples inclusão de conteúdo em um currículo e englobar uma profunda revisão das práticas pedagógicas e dos modelos de ensino.

A questão de gênero também desempenha um papel fundamental nesse cenário, uma vez que as mulheres negras enfrentam uma dupla opressão: racial e de gênero. As estruturas de poder presentes nas instituições educacionais muitas vezes favorecem aos homens, enquanto as mulheres, especialmente as negras, são duplamente marginalizadas. Isso se reflete na distribuição desigual de oportunidades, nos padrões de sucesso acadêmico e nas expectativas sobre o papel que as mulheres devem desempenhar na sociedade. As mulheres negras, historicamente vistas como subalternas, enfrentam um estigma adicional que limita suas possibilidades de ascensão educacional e profissional.

O conceito de interseccionalidade, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1989), é essencial para compreender as complexas relações entre raça e gênero na educação. A interseccionalidade permite entender como as múltiplas formas de opressão se cruzam e se reforçam, criando uma experiência única de discriminação para indivíduos que se encontram em interseções de diferentes identidades. No caso das mulheres negras, essa abordagem permite que se compreenda que o racismo e o sexismo não agem de forma isolada, mas se combinam, criando barreiras educacionais ainda mais difíceis de transporte.

Nesse contexto, as políticas públicas voltadas para a igualdade racial e de gênero devem ser pensadas de forma integrada e interseccional, levando em consideração as especificidades das experiências vividas por esses grupos. A formação de professores/as e educadores/as também deve incluir a discussão sobre racismo estrutural, gênero e interseccionalidade, de modo a sensibilizar os/as profissionais para as complexas dinâmicas de poder que se manifestam no ambiente escolar. Além disso, é fundamental que o espaço educacional seja pensado como um lugar de acolhimento, onde as diversidades sejam celebradas e as desigualdades desafiadas.

Portanto, para que a educação cumpra seu papel transformador e emancipador, é essencial que se combata o racismo estrutural e as desigualdades de gênero no contexto educacional. A construção de uma educação antirracista e de gênero igualitária exige uma mudança profunda nas práticas pedagógicas, nas políticas públicas e nas instituições institucionais que perpetuam a exclusão e a discriminação. Só assim será possível garantir que todos os estudantes, independentemente de sua raça, gênero ou classe social, tenham as mesmas oportunidades de acesso e sucesso na educação, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Abordagens e práticas na formação de professores com a professora Francisca Eugênia dos Santos

As discussões promovidas pela palestra da Professora Dr^a Francisca Eugênia dos Santos exploraram as questões e potencialidades da formação docente para lidar com questões raciais e de gênero. Conforme Santos (2024), a formação interdisciplinar é crucial para compreender as dinâmicas de poder e construir práticas pedagógicas inclusivas, alinhadas à Lei nº 11.645, de 2008, que determina a inclusão de conteúdos étnico-raciais de

maneira contextualizada. A integração desses conteúdos proporciona uma reflexão profunda sobre linguagem, racismo e gênero, destacando como esses elementos se entrelaçam no âmbito educacional e na formação de professores/as/.

A formação de professores as desempenha um papel central na construção de uma educação antirracista e inclusiva. Segundo Santos (2024), os programas de formação docente devem incorporar práticas que refletiam, discutam e dialoguem com uma formação antirracista, promovendo a equidade e trabalhando ativamente temas que desconstruam estereótipos e promovam os direitos humanos. Essa preparação requer o desenvolvimento de uma postura reflexiva que permita aos/as professores/as reconhecer e questionar suas próprias práticas e preconceitos, além de promover um ensino que valorize a pluralidade e atue contra as desigualdades estruturais.

No debate apresentado, essa perspectiva foi ampliada com a contribuição de autores/as como Lugones (2008), que discute a colonialidade do poder e do gênero, mostrando que as hierarquias de opressão são construídas historicamente e sustentadas culturalmente. Como destacado por Pinheiro, Maciel e Rocha (2023), a linguagem também opera como um campo de disputa e domínio, perpetuando racismo linguístico e simbólico, mas também oferecendo espaços de resistência e transformação pedagógica.

Nesse viés, Santos (2024) salientou a importância de valorizar as experiências vividas pelos estudantes, promovendo um diálogo crítico e transformador e fomentando um ambiente educacional inclusivo. Essa prática alinha-se à perspectiva de María Lugones (2008), que defende um feminismo decolonial comprometido com a resistência e emancipação através do reconhecimento das múltiplas dimensões identitárias presentes na sociedade.

Ao abordar questões raciais e de gênero na formação docente, Santos (2024) também dialoga com Hall (1997), quando discute como as identidades são construídas e negociadas em contextos sociais e culturais. Para Hall (1997), a educação desempenha um papel crucial na formação das identidades e no questionamento das relações de poder. Nesse sentido, Santos (2024) destacou que a formação docente deve incluir estratégias pedagógicas que desafiem as narrativas hegemônicas e promovam a inclusão de perspectivas diversas nos currículos escolares.

No contexto da formação docente, a questão do racismo linguístico também foi enfatizada, destacando como a linguagem reflete estruturas de poder e exclusão. De acordo com Fraga e Ferreira (2021), a desconstrução de vocabulário racista no contexto escolar é essencial para criar espaços mais acolhedores e respeitosos, pois a relação entre raça e linguagem aponta que os discursos são capazes de produzir sentidos racializados que perpetuam desigualdades.

Sendo assim, é necessário promover uma educação linguística crítica e antirracista, capaz de transformar essas estruturas, pautados no enfoque sociológico e na formulação de políticas educacionais voltadas para a justiça social, focadas tanto no desenvolvimento individual quanto na mudança sistêmica dos campos sociais e curriculares. Deste modo, Santos (2024) destacou a necessidade de formar professores/as que não apenas reconheçam a diversidade, mas também estejam capacitados/as para transformar os espaços educacionais em ambientes de inclusão e igualdade.

A formação inicial e continuada de professores/as deve incluir estratégias pedagógicas que os capacitem a trabalhar com questões étnico-raciais de maneira efetiva. Segundo Arroyo (2013), uma educação transformadora deve partir das trajetórias e experiências dos sujeitos, criando um diálogo respeitoso e crítico. Freire (1996) também contribui para essa discussão ao enfatizar a educação como um ato político e transformador.

Desta forma, a inclusão só pode ser plenamente alcançada através de práticas pedagógicas que desafiem as narrativas hegemônicas e promovam a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, pois a integração das reflexões teóricas apresentadas permite visualizar uma educação que não apenas aborde as desigualdades, mas trabalhe ativamente para desconstruí-las. Ao incorporar essas abordagens na formação docente, é possível promover um ensino que prepare os/as professores/as para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo e contribua para uma sociedade mais justa e equitativa.

Considerações finais

O presente capítulo tece reflexões e discussões essenciais sobre a formação docente e seu papel na promoção de uma educação inclusiva e antirracista, partindo das ideias apresentadas pela professora Dr^a Francisca Eugênia dos Santos, no II Seminário promovido pelo PPGIES, destacando-se a importância de preparar os/as professores/as para combater o racismo,

desconstruir estereótipos e promover os direitos humanos no ambiente educacional.

A formação docente, como enfatizado, não se limita a transmitir conhecimentos técnicos, mas requer uma postura crítica e reflexiva, fundamentada em princípios de justiça social, interdisciplinaridade e contextualização. Essa abordagem integra perspectivas teóricas e práticas que conectam a educação à realidade social, promovendo transformações efetivas nas dinâmicas escolares e na construção de uma sociedade mais equânime.

Em suma, conclui-se que a educação inclusiva e antirracista demanda um compromisso coletivo com a inovação pedagógica e o enfrentamento das desigualdades. Assim, a formação docente deve ser vista como um processo dinâmico e essencial para a construção de um futuro mais justo, pautado na diversidade, no respeito e na transformação social.

Referências

ARROYO, Miguel González. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008**. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008

CRENSHAW, Kimberlé. Desmarginalizando a intersecção entre raça e sexo: um negro Crítica Feminista à Doutrina Antidiscriminação, Teoria Feminista e Política Antirracista. **Fórum Legal da Universidade de Chicago**, 1989, p. 538–554. Disponível em: <<https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?Article=1052&context=uclf>> Acesso em: 18 nov. 2024.

FRAGA, Letícia; FERREIRA, Aparecida de Jesus. Linguagem e Raça. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n(60.1): 1-5, jan./abr. 2021. Disponível em file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/AppData/Local/Temp/a33d5e0f-b19c-4289-829f-8a4c4329b0b2_fwdtextossubsidiariosseminrioppgies.zip.0b2/Linguagem_e_Raca.pdf. Acessado em 15 de novembro de 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 56. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: **Educação & Realidade**. jul/dez. 1997. p. 15-46.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Educação, Raça e Gênero: Relações imersas na alteridade. **Cadernos PAGU** (6-7) 1996: pp.67-82. Disponível em file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Desktop/textos%20artigos/Educacao%20raca%20e%20genero.pdf. Acessado em 15 de novembro de 2024.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organização: Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, Colombia, n. 9, p.73-101, 2008. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5738532/mod_resource/content/1/lugones%20in%20holanda.pdf. Acessado em 02 de dez.de 2024.

PINHEIRO, Livia Maria do Rego; MACIEL, Ana Ingrid Rodrigues; ROCHA, Gabriela da Silva. Racismo linguístico: a desconstrução do Vocabulário racista no contexto escolar. **Revista Ceará Científico**, 2023. Disponível em file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/AppData/Local/Temp/e08422fd-cee7-48b4-9671-f843cda949d1_fwddtextossubsidiariosseminrioppgies.zip.9d1/O%20racismo%20linguistico%20no%20contexto%20%20escolar.pdf. Acessado em 02 de dez.de 2024.

ENTRE CORDIALIDADE E IMOBILIDADE SOCIAL: A REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO E SEUS EFEITOS EM ‘MARIANA’ DE MACHADO DE ASSIS

Leane de Magalhães Silva

Universidade do Estado da Bahia
leane@edu.guanambi.ba.gov.br

Sandra Heloísa Teixeira Reis

Universidade do Estado da Bahia
sandra@edu.guanambi.ba.gov.br

Karla Cruz Bacelar dos Santos

Universidade do Estado da Bahia – Campus XI
k_bacelar@hotmail.com

Introdução

Machado de Assis, em sua habilidade de construir narrativas intimistas, sugeria que a abolição da escravatura era uma questão relativa, pois os escravizados transitavam de um sistema social injusto e opressor para outro. Em outras palavras, mudava-se de roupa, mas não a condição social.

Para aprofundar esta reflexão, este trabalho foca no conto *Mariana* (1871), que, além de dar voz aos escravizados e recém-libertos, revela gradativamente as angústias e os sofrimentos vivenciados por aqueles que permanecem na escravidão, bem como por aqueles que passam à condição de liberdade.

Esse contexto foi enriquecido pelas indagações promovidas pela professora Dr.^a Francisca Eugênia dos Santos, com a mediação da professora Dr.^a Ivonete Barreto de Amorim, durante o II Seminário do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), realizado em setembro de 2024, no Departamento de Educação da UNEB, Campus XI,

em Serrinha/BA. A palestra, intitulada “*Formação de professores, linguagem, racismo e abordagem de gênero em perspectiva interdisciplinar*”, trouxeram contribuições importantes para a compreensão dessas temáticas que ainda são tão presentes na sociedade contemporânea.

Este capítulo sintetiza as reflexões propostas na palestra, articulando-as com a literatura brasileira oitocentista. O objetivo é analisar como a obra machadiana caracteriza o indivíduo e suas relações. Em especial, buscamos discutir a única forma de relacionamento permitida aos escravizados/as: o amor restrito às senzalas, e jamais à casa-grande.

Na análise da obra “*Mariana*” (1871), o narrador se destaca: Coutinho, ocupando posição privilegiada na sociedade da época. Em contrapartida, a negra Mariana é retratada como figurante no grande palco da sociedade oitocentista brasileira. Pois, para ser protagonista, seria necessário deixar de ser objeto e conquistar o *status* de sujeito, algo negado pela estrutura social da época. Mariana, ao desafiar as expectativas sociais, é rebaixada ao seu “lugar de origem”, sendo chamada de “quase” senhora.

O presente capítulo está estruturado em quatro seções. A **Introdução** apresenta o tema e a relevância da análise. A **Metodologia** descreve os métodos adotados na pesquisa. Na terceira seção, “**Mariana entre a cordialidade e o poder de mando**”, analisamos a trajetória de Mariana, uma cativa que, ao se apaixonar por Coutinho, enfrenta o trágico destino de ser reduzida a uma “cria da casa” e morre nos braços de um amor impossível. Por fim, as **Considerações Finais** sintetizam as principais reflexões e implicações das análises realizadas.

Metodologia

A metodologia adotada neste estudo baseia-se em uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, fundamentada na consulta da biografia apresentada no II Seminário organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), em 2024. Além das falas das expositoras, utilizamos como aporte metodológico a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, pois, de acordo com Gil (2002) “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Por sua vez, Minayo (2000) afirma que a abordagem qualitativa se ocupa com um universo de significados que não pode e não deve ser quantificado (MINAYO, 2002).

Desse modo, a pesquisa bibliográfica constitui-se como elemento primordial para o pesquisador ampliar seus conhecimentos teóricos acerca de um tema específico, enquanto a abordagem qualitativa trata da subjetividade compreendendo os pensamentos e os sentimentos dos envolvidos na realidade investigada.

Utilizamos também o método do paradigma indiciário, (GINZBURG, 1991), será imprescindível na construção desse trabalho, pois esse método leva em conta a interpretação do investigador, o ponto de vista e as lacunas deixadas no texto pelo autor, uma vez que ele se dará ao analisarmos os detalhes ocultos como a ironia com que ele critica a sociedade, a metalinguagem através da qual o leitor assume papel ativo, interagindo criticamente com a obra, as metáforas, aquelas palavras que em primeiro momento não tenham muita lógica, aqueles traços ou aspectos pelos quais se deixados de lado, não chegaríamos à linguagem irônica de Machado de Assis, ou seja, as fendas deixadas no texto pelo autor.

Mariana entre a cordialidade e o poder de mando

Ter escravos não é nada, mas o que se torna intolerável é ter escravos chamando-lhes cidadãos.

Diderot (1713-1784).

O conto “*Mariana*” de Machado de Assis foi originalmente publicado no *Jornal das famílias* em janeiro de 1871. Um jornal destinado às famílias da elite carioca, cuja capa trazia o retrato de uma mulher sentada em uma cadeira e costurando, sugerindo que o público a quem se destina o periódico era o feminino. Um tema bastante comum nos contos e textos literários do jornal era a construção moral da mulher, ou seja, as obras ofereciam modelos a serem seguidos pelas leitoras com o intuito de obter a “boa conduta” aos olhos da sociedade. Massa (1971, p. 541-42) afirma que:

Em certa medida, o *Jornal das Famílias* [...] anunciava já a imprensa tal como a conhecemos nos nossos dias, mas a qualidade da colaboração elevava muitas vezes a revista a um nível superior [...]. Machado de Assis provou-o quando foi atacado, em nome da moral, por despertar maus pensamentos por suas “Confissões de uma viúva moça”. Uma mãe de família veio atestar a moralidade da história.

Fica um enigma no ar, será que ao construir o conto “*Mariana*”, Machado de Assis não pretendia desmascarar os amores movidos pelo

dinheiro, no caso o de Amélia com Coutinho, e os amores impossíveis, nutridos por moças pobres e escravas de dentro de casa, como a jovem Mariana.

Embora o conto seja da fase romântica do escritor, traz alguns aspectos realistas, da escola que o consagrou. De acordo com Alfredo Bosi, “Machado nunca foi, a rigor, um romântico (o romantismo está às suas costas), mas sua obra possui gosto sapiencial da fábula que traz, na coda ou nas entrelinhas, uma lição a tirar” (2003, p.79).

Desse modo, cabe ao leitor se aprofundar da história, a fim de buscar compreender e analisar, o que ocorria de fato na elite carioca, e principalmente os valores que imperaram nas famílias e na sociedade escravocrata. Pois, se a obra mescla entre o período do romantismo e o realismo. Ela possui grande relevância no desencadeamento das relações humanas, uma vez que ela expressa os sentimentos e os anseios dos indivíduos, através de um plano sócio-histórico-cultural.

Em 1870 começam a surgir algumas mudanças no cenário brasileiro, tais como o processo de urbanização, a Lei do Ventre Livre n.º 2.040 de 28 de setembro de 1871, que dava liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir dessa data, mas os mantinham sob a tutela dos senhores de suas mães até atingirem a idade de 21 anos.

Essa lei abre algumas lacunas, pois beneficiava apenas o senhor de escravos, já que os filhos das escravas continuavam mesmo sob sua tutela ou do Estado, prestando serviços da mesma forma. Visto que, até os oito anos o recém “liberto” ficaria sobre os cuidados do Sinhô, após essa idade o senhor teria que receber indenização por parte do estado para libertá-lo de fato. Porém, de acordo com Skidmore:

Se um senhor recusava aceitar o pagamento da indenização do governo quando a criança atingia a idade de oito anos, tinha ainda a opção de guardá-la, embora “nascida livre”, sob sua autoridade – isto é, numa escravidão de fato – até a idade de vinte e um anos (1976, p.32).

Veja a ironia da lei, que senhor de escravos, depois de extinto oficialmente o tráfico negreiro em 1831, aceitaria perder um que já estava sob seu domínio por uma simbólica quantia de 600\$000 réis? Sendo que após os oito anos a criança já poderia trabalhar e seria de grande valia nos serviços braçais. Fica uma questão a ser investigada, essa criança que era jogada da liberdade ao cativeiro, teve alguma regalia, com essa suposta liberdade, visto que ela nascera livre, e fora viver na senzala, misturando-se

com os escravos no dia a dia, tendo o mesmo tratamento e recebendo os mesmos castigos?

Essa é a lei que vigorou no Brasil. Um país, que lutou até o fim para manter a escravidão, onde o negro só mudou de papel, saiu da condição de escravo e entrou na de dependente e o senhor assumiu o papel de “tutor”.

Nesse cenário, foi publicado o conto “Mariana”, durante todo o ano de 1871, a questão da emancipação dos escravizados era tema gritante. Machado de Assis nos oferece esse conto que pode ser considerado um documento histórico desse momento, posto que, representa as relações paternalistas, entre senhores e escravos. Os dependentes no caso “Mariana” devem ser agradecidos aos seus senhores e estes têm certa estima por eles, mas a qualquer momento a situação de inferioridade desses subalternos pode ser levantada por esses mesmos senhores.

O conto narra a história de uma escrava, que surge na escrita como uma moça obediente para, depois, se transformar em uma cativa “irrefreável”. A personagem homônima do título, uma linda e inteligente mucama, que apesar da “boa” condição que desfrutava convivendo com essa “generosa” família, jamais esquecera suas origens, era uma negra, cativa e vivia de “favores” na casa grande. Mariana é vista por todos como a “gentil mulatinha nascida e criada como filha da casa, e recebendo de minha mãe os mesmos afagos que ela dispensava às outras filhas” Duarte, (2007, p.112).

Porém, havia algumas restrições que a traziam para seu verdadeiro lugar de origem “Não se sentava à mesa, nem vinha à sala em ocasião de visitas” [...] No mais era “como se fosse pessoa livre” Assis (2007, p.112).

Como se fosse, mas não era. Livre? Que pessoa realmente livre viveria nessas condições de extrema exclusão social? Jogada à margem da sociedade, sem poder desfrutar da companhia de outras pessoas, sem poder opinar? Só Mariana, por ser uma escravizada e por já haver se “acostumado” com essas restrições da casa grande. E, sendo escravizada, não poderia jamais ser livre. Definitivamente escravidão e liberdade não possuem a mesma definição.

Mariana era sim “quase”, quase pessoa, quase dona de suas vontades e sentimentos, e essa expressão fez toda diferença nas escolhas de seus atos. Pois, já que não era dona de suas vontades, ela a todo o tempo luta para violar esse seu estado de escravizada, tanto nas fugas físicas quanto nas sentimentais, escondendo seu amor por Coutinho.

A liberdade que Mariana desfrutava junto a essa “generosa” família era como a lei do ventre livre. Uma liberdade falsa, uma promessa que não vigorou e que não libertou de fato os escravizados. Visto que, se essa lei fosse de fato cumprida esses cativos a quem ela se dirigia, só seriam livres em 1892, vinte e um anos após a aplicação da lei, entretanto, eles foram “libertos” pela lei áurea em 1888. Desse modo, essa lei não libertou ninguém, não teve nenhuma utilidade ao negro, só aos senhores dos escravizados.

Apesar de toda essa “generosidade”, Mariana sabia que o seu lugar não era aquele, vivendo na casa grande, como se fosse uma sinhá, e que no menor dos seus deslizes seria trazida de volta à realidade acordada daquele lindo “conto de fadas”. Segundo Chalhoub existiriam na hierarquia da classe senhorial brasileira duas posições de base: uma seria a escravidão assegura pela força e a outra seria a dos dependentes (“que viviam de favores”) que “viam-se envolvidos na teia complexa do favor, que garantia a subordinação da pessoa por meio de mecanismos de proteção com contraprestação de serviços e obediência” Chalhoub (2003, p.48).

Em troca de todos esses cuidados, seus senhores só esperavam uma única postura de Mariana: obediência cega e submissão. - “Só lhe restava pagar com muito reconhecimento a bondade de sua senhora” Duarte (2007, p.112).

Estamos diante de outra ironia da cultura e da sociedade brasileira, Mariana deveria “pagar” e “reconhecer” a generosidade daquela família. Pois bem, com que dinheiro? Já que anos de trabalho sem remuneração não bastavam. Que tipo de reconhecimento é esse representado no conto? Visto que “em meados do século XIX, e ao menos até a crise que resultou na lei de 1871, o Brasil imperial oferecia ao mundo o curioso espetáculo de um país no qual todos condenavam a escravidão, mas ninguém queria dar um passo para viver sem ela” Chalhoub (2003, p.141). Mariana devia ser grata a uma sociedade que a condenava à “obediência cega” e que a privava de seu “livre arbítrio”.

Segundo Kátia Mattoso 1990 em seu livro *Ser escravo no Brasil*, humildade, obediência e fidelidade são os pilares para os escravos, subirem na vida e adquirirem maiores autonomias pois, apesar de todo sofrimento e privações, os proprietários acabam por perceber que os escravizados também são seres humanos e que há como estabelecer com eles, certa intimidade, se esses lhes são fiéis, obedientes e humildes. Essas três qualidades essenciais

formam o perfil do bom escravizado. Contudo apesar dessa proximidade, o mundo do cativo e do senhor permanece social e culturalmente separados.

O narrador machadiano descreve Mariana como: “O tipo mais completo de sua raça. Sentia-se lhe o fogo através da tez morena do rosto, fogo inquieto e vivaz que lhe rompia dos olhos negros e rasgados” Duarte (2007, p.112). Percebemos nesse trecho que Coutinho a descreve para seus amigos como uma escrava fogosa, clássico estereótipo dado às negras do século XIX.

Analisando sua fala, conhecemos o verdadeiro Coutinho, o fogo que ele descreve não é qualquer fogo, é um fogo, “inquieto e vivaz”, como se a negra Mariana não controlasse aquele “vulcão” que existia dentro dela, diferente das mulheres brancas e distintas que não deixava transparecer aquela imagem de mulher “fácil” com uma sexualidade indomável.

Devemos nos ater que àquele que detém a palavra é Coutinho, é ele que descreve esse estereótipo à Mariana, sua visão é a mesma de sua sociedade acostumada a enxergar a escravizada não como uma mulher, mas como um objeto sexual. Coutinho é um homem e embora reconheça outras qualidades em Mariana, sua definição da mulata, objeto sexual é partilhada também por seus iguais, visão que Machado de Assis soube criticar ironicamente neste conto.

Outro personagem que também buscava a todo o custo desfrutar da escrava Mariana. “Meu tio, João Luis, dizia-me muitas vezes: - “por que diabo está tua mãe guardando aqui em casa está flor peregrina? A rapariga precisa de tomar ar” Duarte (2007, p.113). Tio João de forma implícita deixa transparecer seu desejo de possuir Mariana fora dos muros da casa grande, longe dos cuidados e olhos atentos de sua irmã e sobrinho. Ele representa o comportamento dos senhores de engenho, que dentro de casa fazia a imagem de homem de bem, pai de família e longe, nas senzalas, de predador de escravas inocentes e indefesas.

No decorrer da trama, sua vida muda de percurso Mariana se apaixona por Coutinho, que se encanta por Amélia, uma prima rica e de igual posição social. Esse triângulo amoroso e proibido faz com que Mariana desafie os costumes da época. Uma época, onde imperavam os arranjos matrimoniais, a perpetuação da fortuna e do prestígio familiar, valores essenciais para a realização de um casamento.

Nesse jogo de interesses, o tratamento amoroso e quase familiar do início do conto se transforma em duras ameaças e investigações sobre sua mudança de comportamento no decorrer da trama. “Mariana anda triste

desde anteontem. Que supões tu? – Alguma coisa faria e tem medo da mamãe. – Não, disse Josefa; pode ser antes algum namoro” Duarte (2007, p.115).

Mariana nutria um sonho, o da realização do seu amor através do casamento. Porém, seu sonho não poderia ser realizado, por isso andava triste. Ela sendo escravizada, prisioneira e submissa via no amor um meio de liberta-se. O casamento era a conquista de um *status*, de uma posição social superior, pois, a realização da mulher se dava através do marido e dos filhos. Mariana, com a proximidade de Amélia entende que não pode se realizar como mulher por ser escravizada. E nem ao menos lutar de igual para igual, com Amélia, pois certamente perderia.

Ao saber da possível paixão, Coutinho logo imagina que deve se tratar do cocheiro ou copeiro. Alguém que se aproxime da real condição de Mariana, a única forma de amor imaginável a uma escrava. E nunca um membro da família ou da sociedade branca escravocrata, como ele próprio. Temos que ter em mente que mesmo se tratando de empregados da casa, o copeiro e o cocheiro não poderiam se casar com Mariana, visto que, mesmo sendo pobres eles pertenciam a base da pirâmide social, e Mariana sendo escravizada não fazia parte do grupo dos pobres, nem dos empregados remunerados, já que escravizados não pertencem a nada na sociedade patriarcal do século XIX. A fim de matar a sua curiosidade Coutinho busca insistentemente descobrir quem é o homem que transformou Mariana.

[...] Que tens tu, Mariana? disse eu; andas triste e misteriosa. É algum namorico? [...] Se gosta de alguém poderás ser feliz com ele porque ninguém te oporá obstáculos aos seus desejos. [...] – Não falemos nisso, nhonhô. Não se trata de amores, que eu não posso ter amores. Sou uma simples escrava. – Escrava, é verdade, mas escrava quase senhora. És tratada aqui como filha da casa. Esqueces esses benefícios? – Não os esqueço; mas tenho grande pena em havê-los recebido. – Que dizes, insolente? – Insolente? Disse Mariana com altivez. Perdão! (DUARTE, 2007, p.116).

Mariana se considerava “quase senhora”, mas não podia esquecer que isso se dera pelo fato da mãe de Coutinho admitir que ela usufruísse de algumas atenções e cuidados que as demais escravizadas não recebiam. Mailde Jerônimo Trípoli, ao comentar o conto, chama a atenção para o limite estreito entre a “bondade senhorial” e a “coerção social”, e conclui: o tratamento “simétrico” convinha diretamente aos senhores, na medida em que os caracterizava como modernos e liberais, ao mesmo tempo que lhes assegurava “gratidão produtiva” e fidelidade do sujeito cativo. Não

correspondendo a esta expectativa, a simetria e a bondade caíam por terra (1997, p.143).

Nesse momento, constatamos que Mariana conseguiu desmascarar as atitudes cordiais de Coutinho. Moura (1980) defende que o escravo não deve ser considerado um ser passivo, afinal de conta ele lutou e desafio a escravidão quando reagiu e lutava contra as amarras que os prendia seja ela branda ou não. Isso fica evidente quando Mariana nos revela o verdadeiro Coutinho. Afinal se Mariana fosse mesmo alguém de casa, ele jamais se atreveria a dizer que ela era insolente. E muito menos lembrar a todo o tempo os cuidados que ela recebia. E os favores que ela os deviam. E o mais grave: Coutinho mente e alimenta os amores da jovem, afirmando que ninguém seria contra esse amor e que seus desejos seriam acatados.

Josefa, sua irmã, após saber que Mariana não confessou nada e ainda afirmara ser um amor impossível, concluiu ser Coutinho o amor da cativa. Nesse momento, seu irmão se desfaz das máscaras que insistia em usar ao afirmar que Mariana era quase igual a eles. Fica completamente aborrecido e indignado. “Estás louca, Josefa. Pois ela atrever-se-ia!...”. Duarte (2007, p.118).

Para ele, Mariana nunca devia ter nutrido aquele sentimento, nem ao menos, pensar nele nessas circunstâncias. Sendo ela uma simples escrava. Após o atrevimento da escrava, Coutinho começa a olhar para ela com outros olhos. “Surgiu em meu espírito uma ideia que a razão pode condenar, mas que nossos costumes aceitam perfeitamente” Duarte (2007, p.119). Ele poderia ficar com ela simplesmente para satisfazer sua vontade e seu ego. Ninguém o condenaria, afinal essa era a única relação possível entre um senhor e uma escravizada. Porém, o caráter da cativa o trazia de volta à razão, para ele, “Mariana encarregara-se de provar que estava acima das veleidades” Duarte (2007, p.119). A inteligência de Mariana, sua esperteza, os anseios que nutria e o sofrimento por amar seu senhor, refuta sua imagem socialmente construída de mero objeto sexual.

Para comprovar que os escravos não eram donos de sua vontade, temos a passagem da doença de Mariana, apesar do médico descrever que ela tinha uma moléstia grave, Coutinho pedi, ou melhor, manda que ela viva. Como se a escrava adoecesse por vontade própria. Mariana, ao suspeitar que fosse um brinquedo nas mãos de Coutinho, e que, apesar de seu pedido para que ela vivesse ainda mantinha a data do casamento marcado, desesperadamente foge de casa. E é encontrada por ele, que duramente a coloca em seu lugar. “Por que saíste de casa, onde eras tão bem

tratada, e donde não tinhas o direito de sair, porque és cativa? – Nhonhô, eu saí porque sofria muito...” Duarte (2007, p. 120).

[...] Machado nota mudanças significativas a partir do início da década de 1870, e inclui entre as linhas de força do processo as transformações nas atitudes dos próprios negros, ou pelo menos a percepção por parte dos senhores de que algo estava mudando entre os escravos (CHALHOUB, 1990, p. 101).

A discussão travada entre Coutinho e Mariana é a prova de que a escravizada possuía, apesar de sua condição de cativa, uma independência intelectual diante dos argumentos de Coutinho. Ao afirmar que sofria muito, Mariana questiona os limites da própria escravidão. “Muitos resistiam à escravidão e buscaram negá-la por outros meios e formas de resistência, como a fuga e o suicídio” Gomes (2008, p.197).

Ao dar voz ao escravizado, o autor Machadiano, abre espaço para a fala do principal interessado na discussão, que, no entanto, não se fazia ouvir. Por isso o espanto de Coutinho ao ser questionado por Mariana, que até então era vista por ele como um ser submisso e incapaz de tal atitude de negação ao cativo.

Teófilo Queiroz Junior (1975, p.122) assinala que a mulata é sempre representada como um perigo para o homem branco, devido a seus encantos e sexualidade exacerbada. Seguindo essa linha de pensamento, Amélia a noiva de Coutinho é a figura da mulher de classe alta, que não aceita ser trocada por uma negra e desse modo, seja por ciúme ou simples vingança mostra a maneira ideal de tratar uma cativa. “Extremamente leviana, Amélia não soube conservar a necessária dignidade, quando foi a minha casa. Conversou muito na necessidade de tratar severamente as escravas, e achou que dar mau exemplo mandar-lhes ensinar alguma coisa” Duarte (2007, p.121).

Apesar da condição social e étnica de Amélia ser “superior” a Mariana, ela não consegue disfarçar a insegurança de perder Coutinho para uma escrava, por isso fala de maus tratos e não aceita que ela receba mimos de senhora que a camufle de sua real condição social e racial. Visto que, se Mariana não vivesse na casa grande, não soubesse ler, escrever, se comportar como uma senhora, Coutinho não a veria como uma “quase senhora”, mais simplesmente, como mais uma escrava de sua fazenda, e desse modo, não teria nenhum sentimento, ou melhor, afeição para com ela.

Quando os ânimos pareciam ter se acalmado, Mariana foge novamente. Dessa vez era noite de natal, todos se indignaram com o

atreimento da escrava e Coutinho saiu a sua procura, e ela mais uma vez foi surpreendida por ele. Mariana, após sofrer duras críticas, confessa que fugiu, pois não aguentaria vê-lo casado, preferia a morte. Ele se indigna: “- Mas, desgraçada, tu não vês que...” Duarte (2007, p.125).

Mariana possuía todos os aspectos condenáveis à realização do casamento. Pobre, escravizada e negra. Já Amélia era a mulher ideal para ocupar esse cargo, rica, branca e prima de Coutinho, ou seja, o dinheiro e o prestígio da família estariam seguros e não iria para outra família, principalmente de menor prestígio social e racial. Casar com Mariana não teria o mesmo *status* que casar com Amélia. Nada mais precisou ser dito nem ouvido, Mariana deu fim a sua vida bebendo um vidro de veneno. O sofrimento e a humilhação não dão à “mulatinha” outra saída senão a morte, antes da qual ela culpa, por sua tragédia pessoal, não o patrãozinho, mas a natureza, ou seja, a maldição da cor, a escravidão, o paternalismo, o cativo e dependência pessoal. E pronunciado a seguinte frase. “Nhonhô não tem culpa; a culpa é da natureza” Duarte (2007, p.126).

Não seria da cultura? Pois é a ela que Coutinho se refere ao dizer que é impossível esse envolvimento que a cativa tanto deseja. A sociedade criou as regras do jogo, não à natureza. Impuseram quem devia dominar quem. Não foi a natureza, que arrancou os negros do seu país de origem, os prendeu, corrompeu, dominou, ameaçou, vitimou e principalmente escravizou seus sonhos, suas esperanças e seus direitos.

Considerações finais

No Conto “Mariana”, a imagem de mulher objeto é desconstruída e em tom irônico o narrador conta a história de uma escravizada que se apaixona pelo seu senhor, que revela seu sofrimento, foge daquele sistema opressor, e desmascara a família “cordial” que fingia tratar suas escravizadas como pessoas de casa revelando as verdadeiras intenções, individuais, subjetivas, escondidas por detrás do discurso falsamente abolicionista.

Na obra temos uma outra versão de escravizado como protagonista. A negra Mariana deixou de ser o objeto e passou a ser o agente da ação, uma vez que agora é ela que dita as regras do jogo e domina a situação. Ela não se sujeita a ninguém e escolhe com quem vai se relacionar. Seu ato revela o abismo existente entre a cativa e o senhor. Com a morte de Mariana, vem à tona a vitimização da escravizada diante da relação entre os diferentes. Para ela, estava bem claro a posição que ocupava dentro da

casa, ao passo que a sua suposta “família adotiva” insistia em fazer uso de um sistema de disfarces ou de máscaras que apenas aparentava algo que não se ajustava à realidade.

Coutinho nunca esqueceu o lugar que Mariana ocupava na sociedade. E sente vergonha de demonstrar seu sentimento, de homem para com ela. Como iria apresentá-la à sociedade? Ao narrar o conto ele mesmo dispõe da palavra para expor sua insensibilidade e descaso com relação à negra. Ao amá-lo Mariana estava condenada a escravidão e a morte, e nunca a vida e a liberdade. Por isso ele fala do “fogo do martírio”. A protagonista provocara com esse amor o “riso” e a “indignação” por parte de Coutinho. Ele foi responsável pela morte trágica de Mariana, sua atitude de descaso só comprova isso.

Seu remorso era apenas do crime que Mariana poderia cometer contra a sua própria vida, mas o que ele e sua família fizeram com a vida dela esses vários anos, a privando-a de tudo, não era motivo de remorsos. Esse remorso durou muito pouco, comparado aos anos de cativeiro, ao amor e ao sacrifício de Mariana.

No final do conto, percebemos que Coutinho não se lembra mais da cativa que mais o amou, as moças da rua, as conversas com os amigos o distraíram, tudo foi esquecido em duas horas. Não apenas ele, mas toda a sociedade fez questão de tentar apagar essa mancha chamada escravidão. Sua imagem foi apagada no momento que sua vida se transformou em pó, Mariana durante longos anos mudou de roupa e não de condição social.

Em “Mariana”, Machado de Assis reconstrói a visão do colonizador, neste caso patriarcado presente na figura de Coutinho, e reforça a ideia de que o negro é retratado como objeto, sempre subserviente e nunca sujeito de uma produção. Infere-se que o desfecho não foi da escolha de Mariana e nem pode ser visto como tendo sido algo positivo para a imagem do negro, pois esse final apenas reforça: “o estigma de objeto sexual a que mulher negra era reduzida, pois o senhor não se apaixonou por ela, mas sentiu-se atraído por sua beleza física” Capuano (2008, p.3).

“Mariana” para todos os fins e efeitos desapareceu, o conto “Mariana” aparentemente causou pouco impacto. Estaria Machado de Assis tentando conscientizar suas levianas leitoras sobre os dilemas da escravidão usando uma mensagem e um meio que lhes fossem compreensíveis? Pois, criada no auge da campanha abolicionista, prontamente esquecida por seu criador e somente recuperada em meados do século XX, poderia formar um paralelo revelador com a própria escravidão, tema de debates polêmicos em sua

época, prontamente esquecida por seus defensores e opositores assim que abolida e somente recuperada em sua importância histórica no século seguinte.

Ao longo deste estudo, buscamos evidenciar como a literatura machadiana não apenas retrata a escravidão e suas consequências, mas também oferece um olhar crítico sobre as dinâmicas de poder, exclusão e resistência que moldaram a sociedade brasileira do século XIX. E permanecem ainda latentes em diferentes espaços e

Referências

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das letras 2003.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil**. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

DUARTE, Eduardo de Assis. Estratégias de caramujo. In: DUARTE, Eduardo de Assis. (Org.). **Machado de Assis afro-descendente: escritos de caramujo**. Rio de Janeiro: Pallas; Belo Horizonte: Crisálidas, 2007. p. 239-281.

DUARTE, Eduardo de Assis. Mariana. In: DUARTE, Eduardo de Assis. (Org.). **Machado de Assis afro-descendente: escritos de caramujo**. Rio de Janeiro: Pallas; Belo Horizonte: Crisálidas, 2007. p. 109 - 127.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Heloísa Toller. **As marcas da escravidão: o negro e o discurso oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: UFRJ: EDUERJ, 2008.

MASSA, JenaMichel. A biblioteca de Machado de Assis. In: JOBIM, José Luís (org). **A biblioteca de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: ABL: Topbooks, 1971.

MINAYO, M. C. de L. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SANTOS, Francisca Eugênia dos. Palestra apresentada no **II Seminário “Formação de professores, linguagem, racismo e enfoque de gênero em perspectiva interdisciplinar”**, realizado pelo Programa de Pós Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da UNEB, Campus XI, Serrinha, em 26 de setembro de 2024.

TRÍPOLI, Mailde Jerônimo. **Imagens, Máscaras e Mitos: o negro na obra de Machado de Assis**. Campinas: UNICAMP, 1997.

SOBRE OS ORGANIZADORES E AUTORES

Aderilson Anunciação de Oliveira

Graduado em Psicologia pela Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC - Campus Feira de Santana (2018). É formado em: Psicoterapia Breve Operacionalizada: a escuta psicanalítica (PBO), pela RH Compete Consultoria Organizacional (2016); Orientações Teóricas e Práticas Educacionais e Psicopedagógicas pela ALPHA Desenvolvimento Humano e Organizacional. Delegado e secretário representando a Região Sertão/Recôncavo no COREP 2019 (Congresso Regional de Psicologia), em Salvador. Delegado representante da Bahia no CNP 2019 e 2022 (Congresso Nacional de Psicologia). Pós-graduado lato sensu em Psicologia Educacional e Escolar pela FAVENI (2020). Mestrando no Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social da UNEB Serrinha - Campus XI (2023-2025). Atuou como instrutor de ensino no Centro Estadual de Educação Profissional Áureo de Oliveira Filho entre os anos de 2013 e 2014 e ministrou o curso de Informática Empresarial na Speed Informática de 2015 até 2019. Além de prestar serviço como instrutor de ensino no SENAI e no Pré-Vestibular Isoladas de maneira sazonal. Atualmente é sócio codiretor do Instituto Contigo de Psicologia Clínica e Organizacional; foi coordenador do Grupo de Trabalho em Psicologia Escolar do CRP 03, na Subsede de Feira de Santana, no triênio 2019-2022. Está como coordenador da Comissão de Educação do Conselho Regional de Psicologia da Bahia - CRP03 (Plenária XVII 2022-2025). Atualmente está lotado no Colegiado de Psicologia da Faculdade FARESI, ministrando disciplinas referentes à Psicologia Escolar, Ética Profissional e Desenvolvimento Humano.

Adriana Santos Costa

Mestre em Intervenção Educativa e Social- PPGIES/UNEB - Campus XI, Serrinha (2023.1). Pesquisadora do grupo de pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS)/UNEB - Campus XI. Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2015). Atualmente Analista Técnica Educacional do Conselho Municipal de Educação de Feira de Santana. Tenho experiência como formadora do programa de Regularização de Fluxo do instituto Airton Senna e na

docência da Educação Infantil. Especialista em Alfabetização e Letramento pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2021). Especialista em Gestão Escolar pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2022).

Aline Confessor Marques de Araújo

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) - Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - CAMPUS XI- Serrinha. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS) Especialista em Ensino da Matemática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano- CAMPUS- Valença (2019). Especialista em Gestão da Aprendizagem Escolar pelo Instituto de Educação Superior UNYAHNA. Licenciada em Matemática pela Universidade do Estado da Bahia -UNEB - (2014). Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia - Departamento de Educação CAMPUS XI Serrinha (2002). Professora da Rede Pública de Ensino nos municípios de Biritinga e Barrocas.

Angélica Gimenes Naranjos

Mestre em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus XI, Serrinha - Ba, Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social - EPODS/ DEDC Campus XI/ UNEB, licenciatura em PEDAGOGIA pela Universidade do Estado da Bahia, licenciatura em MATEMÁTICA pela Universidade Metodista do Estado de São Paulo. Especialista em Educação Infantil pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID como professora supervisora. É professora de educação infantil na rede municipal de Serrinha, atualmente exerce a função de coordenadora pedagógica. Tem experiência na área de Educação com ênfase em educação Infantil, educação antirracista, currículo, formação de professores.

César Costa Vitorino

Possui graduação em Pedagogia Habilitação em Magistério das Séries Iniciais do 1o Grau pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, graduação em Pedagogia Habilitação em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2o Grau pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB (1994), Especialização em Planejamento e Prática de Ensino pela Faculdade de Educação da Bahia -

FEBA, Mestrado em Letras, área de concentração Linguística Histórica, pela Universidade Federal da Bahia – UFBA e Doutorado em Programa de Pós-graduação em Letras, área de concentração Linguística, Conceito CAPES 6, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Professor Permanente do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES/UNEB/Campus XI) e Orientador. Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros em Línguas e Culturas (NGEAALC / UNEB), Membro do Grupo de Pesquisa: Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS/UNEB), Membro do Grupo de Pesquisa GCONPORT- Fala e contexto no português brasileiro / UNEB. Atualmente é Professor Doutor II da Fundação Visconde de Cairu (FVC), Professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (1992), graduação em Pedagogia pela Universidade Católica do Salvador (1988), Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2004) e Doutorado pela Universidade Federal da Bahia (2010). Psicóloga do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (perícias, avaliações psicológicas, atendimento clínico). Atualmente Professora da UNEB do Departamento de Ciências Humanas, Campus V, Professora adjunta da Universidade Salvador (UNIFACS) do Mestrado em Direito, Governança e Políticas Públicas. Professora da UNEB do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social-MPIES, do Departamento de Educação, Campus XI. Serrinha/BA. Líder e Pesquisadora do Grupo de pesquisa FORMAGEL Professora dos Cursos de Psicologia e bacharelados. Professora da Universidade do Estado da Bahia, participa do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (Epods), do Grupo Recôncavo e do grupo de pesquisa Políticas e epistemes da cidadania.

Cristiano Matheus Nogueira Silva de Oliveira

Possui graduação em Letras - Língua Inglesa e Respectivas Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia (2016). Atualmente é professor efetivo da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Tem experiência em gestão escolar, atuando principalmente nos seguintes temas: interdisciplinaridade, Gestão escolar democrática, inovação social, estudantes do campo e

Território do Sisal. Mestrando em Intervenção Educativa e Social pela UNEB Campus XI. Vice-diretor do Colégio Estadual Normal de Serrinha-Ba. E-mail: cristiano.oliveira41@enova.educacao.ba.gov.br

Daiane dos Santos Ramos

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Intervenção Educativa e Social - PPGIES - DEDC-Universidade do Estado da Bahia - UNEB-CAMPUS XI Serrinha - Ba. E membro do Grupo de pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social - EPODS, da linha de pesquisa - Novas Formas de Subjetivação e Organização Comunitária. Possui especializações em saúde mental (2019) pela Faculdade da Região Sisaleira - FARESI, Conceição do Coité -Ba. Docência Superior (2019) pela Faculdade Unyleya Rio de Janeiro. Psicanálise (2023), Faculdade Dynamus de Campinas - SP. Bacharela em Psicologia pela Faculdade Anísio Teixeira -FAT (2017). Aperfeiçoamento em Psicologia Perinatal da Parentalidade pelo instituto MaterOnline (2023).

Emerson Almeida dos Santos Sousa

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB - Campus XI). Possui especializações em: Ensino de Informática; Coordenação Pedagógica; Metodologia do Ensino Superior e Educação a Distância; Produção de Mídias para Educação Online (UFBA); Educação e Tecnologias Digitais (UFRB) e Gestão de Pessoas com Ênfase em Gestão por Competências (UFBA). Graduado em Análise de Sistemas e Licenciado em Pedagogia, Informática e Física. Atualmente é pesquisador no campo de Games aplicados à educação. Possui experiência docente no Ensino Básico e Ensino Superior na área de Educação e Ciência da Computação.

Érica Santos Araújo

Mestre em Intervenção Educativa e Social pelo Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES/UNEB). Especialista em Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação (TAE), Educação de Jovens e Adultos e Coordenação Pedagógica. Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XI. Atua como Coordenadora Pedagógica na Secretaria Municipal de Educação em Serrinha-BA (Coordenação Geral da Educação Básica do

Município). Têm experiência como monitoria de ensino no ambiente acadêmico. Membro do Grupo de Pesquisa Grupo de Pesquisa: Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS/UNEB) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3394-9215>. Tem interesse por estudos na área de Formação de Professores. e-mail: ericasaraujo@hotmail.com

Everton Nery Carneiro

Pós-doutor em Educação (Universidade Federal do Ceará). Pós-doutor em Crítica Cultural (Universidade do Estado da Bahia). Doutor em Teologia pela Escola Superior de Teologia (CAPES 06). Mestre em Teologia (EST). Especialista em Filosofia Contemporânea (São Bento); Especialista em Ética, Teologia e Educação (EST); Especialista em Educação, desenvolvimento e Políticas Públicas (FACIBA); Licenciatura em Geografia (UEFS); Bacharel em Teologia (STBNE); Licenciado em Filosofia (FBB). Atualmente é docente da Universidade do Estado da Bahia. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: ética, hermenêutica, vida, filosofia, fenômeno religioso e arte. É professor permanente do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), onde atua como coordenador da Linha 02 (Novas formas de subjetivação e organização comunitária), atuando como professor de Metodologia da Ciência. Coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas Interdepartamental em Culturas e Religiões (CEPICR). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Religião, Cultura e Saúde. Tem experiência na área de ensino de geografia e filosofia também no ensino médio. Atualmente desenvolve parte de suas atividades docentes na graduação, nos seguintes componentes curriculares: Filosofia e Ética; Seminários Interdisciplinares de Pesquisa; Trabalho de Conclusão de Curso; Estudos Filosóficos; Arte, Cultura e Sociedade. Coordena o Curso de Pedagogia da UNEB no Campus XV. Autor dos livros: Filosofia, Teologia e Poesia; Mitologia Grega e Bíblia - narrativas de transgressão; Ensino Religioso - política, diversidade, fenômeno religioso e práticas pedagógicas; Sobre, Entre e Para. Disponível na Plataforma Lattes: Universidade Estadual da Bahia (UNEB/GERCS). E-mail: eccarneiro@uneb.br

Fabricia Santos de Jesus

Mestre no Programa (PPGIES) – Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social. Integrante do grupo de pesquisa Educação, Políticas Públicas

e Desenvolvimento Social - EPODS, do(a) Universidade do Estado da Bahia. Mulher preta, suburbana, mãe, POETA, mobilizadora/produtora cultural. Assistente Social, Especialista em Saúde Mental. Empreendedora no segmento Literatura. Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial - Faculdade Batista Brasileira. Graduada em Serviço Social pela Faculdade Hélio Rocha. Organizadora da Obra Sonhadora dos Meus Sonhos, livro resultado de oficinas de poesia como estratégia de cuidado em saúde mental. Idealizadora e coordenadora do Orí Aiê Leituroteca. Espaço de Acolhimento e leitura, utilizando o letramento racial. Organizadora do Sarau do Cabrito, com oito publicações distribuídas em coletâneas e Revistas. Entre elas; Coletânea Poéticas Periféricas, Outras Carolinas e Revistas Geledés e Quilombo. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Social em Periferias Urbanas. Facilitadora na Campanha Quem Ama Abraça - Fazendo Escola.

Indaiara Sant Anna Silva de Carvalho

Mestre em Educação Interventiva e Social pelo PPGIES UNEB, Campus XI; Graduada em Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2011), possui Especialização em Atendimento Educacional Especializado pelo Núcleo de Pós Graduação Gastão Guimarães (2021); em Gestão Educacional pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias (2017); e em Psicopedagogia, também, pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias (2012). Integrante do grupo de pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS), da Universidade do Estado da Bahia; Gestora da Escola Municipal Regina Vital; e Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em Feira de Santana/BA. Já atuou como professora na rede de ensino particular de Feira de Santana/BA (Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental) e como professora/coordenadora pedagógica na rede de ensino pública (Anos Iniciais do Ensino Fundamental) na mesma cidade. E concluiu, como aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), o componente curricular Tópicos Especiais em Educação: Corpo Território e Educação Decolonial (2022). Trabalha, principalmente, com os seguintes temas: letramento literário, letramentos, leitura, formação continuada e formação leitora.

Ivoneite Barreto de Amorim

Pós Doutora pelo Programa Bachillerato en Ciencias y Humanidades pela Universidad de Santiago de Chile. Pós Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia -PPGEduC - Linha de Pesquisa I - Processos Civilizatórios: Educação, Memória e Pluralidade Cultural. Doutora em Família na Sociedade Contemporânea pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Católica do Salvador. Mestra em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia -PPGEduC. Especialista em Educação Infantil e especialista em avaliação pela Universidade do Estado da Bahia. Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Bahia. Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/CAMPUS XI). Professora Permanente, orientadora e vicecoordenadora do Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES/UNEB/Campus XI). Líder do Grupo de Pesquisa: Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS/UNEB). Avaliadora integrante do BASIS do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Pesquisadora do Grupo de estudos e pesquisas em formação de professores e currículo (PUC/GO). Foi Coordenadora Pedagógica do Centro Educacional Carneiro Ribeiro - Escola Parque (1998-2024). Registrada na base internacional: <https://orcid.org/0000-0001-9943-2118>

Janeide Bispo Santos

Pós-doutora em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia, Especialista em Pedagogia Histórico-critica (UFBA), Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Atualmente é professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia (Campus XI - Serrinha), desenvolve atividades no curso de Geografia. Também é professora permanente do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES). É líder do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos, Pesquisa e Extensão em Geografia e Educação (LEPEGE) da UNEB Campus XI e membro do Grupo A Geografia dos Assentamentos nas Áreas Rurais (GEOGRAFAR) IGEO/UFBA. Também é professora de Geografia da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Tem experiência nas áreas de Geografia e Educação com atuação nas problemáticas significativas, a saber: formação de professores,

ensino de geografia, políticas públicas, trabalho pedagógico, pedagogia histórico-crítica e Educação do Campo.

João Batista Vicente do Nascimento

Doutor em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (2022), Mestre em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social pela Fundação Visconde de Cairu - FVC (2007), Especialista em Gestão e Desenvolvimento de Seres Humanos pela Fundação Visconde de Cairu/Faculdade Juvêncio Terra (2002), Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB (1997). Atuou no setor bancário por quase dezessete anos, foi professor da Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC, Faculdade Juvêncio Terra - FJT e professor substituto da UESB e Instituto Federal da Bahia - IFBA. Atualmente, é professor efetivo da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Departamento de Ciências Humanas - DCH, Campus VI Caetité-Ba, professor da Linha 1 - Novos Contextos de Aprendizagem do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - MPIES (UNEB - DCHT - Campus XVII Bom Jesus da Lapa - Ba). Integra o eixo de História da Europa com ênfase em História Moderna e Contemporânea. É membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde - GEPERCS (CNPq), Centro de Estudos e Pesquisas Interdepartamental em Culturas e Religiões - CEPICR e Núcleo de História Social e Práticas de Ensino - NHIPE (CNPq), com a linha de pesquisa História Política, Relações de Poder e Religião. Atua como pesquisador nas áreas de História Política, Tempo Presente, Religião e Religiosidade Cristã.

Joyce Santana Araújo Silva

Com experiência na área de Letras, com ênfase em Libras, proficiente no uso e no ensino da Libras - PROLIBRAS, Proficiente na tradução e interpretação de Libras - Prolibras, Licenciada em Letras Libras pela Universidade Federal da Paraíba e pós graduanda em Libras pela Uniasselvi, Pós Graduada em Educação Inclusiva pela UNIMINAS, Tradutora Intérprete de Libras do quadro efetivo do Instituto Federal Baiano - Campus Serrinha. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Intervenção Educativa e Social - PPGIES da Uneb, Campus XI. Linha de pesquisa Novos contextos de aprendizagem, título de projeto: Espaço (in)formativo digital de libras: diálogos com profissionais de uma escola pública na cidade de Serrinha-

BA. Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS).

Karla Cruz Bacelar dos Santos

Mestranda PPGIES - Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social pela Universidade do Estado da Bahia. Especialista em Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar pela Gran Faculdade (2023). Especialista em Gestão Pública pela Universidade do Estado da Bahia (2019). Especialista em Informática na Educação pela Universidade Federal de Lavras (2004). Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (2002). Servidora Pública - Coordenadora Pedagógica do NTE 04. Formadora Regional da EJA - NTE 04. Exerceu a Função de Técnica Universitária da Universidade do Estado da Bahia de 1999 a 2024 (servidora pública), onde também atuou como Coordenadora de Informática de 2000 a 2010, como docente na REDE UNEB 2000 ministrando a disciplina Informática na Educação nos anos 2003 e 2004. Atuou em Comissões de Licitação e como pregoeira do Campus XI. Participou na realização de projetos no Campus XI - UNEB, como o Projeto Aprendizagem digital e Cidadania (coautoria e coordenação), Uso Consciente - sustentabilidade (autoria), Qualidade de Vida (colaboradora). Experiência como monitora EAD no Curso de aperfeiçoamento em Tecnologias Educacionais (CATE). Participou como Coordenadora e supervisora de vários processos seletivo como ENEM, Vestibular e Concurso Docente da UNEB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS). Entusiasta e praticante de yoga e meditação, possui formação de instrutora de Meditação e instrutora de Yoga.

Kellen Gama Pêpe

Mestre PPGIES - Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social pela Universidade do Estado da Bahia (CAPES 4). Membro do Grupo de Pesquisa em Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social - EPODS. Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (2023). Especialista em Administração Educacional pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (2019). Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade São Banto da Bahia (2007). Especialista em Direito de Família pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (2023). Graduada em Direito pela Universidade Estácio de Sá (2013) e em Pedagogia pela Universidade

do Estado da Bahia (2004). Tutora do Programa Formação pela Escola MEC/FNDE (2010/2018). Membro de Comissões de Avaliação de Títulos de Processos Seletivos Simplificados para Contratação de Professor Substituto da Prefeitura Municipal do Salvador (2018/2023). Membro Presidente da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (2018/2023). Membro da Comissão Central de Avaliação de Desempenho dos Servidores da Educação do Município de Salvador/BA(2022/2023). Membro do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação, CACSFUNDEB (2017/2018). Membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar SMED. (2017). Técnica universitária da Universidade do Estado da Bahia (2002-2005). Atualmente, é servidora pública de carreira da Secretaria Municipal de Educação de Salvador, atuando na Gerência de Gestão de Pessoas, tendo atuado também no Fundo Municipal de Educação (2009/2015). É Advogada militante nas áreas de violência doméstica, família, consumidor, trabalho e previdenciário.

Leane de Magalhães Silva

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Interventiva e Social (PPGIES). Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS) Pesquisadora do Centro Interdepartamental, Interinstitucional e Internacional em Culturas e Religiões da (CEPICR/UNEB). Pós-graduanda em Gênero e Sexualidade pela UFBA (2022). Pós-graduanda em Leituras, Memórias e Formação Docente pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus VI/Caetitê. Especialização em História do Brasil pelo Centro Científico Conhecer. Goiânia - GO (2014). Graduação em Letras Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus VI/Caetitê. Graduanda em Filosofia pela FAVENI. Atuou como coordenadora do 4º e 5º do Programa de Alfabetização e Letramento - ProsSeguir da Secretaria Municipal de Guanambi em parceria com o Programa Educar pra Valer. E como coordenadora de Língua Portuguesa do 6º ao 9º anos pela Superintendência de Ensino e Apoio Pedagógico - Secretaria Municipal de Educação - Guanambi - BA. Atualmente é bolsista pelo PROGPEQUISA.

Leilany Marry Brizolara Silva

Mestre em Intervenção Educativa e Social pelo PPGIES (Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social)- UNEB Campus XI (2023.1); Integrante do grupo de pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social - EPODS, do(a) Universidade do Estado da Bahia; Pedagoga pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em 2003; Graduada em Serviço Social Pela Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR) 2010; Licenciada em História - PARFOR / UNEB 2015; Pós graduada em Atuação de medidas socioeducativas para adolescentes infrator pela Faculdade de Ciências da Bahia (FACIBA) 2012; Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (FAC) 2018; Especialista em Atendimento Educacional Especializado pela Faculdade Regional de Filosofia Ciências e Letras de Candeias (FAC) 2020, Atuação profissional, Professora da educação pública do município de Serrinha - BA no Centro de Atendimento Pedagógico à Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (CAPENE); Membro do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com deficiência de Serrinha (CMDPD), Preceptora dos cursos de Pedagogia e Serviço Social da Universidade Paulista (UNIP). Tem interesse em estudos na área da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. email para contato: Leilanybrizolara@gmail.com

Luciano Araújo Lima

Major da Polícia Militar da Bahia, Coordenador de Planejamento e Projetos da SSP/BA, Mestrando em Intervenção Educativa Social pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Intervenção Educativa Social (PPGIES) da UNEB Campus XI. Especialista em Gestão Pública Municipal (FSS) e em Gestão de Pessoas com Ênfase em Consultoria (UNEB). Possui especializações em Bullying, Violência, Preconceito e Discriminação na Escola (USP), em Projetos Sociais e Políticas Públicas (INSTITUTO CULTUS), e MBA em Gestão de Projetos (INSTITUTO CULTUS),. Coordenador e Instrutor do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) pela PMBA. Proficiente em liderança, gestão de conflitos e desenvolvimento de competências. Comunicador eficaz, empreendedor e versado em tecnologias da informação e comunicação.

Manuela Barros Santos

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus

XI. Membro do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos e Pesquisa em Geografia e Educação (LEPEGE). Formação Complementar em Teen Coaching pelo Instituto de Crescimento Infante Juvenil. Professora de geografia dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio da Rede Pública de Ensino do Estado da Bahia. Especialista em EAD pela UNEB. Participou do Programa de Formação continuada “Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio”. Possui graduação em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia, UNEB. Atua com os temas Formação de Professores; ensino de geografia e pedagogia histórico-crítica.

Marcia Torres Neri Soares

Pedagoga pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) em 1994; Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 2010 e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no ano de 2015. Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)/Campus XI Serrinha e Professora Permanente do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Intervenção Educativa e Social - PPGIES/UNEB. Participa do grupo de pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS)/ UNEB-Campus XI. Atua no Acompanhamento Educacional Especializado da Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Pública Municipal Rosa Maria Esperidião Leite. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Especial, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Inclusiva, Deficiência, Currículo, Inclusão de Pessoas com Deficiência, Formação de Professores e Políticas Públicas em Educação Especial.

Maria Cremilda Lima Santos

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia -UNEB(2007) e graduação em Licenciatura em Letras pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB (2015). Especialização em Psicopedagogia Institucional pela FINOM (Faculdade do Noroeste de Minas), Especialista em Pedagogia Histórico Crítica para as Escolas do Campo, pela UFBA (Universidade do Estado da Bahia, Especialista em Educação do Campo, pela Universidade do Estado da Bahia- UNEB (2023). cursou a disciplina de Aprendizagem em Rede, como aluna especial do Programa de Mestrado Profissional em intervenção educativa e social- MPIES (UNEB). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social - PPGIES da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus

XI, Serrinha Bahia, da linha 2. Atua como professora de Matemática e Ensino Religioso no Ensino Fundamental II, na escola municipal Antônio Pinheiro da Mota Neto, também na cidade de Serrinha-Ba, é professora da Educação Infantil Ensino Fundamental na Escola Senhorinha da Silva Lima, município de Santa Bárbara BA. Tem experiência na área de Letras com ênfase em Língua Portuguesa.

Marize Damiana Moura Batista e Batista

Pós-doutora em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus I. Especialista em Educação (UNEB). Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). É Professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI, atuando no curso de Licenciatura em Geografia. É Professora de Geografia do ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), na rede estadual da Bahia. Membro do Grupo de Pesquisa A Geografia dos Assentamentos nas Áreas Rurais (GEOGRAFAR) do IGEO/UFBA. Vice coordenadora do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos, Pesquisa e Extensão em Geografia e Educação (LEPEGE), UNEB, Campus XI. Atua no campo da Geografia e da Educação. Na Geografia, dedica-se aos estudos vinculados à questão agrária brasileira e suas expressões socioespaciais; a juventude do campo na dinâmica das conflitualidades da produção do espaço agrário. Na Educação, atua com os temas Formação em espaços escolares e não escolares; Ensino de Geografia; Educação do campo e Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores.

Marizete Barbosa de Lima Souza

Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social MPIES, da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação - Campus XI, vinculada a linha 02, pela Universidade do Estado da Bahia- UNEB, campus XI, Serrinha, graduada em Pedagoga pela UNEB (2010), Especialista em Coordenação Pedagógica (UFBA, 2015) Coordenadora Pedagógica na Rede Estadual de Educação da Bahia, Professora da Rede Municipal do município de Serrinha. Foi membro do Diretório acadêmico de Pedagogia/UNEB. Participou da Conferência Estadual de Educação (COEED) e de outros movimentos educacionais e culturais. Atuou como Coordenadora Pedagógica na Secretaria Municipal

de Educação, em Projetos de Extensão Universitária como o Universidade Para Todos. Orientadora de estudos do PACTO\PNAIC. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação humana, teatro, relação interpessoais- aprendizagem, educação integral, aprendizagem criativa.

Mônica Moreira de Oliveira Torres

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (1991), Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2000), Doutora em Educação e Contemporaneidade pelo PPGEduc- UNEB e Estágio Doutoral na Universidade de Lisboa. É professora Adjunta do Deduc - Campus XI - Uneb da área de Estágio Supervisionado. Atuou também na Coordenação do Colegiado do Curso de Pedagogia de 1996 a 1997 e como Diretora de Departamento no período de 2002 a 2005 assumindo a representação do Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação - FORUMDIR -Nordeste. Assumiu a Pró-reitoria de Ensino de Graduação da UNEB de 2006 a 2009 e Coordenou o Fórum de Pró-Reitorias de Graduação - FORGRAD/NORDESTE de 2007 a 2008. Participou como colaboradora da Comissão de Estudos da Avaliação da Educação Superior na Bahia coordenador pela CODES/ Secretaria de Educação do Estado da Bahia e também no Projeto de Avaliação, Monitoramento e Intervenção Pedagógica da Rede Estadual de Educação Básica - PAIP/SUDEB/SEC. Atua como Coordenação Geral do PARFOR desde 2018, é representante do FORPARFOR Nordeste desde 2021. Atua no magistério da Educação Básica desde 1992 e hoje no Centro de Ensino Médio com Intermediação Tecnológica CEMITEC/IAT/SEC. É vinculada ao Grupo de Pesquisa EPODS e professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social-PPGIES/UNEB. É membro do Fórum Estadual de Formação de Profissionais da Educação -Básica- FORPROF. Foi Membro representante do Fórum Estadual de Educação da Bahia - FEEBA de 2009 a 2022 e atualmente é suplente. Atua na área de Formação de Professores, Estágio Supervisionado, Docência Universitária, Currículo.

Nadjanara Lopes de Abreu Araújo

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Intervenção Educativa e Social - PPGIES (2024) pela UNEB, atuando na linha de pesquisa 1 - Novos Contextos de Aprendizagem, especialista em Gestão escolar

(2008) e Neuropsicopedagogia institucional, clínica e hospitalar (2020) graduada em Licenciatura em Biologia pela FTC (2008) e bacharel em administração pela FTC (2006). Atualmente compõe o quadro administrativo do CAPENE - Centro de Atendimento Pedagógico a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, centro mantido pela Secretaria Municipal de Educação de Serrinha. Tem experiência na área de educação como Professora de ensino Fundamental I e II, Biologia Geral, com ênfase em Biologia Geral, como Tutora em Educação à Distância e como Gestora de unidades de ensino.

Patrícia Júlia Souza Coelho

Doutorado (2019) e Mestrado (2010) em Educação e Contemporaneidade pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado da Bahia; possui Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Bahia (1999); Especialização em Psicopedagogia pela Universidade Federal da Bahia (2001) e Especialização em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão pela Universidade do Estado da Bahia (2004). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação - Campus XI, atuando na graduação - curso de Pedagogia e no Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social - PPGIES, como Professora Permanente. Atuou como Assessora de Gabinete da Pró-reitoria de Assistência Estudantil - PRAES/UNEB. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa (Auto)Biografia, Formação e História Oral - GRAFHO/PPGEDuC/UNEB e Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social - EPODS/DEDC Campus XI/UNEB. Sócia da Associação Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica - Biograph. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação de Professores/as, Infâncias; Educação Infantil, Narrativas (auto)biográficas; Educação em contextos rurais; Políticas públicas; Intervenção educativa e social

Pedro Jorge Silva Melo

Mestrando em Educação e Intervenção Social pela Universidade Estadual da Bahia - UNEB, Campus XI - Serrinha/BA, na modalidade bolsista pela FAPESB. Possui graduação em Biomedicina pela Faculdade Sete de Setembro (2016) e também em Letras pela faculdade Centro Universitário Internacional - UNINTER (2023), além de especialização em Literatura Brasileira pela faculdade Grupo Focus de Educação (2023). Área de

atuação em docência no Ensino Básico da rede estadual da Bahia nas áreas de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Redação. Pesquisador com ênfase nas áreas de Identidade Negra e Quilombos, além das linhas de pesquisa relacionadas à Saúde Indígena; Química Computacional e Saúde Pública; integrante do Grupo de estudos africanos e afro-brasileiros em Línguas e Culturas - GEALC.

Priscila Vogel Nunes Pinheiro

Mestranda do programa de pós-graduação em Intervenção Educativa e Social - PPGIES - DEDC - CAMPUS XI. Possui graduação em Psicologia pelo Centro Universitário UniFTC Feira de Santana Ba (2020). Especialização em Saúde Mental pela Faculdade Anísio Teixeira - Feira de Santana-Ba (2024). Atuou como psicóloga no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III e no Centro de Atenção Psicossocial II, ambos no município de Serrinha-BA. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em saúde mental e psicologia social

Sandra Heloísa Teixeira Reis

Mestre do Programa de Pós-graduação em Educação Interventiva e Social (PPGIES). Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS) Pesquisadora do Centro Interdepartamental, Interinstitucional e Internacional em Culturas e Religiões da (CEPICR/ UNEB). Pós-graduada em Coordenação pedagógica e, em Linguística, Leitura e Produção de texto. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Metropolitana de Santos e, em Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB - Campus VI). Atuou como coordenadora e articuladora local do Programa de Alfabetização e Letramento-ProsSeguir da Secretaria Municipal de Guanambi em parceria com o Programa Educar pra Valer. Tem experiência em Linguística, Leitura, Produção de texto.

Selma Barros Daltro de Castro

Pós-doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana, Doutora e mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. Atualmente é professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI- Serrinha e professora permanente do Programa de Mestrado Profissional em

Intervenção Educativa e Social- MPIES/UNEB. É avaliadora integrante do BASIS do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Professora da Prefeitura de Feira de Santana. Tem experiência na área de Educação, com ênfase políticas e gestão da educação, formação de professores, pesquisa educacional, educação municipal, conselho municipal de educação, educação e tecnologia. Vice-líder do grupo de pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS)/UNEB-Campus XI e membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Formação do Professor (NUFOP)/UEFS.

Sirlei Aparecida de Almeida Ribeiro

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social – (PPGIES) (Universidade do Estado da Bahia - Campus XI). Concluiu o curso de Pós Graduação (Lato Sensu) em Docência com Ênfase em Educação Básica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Campus Arcos (2022). Especialista Lato Sensu em Gestão Educacional pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias (2014). Possui Pós Graduação Lato Sensu (Especialista) em: Ensino de Geografia, Geografia e Meio Ambiente e Meio Ambiente e Sustentabilidade, os três títulos obtidos pela Faculdade Rio Sono - TO, em 2015, 2016 e 2017, respectivamente. Possui Graduação (Licenciatura) em Pedagogia: Docência e Gestão de Processos Educativos pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XIII (2010) e Graduação (Licenciatura) em Geografia pela Universidade Norte do Paraná - UNOPAR (2016). Há 13 anos exerce a função de Supervisora Técnica - Anos Finais do Ensino Fundamental no município de Marcionílio Souza - BA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6493-7965>

Suzete Patrocinio de Souza

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação - Campus XI (UNEB). Linha de Pesquisa 2: Novas formas de subjetivação e organização comunitária. Orientadora: Patrícia Júlia Souza Coelho. Membro no Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social - EPODS/DEDC Campus XI/UNEB. Especialista em Docência na Educação Infantil, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), (2016). Graduada em Pedagogia em Docência e Gestão de Processos Educativos, pela Universidade do Estado da Bahia UNEB/

DEDC - Campus XI. (2012). Professora da Rede Pública de Ensino, no município de Serrinha-BA.

Thaís Meireles de oliveira

Graduada em Matemática pela Universidade do Estado da Bahia (2014). Atualmente é professora - Colégio Estadual de Biritinga, da Escola Municipalizada Centro Educacional Dom Bosco. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Matemática Discreta e Combinatória. Concluiu o curso de Pós-Graduação Lato Sensu, com nível de especialização em Metodologia do Ensino de Matemática, com carga horária de 500 horas, pela Faculdade Vale do Cricaré, credenciada pela Portaria MEC n. 725 de 26/05/200. Possui experiência de monitoria em Matemática no Projeto Universidade para Todos - UPT, nos anos de 2016, 2017, 2023. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Paulista - UNIP e- MEC 322, Recredenciada pela Portaria MEC n 188 de 03.02.2017 publicada no DOU n 26 em 06.02.2017, seção 1, página 17 a 22. Possui Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário Faveni CNPJ: 25106.814/0001-36 - Guarulhos São Paulo. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Intervenção Educativa e Social - (PPGIES), na Área de concentração: Educação, Sociedade e Intervenção. Linha 1 - Novos contextos de aprendizagem. Com o tema: O uso de jogos matemáticos para/na inclusão de estudantes com deficiência: uma experiência formativa interdisciplinar. Possui experiência na função de corretora no processo de correção de itens abertos de programa(s) especializado(s) pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAEd, em 2022 e 2023.

A presente coletânea é o resultado de eventos acadêmicos realizado pela Universidade do Estado da Bahia e pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), ofertado pelo Departamento de Educação *Campus* XI desta universidade. Com textos de professores, estudantes e funcionários, as contribuições são ricas em problematizar, teorizar e apresentar resultados de pesquisas científicas, além de introduzir temáticas contemporâneas, importantes para as intervenções socioeducativas e psicossociais. Desta forma, o convite para a leitura é apresentado neste prefácio, que tem por objetivo, destacar algumas das ideias explícitas e implícitas nos textos, sintetizados a seguir.